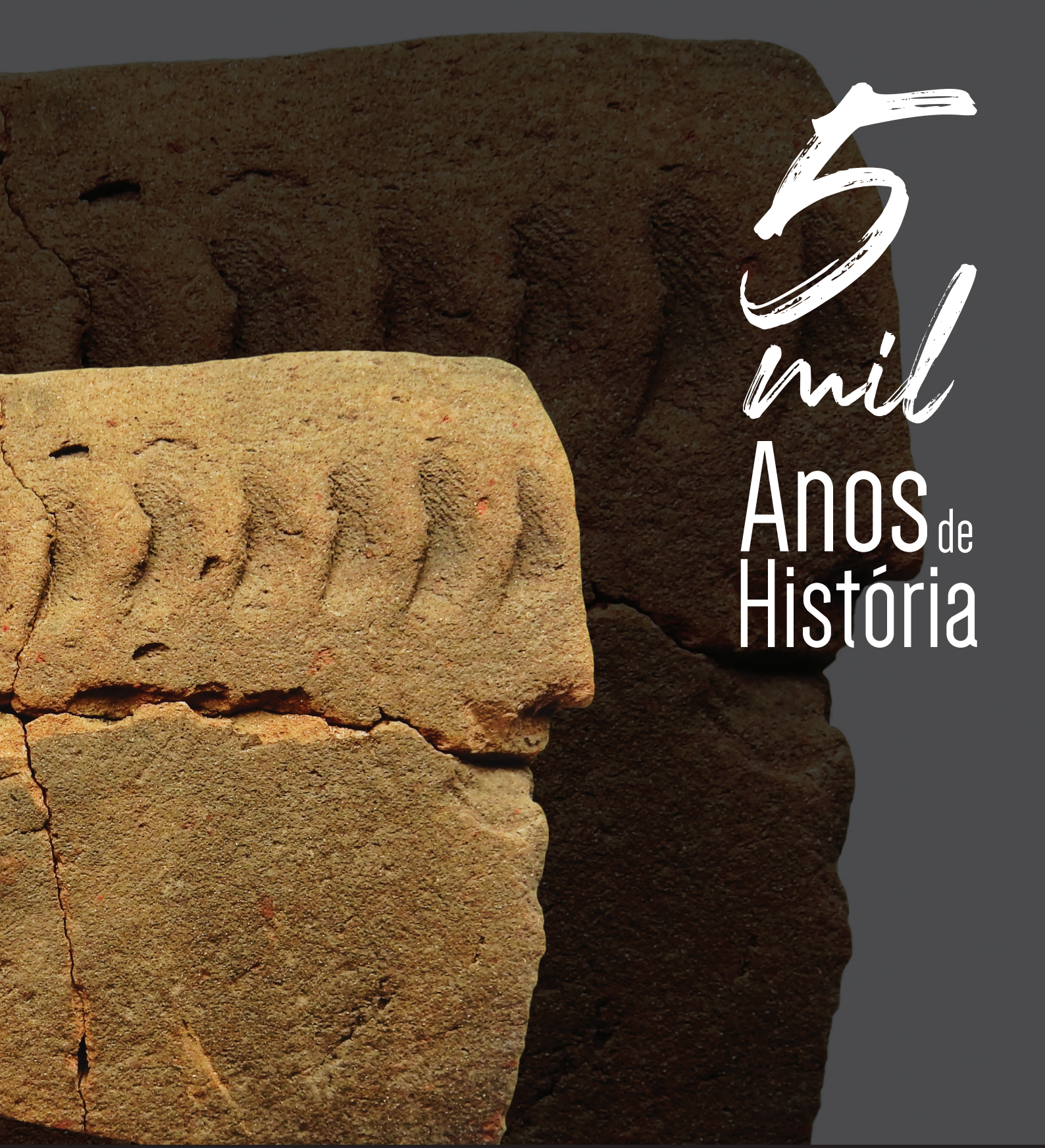


5 mil Anos de História

Arqueologia ao Longo da Estrada de Ferro Carajás

Org. Wesley Charles de Oliveira

IPHAN
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



5 mil Anos de História

Arqueologia ao Longo da Estrada de Ferro Carajás

2ª edição

Organizador: Wesley Charles de Oliveira

EDITORA RUPESTRE

Belo Horizonte - Junho 2020

Organizador
WESLEY CHARLES DE OLIVEIRA

Coordenação equipe – Vale
MAXIMILIANO AUGUSTO BENEDETTI

Colaboração
ANA RAÍSSA AMORIM DOS SANTOS
RUANDA DIAS DE AGUIAR
JOSÉ MARCONI BARROS DA NOBREGA
MAXIMILIANO AUGUSTO BENEDETTI
JANDERSON PEREIRA BRITO
EDUARDO RAPOSO
ANA GABRIELLA SILVA
LUIZ EVANGELISTA RAMOS NETO
FRANCISCO EDUARDO SOBRAL COSTA FERREIRA
PAULO HENRIQUE MOTA MORAES
RODRIGO LUIS MARIANI
WELLINGTON ALBUQUERQUE NEIVA
JOSÉ HUMBERTO DE MOURA NEVES
PATRÍCIA PADRON
CARLOS ALBERTO M. DUARTE
FLÁVIO SOARES
GABRIEL ULYSSES RODRIGUES
JOSÉ CARLOS PEREIRA JÚNIOR
SIDNEIA DA SILVA FRANÇA
JOSÉ SILVESTRE SANTOS PEREIRA
HILDIANE RODRIGUES LIMA
ÉRICA KATIÚCCIA DE AZEVEDO SAMPAIO
FABIANA SILVA OLIVEIRA
PATRÍCIA DE MORAES BORGES
PATRÍCIO DE SOUZA SILVA
TIAGO LOPES DE ANDRADE
MICHAEL LIMA DE ARRUDA
GERALDO DOS SANTOS FILHO
ALBA AMAZONAS MATOS DE CASTRO

Revisão de texto
FERNANDA FREITAS

Capa
LEONARDO PINHEIRO

Design e diagramação
FLÁVIA GUIMARÃES

EDITORA RUPESTRE

Artes
OLIVER FILHO

Fotos de abertura - capítulos 8 e 9
JÚNIOR REIS

Impressão
RONA

Tiragem
500 EXEMPLARES

Livro de divulgação científica para distribuição gratuita.
Cópias digitais estão disponíveis on-line

Ficha Catalográfica

C574 5 mil anos de história: arqueologia ao longo da Estrada de Ferro Carajás / Organizador: Wesley Charles de Oliveira. – 2. ed. - Belo Horizonte : Rupestre, 2020.

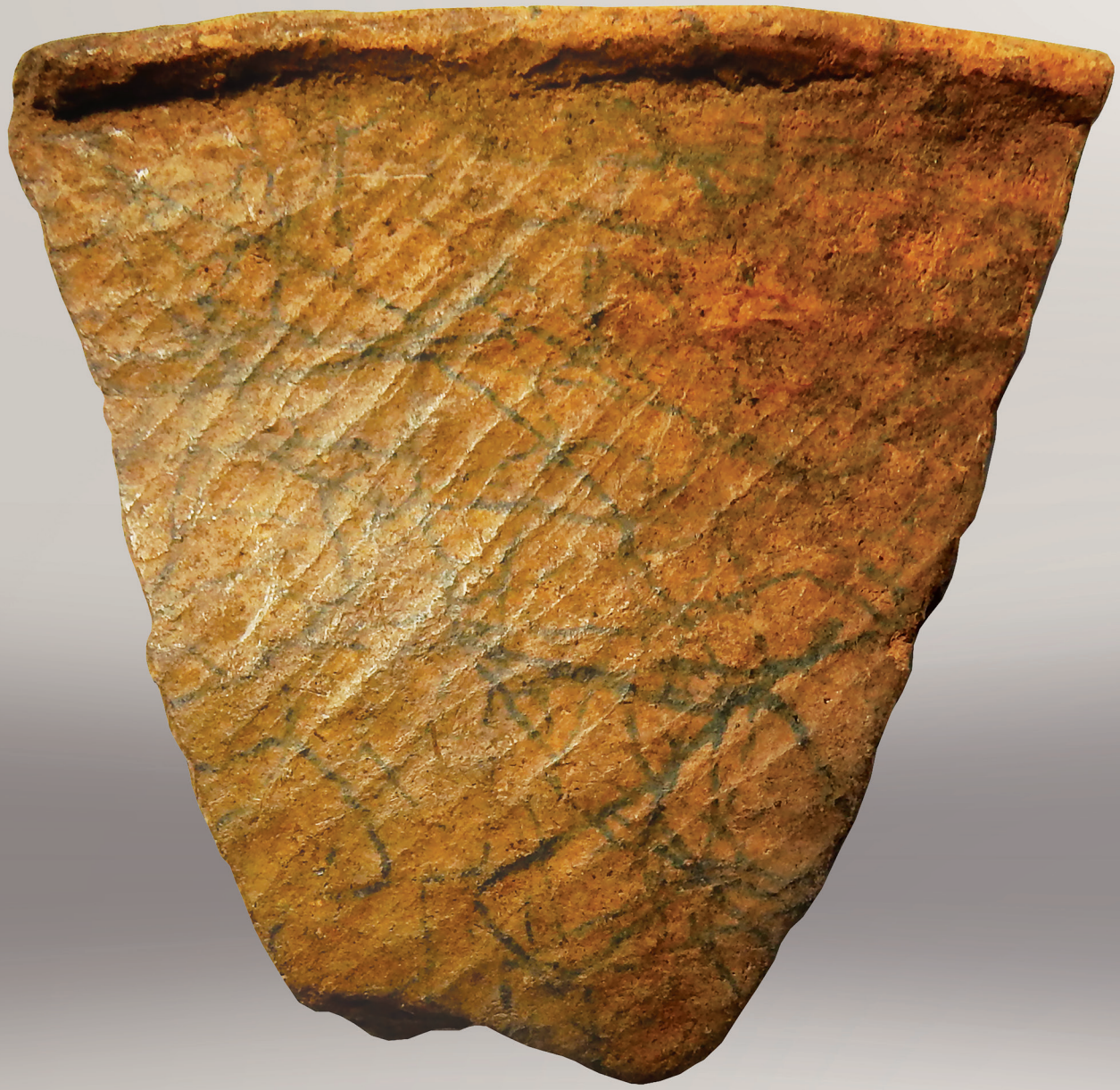
248 p., il.

Inclui bibliografia.
ISBN:978-65-87674-02-5

1. Arqueologia – Brasil. 2. Arqueologia – Maranhão. 3. Arqueologia – Pará. 4. Educação patrimonial. 5. Etnohistória. I. Oliveira, Wesley Charles. II. Título.

CDD: 930.1
CDU: 902(81)

Ficha elaborada pelo bibliotecário Felipe Lopes Alves – CRB-6/2897



Autores

Alexandre Guida Navarro
Professor doutor da Universidade Federal do Maranhão.

André Heron Carvalho dos Reis
Mestre em Ciências, Geoquímica e Petrologia pela Universidade Federal do Pará.

Felippe Jorge Kopanakis Pacheco
Mestre em Geografia do Cerrado - IESA/UFG.

Fernando Ozorio de Almeida
Professor doutor da Universidade Federal de Sergipe
Pós-doutorando da Divisão de Arqueologia do Museu de La Plata, Argentina

Guilherme Talarico
Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás.

Kaic Bueno Batista
Graduando em Arqueologia pela PUC/GO

Leticia Ribeiro Ferreira da Silva
Mestre em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP).

Luiz Cláudio Ribeiro Rodrigues
Ph.D. em Ciências Naturais pela Universidade Técnica de Aachen, Alemanha; Pós-Doutorado em Gestão de Recursos Naturais pela Universidade Federal de Ouro Preto, sócio-diretor da Amplo Engenharia e Gestão de Projetos.

Marcelo Iury de Oliveira
Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás e graduado em Arqueologia e Antropologia pela PUC/GO.

Priscila Wanzeler de Oliveira
Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará – UFPA e sócia-diretora da Habilis Consultoria Científica.

Roberto Ávila
Mestre em Arqueologia pela Universitat Rovira i Virgili de Tarragona, Espanha / Musém Nationalle d'Histoire Naturelle de Paris, França.

Wesley Charles de Oliveira
Mestre em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP), doutorando em Arqueologia pela Universidade de Sergipe e sócio-diretor da Habilis Consultoria Científica.

Revisores

Ângelo Alves Correa
Professor da Universidade Federal do Piauí.

Cristiane Loriza Dantas
Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Morgan Jason Schmidt
Phd. University of Florida, Msc. University of North Dakota.



ÍNDICE

CAPÍTULO 1 CONTEXTO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO-PEDOLÓGICO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA EFC
Luiz Cláudio Ribeiro Rodrigues

Página 12

CAPÍTULO 2 O SÍTIO ARQUEOLÓGICO ESTREITO DOS MOSQUITOS 02 E A ARQUEOLOGIA DA ILHA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO
Wesley Charles de Oliveira
André Heron Carvalho dos Reis
Fernando Ozorio de Almeida I Kaic Bueno Batista

Página 30

CAPÍTULO 3 ARQUEOLOGIA NAS FRONTEIRAS DA BAIXADA MARANHENSE: AS OCUPAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS DOS SÍTIOS BOCA DO CAMPO E MEARIM 01 E (POSSÍVEIS) RELAÇÕES COM AS ESTEARIAS MARANHENSES
André Heron Carvalho dos Reis
Alexandre Guida Navarro I Kaic Bueno Batista

Página 62

CAPÍTULO 4 CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA DOS SOLOS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS BOCA DO CAMPO E MEARIM 01, NA BAIXADA MARANHENSE
André Heron Carvalho dos Reis

Página 100

CAPÍTULO 5 HISTÓRIA A PARTIR DAS COISAS: CULTURA MATERIAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO MEARIM-01, EM VITÓRIA DO MEARIM-MA
Marcelo Iury de Oliveira

Página 116

CAPÍTULO 6 **5.000 ANOS DE OCUPAÇÕES CERAMISTAS NAS MARGENS DO RIO PINDARÉ**
Fernando Ozorio de Almeida I Roberto Ávila

Página 138

CAPÍTULO 7 **CERÂMICAS ANTIGAS EM CARAJÁS: A CERÂMICA ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO PARAUAPEBAS 32**
Wesley Charles de Oliveira

Página 162

CAPÍTULO 8 **LEVANTAMENTO DE DADOS ETNO-HISTÓRICOS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS**
Guilherme Talarico

Página 178

CAPÍTULO 9 **NARRATIVAS SOBRE O PASSADO: NOTAS SOBRE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL**
Guilherme Talarico

Página 200

CAPÍTULO 10 **NOS TRILHOS DA NOVA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**
Priscila Wanzeler de Oliveira
Leticia Ribeiro
Felippe Jorge Kopanakis Pacheco

Página 224



APRESENTAÇÃO

É com muita honra que apresentamos a gestão arqueológica do Projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás. Esse projeto é, até o momento, a maior obra de uma ferrovia do Século XXI.

A expansão foi planejada com o intuito de ampliar a capacidade de transporte de minério de ferro entre a Província Minerária de Carajás, no estado do Pará, até o Porto de Itaqui, no estado do Maranhão. As obras foram realizadas ao longo de 786 Km, com duplicação de um trecho de 638 Km. O comprimento total da ferrovia é de 892 Km.

A expansão da Estrada de Ferro Carajás torna-se ainda mais grandiosa quando quantificamos os municípios e comunidades que tiveram suas rotinas alteradas pelo empreendimento. Foram mais de 120 comunidades e 27 municípios onde as etapas construtivas da ferrovia passaram ao longo dos anos de 2010 a 2018.

Na duplicação da EFC, as ações de sustentabilidade marcaram as etapas de licenciamento até a execução das obras. O Plano Básico Ambiental (PBA), aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), reuniu inúmeros programas ambientais. Eles foram desenvolvidos para mitigar os impactos identificados para a implantação das novas linhas ferroviárias. Dentre os 18 programas executados, um se destaca. O Programa de Prospecções Arqueológicas Intensivas e Resgate Arqueológico foi desenvolvido com a participação direta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ele teve como objetivos a salvaguarda e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, mais intensamente, na região onde a ferrovia está inserida.

Para que isso fosse possível, foram realizadas as etapas de prospecção arqueológica nas áreas que seriam alteradas pelo projeto e, como resultado destas atividades, foram identificados 34 sítios arqueológicos, sendo 32 no estado do Maranhão e 02 no estado do Pará. Dos sítios identificados, 09 foram classificados como de importância relevante para o resgate arqueológico, por estarem bastante conservados. Complementarmente aos resgates, atividades de Educação Patrimonial foram desenvolvidas nos municípios onde esses sítios estavam localizados.

Após anos de atividades em campo e em laboratório, o Projeto de Expansão da EFC concluiu suas atividades vinculadas à gestão arqueológica do empreendimento. Diante dos resultados relevantes obtidos, fez-se mister a divulgação à sociedade de uma forma simples, objetiva e ilustrativa, estando estes apresentados neste livro em 10 capítulos.

Nos capítulos do livro, apresentamos o contexto geológico-geomorfológico-pedológico dos sítios arqueológicos localizados ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), bem como o detalhamento dos sítios arqueológicos mais importantes e suas interações com a história cultural e de ocupação local. Finalizando, assim, nas atividades e importância da educação patrimonial realizada ao longo da EFC.

A todos aqueles que participaram direta ou indiretamente da Gestão Arqueológica do Projeto de Expansão da EFC, nosso agradecimento e reconhecimento à dedicação e compromisso.

Que tenham uma boa leitura e aproveitem o livro ao máximo.

José Marconi Barros da Nóbrega
Maximiliano Augusto Benedetti


Estreito dos Mosquitos (EM 02)
RIO MUNIM
RIO MARANGURU
RIO MUNIM
Santa Inês
Igarapé do Meio 02 (IM02)
RIO MARANGURIM
Alto Alegre do Pindaré 4 (AAP4)
Alto Alegre do Pindaré 5 (AAP5)
Pará
Maranhão
Açailândia
RIO PINDARE
São Pedro da Água Branca 11 (SPB11)
Bom Jesus do Tocantins 22 (BJ22)
Parauapebas 32 (PA32)
Parauapebas
F
G
P
L
R
50
100
150
200
250
300
350
400
450
500
550
600
650
700
750
800
850

1

CONTEXTO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO-PEDOLÓGICO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA EFC

Luiz Cláudio Ribeiro Rodrigues

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o contexto geológico-geomorfológico-pedológico de sete sítios arqueológicos localizados ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC): (i) Estreito dos Mosquitos 02 (EM02), (ii) Igarapé do Meio 02 (IM02), (iii) Alto Alegre do Pindaré 4 (AAP4), (iv) Alto Alegre do Pindaré 5 (AAP5); (v) São Pedro da Água Branca 11 (SP11), (vi) Bom Jesus do Tocantins 22 (BJ22), (vii) Parauapebas 32 (PA32), situados, respectivamente, nos municípios de São Luís, Igarapé do Meio e São Pedro da Água Branca 11, no estado do Maranhão, e Bom Jesus do Tocantins e Parauapebas no estado do Pará, respectivamente (Tabela 1).

Em 2008 a empresa Scientia desenvolveu ao longo da EFC um levantamento pericial do passivo arqueológico gerado pela implantação da ferrovia, atendendo solicitação do Iphan (Ofício nº 061/06 GEPAN/DEPAM/Iphan, de 27/04/06). Como resultados destes estudos foram delimitados 32 sítios arqueológicos, para os quais foi avaliado o

Tabela 1 - Localização e descrição sumária dos sítios arqueológicos

Estado	Sítio	Tipo	km e localização na EFC	Coordenada UTM	Área (m²)	Profundidade (m)
MA	Estreito dos Mosquitos 02 (EM 02)	pré-colonial	017+750 (Locação 02)	571.541 E 9.695.966 N	35.000	0,50
MA	Igarapé do Meio 02 (IM02)	pré-colonial	190+000 (Locação 12)	474.981 E 9.597.000 N	160.000	0,30
MA	Alto Alegre do Pindaré 4 (AAP4)	pré-colonial	316+400 (Locação 20)	367.600 E 9.571.500 N	560.000	0,40
MA	Alto Alegre do Pindaré 5 (AAP5)	pré-colonial	319+100 (Locação 20)	366.460 E 9.568.967 N	108.000	0,30
MA	São Pedro da Água Branca 11 (SPB11)	pré-colonial	656+470 (Locação 43)	777.487 E 9.428.428 N	30.000	0,40
PA	Bom Jesus do Tocantins 22 (BJ22)	Cerâmico pré-colonial	686+750 (Locação 45)	749.947 E 9.419.102 N	60.000	0,40
PA	Parauapebas 32 (PA32)	Cerâmico pré-colonial	843+336 (Locação 54)	632.256 E 9.350.696 N	11.600	0,30

Fonte: Habilis, 2015; Scientia, 2011.

grau de integridade e os fatores de degradação, caracterizando-os ou não como passivos arqueológicos. Todos os 32 sítios arqueológicos identificados se encontravam fortemente alterados, em sua grande maioria, pela construção da ferrovia, ainda que continuado ou agravado posteriormente por ações antrópicas diversas, especialmente atividades agrícolas (Scientia, 2008).

Com base nos resultados dos levantamentos da Scientia (2008) o Iphan, através do Ofício N°180/08 – GEPAN/DEPAM/Iphan, exigiu da Vale a implementação de medidas compensatórias referentes à pesquisa arqueológica, à Educação Patrimonial e à divulgação dos resultados das pesquisas e das atividades educativas na EFC. O órgão exigiu que se realizasse pesquisa arqueológica cientificamente controlada nos sítios com bom grau de preservação, situados às margens da EFC: Estreito dos Mosquitos 02, Igarapé do Meio 2, Alto Alegre do Pindaré 4, Alto Alegre do Pindaré 5 e Parauapebas 32. Posteriormente, também foram Incluídos os sítios São Pedro do Água Branca 11 e Bom Jesus do Tocantins 22.

Neste contexto, o trabalho tem como objeto estes sete sítios. As pesquisas arqueológicas visaram o atendimento a exigências de medidas compensatórias. Tais ações consistiram no resgate arqueológico e em atividades de Educação Patrimonial na área do Projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás.

Os sítios Alto Alegre do Pindaré 04 e 05 foram objeto de salvamento arqueológico pela empresa Scientia (Scientia, 2010, 2011). Já os sítios Estreito dos Mosquitos 02, São Pedro da Água Branca 11 e Parauapebas 32 foram resgatados pela empresa Habilis (Habilis, 2015). Para os sítios Igarapé do Meio 02 e Bom Jesus do Tocantins 22 foi realizada a liberação da faixa de servidão da EFC (Habilis, 2015).

O estudo destes sítios revelou o grande potencial arqueológico regional, haja vista que a Estrada de Ferro Carajás percorre uma vasta sucessão de paisagens ambientais entre os estados do Pará e Maranhão. Elas otimizaram a disponibilidade de recursos alimentares, áreas para habitação, fontes de matéria-prima para grupos ceramistas, captação de recursos hídricos, dentre outros. Tais características permitiram a ampla exploração do espaço pelos grupos humanos pré-históricos. O resultado foi uma larga distribuição de assentamentos ceramistas densos (Habilis, 2015).

Os sítios citados localizam-se em diferentes geoambientes e o entendimento do contexto geológico-geomorfológico-pedológico destas ocupações humanas contribui para o conhecimento dos contextos de ocupação, estratégias adaptativas e cronologias.

Os levantamentos ora apresentados assessoram na compreensão do estabelecimento destes antigos aldeamentos e dos homens que neles moraram. Em primeiro lugar, sabe-se que a correlação entre tais centros habitacionais e a natureza circundante suscita debates importantes, desde a década de 70, por revelar a capacidade adaptativa do homem pré-histórico às especificidades de cada paisagem. Por segundo, à luz da Ecologia Histórica, o homem compõe parte importante da história evolutiva das paisagens, ora moldando-a, ora manejando-a, a ponto de produzir transformações importantes nas paisagens, nos solos, na fauna e flora (Habilis, 2015).

Partindo do pressuposto de que a maioria das ocupações arqueológicas estudadas neste projeto situam-se, cronologicamente, entre o Holoceno Médio e o Recente, as transformações paisagísticas mais sensíveis aos sítios se devem a dois principais fatores: a flutuação dos regimes pluviais/fluviais que incidem sobre diferentes níveis de erosão e modelagens dos espaços habitacionais, principalmente aqueles assentados sobre terraços fluviais e várzeas; e aumento do nível do mar, a remodelar as linhas costeiras e os índices de salinidade das águas doces continentais, através da variação dos regimes de maré, mais sentida nas áreas do Golfão Maranhense (baixada) e Ilha de São Luis (Habilis, 2015).

Ao associar tais eventos da História Natural das paisagens às ocupações arqueológicas, tem-se uma possibilidade de compreender o homem e sua dialética com a natureza, plenamente observáveis através das estratégias adaptativas. Exemplo dessas estratégias são a escolha dos locais para morar, potencial de captação de recursos, estratigrafia dos solos e aspectos técnicos dos vestígios exumados, notadamente as cerâmicas e artefatos líticos. Tal integração é um passo para além da pura interpretação dos vestígios materiais encontrados e revela

um esforço para se alcançar as dinâmicas comportamentais do homem pré-histórico neste recorte crono-espacial (Habilis, 2015).

2 METODOLOGIA

A descrição do contexto geológico-geomorfológico-pedológico dos sítios arqueológicos baseou-se nos levantamentos realizados no âmbito do Estudo Ambiental (EA) e Plano Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás (Amplo, 2011).

A caracterização da geologia regional da EFC foi elaborada com base nas informações contidas no mapeamento geológico da área de inserção do empreendimento contido nas Folhas SB-22 Araguaia, SA.23 São Luís e SB-23 Teresina, da Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo (CPRM, 2004). O mapa da geologia regional apresenta a distribuição espacial das diferentes unidades geológicas inseridas na área de influência da EFC. Informações adicionais foram extraídas de mapas e relatórios disponíveis na literatura especializada, tendo como principais fontes as cartas e textos explicativos dos mapeamentos geológicos contidos no Programa de Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil (CPRM, 1994), especificamente nas Folhas São Luís (SA.23-X-Z-A), Curupuru (SA.23-X-Z-C), Santa Inês (SA.23-Y-D), Vitorino Freire (SB.23-V-B), Açailândia (SB.23-V-A), Imperatriz (SB.23-V-C), Marabá (SB.22-X-D), Serra Pelada (SB.22-X-C) e Serra dos Carajás (SB.22-Z-A).

A elaboração do diagnóstico dos aspectos geomorfológicos da EFC utilizou os levantamentos do Projeto RADAMBRASIL (1981), Folha SB. 22 - Araguaia e parte da Folha SC.22 - Tocantins; Folha SA.23 - São Luís e parte da Folha SA.24 - Fortaleza; Folha SB.23 - Teresina e Parte da Folha SB.24 – Jaguaribe e dos mapas de Unidades de Relevo do Brasil elaborado pelo IBGE (1997, 2006), escala 1:5.000.000. Ao mesmo tempo foi consultado o mapeamento do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia, disponibilizado pelo site oficial do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2010). O mapa de unidades regionais de relevo do IBGE (2006) foi utilizado para a descrição e definição das unidades geomorfológicas presentes na área de estudo. Com base nas informações de campo e análise de imagens de detalhe com modelos digitais de terreno e mapa planialtimétrico, foram mapeados os compartimentos de formas de relevo homogêneas. A partir dos compartimentos, em cada forma identificada foram reconhecidos os processos morfodinâmicos predominantes.

Para a caracterização dos aspectos pedológicos da EFC em nível regional, foram utilizados os levantamentos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2011), e do Projeto Radambrasil (1973) o qual é representado pelas seguintes Folhas: Folha SA. 23 São Luís e parte da Folha SA. 24 Fortaleza; Folha SB. 23 Teresina e parte da Folha SB.24 Jaguaribe; Folha SB. 22 Araguaia e parte da Folha SC.22 Tocantins.

Como escala de análise, para descrição do contexto ambiental dos sítios arqueológicos e seu entorno, utilizou-se os resultados dos mapeamentos de campo e de imagens de satélite em escala 1:50.000, realizados para os temas geologia, geomorfologia e pedologia. Para cada sítio a área de análise correspondeu a 1 km para cada lado do eixo da ferrovia e 1 km a montante e a jusante do Km definido para o sítio (Tabela 1).

3 GEOLOGIA

O contexto geológico regional da EFC abrange as regiões oeste e norte do estado do Maranhão e a porção oriental do estado do Pará, e atravessa três grandes domínios geológicos: a Província Parnaíba, a Província Tocantins e Província Carajás.

As unidades litoestratigráficas compreendem rochas do Arqueano (3.800-2.500 Ma), do Paleoproterozóico (2.500-1.600), do Neoproterozóico (1.000-541 Ma), do Paleozóico (541-252 Ma), do Mesozóico/Cretáceo Superior (100-66 Ma), do Cenozóico/Terciário (66-23 Ma) e do Cenozóico/Quaternário (2,59-0,01 Ma).

O mapa geológico regional (Mapa 1) apresenta a distribuição das unidades geológicas de cada uma das províncias geológicas atravessadas pela EFC, as quais são descritas a seguir.

A Província Parnaíba forma uma ampla região sedimentar que abrange o estado do Maranhão e o nordeste do estado do Pará. As unidades presentes incluem a Suíte Intrusiva Granitóide Tromaí, do Paleoproterozóico; a Formação Itapecuru, do Mesozóico/Cretáceo Superior, composta de arenitos, argilitos e siltitos; o Grupo Barreiras, do

Cenozóico/Terciário, constituído por arenitos, conglomerados lateríticos; siltitos argilosos, argilas maciças e argilas caulínicas (Mapa 1). Nesta Província estão localizados os sítios Estreito dos Mosquitos 02 (EM02), Igarapé do Meio 02 (IM02), Alto Alegre do Pindaré 4 (AAP4) e Alto Alegre do Pindaré 5 (AAP5).

A Província Tocantins engloba a porção norte da Faixa Araguaia, sendo representada pelas rochas supracrustais de baixo grau metamórfico da Formação Couto Magalhães, do Neoproterozóico, constituída por ardósias, filitos e xistos de granulação fina; da Formação Pequizeiro, do Neoproterozóico, formada por filitos e xistos; das intrusivas máfico-ultramáficas tipo Quatipuru, do Proterozóico; das Formações Poti e Pedra de Fogo, do Paleozóico, compostas de arenitos; do Diabásio Cururu, do Mesozóico; da Formação Pastos Bons, do Mesozóico, composta por conglomerados e arenitos; e a Formação Codó, também do Mesozóico, constituída por folhelhos e calcários, do Mesozóico (Mapa 1). Nesta Província situam-se os sítios São Pedro da Água Branca 11 (SP11) e Bom Jesus do Tocantins 22 (BJ22).

O trecho final da EFC está inserido na Província Carajás, localizada no sudeste do Cráton Amazônico, no estado do Pará. Estratigraficamente, esta região engloba o Enderbito Cajazeiras, o Complexo Xingu, a Suíte Granulítica Direita e o Piriclasito Rio Preto, do Arqueano; os grupos Tapirapé, Alto Bonito, Buritirama, Rio Novo, Grão-Pará (formações Parauapebas e Carajás), Igarapé Pojuca, os complexos básico-ultrabásicos Luanga e Lago Grande, os granitos Estrela, Plaquê, e Geladinho, a Formação Águas Claras, do Neoarqueano; os granitos Cigano e Serra dos Carajás e o Grupo Paredão, do Paleoproterozóico (Mapa 1). Nesta Província encontra-se o sítio Parauapebas 32 (PA32).

As coberturas cenozóicas terciárias e quaternárias, que ocorrem em toda a área recobrindo parcialmente as unidades litológicas mais antigas, são individualizadas pelos lateritos e gossans, depósitos detríticos e/ou lateríticos, coberturas detrito-lateríticas ferruginosas, do Terciário; e pelos sedimentos quaternários inconsolidados correspondidos pelos depósitos aluvionares, flúvio-lagunares, flúvio-marinhos, pântanos e mangues (Mapa 1).

Os lateritos e gossans, os depósitos detríticos e/ou lateríticos e as coberturas detrito-lateríticas ferruginosas são compostos por "cangas" ou solos lateríticos ferruginosos, argilitos e lateritas argilo-arenosas.

A lateritização atingiu toda a região da Província Carajás em dois grandes eventos (Costa, 1991): Paleoceno-Oligoceno (66-23 Ma), o principal e mais extensivo; e Mioceno-Pleistoceno (23-2,58 Ma), com retomada incipiente no Holoceno (0,0117 Ma – presente). Ao longo do Mioceno superior (11,63-5,33 Ma) ao Plioceno (5,33-2,58 Ma), a extensiva superfície laterítica sobre os crátons foi palco de intensa atividade erosiva, propiciada pelo soerguimento neotectônico (e.g., Bemerguy e Costa, 1991; Suguio, 1999; Saadi et al., 1991), esculpindo platôs, serras, morros e vales, além de contribuir para a formação de sedimentos e solos transportados. Ao tempo da chegada do homem pré-histórico, as regiões cratônicas já eram formadas por paisagem em geral de maior altitude, com platôs capeados por espessos materiais lateríticos (crostas ferruginosas e solos); encostas com material rochoso; vales com muitos colúvios e alúvios; planícies rebaixadas pela erosão, com morros e exposição de saprolitos e rochas. Esta paisagem se manteve até a atualidade (Costa et al. 2009).

Da mesma forma que as rochas dos crátons, os sedimentos da Bacia do Parnaíba também foram afetados pelos dois eventos de lateritização e os mesmos processos de erosão e sedimentação do Mioceno superior ao Pleistoceno, desenvolvendo paisagem similar àquela sobre os crátons, porém, de altitude bem mais baixa. As diferenças paisagísticas entre as áreas das bacias sedimentares e as dos crátons foram vivenciadas pelo homem pré-histórico (Costa et al. 2009).

Os depósitos aluvionares são constituídos, de modo geral, por areias quartzosas bem selecionadas, lentes pelíticas e de cascalhos e argilas contendo matéria orgânica, formados pela deposição de sedimentos nas calhas fluviais e planícies de inundação dos cursos de água ao longo de toda a EFC.

Os depósitos flúvio-lagunares compõem-se de areias finas a médias intercaladas com pelitos. Já os depósitos flúvio-marinhos são constituídos principalmente por areias finas. Os depósitos

de pântanos e mangues localizados próximos ao litoral são constituídos por lamas arenosas, maciças e bioturbadas. O homem chegou a esta zona litorânea praticamente no início do novo período interglacial, por volta de 10 mil anos AP. Posteriormente, na Província Parnaíba, próximo ao litoral maranhense, as terras mais baixas da paisagem formada por morros esculpidos sobre os sedimentos da Formação Barreiras e rochas cristalinas proterozóicas foram invadidas pelo mar com desenvolvimento de amplas planícies e pântanos fluviais e de marés, com depósitos de manguezais, cordões de areias e dunas e a formação de ilhas. A abundância de sítios arqueológicos ricos em cerâmicas e ossadas humanas (Simões, 1981; Correa, 1987), além de tesos e sambaquis, que atingem vários metros de altura, indicam não somente ampla ocupação humana, como também a relativa subida do nível do mar (Costa et al, 2009).

4 GEOMORFOLOGIA

O relevo atravessado pela Estrada de Ferro Carajás possui comportamento homogêneo por extensas faixas de terreno, o que permite uma grande correlação das unidades geomorfológicas regionais com os processos e feições reconhecidas localmente.

Com base no Mapa de Unidades de Relevo do Brasil elaborado pelo IBGE (2006), escala 1:5.000.000, considerou-se para o contexto da EFC seis unidades geomorfológicas regionais (Mapa 2): Planícies Fluviais e Flúvio-marinhas, onde se situam os sítios Estreito dos Mosquitos 02 (EM02), Igarapé do Meio 02 (IM02), São Pedro da Água Branca 11 (SP11) e Bom Jesus do Tocantins 22 (BJ22); Tabuleiros Maranhenses; Tabuleiros dos Rios Gurupi-Grajaú, onde se localizam os sítios Alto Alegre do Pindaré 4 (AAP4) e Alto Alegre do Pindaré 5 (AAP5); Depressão do Médio Tocantins; Depressão da Amazônia Meridional, onde encontra-se o sítio Parauapebas 32 (PA32); e Planalto Residual do Sul da Amazônia (Mapa 2).

Conforme a descrição geral da Arcadis-Tetraplan (2010), do km 0 ao km 35, a ferrovia insere-se na unidade de relevo correspondente às Planícies Fluviais e Flúvio-Marinhas (Baixada Maranhense). Elas compreendem planície marinha com cordões e dunas, planícies de maré com manguezais, planícies flúvio-marinhas e planícies fluviais e alagadiças.

Do km 35 ao km 140, a ferrovia segue em linha reta no sentido NE-SW, em terrenos aplainados, situados em cotas inferiores a 50 metros em relação ao nível do mar, na margem direita do rio Mearim. Nesse trecho, a ferrovia transpõe várias drenagens afluentes da margem esquerda do rio Itapecuru. A unidade de relevo que ocorre nesse trecho corresponde aos Tabuleiros Maranhenses, que compreende terrenos colinosos. Entre os km 135 e 195 voltam a ocorrer as Planícies Fluviais e Flúvio-Marinhas e do km 195 ao 280 predominam os Tabuleiros Maranhenses.

Entre os km 280 e 590 ocorrem os Tabuleiros dos Rios Gurupi-Grajaú (Depressão do Meio Norte e Chapada do Meio Norte), onde predominam relevos colinosos tabulares com morrotes e relevos aplanados com laterita.

Do km 590 a 620 a EFC atravessa a Depressão do Médio Tocantins, constituída por terrenos colinosos, terraços e planícies fluviais. Entre os km 620 e 730 predominam as Planícies Fluviais associadas à bacia hidrográfica do rio Tocantins. Neste trecho (km 590 a 725), a ferrovia situa-se na margem direita do rio Tocantins e transpõe pequenos cursos d'água, tais como o igarapé Andirobal, os córregos Bom Jesus, da Lontra, Jatobá, do Martírio, bem como outras drenagens de maior porte, tais como os rios Papagaio, Grapiá, Jacundã, Mãe-Maria e Frecheiras, todos afluentes da margem direita do rio Tocantins. A ferrovia atravessa esse trecho às margens do Tocantins sobre elevação do platô, fora de sua planície de inundação.

A partir de Marabá (km 730) até o km 880 a EFC atravessa terrenos colinosos da Depressão da Amazônia Meridional. Em parte deste trecho a EFC acompanha a margem direita do rio Itacaiúnas, afastando-se do mesmo na altura do km 800, quando então se aproxima da Serra do Paredão.

Do km 880 até Carajás, a unidade de relevo corresponde aos Planaltos Residuais do Sul da Amazônia, com terrenos amorreados, escarpados e colinosos.

No trecho entre Marabá e Carajás deixam de predominar as formações sedimentares areníticas que se associam ao relevo de platôs

pediplanizados e intensamente ravinados nas bordas pela drenagem dendrítica, bem como as extensas planícies aluvionares. Passam a dominar relevos de colinas e serras alinhadas com declividade em torno de 300 metros. As áreas de maior movimentação tectônica (ocidentais) apresentam vertentes retilíneas, drenagem com nítido controle estrutural e planícies aluvionares restritas, formando faixas pouco expressivas e estreitas nas margens dos principais cursos d'água (rios Itacaiúnas, Vermelho e Parauapebas). Nesse trecho ocorrem serras alinhadas segundo ENE-WSW e WNW-ESE com declividades mais elevadas (300-700 m), tais como as serras do Sereno, Paredão e dos Carajás.

5 SOLOS

As características geoambientais do traçado da Estrada de Ferro Carajás condicionam a formação de diferentes tipologias de solo que, por sua vez, sustentam diferentes formações vegetais. Elas guardam estreita relação com características específicas de cada tipo de solo.

As classes de solo em nível regional foram definidas pelo mapeamento do Projeto Radambrasil (1973) (Mapa 3). Em sua maioria, a uniformidade topográfica característica da região, com terrenos com declividades suaves, limita grandes unidades de solos, com Latossolos e Plintossolos Pétricos ocupando as áreas de topo e Plintossolos Háplicos se desenvolvendo nas áreas adjacentes às colinas e topos tabulares com cotas inferiores, onde a dissecação é mais intensa.

Os Argissolos ocupam os terrenos mais confinados onde a sua formação está totalmente associada a áreas pediplanadas e em geral planas. Também é marcante a influência do material de origem nas características dos solos, com destaque para o conjunto de solos relacionados aos ciclos de rebaixamento e soerguimento do lençol freático e a consequente evolução do perfil.

Em áreas de deposição quaternária, desenvolvem-se solos hidromórficos, Neossolos e Gleissolos ocupando regiões constantemente alagadas ou sujeitas a alagamentos, formando extensas áreas planas com campos higrófitos e mangues.

Considerando-se as classes regionais, os sítios Estreito dos Mosquitos 02 (EM02) e São Pedro da Água Branca 11 (SP11) encontram-se no domínio dos Gleissolos, o sítio Igarapé do Meio 02 (IM02) no domínio dos Plintossolos; os sítios Alto Alegre do Pindaré 4 (AAP4) e Alto Alegre do Pindaré 5 (AAP5), no domínio dos argissolos; e os sítios Bom Jesus do Tocantins 22 (BJ22) e Parauapebas 32 (PA32), no domínio dos latossolos.

6 CONTEXTO AMBIENTAL DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

A Estrada de Ferro Carajás transcorre em diferentes ambientes entre a zona costeira do estado do Maranhão até o sudeste do Pará. Os sítios arqueológicos ao longo da EFC podem ser agrupados em quatro ambientes principais: Zona Costeira Maranhense, Meio Norte Maranhense, Oeste Maranhense e Sudeste Paraense.

6.1 ZONA COSTEIRA MARANHENSE

6.1.1 Estreito dos Mosquitos 02 (EM02)

O Sítio Arqueológico Estreito dos Mosquitos 02 está localizado no Km 017+150 da EFC, distante aproximadamente 2 km do Estreito homônimo que demarca o limite da Ilha de São Luís e o continente. O acesso a partir de São Luís (aeroporto) é feito através da BR-135 (22 km), entrando à direita logo após o Posto da Polícia Rodoviária Federal na Estrada do Coqueiro (1,5 km) e por estrada de serviço da EFC (1km).

A área de inserção do sítio encontra-se no domínio da denominada Baixada Maranhense, a qual é modelada em sedimentos fluviomarinhos, recentes, ou não, com solos hidromórficos a oxídicos, cobertos por vegetação de influência marinha (restinga) e fluviomarinha (mangues) e ambientes florestais ombrófilos de natureza fluviomarinha ou aluvial. As altitudes variam de 5 a 30 metros.

A unidade geológica localiza-se na Província Parnaíba, constituída por depósitos de pântano e mangues do Quaternário (Mapa 1). Eles cobrem os sedimentos terciários do Grupo Barreiras constituídos por arenitos amarelados a avermelhados, imaturos e inconsolidados, conglomerados lateríticos, siltitos argilosos maciços e friáveis.

Estas áreas baixas estão sujeitas a

inundações decorrentes de uma interação estreita das dinâmicas marinhas e fluviais, ambientes hidromórficos que se alternam com domínios permanentemente secos, localmente com níveis freáticos elevados. Junto com a influência do clima semi-úmido, ocorrem tipos vegetacionais com influência flúvio-marinha (manguezal e campo salino), dentro da Unidade geomorfológica de Planícies Fluviais e Flúvio-Marinhas (Mapa 2).

Nestes ambientes, em geral são formados gleissolos. Eles são solos minerais hidromórficos em geral mal ou muito mal drenados, com lençol freático elevado na maior parte do ano. São solos relativamente recentes, pouco evoluídos, portanto com grande variabilidade espacial (Mapa 3).

A evolução geomorfológica deste território conhecido como Golfão Maranhense, de acordo com Ab'Saber (1960), inicia-se com o soerguimento da faixa litorânea, no Plioceno, implicando em superimposição da rede de drenagem e erosão da Formação Barreiras, seguido por um novo soerguimento com retomada de erosão e aprofundamento dos vales a um nível mais inferior. Já no Pleistoceno, ocorreu uma maior regressão marinha, originando uma nova configuração das baias de São Marcos e São José, o insulamento da ilha do Maranhão, deixando como testemunho no continente a planície marinha de Perizes. No final da Época Pleistocênica, ocorreu um terceiro soerguimento, ainda que de menor intensidade, e uma moderada transgressão marinha, responsável pela redefinição da morfologia do Golfão Maranhense. A fase máxima de erosão ter-se-ia processado, sob condições climáticas mais secas que as atuais, quando da formação de cangas ferruginosas.

O sítio está implantado em alta, média e baixa vertente de um terreno ondulado na margem esquerda da EFC, com solos predominantemente areno-argilosos de coloração marrom-escuro amarelada e cobertura vegetal de pastagem. Estende-se desde o topo da suave colina até as porções mais baixas, onde ocorrem afloramentos de blocos lateríticos. A drenagem mais próxima dista 40 metros e nesta podem ser vistas feições de mangue, caracterizadas por solos arenosos, arenitos, seixos e rochas silicatadas. (Habilis, 2015). Os processos morfodinâmicos recentes são marcados pela acumulação flúvio-marinha em planícies alagadiças e a dissecação flúvio-marinha rampeada ou de topo sobre colinas suaves com substrato pouco resistente.

O terreno possui nível superficial (Ap) altamente alterado pelas atividades relacionadas ao pasto e cultivo, como queima, arados e adubação. Vestígios expostos por estas atividades são comuns. Carvões, ossos e restos de construção de alvenaria, nas áreas próximas à estrada que corta o pasto, são facilmente encontrados de 0-0,15 metros de profundidade (Habilis, 2015).

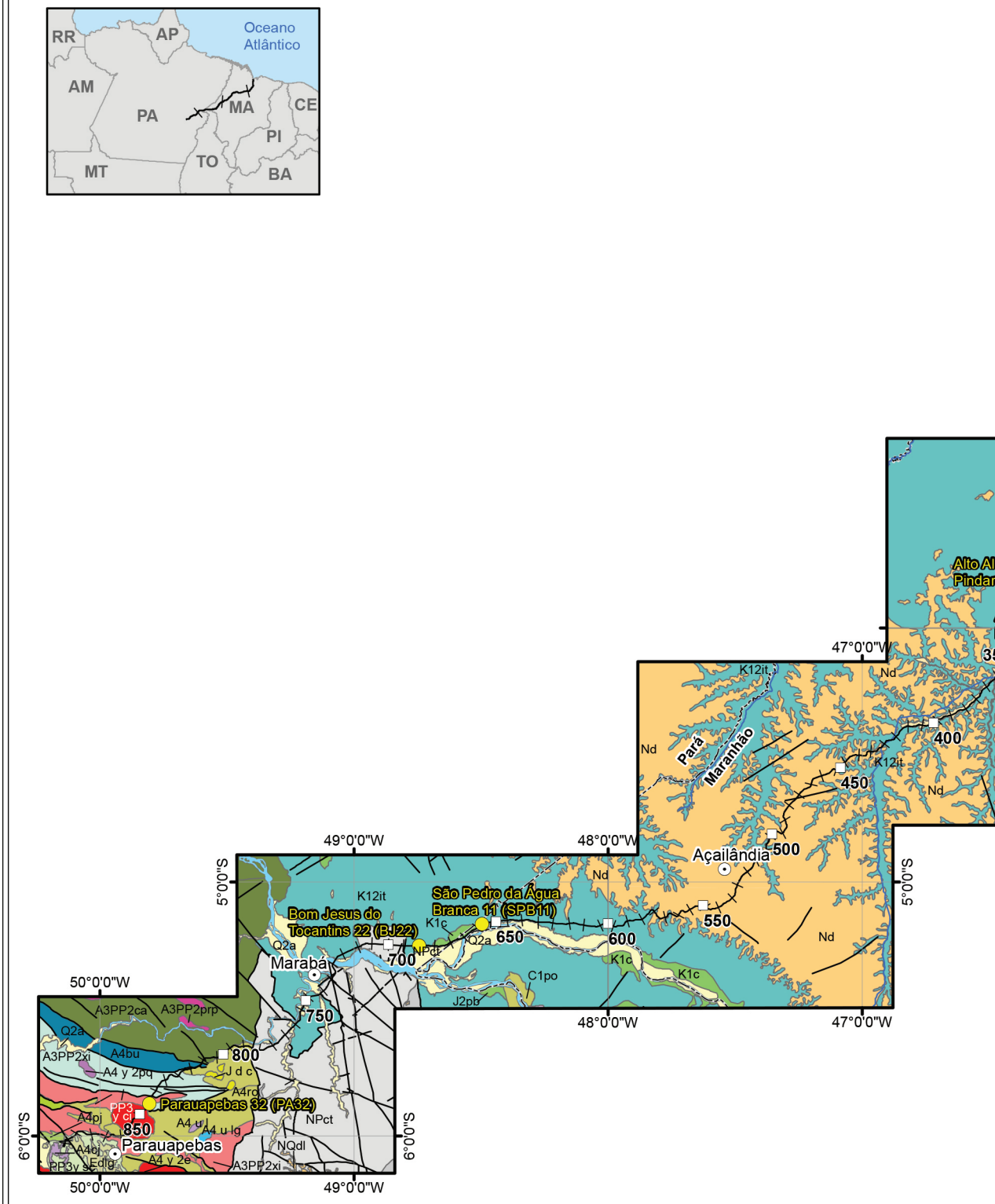
Ocorrem claras distinções estratigráficas entre a área central, alcançando 7 níveis estratos arqueológicos (1,04 metros de profundidade), as áreas transicionais (entorno de 5 estratos, 0,83 metros de profundidade) e áreas periféricas (3 estratos, 0,4 metros de profundidade). A textura arenosa do solo pode ter concorrido para as ocorrências pontuais de fragmentos em profundidades até 1,30 metros no solo. A camada antrópica arqueológica (Au) é relativamente espessa (Habilis, 2015).

O piso ocupacional do sítio está marcado em média a 0,6 metros de profundidade. Os solos areno-argilosos a franco-arenosos possibilitaram intrusão de lascas líticas e algumas cerâmicas em camadas mais profundas, em até 1,20 metros de profundidade. O posicionamento do sítio frente à paisagem sugere atividades pós-deposicionais nas quais atuaram a gravitação e carreamento/deposição de silicatos com diferentes tamanhos (marcado, também pela intercalação de camadas de silicatos com granulometria e compactação variadas). Estes podem ter aterrado alguns fragmentos cerâmicos ou concorrido para que fossem expostos no topo da vertente (Habilis, 2015).

6.2 MEIO NORTE MARANHENSE

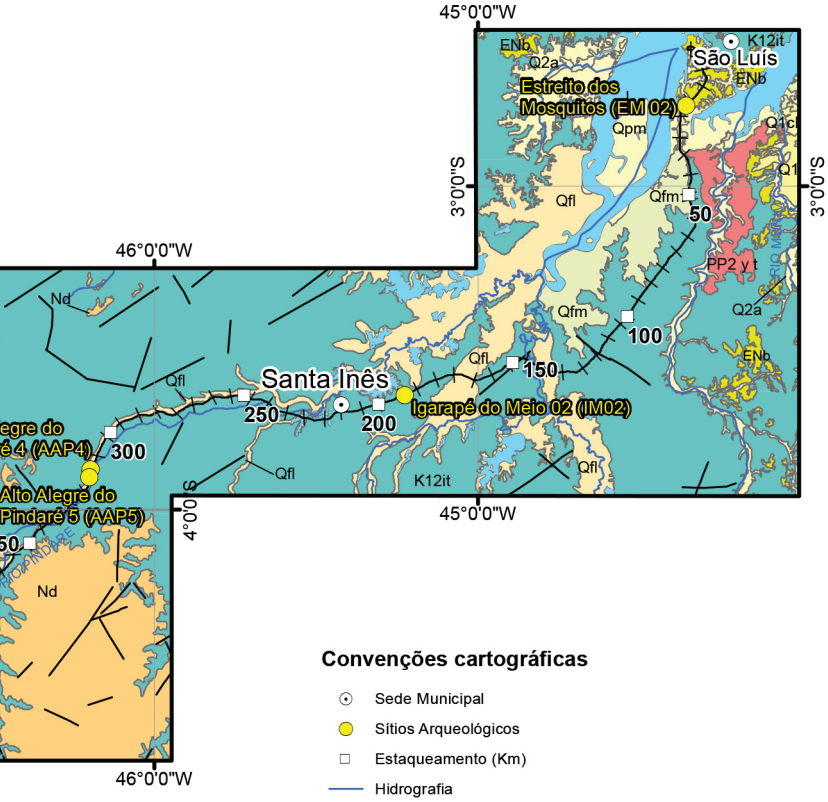
6.2.1 Igarapé do Meio 02 (IM02)

O Sítio Arqueológico Igarapé do Meio 02 está localizado no Km 190+500 da EFC, distante aproximadamente 10 km da sede do município homônimo. O acesso a partir de Igarapé do Meio é feito pela BR 222 sentido Santa Inês (6 km), seguindo à direita em estrada municipal não



Base Cartográfica:
Limites Políticos (IBGE),
Geologia e Hidrografia (CPRM) e
Ferrovia (VALE, 2011)

Mapa 1 - Mapa geológico regional ao longo da Estrada de Ferro Carajás



Convenções cartográficas

- Sede Municipal
- Sítios Arqueológicos
- Estaqueamento (Km)
- Hidrografia
- Traçado EFC
- Limite estadual
- Massa d'água

N W E S

1:2.600.000

0 15 30 60 Km

Sistema de Coordenadas Geográfica
Datum Horizontal SIRGAS 2000

Unidades Geológicas

Cenozóico

- ENb Grupo Barreiras
- Edlg Lateritos e Gossans
- NQdl Coberturas detrito-lateríticas
- Nd Depósitos detríticos e/ou lateríticos
- Q2a Depósitos aluvionares
- Qfl Depósitos flúvio-lagunares
- Qfm Depósitos flúvio-marinhos
- Qpm Depósitos de pântanos e mangues
- Qfe Depósitos Eólicos Continentais
- Q1d Depósitos de cordões litorâneos

Mesozóico

- J d c Corpo Diabásio Cururu
- K1c Formação Codó
- K12it Formação Itapecuru
- J2pb Formação Pastos Bons

Paleozóico

- C1po Formação Poti
- P12pf Formação Pedra-de-Fogo

Neoproterozóico

- NPct Formação Couto Magalhães
- NP u g Unidade Intrusivas Máfico-Ultramáficas (Quatipuru)
- NPpq Formação Pequizeiro

Paleoproterozóico

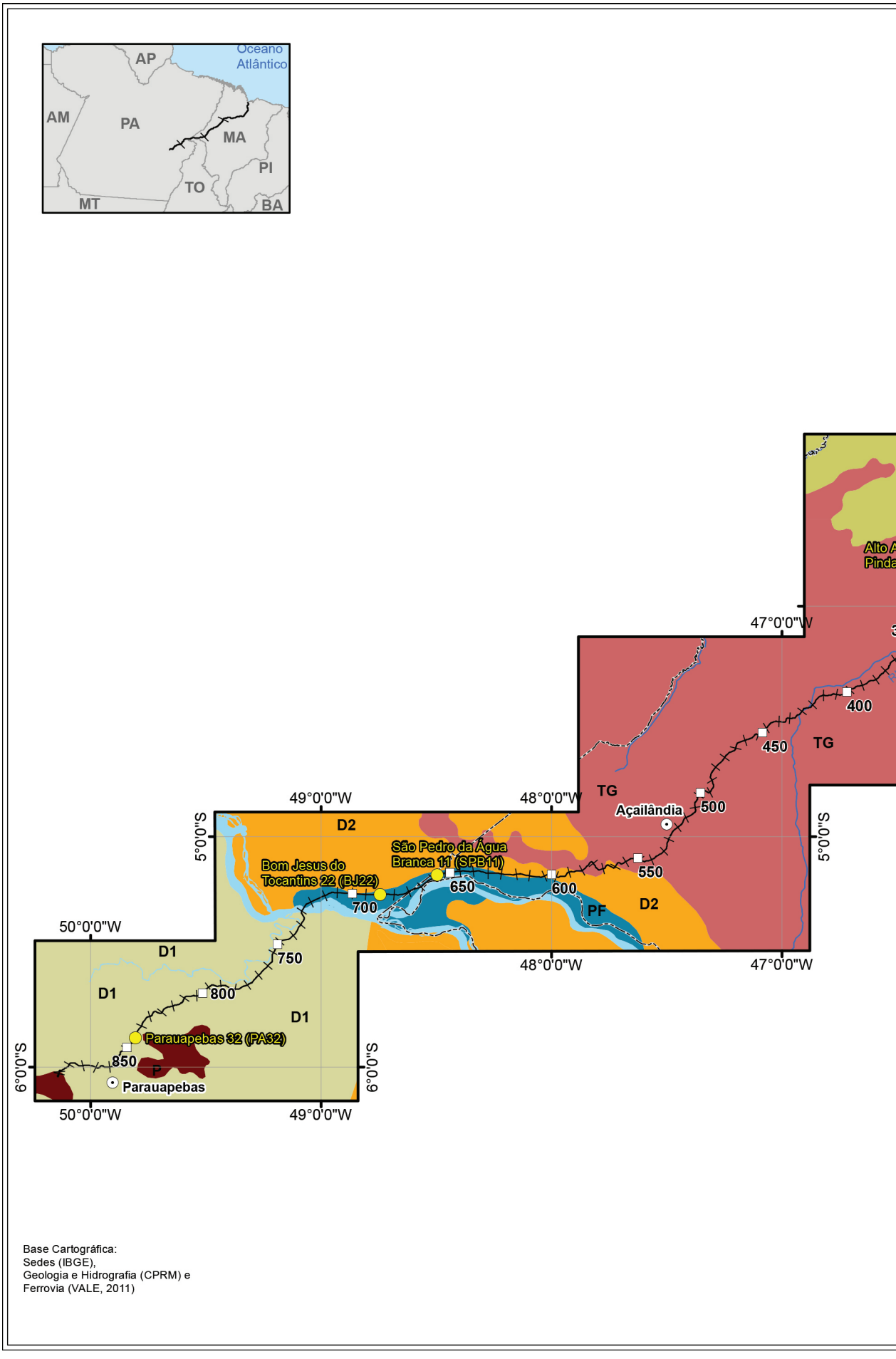
- PP2 y t Suíte Intrusiva Granitóide Tromaí
- PP3 y ci Corpo Granito Cigano
- PP3 y sc Corpo Granito Serra dos Carajás
- PP3pd Grupo Paredão

Neoarqueano

- A4 y 2e Complexo Granítico Estrela
- A4y2ge Corpo Granito Geladinho
- A4 y 2pq Unidade Granito Plaquê
- A4 u l Complexo básico-ultrabásico Luanga
- A4 u lg Complexo básico-ultrabásico Lagoa Grande
- A4ab Grupo Alto Bonito
- A4ac Formação Águas Claras
- A4bu Grupo Buritirama
- A4cj Formação Carajás
- A4pj Grupo Igarapé Pojuca
- A4pp Formação Parauapebas
- A4ro Grupo Rio Novo
- A4ta Grupo Tapirapé

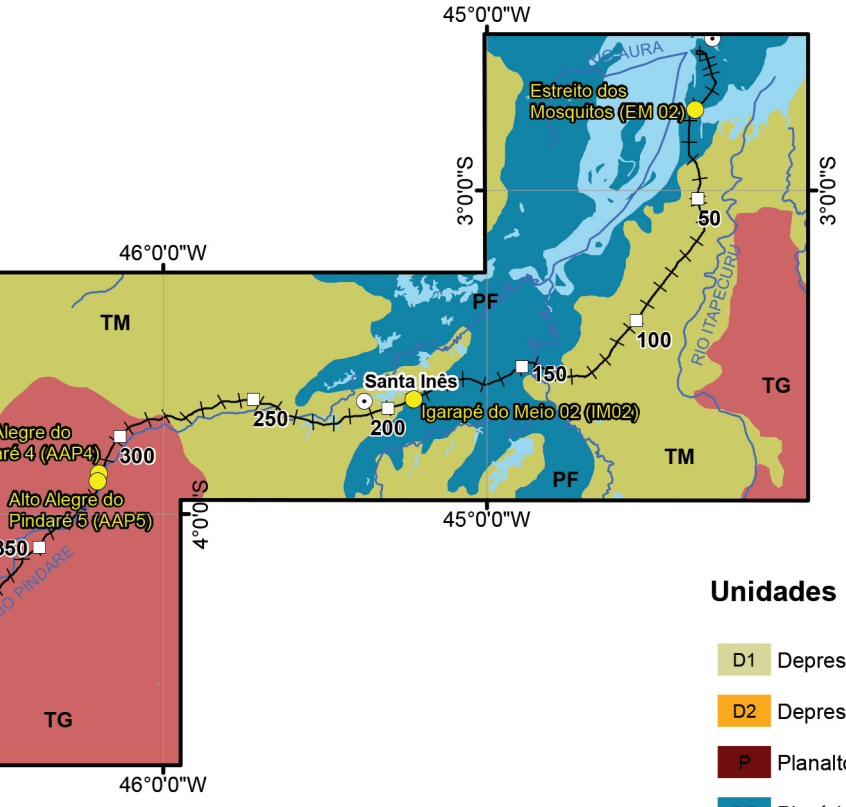
Mesoarqueano

- A3PP2ca Unidade Enderbito Cajazeiras
- A3PP2d Suíte Granulítica Direita
- A3PP2prp Unidade Piriclasito Rio Preto
- A3PP2xi Complexo Xingu



Base Cartográfica:
Sedes (IBGE),
Geologia e Hidrografia (CPRM) e
Ferrovia (VALE, 2011)

Mapa 2 - Mapa geomorfológico ao longo da Estrada de Ferro Carajás



Convenções cartográficas

- Sede Municipal
- Sítios Arqueológicos
- Estaqueamento (Km)
- Hidrografia
- Traçado EFC
- Limite estadual
- Massa d'água

Unidades Regionais

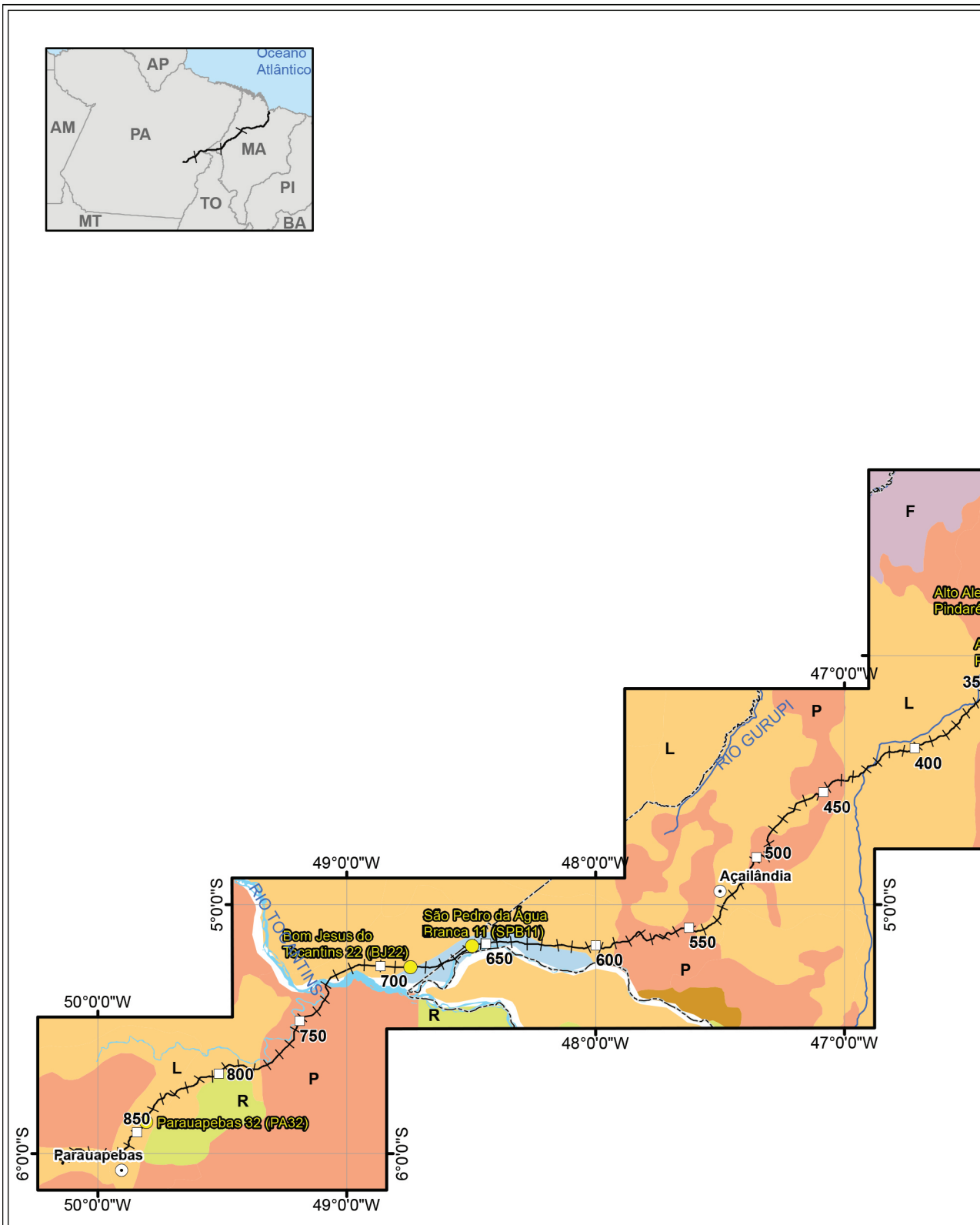
D1	Depressão da Amazônia Meridional
D2	Depressão do Médio Tocantins
P	Planaltos Residuais do Sul da Amazônia
PF	Planícies Fluviais e Flúvio-marinhas
TM	Tabuleiros Maranhenses
TG	Tabuleiros dos Rios Gurupi-Grajaú

N
W E
S

1:2.600.000

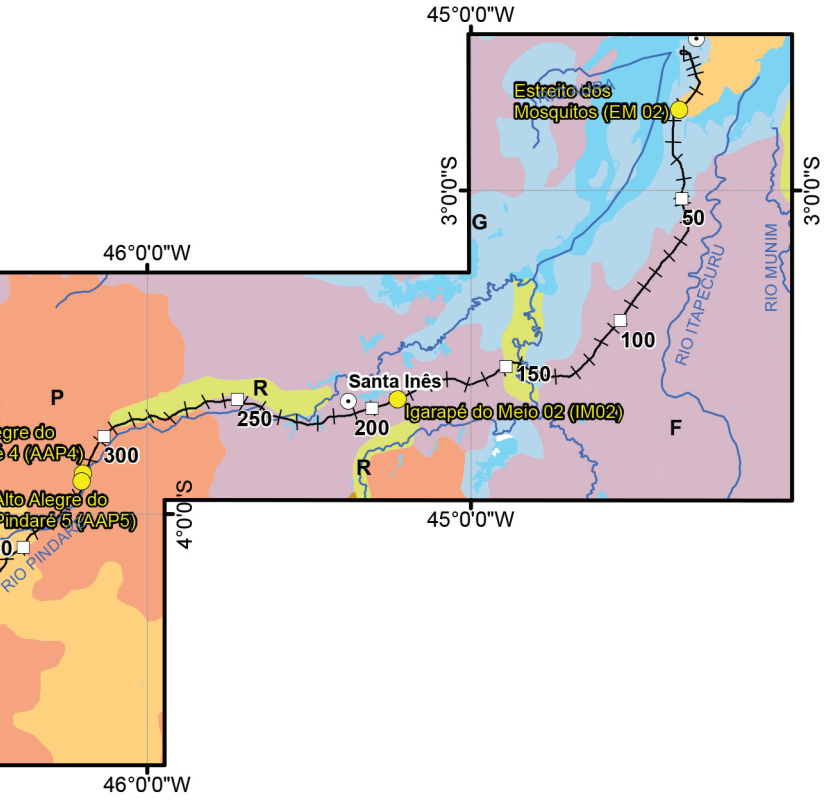
0 15 30 60 Km

Sistema de Coordenadas Geográfica
Datum Horizontal SIRGAS 2000



Base Cartográfica:
Sedes e Limites Administrativos (IBGE),
Hidrografia (CPRM), Ferrovia (VALE, 2011) e
Solos (EMBRAPA)

Mapa 3 - Classes de solo em nível regional ao longo da Estrada de Ferro Carajás



Convenções cartográficas

- Sede Municipal
- Sítios Arqueológicos
- Estaqueamento (Km)
- Hidrografia
- Traçado EFC
- Limite estadual
- Massa d'água

Classe de Solos

- P Argissolo
- G Gleissolo
- L Latossolo
- T Luvissolo
- R Neossolo
- F Plintossolo

N W E S

1:2.600.000

0 15 30 60 Km

Sistema de Coordenadas Geográfica
Datum Horizontal SIRGAS 2000

pavimentada em direção ao km 192,5 da EFC (2 km), e novamente à direita em estrada de serviço da EFC (2 km).

O sítio está associado à Província do Parnaíba, Formação Itapecuru, que corresponde a uma ampla formação sedimentar que recobre todo o Meio Norte Maranhense até o Sudeste do Pará (Mapa 1). Em geral apresentam-se recobertos por sedimentos quaternários inconsolidados, como areias, conglomerados e argilitos superpostos às rochas da Formação Barreiras. As formas de relevo correspondem a chapadões, com terrenos suaves a fortemente ondulados

Encontra-se no contexto das Planícies Fluviais e Flúvio-marinhas da Baixada Maranhense (Mapa 2) composta por sedimentos fluviais, flúvio-marinhos e flúvio-lagunares quaternários (areia e silte) que se associam a gleissolos, neossolos flúvicos, plintossolos, argissolos e neossolos quartzarênicos (Mapa 3).

A superfície do sítio apresenta-se como um terreno levemente ondulado onde ocorrem pequenos igarapés intermitentes, em ambas as margens da EFC. No campo constatou-se que apenas a vegetação no topo dos terrenos fora preservada, enquanto que as margens sofreram total supressão, incluindo grande perturbação do subsolo em até 0,20 metros de profundidade. Tal atividade pode ter causado danos ao sítio arqueológico que poderia outrora estar presente na área (Habilis, 2015). Os processos morfodinâmicos recentes incluem a dissecação convexa em porções colinosas, bem como a acumulação flúvio-marinha e fluvial, em planícies alagáveis e planícies fluviais.

Nas 28 tradagens realizadas nas margens da faixa de servidão não foram encontrados vestígios arqueológicos. O mesmo resultado também se repetiu nas vistorias de superfície. Os solos prospectados apresentam coloração amarelada (nas áreas de supressão vegetal) ou marrom-claro (nas áreas com vegetação em superfície). Reforçado pelo alto nível de antropização da área, o resultado negativo para presença de sítios arqueológicos pode ter sido em função do elevado grau de intervenções espaciais da região, na abertura de estradas, da própria ferrovia, acessos, dentre outros. Camadas muito perturbadas, baixa concentração de matéria orgânica e alta atividade de intemperismo foram vistas em todas as tradagens (Habilis, 2015).

6.3 OESTE MARANHENSE

6.3.1 Alto Alegre do Pindaré 04 (AAP04)

O Sítio Arqueológico Alto Alegre do Pindaré 04 está localizado no Km 316+400 da EFC. O acesso se faz via estrada municipal partindo da sede municipal de Alto Alegre do Pindaré, paralelamente à EFC, por aproximadamente 50 km, encontrando-se vizinho à localidade de Roça Grande.

A área de inserção do sítio encontra-se na Província Parnaíba, no domínio dos depósitos flúvio-lagunares do Quaternário, os quais cobrem a Formação Itapecuru (Mapa 1), uma sequência de arenitos variados, com intercalações de siltitos e argilitos, conglomerados e, subordinadamente, folhelhos de idade cretácea.

Em relação aos aspectos geomorfológicos, encontra-se no domínio dos Tabuleiros dos Rios Gurupi-Grajaú (Mapa 2), composto por um conjunto de relevos tabulares, muito fragmentados e separados por uma densa rede de drenagem, com altitudes próximas a 250 metros. A cobertura é da floresta ombrófila, presente no leito do rio Pindaré. Seus vales apresentam ainda evidências de morfogênese menos úmida, com processos de sedimentação muito extensos.

A área mostra um relevo fortemente dissecado na Formação Itapecuru, apresentando superfícies com rebordos erosivos. Encontra-se entalhada pelos vales e rios que seguem a direção NE e N-NW. As diversas alterações das direções dos cursos dos grandes rios, combinada com o reencaixamento da rede de drenagem, com a retomada da erosão nos vales e nos rebordos erosivos, indicam movimentações por soerguimento epirogenético sucessivo. Esta dissecação intensa é propiciada por litologia sedimentar. Ela se comporta como pouco resistente ante uma morfogênese úmida, criada pela cobertura de floresta ombrófila (Radambrasil, 1981).

Os solos são compostos por argilossolos (Mapa 3), os quais apresentam um evidente incremento no teor de argila do horizonte superficial para o horizonte B, com ou sem decréscimo nos horizontes subjacentes. São de profundidade

variável, de forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas, e mais raramente, brunadas ou acinzentadas

O Sítio está localizado sobre uma elevação suave do terreno circundante, inserido na planície de inundação da margem esquerda do rio Pindaré, em ambos os lados do eixo da EFC. Possui uma área em declive bastante suave em direção Norte, levemente aguda para sudoeste, na baixada para a área de várzea do Pindaré e com declividade mais abrupta no sentido leste. A oeste o rio Pindaré delimita a Terra Indígena Caru, dos Awá Guajás e Guajajaras.

Os processos morfodinâmicos recentes são representados pela acumulação fluvial, dissecação tabular em topos aplainados e dissecação com recuo escarpado de vertentes com erosão de encostas.

Em todo o sítio é possível observar um horizonte A com espessuras e tons de coloração variáveis, sempre com a presença de matéria orgânica e alguns carvões esparsos, decorrente da coivara. Nas proximidades da barranca do rio há ocorrência de material arqueológico em superfície (Scientia, 2011).

De um modo geral, o material arqueológico encontra-se até 0,30-0,40 metros de profundidade, alcançando no máximo 0,80 metros. Pelos estudos arqueológicos já realizados, há indícios de duas ocupações do espaço. Elas podem ou não estar associadas à mesma temporalidade (Scientia, 2011).

6.3.2 Alto Alegre do Pindaré 05 (AAP05)

O Sítio Arqueológico Alto Alegre do Pindaré 05 está localizado no Km 319+100 da EFC. O acesso se faz via estrada municipal partindo da sede municipal de Alto Alegre do Pindaré, por aproximadamente 52 km, encontrando-se vizinho à localidade de Roça Grande, cerca de 2,5 km ao sul do sítio AAP 04.

Similarmente ao sítio Alto Alegre do Pindaré 04, encontra-se numa área de relevo fortemente dissecado com depósitos flúvio-lagunares de idade quaternária cobrindo a Formação Itapecuru (Mapa 1), no domínio dos Tabuleiros dos Rios Gurupi-Grajaú (Mapa 2), apresentando superfícies com rebordos erosivos, entalhada pelos vales e rios que seguem a direção NE e N-NW. Os terrenos caracterizam-se por extensas planícies fluviais, modeladas pelo rio Pindaré. Elas abrigam em seu interior feições lacustres representadas por meandros abandonados ou canais de rios frequentados por cheias anuais. Predominam os argilossolos (Mapa 2).

O sítio Alto Alegre do Pindaré 5 está implantado sobre uma elevação suave do terreno circundante, inserido na Planície de Inundação do rio Pindaré, numa feição geométrica elementar do tipo côncavo-côncavo, chegando em seus pontos mais altos a 5 metros de altura em relação ao eixo da Estrada de Ferro, aproximadamente 15 metros em relação à calha do rio Pindaré e a 51 metros de altitude em relação ao nível do mar. Possui uma área naturalmente aplanada com declividades mais abruptas no sentido sul e oeste, e mais suaves para leste e nordeste. A oeste do sítio, encontra-se a Terra Indígena Caru, que abriga os grupos étnicos Guajá e Guajajara (Scientia, 2011).

Os processos morfodinâmicos recentes são representados pela acumulação fluvial, dissecação tabular em topos aplainados e dissecação com recuo escarpado de vertentes com erosão de encostas.

O Sítio encontra-se bastante perturbado por ações antrópicas, sejam as relacionadas com a agropecuária ou as relacionadas à abertura e manutenção de estradas de rodagem e férrea. A área demonstra menor incidência de material em superfície, sendo as maiores ocorrências entre 0,10 e 0,40 metros de profundidade. A espessura da chamada "camada arqueológica" não muda de uma para outra área, girando em torno dos 0,3 metros (Scientia, 2011).

As características gerais de topografia, estratigrafia, relação e proximidade com o rio Pindaré e a distribuição do material arqueológico demonstram que o sítio recebeu, a princípio, apenas a ocupação de um grupo ceramista. Possivelmente, eles são aparentados com os índios da etnia Guajajara, em um tempo bastante recente, visto que o material cerâmico aparenta correlação com a cerâmica Tupi-guarani. Segundo o mapa de Nimuendajú, esta seria área de deslocamento dos Guajajaras (Scientia, 2011), dentre outros fatores, o que levou à delimitação da TI Caru, na década de 1980.

6.3.3 São Pedro da Água Branca 11 (SP11)

O Sítio Arqueológico São Pedro da Água Branca 11 está localizado no Km 656+450 da EFC, assentado sobre um terreno suavemente ondulado, em direção ao rio Tocantins. O acesso a partir de São Pedro de Água Branca é feito por estrada não pavimentada seguindo em direção sul até a EFC (9 km) e depois em direção oeste em estrada de serviço da ferrovia (5 km).

A área de inserção do sítio encontra-se na Província Geológica Tocantins, no domínio da Formação Codó (Mapa 1), de idade mesozóica, constituída por folhelhos, folhelhos betuminosos, intercalados com finas camadas de calcário. Ocorrem também evaporitos e arenitos de granulação grossa.

Em relação aos aspectos geomorfológicos, encontra-se no contexto da Unidade de Planícies Fluviais e Flúvio-marinhas (Mapa 2), situado na planície de inundação do rio Tocantins. Neste ambiente ocorrem os gleissolos (Mapa 3), desenvolvidos em sedimentos recentes não consolidados, de constituição argilosa, argilo-arenosa e arenosa, desde mal a muito mal drenados. Apresentam características resultantes da influência do excesso de umidade permanente ou temporário, devido a presença do lençol freático próximo à superfície, durante um determinado período do ano. Ocorrem também Neossolos Flúvicos associados, solos minerais pouco desenvolvidos com pequena espessura. Os processos morfodinâmicos recentes são marcados pela acumulação fluvial em planícies de inundação.

Em geral o sítio está implantado em uma área de solo argilo-arenoso, de coloração bruno-escura amarelada, em ambas as margens da EFC. Nas áreas próximas a habitações e à ferrovia são notáveis espessas camadas argilosas de aterro e em outras áreas, cortes que denotam o aplainamento do terreno para fins diversos (Habilis, 2015).

A profundidade máxima alcançada na qual foi encontrado material arqueológico foi de 1,0 metro. Os fragmentos cerâmicos estão distribuídos verticalmente em maiores concentrações entre as profundidades 0-0,10 a 0,30-0,40 metros. No entanto, nota-se que a taxa de gradação desses valores não é regular. Na sequência, a camada de ocupação entre as profundidades 0,80-0,90 metros aparece como a segunda mais densa, equiparando-se, na sequência, com a camada 0,40-0,50 metros e também, nas profundidades de 0,70-1,0 metros de profundidade. Certamente, esses dois grupos de concentração, entre 0 e 0,40 metros e 0,60 a 0,90 metros sugerem diferentes momentos da ocupação pré-histórica ou, até mesmo, o uso diferencial do espaço com variados regimes de deposição da tralha cerâmica. Quanto aos vestígios líticos, as maiores concentrações estão presentes até os 0,40 metros de profundidade, diminuindo consideravelmente com a profundidade (Habilis, 2015).

6.4 SUDESTE PARAENSE

6.4.1Bom Jesus do Tocantins 22 (BJ 22)

O Sítio Arqueológico Bom Jesus do Tocantins está localizado no Km 686 +750 da EFC. O acesso a partir de São Pedro de Água Branca é feito por estrada não pavimentada seguindo em direção sul até a EFC (9 km) e depois em direção oeste em estrada de serviço da ferrovia (35 km).

A área de inserção do sítio encontra-se na Província Geológica Tocantins, Formação Itapecuru (Mapa 1), de idade cretácea, mostrando litotipos tais como arenitos, siltitos e argilitos, conglomerados e folhelhos.

Em relação aos aspectos geomorfológicos, encontra-se no limite entre o domínio das Planícies Fluviais e Flúvio-marinhas e o domínio da Unidade de relevo Depressão do Médio Tocantins (Mapa 2). Predominam relevos do tipo patamares estruturais, que se encontram dissecados em modelados colinosos e tabulares, com altitudes de 150 a 300 metros. Também se diferenciam amplas áreas de relevo de deposição representadas por planícies fluviais e por terraços com lagoas que ocorrem ao longo do rio Tocantins. Em seus canais ocorrem barras arenosas, ilhas, travessões e corredeiras. Os processos morfodinâmicos recentes são marcados pela acumulação fluvial em planícies de inundação.

Os solos predominantes são os latossolos amarelos (Mapa 3), solos minerais, não hidromórficos, em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, normalmente muito profundos, com espessura do solum em geral superior a dois metros, de elevada permeabilidade interna. Nas áreas

inundáveis ocorrem Gleissolos.

Processos de impacto direto sobre o sítio arqueológico BJ-22 não foram vistos apenas ao longo da faixa de servidão. A paisagem sobre a qual o sítio arqueológico está implantado também sofreu impactos dentro da área privada, na qual a maior área da poligonal de delimitação inicial do sítio BJ-22 está definida. Os solos mostrados pelas tradagens refletem camadas de coloração amarelada, areno-argilosas, friáveis, altamente compactadas com traços de óxidos-hidróxidos de ferro (goethitas e hematitas). Isto reflete áreas nas quais houve supressão do horizonte A (antrópico) do solo, deixando exposta apenas a camada estéril (sem material arqueológico) identificada como horizonte B, geralmente profunda e sem vestígios materiais. O sítio arqueológico é denso e a camada arqueológica atinge 0,60 metros de profundidade. Dado o fato de que grande parte do sítio está situada em propriedade privada, intui-se que a integridade deste na área é maior, mostrando grande potencial de resgate e boas condições para pesquisa (Habilis, 2015).

6.4.2 Parauapebas 32 (PA32)

O Sítio Arqueológico Parauapebas 32 está localizado no Km 843+336 da EFC. O acesso a partir de Parauapebas (Estação Ferroviária) é feito por estrada de serviço da ferrovia seguindo em direção a São Luís (20 km).

A área de inserção do sítio encontra-se na Província Geológica Carajás, Grupo Tapirapé (Mapa 1), de idade neoarqueana, representado por um conjunto de metabasitos ortoderivados, que exibem uma marcante invariabilidade textural e composicional.

Está inserido na paisagem da Depressão da Amazônia Meridional (Mapa 2), que corresponde a uma antiga superfície de aplainamento, formando uma paisagem com relevos com diferentes graus de dissecação e sucessão de colinas e encostas, compondo um perfil suave-ondulado, onde ocorrem latossolos vermelho-amarelos (Mapa 3). As altitudes do sítio variam de 110 a 220 metros.

Essa extensa faixa deprimida é o resultado da atuação de processos erosivos pós-pliocênicos que, orientados pela conformação estrutural e diferenças litológicas de grandes massas de relevo, elaboraram uma grande faixa de circundesnudação na periferia das bacias paleozóicas do Piauí-Maranhão e do Amazonas. Nas áreas menos dissecadas predominam colinas com vales pouco aprofundados, colinas com topo aplanado e inselbergs e formas tabulares com dissecação incipiente. Nas áreas mais dissecadas ocorrem com vales encaixados e ravinas, colinas, cristas e ravinas; e ainda dissecados em ravinas com vales encaixados (Radambrasil, 1981).

O sítio está implantado sobre relevo plano em ambas as margens da EFC, com leve declive para nordeste em direção ao rio Surpresa, na margem esquerda. Nesta superfície aplainada, o rio Surpresa compõe uma planície com canal fluvial de padrão meandrante e paleocanais, como resultado de gradientes moderadamente baixos. Os processos morfodinâmicos recentes predominantes são a disseção incipiente e a acumulação de sedimentos nas calhas e planícies fluviais.

A vegetação do terreno é composta de pasto com juquira. O solo possui textura arenosa de coloração variando entre o marrom claro e o marrom avermelhado. A superfície encontra-se antropizada pela atividade de aragem e preparação do solo para cultivo. Fragmentos cerâmicos foram expostos à superfície pelo revolvimento do solo. As camadas subsequentes refletem uma ocupação não muito intensa, onde o pacote arqueológico possui de 0- 0,14 metros de profundidade, seguindo-se da camada estéril. O nível de preservação do sítio é baixo devido ao histórico de ocupação (Habilis, 2015).

7 CONCLUSÃO

A Arqueologia é uma ciência interdisciplinar por excelência que, para entender as diferentes implicações dos seus vestígios, sejam eles o solo, a cerâmica, os artefatos líticos , precisa dialogar com diferentes áreas do saber. Dentre outras, citamos a Antropologia, que versa sobre o comportamento dos homens, e as ciências da terra, que se ocupam de entender a natureza e seus componentes.

O cenário exposto revela a diversidade de um recorte espacial, que compreende regiões entre o litoral maranhense, na Ilha de São Luís e o sudeste Paraense (Província Carajás).

Os estudos destes sítios mostram uma

variabilidade paisagística esculturada ao longo de milhares de anos nestas regiões e ocupações humanas igualmente diversas que se apropriaram destes espaços tendo por mediação a técnica, seja ela ceramista, seja através das estratégias de captação de recursos ou mesmo outras. O certo é que os homens trataram de criar modos específicos de lidar com cada paisagem e, igualmente, moldá-la, para tornar estes lugares habitáveis e funcionais. A regionalização destes caracteres, não apenas os naturais, mas também humanos, é um exercício fundamental no entendimento dos fluxos ocupacionais e formação de territórios. Exercício este que consiste no cerne do saber arqueológico.

AGRADECIMENTOS

Nosso agradecimento à equipe Vale, em especial aos nossos gestores Marconi Nóbrega e Maximiliano Benedetti pela colaboração e apoio na execução dos trabalhos. À Equipe Habilis o nosso reconhecimento pela parceria na realização das atividades.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ab'saber, A.N. Contribuição a Geomorfologia do Estado do Maranhão. Notícias Geomorfológicas: Campinas, Departamento de Geografia da UNICAMP, 3(5). Abril, 1960.

Amplo. Estudo Ambiental (EA) e Plano Básico Ambiental (PBA) do Projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás. Volume 2 (Meio Físico), 564p; Volume 6 (Análise Integrada, AIA, Prognóstico, PBA, Conclusões, 955p). São Luís, 2011.

Arcadis/Tetraplan. Estudo Ambiental e Plano Básico Ambiental (EA/PBA) – Estrada de Ferro Carajás. São Luís, 2010.

Bemerguy, R.L.; Costa, J.B.S. Considerações sobre o sistema de drenagem da Amazônia e sua relação com o arcabouço tectono-estrutural. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi [S.I.], v. 3, p. 75-97. 1991.

Correa, C.G. Horticultores pré-históricos do litoral do Pará. Revista de Arqueologia [S.I.], v. 4, p. 137. 1987.

Costa, J.B.S. Aspectos geológicos dos lateritos da Amazônia. Revista Brasileira de Geociências [S.I.], v. 21, p. 146-160. 1991.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. Programa Levantamentos geológicos Básicos do Brasil. Folhas São Luís (SA.23-X-Z-A), Curupuru (SA.23-X-Z-C), Santa Inês (SA.23-Y-D), Vitorino Freire (SB.23-V-B), Açailândia (SB.23-V-A), Imperatriz (SB.23-V-C), Marabá (SB.22-X-D), Serra Pelada (SB.22-X-C) e Serra dos Carajás (SB.22-Z-A), escala 1: 250.000. Carta Geológica. Brasília: CPRM, 1994.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo Folhas SB-22 Araguaia, SA.23 São Luís e SB-23 Teresina. Carta Geológica. Brasília: CPRM, 2004.

Costa, M. L.; Behling, H.; Suguio, K.; Kaempf, N.; Kern, D.C. O Ambiente Amazônico: Paisagens Amazônicas sob a Ocupação do Homem Pré-histórico: Uma Visão Geológica, p.15-38. In: As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso de deste conhecimento na criação de novas áreas, Ed. (Teixeira, W.G.; Kern, D.C.; Madari, B. E.; Lima, H. N.; Woods, W. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 420p. 2009,

IBGE. Mapa Geomorfológico "Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal". 1997.

IBGE. Mapa Geomorfológico "Atlas Nacional do Brasil 4ª Edição, escala 1:5.000.000". 2006.

Ministério do Meio Ambiente. Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia. Brasília, 2010.

Embrapa. Centro Nacional e Pesquisa em Solos. Mapa de Solos do Brasil. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 67 p. 2011.

Habilis. Salvamento Arqueológico e Ações de Educação Patrimonial na Área de Expansão da Estrada De Ferro Carajás (Pará/Maranhão), Projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás, Relatório Final de campo, Volume I, maio de 2015, 82p.

Radambrasil. Departamento Nacional de Produção Mineral. Projeto RADAM Folha SA. 23 São Luís e parte da folha SA. 24 Fortaleza; Folha SB. 23 Teresina e parte da folha SB.24 Jaguaribe; Folha SB. 22 Araguaia e parte da folha SC.22 Tocantins. Rio de Janeiro, 1973.

Radambrasil Centro Nacional e Pesquisa em Solos. Folha SB. 22 - Araguaia e parte da Folha SC.22 - Tocantins; Folha SA.23 - São Luís e parte da Folha SA.24 - Fortaleza; Folha SB.23 - Teresina e

Parte da Folha SB.24 – Jaguaribe. Rio de Janeiro, 1981.

Saadi, A. et al. Neotectônica da plataforma brasileira. In: Souza, C. R.G. et al (Ed.). Quaternário do Brasil. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2005. p. 211-234. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi [S.I.], v. 78, p. 1-26, 1981.

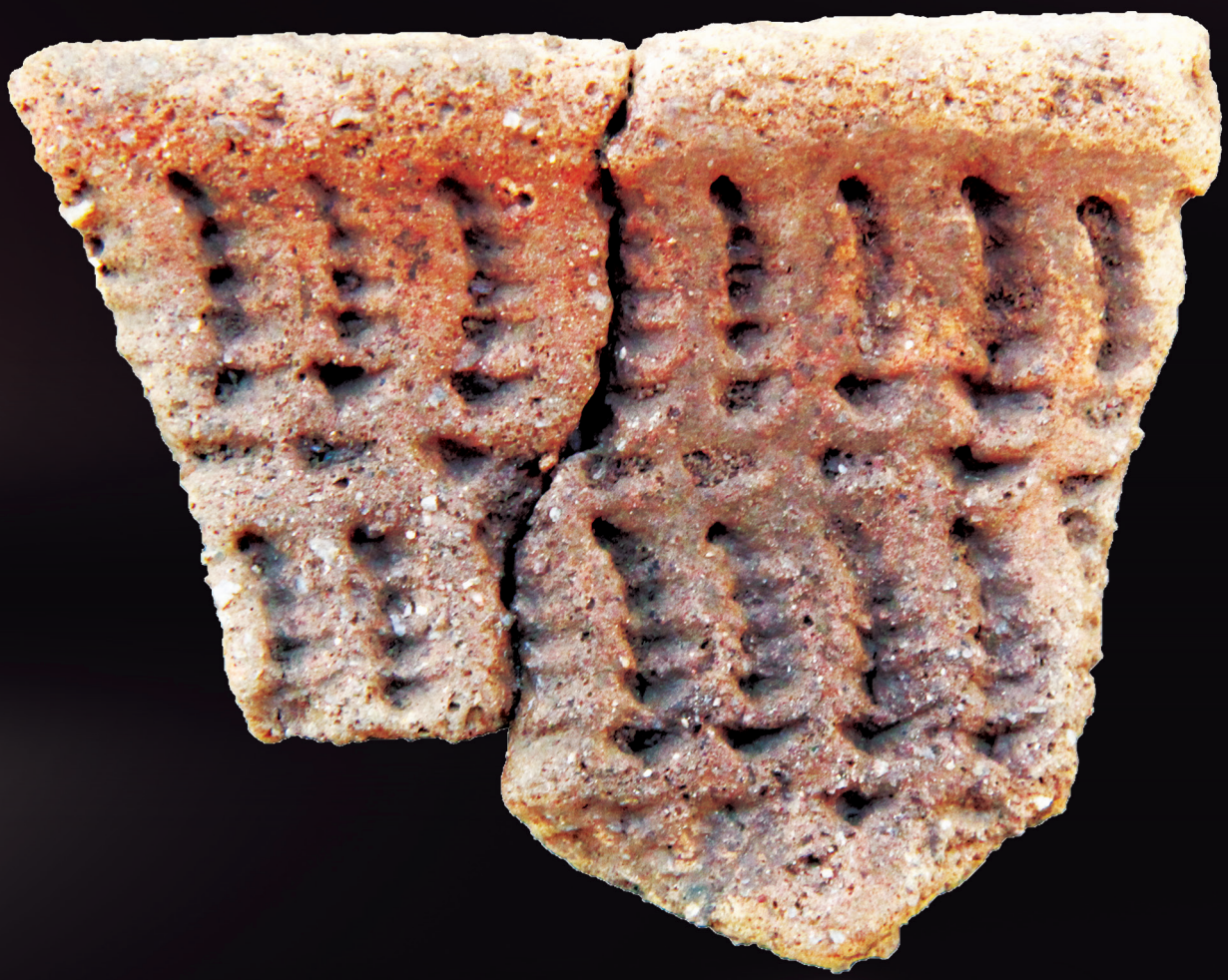
Scientia. Projeto de Prospecção Arqueológica em áreas de empréstimo, levantamento pericial arqueológico e educação patrimonial ao longo da Estrada de Ferro Carajás, MA/PA, Processo Iphan nº 01502.000600/2007-64Portaria Iphan nº 13/200, Relatório Parcial. 2008.

Scientia. Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial ao Longo da Estrada de Ferro Carajás, MA/PA. Processo Iphan n° 01450.008647/2009-91 Portaria Iphan n° 03/2009, Scientia Consultoria Científica Ltda., Relatório Parcial 2. 2010.

Scientia. Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial ao Longo da Estrada de Ferro Carajás, MA/PA. Processo Iphan n° 01450.008647/2009-91 Portaria Iphan n° 03/2009, Scientia Consultoria Científica Ltda., Relatório Parcial 4. 2011.

Simões, M.F. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi [S.I.], v. 78, p. 1-26. 1981.

Suguio, K. Geologia do Quaternário e mudanças ambientais (Passado Presente = Futuro?). São Paulo: São Paulos Comunicação e Artes Gráficas, 1999.



2

O SÍTIO ARQUEOLÓGICO ESTREITO DOS MOSQUITOS 02 E A ARQUEOLOGIA DA ILHA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO

Wesley Charles de Oliveira I André Heron Carvalho dos Reis
Fernando Ozorio de Almeida I Kaic Bueno Batista

1 O SÍTIO ESTREITO DOS MOSQUITOS 02 DENTRO DO MACROCONTEXTO DA ARQUEOLOGIA MARANHENSE

A área de transição entre a floresta amazônica e o litoral atlântico, na qual se insere o Estado do Maranhão, possui uma das ocupações mais recuadas da América do Sul, no que pode ser uma sequência cronológica contínua, ou com hiatos muito curtos de ocupação. A datação mais recuada foi identificada na fronteira entre o Pará e o Maranhão por Meggers e Miller (2003): cal. 12.900-13.305 AP. Na mesma região, em um topo de platô nas proximidades da cachoeira de Tucuruí, os sítios Breu Branco I e II também apresentaram datações com mais de 11 mil anos: cal. 10.660-11.160 AP (Breu Branco I) e cal. 10.930-11.090 AP (Breu Branco II). Esses dois sítios também apresentaram outras datas que apontam para ocupações locais durante a continuidade do Holoceno inicial e médio: cal. 8.440-9.010 AP (BBI), cal. 6.670-6.900 AP (BB2), e cal. 5.580-5.710 AP (BBI) (Caldarelli et al., 2005). Se o foco for deslocado para o leste, a cronologia mais antiga pode ser encontrada às margens do rio Flores, no sítio Ranchada, que possui uma datação cal. 8.640-9.000 AP. Próximo ao Ranchada, nas margens do rio Mearim, o sítio Remanso possui duas datações pré-cerâmicas relacionadas com o Holoceno médio, de cal 5.170-5.270 AP e cal. 4.180-4.530 AP (Caldarelli et al., 2005).

A ocupação de ceramistas na região apresenta pelo menos três componentes, dois deles mais antigos: Tradição Mina e Tradição Incisa Modelada/Barrancóide, também um mais recente, relacionado à Tradição Tupi-Guarani[1]. Não está claro qual das ocupações, Mina ou Incisa Modelada, é a mais antiga, uma vez que ambas foram identificadas em períodos próximos ao Holoceno médio. No sítio Bacanga na Ilha do Maranhão, Bandeira et al. (2008, 2012) identificou a cerâmica "pré-sambaquieira" (Inciso-Modelada) abaixo da ocupação conchífera, relacionada à Tradição Mina. As datações feitas por Termoluminescência, realizadas na cerâmica Inciso-Modelada, foram de 6.600+-1.400 A.P., enquanto a ocupação Mina teria a datação mais antiga (TL) de 5.800+-1.100 AP. Entretanto, a grande variação dentro dessas datações e uma subsequente datação radiocarbônica por volta de 2.000 AP para essas ocupações iniciais (Bandeira et al., 2012), causam dúvida sobre a profundidade dessa cronologia.

O que parece mais clara é a ligação litorânea com o baixo Amazonas e a cerâmica Mina. Inicialmente identificada por Simões (1981) no baixo Amazonas e litoral paraense, essa Tradição representa algumas das ocupações sedentárias sambaquieiras mais antigas da América do Sul. É também em um sambaqui do baixo Amazonas, o Taperinha (a priori não ligado à Tradição Mina), onde foram identificadas as cerâmicas mais antigas das Américas, com datações cal. próximas de 8.000 AP (Roosevelt et al., 1991). A entrada

1 Seguindo a nomenclatura utilizada por Almeida e Neves (2015).

na Ilha do Maranhão por essas "populações aquáticas", cujo modo de vida estava voltado à exploração litorânea e/ou dos grandes rios, pode ser compreendida então como uma extensão dessas ocupações Amazônicas. Se as datações do sítio Bacanga estiverem corretas, incluindo o final da cronologia desses grupos na ilha para o início do segundo século AD, é possível que tenhamos nessa região uma das ocupações mais extensas por parte desses sambaquieiros do leste amazônico, chegando aproximadamente a 5 mil anos.



Mapa 1. Localização dos sítios citados no texto

Em todos esses contextos – baixo Amazonas, litoral paraense e Ilha do Maranhão – a cerâmica da Tradição Mina é descrita como extremamente simples, com um reduzido número de formas, decorações restritas a engobos vermelhos e algumas incisões. As cerâmicas raramente possuem espessura superior a 1cm e tem a concha como antiplástico predominante. Cariapé e quartzo também são encontrados na pasta. O alisamento das superfícies é bastante rústico e o material em geral é bastante intemperizado (Oliveira & Silveira, 2016). A antiguidade dessa cerâmica levou a José Brochado (1984), dentro do seu modelo para a ocupação do leste da América do Sul, dar a ela um caráter de destaque como uma cerâmica matriz que teria levado ao surgimento de todas as demais. Tal hipótese segue sem ser testada até os dias de hoje.

A ocupação de produtores de cerâmica Incisa-Modelada/Barrancóide também parece estar conectada com grupos oriundos da Amazônia, possivelmente de língua Aruaque (Almeida, 2013). Entretanto, é difícil apontar se esses grupos vieram pelo litoral ou pelo interior, ainda que os dados hoje disponíveis apontem para o interior. Além da data problemática de 6.600 BP do sítio Bacanga, a cerâmica Incisa Modelada possui uma extensa e antiga cronologia no já citado sítio Remanso, com datas entre cal. 3558-4014 AP e 674-499 AP (Tabela 01). A extensão da cronologia, a baixa quantidade de material cerâmico desse sítio (comparado com outros sítios vizinhos) e a ausência de Terra Preta Antropogênica levaram a crer que é mais provável que o sítio tenha sido reocupado em uma ou mais ocasiões do que habitado de maneira contínua. Aparentemente, o sítio teria sido abandonado algum tempo depois da datação mais recente, uma vez que praticamente não há material nos níveis superiores desse sítio. Um dos poucos fragmentos desses níveis superiores (0-20cm) foi um fragmento da Tradição Tupi-Guarani, que permitiu especular que os Tupinambá estariam envolvidos com o fim da ocupação do sítio (ibidem).

A cerâmica do sítio Remanso foi descrita como provável possuidora de manufatura modelada, uma vez que em poucos fragmentos foi possível identificar marcas de rolete. Diferente de outros sítios identificados na região, que possuíam antiplástico de cariapé ou de mineral, o antiplástico predominante no sítio Remanso foi a argila moída . As formas cerâmicas, em geral, tinham contornos simples, sem ângulos e com paredes finas (espessura menor que 1cm), mesmo em vasos com grandes volumes (maiores que 15L). Foi

Tabela 1 - Datações radiocarbônicas da cerâmica Inciso-Modelada do sítio Remanso (Almeida, 2013)

Amostra	Quadra	Nível	Método de Datação	2 sigma Cal.
Re-05	150-5AV	120-130cm	C14	3558-4014 AP
Re-04	150-5AV	90-100cm	C14	2291-2499 AP
Re-01	250A	30-40cm	C14	674-499 AP

2 Não se trata de caco moído, mas de uma argila diferente da principal utilizada na pasta.

identificado um assador com a superfície externa mal alisada, o que sugeriu a produção de farinha de mandioca (Figura 1). Com a exceção do engobo vermelho, não havia decoração pintada no sítio. As decorações plásticas eram bidimensionais (incisões geométricas) e tridimensionais (motivos zoomorfos). Os motivos geométricos eram, em geral, realizados na parte de cima e externa do vaso, onde eram mais visíveis. Inferiu-se, pela irregularidade de alguns motivos, que eles teriam sido produzidos por ceramistas iniciantes (i.e. crianças). Os apliques zoomorfos, em geral, se encontravam na borda e representavam pássaros (como corujas), sapos e outros animais de difícil identificação (Almeida, 2013, Mapa 02).

Indo mais em direção ao Oeste, encontramos no interflúvio Xingu-Tocantins as cerâmicas Inciso-Modeladas/Barrancóides estudadas por Lorena Garcia (2012), cujas datas chegam até cal 2.998-3.238 AP para o sítio Ourilândia 2. Essa cerâmica possui semelhanças com a cerâmica Remanso: como as formas simples (incluindo assadores), paredes finas, motivos incisos e decorações modeladas. Dentre os modelados, pode-se destacar uma grande presença de apliques na forma de morcegos. Entretanto, na cerâmica estudada por Garcia as incisões muitas vezes ocorreram na face interna de flanges labiais, algo raro no sítio Remanso, e também não possuía argila moída como antiplástico, ao contrário do último (ibidem). A autora não identificou uma cerâmica modelada, mas havia uma recorrente combinação de técnicas de manufatura acordeladas e modeladas. Por fim, enquanto se sugeriu o desaparecimento da cerâmica Inciso-Modelado do sítio Remanso como possivelmente relacionada com o aparecimento de grupos Tupi-Guarani, no interflúvio Xingu-Tocantins, um processo de substituição pareceu muito mais claro: a sobreposição da indústria da Tradição Tupi-Guarani à cerâmica Inciso-Modelada (ibidem.), no sítio Mutuca.

2 O SÍTIO ARQUEOLÓGICO ESTREITO DO MOSQUITOS 02

2.1 O SÍTIO E A INTEGRAÇÃO COM A PAISAGEM

O sítio arqueológico EM-02 está situado no topo de um terraço cortado pela estrada de ferro Carajás, entre as coordenadas 23M 571541/9615966. O terreno, suavemente ondulado, possui uma declividade acentuada em direção ao canal fluvial, que separa a ilha do continente. É justamente no topo do terraço (que vai de 0-23 metros) que os vestígios culturais se adensam (Mapa 1).

Portanto, é possível que esta área tenha sido escolhida pela boa visibilidade do terreno, pela disponibilidade imediata de recursos aquáticos (o sítio está a 870 metros do rio Estreito dos Mosquitos a 4km da baía de São Marcos na direção oeste e 8km da baía do Arraial sentido leste), além da boa estabilidade do terreno frente aos processos erosivos, o que permitiria alguns cultivos (Foto 1).

A Figura 2 apresenta a planta planialtimétrica do terreno. Nota-se que a área delimita-se ao norte pela declividade acentuada onde, também, é o ponto de maior visibilidade do terraço. Observa-se também a linha férrea, mantida na cota de 18 metros. O entorno da área apresenta-se bem

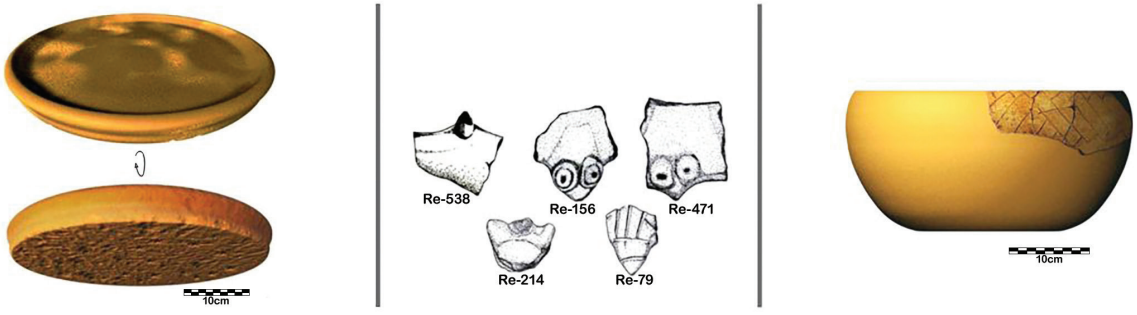


Figura 1. Assador cerâmico, apliques modelados e incisões na parte superior em vaso do sítio Remanso (Fonte: Almeida, 2013)

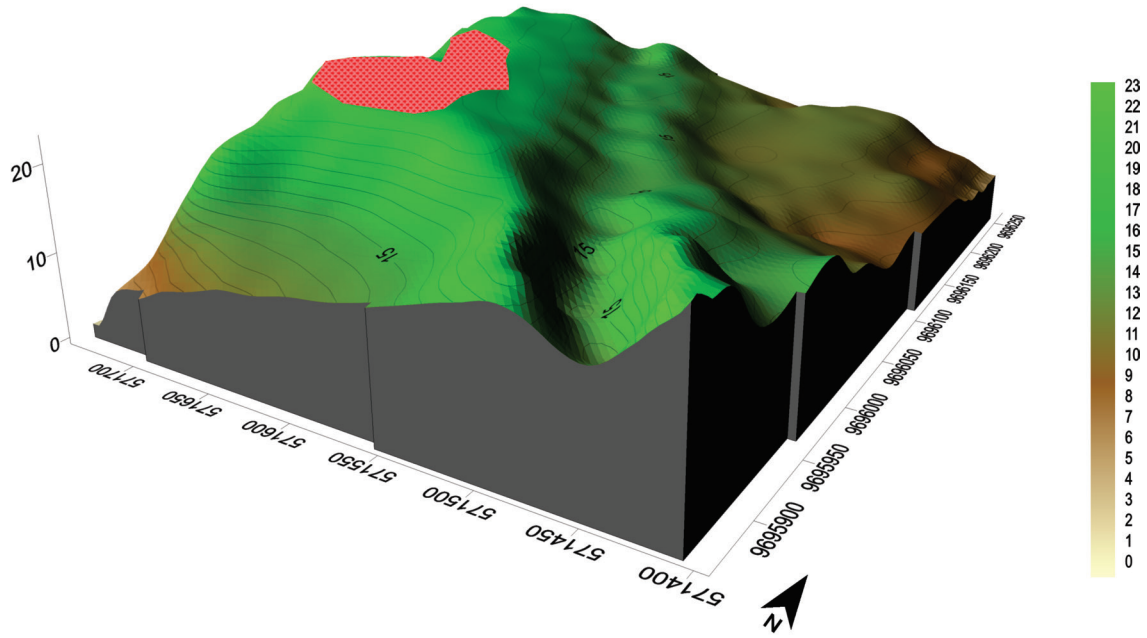


Figura 2. Modelagem do terreno de implantação do sítio Estreito dos Mosquitos (EM-02). Notar o terraço pronunciado, o sulco correspondente à estrada de ferro e a declividade lateral em direção ao canal fluvial. Em destaque, no topo, área de maior concentração de material

alterado pelas ocupações humanas recentes. Porém, ainda é possível encontrar ocorrências muito pontuais de vestígios, principalmente históricos.

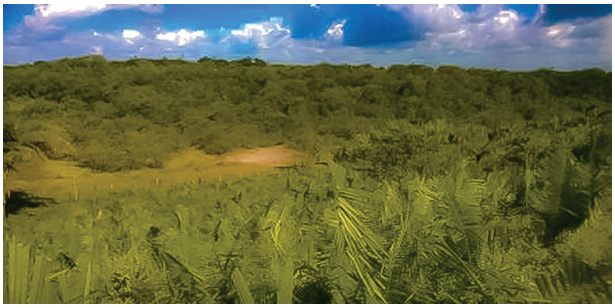


Foto 1. Vista panorâmica a partir da porção mais alta do terreno de implantação do sítio

2.2 ESCAVAÇÃO E CONTEXTO DA PESQUISA

O sítio arqueológico Estreito dos Mosquitos (EM-02) foi identificado em pesquisas prospectivas realizadas por Scientia (2008), no âmbito do projeto de licenciamento da área de expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC). O sítio revelou-se multicomponencial (histórico e pré-histórico), do tipo acampamento permanente, com vestígios cerâmicos e líticos em superfície.

Situado na zona do estreito que liga a Ilha à porção continental do estado do Maranhão. A área é de propriedade privada, cedida para a realização do projeto de expansão. Seu uso era destinado a pastagem de gado e plantação de mandioca. Nas proximidades, ocorria a extração e beneficiamento de argila, utilizada para produção de tijolos em uma olaria em frente ao sítio.

O sítio arqueológico foi escavado no ano de 2014 através de uma malha sistemática de 20 metros. Foram abertas quadras de 1m² e escavadas até o nível estéril. A estratigrafia foi evidenciada através da decapagem em níveis naturais, no intuito de se observar as diferentes camadas formadoras do registro arqueológico e sua relação com os vestígios culturais (Harris, 2014; Schiffer, 1987). No total, foram abertas 102 quadras das quais 55 resultaram positivas para presença de vestígios sendo que em uma quadra deste total realizou-se ampliação (O-140).

O terreno possui nível superficial (Ap) intemperizado pelas atividades relacionadas ao pasto e cultivo, como queima, arados, adubação, etc. Vestígios expostos por estas atividades são comuns. Carvões, ossos e restos de construção de alvenaria nas áreas próximas à estrada que corta o pasto são facilmente encontrados de 0-15cm de profundidade.

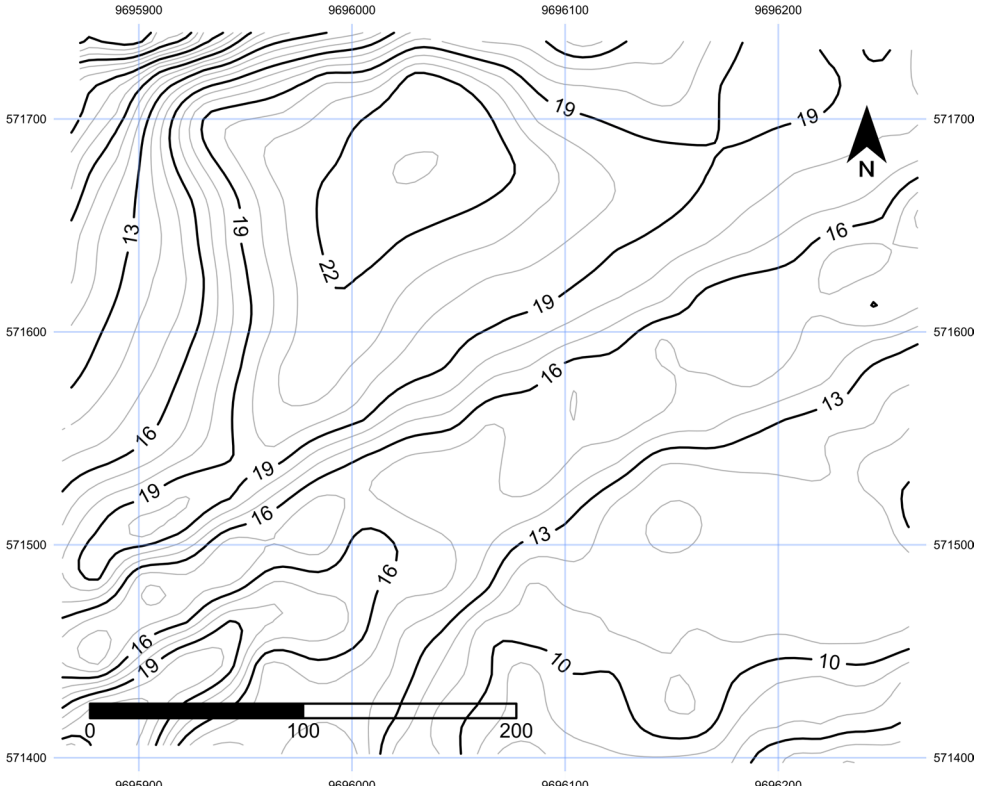
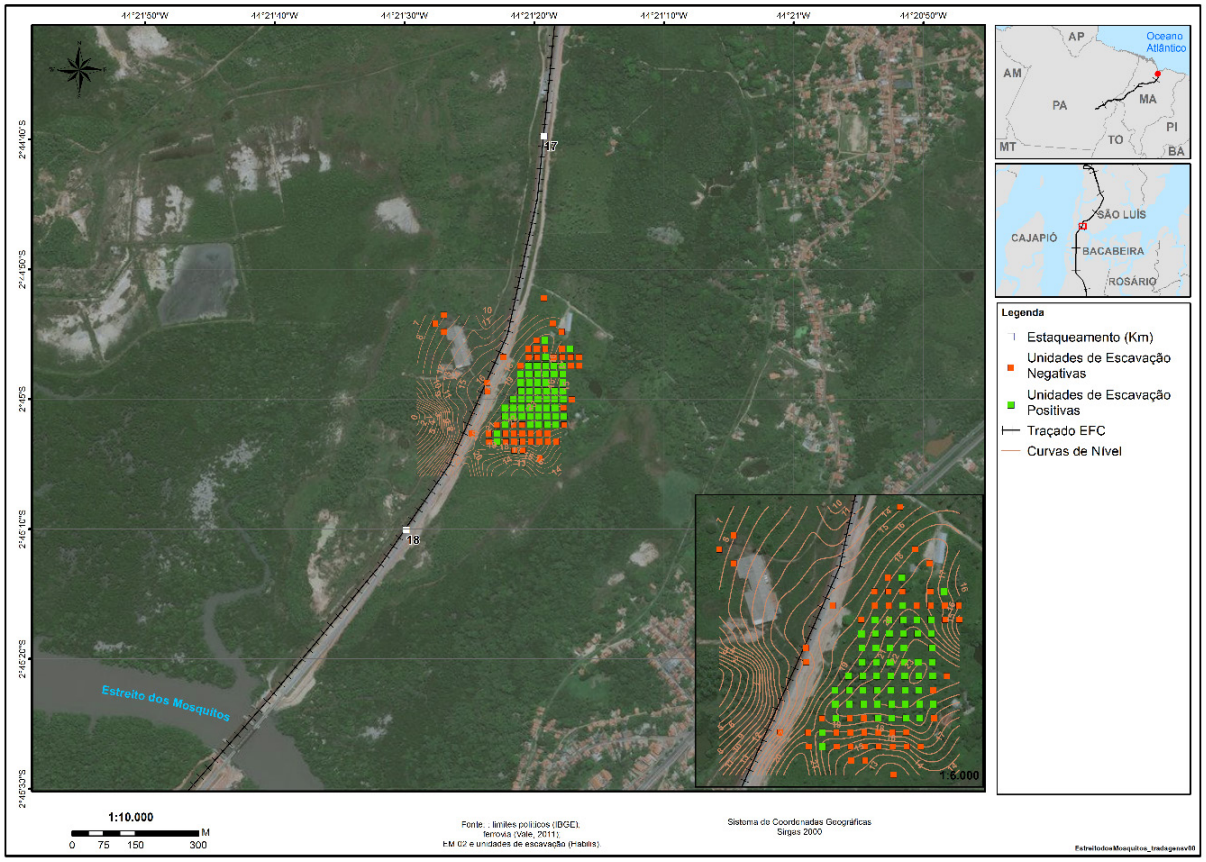


Figura 3. Planta planialtimétrica do terreno



Mapa 2. Localização do sítio arqueológico Estreitos do Mosquitos 02 (EM02). Em destaque, quadras positivas e negativas, para a presença de vestígios arqueológicos



Figura 4. Escavação do sítio Estreito dos Mosquitos 02 (EM-02). Notar a paisagem circundante

Ocorrem claras distinções estratigráficas entre a área central, alcançando 7 níveis de estratos arqueológicos (1,04 m de profundidade), áreas transicionais (em torno de 5 estratos, 83cm de profundidade) e áreas periféricas (3 estratos, 40cm de profundidade). A textura arenosa do solo pode ter concorrido para as ocorrências pontuais de fragmentos em profundidades até 1,30cm no solo. A camada antrópica arqueológica (Au) é espessa no solo, com maior expressão na quadra N220, caracterizada por 7 níveis estratigráficos, com transição clara e gradual, topografia planar e textura areno-argilosa em todo o perfil.

A análise do material cerâmico foi realizada em diversas etapas. Primeiro, o material foi higienizado em água corrente e secado ao ar em temperatura ambiente por 3 dias. Após seco, o material foi triado em "diagnósticos" e "não diagnósticos". Os fragmentos "diagnósticos" seriam aqueles com maiores potenciais informativos da tecnologia de produção da cerâmica e, por consequência, com maior capacidade de denotar aspectos da tecnologia empregada pelos grupos produtores. Considerou-se fragmentos diagnósticos as bordas, bases e paredes (partes indeterminadas dos bojos dos vasilhames) com tratamentos de superfície. Por outro lado, os "não diagnósticos" foram aqueles fragmentos de tamanho inferior a 3cm, e as paredes sem tratamentos decorativos. A coleção cerâmica do sítio é composta por 1638 fragmentos diagnósticos, sendo 1538 vestígios pré-históricos e 100 fragmentos históricos, o que corresponde a 16% da coleção. Os não diagnósticos formam um universo bem superior, de 8732 fragmentos, num total de 84%.

Para esta análise foram considerados apenas os vestígios pré-históricos, já que ocorrem poucos vestígios históricos na superfície e nível 2, sendo mais representativo apenas no nível 01 (0-15cm).

A sequência de análise técnico-morfológica foi realizada sobre a coleção de diagnósticos. Assim, os dados agora apresentados se referem a este universo de 16% da coleção. A se destacar que esta porcentagem se refere a um total de 1638 fragmentos, entende-se ser muito representativa do sítio.

Pode-se presumir, portanto, que as cerâmicas produzidas por estes grupos tinham como principal característica técnica para o tratamento de superfície o alisamento das paredes, algo que foi observado nas demais cerâmicas "não diagnósticas", que formam um universo de 84% da coleção. Tal fato pode denotar usos e funções específicas destes materiais, não atrelados

Tabela 2 - Descrição estratigráfica da quadra N220

Nível	Descrição
1	Nível orgânico, areno-argiloso com alta densidade de material cerâmico (70%). Espessura fina (8 a 10cm, perfil N), transição plana e difusa.
2	Nível de aspecto cinza com carvões, aumento da fração areia fina para média sub-angular, bem drenado, aumento de traços eluviais. Cerâmicas ainda bem concentradas porém em menor quantidade (50%)
3	Nível transicional para A3 (topo), aumento de argila, compactação com menor quantidade de material silicatado. Densidade cerâmica diminui (30%) porém se apresenta em melhor estado de conservação.
4	Nível com aumento da fração argila. O posicionamento e tamanho maior da cerâmica sugere tratar-se de um piso cerâmico ou a base de uma ocupação. Mais compacto, acentua-se a cor brown e o nível de seleção dos silicatos.
5	Transicional, grãos de areia selecionados e aumento ligeiro da fração argila. Grande perda de MO e cerosidade. Diminuição abrupta de cerâmica. A base é composta por silicatos finos, compactos, e pouca MO decomposta.
6	Silicatos finos, friável, estrutura fraca, desfaz-se em blocos sub-angulares, baixa cerosidade, poucas cerâmicas.
7	Presença de lascas e núcleos, evidência de piso rochoso a NW e SE.

especificamente à decoração aplicada nestes vasilhames.

A análise seguiu os princípios de Shepard (1956), Rice (1999), Rye (1981) e Orton et al (1993), Schiffer e Skibo (1987) onde buscou-se elucidar questões a respeito da cadeia produtiva da cerâmica, desde a aquisição da argila, sua preparação, montagem, queima, aplicação de tratamentos na superfície do vasilhame e seus possíveis usos e significados.

Tabela 3 - Quantitativo de vestígios pré-históricos por níveis

Nível	Quantidade Simples	Quantidade Decorados
7	-	1
6	7	3
5	9	7
4	44	23
3	232	126
2	509	277
1	193	100
Superfície	6	1
Total	**1.000**	**538**

Tabela 4 - Quantitativo de vestígios históricos por níveis

Nível	Quantidade
2	3
1	95
Superfície	2
Total	**100**

2.3 A TECNOLOGIA CERÂMICA

2.3.1 Preparação da Argila

Após retirada da matriz, a argila era preparada com antiplásticos, que são aditivos minerais ou vegetais. Na superfície, predominam cerâmicas com antiplástico mineral (46,8%), como em todos os níveis que se seguem, e mineral associado ao cariapé e carvão, em certa igualdade de proporção. O nível 1 é bastante heterogêneo, destacando-se a habilidade de uso conjunto de antiplásticos tanto minerais quanto orgânicos (carvão e cariapé) e do chamote (cerâmica moída) como tempero. Destacando-se aqui o uso do cariapé em maior número que nos demais níveis (Figura 6 e Figura 7).

O chamote (caco moído de cerâmicas) tende a ser mais utilizado entre os níveis 4, 3 e 2, não sendo tão representativo no nível 01 ou na superfície. O nível 3, apesar da permanência da tendência de uso de antiplásticos minerais, destaca-se pelo aumento relativo da

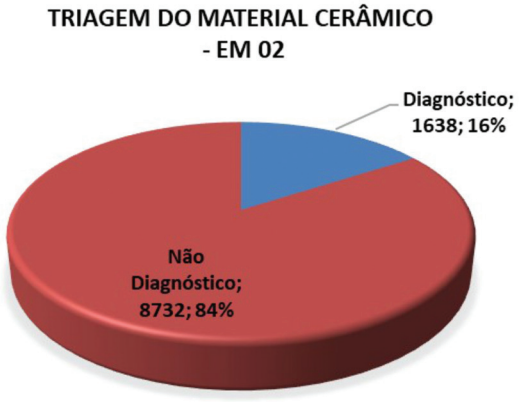


Figura 5. Frequência de fragmentos "diagnósticos" e "não diagnósticos" e sua representatividade percentual

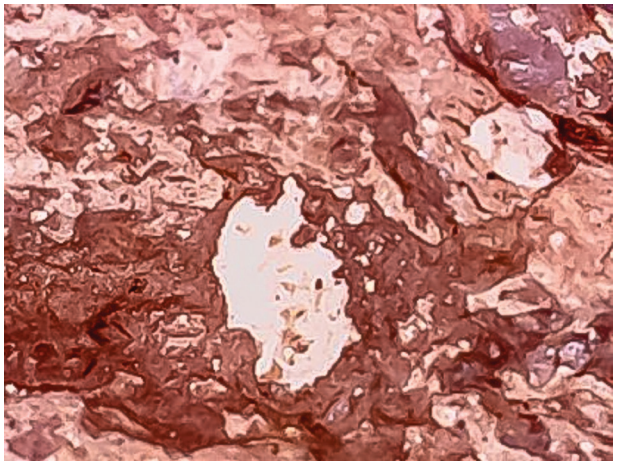


Figura 6. Matriz argilosa com feldspato

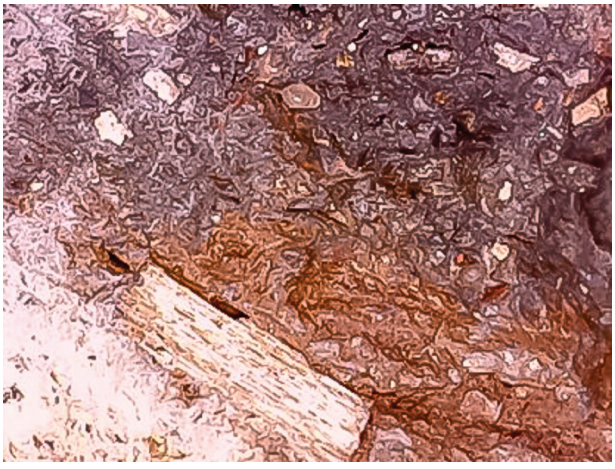


Figura 7. Matriz argilosa com mineral e cariapé

porcentagem de antiplásticos de cerâmica e cariapé associados, presença vista em menor número no nível 1 e ausente na superfície. Os níveis anteriores (4, 5, 6 e 7) mostram a prevalência de antiplásticos unicamente minerais (Figura 8).

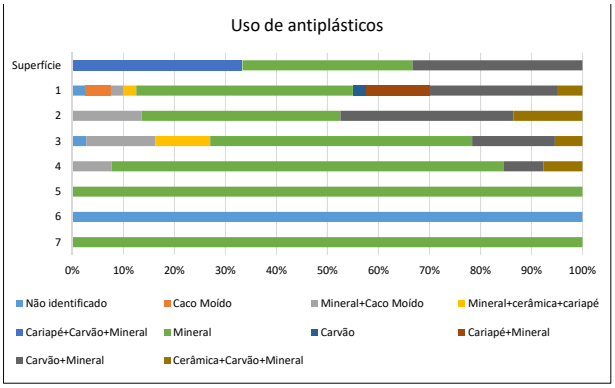


Figura 8. Frequência do uso de antiplásticos entre os níveis arqueológicos

2.3.2 Confecção dos Vasilhames

Os fragmentos cerâmicos foram produzidos com o uso da técnica de acordelamento, modelagem, acordelamento+modelagem associadas. Na maioria dos fragmentos não se pode identificar a técnica de produção, devido à ausência de marcas diagnósticas, como roletes, marcas de apliques e outros. Apesar destas ausências a bibliografia afirma o uso majoritário do acordelamento na produção dos vasilhames pré-contato.

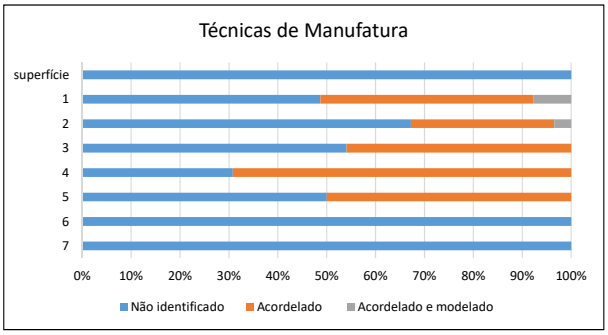


Figura 9. Frequência das técnicas de produção dos vasilhames entre os níveis

A queima da cerâmica do EM02 em 60,3% dos exemplares é em ambientes redutores. Esta queima, denunciada pela coloração cinza a cinza-escuro da cerâmica, exige cuidados na preparação do vasilhame, como controle de oxigênio,



Figura 10. Cerâmica com queima reduzida



Figura 11. Cerâmica com queima oxidada

proximidade do fogo e temperaturas medianas (Machado, 2005-2006).

Na superfície, ocorrem tanto fragmentos reduzidos quanto oxidados, enquanto nos níveis arqueológicos 2 e 3 nota-se aumento significativo de fragmentos com queimas incompletas. Ou seja, o processo de oxirredução não se procedeu de forma completa no fragmento, reduzindo-o ou oxidando completamente (Figura 9 e Figura 10).

Entre os níveis 4, 5, 6 e 7 é vista uma homogeneização no padrão de queima dos fragmentos, optando pela queima reduzida. Tendo em vista que as escolhas de queima são fundamentais na performance do vasilhame e podem refletir o grau de especialização da indústria ceramista (Shepard, 1956), é possível que o aumento da variedade de queima vista entre os níveis 1, 2 e 3 esteja marcando mudanças nas escolhas tecnológicas do grupo. Sobretudo no nível 1, onde as escolhas por queimas totalmente oxidadas e completas mostra maior participação percentual (Figura 12).

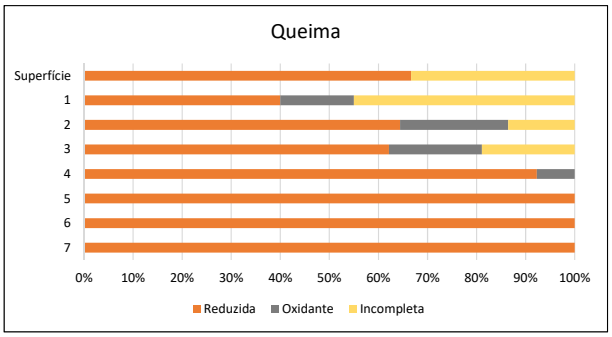


Figura 12. Ambientes de queima da cerâmica

2.3.3 Técnicas Decorativas

As técnicas decorativas aplicadas à cerâmica foram muito vastas. Destacam-se os motivos plásticos, muito presentes em todos os níveis arqueoestratigráficos, na forma de estampas, incisões e variedades de ponteados. As pinturas, predominantemente em faixas, aparecem aplicadas sobre a superfície simples dos fragmentos ou sobre engobo branco.

Um primeiro ponto a se observar é que a decoração plástica é predominante em todos os níveis. No entanto, no nível 01 essa diferença de ocorrências diminui drasticamente (Figura 13). O nível 02 mostra-se como mais profuso quanto às técnicas aplicadas, com 03 ocorrências de fragmentos pintados e modelados.

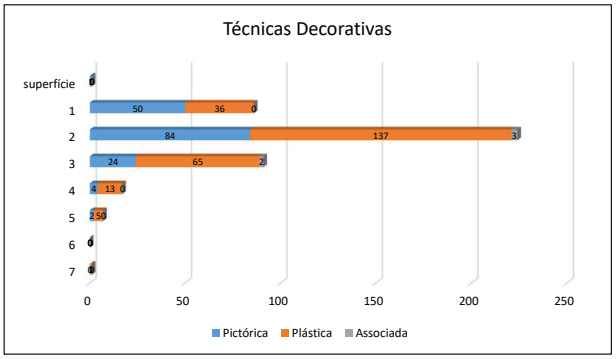


Figura 13. Popularidade de uso das técnicas plásticas, pintadas e associadas

Se formos observar de um ponto de vista percentual, é notável que a decoração pintada é mais marcante proporcionalmente no nível 01, onde tende a aumentar, enquanto a decoração

plástica tende a diminuir sua popularidade com o aprofundamento dos níveis. No entanto, não se trata de uma produção cerâmica muito especializada na pintura, já que a aplicação da pintura é predominantemente sobre superfícies alisadas, sem engobos, como se verá adiante.

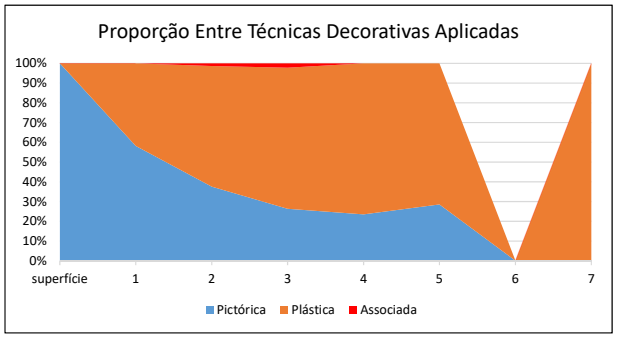


Figura 14. Comportamento proporcional entre o uso da decoração plástica, pintada e associada

A respeito da decoração plástica encontrada, em todos os níveis, verifica-se uma recorrência das técnicas de ponteado e suas variações, como o ponteado arrastado, ponteado com instrumentos de ponta fina, outros de ponta mais quadrada, de origem fibrosa, de modo que os negativos das fibras vegetais ficassem marcados nas cerâmicas, provavelmente, por ainda estarem muito úmidas. A decoração excisa ocorre apenas no nível 02, enquanto que o corrugado é mais expressivo no nível 01, além de ocorrerem em apenas 01 fragmento do nível 03.

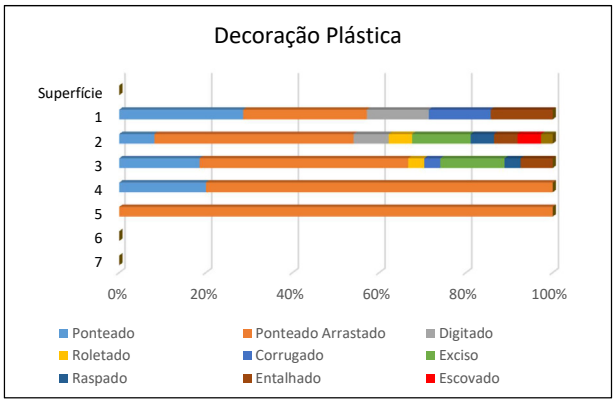


Figura 15. Frequência das decorações plásticas no sítio EM-02

A técnica de escovar a superfície cerâmica é muito popular entre os níveis e encontra variações. A quantidade de carga deixada nas laterais dos sulcos revela que eram realizadas quando a cerâmica estava bem úmida, o que também dificultava a manutenção da regularidade na direção dos sulcos. Estes podiam ser profundos e esparsos, ou rasos e bem próximos e até mesmo sobrepostos em direções divergentes, de modo que não se percebe grandes variações no uso desta técnica entre os níveis. No entanto, no nível 02 ocorre maior refino no acabamento, com menos sobras de carga e com uma cerâmica mais bem queimada (Figura 15).

Os ponteados também são bem diversos e nota-se uma preocupação em cobrir toda a superfície do fragmento. Não é observado o rigor de direção dos ponteamentos. Podem ser aplicados em sequências de forma de meia lua e são aplicados na porção inferior das bordas, principalmente. Cobrem toda a superfície dos fragmentos formando uma "trama", as quais levam também a pensar que podem ser "prensagens" ou "estampagens" realizadas com entrelaçados de fibras (Figura 16).

Os ponteados com arraste também são muito populares e variados em sua aplicação. Estes podiam ser aplicados com instrumentos de pontas mais finas, deixando o aspecto de "pinçamento" da superfície cerâmica. Porém, o mais comum são marcas quadráticas realizadas com instrumentos vegetais, algo denunciado pela marca de fibras deixada dentro dos sulcos. Não se observa grande regularidade na profundidade dos sulcos e, a direção dos negativos, sugere que eram realizados de forma muito rápida (Figura 17).

Acerca da modelagem, no nível 01 encontrou-se o único aplique zoomorfo coberto com engobo vermelho. No nível 02 estão as peças modeladas mais recorrentes. Trata-se de "botões" aplicados na superfície cerâmica, na superfície de flanges labiais, que outros filetes aplicados que podem ter tido a função de "asa", para movimentar o vasilhame.

No nível 03 foi observado um fragmento com aplique que lembra um falo.

Os excisos, encontrados apenas no nível 02, são realizados em motivos geométricos triangulares e circulares, de modo que, por serem fragmentos bem pequenos, não se consegue observar o motivo completo. No entanto, são aplicados abaixo de bordas e em flanges labiais (Figura 19).



Figura 16. Decorações escovadas entre os níveis. Fragmentos sem escala

Os incisos formam uma categoria bastante ampla e por isso são tratados aqui de forma separada. Ocorrem em todos os níveis arqueoestratigráficos, porém, notou-se que o inciso cruzado aparece apenas entre os níveis 04 e 02. No nível 01 e superficial são mais comuns os incisos simples e largos (Figura 20).

Ao longo do nível 03 e do nível 02 é quando se observa maior variabilidade no uso desta técnica. São encontrados incisos cruzados e incisos cruzados de maior obliquidade zonando porções do pote, como bordas e carenas. Além das incisões paralelas, também ocorrem incisões sem motivos evidentes, em cujo traçado não se nota grande regularidade. No nível 01 e superfície são apenas observados incisos simples, sem motivo aparente.

A decoração pintada do sítio EM-02 também apresenta maior variabilidade nos níveis 02 e 03, apesar de ser mais adensada proporcionalmente no nível 01. São encontradas pinturas brancas, vermelhas e pretas, aplicadas em faixas e/ou em figuras geométricas indistintas. O mais comum é que elas sejam aplicadas sobre a superfície alisada da cerâmica, mas também ocorrem sobre engobo branco.

Além das faixas, essas pinturas não formam nenhum motivo elaborado, excetuando-se certas formas com geometria indistinta. Contudo, mesmo estas são pouco expressivas numericamente (Figura 25 e Figura 26). Fato é que não se trata de um sítio cujo destaque se deu a policromia, sobressaindo-se mais os usos da decoração plástica. As bordas eram os lugares onde a pintura vermelha servia como delimitador.

2.3.4 - Morfologias

Apesar do grande número de fragmentos resgatados, poucas foram as bordas em que se

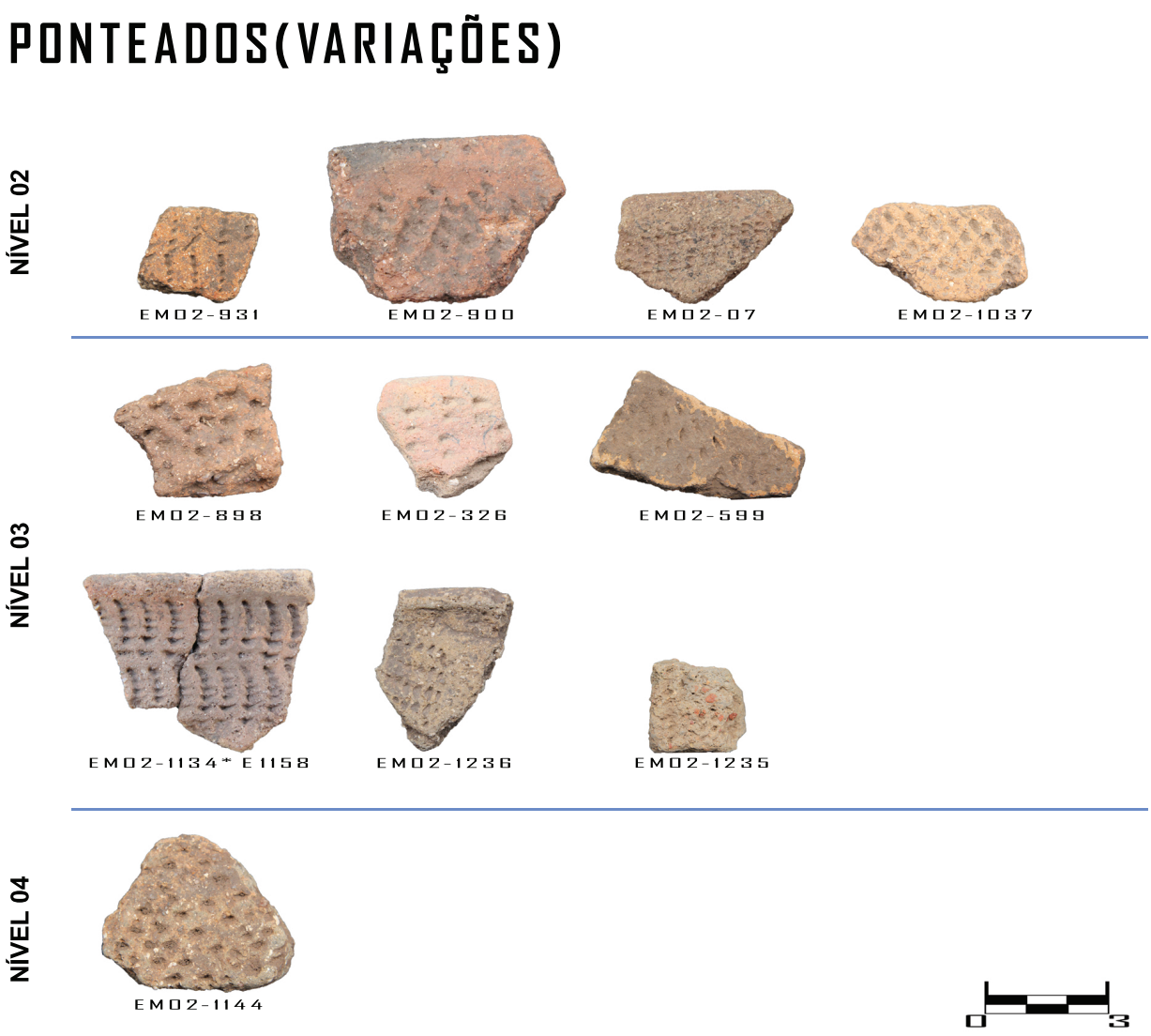


Figura 17. Ponteados e variações entre os níveis. Fragmentos sem escala

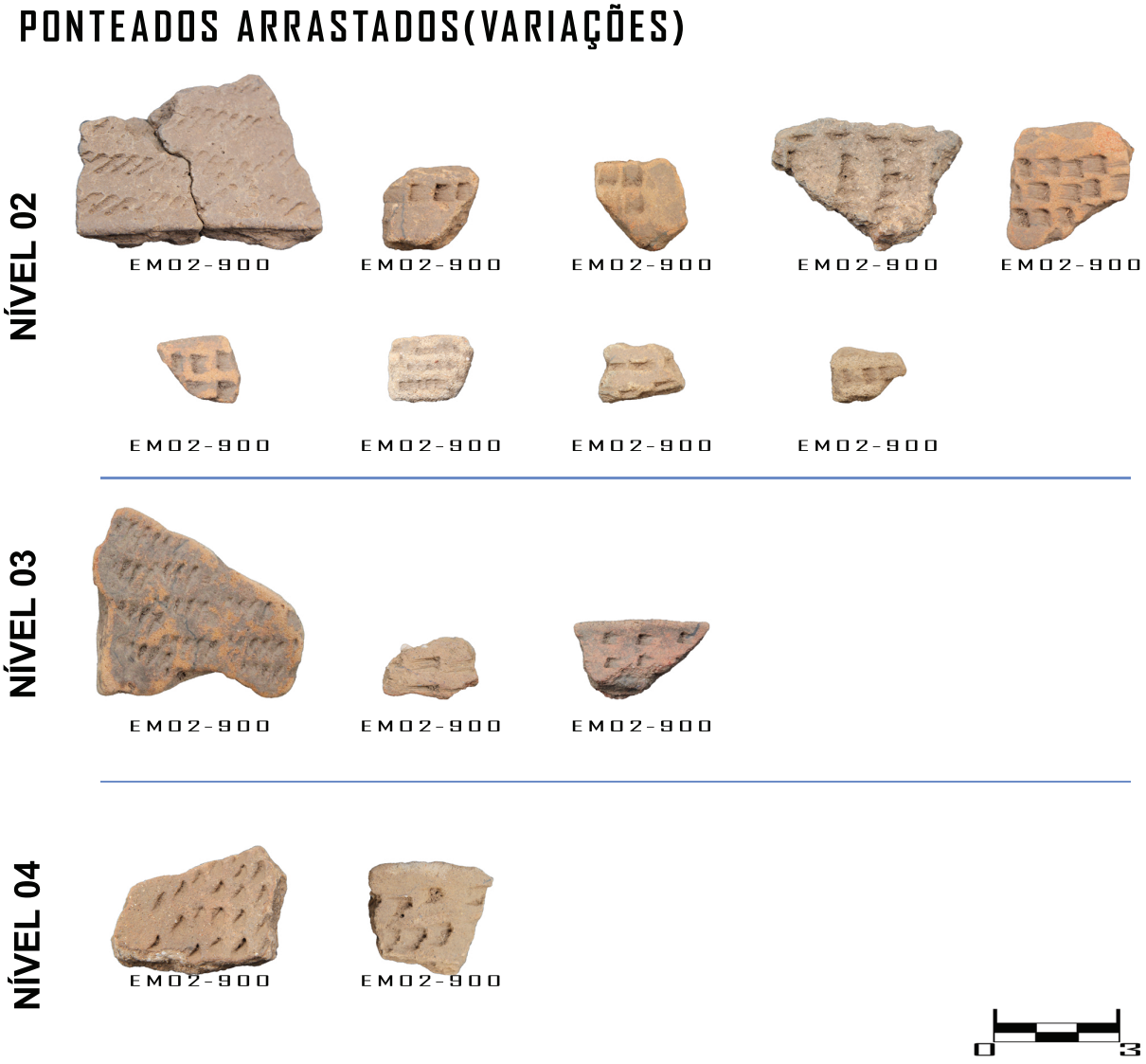


Figura 18. Ponteados com arraste e suas variações entre os níveis. Fragmentos sem escala

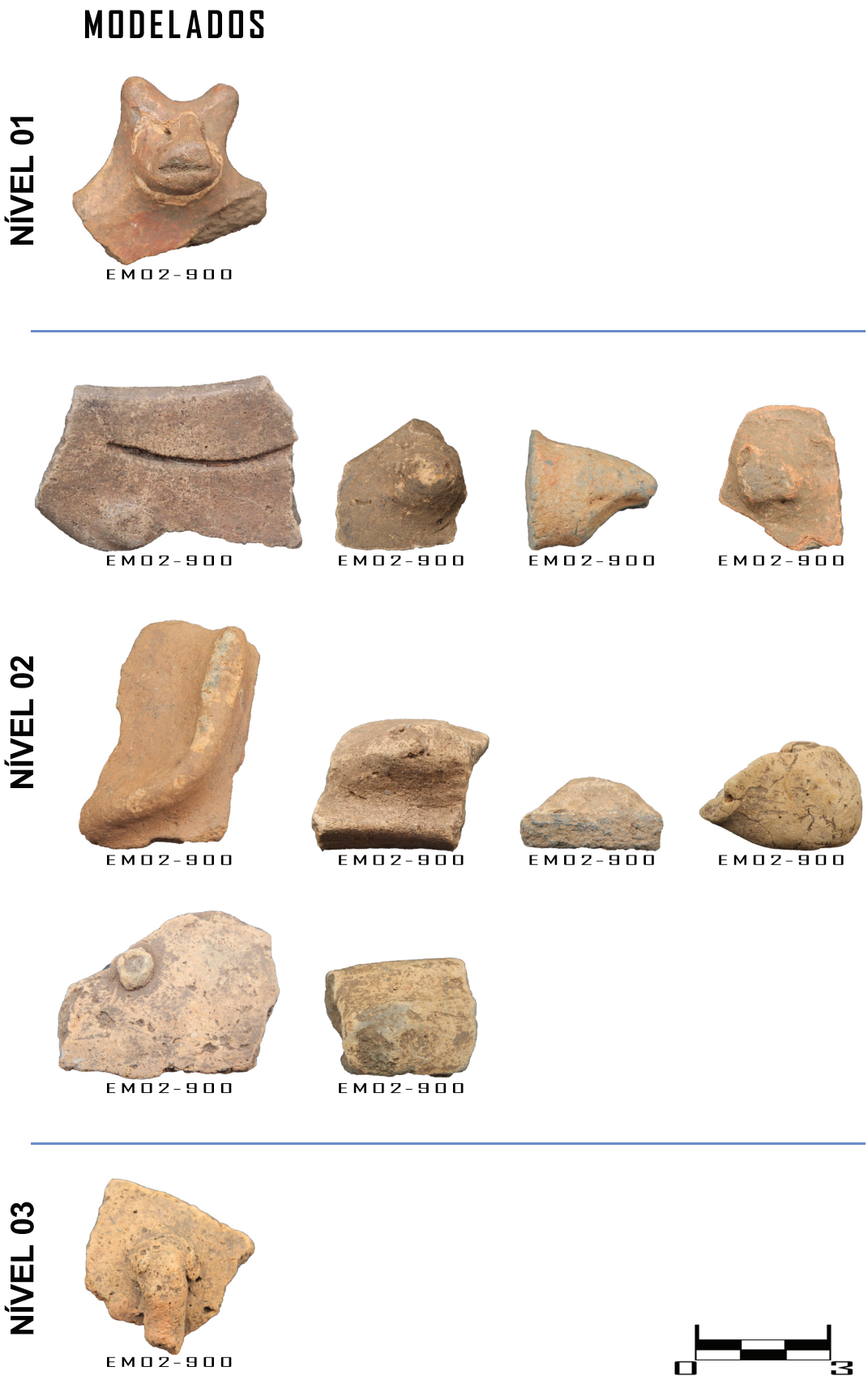


Figura 19. Modelados entre os níveis arqueológicos. Fragmentos sem escala



Figura 20. Fragmentos com excisão do nível 02. Fragmentos sem escala

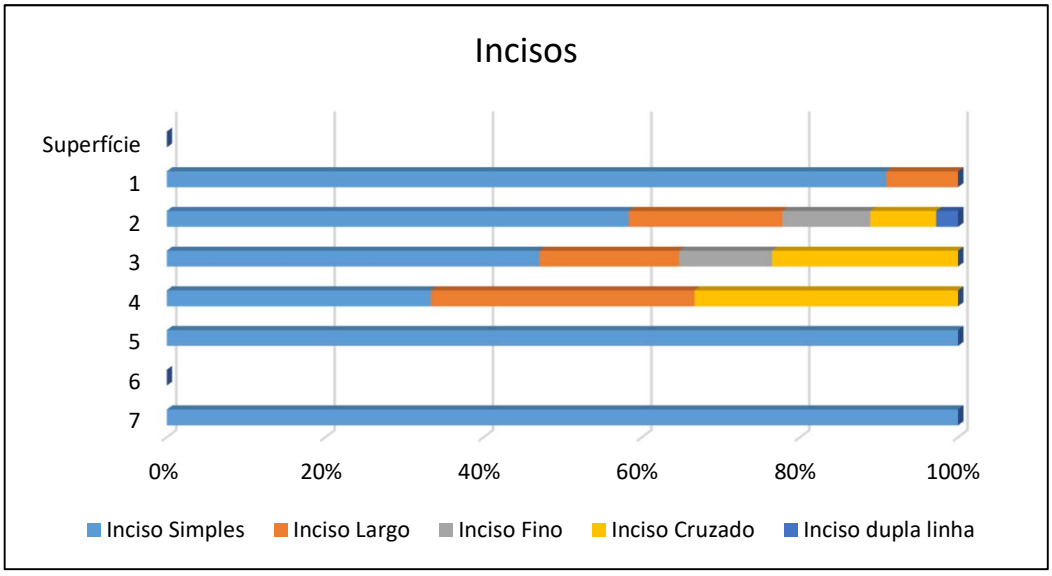


Figura 21. Frequência das decorações incisas no sítio EM-02

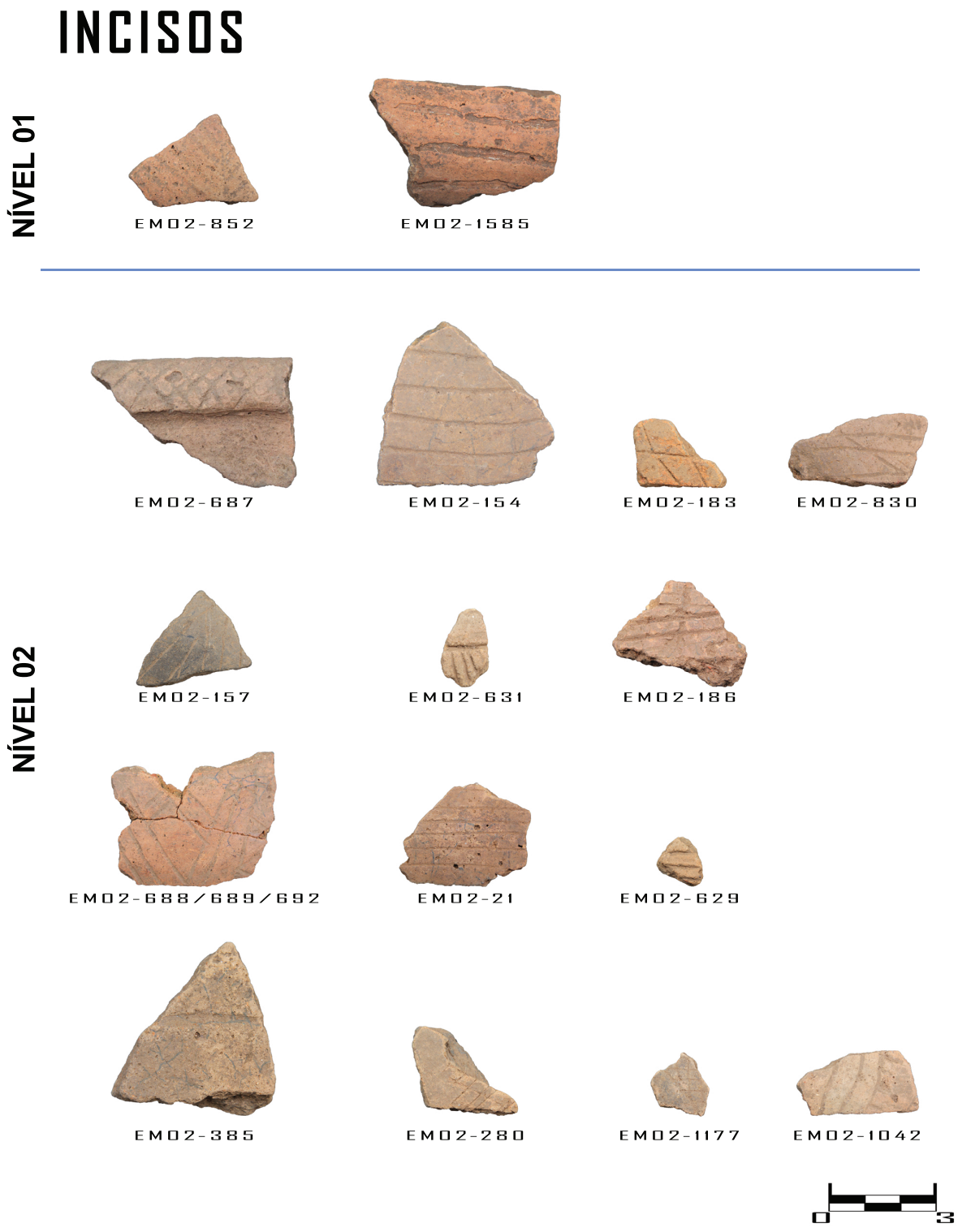


Figura 22. Fragmentos incisos entre os níveis 01 e 02, fragmentos sem escala

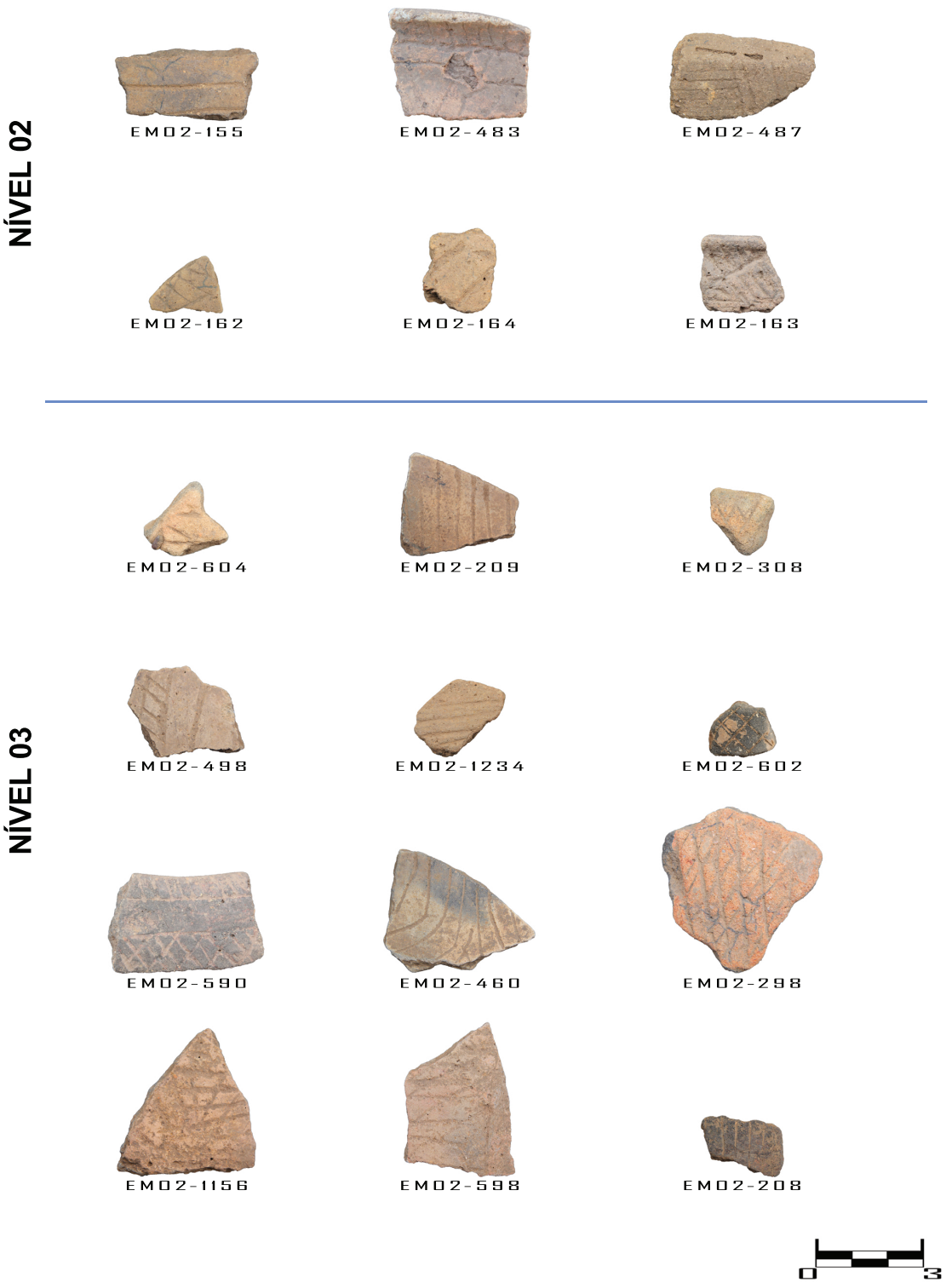


Figura 23. Decorações incisas entre os níveis 02 e 03, fragmentos sem escala



Figura 24. Decorações incisas nos níveis 04 e 06, fragmentos sem escala

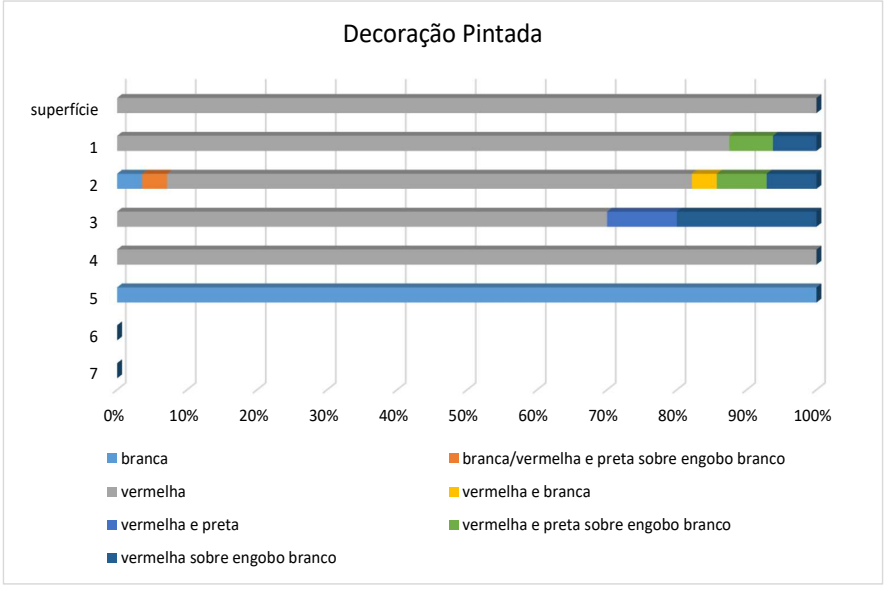


Figura 25. Popularidades das decorações pintadas no sítio EM02

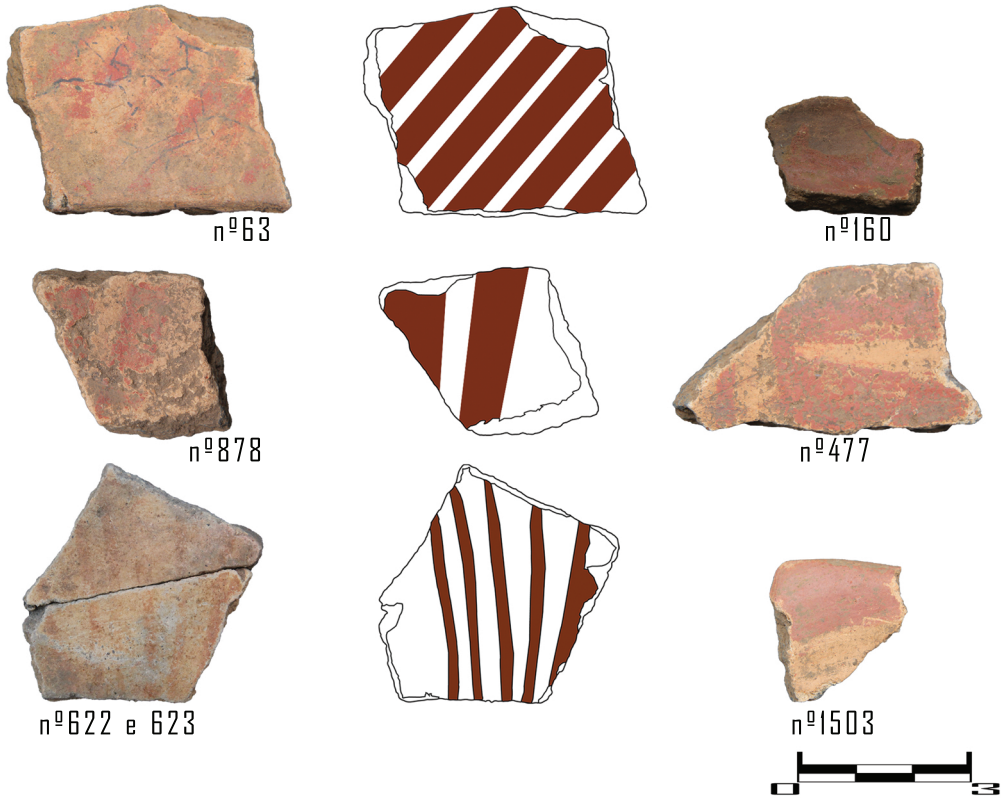


Figura 26. Decorações pintadas do nível 02, fileira à direta sem escala

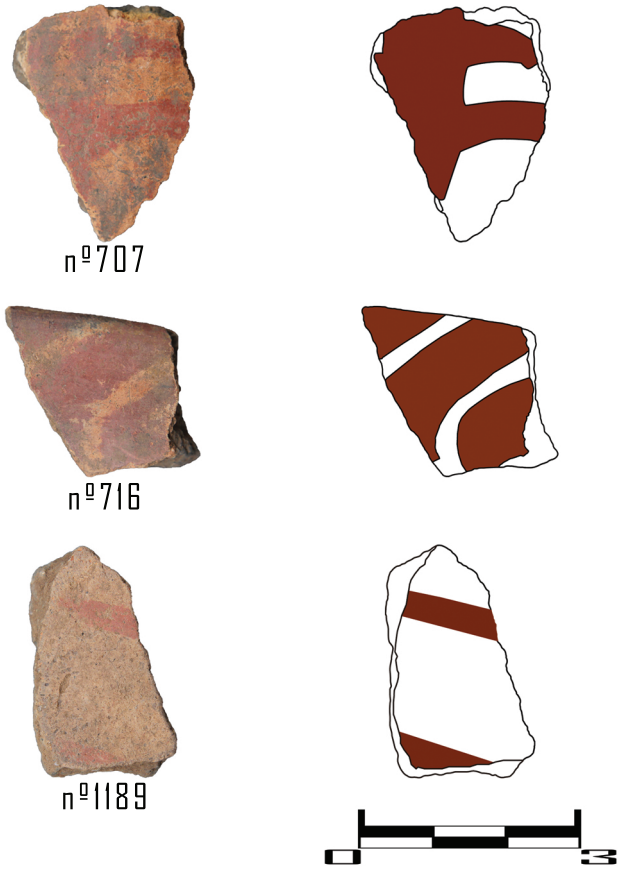


Figura 27. Decorações pintadas do nível 03

pode projetar a forma hipotética do contorno do vasilhame. Aqui, serão apresentadas por nível arqueoestratigráfico.

No nível 01 observam-se 4 formas. Duas vasilhas, uma irrestrita-restrita e ou restritiva com lábio extrovertido. Encontrou-se também dois pratos, um de contorno semi-cônico e outro de base plana.

No nível 02 prevalecem as panelas restritivas com lábios extrovertidos. Mantém-se a formação de ombros antes das bordas, o que pode favorecer o manejo destes vasilhames. Encontrou-se também um prato com flange labial incisa. O contorno arredondado é o predominante.

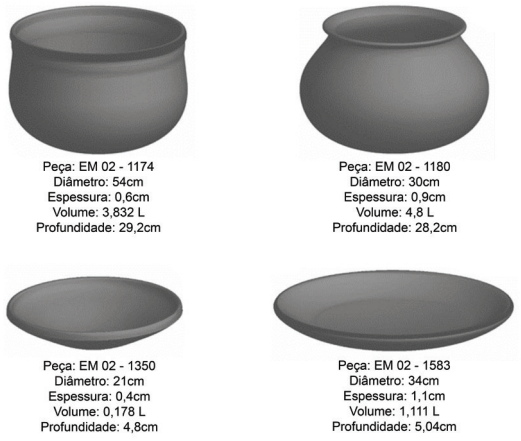


Figura 28. Formas projetadas do nível 01, contornos sem escala

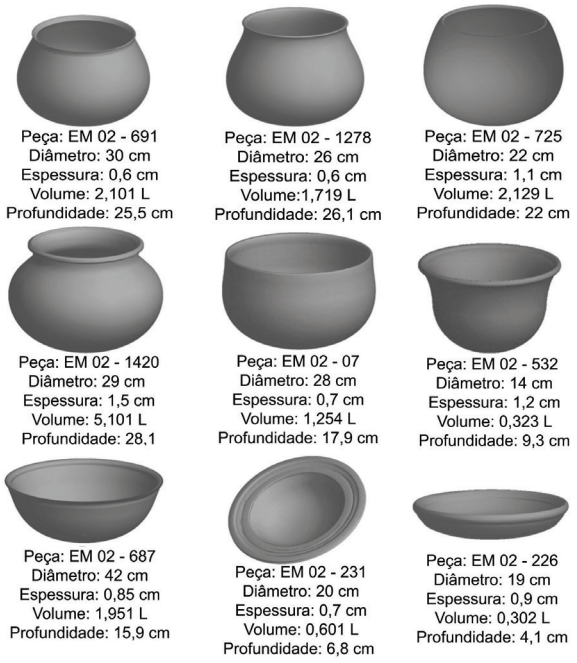


Figura 29. Formas projetadas do nível 02, formas sem escala

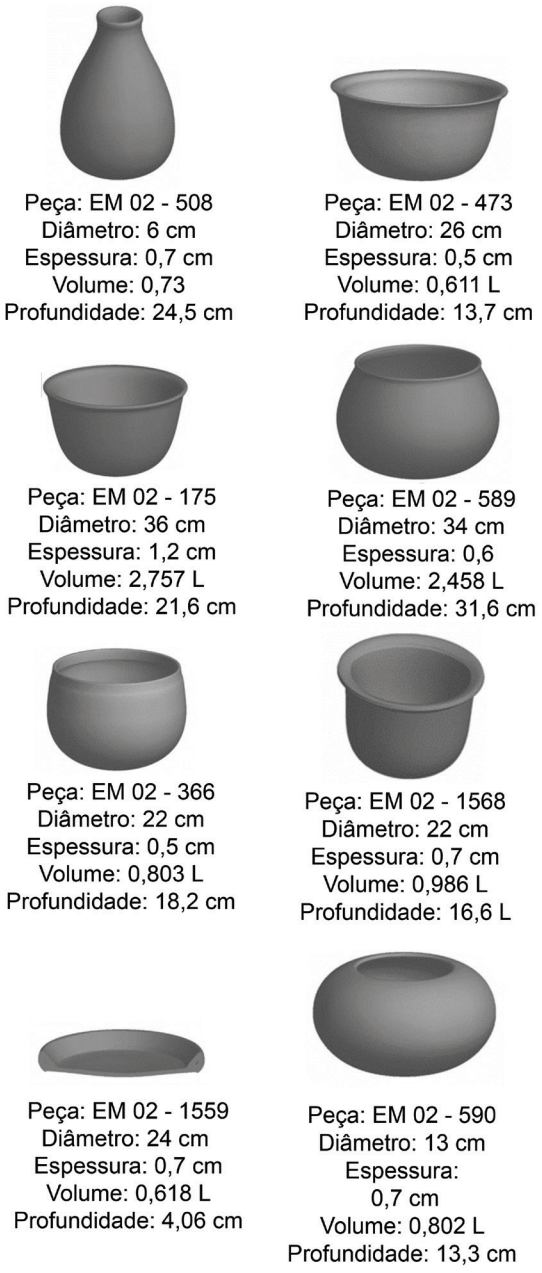


Figura 30. Formas projetadas do nível 03, formas sem escala

No nível 03 é onde se observa a maior variabilidade formal. Notam-se formas arredondadas, elipsoidais e meia calota.

No nível 04, destaca-se um alguidar elipsoidal com borda extrovertida, como mostra a figura 31. Este grupo mostra-se heterogêneo e guarda características comuns aos demais grupos apresentados, sem estabelecer padrões claros.

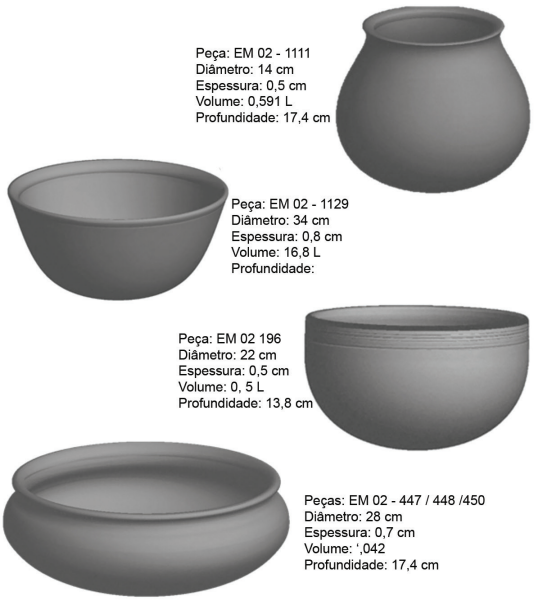


Figura 31. Formas projetadas do nível 04, formas sem escala

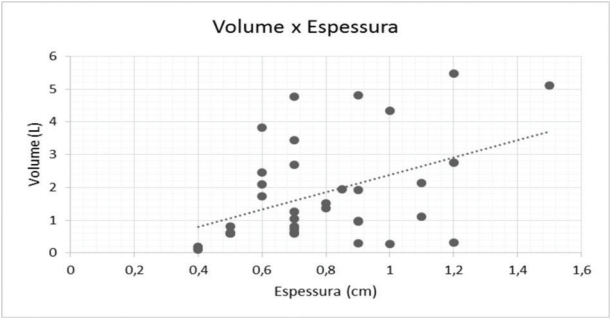


Figura 32. Correlação entre volume (L) e espessura (cm) dos fragmentos

A correlação entre a espessura destes fragmentos e o cálculo de volume suportado resultou em uma tendência levemente positiva, de modo que não se pode afirmar que havia uma intenção clara de manter uma espessura mais robusta no intuito de aumentar a contenção do vasilhame.

2.3.5 Espacialização das Cerâmicas

Na Figura 31, apresenta-se a espacialização das cerâmicas não decoradas e decoradas, classificadas como diagnósticas na coleção do EM-02.

Observa-se que, quando se trata das cerâmicas decoradas, ocorre uma forte tendência circular, com pontos de concentração de vestígios dispersos ao longo dos limites do topo do terreno, onde o sítio está assentado. Por outro lado, os fragmentos simples têm dispersão circular menos acentuada, apesar de também possuírem pontos de concentração nas laterais do topo do terreno, mais destacadamente na porção leste, como mostram os mapas da Figura 33.

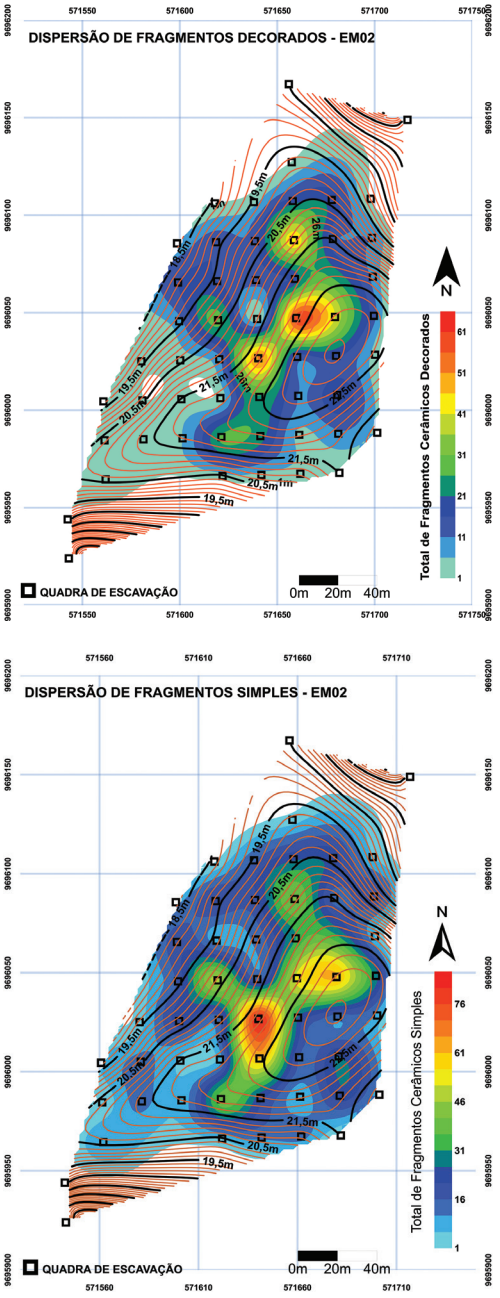


Figura 33. Dispersão dos fragmentos decorados e simples no sítio EM-02

2.4 A CERÂMICA INCISO MODELADA/ BARRANCÓIDE E A INDÚSTRIA DO SÍTIO ESTREITO DOS MOSQUITOS

A técnica de manufatura pode ser um primeiro ponto em comum entre as cerâmicas Inciso-

Modeladas/Barrancóides (i.e. Remanso, Ourilândia 2 e Mutuca) com a cerâmica do sítio Estreito dos Mosquitos. Já que, mais uma vez, não foi possível identificar a técnica de manufatura por trás de uma grande quantidade de fragmentos desse sítio. Esses conjuntos também têm em comum a predominância de formas simples, incluindo assadores provavelmente representados nos pratos, como mostrado nas morfologias anteriores. Formas simples (sem ângulos) e com paredes finas (espessura geralmente inferior a 1 cm) também são um elemento em comum entre a cerâmica desse sítio e a cerâmica pré-sambaquieira identificada por Bandeira (2008, 2012) na Ilha do Maranhão.

Outra semelhança é relacionada à predominância de decorações plásticas, frente à baixa quantidade de fragmentos com algum tipo de pigmento, que só aparecem na camada superior do sítio Estreito dos Mosquitos. Dentre as decorações plásticas, pode-se identificar uma maior proximidade dentro do campo dos apliques modelados zoomorfos. Os apliques de morcegos, mais uma vez, estão presentes no sítio Estreito dos Mosquitos. Nos demais elementos plásticos ocorrem mais variações. O sítio possui decorações incisas losangulares que são muito frequentes no sítio Remanso, assim como incisões sobre a face interna da borda, encontradas no sítio Mutuca e nos sítios pré-sambaquieiros da Ilha do Maranhão, mas pouco frequentes no sítio Remanso. O mesmo ocorre com a presença de ponteados, frequentes nos sítios Estreito dos Mosquitos e Mutuca, mas com baixa presença no sítio Remanso, geralmente restritos ao lábio. Além dos ponteados simples, destaca-se a presença de ponteados arrastados e escovados no sítio Estreito dos Mosquitos, decorações ocorrem em baixa frequência nos demais contextos.

Um elemento importante para estabelecer a relação entre os sítios e essa Tradição é a cronologia. Pode-se ver, nas datas calibradas abaixo do sítio Estreito dos Mosquitos, uma proximidade temporal muito grande com o das cerâmicas dos contextos citados: uma cronologia cujo início é incerto devido às datações do sítio Bacanga. Fica claro, entretanto, que a cronologia do sítio Estreito dos Mosquitos o coloca entre os mais antigos dessa tradição (Tabela 05). Um primeiro ponto é que as datações desse sítio contribuem para expandir em direção ao nordeste brasileiro com uma das cronologias de grupos ceramistas mais antigas das Américas. A datação é mais antiga do que a encontrada no sítio Mutuca e se sobrepõe à do sítio Remanso. A cerâmica Inciso-Modelada do sítio Estreito dos Mosquitos possui datação muito próxima da ocupação pré-sambaquieira de outro sítio (sambaqui) da Ilha do Maranhão, o Panaquatira, que possui datação cal. de 3.690-3.840 AP. Essa proximidade reforça a validade tanto da datação mais antiga do sítio Estreito dos Mosquitos 02 quanto do sítio Remanso e é uma indicação consistente da presença de grupos com cerâmica Inciso-Modelada/Barrancóide a partir de aproximadamente cal. 4.000 AP.

O sítio Panaquatira, mencionado acima, também possui uma datação AMS de cal. 1.700-1.830 AP para o período de transição entre a cerâmica pré-sambaqui (Inciso Modelada) e a indústria sambaquieira, o que demonstra a predileção de reocupação de áreas por parte dos grupos sambaquieiros. Ao mesmo tempo, a continuidade cronológica do sítio Estreito dos Mosquitos 02 demonstra que houve um período (4.000 e 1.000 AP) em que ambos os grupos (sambaquieiros e produtores de cerâmica Inciso Modelada) conviveram na Ilha do Maranhão. Tal fato coloca em xeque o uso do termo "pré-sambaquieiro". As datas mais recentes para os sambaquis apresentadas por Bandeira (2012) e do sítio Estreito dos Mosquitos 02 indicam

Tabela 5 - Datações calibradas do sítio Estreito dos Mosquitos

Quadra	Nível	Profundidade (cm)	Material	Método	Datação	Cal. 2 sigma
N220	N3	30	Cerâmica	A M S	3430 +/- 30 AP	3558-3721 SP
L200	N3 Base	95	Carvão	A M S	2950 +/- 30 AP	2945-3167 AP
L200	N3 Topo	45	Carvão	A M S	2160 +/- 30 AP	2007-2159 AP
M160	N2	22	Carvão	A M S	1210 +/- 30 AP	978-1118 AP

que, provavelmente, ambas as indústrias desapareceram em período próximo, por volta do início do segundo século AD[3]. O aparecimento de fragmentos pintados no sítio Estreito Mosquitos, no nível superior (2), nos fornece uma primeira dica dos responsáveis pelo fim da presença desses grupos na região.

2.5 OCUPAÇÕES CERAMISTAS TARDIAS (PRÉ-COLONIAIS E COLONIAIS)

A presença de fragmentos pintados nos níveis superiores do sítio Estreito dos Mosquitos é um forte indicativo da presença de grupos falantes de línguas Tupi-Guarani, produtores da cerâmica homônima, na região. Uma ideia reforçada pela presença maciça de grupos Tupinambá na Ilha, historicamente documentados desde o início da presença dos Europeus na costa do Nordeste (e.g. Abbeville, 1975 [1614], Évreux, 2002 [1615]).

Os grupos Tupi-Guarani são grupos de origem amazônica. Os Tupinambá, termo que representa um conjunto de coletivos de língua Tupi-Guarani – e.g. Tupinambá, Tupiniquim, Tupinaé, Potiguar e Caeté -, dominaram a maior parte da costa Brasileira do Maranhão até o trópico de Capricórnio e ficaram historicamente consagrados por serem os grupos que receberam os primeiros portugueses no sul da Bahia em 1500. Durante os 100 anos que se seguiram, esses grupos foram extensamente documentados por cronistas Europeus. As crônicas eram extremamente semelhantes. Descreviam grupos que viviam em grandes aldeias fortificadas, em casas comunais, geralmente em torno de uma praça central. Populações guerreiras que combatiam, não só grupos de outras línguas, mas também seus semelhantes Tupinambá. Os festejos para celebrar as vitórias em combates eram preparados com semanas de antecedência e todos os grupos aliados eram convidados. O clímax da festa era o ritual antropofágico que envolvia a morte e a devoração de um ou mais guerreiros inimigos. As festas contavam com grande quantidade de bebidas fermentadas, geralmente derivadas do milho ou mandioca, em grandes vasilhas pintadas e, às vezes, corrugadas, como também outras bebidas servidas em grandes tigelas pintadas. Muitas vezes, as pinturas dos vasos eram as mesmas pintadas nos corpos dos convidados e da vítima, como também na borduna do matador. Este, após o resguardo que seguia a execução, recebia os motivos incisos sobre seu corpo. Marcas que denotariam o status de um grande guerreiro e grande matador. Por fim, além dos artefatos e práticas citados, as referências sobre os Tupinambá frequentemente fazem menção à confecção e uso de canoas e redes para dormir, machados de pedra e tembetás. Também é mencionado o uso muito variado de plantas domesticadas ou não domesticadas nos jardins cultivados pelas mulheres (e.g. Abbeville, 1975 [1614]; Évreux, 2002 [1615]; Lery, 1967 [1578]; Soares de Souza, 2001 [1587]; Staden, 1974 [1557]).

Os falantes do Tupi-Guarani representam uma das 10 famílias do Tronco Tupi (Rodrigues e Cabral, 2012). A maior parte dessas famílias pode ser encontrada no sudoeste da Amazônia, na Bacia do alto Madeira. Entretanto, aparentemente é no sudeste da Amazônia, entre as Bacias do Xingu e Tocantins, onde fica a área a partir da qual os grupos Tupi-Guarani começaram a se dispersar (Figura 34). É ali que se encontra grande parte dos subgrupos linguísticos dessa família (Rodrigues, 1984-85; Melo e Kneip, 2006; Michael et al. 2015), a maior diversidade arqueológica e uma profundidade de ocupação de aproximadamente 2 mil anos (Almeida e Neves, 2015).

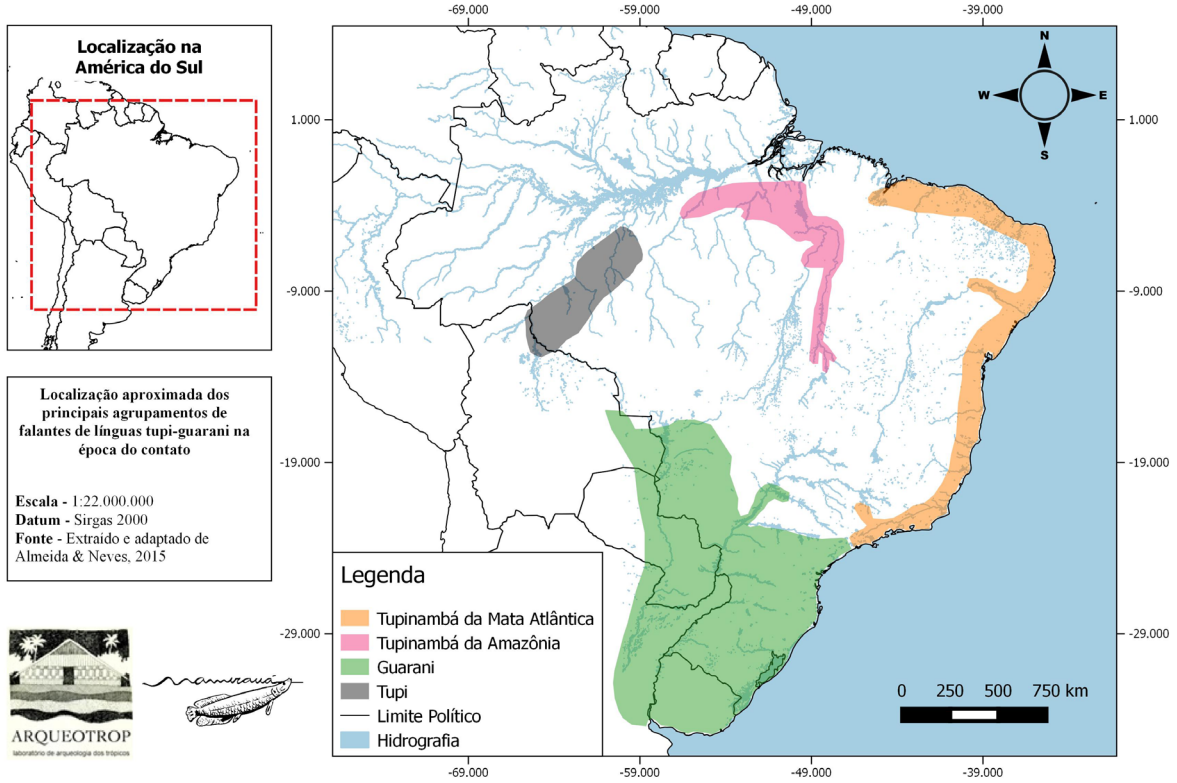
São dois os principais agrupamentos Tupi-Guarani que se espalhariam pelas terras baixas sul-americanas: os Guarani e os Tupinambá. Especula-se que os Guarani teriam migrado da Amazônia para a bacia do Paraná. Uma cronologia bem consistente aponta que, a partir do Paraná, esses grupos se expandiram por territórios do sul/sudeste do Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia (Bonomo et al. 2015). Os movimentos realizados pelos Tupinambá são mais complexos. Por exemplo, autores como Metraux (1927) especularam que eles teriam ocupado o litoral vindo do sudeste, subindo para a costa sudeste/nordeste desde as bacias do Tietê e do

3 A outra possibilidade é que a cerâmica pós-sambaquieira apresentada por Bandeira seja a retomada do sambaqui por parte de populações com cerâmica Inciso-Modelada.

Paranapanema, enquanto Brochado (1984) advoga por uma expansão costeira norte-sul, a partir da boca do Amazonas. Cronistas como Gabriel Soares de Souza (2001 [1587]), por sua vez, sugerem que esses grupos teriam chegado ao litoral nordestino vindos do interior.

Portanto, pode-se afirmar que, apesar de muito discutida, a arqueologia dos Tupinambá da costa possui um nível de conhecimento muito inferior à dos Guarani. Nesse sentido, os dados provenientes das pesquisas realizadas no atual Estado do Maranhão podem fornecer um recorte importante para a compreensão do processo de ocupação desses grupos do litoral brasileiro. Podem oferecer também um panorama sobre os grupos que os antecederam na região.

Conforme apontado, os grupos Tupi-Guarani possuem traços culturais muito semelhantes e uma relação língua-cultura material que, possivelmente, não possui igual na América do Sul (Almeida e Neves, 2015). Brochado (1984) nota que existe uma incrível correlação entre os locais em que esses grupos foram historicamente documentados e sítios arqueológicos com uma cultura material, especialmente cerâmica, muito distinta. A cerâmica da Tradição Tupi-Guarani costuma ser roletada, com antiplásticos de mineral e/ou ao caco moído (Almeida, 2013). Por vezes esses antiplásticos podem ser encontrados em grande quantidade na pasta (i.e. 20 a 30% da pasta) e/ou em grandes grânulos, o que pode conferir uma fragilidade aos vasos, especialmente na junção dos roletes. As queimas em geral são redutoras e os alisamentos podem ser bem feitos, incluindo polidos, como também podem ocorrer tratamentos de superfície mais rústicos. Essa tradição é conhecida por ter vasos com ângulos – carenas, ombros, bordas cambadas – que lhes conferem contornos compostos com um ângulo ou complexos, com dois ou mais ângulos. Os vasos são frequentemente reforçados na borda externa e os lábios são predominantemente redondos. As espessuras das cerâmicas Tupinambá e Guarani chegam a ser mais de 1cm mais espessas que as dos grupos Tupi-Guarani da Amazônia. Os vasos, com grande espessura e grande capacidade volumétrica,



Mapa 3. Áreas aproximadas de ocupação dos grupos do Tronco Tupi, dos Tupi-Guarani da Amazônia, dos Tupinambá e Guarani (Mapa: Eduardo Tamanaha)

geralmente são as vasilhas para cozinhar (yapepó em Guarani), para armazenamento de bebidas fermentadas (cambuchí em Guaraní) ou para o consumo delas (cambuchí caguabá em Guarani) (Noelli et al., 2018).

Essas vasilhas, para cozimento, preparo ou consumo de fermentados, parecem ser as que tiveram maior persistência temporal dentro da cultura desses grupos. Conforme visto, isto se deve ao papel delas dentro dos rituais antropofágicos documentados por esses grupos (Almeida, 2015). São esses vasos os que mais frequentemente receberam decorações, com destaque para corrugados, ungulados, escovados e pinturas vermelha, preta e branca. Na cerâmica Guarani, os motivos pintados em vermelho e preto sobre engobo branco, geralmente ocorrem no bojo superior do lado externo do vaso, enquanto que na cerâmica Tupinambá do litoral e da Amazônia, esses motivos também eram executados dentro da face interna do vaso, incluindo motivos que remetem às vísceras dos inimigos executados (e.g. Buarque, 2010).

A cronologia dos grupos Amazônicos se inicia próximo ao início da era cristã, época muito próxima da qual os Guarani começaram a se expandir na bacia do Paraná. Segundo Correa (2014), a ocupação do litoral nordestino ocorre bastante depois, em período mais próximo ao segundo milênio da era cristã. A demora na entrada na costa brasileira provavelmente está relacionada à resistência dos grupos que ali habitavam antes da chegada dos Tupinambá. Soares de Souza (2001 [1587]) sugere que, mesmo antes da chegada dos europeus, havia uma constante troca de domínio do litoral baiano entre os Tupinambá e os Tapuia. O termo Tapuia se refere aos grupos não-Tupi, que no caso da Bahia eram grupos falantes de línguas Macro-Jê. Nesse sentido, a presença de grupos Tremembé (Macro-Jê) no litoral cearense parece um outro indicativo de que a presença dos Tupinambá na costa não estava inteiramente consolidada. Em outras áreas, no Paraná e rio da Prata, os Guarani não se expandiram em cima de grupos Macro-Jê, mas de grupos de línguas Guaikuru e, provavelmente, Aruaque. Ou seja, o Tapuia variava de local para local.

Conforme exposto acima, até o início do segundo milênio da era cristã, a Ilha do Maranhão e alguns dos rios que desaguam na Ilha, eram ocupados por grupos sambaquieiros e por grupos produtores de cerâmicas Inciso-Modeladas. Como visto também, esses grupos pareciam ter vivido em razoável harmonia até então. Essa região é bastante próxima da região Xingu-Tocantins que, conforme apresentado, é a área da qual os Tupi-Guarani começaram a se expandir. Se as datas mais antigas relacionadas a esses grupos, por volta do início da era cristã, se encontrava no interflúvio desses rios, depois do século 5 d.C. esses grupos se espalharam pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia. A partir daí, parece ocorrer um gradual movimento em direção ao leste.

A presença maciça de grupos Tupinambá na Ilha do Maranhão nas descrições dos cronistas franceses (Abbeville, 1975 [1614], Évreux, 2002 [1615]) datadas do início do século XVII, na verdade, não serve como uma comprovação do domínio desses Tupinambá vindos do oeste da Amazônia. Isso porque, segundo as mesmas crônicas, a maior parte desses grupos "insulanos" seriam oriundos de uma migração vinda do Pernambuco, de indígenas fugindo da colonização portuguesa. As crônicas revelam também uma grande quantidade de grupos Tupinambá situada dentro do continente, no atual estado do Maranhão. Ainda assim, a historiografia é incerta em precisar se são grupos que estavam vindos da Amazônia oriental, e que lá habitavam há séculos, ou se estes grupos estavam regressando à Amazônia, migrando da costa pernambucana. Trata-se de uma questão que cabe à arqueologia resolver.

A relação entre grupos que produziam cerâmica da Tradição Incisa-Modelada/Barrancóide e da Tradição Tupi-Guarani é longa e se apresenta como um desafio para a compreensão arqueológica. Por exemplo, a cerâmica da fase Paracanã, classificada por Simões (et al. 1973) como "Tupiguarani", foi reclassificada por Garcia (2015) como sendo "Borda-Incisa" (i.e. Inciso Modelada). Isso, ao mesmo tempo em que a autora (2012) encontrava em sítios Tupi-Guarani uma série de elementos Inciso-Modelados (e.g. apêndices zoomorfos) em cambuchís (i.e. cerâmica Tupi-Guarani).

Se voltarmos para o interior do Maranhão, encontraremos no sítio Grajaú, localizado às margens do rio homônimo, um sítio pré contato classificado como sendo da Tradição Tupi-Guarani

e com datação de cal. 499 a 674 AP (Almeida, 2008). Entretanto, esse sítio possui algumas particularidades quanto à sua cerâmica e é de classificação complexa. Primeiro, com exceção de uma única forma com contorno complexo, suas formas são mais simples do que as encontradas na cerâmica Tupi-Guarani da bacia do rio Tocantins. Segundo, o antiplástico de cariapé identificado no sítio não é frequente na cerâmica dos Tupi-Guarani amazônicos, já que eles usavam mineral. Terceiro, o sítio possui uma baixa quantidade de fragmentos decorados (<5% dos diagnósticos), se comparado aos Tupi-Guarani do Tocantins que chega a ser superior a 10% dos diagnósticos. Dentre os elementos decorativos, pode-se destacar uma série de elementos plásticos – tais como incisões, alças e apliques modelados - que são mais compatíveis com a cerâmica Inciso-Modelada/ Barrancóide do que com a cerâmica Tupi-Guarani. Para terminar, pode-se apontar as vasilhas desse sítio que possuem marcas de cestarias (incluindo assadores), que parecem conferir às superfícies um aspecto "híbrido" entre um corrugado tradicional Tupi-Guarani e os ponteados encontrados no sítio Estreito dos Mosquitos 02 vistos anteriormente. Ou seja, o principal elemento de semelhança entre o sítio Grajaú com os Tupi-Guarani do baixo Tocantins é o uso de pigmentos vermelho e branco.

Uma hipótese que não pode ser descartada é que esses grupos Tupi-Guarani, que teriam ocupado o interior do Maranhão durante o período pré-colonial, tiveram uma cerâmica distinta e mais simples quanto à forma e à quantidade de decorações, do que a de seus pares amazônicos e costeiros. Nesse sentido, a descrição feita por Emil Snethladge da cerâmica dos Tenetehara, um coletivo de língua Tupi-Guarani do interior do Maranhão poderia contribuir para essa hipótese. Segundo o autor, esses grupos possuiriam uma cerâmica "(...) simples, geralmente não ornamentada. Raramente, ornamentos com incisão. Cachimbos de barro, adotados dos civilizados" (Snethladge, 1931, p. 28 apud Wagley e Galvão, 1961, p. 188). Da mesma forma, a descrição pode refletir um processo pós-contato sofrido por esses grupos.

Voltando para o leste, em direção à Ilha do Maranhão, encontramos um segundo exemplo da complexa materialidade decorrente da interação entre grupos Tupi-Guarani e da Tradição Inciso-Modelada/Barrancóide. Trata-se das estearias, estruturas de antigas moradias palafitas, encontradas em áreas de lagos e campos inundáveis das baixadas maranhenses, em uma microrregião com aproximadamente 20.000 km^2 (Leite Filho, 2010; Navarro; 2017). Navarro, (2016), descreve a cerâmica ligada a essas estruturas de maneira muito semelhante às indústrias Inciso-Modeladas/Barrancóides aqui detalhadas. Essa cerâmica seria bem-acabada, modelada, com raras pinturas e com grande presença de apliques



Figura 34. Cerâmica pintada, modelada e com marcas de cestaria do sítio Grajaú
(Fonte: Almeida, 2008)

modelados zoomorfos (incluindo corujas e urubus) e antropomorfos. Dentre as formas, o autor (ibidem) apresenta vasos com contornos simples e destaca a presença de assadores. O antiplástico mais uma vez aparece como um elemento "instável" dentro dessa Tradição Inciso-Modelada, uma vez que Navarro (ibidem.) descreve que as cerâmicas das estearias eram temperadas com areia e concha moída e, por vezes, cauixí.

Assim como ocorre na cerâmica do sítio Estreito dos Mosquitos 02, a cerâmica apresenta um pequeno número das vasilhas pintadas com pigmentos vermelho e preto. Um uso de pigmentos que novamente remete à cerâmica Tupi-Guarani, especialmente na face interna das vasilhas. Vasilhas estas que, a priori, não possuem formas angulosas Tupi-Guarani. A cronologia dos sítios de estearias também é coerente, ainda que com o início mais tardio, com a obtida para os sítios Ourilândia 2, Remanso e Estreito dos Macacos. Uma cronologia extensa, que se inicia nos primeiros séculos da era cristã e que termina no início do segundo milênio AD (Tabela 6).

Tabela 6 - Datações calibradas (Calib 7.0.2) dos sítios com estearias
(fonte: Navarro, 2016)

Sítio	Datação cal.
Armíndio	865-905 AP
Cuba	960-1180 AP
Boca do Rio	995-1065 AP
Cabeludo	960-1065 AP
Caboclo	1015-1055 AP
Jenipapo	1130-1175 AP
Coqueiro	1655-1700 AP

2.6 A TUPINIZAÇÃO DO LITORAL MARANHENSE

Se recapitularmos a discussão sobre as cerâmicas Incisas-Modeladas/ Barrancóides, nota-se que há uma consistente cronologia para um período que vai do fim do Holoceno médio (4.000 AP) até o final do primeiro milênio da era Cristã (1.000 AP). Nota-se um predomínio da Ilha do Maranhão e dos rios que desaguam na ilha por populações sambaquieiras, produtoras de cerâmica Mina, e populações produtoras de cerâmica Inciso-Modelada, das quais algumas habitariam as chamadas estearias maranhenses. Sabe-se também que desde o início da era cristã os grupos Tupi-Guarani se expandiram para leste, a partir da Amazônia Oriental, e que populações Tupinambá dominariam a Ilha no início do século XVII (cf. Panachuck, 2014). A incógnita então se refere aos 500-600 anos que antecederam a chegada dos europeus. Nesse momento, a falta de datações mais antigas para os sambaquis maranhenses onde a cerâmica Tupinambá aparece sobreposta – Bandeira (2012) indica que todas as datações realizadas não possuem mais de 200 anos AP – dificulta uma resposta mais precisa.

O quadro em que se pode visualizar os dados atualmente disponíveis é onde parece ocorrer um processo de "tupinização" das populações litorâneas por parte dos grupos Tupi-Guarani do interior, durante os últimos séculos pré-contato. Esse processo estaria materializado nas cerâmicas que foram se "tupinizando", perdendo seus elementos modelados e ganhando elementos policrômicos. Trata-se de um fenômeno análogo, quiçá homólogo, ao que ocorre na Ilha de Marajó, onde Cristiana Barreto (2016) enxerga um processo de fluxo policrômico em direção à Ilha, transformando a famosa cerâmica marajoara. Entretanto, no caso marajoara não são grupos Tupinambá que os europeus encontram vivendo na ilha no início do período de contato, e sim grupos Aruan, de língua Aruaque (Meggers e Evans, 1957). Na Amazônia Central, nessa mesma época, grupos portadores de cerâmica Polícroma da Amazônia, ligados a línguas Tupi, substituiriam populações Aruaque portadoras de cerâmica da chamada Tradição Borda-Incisa (Barrancóide) (Neves, 2008; Moraes e Neves, 2012). Conforme visto, esse processo ocorre no sudeste amazônico em período anterior, em meados do primeiro milênio da era cristã, como atestado na cronologia do sítio Mutuca. Também foi visto que no delta do rio Paraná e rio da Plata, populações Guarani estavam se expandindo em uma área de populações portadoras de cerâmicas Incisas-Modeladas, possivelmente ligadas a populações Aruaque (Bonomo et al. 2014) no momento da chegada dos espanhóis.

A história do extremo leste amazônico e litoral

maranhense representa mais um capítulo nessa história de expansão de grupos Tupi-Guarani sobre áreas possivelmente ocupadas por populações Aruaque ou, no mínimo, populações não-Tupi. Uma época em que morcegos modelados lutavam para sobreviver frente a um fluxo policrômico contínuo que descia por muitos dos rios que desaguam na Ilha. Restaria à arqueologia compreender melhor como se deram esses processos em cada uma dessas regiões: se os Tupi-Guarani estão meramente influenciando culturalmente (incluindo língua) ou se estão substituindo essas populações. Em ambos os processos, uma hipótese que não pode ser desconsiderada é que os grupos Tupi-Guarani maranhenses teriam simplificado suas formas cerâmicas. Isto é, não só influenciaram os antigos grupos costeiros com sua policromia como também foram influenciados por eles, com a simplificação de suas formas angulosas e pela incorporação de elementos modelados, talvez até das casas sobre estearias. O exemplo dos Waiãpi mostra um grupo que migrou do sudeste amazônico para o Amapá durante o início do período colonial e que adotou as casas sobre esteios utilizadas por grupos locais Aruaque e Caribe (Gallois, 1983). Nestes contextos de forte intercâmbio cultural, a tarefa de determinar quem é quem por meio da arqueologia se faz extremamente complexa. Mas não impossível.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se voltarmos então ao sítio Estreito dos Mosquitos 02, pode-se afirmar que ele é um ponto de sustentação para a criação de um panorama, ainda que precário, quanto à história cultural da Ilha do Maranhão e entorno. Ele ajuda a confirmar a antiga (+-4000 anos) ocupação da Ilha por parte de grupos com cerâmica Inciso-Modelada/Barrancóide na região. Conforme visto, essa cerâmica já havia sido identificada a leste, na bacia do rio Tocantins, no rio Mearim, e nas estearias maranhenses. Uma cerâmica bastante semelhante a ela também foi identificada no litoral oeste cearense, no sítio Jericoacoara I, com uma datação recuada de cal. 1880-2008 AP (Viana, 2018). O sítio, além de decorações incisas e modeladas, possui motivos hachurados-zonados, de ocorrência pan-amazônica[4]. De qualquer forma, o sítio Jericoacoara I[5] é mais um elemento para demonstrar uma ampla profusão de cerâmicas Inciso-Modeladas/ Barrancóides na área de transição entre a Amazônia e o litoral norte-nordeste no início da era cristã.

O sítio Estreito dos Mosquitos 02 também contribui para a discussão realizada por Bandeira (2012) para a Ilha do Maranhão e por Garcia (2012) para o sudeste amazônico quanto à persistência dos sítios arqueológicos. O sítio segue um modelo em que os lugares são ocupados repetidamente, por vezes pelas mesmas populações (i.e. produtoras do mesmo material cerâmico), outras vezes por outros grupos. No caso do sítio Mutuca, Garcia vê uma clara substituição dos grupos produtores de cerâmica Inciso-Modelada/Barrancóide por grupos Tupi-Guarani. No sambaqui Bacanga ocorrem quatro horizontes culturais distintos, onde os grupos pós-sambaquieiros são substituídos por Tupinambás. No caso do sítio Remanso, o que se vê é o simples desaparecimento dessa cerâmica Inciso-Modelada, que havia reocupado o sítio por diversas vezes nos últimos séculos antes do contato, enquanto nas estearias e no sítio Estreito dos Mosquitos 02 se observa contextos aparentemente mais fluídos, sem rupturas culturais bem definidas.

Dentro desse enigmático processo de tupinização do litoral maranhense durante os últimos séculos pré-contato e essa transformação da cerâmica do sítio Estreito dos Mosquitos 02, é preciso destacar a própria implantação do sítio, no estreito que leva ao coração da Ilha do Maranhão. Isto é, o sítio está numa área privilegiada, que controla o acesso à ilha dos grupos que vem do interior assim como controla o acesso ao interior, por parte dos grupos litorâneos. A posição topográfica do sítio, em um topo de terraço, contribui para essa inferência (Figura 35).

Com essa implantação estratégica em mente, está claro o porquê da persistência da escolha do local para a ocupação. No momento, é impossível

4 Essas decorações também foram identificadas na cerâmica pós-sambaquieira do sítio Bacanga (Bandeira, 2012)
5 No caso cearense, é interessante notar que quem teria substituído essas populações portadoras de cerâmicas Inciso-Modeladas não foram grupos Tupinambá, e sim grupos Tremembé (Macro-Jê).



Figura 35. Localização estratégica do sítio Estreito dos Mosquitos 02 controlando o acesso à Ilha do Maranhão

saber como se deu o contato entre os habitantes desse sítio e a onda Tupi-Guarani vinda do Oeste. Se foi concentrado em guerra, rituais ou comércio. Possivelmente uma combinação deles. Sabe-se que esse contato gerou resultados materiais, como as pinturas nas cerâmicas dos níveis superiores do sítio. O que parece mais consistente é que, quando chegou a segunda leva de falantes de línguas Tupi-Guarani, os Tupinambá vindos do Pernambuco durante o início do período da colonização, a população do sítio que, por muitas gerações, produziu vasos com decorações incisas e modeladas, não estava mais lá.

AGRADECIMENTOS

Em 2004 apresentei meu primeiro trabalho sobre a Arqueologia do interior do Maranhão: um poster sobre o sítio Grajaú, feito em parceria com Wesley Charles de Oliveira. Gostaria de agradecer ao Wesley por essa oportunidade de voltar a pensar na Arqueologia da região 15 anos depois. Também presto minhas homenagens à Fundação Casa da Cultura de Marabá, guardiã da cultura regional.

Fernando Ozorio de Almeida

4 REFERÊNCIAS

Abbeville, C.d'. História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas. [1614]. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

Almeida, F.O. O Complexo Tupi da Amazônica Oriental. Dissertação de Mestrado, MAE-USP, São Paulo. 2008.

Almeida, F.O. Cerâmica Antiga na Periferia Leste da Amazônia: o sítio Remanso/MA. Amazônica, Revista de Antropologia, 72-96. 2013.

Almeida, F.O. A Arqueologia dos Fermentados: a história etílica dos Tupi-Guarani. Estudos Avançados, 29 (83): 87-118. 2015.

Almeida, F.O.; Neves, E.G. Evidências Arqueológicas para a Origem dos Tupi-Guarani no Leste da Amazônia. Mana, 21(3): 499-525. 2015.

Bandeira, A.M.; Chahud, A.; Ferreira, I.C.P; Pacheco, M.L. Ocupações Humanas Pré-Históricas no Litoral Maranhense: um estudo de caso sobre o sambaqui Bacanga na ilha de São Luis – Maranhão. Dissertação de Mestrado. São Paulo: MAE-USP, 2008.

Bandeira, A.M.; Chahud, A.; Ferreira, I.C.P; Pacheco, M.L. Ocupações Humanas Pré-Coloniais na Ilha do Maranhão: inserção dos sítios na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2012.

Barreto, C.N. O que a Cerâmica Marajoara nos ensina sobre Fluxo Estilístico na Amazônia? In: Barreto, C.N.; Lima; H.P.; Jaimes-Betancourt, C.J. (Orgs.). Cerâmicas

Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Belém: Ipha - Ministério da Cultura, 2016. pp. 115-124.

Bonomo M.; Politis, G.; Castro, YJ.C. Los indígenas de Entre Ríos. In: Ministerio de Cultura y Comunicación de la provincia de Entre Ríos. Manual de Historia de Entre Ríos, Tomo I, 45-75., Editorial de Entre Ríos, Paraná. 2014.

Bonomo, M.; Angrizani, R. C.; Apolinaire; E.; Noelli, F. S. A Model for the Guarani Expansion in the La Plata Basin and Littoral Zone of Southern Brazil. Quaternary International, 2015. 356:54-73.

Brochado, J.P. An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America. PhD Dissertation. University of Illinois at Urbana Champain, 1984.Buarque, A. As estruturas funerárias das aldeias Tupinambá da região de Araruama, RJ. In: Prous, A.; Lima, T.A. (Orgs.). Os Ceramistas Tupiguarani, volume III – eixos temáticos. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan de Minas Gerais, 2010. pp. 179-172.

Caldarelli, S.B.; Araújo-Costa, F.; Kern, D.C. Assentamentos a Céu Aberto de Caçadores-Coletores Datados da Transição Pleistoceno Final / Holoceno Inicial no sudeste do Pará. Revista de Arqueologia, 18: 95-108. 2005.

Corrêa, A.A. Pindorama de Mboîa e Îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi. Tese de Doutorado. São Paulo, MAE-USP, 2014.

Évreux, Y. d'. Viagem ao Norte do Brasil. [1615]. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 2002.

Gallois, D.T. A Casa dos Waiãpi. In: NOVAES, S.C. (org.). Habitações Indígenas. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1983.

Garcia, L.G. Arqueologia na Região dos Interflúvios Tocantins-Xingu: os Tupi do Cateté. Dissertação de Mestrado. MAE-USP, 2012.

Garcia, L.G. Arqueologia na Região dos Interflúvios Tocantins-Xingu: revisão das fases Itacaiúnas e Carapanã. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento 20, 145-152. 2015.

Harris, Edward C. Principles of archaeological stratigraphy. Elsevier, 2014.

Harris, Marvin. Cultural Materialism. Altamira Press, 2001.

Leite-Filho, D. Ocupações pré-coloniais no litoral e nas bacias lacustres do Maranhão. In. Arqueologia amazônica. PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (Orgs.). Belém: MPEG, 2010. pp. 743-773.

Lery, J. de. História de uma Viagem feita na Terra do Brasil. [1578]. São Paulo: Martins, 1967.

Machado, Juliana Salles. Montículos artificiais na Amazônia Central: um estudo de caso do Sítio Hatahara. Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2005.

Meggers, B.J.; Evans, C. Archaeological Investigations in the Mouth of the Amazon. Washington: Smithsonian Institution, Government Printing Press: 1957.

Meggers B.J.; Miller E. Hunter-Gatherers in Amazonia during the Pleistocene-Holocene Transition. In: Mercader J. (Ed.). Under the Canopy: The Archaeology of Tropical Rainforests (Library Binding). Rutgers University Press, 2003. p. 291-316.

Mello, A.A.S.; Kneip, A. Evidências Linguísticas que apontam para a Origem dos Povos Tupi-Guarani no Leste Amazônico. Estudo apresentado no 52nd International Congress of Americanists. Sevilha, 2006.

Métraux, A. Migrations Historiques des Tupi-Guarani. Journal de la Société des Américanistes, 19: 1-45. 1927.

Michael, L.; Chousou-Polydouri; N.; Bartolomei, K. Donnelly, E.; Wauters, V.; Meira, S.; O'hagan, Z. A Bayesian Phylogenetic Classification of Tupi-Guarani. Liames, 15(2): 193-221. 2015.

Moraes, C.P.; Neves, E.G. Adensamento Populacional, Interação e Conflito na Amazônia Central. Amazônica - Revista de Antropologia, 4:122-148. 2012.

Navarro, A. O Complexo Cerâmico das Estearias do Maranhão. In. Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Barreto, C.N.; Lima; H.P.; Jaimes-Betancourt, C.J. (Orgs.) Belém: Iphan: Ministério da Cultura, 2016. pp. 158-169.

Navarro, A. As Cidades Lacustres do Maranhão: as estearias sob um olhar histórico e arqueológico. Diálogos,. 21(3): 126-142. 2017.

Neves, E.G. Ecology, Ceramic Chronology and Distribution, Long-term History, and Political Change in Amazonian Floodplain. In: SILVERNAN, H. & ISBELL, W. H. (eds.). Handbook of South American Archaeology. New York: Springer, 2008. pp. 359-378.

Noelli, F.S.; Brochado, J.P.; CORREA, A.A. A linguagem da cerâmica Guaraní: sobre a persistência das práticas e materialidade (parte 1). Revista Brasileira de Linguística Antropológica, 10(2): 167-200. 2018.

Oliveira, E. R.; Silveira, M.I. A cerâmica Mina no Estado do Pará: oleiras das águas salobras da Amazônia. In: Barreto, C.N.; Lima; H.P.; Jaimes-Betancourt, C.J. (Orgs.). Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Belém: Iphan: Ministério da Cultura, 2016.

Orton, C.; Tyers, P.; Vince, A. Pottery in Archaeology. Cambridge Manuals in Archaeology. Cambridge,

Cambridge Univ. Press, 1993

Panachuck, L. Os Ceramistas Tupi da Baía de São José: arqueologia como história indígena. In: Baneira, A.M.; Brandi, R. Nova luz sobre a arqueologia do Maranhão. São Luis: Brandi & Bandeira Consultoria Cultural Ltda., 2014. p. 77-108.

Rice, Prudence M. On the Origins of Pottery, Journal of Archaeological Method and Theory, 1999.

Rodrigues, A.D. Relações Internas na Família Lingüística Tupi-Guarani. São Paulo: USP, 1984/85. Revista de Antropologia, 27-28: 33-53.

Rodrigues, A. D.; Cabral, A.S.A.C. "Tupían". In: Campell, L.; Grondona, V. (Eds). The indigenous languages of South America: a comprehensive guide. Berlin: De Gruyter Mouton, 2012. pp. 1-80.

Roosevelt, A.C.; Housley, R.; Silveira, M.I.; Maranca, S.; Johnson, R. Eighth Millennium Pottery from Prehistoric Shell Midden in the Brazilian Amazon. Science, 254: 1621-1624. 1991.

Rye, O. S. Pottery Technology: Principles and Reconstruction, Taraxacum, 1981.

Schiffer, Michael B. Formation Processes Formation processes of the archaeological record, University Of Mexico press, 1987.

Schiffer, M. B. & Skibo, J. The Explanation of Artifact Variability. American Antiquity, 1997.

Schiffer, M. B.; Skibo, James M. Theory and experiment in the study of technological change. Current Anthropology, v. 28, n. 5, p. 595-622, 1987.

Scientia Consultoria Científica. Relatório Parcial: Projeto de prospecção Arqueológica em áreas de empréstimo, levantamento pericial arqueológico e Educação Patrimonial ao longo da Estrada de Ferro Carajás MA/PA. São Paulo, 2008.

Shepard, Ana O. Archaeological Studies in the Petrified Forest National Monument, Arizona, 1953.

Shepard, Anna O. Ceramics for the Archaeologist. No. 609, Carnegie Institution of Washington, Washington, D.C, (1956).

Simões, M. F. Coletores-Pescadores do Litoral do Salgado (Pará): nota preliminar. Boletim do Museu Paraense Emílio Goedi (Antropologia), 78: 1-26. 1981.

Simões, M.F.; Corrêa, C.G.; Machado, A.L. Achados Arqueológicos no Baixo rio Fresco (Pará). Publicações Avulsas, 20: 113-141. 1973.

Soares-de-Souza, G. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. [1587]. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001.

Staden, H. Duas Viagens ao Brasil. [1557] São Paulo: Edusp, 1974.

Viana, V.P. Dinâmicas Culturais e Ambientais na Praia de Jericoacoara, Jijoca de Jericoacoara, Ceará, Brasil. Tese de Doutorado. São Cristóvão (SE): PROARQ/UFS, 2018.

Wagley, C.; Galvão, E. Os Índios Tenetehara: uma cultura em transição., Rio de Janeiro: MEC, 1961.



3

ARQUEOLOGIA NAS FRONTEIRAS DA BAIXADA MARANHENSE: AS OCUPAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS DOS SÍTIOS BOCA DO CAMPO E MEARIM 01 E (POSSÍVEIS) RELAÇÕES COM AS ESTEARIAS MARANHENSES

André Heron Carvalho dos Reis I Alexandre Guida Navarro I Kaic Bueno Batista

1 INTRODUÇÃO

A pré-história da ilha de São Luís e da Baixada Maranhense ainda mostra-se desafiadora. Primeiro, pela diversidade das tradições ceramistas que podem ser encontradas entre as regiões baixas e o golfão maranhense: grupos ceramistas da tradição regional Mina, ceramistas Tupi associados à Amazônia, além de precisamente, grupos ceramistas Tupinambás, descritos por cronistas que singraram a região.

Soma-se à pluralidade destas ocupações a difícil tentativa de determinar os contextos espaciais e cronológicos destes grupos pré-históricos, que habitaram uma região cuja diversidade da paisagem é notável e constantemente (re) modelada pelas cheias das águas. Certamente, o mosaico paisagístico formado pela sucessão entre as áreas de terra firme (livre de alagamentos) até as várzeas e as zonas lacustres, permitiu àqueles grupos vasta possibilidades de assentamentos. Neles, os usos dos recursos naturais, cosmovisão e simbologias, arcabouço cultural e ritualístico, etnicidades e demais peculiaridades intrínsecas, podem ter se regionalizado de forma ainda não claramente elucidada. Mais que isso, podem ter sido resultados de processos formativos que refletem movimentos diacrônicos de ocupação e reprodução cultural.

Especificamente quanto à Baixada Maranhense, as pesquisas arqueológicas implementadas sobre os sítios arqueológicos do tipo "estearias" _ assentamentos mais representativos dos grupos pré-históricos que habitaram esta zona lacustre_, têm revelado aspectos novos e intrigantes a respeito de quem eram estes ceramistas. Além da complexidade e refinamento das construções palafíticas encontradas no centro destas lagoas, as pesquisas apontam para uma indústria ceramista sofisticada, com grande volume de produção, nas quais ocorrem técnicas decorativas modeladas (apêndices, estatuetas, fusos, e outros) e pintadas (polícromas em diversos motivos), além de artefatos líticos, nos quais se incluem os "muiraquitãs", fortemente relacionados aos sítios arqueológicos do Baixo Tapajós, no vale do baixo rio Amazonas.

Apesar de grupos palafíticos serem descritos no baixo Amazonas por cronistas à época da colonização, esses sítios palafíticos estão, em grande número, nos lagos da Baixada Maranhense. O contexto paisagístico, associado aos vestígios peculiares, compõe um cenário único na arqueologia amazônica e na América Latina.

As pesquisas realizadas por Navarro (2013, 2014, 2016, 2017, 2018a, 2018b) e Leite Filho (2016)

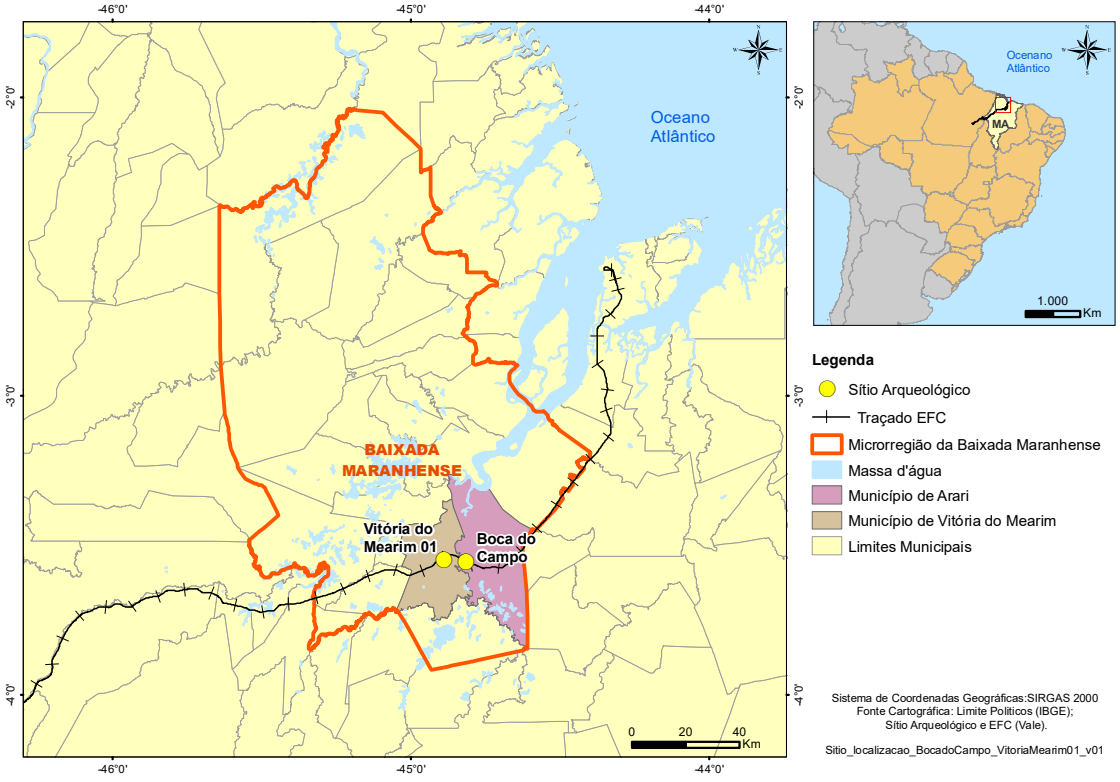
ampliaram sensivelmente as pesquisas pioneiras de Simões (1981) e Corrêa et al. (1991), que tiveram por área inicial de investigações a zona compreendida pelo Lago Cajari, no Município de Penalva.

Esse trabalho se propõe a caracterizar os sítios arqueológicos encontrados em 3 paisagens diversas da Baixada Maranhense: os campos inundáveis, no qual se assenta o sítio arqueológico Boca do Campo; a Terra Firme, na qual o sítio Mearim 01 está assentado; e por fim, a zona alagada, caracterizada pela presença de sítios arqueológicos do tipo estearias, que são estruturas palafíticas sobre as quais grupos pré-históricos viviam, em torno do ano 1000 AD. Estes dois sítios situam-se em municípios limítrofes aos principais lagos da zona lacustre, situados nos municípios de Penalva e Viana, como mostra o MAPA 1. Nestes municípios estão concentrados diversos estudos sobre as estearias realizados por Simões (1981) e Navarro (2013), dentre outros.

2 GEOGRAFIA DOS LAGOS: A BAIXADA MARANHENSE

A região é caracterizada, principalmente, pelas zonas lacustres, suscetíveis a enchentes sazonais e também composta por lagos permanentes, que são alimentadas por diversos rios. É composta por 32 municípios e abrange 1.775.035,6 hectares de extensão. Localizada em uma área denominada de "Amazônia Legal Maranhense", situa-se na transição entre os biomas amazônicos e do Cerrado, recebendo ainda influência dos ambientes costeiros e marinhos.

A região onde ocorrem as estearias no Maranhão é denominada de Baixada Maranhense. Trata-se de uma microrregião situada a oeste e sudeste da ilha do Maranhão, com uma área de aproximadamente 20 mil km^2 dentro da Amazônia Legal, sendo uma região que conta com mais de 500 mil habitantes (censo IBGE 2006). É um território pobre, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A população vive da agricultura tradicional, da pesca, da pecuária e extrativismo vegetal, especialmente do coco babaçu. As principais cidades dessa área são Penalva, Pinheiro, Viana, São Bento e Santa Helena. Está dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA) segundo o decreto Nº 11.900 de 11 de junho de 1991. É também um sítio RAMSAR,



Mapa 1. Localização dos sítios arqueológicos Boca do Campo, município de Arari/MA e Mearim 01, município de Vitória do Mearim/MA, na porção SE da Baixada Maranhense



Foto 1. Aspecto da paisagem da Baixada Maranhense. Crédito da Foto: Herberth Figueiredo



Foto 2. Aspecto das habitações atuais nas Baixada Maranhense. Crédito da foto: Herberth Figueiredo



Foto 3. A paisagem nos campos alagáveis da Baixada Maranhense. Crédito da foto: Herberth Figueiredo

zona úmida de importância internacional para a conservação das aves migratórias (Foto 1-Foto 2). As estearias pré-históricas podem ser encontradas ao longo de diversos lagos. Elas se caracterizam pela formação de um sistema hídrico composto de rios, campos inundáveis e lagos de variados tamanhos que se definem pela sazonalidade do clima (as inundações ocorrem no primeiro semestre de cada ano) (Franco, 2012). Os lagos da Baixada Maranhense têm origem geológica recente, pleistocênica, e se caracterizam por inundações periódicas na época das chuvas, pois acabam recebendo as águas fluviais, além de que auferem, inclusive, as águas dos rios da região quando de seu transbordamento, como o Pindaré, Pericumã e Turiaçu (Ab' Sáber, 2006). Pertencem, também, a um bioma típico da região amazônica que se caracteriza por campos de várzea.

A Baixada Maranhense, úmida, assenta-se sobre um terreno baixo que, exposto às inundações periódicas de uma complexa rede fluvial que, durante as cheias, forma uma ampla depressão de águas estacionárias (Franco, 2012). Segundo este autor, essa complexa rede fluvial faz parte, ainda, de um amplo bioma e compõe uma paisagem natural que mescla rios, lagos, campos inundáveis, áreas estuarinas e terra. Esta rica biodiversidade é fundamental na vida das comunidades que vivem na Baixada e, com certeza, o foi também na Pré-História.

3 SÍTIO ARQUEOLÓGICO BOCA DO CAMPO: OUTEIROS E TERRAS PRETA

3.1 USO DA PAISAGEM

O sítio Boca do Campo está assentando sobre um teso, ou outeiro, circundado por uma área alagável, entre as coordenadas 23M 520654.59/9607222. O terreno, portanto, está em uma posição altaneira na paisagem, contudo, com acesso às zonas alagáveis e possíveis lagoas sazonalmente presentes. A área é cortada por um barranco na porção NE, resultado

de atividades antrópicas recentes (Figura 1).

O sítio foi escavado através de uma malha sistemática de 50 metros. Nas intercessões, foram plotadas unidades de escavação de 1m², das quais 58 resultaram positivas e 20 negativas. Para esta análise, considerou-se fragmentos resgatados nesta malha sistemática.

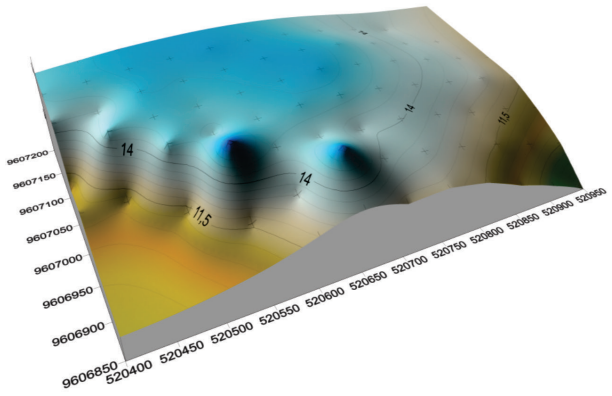


Figura 1. Modelagem 3D do terreno do sítio arqueológico Boca do Campo, município de Arari, Maranhão

Dito isto, este sítio, apesar de localizado em uma paisagem dominada por lagos, assenta-se em uma região não alagável. Por outro lado, permite o uso dos recursos naturais disponíveis nas zonas inundáveis, de onde é muito próximo.

A distribuição dos fragmentos cerâmicos encontrados mostra forte relação com a porção mais altaneira do teso, que alcança 15 metros de altura, em relação ao nível do mar.

Esse tipo de assentamento se assemelha muito ao proposto para os sítios arqueológicos de Terra Firme da Amazônia por autores como Denevan (1996). Relaciona-se tais ocupações de "Terra Firme" como interdependentes dos recursos aquáticos (peixes, quelônios, etc.) e dos solos agricultáveis que se formam nas zonas alagáveis, nas quais se depositam sedimentos e materiais orgânicos (Roosevelt, 1999; Rebellato, et. al, 2009), uma prática ainda hoje muito comum entre os grupos tradicionais da amazônia brasileira e internacional (MacClain et al., 2003). Para longe de uma proposta determinista, é sabido que, na pré-história amazônica, especialmente ao longo do rio Amazonas e, marcadamente, na sua foz (arquipélago do Marajó), pesquisas apontam para o controle e superexploração destas áreas mais ricas. Elas funcionariam como verdadeiros "nichos ecológicos", concedendo ao grupo possuidor destes recursos certo prestígio, por vezes, explicitado em indústrias ceramistas fortemente especializadas (Schaan, 2004; Schaan e Silva, 2004; Neves, 2008).

Esta complexa dinâmica de ocupação aponta para a impossibilidade de generalizações a respeito das estratégias adaptativas destes grupos pré-históricos. A análise integrada entre vestígios culturais, paisagem e acurada avaliação dos diversos componentes do registro arqueológico (solo, processos pré-deposicionais e pós-deposicionais) ajuda a compreender essas diferentes formas de se utilizar dos recursos do espaço habitado.

A Figura 2 mostra a disposição dos fragmentos cerâmicos encontrados no sítio Boca do Campo.

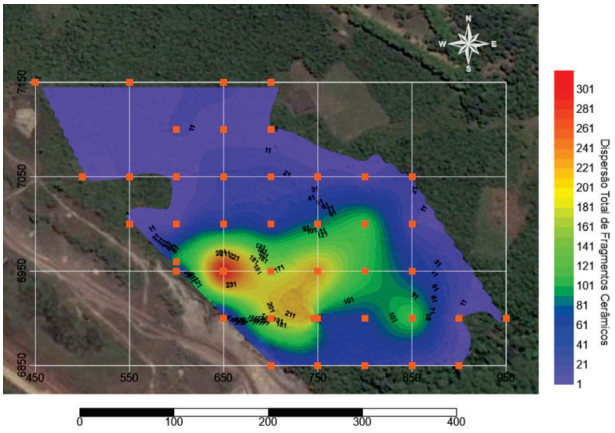


Figura 2. Dispersão dos fragmentos cerâmicos encontrados no sítio Boca do Campo

Observa-se uma mancha de concentração que se estende para porção SE, no entanto, o ponto de mais concentração coincide com o topo do barranco, de onde se tem uma visibilidade privilegiada do entorno. Certamente, estes grupos estavam buscando a porção mais altaneira do terreno.

Contudo, ao se avaliar a conformação do terreno do assento do sítio, é necessário ressaltar a matriz arenosa a franco-arenosa do solo. Trata-se de um promontório arenoso, possivelmente depositado em um momento de cheia excepcional do sistema lacustre. Portanto, a suscetibilidade da área à erosão eólica e pluvial e, notadamente, às eventuais cheias das drenagens intermitentes e perenes que o circundam, podem facilmente remodelar o terreno e, ainda, criar novas fácies

deposicionais sobre aquelas já afloradas. A mesma problemática também se aplica à avaliação dos resultados de datação, como se verá adiante.

3.2 TECNOLOGIA CERÂMICA

No contexto sistemático (sondagens) foram classificados 2.776 diagnósticos e 3.756 não diagnósticos, enquanto no contexto não sistemático (trincheira e ampliação), foram classificados 857 diagnósticos e 828 não diagnósticos. Portanto, a coleção cerâmica do sítio é composta por 8.214 fragmentos (Gráfico 1).

Os vestígios cerâmicos foram analisados de acordo com as propostas metodológicas de Shepard (1956), Rye (1981) e Orton et al. (1993).

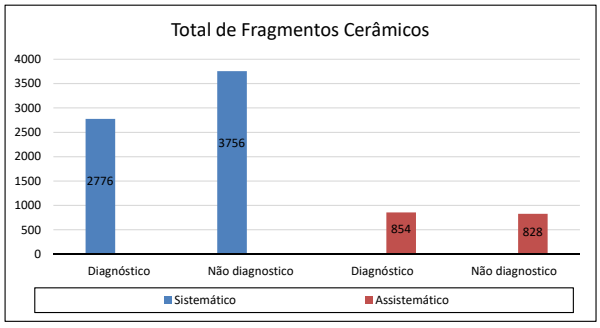


Gráfico 1. Total de fragmentos cerâmicos triados do sítio Boca do Campo

A cerâmica do sítio Boca do Campo caracteriza-se pelo avançado estado de erosão e pela alta recorrência de superfícies com alisamento médio. Em média, 60%" dos fragmentos não puderam ter suas manufaturas identificadas através da observação de marcas de confecção, como marcas de rolete e outros, reflexo do avançado grau de erosão. Destarte, o acordelamento foi a técnica mais popular aplicada na produção ceramista.

Após aplicação do método de manufatura, a escolha dos antiplásticos é de fundamental importância para a performance de uso do vasilhame. Entre os níveis estratigráficos não foram observadas variações significativas nas escolhas dos antiplásticos. No geral, predomina a associação de mineral+cariapé+carvão, que representam em média 60% dos fragmentos.

Ao se tratar dos tipos de minerais aplicados a cerâmicas, nota-se a completa predominância da escolha de quartzo, hematita, limonite e mica. Mantem-se assim a tendência de antiplásticos pouco variados com a profundidade.

Estes antiplásticos aplicados são geralmente finos, de baixa granulometria. Tendo em vista a alta disponibilidade de fontes sedimentares na região, pode-se supor que estes materiais utilizados eram procedentes de promontórios arenosos, ricos em minerais de micas e silicatos, além de hematitas. A queima do material argiloso não revela uma tendência clara de escolha de ambiente e mostra leve predomínio de queimas redutoras sob as demais.

Aspectos da pasta argilosa e dos antiplásticos são apresentados na Figura 3.

Os fragmentos com decoração pintada têm pouquíssima representação estatística na coleção (em torno de 2%). Todavia, quando ocorrem, aparecem na forma de pintura vermelha e pintura vermelha em faixas. No nível 2 estão concentrados os fragmentos pintados, seguidos do nível 3 (Gráfico 2).

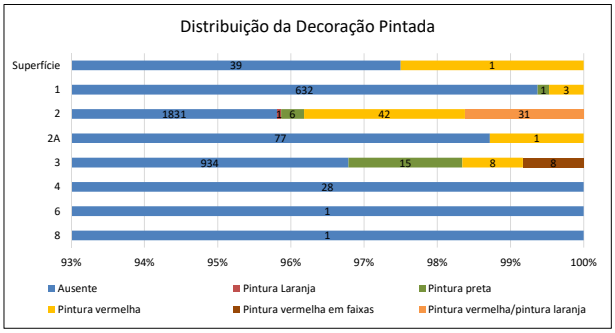


Gráfico 2. Distribuição da decoração pintada no sítio Boca do Campo

Como citado anteriormente, nos fragmentos encontrados a pintura recobre toda peça, de modo que em apenas 11 fragmentos se pode notar um motivo em faixa de pintura vermelha (Figura 4). Também ocorre a pintura preta (22 peças) e engobo vermelho em poucas peças. Estas decorações pictóricas se adensam nos níveis arqueoestratigráficos 2 e 2A, que correspondem a camada de Terra Preta Arqueológica (TPA) ou Terra Preta de Índio (TPI) do sítio. Tais solos são formados pelo acúmulo de resíduos orgânicos (carvão, restos de alimentos, fezes, urina, carapaças de quelônios, etc.), além de vestígios culturais diversos (cerâmicas e líticos), depositados nos

aldeamentos pré-históricos (Kern, 1988; Kern, 1996; Lima et. al., 2002).

O sítio apresenta uma técnica pictórica bem escassa quando comparada com os demais sítios da Baixada Maranhense, onde a complexidade dos motivos pintados remete tanto às pinturas encontradas em vasilhas da foz do rio Amazonas, no arquipélago do Marajó, quanto ao vasto arcabouço pictórico encontrado nos sítios da tradição Tupinambá amazônica, resguardadas suas manifestações mais regionais (Navarro, 2016; Panachuk, 2016, Almeida, 2013).

Outrossim, Costa et. al (2016) menciona a predominância de motivos abstratos na aplicação da técnica pintada no acervo da coleção Raimundo Lopes, sob a guarda do Museu Nacional-RJ. Dada a baixa densidade desta técnica no Boca do Campo, e mesmo a baixa integridade dos fragmentos, frente aos fortes processos de intemperização do solo, a discussão quanto à aplicação desta técnica é limitada.

A técnica modelada é numericamente menos expressiva que a pintura (Gráfico 3). Ainda assim ocorrem manifestações interessantes, dado o contexto regional. O nível 2 é, novamente, o mais adensado quanto a manifestação de decoração plástica, com maior número, principalmente, de incisões finas, largas e uma ocorrência de

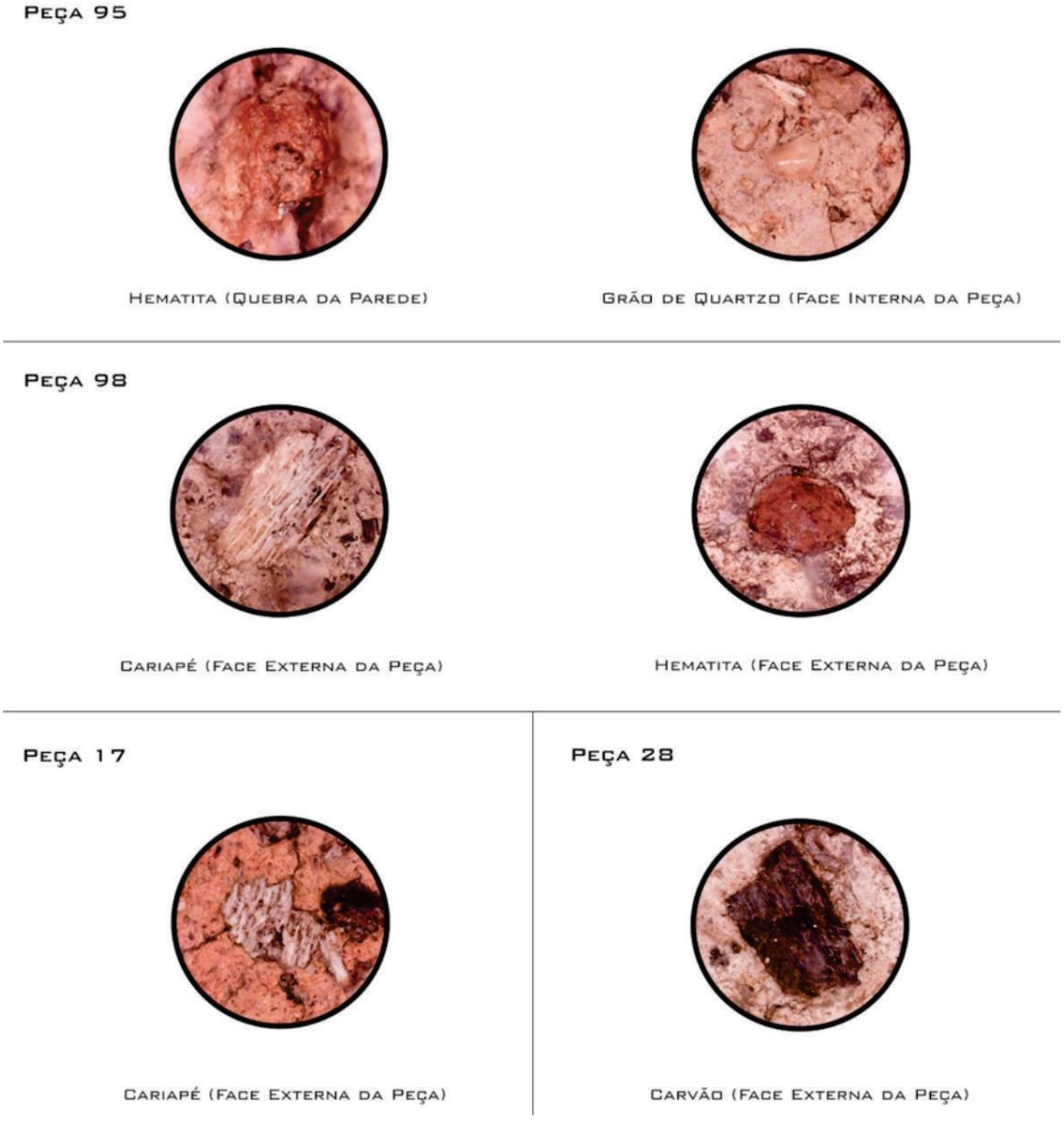


Figura 3. Detalhe dos antiplásticos aplicados na produção da cerâmica do sítio Boca do Campo

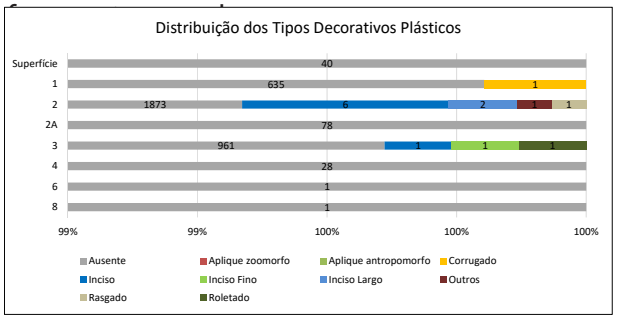


Gráfico 3. Distribuição da técnica plástica nos fragmentos do sítio Boca do Campo

No nível 03, tem-se a ocorrência de um apêndice de face antropomorfa, assim como de um fragmento roletado e um inciso fino. O apêndice foi aplicado em uma borda, e foi confeccionado de forma maciça. Olhos, nariz e a concavidade dos olhos foram modelados em separado, e posteriormente fixados no corpo. Os olhos foram modelados com a técnica de "botão", como mostra a Figura 5.

Foi identificado também um apêndice zoomorfo, aplicado sobre uma borda. Como o apêndice anterior, é uma peça de um único corpo, sobre o qual foram fixados os olhos e o nariz. No entanto, a peça se assemelha à face de um quelônio ou, ainda, a uma face antropomorfa, cujas narinas foram destacadas, como evidência de uso de alucinógenos (Navarro, 2016) (Figura 6).

A modelagem é uma técnica muito comum nos sítios da região sob os lagos da Baixada Maranhense (Navarro, 2013; Navarro, 2016; Leite Filho, 2016). Com o uso desta técnica são encontradas estatuetas, apêndices e inúmeros outros aspectos decorativos nas peças dos sítios das estearias. Abaixo, a Figura 7 apresenta parte da coleção modelada do acervo Raimundo Lopes, do Museu Nacional, analisada por Costa et al. (2016).

Há de se notar certa semelhança entre as formas de confecção das peças zoomorfas da coleção citada com a apresentada no sítio Boca do Campo. Assemelham-se as estruturas maciças, a confecção dos olhos através de botões afixados por sobre concavidades ou mesmo fora delas e, por fim, a posição destes apliques nas proximidades da borda dos vasilhames.

Longe de querer estabelecer relações diretas entre estas ocupações distintas, o esforço agora implementado visa ampliar o conhecimento sobre as características dos grupos ceramistas que habitaram estas regiões baixas. O sítio Boca do Campo possui um nível estratigráfico de TPA, o que permite conceber este antigo aldeamento como permanente e, por isso mesmo, inferir a respeito de um grupo cujo assentamento fortemente se vinculou à dinâmica espacial das zonas lacustres. A cerâmica produzida tem uma pasta mista, com associações entre mineral+cariapé+carvão, como citado anteriormente, o que leva a crer que o grupo usava fontes locais de matéria-prima, portanto, muito arenosas, o que conferia à cerâmica um aspecto friável, notado pelo forte nível de erosão. Tal contexto difere muito do experimentado pelos grupos dos lagos, nas estearias e, certamente, daqueles situados nos tabuleiros costeiros e chapadas do interior do continente.

Acerca das formas dos vasilhames cerâmicos que puderam ser hipoteticamente projetados a partir das bordas, nota-se que são mais populares as formas esferoidais, irrestritas, com base levemente plana (Figura 8).

Projetou-se bordas nas quais o diâmetro fosse confiável e a correlação entre diâmetro e angulação promove-se certa segurança acerca da possível profundidade dos vasilhames.

Também são encontrados contornos elipsoides, convexos, e um possível um assador. A ocorrência de vasilhas de grande capacidade volumétrica e diâmetro pode estar relacionada à necessidade de estocagem e mesmo de processar alimentos em grande quantidade.

Não foram identificadas pinturas ou outras decorações associadas a estas formas.

4 SÍTIO ARQUEOLÓGICO MEARIM 01: OCUPANDO MORROTES

4.1 USO DA PAISAGEM

O sítio arqueológico Mearim 01 está assentado sobre um morrote que atinge até 45 metros acima do nível do mar. Além da ocupação pré-histórica, na superfície ocorrem diversos vestígios históricos como faianças, vidros e grês. Um extenso sulco de 1,5 metro de profundidade recorta o sítio. As pesquisas realizadas apontaram tratar-se de uma estrada histórica abandonada que ligava uma

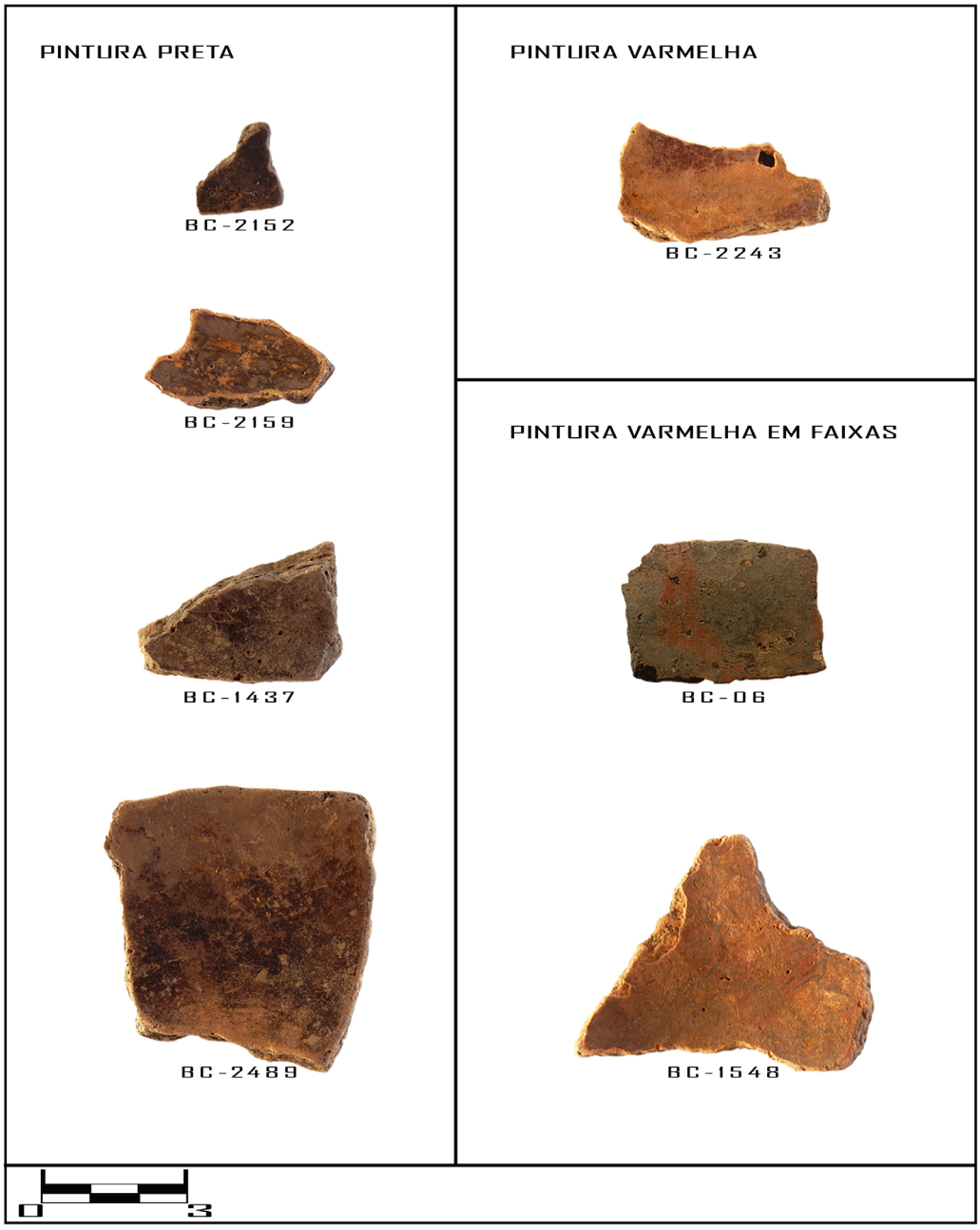


Figura 4. Fragmentos pintados do sítio Boca do Campo

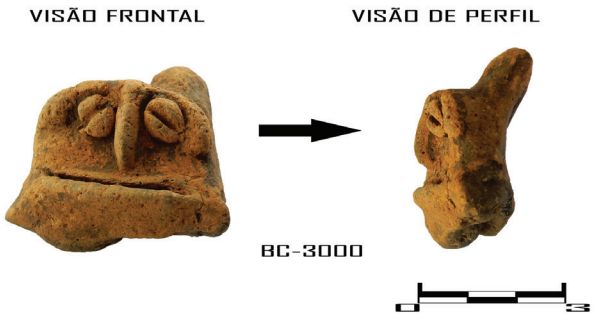


Figura 5 Aplique antropomorfo do sítio Boca do Campo

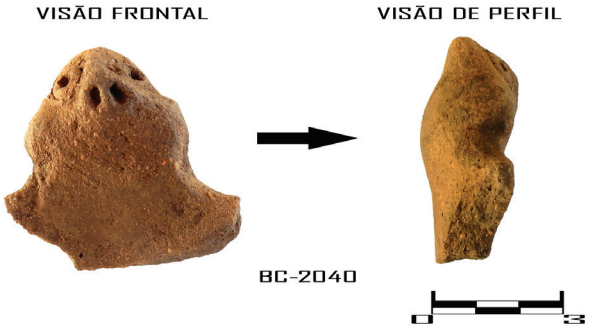


Figura 6. Fragmento de borda com aplique zoomorfo do sítio Boca do Campo

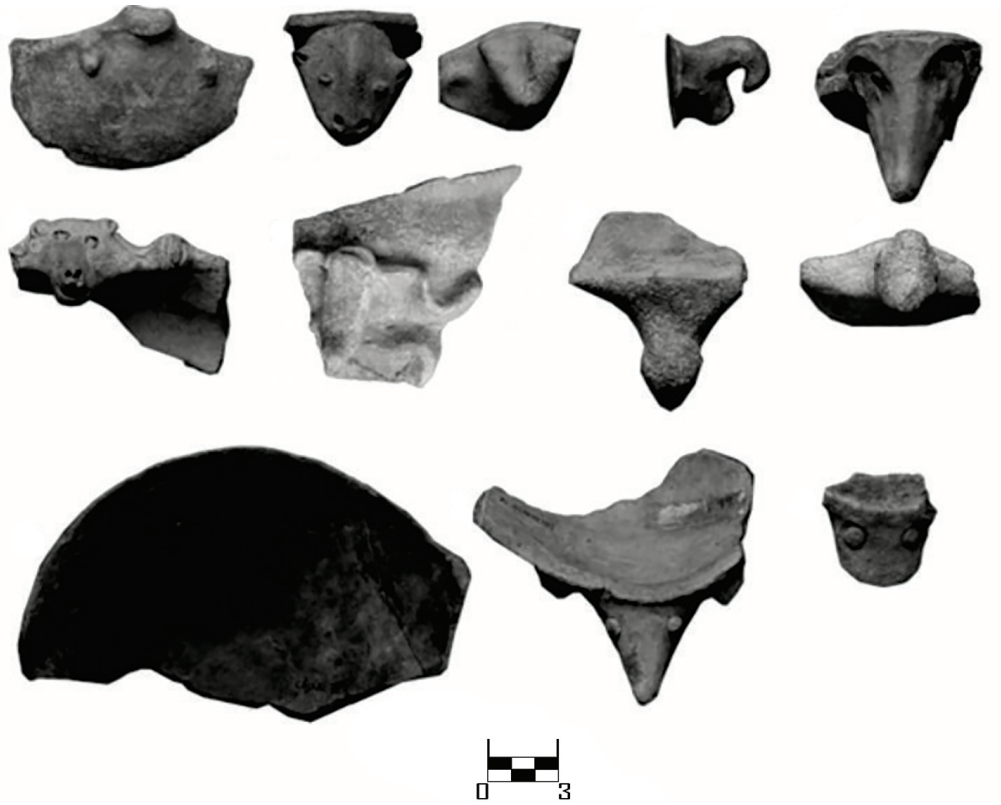


Figura 7. Peças modeladas do acervo Raimundo Lopes, Museu Nacional/RJ. Fonte: Costa et al. (2016)

antiga vila situada sobre o sítio até o município de Santa Inês (o material histórico será tratado no capítulo 05) (Foto 4 - Foto 5).

A Figura 9 apresenta a modelagem topográfica do terreno, incluindo o sulco da estrada histórica.

Diferentemente do sítio Boca do Campo, o Mearim 01 está situado na proximidade de drenagens intermitentes e perenes. Porém elas não formam zonas alagadas ou extensas várzeas. Outra diferença se estabelece no terreno; o Mearim 01 está situado numa cota bem mais alta que o entorno, de maneira que o topo tem forma de um domo aplainado.

A estratigrafia, no entanto, é composta por uma sequência de areias de textura grossa a média, de colorações variando entre o ocre e o avermelhado, que denotam os processos de ferruginização, já que óxidos de ferro, além de comuns, aumentam com a profundidade.

O sítio arqueológico foi escavado através de uma malha sistemática de 50 metros. No total, foram plotadas 64 quadras de escavação, 4 superfícies amplas de 2x2m^2 e uma trincheira de 1x3m^2. Para a escavação, adotou-se a decapagem por níveis naturais. Nesta análise, foram considerados os fragmentos cerâmicos exumados no contexto da malha sistemática.

A dispersão das cerâmicas encontradas também coincide com a porção mais alta do terreno, na porção central do domo. A Figura 10 apresenta a dispersão cerâmica associada às isolinhas da topografia.

Desta forma, apesar de estar inserido numa área drenada pela bacia do rio Mearim e estar nas proximidades das zonas alagadas, é bem possível que o Mearim 01 exiba uma estratégia adaptativa diferente daquelas vivenciadas pelos grupos mais próximos à várzea. Assim, o exercício comparativo entre as ocupações parece ser muito enriquecedor.

4.2 TECNOLOGIA CERÂMICA

No geral, foram classificados 2.401 fragmentos cerâmicos como "diagnósticos". Destes, 1.342 da malha sistemática, e 1.059 das áreas ampliadas. Como "não diagnósticos", foram classificados

1.551 fragmentos cerâmicos. No que se refere à representação em massa (Kg) destes fragmentos, os diagnósticos são majoritários com 19,28 Kg, enquanto os fragmentos não diagnósticos correspondem a apenas 3,5 Kg, como pode ser visto no Gráfico 4.

Para esta análise, serão considerados apenas os diagnósticos da malha sistemática, visto que o conjunto exumado em contexto assistemático é pouco representativo acerca da decoração aplicada.

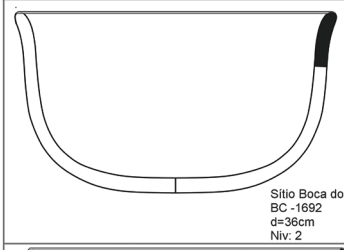
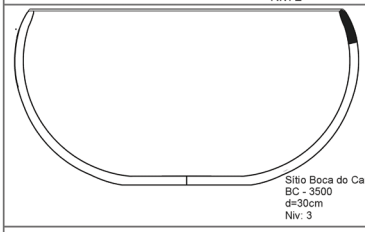
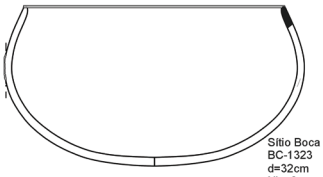
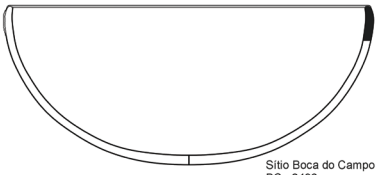
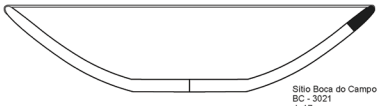
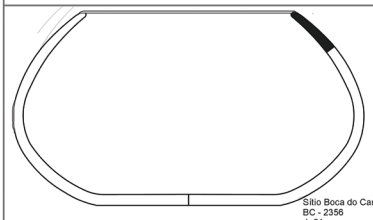
CONTORNO FORMAL	TOTAL DE PEÇAS	DIÂMETRO	USOS
 Sítio Boca do Campo BC -1692 d=36cm Niv: 2	12	14-38cm	Armazenagem/processamento de alimentos
 Sítio Boca do Campo BC - 3500 d=30cm Niv: 3	7	10-36cm	Cocção/Servir alimentos
 Sítio Boca do Campo BC-1323 d=32cm Niv: 2	6	16-32cm	Cocção/Servir alimentos
 Sítio Boca do Campo BC - 2496 d= 38cm Niv: 3	24	12-38cm	Processamento de alimentos
 Sítio Boca do Campo BC - 3021 d=17cm Niv: 2	16	17-42cm	Processamento de alimentos/ Servir alimentos
 Sítio Boca do Campo BC - 2356 d=21cm Niv: 3	8	10-30cm	Servir/Cocção
 Sítio Boca do Campo BC-1978 d= 32cm Niv: 3	1	32cm	Assador

Figura 8. Total de formas projetadas a partir das bordas do sítio Boca do Campo

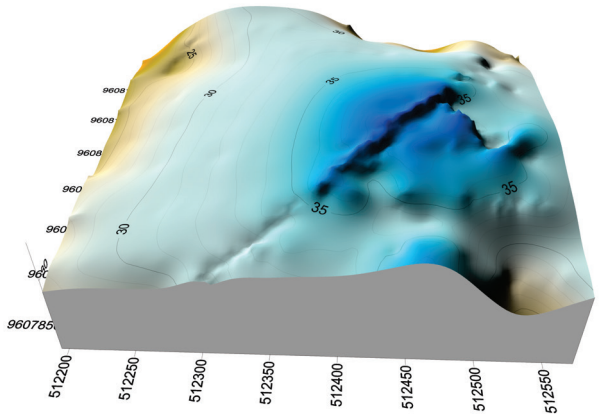


Figura 9. Modelagem 3D do terreno do sítio Mearim 01

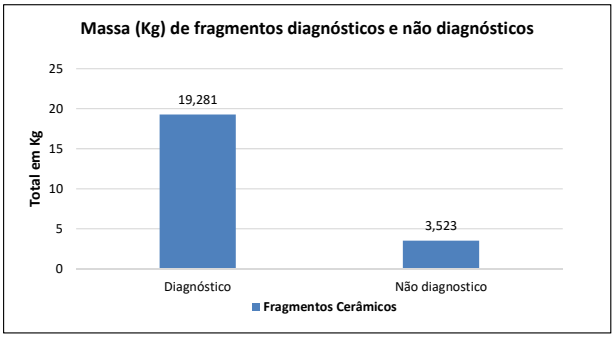


Gráfico 4. Distribuição de fragmentos diagnósticos e não diagnósticos no acervo do sítio Mearim 01

A coleção cerâmica é composta por categorias relativamente simples, na qual peças de bojo e bordas são a maioria, em torno de 90% do total. No nível 3 identificou-se um apêndice e 09 argilas queimadas, que podem ser amostras de matéria-prima aplicada na confecção das peças. A presença de argilas queimadas e bolotas de argila também ocorre no nível 04, a sugerir maior antiguidade.

Estas cerâmicas eram temperadas majoritariamente com antiplásticos minerais. Nos níveis 3 e 4 nota-se maior expressão da associação mineral com vegetais, com 30% e 40% respectivamente. Nos níveis inferiores, com maior expressão no nível 03, predomina a escolha de antiplásticos vegetais, como o carvão e o cariapé, enquanto nos níveis superiores, com maior expressão no nível 02, nota-se preferência no uso de antiplásticos minerais, principalmente o mineral associado a argila. Dentre os minerais aplicados a cerâmica não se observa padrões distintos entre os níveis. O quartzo é aplicado em todos os níveis, principalmente associado a hematita.

Em média 80% dos vestígios apresenta granulometria destes antiplásticos menor que 1mm, e pode ser considerada muito fina, possivelmente areia selecionada. Tal característica



Foto 4. Topografia da leira histórica, formada pela retirada de solo na área da estrada histórica.
Crédito da Foto: Habilis, 2015



Foto 5. Escavação do sítio Mearim 01. Crédito da foto: Habilis, 2015

contribui para peças friáveis pouco resistentes ao impacto mecânico, porém eficientes no aquecimento. O uso crescente de pelotas de argila como antiplástico pode sugerir testagens ou mesmo uma matriz argilosa muito impura para fabricação nas peças, o que concorda com o substrato muito arenoso sob o qual o sítio está assentado.

A queima predominante é redutora, com coloração na escala de preto a cinza, seguida da queima incompleta. Os ambientes redutores são resultado de queimas lentas, em esferas úmidas e abaixo de 590ºC (Shepard, 1956; Rye, 1981), tais condições são mais fáceis de conduzir, já que a peça perde água mais lentamente. Mas a compactação da argila é menor.

Ao se correlacionar as associações de antiplásticos ao tipo de queima de fabricação, nota-se que peças temperadas com cerâmicas estão mais próximas do campo redutor que as demais, podendo ser esta uma escolha consciente do ceramista.

A decoração nos vasilhames não é uma característica distintiva deste grupo, sendo rara a presença de traços decorativos. Quando ocorrem, no tocante a técnica plástica, representam apenas 2% da coleção.

Identificou-se maior variedade e frequência de peças decoradas plásticas no nível 03. No entanto, escovados, excisos e inciso-ponteados só ocorrem no nível 02, enquanto a decoração predominante no nível 03 são os corrugados, modelados, inciso fino e largo, inciso ponteado e ponteado (Gráfico 5).

As imagens dos fragmentos com decoração plástica, abaixo apresentados, diferem de forma significativa daquelas observadas no sítio Boca do Campo e para as ocupações dos lagos (Figura 11).

A presença de técnicas decorativas escovadas, raspadas, excisas e unguladas, ainda que numericamente sejam pouco populares em relação às peças simples, podem aproximar mais fortemente este sítio dos ceramistas associados às ocupações Tupis, que se avolumam em direção à bacia do Pindaré-Mearim e Grajaú, e em direção ao norte, na Ilha de São Luís (Figura 11).

A pintura é monocrômica e pouco popular. Encontrou-se apenas o uso da pintura vermelha e engobo vermelho aplicado à superfície dos vasilhames (Gráfico 6).

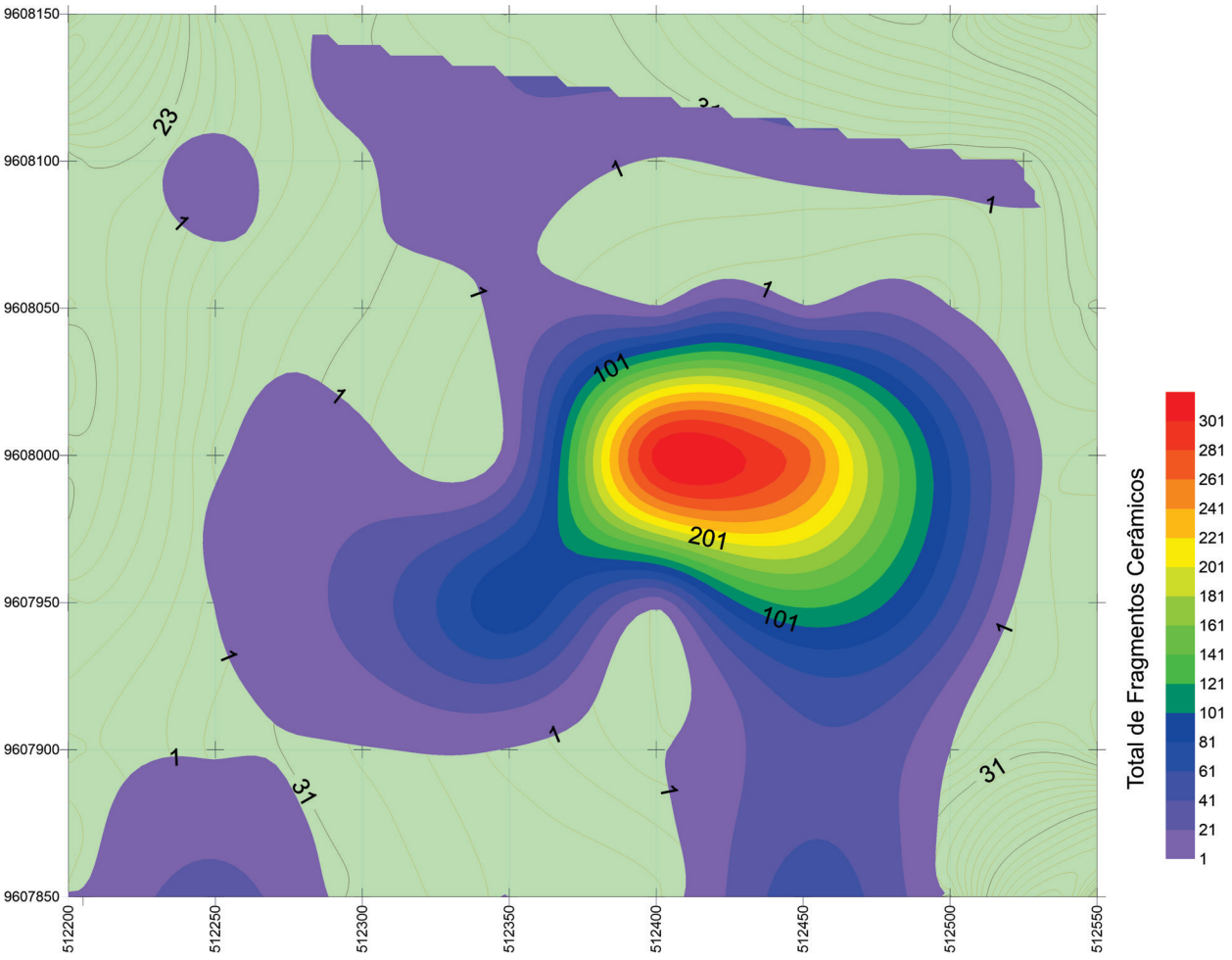
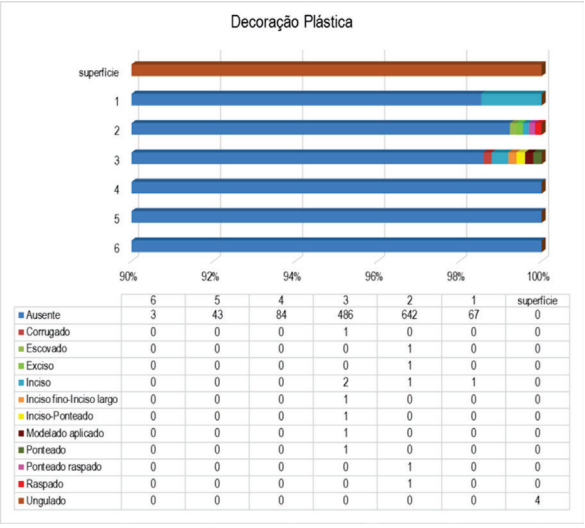


Figura 10. Distribuição dos fragmentos cerâmicos no sítio Mearim 01



	6	5	4	3	2	1	superfície
Ausente	3	43	84	486	642	67	0
Corrugado	0	0	0	1	0	0	0
Escovado	0	0	0	0	1	0	0
Exciso	0	0	0	0	1	0	0
Inciso	0	0	0	2	1	1	0
Inciso fino-Inciso largo	0	0	0	1	0	0	0
Inciso-Ponteado	0	0	0	1	0	0	0
Modelado aplicado	0	0	0	1	0	0	0
Ponteado	0	0	0	1	0	0	0
Ponteado raspado	0	0	0	0	1	0	0
Raspado	0	0	0	0	1	0	0
Ungulado	0	0	0	0	0	0	4

Gráfico 5. Distribuição da decoração plástica entre os fragmentos diagnósticos da malha sistemática no sítio Mearim 01

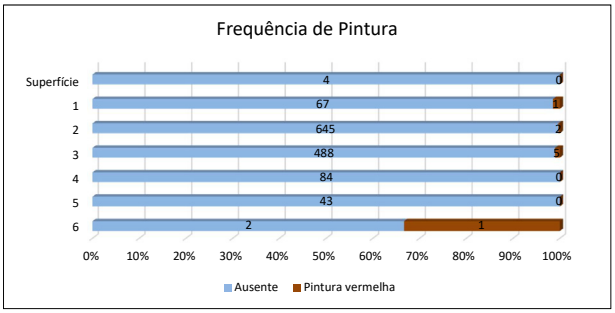


Gráfico 6. Distribuição da decoração crômica entre os diagnósticos da malha sistemática no sítio Mearim 01

Nestas pinturas, ora em faixas, ora cobrindo completamente as superfícies internas e externas, não se pode observar um padrão ou motivo pictórico. Assim, é inviável tentar relacionar tais acabamentos a algum padrão regional (Figura 12).

No que se observa as formas dos vasilhames

projetados, o sítio Mearim 01 possui um maior número de contornos associados ao processamento de alimentos e cocção. Predominam contornos esféricos e elipsoidais, acrescidos de lábios apontados, algo que não ocorre no Boca do Campo. Outra dessemelhança está no diâmetro e profundidade destas formas, mais pronunciadas do que aquelas do sítio anterior (Figura 13).

5 SÍTIOS DAS ESTEARIAS: O POVO DOS LAGOS

5.1 USO DA PAISAGEM

Os dados apresentados agora correspondem à pesquisa arqueológica acadêmica do autor deste artigo em base nos 4 anos de investigação in situ. Após revisão bibliográfica e diante dos desafios da arqueologia subaquática de modo a incorrer menos dano ao sítio, uma vez que existe material arqueológico na superfície do leito do rio, optou-se por realizar coletas sistemáticas com georreferenciamento (GPS e GIS) em vários pontos do assentamento, a partir de pontos aleatórios dentro de cada uma das concentrações de esteios (Figura 12 - Figura 13).

Os resultados apresentados aqui correspondem, em sua maioria, aos sítios da bacia hidrográfica do Turiaçu, cujo rio tem 720 km de extensão e desemboca na cidade homônima. Sua foz faz parte das reentrâncias maranhenses e é o maior desague fluvial do oeste do Estado do Maranhão. Os sítios ficam localizados numa área em que o curso do rio se dilata e forma inúmeros lagos, voltando a se estreitar até desaguar no oceano (MAPA 2).

Dado que os leitos dos rios passam por um forte processo de assoreamento, a areia forma uma camada sobre os esteios, impedindo a identificação por completo. O método mais adequado para a realização da tarefa, devido às características dos sítios acima descritas, foi o mais simples: através do deslocamento com canoas e caminhamentos identificou-se cada esteio, manualmente marcados com uma estaca, de tal forma que se pudesse mapeá-los com estação total.

A delimitação do sítio foi realizada a partir da localização das pontas dos esteios que não estão submersos, seja total ou parcialmente. Deste modo, decidiu-se pela intervenção arqueológica através de quadrículas artificiais de 1 x 1 m para coleta sistemática do material da superfície depositado no leito do rio, cuja lâmina d'água atingia 50 cm de profundidade. Deve-se levar em consideração, por outro lado, que este método também possui uma margem de falha, dado que algum esteio pôde deixar de ser visto por um dos membros da equipe. No entanto, considera-se que a maior quantidade dos esteios foi mapeada satisfatoriamente.

Em geral, os esteios estão muito próximos uns dos outros dentro do sítio. Alguns têm uma circunferência grande, podendo chegar a 50 centímetros, sendo que a maioria tem de 30 a 20 centímetros. A maioria das madeiras é de lei, destacando-se a maçaranduba (Manilkara huberi) e o pau d'arco ou ipê (*Tabebuia* sp). Os esteios de maior circunferência geralmente estão num ângulo de 90 graus e, se sofreram grande estresse de peso, continuaram na mesma posição. Os de menor circunferência estão ancorados por outros dois esteios em sentido oposto à inclinação do central, o que pode indicar que serviam de escoro para o esteio central. Geralmente, a parte de cima do esteio é lisa, indicando a erosão da água por estarem submersos há muitos séculos. Até o momento não se sabe o tamanho que eles tiveram. No entanto, um esteio que se desprendeu do sítio por conta da erosão tem 4 metros de altura. Árvores de ipê possuem troncos que podem atingir os 30 metros de altura.

O maior sítio mapeado é o Encantado, localizado no município de Pinheiro e banhado pelo rio Pericumã, que faz parte da bacia hidrográfica do Mearim. O sítio tem uma extensão de 16,47 hectares e 160 esteios visíveis, sendo que, segundo os moradores da região, dois terços do mesmo foram destruídos para a obtenção da madeira utilizada em atividades locais, como construção de cercas. O sítio tem forma oblonga, com uma orientação para o nordeste e está situado no meio do lago formado por um dos braços do rio Pericumã. Embora esteja muito destruído, é possível inferir que o sítio possui um núcleo com a maior concentração de esteios e outro menor, contíguo a ele.

Os demais sítios a serem apresentados fazem parte da bacia do Turiaçu. O sítio da Boca do Rio compreende 0,6 hectares de área e preserva,

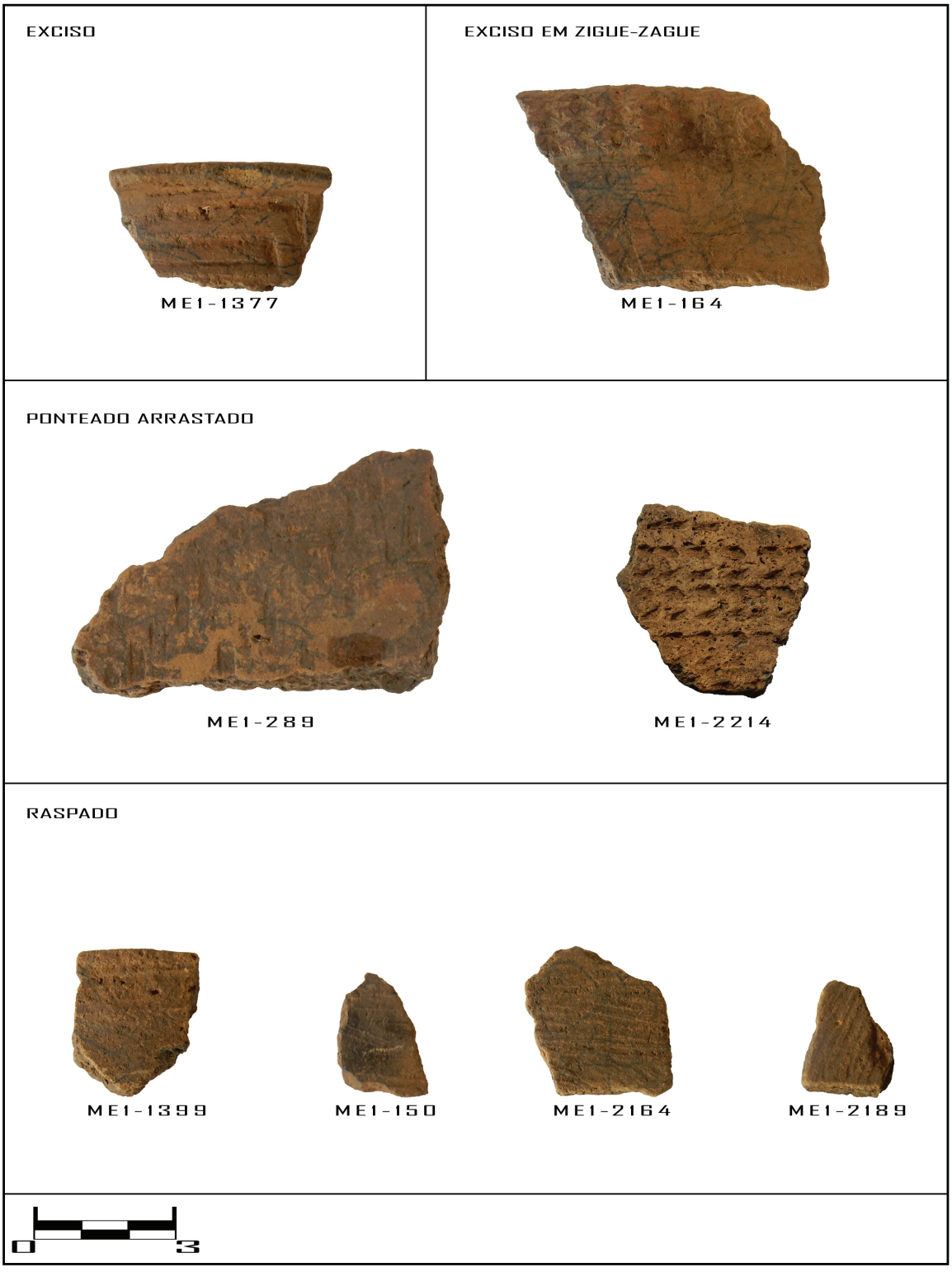


Figura 11. Fragmentos com decoração plástica do sítio Mearim 01

no fundo de seu leito, 1071 esteios no meio do canal do rio. Evidenciou-se que a forma do sítio também é oblonga ou retangular orientada para o nordeste e se configura pela existência de um núcleo onde está a maior concentração de esteios e áreas menores localizadas ao redor deste grande espaço. O sítio Cabeludo, o maior deles, está localizado no rio Paruá, afluente do Turiaçu, e também está situado no meio do canal do rio. Tem 0,74 hectares, 1150 esteios, forma oblonga e está orientado na direção nordeste. Possui um grande núcleo de esteios conectado com outro menor ao sudeste. Além deste, outras seis concentrações de esteios estão localizadas contiguamente ao agrupamento central do sítio e possivelmente também estiveram conectados ao grupo central. No entanto, a grande quantidade de areia nestes grupos impossibilitou a comprovação de conexão por pontes entre estes conjuntos periféricos.

A análise espacial evidencia aldeias oblongas construídas no centro dos rios ou dos lagos, com possíveis unidades habitacionais variando entre as formas circulares ou retangulares, cuja função ainda é desconhecida, mas possivelmente tem a ver com a obtenção de alimentos ou caráter defensivo, e também simbólico. Existe uma hierarquia de construção arquitetônica, cuja maior quantidade de esteios está concentrada na parte central das aldeias e, à medida que se distancia dela, ocorre uma diminuição das estacas de madeira, até que desaparecem. Esta hierarquia está associada a uma percepção de espaço que evidencia uma natureza binômica de centro-periferia, uma vez que os maiores núcleos de esteios, em geral, estão no meio do sítio arqueológico (Crumley & Marquardt, 1990). Esta hierarquia também promove a concentração de grupos de esteios em diferentes locais dos sítios, o que pode significar que os mesmos estiveram interligados por pontes, como é sugestivo na literatura dos viajantes e fontes etno-históricas (De Boer & Lahtrap, 1979), além da observação feita in situ. A hierarquia dos sítios pode ser percebida, também, na concentração dos materiais arqueológicos provenientes dos núcleos de esteios. Vasilhames cerâmicos contendo restos de massa orgânica, como as resinas, que podem evidenciar algum tipo de ritual ou locais onde estes preparos foram feitos, também são mais recorrentes nestes grupos centrais.

Fizeram-se, também, medidas batimétricas

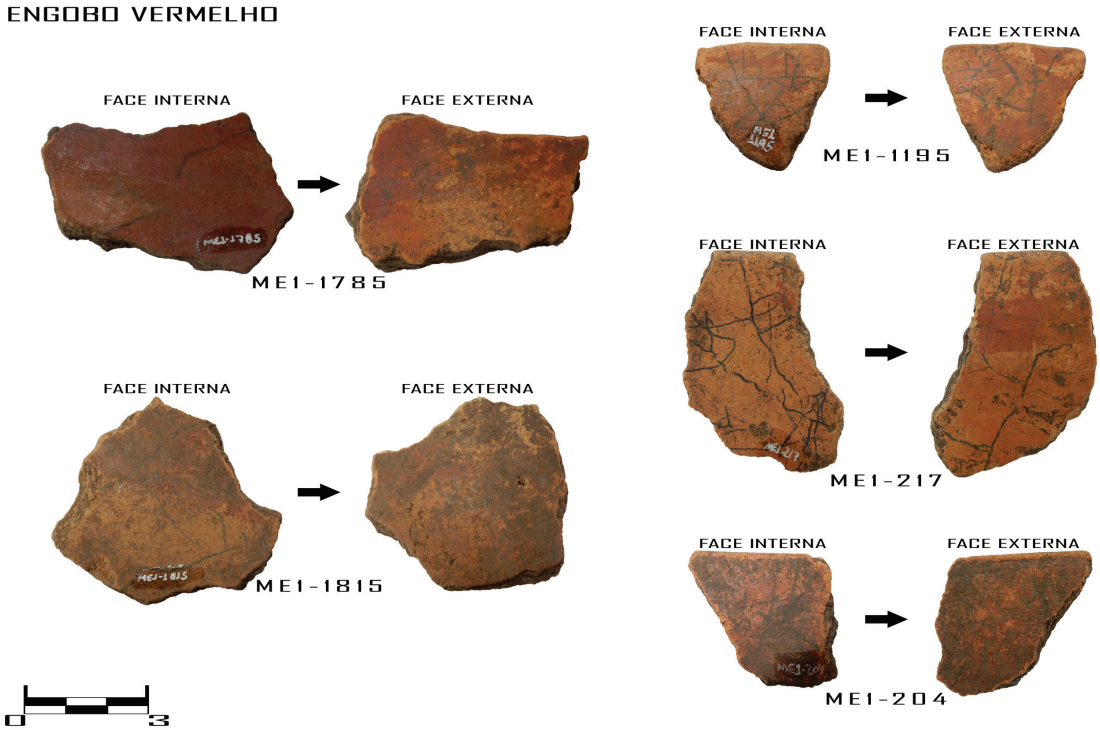


Figura 12. Fragmentos com decoração crômica do sítio Mearim 01

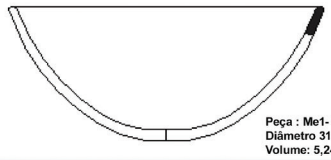
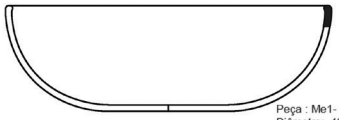
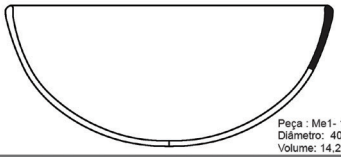
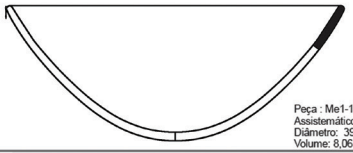
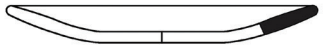
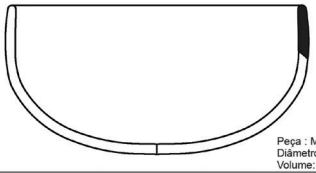
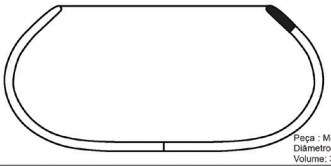
Tipos Formais	Total de peças	Diâmetro	Usos
 Peça : Me1- 1818 Diâmetro 31 cm Volume: 5,244 Litros	3	24-37cm	Processamento de alimentos
 Peça : Me1- 1612 Diâmetro: 43 cm Volume: 14,06 Litros	6	14-33cm	Processamento de alimentos/Cocção
 Peça : Me1- 1589 Diâmetro: 40 cm Volume: 14,20 Litros	4	14-40cm	Processamento de alimentos
 Peça : Me1-1939 Assistemático Diâmetro: 39 cm Volume: 8,065 Litros	1	12-39cm	Processamento de alimentos
 Peça : Me1- 743 Diâmetro: 31 cm Volume: 1,053 Litros	3	12-31cm	Processamento de alimentos
 Peça : Me1- 262 Diâmetro: 32 cm Volume: 9,439 Litros	3	12-32cm	Cocção/Processamento de alimentos
 Peça : Me1- 538 Diâmetro: 19 cm Volume: 3,852 Litros	6	22-32cm	Cocção

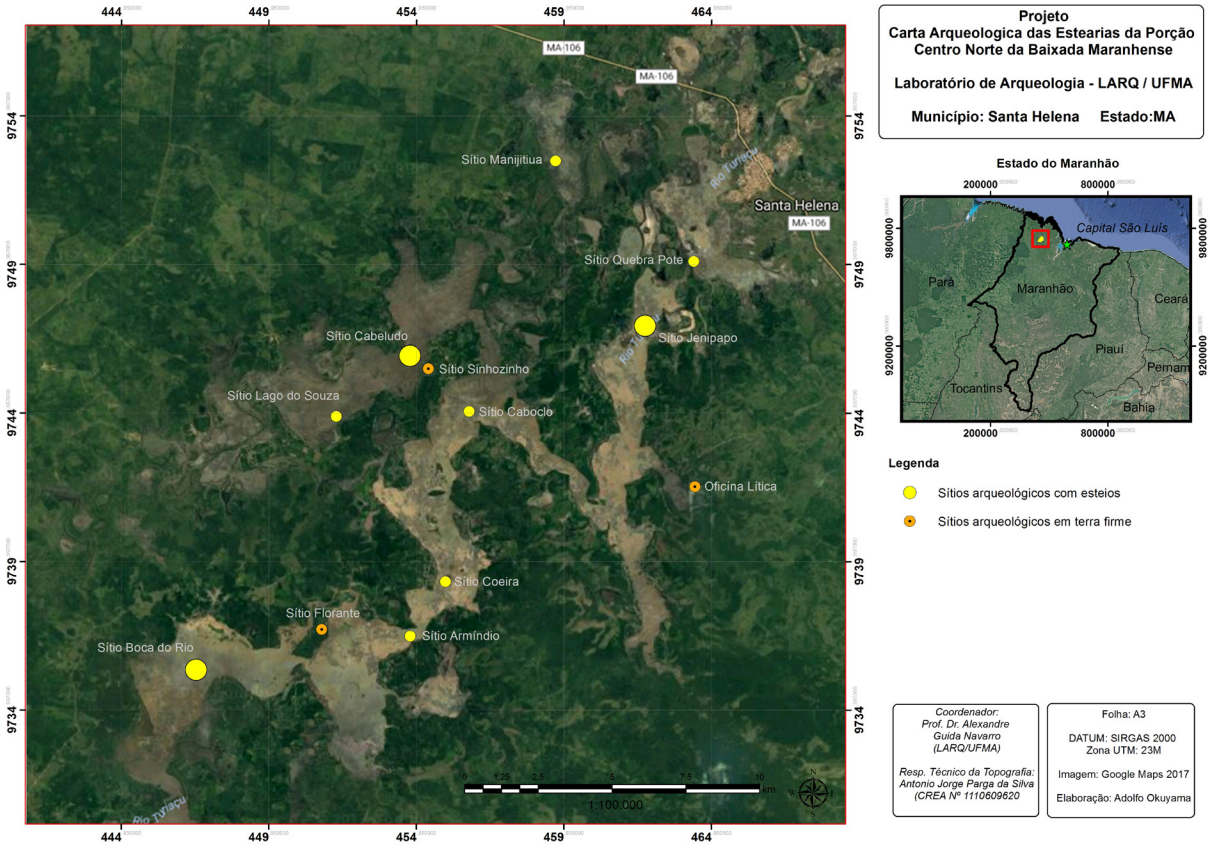
Figura 13. Tipos morfológicos de vasilhames projetados a partir de bordas da coleção do sítio Mearim 01



Foto 6. Estearia do Coqueiro na época da seca



Foto 7. Estearia do Cabeludo (abaixo) na época da seca, ainda com lâmina de água



Mapa 2. Mapeamento das estearias feita pelo Laboratório de Arqueologia (LARQ) da UFMA. Direitos LARQ/UFMA

na época da cheia do rio Turiaçu a fim de saber a profundidade que o mesmo possui na área dos sítios. O Cabeludo tem uma profundidade de 5,08 metros, o sítio Caboclo tem 4,20 metros, já o Armíndio tem 5,46 metros, e no Boca do Rio não foi possível fazer a medição. Com GPS mediu-se também a distância entre os sítios. Levando em consideração o sítio Boca do Rio, o mais distante assentamento que se mapeou a montante do Turiaçu, este se dista 7,3 km em linha reta do sítio Armíndio, 13 km do Caboclo e 13 km, também, em direção ao sítio Cabeludo.

Já a coleta sistemática foi concebida como uma escolha metodológica que teve como intervenção principal a prospecção intrassítio visando a delimitação do assentamento e seu mapeamento. Dentre os vários materiais coletados, encontram-se artefatos de cerâmica inteiros e fragmentados, sendo pintados e não pintados; estatuetas; assadores, muitos com marcas de cestaria e de folhas; fusos; material lítico, com destaque para os polidos, sobretudo machados de pequenas dimensões e um muiraquitã; peças de madeira, como o cabo de um machado e supostamente um remo (e/ou borduna), além de sementes queimadas de babaçu e outras palmeiras e alta concentração de carvão.

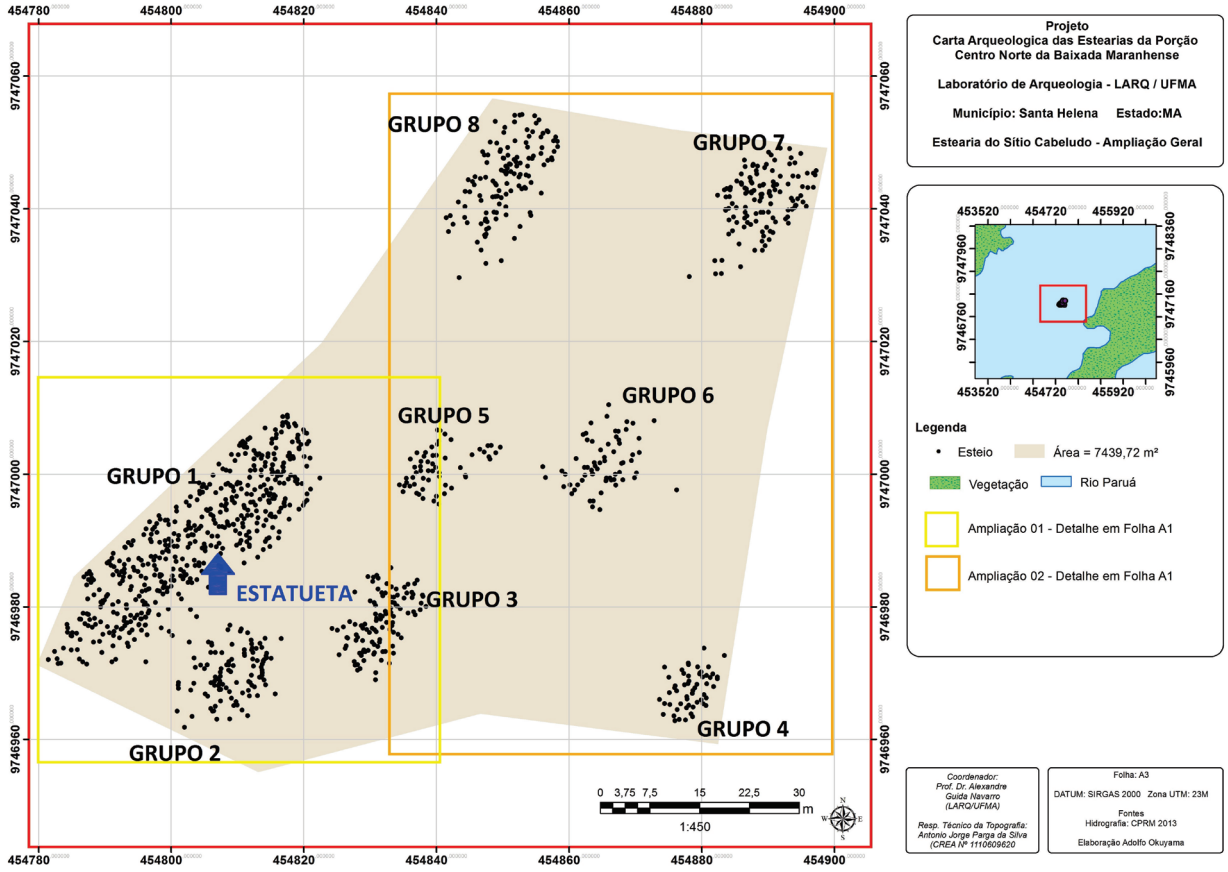
Uma das descobertas mais importante de todas as campanhas arqueológicas foi um muiraquitã de pedra verde. Localizado na área central do sítio Boca do Rio, o exemplar sofreu análise mineralógica e se constatou que o artefato é de nefrita confeccionada a partir dos minerais tremolita/actinolita (Navarro et al., 2017). A peça possui 2,8 cm. de altura por 1,8 cm. de comprimento, tendo dois furos laterais e marcas do retoque do lascamento e polimento no verso. Com relação ao estilo iconográfico, o abdômen e as patas são idênticas aos muiraquitãs amazônicos tradicionais. No entanto, a cabeça ora assemelha-se aos traços caribenhos e da América Central, principalmente no que tange a

sua coroa ou banda como nos amuletos ou "axes god" da cultura Nicoya, Costa Rica (Hartman, 1907; Snarskis, 1979; Helms, 1979), ora aos das terras altas da América do Sul (os olhos quadrados e o motivo bipartite da cabeça), em especial à cultura Tolima da Colômbia ou Tiahuanaco da Bolívia.

5.2 TECNOLOGIA CERÂMICA

A cerâmica das estearias apresenta uma ótima qualidade de resistência e uma tecnologia sofisticada. Há presença de bordas, apliques e gargalos. A maioria delas possui contorno simples e complexo. Uma parte considerável apresenta carena, borda direta e extrovertida, com os lábios planos e arredondados. A principal tecnologia de fabricação das peças é o núcleo redutor, e a argila foi muito bem queimada. A cerâmica é de ótima qualidade, sendo os principais antiplásticos o cauixi, os minerais como quartzo e hematita, e o cariapé, sendo que o primeiro está presente em 95% dela. O caco moído também aparece algumas vezes. A principal técnica de manufatura é o acordelado e há marcas de queima na sua confecção. Com relação ao tratamento de superfície, predomina o alisado e também o recorrente uso de engobo, além de brunidura. Uma característica principal do material cerâmico é a policromia. Muitas peças foram pintadas de preto e vermelho sobre fundo branco.

Com relação à iconografia, dá-se através de linhas ou traços geométricos que delimitam padrões dentro da composição estilística do vaso: são gregas, ziguezagues ou espirais que vão circundando o interior das peças. Imagens figurativas também são comuns. Existem, em geral, dois campos iconográficos opostos divididos por uma ou duas linhas que cruzam toda a peça, na maioria das vezes os motivos destes dois campos são os mesmos, representados em direções opostas ou como se fosse um negativo inverso.



Mapa 3. Sítio Cabeludo. Evidência de uma grande aldeia com um núcleo coletivo (grupo 1) conectado por grupos periféricos (malocas, áreas residenciais). Direitos LARQ/UFMA

No que diz respeito à decoração plástica, predominam os apliques modelados. Representam ora figuras geométricas, ora animais como anfíbios, peixes, mamíferos e aves. No entanto, a principal forma de aplique é a mamiforme e ela está presente de forma muito recorrente em todos os sítios estudados. Em geral, estas peças não estão pintadas. Vasilhames com asas, alças e em forma de pedestais podem ser encontrados também, estes últimos até mesmo possuem restos de resina no seu interior.

A partir da análise de 2500 fragmentos cerâmicos, fizemos uma análise tipológica dos fragmentos cerâmicos e dividimos a coleção nas seguintes categorias abaixo apresentadas e já com as indicações da análise cerâmica (Figura 14 e Figura 15).

Seguindo a ordem da tipologia apresentada na tabela acima, temos os seguintes conjuntos formais:

Nas últimas campanhas localizamos o sítio Lago do Souza descrito por Raimundo Lopes (1924). O sítio ainda está em fase inicial de estudo, e é muito importante. A cerâmica é diferente da dos outros sítios, compreendendo preponderantemente o cauixi como tempero e formas muito complexas dos vasilhames que têm as bordas com decoração incisa. A datação dos restos orgânicos da pasta cerâmica coloca o sítio para o início da era cristã até o ano 300, sendo, portanto, a estearia mais antiga já datada (Foto 11).

6 A DIVERSIDADE DE OCUPAÇÕES ARQUEOLÓGICAS NA BAIXADA MARANHENSE: CRONOLOGIAS

Os sítios arqueológicos maranhenses assentam-se em uma grande diversidade de paisagens. O estabelecimento de uma correlação entre a morfologia destas ocupações, a indústria ceramista e possíveis correlações etno-linguísticas ainda é uma fronteira complexa, dado a pouco número de pesquisas executadas na região.

Ao se tentar situar estes grupos cronologicamente no espaço, observa-se que, no caso das estearias, tem-se um intervalo ocupacional que vai de 165/175 AD até 1045/1085 AD, o que corresponde basicamente a um modelo ocupacional que



Foto 8. Equipe do LARQ fazendo medidas do rio Turiaçu. Fotografia Elton Menezes. Direitos LARQ/UFMA



Foto 9. Muiraquitã de jade da estearia da Boca do Rio. Fotografia Áurea Costa. Direitos LARQ/UFMA



Foto 10. Machado com cabo de madeira encontrado na estearia do Cabeludo

perdurou por quase 1.000 anos ao longo da era cristã (Tabela 1).

De acordo com inúmeras pesquisas realizadas com sítios cerâmicos em diferentes regiões da Amazônia, sabe-se que esse intervalo temporal (o primeiro milênio da era cristã), representou uma época marcada pelo avanço e complexificação das indústrias ceramistas, incluindo o adensamento populacional ao longo da margens dos rios, o que culminou com a maior quantidade de sítios arqueológicos com TPA datados desta época (Moraes & Neves, 2012; Lima, 2010; Machado, 2006).

Na Amazônia Central, por exemplo, este período é marcado pela complexificação dos sítios arqueológicos, marcados pelo aprofundamento da camada de terra preta arqueológica, um maior volume de cerâmicas produzidas e, por vezes, a criação de sistemas defensivos (Moraes & Neves, 2012). Grupos portadores de uma cerâmica identificada com a tradição borda incisa ou inciso modelada teriam vivido, este período, assentados nos terraços fluviais, situados à margem de tributários do rio Amazonas. Nas proximidades do ano 1.000-1.200 AD, tais grupos teriam vivenciado conflitos, marcados pela presença de uma cerâmica polícroma, mais recente que as demais (Heckenberger et al., 1998; Lima, Neves. 2011). Vale lembrar que nesta porção da Amazônia é igualmente comum a formação de sistemas lacustres e ilhas de terra, resultados dos variados níveis de cheia alcançados pelo sistema hídrico.

Assentamentos igualmente complexos são encontrados, no mesmo intervalo temporal, no arquipélago do Marajó. A conhecida indústria ceramista, pautada num sistema de prestígio e controle de nichos ecológicos, teria fomentado a produção de uma cerâmica profusa e rica em simbolismos (Schaan, 2004; Schaan, 2007). No sudeste do estado do Pará chama a atenção a longa sequência ocupacional identificada por Silveira et al. (2007), na mineração do Salobo, região de Carajás. Novamente, o primeiro milênio é marcado por sítios de terra preta arqueológica e uma cerâmica modelada, com motivos inspirados em batráquios (comunicação pessoal).

É neste período também que se situam os níveis mais superficiais do sítio Boca do Campo, em Arari/MA. Identificou-se dois momentos

ocupacionais com base nas datações obtidas por AMS (Tabela 2). O mais antigo, relacionado ao piso do nível 3, com 55cm de profundidade, que datou do início do primeiro milênio A.C, e o mais recente, do final do primeiro milênio da era cristã. Intrusões de carvões mais recentes ocorreram, muito provavelmente, em função da textura muito arenosa do solo, por isso, facilmente percolável.

Por outro lado, o sítio arqueológico Mearim 01, situado no topo do morrote, na bacia do rio Mearim, possui datações mais antigas, que remetem a um intervalo temporal de pelo menos 1000 anos antes do advento das estearias e dos ceramistas do sítio Boca do Campo (Tabela 3).

Ora, os grupos ceramistas deste sítio caracterizam-se, em termos de atributos decorativos, às decorações plásticas raspadas, unguladas e incisas muito comuns às cerâmicas Tupis. No entanto, nota-se certa dificuldade de confecção nesta cerâmica, cuja pasta,

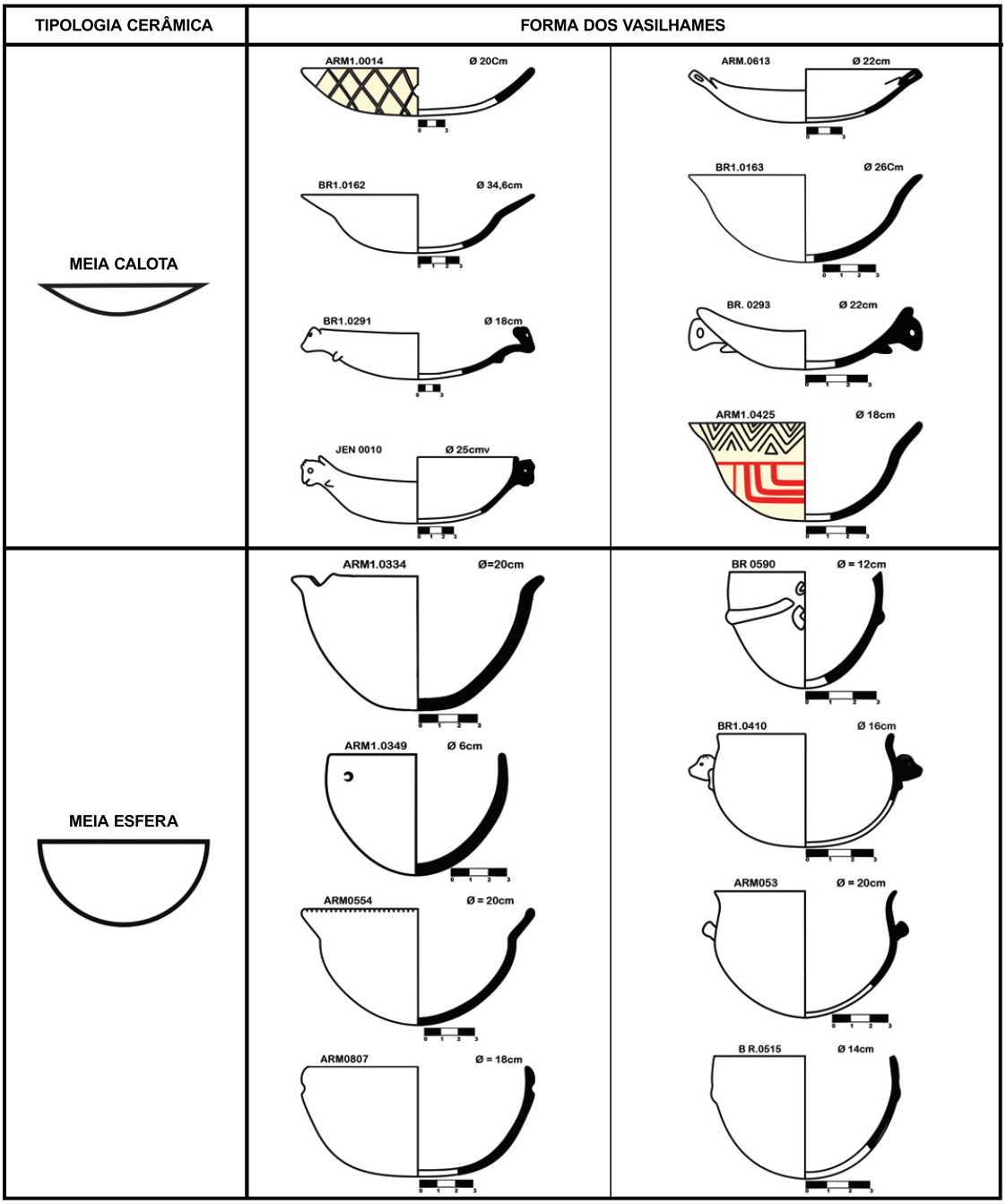


Figura 14. Conjunto formal das cerâmicas da estearias

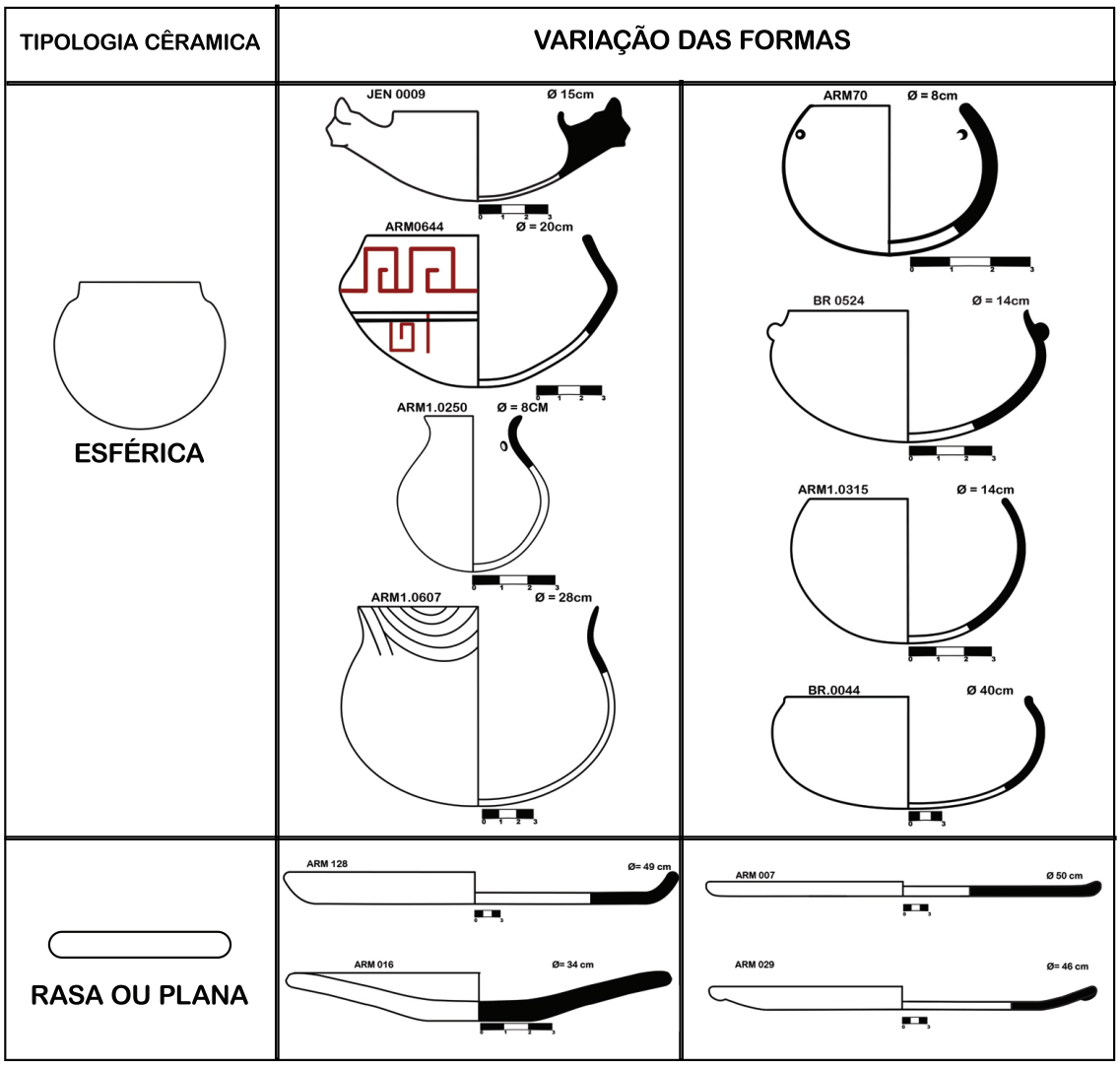


Figura 15. Conjunto formal das cerâmicas das estearias

VASILHAMES MEIA CALOTA

- **Tecnologia**:
- Antiplástico: Mineral , cauixi e caco moído
- Queima: núcleo redutor
- Técnicas de manufatura: roletado e modelado
- Acabamento de superfície: alisado, alguns casos brunidura
- **Morfologia**:
- Forma de meia calota
- Borda direta, introvertida e extrovertida
- Contorno simples e formas restritivas e irrestritivas
- **Decoração:**
- Pintura vermelha e preta, algumas com engobo branco e creme
- Um exemplar de pintura vermelha sobre engobo branco
- Decoração plástica: incisão e aplique
- **Uso e descarte:**
- Marcas de fuligem por cocção
- **Interação estilística**:
- Um exemplar, tradição inciso-ponteada (Konduri?)
- Um exemplar, tradição polícroma da Amazônia?
- Um exemplar tradição borda incisa?
- **Função:**
- BURKE, C.; ERICSON, J.; RED, D. (1971) Artefatos caracterizados pelo aumento da abertura da boca em relação à base e presença de apêndices. Volume, dimensão e espessura pequenos. Artefatos para servir, ou conteúdos especiais para transporte em pequena escala, usados em rituais, i.e., sementes para o plantio.



Vasilhame tipo meia calota.
Fotografia: Fábio Matta. Direitos: LARQ/UFMA.

VASILHAME MEIA ESFERA

- **Tecnologia:**
- Antiplástico: mineral, caco moído, cauixi
- Queima: redutora /oxidante interna, redutora externa
- Técnica de manufatura: acordelamento
- Acabamento de superfície: alisado
- **Morfologia:**
- Vasilhame em forma de meia esfera
- Bordas diretas e extrovertidas
- Contorno simples e formas restritivas e irrestritivas
- **Decoração:**
- Pintura vermelha e preta, algumas sobre engobo branco e creme
- Local: lábio, bojo, base (interno e externo)
- Motivo: Linhas horizontais, verticais, gregas, volutas, triângulos estilizados
- Decoração plástica: apliques
- **Uso e descarte:**
- Marcas de fuligem por cocção

Função: BURKE, C.; ERICSON, J.; RED, D. (1971). Armazenamento ou cocção de sólidos a curto prazo. Pequenas dimensões do artefato, espessuras finas, proporcionalidade entre boca e base e/ou verticalidade pouco maior que horizontalidade.



Vasilhame tipo meia esfera.
Fotografia: Fábio Matta. Direitos: LARQ/UFMA.

VASILHAME ESFÉRICO

- Tecnologia:
- Antiplástico: mineral, cauixi e caco moído
- Queima: redutora
- Técnica de manufatura: roletado
- Tratamento de superfície: alisado
- Morfologia:
- Vasilhames em forma esférica
- Bordas diretas, introvertidas e extrovertidas
- Contornos simples e formas restritivas
- Decoração:
- Pintura vermelha e preta sobre a superfície da cerâmica (interna e externa). Linhas verticais e horizontais. Triângulos estilizados.
- Uso e descarte:
- Marcas fuligem por cocção
- Função:
- BURKE, C.; ERICSON, J.; RED, D. (1971). Armazenamento de líquidos a longo prazo. Diminuição da boca em relação à base, aumento da porção vertical.



Vasilhame tipo esférico.
Fotografia: Fábio Matta. Direitos: LARQ/UFMA.

VASILHAME TIPO RASO OU FORMA PLANA

- **Tecnologia**:
- Antiplástico: Mineral, cauixi e caco moído
- Queima: redutora int. e oxidante externa
- Acabamento de superfície: alisado
- Técnica de produção: acordelamento
- Marca de manufatura: negativo
- **Morfologia:**
- Bases planas
- Borda direta
- Contorno simples e formas irrestritivas
- **Uso e descarte:**
- Presença de fuligem resultante de cocção
- **Interação estilística:**
- Assadores tupis?

Função: BURKE, C.; ERICSON, J.; RED, D. (1971). Assadores de alimento, preparo de alimento.



Assador com marcas de nervura de folha.
Fotografia Fábio Matta.
Direitos LARQ/UFMA.

ESTATUETA

- Tecnologia:
- Antiplástico: mineral e cauixi
- Queima: redutora
- Técnica de manufatura: Modelado
- Tratamento de superfície: alisado
- Decoração:
- Plástica com modelados e apliques. Sem indício de pintura.
- Uso e descarte:
- Marca de fuligem por cocção
- Função:
- Chocalho? Ritual?



Estatueta antropozoomorfa.

Fotografia Áurea Costa.

Direitos LARQ/UFMA.

FUSO

- Tecnologia:
- Antiplástico: mineral, caco moído e cauixi
- Queima: Oxidante externa, redutora interna
- Técnica de manufatura: Modelado
- Uso e descarte:
- Marcas de fuligem por cocção
- Função: tortuais de fuso



Fusos.
Fotografia Fábio Matta.
Direitos LARQ/UFMA.



Foto 11. Borda cerâmica, estearia do Lago do Souza. Fotografia Fábio Matta. Direitos LARQ/UFMA

extremamente porosa e composta por areias mal selecionadas, reflete uma estrutura fraca, que possivelmente concorreu para um conjunto cerâmico muito fragmentado e pouco resistente.

Ainda assim, tal fragmentação pode ser em virtude, também, da grande antiguidade destas cerâmicas, que revelam que estas influências Tupis podem ter sido muito mais antigas na região que as próprias estearias, principalmente ao longo da bacia do Rio Mearim.

Um maior panorama de pesquisas ao longo dessa região seria necessário para tentar situar

Tabela 1 - Datações obtidas para os sítios arqueológicos das estearias

SÍTIO DE ESTEARIA	MUNICÍPIO	AMOSTRA	DATAÇÃO	REFERÊNCIA
Lago do Souza	Santa Helena	Madeira	165/175 AD	Navarro, 2016
Coqueiro	Nova Olinda	Madeira	250/295 AD	Navarro, 2016
Coqueiro	Nova Olinda	Madeira	250/400 AD	Leite Filho, 2016
Lontra	Penalva	Carvão	660/780 AD	Leite Filho, 2016
Encantado	Pinheiro	Madeira	770/900 AD	Navarro, 2016
Jenipapo	Santa Helena	Madeira	775/820 AD	Navarro, 2016
Encantado	Pinheiro	Madeira	780/790 AD	Leite Filho, 2016
Cabeludo	Santa Helena	Madeira	885/990 AD	Navarro, 2016
Boca do Rio	Santa Helena	Madeira	885/995 AD	Navarro, 2016
Caboclo	Santa Helena	Madeira	895/935 AD	Navarro, 2016
Ponta da Estrela	Santa Helena	Madeira	980/1030 AD	Leite Filho, 2016
Armíndio	Santa Helena	Madeira	1045/1085 AD	Navarro, 2016
Cacaria	Penalva	Madeira	1385±95 AP	Simões, 1981

esta ocupação num plano mais geral, onde se percebesse a distribuição desses aldeamentos como grupos dotados de estratégias adaptativas em resposta à paisagem. Todavia, já é possível esboçar que, próximo ao ano 1000 A.D. ouve o fortalecimento (expansão?) dos aldeamentos do tipo estearia, enquanto, também nas regiões dos campos inundáveis, que é o caso do Boca do Campo, ocorriam ocupações nos outeiros arenosos, inclusive, com cerâmicas de motivos relativamente próximos.

A Tabela 4 apresenta as datações obtidas para os sítios de estearia em pesquisas recentes.

7 LUGARES E ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA NA BAIXADA

As estearias são um tipo de sítio arqueológico único no contexto das terras baixas da América do Sul. Por apresentarem boa preservação dos restos arqueológicos, são fundamentais para entender a ocupação humana na Amazônia pré-colonial.

Os estudos levados a cabo até aqui mostram que as palafitas pré-coloniais da Baixada Maranhense tiveram uma cultura material muito uniforme espalhados por mais de 25 mil km^2. Os povos das estearias preferiam morar em locais alagadiços, onde o curso do rio se dilata, formando lagos. Não se encontrou sítios ao longo do curso dos rios em locais onde não ocorrem essas inundações.

A forma de construir as aldeias era idêntica em todos os sítios, o assentamento ocorria, em geral, no meio dos lagos, em direção nordeste, com várias concentrações de grupos de esteios, sendo que há um núcleo central, evidenciando o binômio centro-periferia, ligados, possivelmente, por pontes. Ainda não se realizaram datações radiocarbônicas em cada grupo de esteios, portanto não podemos mostrar se todos os grupos de um mesmo sítio são contemporâneos. As datações que se obteve dos núcleos centrais entre 770/1040 d.C. evidenciam que pelo menos estes conjuntos são da mesma época. Há a necessidade de correlação com o sítio Lago do Souza, do início da era cristã, mas que provavelmente não faz parte desse complexo de aldeias do final do primeiro milênio. Duas datações do sítio Cabeludo, uma na área central, e outra em núcleo mais distante, demonstraram que elas também foram contemporâneas. Material cerâmico mais elaborado, como as estatuetas, artefatos pintados e vasos de gargalo, são encontrados exatamente nos núcleos centrais. Ainda não se pode afirmar a filiação linguística e cultural dos povos das estearias.

Pode-se dizer, em nível hipotético, que, em

Tabela 2 - Datações por AMS obtidas para o sítio Boca do Campo

Quadra	NÍVEL	PROF (cm)	Método	Material	BETA	Data Convencional	Data Calibrada
6900-700	1 (piso)	10	AMS	charcoal	446128	860 +/- 30 BP	Cal AD 1220 to 1285 (Cal BP 730 to 665)
6950-650	2	33	AMS	charcoal	446129	920 +/- 30 BP	Cal AD 1050 to 1080 (Cal BP 900 to 870) and Cal AD 1145 to 1220 (Cal BP 805 to 730) Cal AD 1145 to 1220 (Cal BP 805 to 730)
6950-700	3	36	AMS	charcoal	438736	140 +/- 30 BP	Cal AD 1675 to 1735 (Cal BP 275 to 215) and Cal AD 1800 to Post 1950 (Cal BP 150 to Post 0)
6950-650	3	47	AMS	charcoal	446129	980 +/- 30 BP	Cal AD 1050 to 1080 (Cal BP 900 to 870) and Cal AD 1145 to 1220 (Cal BP 805 to 730) Cal AD 1145 to 1220 (Cal BP 805 to 730)
6850-800	4	40	AMS	charcoal	438738	120 +/- 30 BP	Cal AD 1685 to 1730 (Cal BP 265 to 220) and Cal AD 1805 to Post 1950 (Cal BP 145 to Post 0)
6900-850	3	55	AMS	charcoal	438739	2860 +/- 30 BP	Cal BC 1045 to 905 (Cal BP 2995 to 2855)

princípio, a existência de farta alimentação nesses lagos pôde criar uma situação favorável à habitação sedentária dos grupos humanos que ocuparam a região, como em Marajó (Schaan, 2004). A piscosidade dos rios da Baixada Maranhense é muito alta. O ambiente aquático pantanoso, com águas mais paradas, pode ter sido uma estratégia para mais facilmente capturar os peixes. Os sítios localizam-se exatamente neste ambiente. Embora a farta existência de peixes seja um argumento favorável para a ocupação destes locais alagadiços, não se pode esquecer que existe uma hierarquia arquitetônica nos sítios, que possivelmente implica questões políticas, ainda desconhecidas pelos arqueólogos. Assim como constatou Schaan (2004) em Marajó, as maiores estearias do Turiaçu estão próximas às cabeceiras do rio, o que indica um controle não somente da

Tabela 3 - Datações por AMS obtidas para o sítio Mearim 01

Quadra	NIVEL	(cm)	Method	Type	BETA	Resultado Data Convencional	Data Calibrada
7950-350	3	-	AMS	charcoal	438739	3830 +/- 30 BP	Cal BC 2295 to 2135 (Cal BP 4245 to 4085)
AR1 SA4	4 (BASE)	88	AMS	charcoal	438730	1850 +/- 30 BP	Cal AD 125 to 250 (Cal BP 1825 to 1700) and Cal AD 300 to 325 (Cal BP 1650 to 1625)
AR1 SA4	5	93	AMS	charcoal	438731	1960 +/- 30 BP	Cal AD 25 to 130 (Cal BP 1925 to 1820) and Cal AD 185 to 195 (Cal BP 1765 to 1755)
AR1 SA1	5	110	AMS	charcoal	438732	6090 +/- 30 BP	Cal BC 5020 to 4845 (Cal BP 6970 to 6795)
Q.1-S.A.2	3	40	AMS	charcoal	438733	5070 +/- 30 BP	Cal BC 3945 to 3710 (Cal BP 5895 to 5660)

captação dos recursos aquáticos, mas também no manejo da ecologia humana em poder desviar o rio e construir barragens ou açudes para armazenar água e peixe durante a estiagem.

Ainda é incipiente reconstruir o sistema político das estearias. No entanto, há evidências inegáveis de hierarquia no registro arqueológico. O estudo do padrão de assentamento e análise cerâmica das estearias evidenciam:

1. Clara distribuição espacial hierárquica das aldeias;
2. Cultura material bastante homogênea e alta variabilidade cerâmica distribuída de maneira hierárquica dentro dos sítios;
3. Iconografia com motivos idênticos compartilhados entre todos os sítios;
4. Excelente adaptação ao meio.

Medições batimétricas realizadas na estação da cheia em 2017 mostraram que a profundidade do rio Turiaçu e suas áreas alagadas nesta época variam de 5 a 6 metros. Os sítios do Cabeludo e Boca do Rio que contém mais de mil esteios cada um evidenciam um grande esforço humano para sua fixação no leito do rio. Estes esteios deveriam ter mais de 6 metros de altura levando em consideração que deveriam estar bem presos na lama do rio e uma parte deveria ficar livre da inundação. É inegável o esforço humano e talvez sob o comando de líderes regionais para a construção destas habitações. Embora Pauketat (2007) tenha demonstrado desconfiança na formação de cacicados, Schaan (2010: 6) recentemente retomou esta discussão alegando que se interpreta de maneira equivocada este conceito e que a origem do termo tem a ver com formas de organização política e não com hierarquias evolucionistas uma vez que

> não se trata de afirmar que todas as sociedades passam por estágios de desenvolvimento e que se tornarão necessariamente mais complexas sociopoliticamente com o tempo, mas reconhecer o fato de que as sociedades humanas percorreram um caminho de crescente complexificação e que, a partir de pequenas aldeias relativamente autônomas, tornaram-se sociedades regionais (cacicados, entre elas) e então estados (Schaan, 2006:6).

Estas hierarquias podem não ser pensadas de forma evolucionista uma vez que "an increasing social complexity also can take place along a

Tabela 4 - Novas datações das estearias da Baixada Maranhense

Nome do sítio	Datação convencional	Data calibrada (2 sigma)	Data calendário (2 sigma)	Número BETA
ESTEARIAS DO RIO TURIAÇU				
Armíndio	930+-30 BP	905-865 BP	1045 -1085 AD	404757 (e)
Boca do Rio	1150+-30 BP	1065-995 BP	885-995 AD	406836 (e)
Caboclo	1120+-30 BP	1055-1015BP	895-935 AD	406835 (e)
Cabeludo	1160+-30 BP 1200+-30 BP 1020+-30 BP 1050+- 30 BP 1130+-30 BP 930+-30 BP	1065-960 BP 1112-968 BP 934-798 BP 963-899 BP 1058-932 BP 844-730 BP	885-990 AD 838-982 AD 1016-1152 AD 987-1051 AD 892-1018 AD 1106-1220 AD	430864 (e2) 458479 (e1) 492361 (cc1) 458480 (m8) 515391 © 6 515390 © 4
Jenipapo	1210+-30 BP	1175-1130 BP	775-820 AD	406834 (e)
Florante	1190+-30 BP	1094-962 BP	856-988 AD	492357 ©
Lago do Souza	1950+-30 BP 1820+-30 BP 1990+-30 BP	1926-1785 BP 1785-1775 BP 1938-1830 BP	24-165 AD 165-175 AD 12-120 AD	492358 (cc) 430862 © 515392 ©
ESTEARIAS DO RIO PERICUMÃ				
Encantado	1230+-30 BP 1220+-30 BP 5870+-30 BP	1180-1050 BP 1180-1045 BP 6736-6530 BP	770-900 AD 770-905 AD -4787-4581 BC	406837 (e) 492359 (e45) 492360 (e151)
ESTEARIAS DO PINDARÉ-MEARIM (CAJARI)				
Coqueiro	1720+-30 BP	1700-1655 BP	250-295 AD	430863 (e)
Trizidela	1140+-30 BP	1060-936 BP	890-1014 AD	512412 (e)
Lontra	1150+-30 BP 1180+-30 BP	1065-954 BP 1093-959 BP	885-996 AD 857-991 AD	512411 (e) 512407(cv)
Capivari	1280+-30 BP	1189-1069 BP	761-881 AD	512410 (e)
Formoso	1190+-30 BP 1130+-30 BP	1094-962 BP 1058-932 BP	856-988 AD 892-1018 AD	512409 (e) 512408 (cc)

LEGENDA

AD= Anno Domini, igual a Depois de Cristo (DC) ou Depois da Era Comum

BC= Before Christ ou Antes de Cristo (AC) ou Antes da Era Comum

BP= Before Present ou Antes do Presente, sendo o presente o ano de 1950, criação da máquina de carbono 14

© resíduo orgânico de cerâmica

©4= resíduo orgânico de cerâmica grupo 4

©6= resíduo orgânico de cerâmica grupo 6

cc= crosta carbônica de cerâmica

horizontal dimension and not as much as in the classic concentration of power in vertical hierarchies" (Wüst & Barreto, 1999: 18). Neste sentido, talvez, seja necessário voltar a discutir a possibilidade de cacicados na Amazônia, pelo menos em sua porção oriental, enquanto forma de organização política. As estearias, por apresentarem um excelente estado de conservação das aldeias e do material cerâmico, podem abrir novos enfoques teóricos a respeito da organização política nas terras baixas da América do Sul antes da Conquista.

No que diz respeito às fontes etno-históricas, estas evidenciam escassas informações acerca destas populações, revelando que estes grupos são bastante antigos, de tal forma que à época da Conquista a população indígena, que vivia na Baixada Maranhense, como os Gamela e Guajajara, não preservou em sua memória relatos acerca destas sociedades. É muito provável que os grupos indígenas do período da Conquista no século XVI e XVII não possuam parentesco com os povos das estearias, como também salientaram Wüst e Barreto (1999) com relação às aldeias anelares do Xingu e sua relação com as fontes etno-históricas. Estudos mais pontuais nesta direção ainda precisam ser realizados.

Por fim, ainda não se postulou o porquê do abandono das estearias. Uma vez que os recursos de pesca continuam fartos na região, e que a cultura material continua muito homogênea, é provável que algum fator externo tenha provocado o colapso. Alguns estudos sobre aquecimento global no século X na área Maia (que coincide com a datação do sítio Armindio em 1040 d.C., e Cabeludo em 1150 d.C., os mais recentes deles) (Haug et al., 2003), e, os estudos sobre o impacto do El Niño no Peru (Andrus, 2008), no mesmo período, podem indicar algum caminho para futuras investigações sobre o declínios dos grupos palafíticos do Maranhão. Além disso, estudos sobre o colapso Marajoara por volta do século XIII, possivelmente associado com mudanças climáticas que afetaram o complexo controle da piscicultura durante séculos desestabilizando a economia regional (Widmer, 1988; Schaan, 2004), podem trazer à luz que estes fenômenos de colapso foram experimentados, também, pelos povos das estearias, que viveram, por séculos, em assentamentos bastante estáveis.

Do ponto de vista de um panorama ocupacional para a região, já se pode assentar que diversos grupos elaboraram estratégias ocupacionais diversas para se valerem do espaço habitado, suas potencialidades e, assim, desenvolverem uma cultura peculiar, mostrada pela tecnologia cerâmica e nas escolhas dos seus assentamentos.

A distribuição cronológica até agora obtida aponta para a existência de ocupações mais antigas (entre 1500-1000 A.C), como é caso do sítio Mearim 01, não associadas às zonas lacustres, porém assentadas em porções mais altas do vale do Rio Mearim, cuja cerâmica remete às decorações plásticas não claramente definidas quanto a sua filiação cultural. Tendo em vista o hiato cronológico que há de quase 1000 anos entre o Mearim 01 e o Boca do Campo, vê-se que após esse período ocorre esse maior número de sítios do tipo estearia e de outros, como o Boca do Campo, ocupando promontórios arenosos (tesos), cuja presença de terra preta de índio atesta o grande impacto dessas ocupações na paisagem.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se neste trabalho um exemplo da complexidade das ocupações pré-históricas da Baixada Maranhense. Afirmação esta atestada pela diversidade de sítios arqueológicos encontrados nas diferentes regiões ambientais que compõe o mosaico paisagístico da região.

O sítio Mearim 01 apresenta as datas mais antigas até agora obtidas para a região. O nível arqueológico mais antigo está situado entre 6090 ± 30 BP e 5070 ± 30 BP, e caracteriza-se por ser um nível franco arenoso, de areia mal selecionada e vestígios líticos lascados. O conjunto cerâmico mostrou-se ser composto majoritariamente por vasilhames de contorno simples, com formas elipsoidais a cônicas. A ausência de traços técnicos decorativos bem marcados não permitiu relacioná-la a alguma filiação cultural com segurança. No entanto, chama a atenção a recuada sequência cronológica de ocupação desse sítio, que tem como mais recentes duas datas próximas ao Ano Domini, sem datas no período da era cristã. Essa antiguidade ocupacional chama atenção não apenas pela antiguidade propriamente,

mas por estar numa região não caracterizada pelos campos alagados e sim pela formação de morrotes arenosos, em cujo topo comumente se encontram solos lateríticos. Teria, portanto, a ocupação da área dos campos alagados começado por suas porções mais altas? Quando e por que exatamente os grupos humanos começaram a manejar com maior intensidade e tecnologia os recursos naturais das zonas alagadas? Teriam as populações palafíticas sido remanescentes de grupos que outrora habitavam a terra firme?

Há de se supor que as ocupações humanas estabelecidas entre estas datas situadas no Holoceno Médio tenham sofrido influências das variações ambientais que remodelaram o espaço de transição entre a linha da costa e o oceano, ora tornando-o mais alagado e salino e ora tornando-o mais seco, intensificando a formação de complexos lacustres e meandros abandonados. Afinal, é justamente fruto dessa instabilidade ambiental que deriva a fragmentação das paisagens dessa região (Viegas, 2015). Flexor et al. (1979) e Correa et al. (1995) apontam que a última transgressão marinha, que resultou no aumento do mar em +5 metros na costa brasileira, se situam em 5.000 AP. Os impactos no golfão maranhense se refletiram em sucessivos processos de deposição sedimentar, aprofundamentos de canais e, por consequência, formação de zonas lacustres (Costa et al., 2019)

O sítio arqueológico Boca do Campo, situado no promontório dos campos alagados, possui como data mais recuada o ano de 2860 ±30 BP, quase 1.000 anos antes do Ano Domini. As duas datas assertivas, com carvões associados a TPA, situam esse extrato entre 860 ± 30 e 960± 30 BP. Claramente ocorre um hiato temporal nos dois sítios: no Mearim, a ausência de datas na era cristã, supondo o abandono da área e/ou deslocamento para outras regiões e, no Boca do Campo, uma ocupação inicial 1.000 anos antes da era Cristã, com uma intensificação de ocupação no ano 1.000 AD, que culminou com o surgimento da TPA e de uma cerâmica com uso de apliques modelados que se assemelham àquelas encontradas nas estearias.

Com exceção do sítio Encantado, as demais estearias apresentam datação em torno do ano 1.000 AD, tendo sido contemporâneos ao sítio Boca do Campo. Certamente, como apresentado anteriormente, esta nova forma de habitar os espaços alagados refletiu uma complexificação nas relações socioeconômicas entre estes estes grupos, relações estas refletidas nos traços simbólicos e tecnológicos nas cerâmicas produzidas nestes lugares.

Fato é que a pesquisa arqueológica, no intuito de elucidar mais claramente a história indígena nessa região do Brasil, deve ser intensificada, e não apenas no intuito de se obter a caracterização da cultura material evidenciada, mas, principalmente, para traçar um mapa das cronologias e da própria cultura material que emerge destes sítios arqueológicos largamente distribuídos entre campos, lagos e morrotes da Baixada Maranhense.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, às instituições das quais faço parte:

Laboratório de Arqueologia, Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão (LARQ/DEHIS/PPGHIS/UFMA). Menciono, ainda, o apoio que obtive para as pesquisas realizadas no estado do Maranhão. Tal suporte veio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA) através dos editais 30/2013 REBAX - Processo 03464/13 e Museus Processo 02818/13. Destaco também o apoio institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sobretudo no estímulo de sua Presidente, a historiadora Kátia Bogéa. Agradeço, de modo especial, à profa. Dra. Anna C. Roosevelt, da University of Illinois at Chicago, que participou de uma das etapas de campo. Por fim, agradeço à Vale por proporcionar a troca de conhecimentos acerca dos sítios arqueológicos na região da EFC.

Alexandre Guida Navarro

9 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Ab'Sáber, A.N. Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o pantanal matogrossense: patrimônios básicos. São Paulo: Ateliê editorial, 2006.

Almeida, F.O. Cerâmica antiga na periferia leste amazônica: O Sítio Remanso/MA. Amazônica -

Revista de Antropologia, v. 5, n. 1, p. 72-96. 2013.

Burke, C., Ericson, J,; Read, D. Research Design: the Relationships Between the Primary Functions and the Physical Properties of Ceramic Vessels and Their Implications for Ceramic Distributions on an Archaeological Site. 1971. Anthropology UCLA 3: 84-95. 1972.

Correa, Conceiçao G.; Machado, Ana Lúcia; Lopes, Daniel F. As estearias do lago Cajari-MA. Clio. Série Arqueológica. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Número Extraordinário, v. 4, p. 101-103, 1991.

Corrêa, I.C.S.; Martins, L.R:, Ketzer, J.M.; Elias, A.R.D. A Plataforma Continental Sul e Sudeste Brasileira Durante O Holoceno. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS DEL MAR, VII, Mar del Plata-Argentina. Anais...Mar del Plata: v. 1, p. 56, 1995.

Costa, A. F. et al. O universo cotidiano e simbólico da cerâmica das estearias. Revista de Arqueologia, v. 29, n. 1, p. 161-187. 2016.

Costa, A. L. B. et al. RECONSTITUIÇÃO PALEOGEOGRÁFICA DO QUATERNÁRIO NO ESTUÁRIO DO RIO SANTO ANTÔNIO, ILHA DO MARANHÃO-BRASIL. Geosciences= Geociências, v. 38, n. 1, p. 117-130, 2019.

Crumley, C.L., Marquardt, W. H. Landscape: a unifying concept in regional analysis. In: Allen, K. M., Green, S. W., Zubrow, E. B. (editores). Interpreting space: GIS and archaeology. Londres: Taylor e Francis, 1990. pp: 73-79.

De Boer, W.R.; Lathrap, D.W. The making and breaking of Shipibo-Conibo ceramics. In: KRAMER, C. (editor). Ethnoarchaeology: the implications of ethnology for archaeology. pp: 102-138. Nova Iorque: Columbia University Press, 1979.

Denevan, W.M. A bluff model of riverine settlement in prehistoric Amazonia. Annals of the Association of American Geographers, v. 86, n. 4, p. 654-681, 1996.

Flexor J.M.; Suguio, K.; Bittencourt, A.C.S.P.; Vilas-Boas, G.S. Le Quaternaire MarinBrésilien (Littoral pauliste, Sud fluminense et bahianais). Cahier Orstom Série Géologie, Paris, França, v. 11, n.1, p. 95-124, 1979.

Franco, J.R.C. Segredos do rio Maracu. A hidrogeografia dos lagos de reentrâncias da Baixada Maranhense, sítio Ramsar, Brasil. Sao Luís: EDUFMA, 2012.

Hartman, C.V. Archaeological Researches on the Pacific Coast of Costa Rica (W.J. ed.). In: Holland, W.J. (editor). Memoirs of Carnegie Museum vol. III, n. 01. Pittsburgh: Carnegie Institute, 1907.

Haug, G. H.; Günther, D.; Peterson, L. C.; Sigman, D. M.; Hughen, K. A.; Aeschlimann, B. Climate and the collapse of Maya civilization. Science, 299 (5613):1731-5. 2003.

Helms, M.W. Ancient Panama. Chiefs in Search of Power. Austin: University of Texas Press, 1979.

Heckenberger, Michael & Eduardo G, Neves & James B, Petersen.De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. Revista de Antropologia. 41. 10.1590/S0034-77011998000100003. 1998.

Kern, D.C. et al. Caracterização pedológica de solos com terra preta arqueológica na região de Oriximiná-Pará. 1988.

Kern, D.C. et al. Geoquímica e pedogeoquímica em sítios arqueológicos com terra preta na floresta nacional de Caxiuanã (Portel-PA). 1996.

Leite Filho, D.C. Arqueologia dos ambientes lacustres: cultura material, dinâmica sociocultural e Sistema construtivo nas estearias da Baixada Maranhense. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico – UFMG, v. v.25, p. 54, 2016.

Lima, H.N. et al. Pedogenesis and pre-Colombian land use of "Terra Preta Anthrosols" ("Indian black earth") of Western Amazonia. Geoderma, v. 110, n. 1-2, p. 1-17, 2002.

Lima, H.P.; Moraes, B. M. Produção de Conhecimento e Preservação em Debate: Aspectos da arqueologia na cidade de Manaus. Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso) , v. 23, p. 89-106, 2010.

Lima, H.P.; Neves, E.G. Cerâmicas da Tradição Borda Incisa / Barrancóide na Amazônia Central. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 21, p.205-230, 2011.

Lopes, R. A civilização lacustre do Brasil. Boletim do Museu Nacional 1 (2), pp. 87-109. Rio de Janeiro, 1924.

Machado, Juliana Salles. Dos artefatos às aldeias: os vestígios arqueológicos no entendimento das formas de organização social da Amazônia. Revista de Antropologia, v. 49, n. 2, p. 755-786, 2006.

McClain, M.E.; Cossío, R.E. The use of riparian

environments in the rural Peruvian Amazon. Environmental Conservation, v. 30, n. 3, p. 242-248, 2003.

Moraes, C.P.; Neves, E.G. O Ano 1000: Adensamento Populacional, Integração e Conflito na Amazônia Central. Amazônica - Revista de Antropologia da Universidade Federal do Pará, v. 4, nº 1. 2012.

Navarro, A.G. New evidence for late first-millennium AD stilt-house settlements in Eastern Amazonia. Antiquity. v. 92, n. 366, p.1586-603. 2018a.

Navarro, A.G. Morando no meio de rios e lagos: mapeamento e análise cerâmica de quatro estearias do Maranhão. Revista de Arqueologia, vol. 31, n. 1, pp.73-103. 2018b.

Navarro, A.G. Arte e estilo nas estearias maranhenses. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, v. 25, n. 1-2. 2016.

Navarro, A.G. O complexo cerâmico das estearias, Maranhão. Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese, p. 158-169. 2016.

Navarro, A.G. O povo das águas: carta arqueológica das estearias da porção centro-norte da Baixada Maranhense. Cadernos de Pesquisa, v. 20, n. 3, p. 57-64. 2013.

Navarro, A.G. O projeto arqueológico acadêmico carta arqueológica da estearias da porção centro-norte da Baixada Maranhense. In: Bandeira e Brandi (Orgs.). Nova Luz sobre a Arqueologia do Maranhão. Sao Luis: Brandi & Bandeira, 2014. pp. 133-148.

Navarro, A.G.; Costa, M.L.D.; Silva, A.S.N.F.da; Angélica, R.S.; Rodrigues, S.S.; Gouveia Neto, J.C. O muiraquitã da estearia da Boca do Rio, Santa Helena, Maranhão: estudo arqueológico, mineralógico e simbólico. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. 2017.

Neves, E.G. Ecology, ceramic chronology and distribution, long-term history, and political change in the Amazonian floodplain. In: The Handbook of South American Archaeology. New York: Springer, 2008. p. 359-379.

Orton, C.; Tyers, P.; Vince, A. Pottery in archaeology. Cambridge manuals in archaeology. 1993.

Panachuk, L. A diversidade das coisas: modos de expressão na cerâmica Tupiguarani da Ilha de São Luís e arredores, Maranhão/Brasil. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, v. 25, n. 1-2, 2016.

Pauketat, Timothy R. Chiefdoms and Other Archaeological Delusions. Alta Mira Press, 2007.

Rebellato, L., Woods, W.I., Neves, E.G. Pre-Columbian settlement dynamics in the Central Amazon. In: Amazonian dark earths: Wim Sombroek's vision. Dordrecht: Springer, 2009. p. 15-31.

Roosevelt, A.C. Mound-builders of the Amazon: Geophysical Archaeology on Marajo Island, Brazil. Studies in Archaeology. Monograph. San Diego: Academic Press, 1991. pp. 515.

Roosevelt, A. C. Twelve thousand years of human-environment interaction in the Amazon floodplain. Advances in Economic Botany, v. 13, p. 371-392, 1999.

Rye, O.S. Pottery technology: principles and reconstruction. Washington: Taraxacum, 1981.

Schaan, D.P. . Os Filhos da Serpente: Rito, Mito e Subsistencia nos Cacicados da Ilha de Marajó. International Journal of South American Archaeology, v. 1, p. 50-56, 2007.

Schaan, D.P..; Silva, W.F.V. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais na Ilha de Marajó. Revista de Arqueologia, Belém, v.17, p.13-32, 2004.

Schaan, D.P. São tartarugas até lá embaixo! Cultura, Simbolismo e Espacialidade na Amazônia Pré-Colombiana. Revista de Arqueologia Americana , v. 24, p. 99-124, 2006.

Schaan, D.P. Sobre os cacicados amazônicos: sua vida breve e sua morte anunciada. In: Jangwa Pana, v. 9, p. 45-64. Bogotá, 2010.

Schaan, D.P. The Camutins chiefdom: rise and development of social complexity on Marajó Island, Brazilian Amazon. Tese de Doutorado. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2004.

Shepard, A.O. Ceramics for the Archaeologist. 1956.

Shepard, Ana O. Archaeological Studies in the Petrified Forest National Monument, Arizona, 1953.

Silveira, Maura Imazio da; Kern, Dirse Carla; Oliveira, Elisângela Regina de; Frazão, Francisco Juvenal L. Seriam as Terras Pretas Arqueológicas grandes áreas contínuas? O caso dos sítios Bitoca 1 e Bitoca 2 na região de Carajás-PA.

In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 11., 2007, Belém. Anais... Belém: ABEQUA, 2007.

Simões, M. F. As pesquisas arqueológicas no museu paraense Emílio Goeldi (1870-1981). Acta Amazonica, Manaus, 1981, v. 11, n. 1. Suplemento.

Snarskis, M.J. El jade de Talamancas de Tibas. In Vínculos. Revista de Antropología del Museo Nacional de Costa Rica, vol. 5, n. 1 e 2, pp. 89-107. San Jose, 1979.

Viegas, Valquíria Aires et al. Estratégias de design sustentável para a valorização dos recursos locais a partir do estudo da cadeia do babaçu no município de Itapecuru Mirim. 2015.

Widmer, R.J. The Evolution of the Calusa: A Nonagricultural Chiefdom on the Southwest Florida Coast. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1988.

Wüst, I.; Barreto, C. The Ring Villages of Central Brazil: a Challenge for Amazonian Archaeology. In: Latin American Antiquity, vol. 10, n. 1, p. 1-23. 1999.





4

CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA DOS SOLOS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS BOCA DO CAMPO E MEARIM 01, NA BAIXADA MARANHENSE

André Heron Carvalho dos Reis

1 INTRODUÇÃO: ESTUDO QUÍMICO DOS SOLOS DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E SEU POTENCIAL

Os vestígios arqueológicos, em geral, representam a cultura material de um grupo. Como exemplo, podemos citar os artefatos líticos, as cerâmicas com suas características de confecção e simbolismos, e demais objetos produzidos por grupos humanos. Tais vestígios depositam-se em uma matriz natural, que é solo, sobre o qual são estabelecidos os aldeamentos, são captados os recursos, onde se desenvolve a vegetação e constroem-se os sistemas agrícolas. Portanto, o solo é um elemento marcante na paisagem. Não sem razão, Schiffer (1987) realça a importância dos estudos estratigráficos para se contextualizar os vestígios arqueológicos escavados. Já Harris (1975; 1979) se dedica à elaboração de métodos e técnicas descritivas da estratificação apresentada por estes vestígios em meio ao solo, através de princípios muito semelhantes aos estudos estratigráficos estritamente geológicos/pedológicos.

Os vestígios culturais podem ser introduzidos no solo em contexto de refugo (lixo) ou simplesmente por abandono casual. Dessa forma, estes vestígios materiais começam a ser incorporados ao meio natural, e passam a estar sujeitos, principalmente, aos processos pedológicos (areação, carreamento, laterização, intemperização, etc.) vivenciados no extrato edáfico.

Um forte exemplo da importância do estudo dos solos para compreender os sítios arqueológicos e seus processos de formação vem da Amazônia. A Terras Pretas de Índio (TPI) ou Terras Pretas Arqueológicas (TPA) ou ainda arqueoantrossolos são solos formados pela ação indígena antes da colonização e, até hoje, se pode ver sendo formado em grupos tradicionais da Amazônia (Kern, 1996; Kämpf & Kern, 2005; Costa et al, 2009; Schmidt, 2010, Schmidt, 2012; Schmidt & Heckenberger; 2009). Em suas antigas áreas de assentamento depositavam-se grandes quantidades de matéria orgânica, composta por restos alimentares, ossos, urina, fezes, restos vegetais, carvões e, também, grande quantidade de vestígios culturais, como cerâmicas e líticos. A decomposição destes vestígios ao longo do tempo acabou por enriquecer os solos originais de matéria orgânica e, em consequência, maiores teores de elementos como Mg, K, Ca, P, Mn, Zn, Cu, e elementos traços, os quais aparecem de forma muito menos concentrada nos solos normalmente formados na Amazônia. Assim, as terras pretas de índios são largamente conhecidas por sua fertilidade e resiliência quando utilizada para fins agrícolas.

A identificação da concentração de elementos químicos marcadores da ocupação humana, por meio de seus detritos orgânicos, tornou-se uma importante ferramenta para avaliar o impacto dos aldeamentos pretéritos sobre o solo.

Kern (1996), através do mapeamento geoquímico de sítios arqueológicos de Cachoeira Porteira, estado do Pará, conseguiu determinar a

forma dos aldeamentos indígenas, ao espacializar a distribuição de elementos como o Ca e o P no sítio. Costa et al. (2013) aplica a mesma técnica no estudo de dois sítios arqueológicos no vale do rio Amazonas.

Em geral o P é um elemento muito relevante nas análises com este fim, pois é fortemente associado aos depósitos antrópicos no solo, principalmente restos ósseos (Rebellato, 2010; Costa et al, 2013). As TPAs, no entanto, possuem uma composição química muito variável. Em geral elas refletem as diferentes naturezas de materiais depositados, sejam eles compostos por ossos e resíduos alimentares ou vegetais, como palhas e carvões. Tal variabilidade marca as diferenças nos usos e funções do espaço da aldeia, podendo assim revelar aspectos da forma de vida dos grupos pré-coloniais (Kern & Kämpf; 2005).

Muitos sítios arqueológicos não possuem manchas de terra preta arqueológica ou mesmo solos de coloração mais escura que suas adjacências. Ainda assim, a tentativa de avaliar a ocupação a partir da química, ou mesmo, da variabilidade estratigráfica, aparece como uma possibilidade plausível, pois os processos de alteração do solo em um assentamento humano podem atingir diferentes níveis: dos mais visíveis, com a transformação da cor do solo e elevação da fertilidade, até os mais sutis, como a textura, compactação e elevações menos marcantes da composição química do solo. Os estudos agora apresentados acerca das características químicas dos sítios Boca do Campo, no município de Arari e Mearim 01, no município de Vitória do Mearim, ambos na Baixada Maranhense, podem contribuir sensivelmente para discutir as possibilidades interpretativas dessas análises em sítios da margem leste da Amazônia.

2 OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS BOCA DO CAMPO E MEARIM 01

Os sítios arqueológicos Boca do Campo (Arari-MA) e Mearim 01 (Vitória do Mearim-MA) foram identificados e resgatados em campanhas arqueológicas associadas ao processo de licenciamento do projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás (EEFC).

O sítio Boca do Campo (Foto 1 e Foto 2) é um sítio multicomponencial (histórico e pré-histórico), assentado sobre um promontório arenoso cujas bordas são banhadas por um canal que alaga, eventualmente, uma extensa zona de várzea ocupada por inúmeras espécies vegetais.



Foto 1. Escavação do sítio arqueológico Boca do Campo, Arari-MA. (Habilis, 2015)



Foto 2. Evidenciação de concentração cerâmica no sítio Boca do Campo, Arari-MA. (Habilis, 2015)

O registro arqueológico é formado por 4 camadas identificadas na decapagem, sendo que os níveis 1, 2/2A apresentam características de Terra Preta Arqueológica (TPA) (Tabela 1). No geral, a transição é clara a difusa com topografia plana, concordante com o terreno do sítio.

A Figura 3 apresenta o desenho esquemático de duas quadras representativas do sítio.

O sítio arqueológico Mearim 01 está assentado no topo de um morrote suave ondulado, cuja topografia varia de 24 a 36 metros acima do

Tabela 1 - Quadro sintético da estratigrafia do sítio Boca do campo, Arari-MA

Camada	Nível	Prof. (cm)	Coloração [1]	Descrição
IV	1	10-23	10YR 2/1	Perturbado pelas raízes e outros agentes bioturbadores, incluindo a ação humana. Muito comum encontrar feições de raízes e marcas de queimas atuais. Varia de 10 a 23 cm com coloração entre 10YR 6/1 a 10YR 4/2
III	2/2A	17-38	10YR 3/1	Maior densidade de cerâmica. Nas porções SE e centro-sul do sítio este nível é caracterizado pela Terra Preta Arqueológica (TPA), composto por muitos carvões, ossos e matéria orgânica em geral. As poucas cerâmicas decoradas geralmente ocorrem nesse nível, e sempre associadas a TPA. A espessura varia de 17 a 38 cm, com maior expressão na porção SE, onde também ocorre maior número de cerâmicas. A coloração varia de 10YR 4/1 a 10YR 2/1
II	3	20-38	10YR 3/2	Transicional, tem ocorrência média a alta de cerâmica. Composto por areia de textura fina a média, compactação média a baixa, varia de 20 a 38 cm, com maior desenvolvimento na porção NW e SE. Sua coloração varia de 10YR 5/2 a 10YR 3/2 e pode ser mais escuro nas áreas de TPA
I	4-8	45-120 +	10YR 4/4	É caracterizado como estéril, em virtude da baixa ocorrência de material arqueológico (18). É composto por areia fina, de compactação baixa a média, varia de 7-30 cm com maior desenvolvimento na porção S-SE. A coloração varia de 10YR 5/6 a 4/4, compatível com horizonte mineral dos solos.

Fonte: Habilis, 2015.

nível do mar. A natureza sedimentar das areias do perfil indica que se trata de solos aluviais profundos. O sítio é formado por 5 camadas identificadas na decapagem (Tabela 2). No geral, a transição é gradual e difusa com topografia plana, concordante com o terreno do sítio. Neste sítio, não ocorre o horizonte de TPA (Foto 1-2).

Na região central, os solos tendem a ser mais



Foto 3 Escavação da área 01. (Habilis, 2015)



Foto 4 Evidenciação de uma estrutura na área 01. (Habilis,2015)

1 Mais recorrente

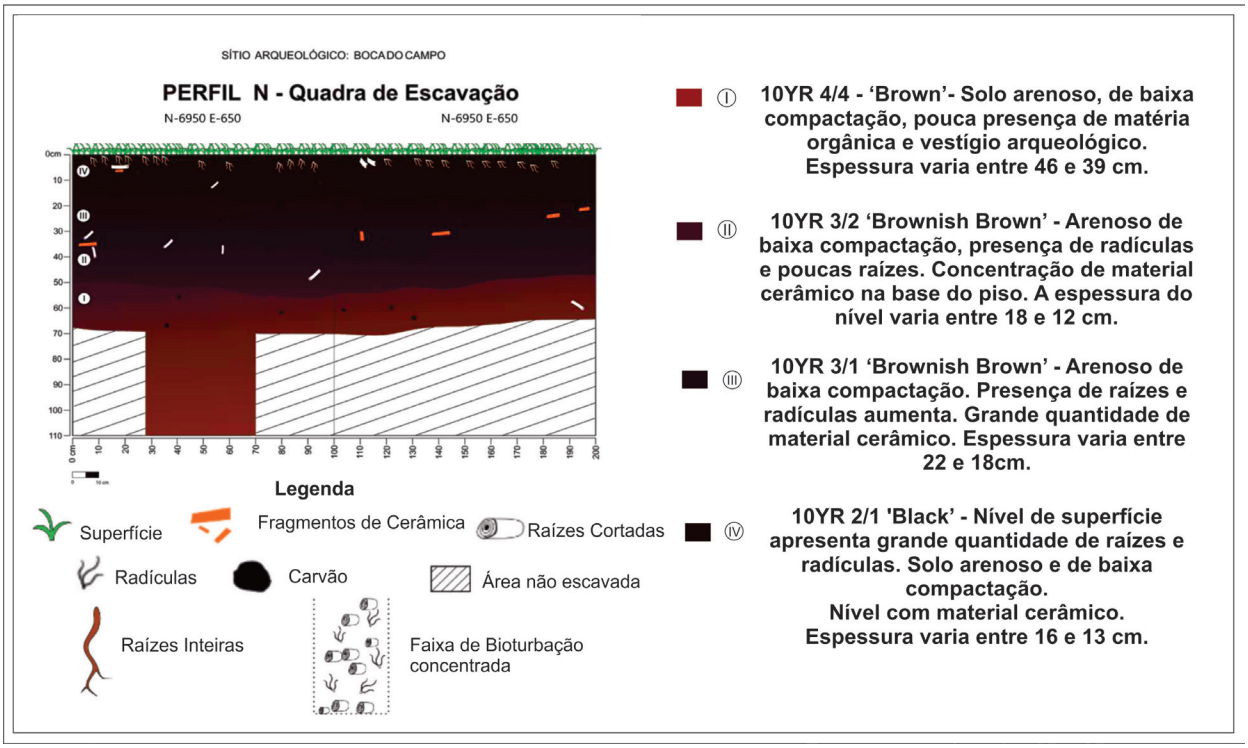


Figura 1. Perfil de solo da quadra N6950- E650/651 do sítio Boca do campo, Arari-MA

escuros e profundos, com maior estratificação, enquanto nas margens do topo do morrote, os níveis estratigráficos são mais espessos e de tonalidade escura menos acentuada.

Provavelmente essa variação dá-se tanto pelo maior acúmulo de material arqueológico na porção central, exatamente no topo do morrote, tanto pela própria geoforma do terreno, que permite maior estabilidade para a formação de extratos no topo da geoforma.

A variação na quantidade de matéria orgânica e materiais arqueológicos orgânicos possivelmente descartados se reflete também na química dos solos, como será tratado mais adiante. Ainda assim, é possível notar que o impacto da ação humana recente influenciou a estratificação dos solos. Os solos tecnogênicos (aterro), depositados em áreas terraplanadas na porção próxima à estrada que corta o sítio, já se encontram colonizados por vegetação, carvões e de coloração escurecida pela matéria orgânica, se apresentando como hiatos na sequência natural da estratigrafia.

Para escavar estes sítios, foi aplicada uma malha sistemática de 50 metros (Redman, 1975). Nas intercessões, foram abertas quadras de escavação de 1 m^2. Elas foram escavadas com o método da decapagem (níveis naturais), que consiste em evidenciar os níveis estratigráficos que compõem o registro arqueológico (Schiffer, 1987; Harris, 1979). Os solos oriundos de cada quadra foram peneirados e os vestígios coletados.

3 METODOLOGIA

3.1 COLETA DOS SOLOS

As coletas de solo, tanto no sítio arqueológico Boca do Campo, quanto no sítio Mearim 01, foram realizadas junto às escavações. Coletou-se cerca de 200 gramas de solo provenientes dos níveis arqueoestratigráficos evidenciados nos perfis de escavação de cada quadra.

No sítio Boca do Campo, foram analisadas 136 amostras, provenientes de cada nível arqueoestratigráfico de 46 quadras de escavação, apresentadas no grid a seguir (Figura 5). Ao final, foi realizada uma média de cada quadra para depois analisar os dados espacialmente e, também, realizar a análise comparativa entre os resultados da quadra central do sítio com os da área adjacente (AD), avaliando disparidades em profundidade (vertical).

No sítio Mearim 01, foram analisadas 128 amostras também provenientes dos níveis

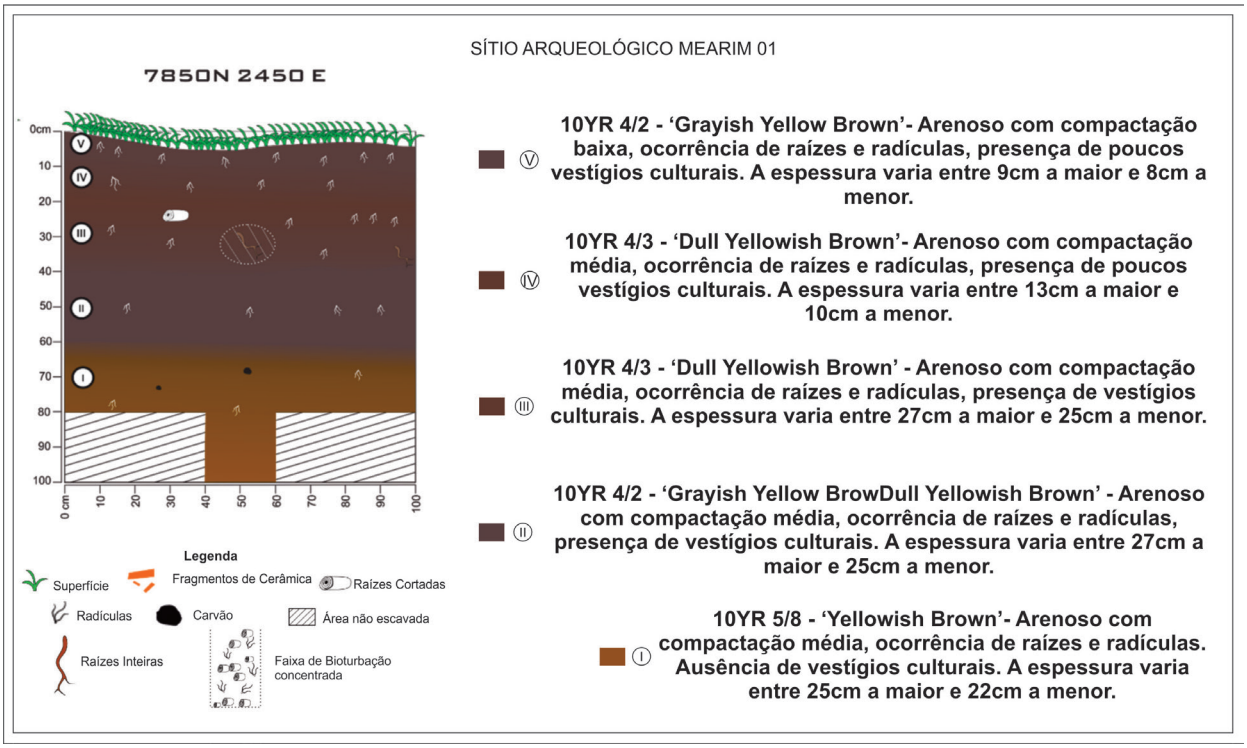


Figura 2. Perfil da quadra 7850N 2450E do sítio Mearim 01, Vitória do Mearim-MA

Tabela 2 - Quadro sintético da estratigrafia do sítio Mearim 01, Vitória do Mearim-MA

Camada	Nível	Prof. (cm)	Coloração [2]	Descrição
V	1	0-15 (média)	10YR 3/1 – 5YR 3/1	Perturbado pelas raízes e outros agentes bioturbadores, incluindo a ação humana. Textura franco-arenosa sem formar estrutura. Camada referente ao aterro em algumas quadras.
IV	2	15-42 (média)	10YR 3/2 – 5YR 3/3	Arenoso a franco-arenoso, estrutura fraca, solta, não plástico, não pegajoso. Nível transicional entre a camada de maior concentração de matéria orgânica.
III	3	42-72 (média)	10YR 3/6- 5YR 4/4	Arenoso a franco-arenoso, solto, estrutura fraca, não plástico, não pegajoso. É o nível de maior expressão nas áreas de maior concentração de material arqueológico.
II	4	72-94 (média)	10YR 3/6 – 5YR 3/3	Arenoso com maior expressão nas áreas densas do sítio. Camada com grande número de vestígios arqueológicos. Arenoso, estrutura fraca, não plástico, transicional.
I	5-7	94-130 +	10YR 4/2 – 7.5YR 5/6	Camada melhor definida na região central do sítio. Composta por cascalhos, franco-arenosa, com pouca ocorrência de material arqueológico.

Fonte: Habilis Consultoria, 2015

arqueoestratigráficos evidenciados na escavação do sítio arqueológico (Figura 6). Coletou-se amostras de 40 quadras de escavação, cujo posicionamento é apresentado no grid a seguir. Os dados foram analisados estatisticamente através de uma média dos resultados de cada nível, somando o resultado da concentração do elementos analisados de cada nível e dividindo pelo total de níveis da quadra. Procedeu-se também com a análise comparativa entre os resultados da quadra central do sítio e as da área adjacente (AD) para se avaliar disparidades em profundidade (vertical).

3.2 ANÁLISE QUÍMICA MULTIELEMENTAR

As amostras foram secas ao ar, medidas em uma porção de 200 gramas e acondicionadas em sacos plásticos devidamente lacrados. Após etiquetadas e acondicionadas, as amostras foram encaminhadas para o laboratório da SGS Geosol LTDA, em Vespasiano - MG.

O laboratório procedeu a preparação física da amostra, que consiste na pulverização do solo em grau de ágata até a fração pó. A determinação química foi realizada por digestão multiácida e as leituras realizadas por ICP-MS.

Foram determinados os elementos Al, Fe, Mg, Ca, Na, K, Ti, P, Mn, Ba, Sr, Zr, V, Cr, Ni, Zn, Cu, La, Y, Co, Sc, Li, Pb, Be, Th, U, Sn, As, W, Mo, Tl, Sb , Cd, Ag, Se, Bi.

4 RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA

4.1.1 Elementos Maiores

Os solos do sítio arqueológico são formados majoritariamente por teores de Al_2O_3, Fe_2O_4, TiO_2 e CaO. Essa assinatura química mostra relação com os processos pedogenéticos e de materiais de origem. Os teores elevados de alumínio e ferro apontam para um ambiente ácido (embora seja necessário a verificação do pH).

A alta concentração de TiO_2 corrobora com a natureza sedimentar do promontório, que sofreu alto grau de intemperismo e lixiviação, da qual permanecem apenas minerais resistatos como o anatásio e as micas, sendo o titânio abundante. Nas cerâmicas esses minerais são largamente

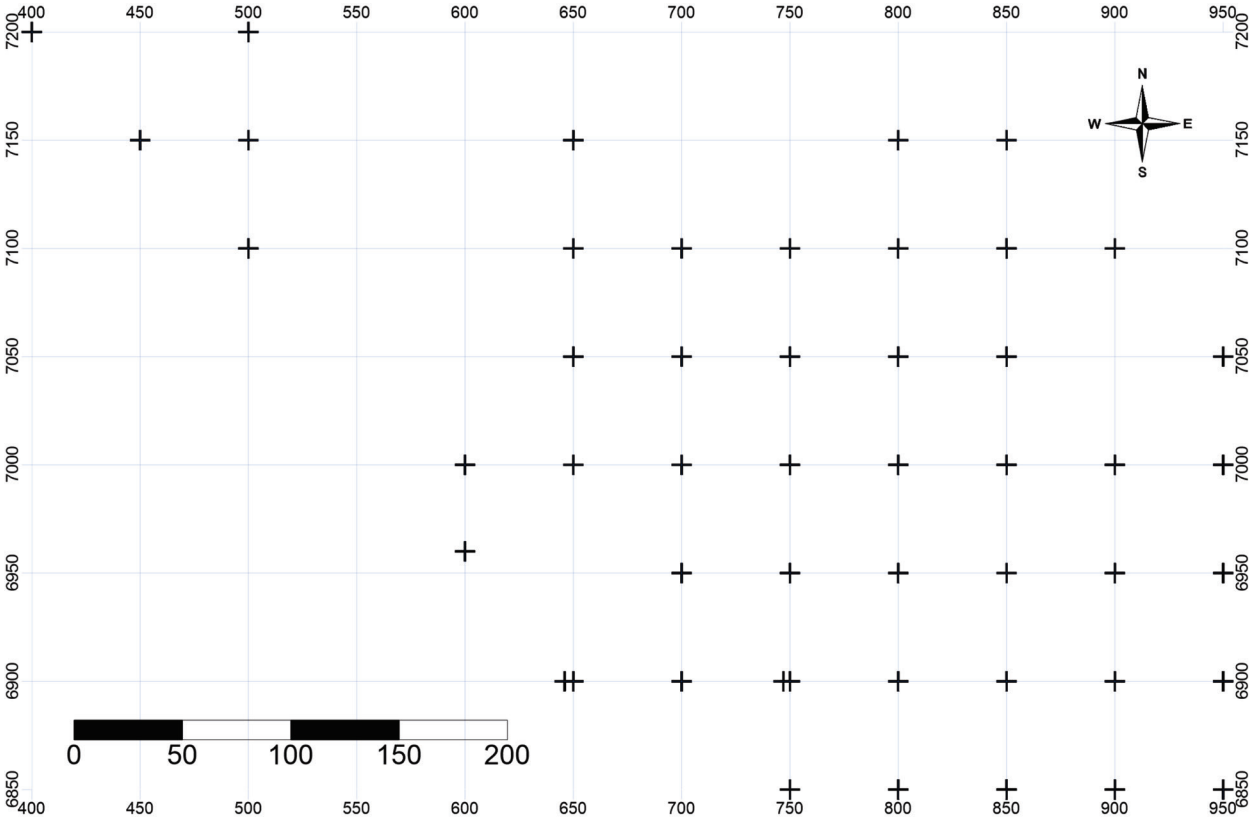


Figura 3. Grid de coleta de solos do sítio Boca do Campo, Arari-MA

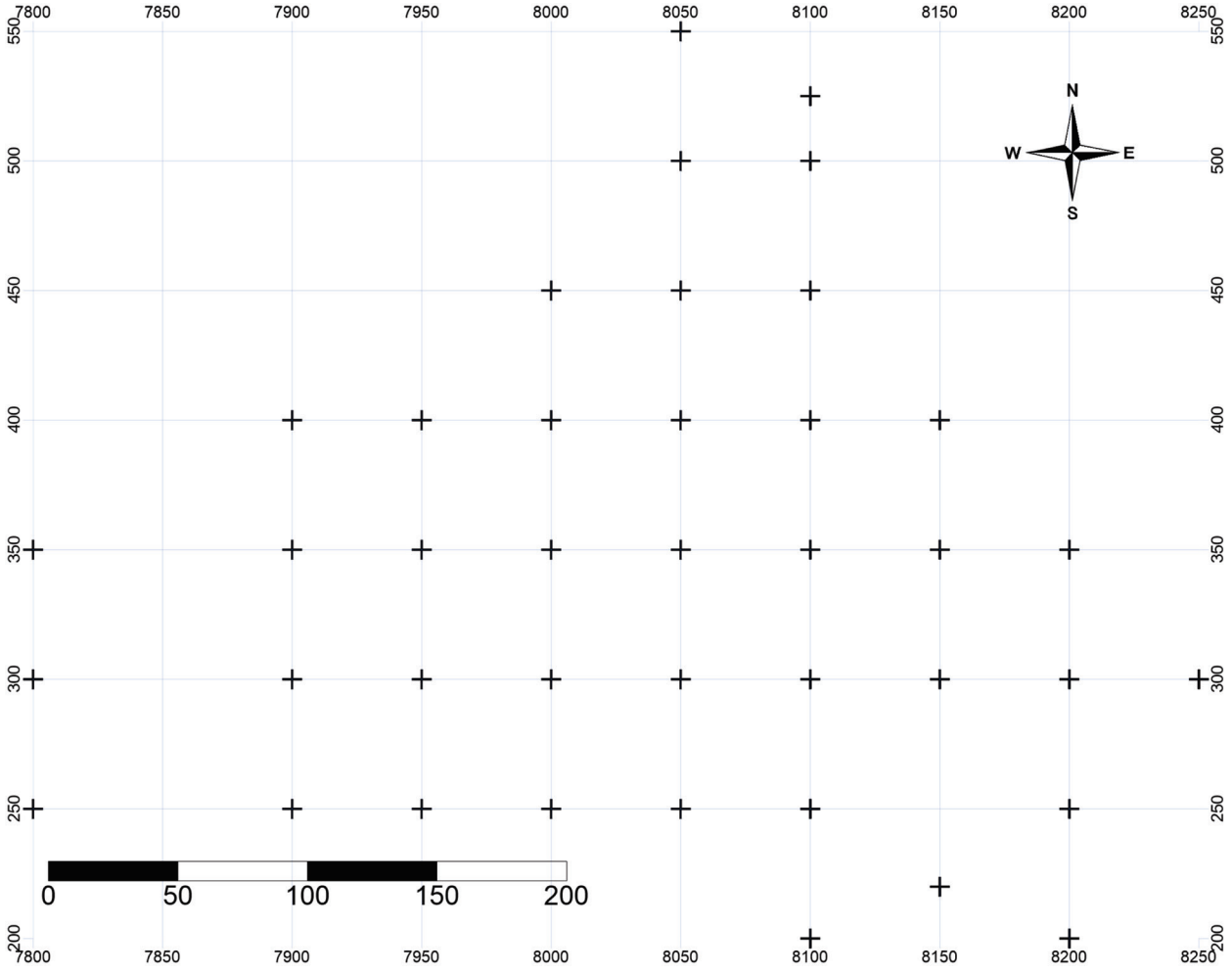
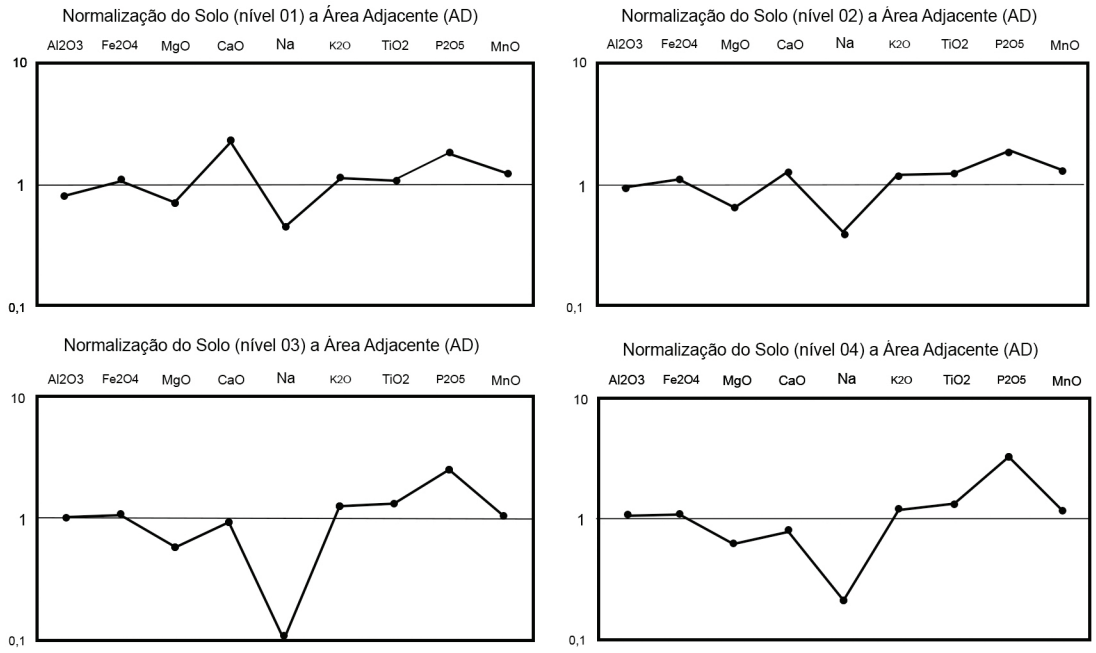


Figura 4. Grid de coleta de solos do sítio Mearim 01, Vitória do Mearim-MA

Tabela 3 - Elementos maiores nos solos do sítio Boca do Campo, Arari-MA

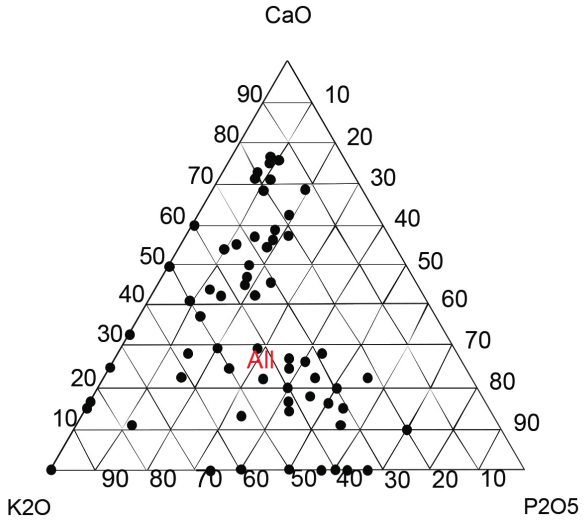
Elementos Maiores (mg/kg)									
Nível de Escavação	Al_2O_3	Fe_2O_4	MgO	CaO	Na	K_2O	TiO_2	P_2O_5	MnO
Nível 1 (média)	10674	14261	143	446	46	341	1652	183	129
Nível 2 (média)	12433	14592	131	254	41	362	1890	187	131
Nível 3 (média)	13813	13940	120	190	10	387	2057	260	103
Nível 4 (média)	13800	14439	128	161	22	356	2017	328	117
Área Adjacente	13000	13000	200	200	100	300	1500	100	100

Fonte: Habilis, 2015.



Fonte: Habilis, 2015.

Figura 5. Normalização dos solos arqueológicos com a área adjacente do sítio Boca do Campo, Arari-MA



Fonte: Habilis, 2015.

Figura 6. Correlação ternária entre K_2O-CaO-P_2O_5 do sítio Boca do Campo, Arari-MA

utilizados na forma de antiplásticos.

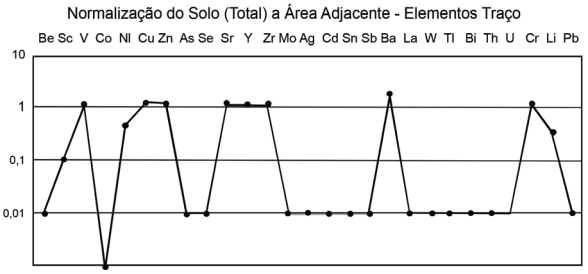
O CaO e o P_2O_5 apresentam anomalias positivas, porém em valores mais baixos quando comparados com os solos arqueológicos antrópicos da Amazônia (Tabela 3).

Ao se normalizar os resultados obtidos para elementos maiores com os respectivos níveis na adjacência do sítio, nota-se que a área do sítio se configura como uma anomalia no ambiente. O sítio destaca-se pela ascendência de teores de cálcio, fósforo, potássio e manganês e titânio. (Figura 7).

Nestas áreas também, o decréscimo do alumínio, ferro e magnésio sugere a complexificação da matéria orgânica dos níveis superiores controlando a acidez. Tais solos mostram-se poucos reativos, de modo que a matéria orgânica procedente do descarte doméstico indígena é fundamental para a fixação destes elementos.

A correlação ternária entre CaO-K_2O-P_2O_5 mostra a tendência positiva dominante do cálcio

e potássio em detrimento do fósforo. É possível que o elevado teor destes dois últimos esteja relacionado a presença de feldspatos derivados de arenitos ou outras rochas sedimentares, não havendo, portanto, correlação com a ocupação humana pré-histórica. Todavia, o fósforo mostra ligeira correlação com K_2O-CaO e certas amostras, derivadas provavelmente dos materiais ósseos depositados quando da ocupação humana pré-histórica (Figura 8).



Fonte: Habilis, 2015

Figura 7. Distribuição dos elementos traço (mg/kg) do sítio Boca do Campo, Arari-MA

4.1.1.2 Elementos traços

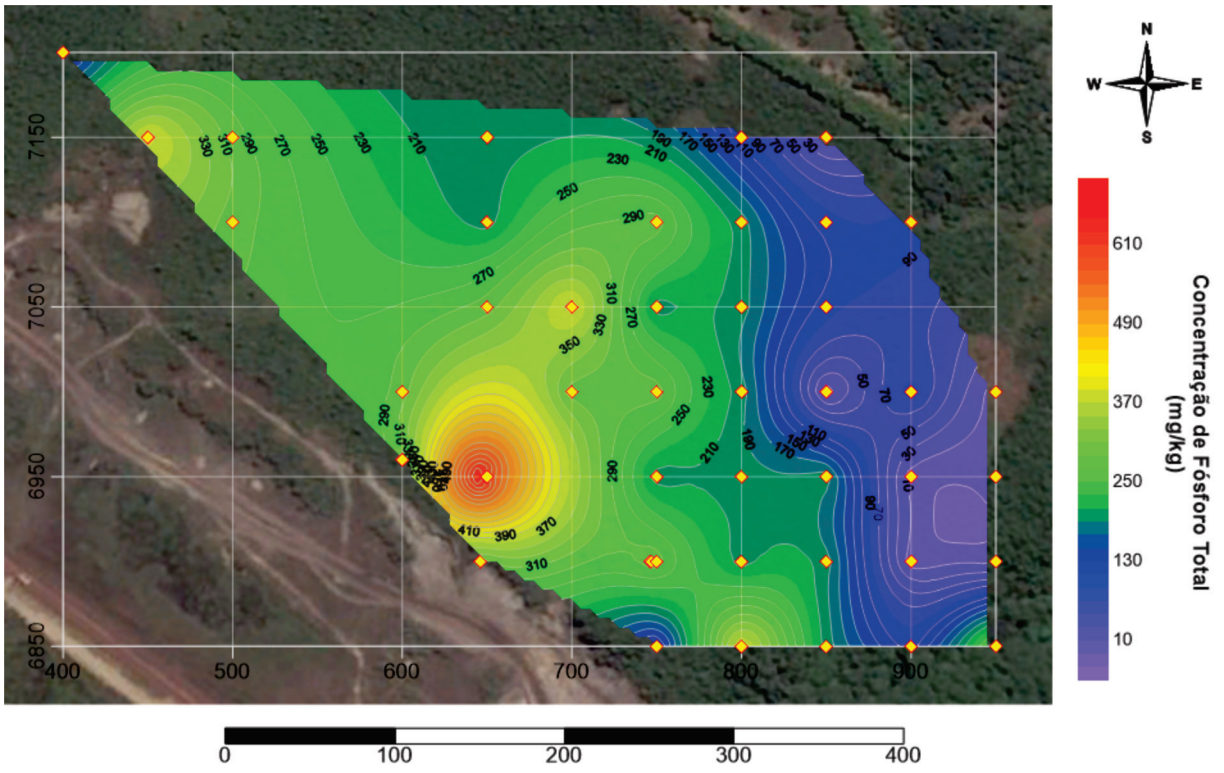
O controle sedimentar do ambiente é novamente evidenciado pelos elementos traço. O sítio é representado pela assinatura V-Ni-Cu-Zn-Sr-Y-Zr-Ba-Cr-Li (vanádio, níquel, cobre, zinco, estrôncio, ítrio, zircônio, cromo, lítio), onde cobre, zinco, estrôncio e bário possivelmente relacionam-se ao depósito de material orgânico arqueológico, enquanto que o zircão pode estar relacionado à natureza sedimentar, coligado ao titânio no anatásio (Figura 9).

Os elementos na faixa 0,01 representam valores abaixo do nível de detecção do método de extração química, não devendo, portanto, ser considerados.

4.1.1.3 Dispersão química

Face ao exposto, o fósforo mostra-se o elemento marcador mais seguro para a delimitação da ação antrópica pré-histórica, em razão da sua correlação com os resíduos orgânicos depositados no solo pelos grupos pré-históricos (Kämpf et. al., 2010).

A seguir, apresenta-se a dispersão dos vestígios arqueológicos exumados e nota-se a

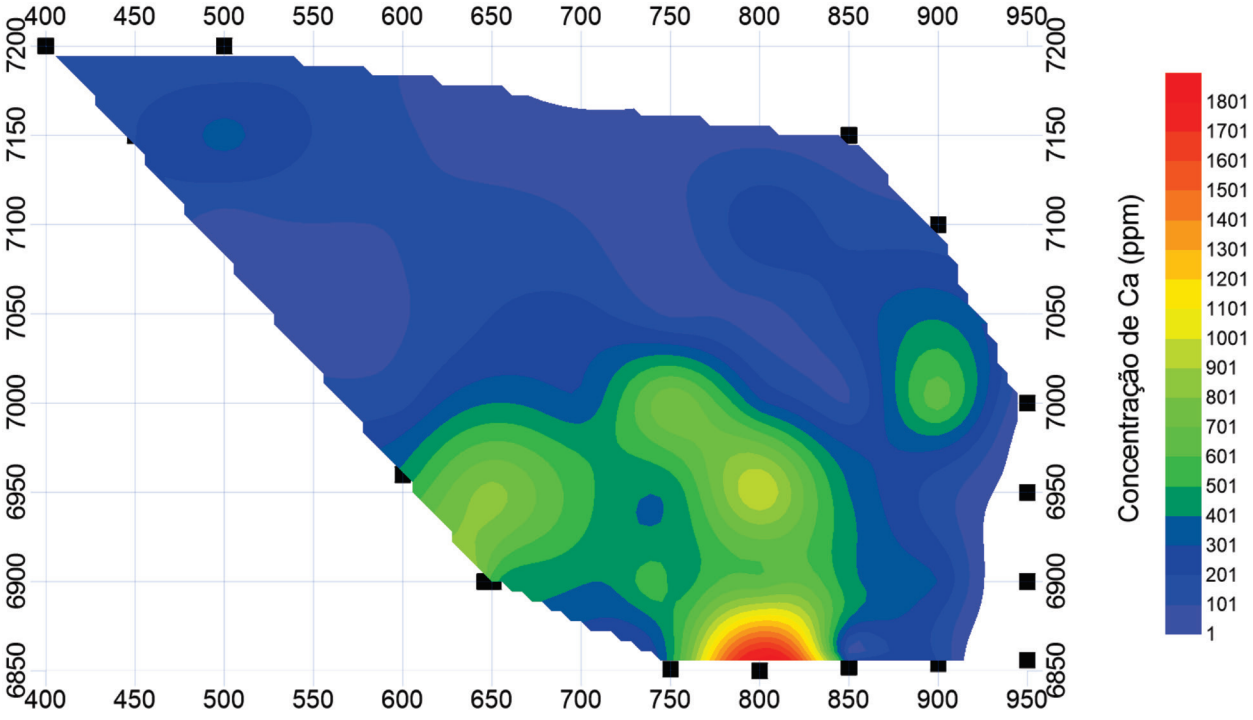


Fonte: Habilis, 2015.

Figura 8. Distribuição espacial do fósforo (P_2O_5) do sítio Boca do Campo, Arari-MA

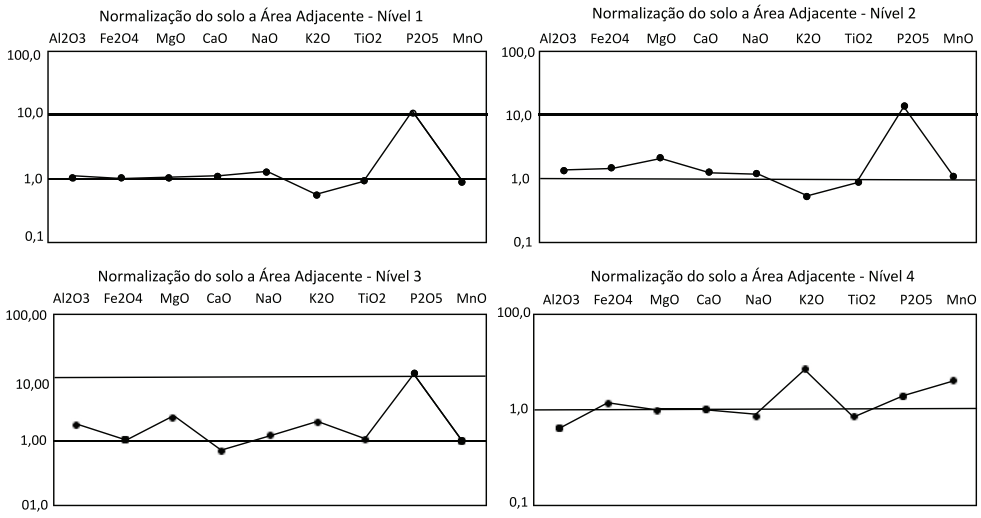
mesma configuração espacial da distribuição de vestígios (Figura 12). O fato ilustra perfeitamente a delimitação do sítio, condicionada ao topo do promontório, assim como também aponta o centro da antiga aldeia para a porção Sudoeste (Figura 10).

A distribuição do cálcio também revela forma



Fonte: Habilis, 2015.

Figura 9. Distribuição do cálcio (CaO) no solo do sítio Boca do Campo, Arari-MA



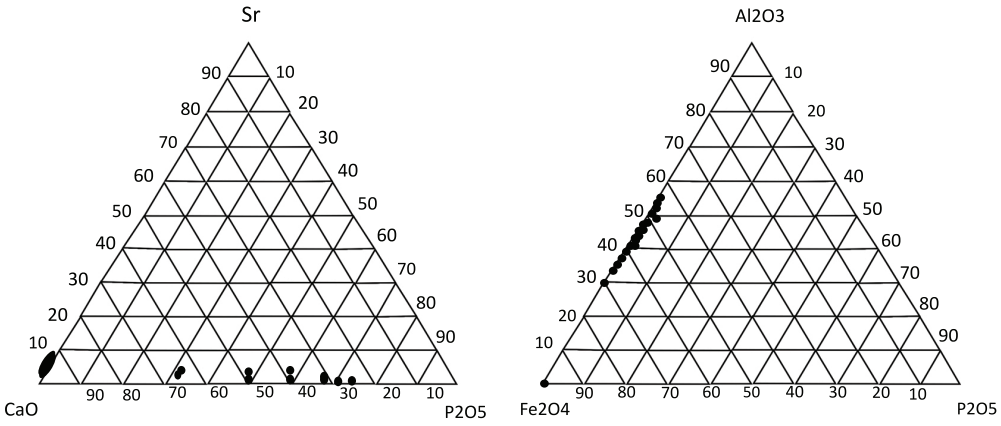
Fonte: Habilis, 2015.

Figura 10. Normalização do solo na área adjacente do sítio Mearim 01, Vitória do Mearim-MA

Tabela 4 - Elementos Maiores (mg/kg) do sítio Mearim 01, Vitória do Mearim-MA

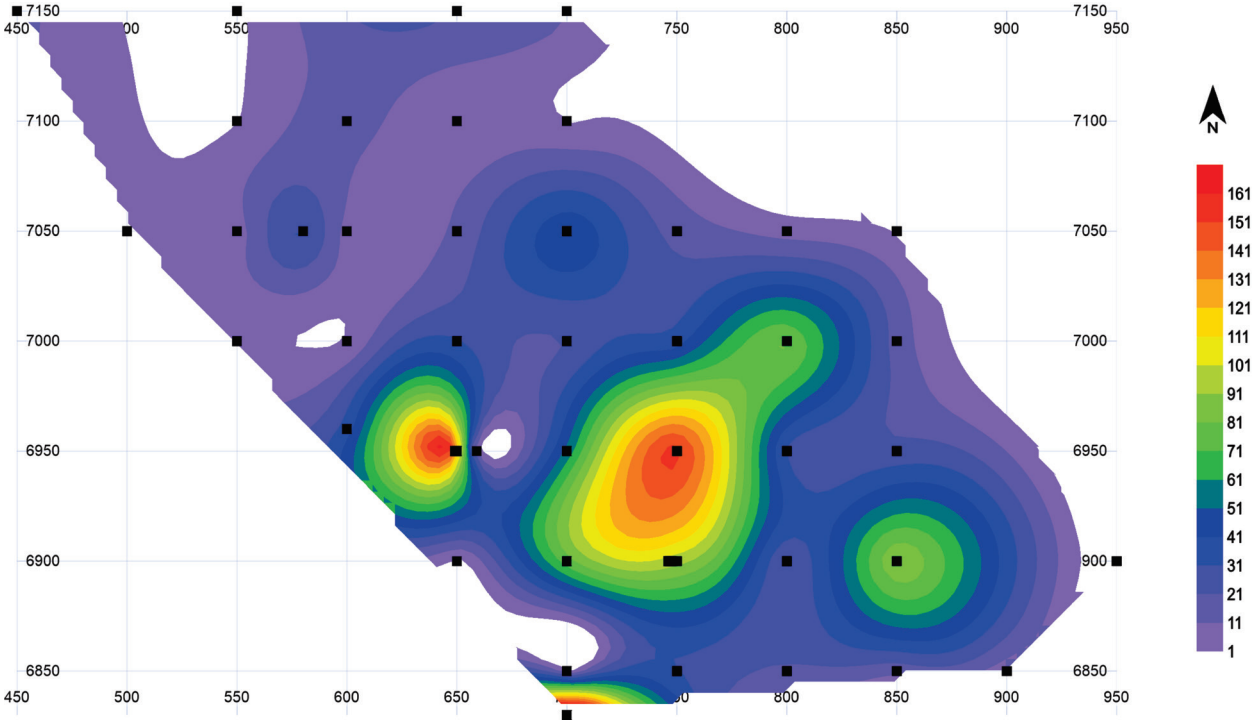
Nível de escavação	- Mearim 01 (mg/kg)								
	Al_2O_3	Fe_2O_4	MgO	CaO	NaO	K_2O	TiO_2	P_2O_5	MnO
Nível 1	8573	13356	15	56	29	39	610	15	68
Nível 2	10874	14767	09	65	19	93	867	37	16
Nível 3	13028	15622	242	219	122	1183	1989	117	203
Nível 4	10741	12288	194	200	94	1024	1894	135	194
Área Adjacente	7400	14400	100	300	100	600	1800	n.d	200

Fonte: Habilis, 2015.



Fonte: Habilis, 2015.

Figura 11. Correlação ternária entre CaO-P_2O_5-Sr e Fe_2O_4-Al_2O_3-P_2O_5 do sítio Mearim 01, Vitória do Mearim-MA



Fonte: Habilis, 2015.

Figura 12. Distribuição espacial da cerâmica no sítio Boca do Campo, Arari-MA

circular, com um ponto de maior concentração na área da várzea, ao sul, onde o sítio encontra o canal de drenagem (Figura 9).

4. 2 O SÍTIO ARQUEOLÓGICO MEARIM 01

4.2.1 Caracterização Química

4.2.1.1 Elementos maiores

Os solos são compostos predominantemente de Al_2O_3, Fe_2O_4, TiO_2 e CaO. Nas médias de concentração apresentadas, não foram evidenciadas grandes variações nos teores de P_2O_5 entre os níveis, de forma que suas concentrações são relativamente baixas.

No geral a química reflete a composição de solos sedimentares (aluviais). Tais solos são pouco férteis pela baixa reatividade, resultado também do baixo teor de argila. Ainda assim, a presença de CaO e P_2O_5 nestas concentrações pode ser resultado do assentamento pré-histórico (Tabela 4).

Ao se avaliar o comportamento destes teores verticalmente em comparação com a área adjacente, nota-se anomalias positivas principalmente de fósforo, cálcio, potássio e magnésio. Entre os níveis, destaca-se o nível 3 com maior anomalia positiva destes elementos, o que corrobora com a camada de maior adensamento cerâmico (Figura 14).

Os teores de cálcio e fósforo mostram grande correlação, podendo ser derivados de matérias orgânicas pré-históricas. O estrôncio guarda maior similaridade com o cálcio, posto que pode refletir uma matriz geogênica. Ferro e alumínio mostram correlação positiva significativa, reflexo dos óxidos de ferro presentes no solo, enquanto o fósforo não parece ter correlação com os primeiros (Figura 13).

4.2.1.2 Elementos traços

Os solos do sítio Mearim 01 foram pouco enriquecidos do ponto de vista dos elementos menores. Estes parecem refletir a matriz sedimentar dos solos aluviais dos quais se originaram (Figura 14).

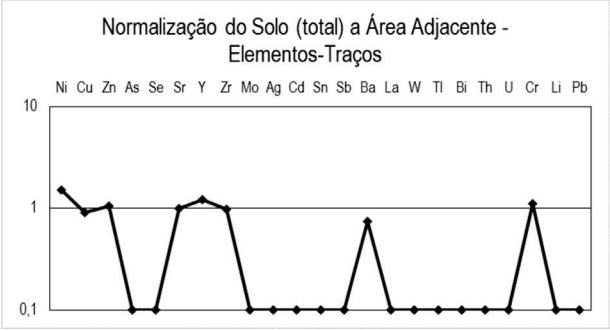
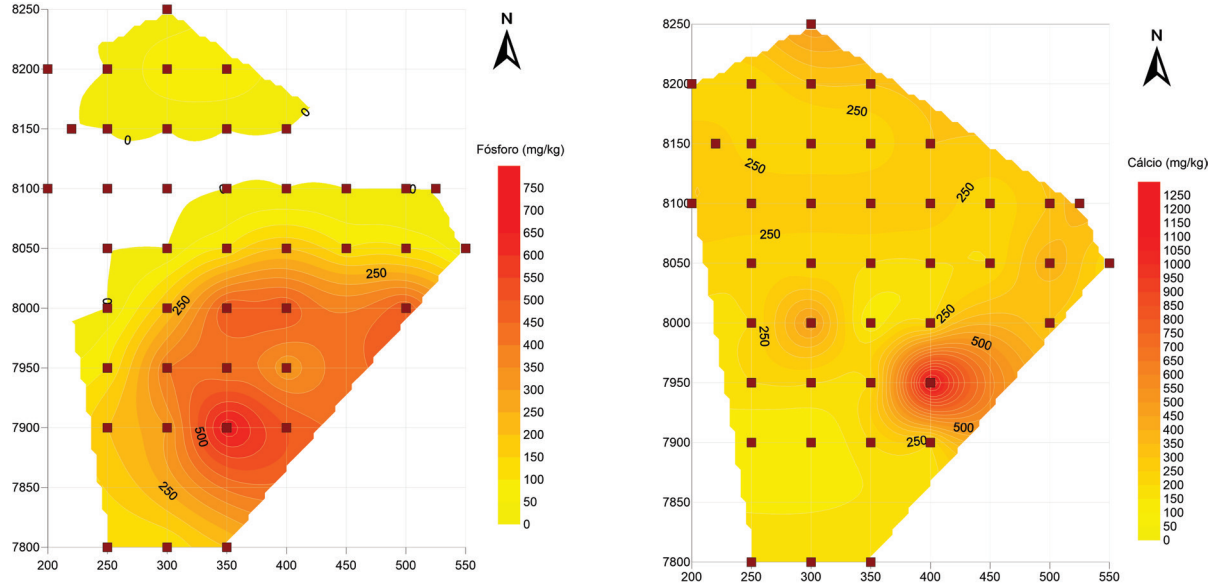


Figura 14. Distribuição dos elementos traço (mg/kg) do sítio Mearim 01, Vitória do Mearim-MA.
Fonte: Habilis, 2015



Fonte: Habilis, 2015.

Figura 13. Distribuição espacial do fósforo (P_2O_5) e cálcio (CaO) (mg/kg) do sítio Mearim 01, Vitória do Mearim-MA

4.2.1.3 Disperão química

Diante do exposto, o fósforo mostra-se o elemento marcador mais seguro para a delimitação da ação antrópica pré-histórica. O cálcio (CaO) por sua vez não ocorre em toda a feição circular.

Tal conformação aponta a área como de fato a posição central da aldeia. O corte abrupto a Sudoeste demarca exatamente a estrada histórica, para trás da qual é área de antiga cava. Possivelmente, a área de maior adensamento do sítio se seguia nesta direção (Figura 15).

5 OS IMPACTOS DOS ALDEAMENTOS NOS SOLOS E AS DIFERENTES APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO

Nos dois sítios analisados não se observou concentrações tão elevadas de elementos como Ca, P, Mn, Cu, Zn semelhantes aos solos de TPA encontrados na Amazônia. No entanto, a dispersão do fósforo e do cálcio mostrou que ocorre uma correlação espacial significativa entre estes elementos e a forma como as cerâmicas estão dispersas.

No caso do sítio Boca do Campo, quando se espacializa a cerâmica exumada, percebe-se o predomínio da feição circular (Figura 14), em concordância com a dispersão do cálcio (Figura 9), que também mostra esse padrão de espacialização.

Ao se comparar as quantidades de cerâmicas exumadas na linha 6950N (Figura 5) com as concentrações de cálcio e fósforo, percebe-se novamente que nas quadras onde se tem uma grande concentração de cerâmica e, portanto, expressivos depósitos antrópicos pré-históricos, as concentrações de cálcio e fósforo também tendem a aumentar. A linha 6950N corta transversalmente o sítio no sentido N-S e perpassa a área de maior concentração de vestígios até a área adjacente, onde não se avistam mais vestígios (quadra 6950N-950E) (Figura 17).

Portanto, torna-se claro que a ocupação humana pré-histórica afetou os solos da área do sítio Boca do Campo, contudo não a ponto de apresentar assinaturas químicas semelhantes àquelas das TPAs amazônicas. O fósforo tem maior concentração na quadra 650E, reduzindo até a área adjacente do sítio. O cálcio, por sua vez, possui picos na quadra 650E e 800E (Figura 5), em um comportamento muito semelhante às concentrações cerâmicas. Isto poderia se dever aos antiplásticos feldspáticos encontrados na pasta de argila da cerâmica, contudo são pouco expressivos. Assim, é possível que este comportamento de similaridade se deva a refugos ricos em materiais cálcicos, como ossos e carapaças (Costa et al., 2013).

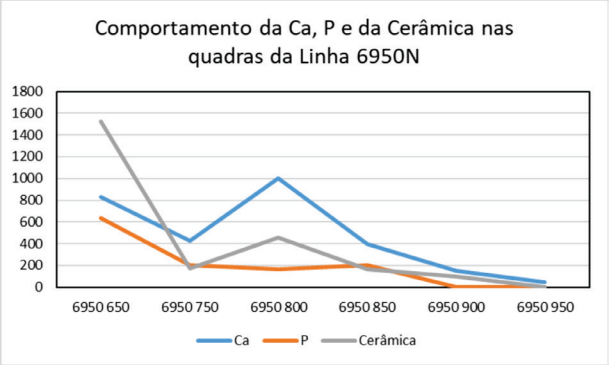


Figura 15. Comportamento do cálcio (ppm), fósforo (ppm) e cerâmicas (quantidade total) nas quadras de linha 6950N no sítio Boca do Campo, Arari-MA

O fósforo, que possui menor disponibilidade que o cálcio, tem um pico na quadra 650E, onde cerâmicas e cálcio também se avolumam. Pode-se interpretar que nesta área houve uma grande deposição de vestígios muito diversos. Para melhor determinação destas origens, seria imprescindível a determinação mineralógica tanto das cerâmicas quanto dos solos, análises micromorfológicas, dentre outras (Heron, 2015).

No sítio Mearim 01, percebe-se um refugo posicionado na linha 8000N (Figura 16). Nas três quadras aqui posicionadas, se encontra o maior número de vestígios cerâmicos exumado. É possível tratar-se de um padrão linear ou mesmo que a área tenha sido impactada pelos sucessivos roçados, alterando a dispersão destes fragmentos (Figura 16).

As concentrações de fósforo e cálcio encontradas neste sítio são bem menores quando comparadas com o sítio Boca do Campo. A análise comparativa entre os valores de cálcio realizada ao longo da transversal da Linha 8000N mostra que este elemento guarda pouca correlação com a quantidade de cerâmica e com os teores de fósforo. Por outro lado, o fósforo parece acompanhar o aumento da quantidade de cerâmica entre as quadras, o que pode sugerir a origem antrópica deste elemento. A linha 8000N

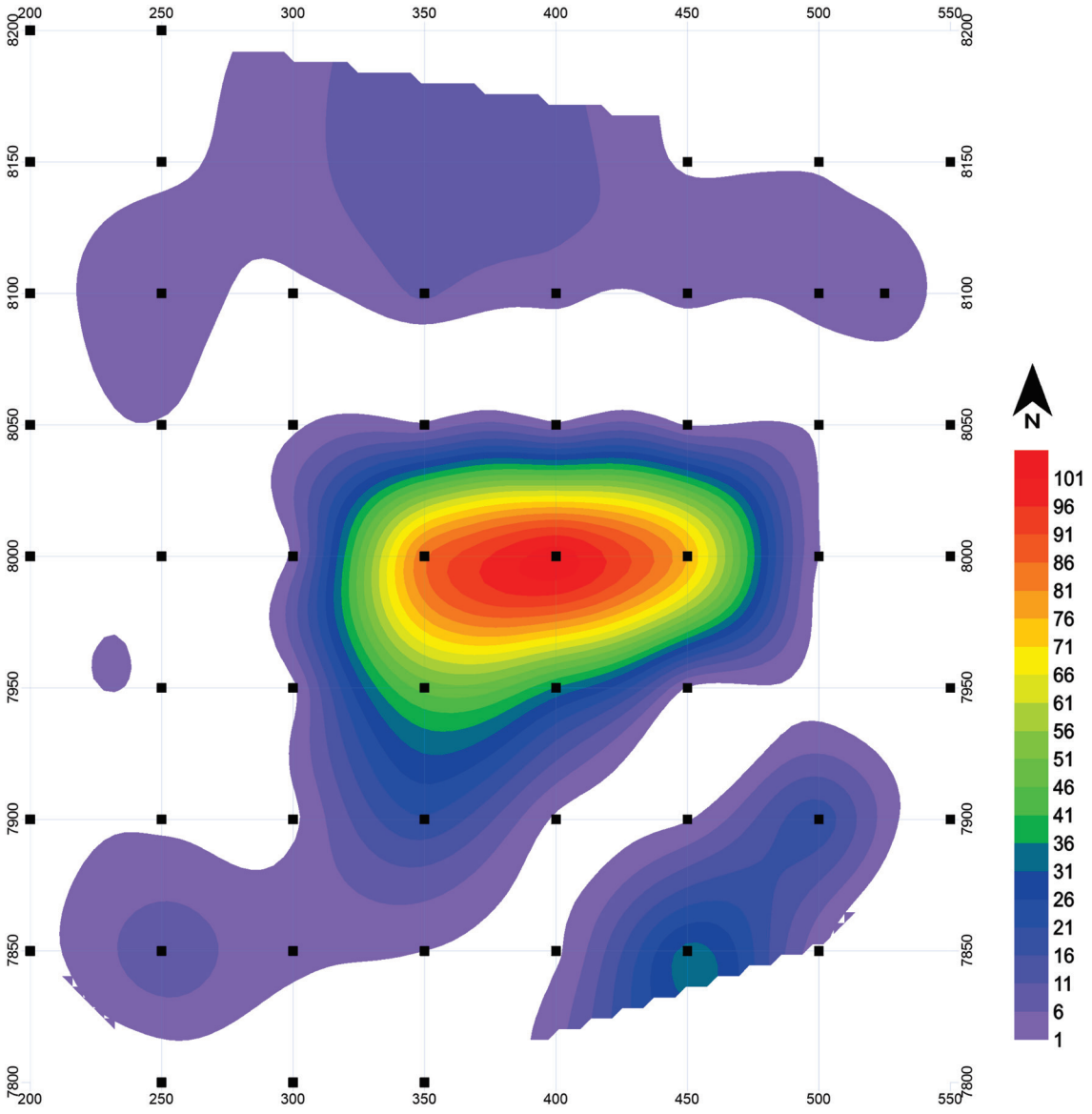


Figura 16 Distribuição das cerâmicas no sítio Mearim 01, Vitória do Mearim-MA.

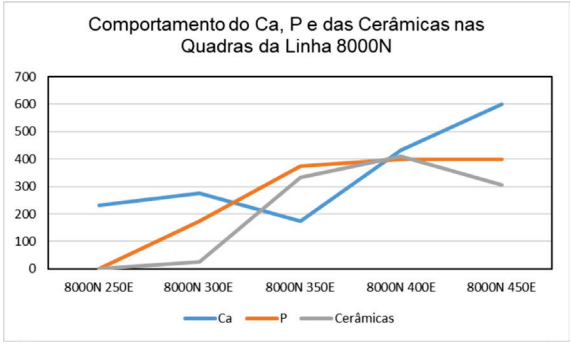


Figura 17 Comportamento do cálcio (ppm), fósforo (ppm) e das cerâmicas (quantidade total) nas quadras da linha 8000N no sítio Mearim 01, Vitória do Mearim-MA

não atinge a área adjacente ao sítio, por isso a quadra 450E ainda possui elevada quantidade de cerâmica (Figura 17).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sítios arqueológicos aqui estudados situam-se na Baixada Maranhense e possuem sistemas de ocupações distintos. Os estudos de caracterização química aqui apresentados parecem corroborar com essa afirmação, a qual está refletida nas discrepâncias químicas entre eles.

Todavia, apesar de ambos apresentarem

baixas quantidades de elementos marcadores de ocupações antrópicas pretéritas, como o cálcio e o fósforo, as análises aqui apresentadas mostram que, ainda assim, tais elementos parecem ter correlação positiva com os fragmentos cerâmicos encontrados no solo, com a espacialidade do sítio e, por consequência, com a forma como os antigos grupos humanos se utilizaram desses espaços para constituir seus aldeamentos.

Estes sítios demonstram que, mesmo nos assentamentos em que não se tem terra preta arqueológica, é possível encontrar sinais dos impactos químicos destas ocupações. Primeiro, por que a própria deposição da cerâmica implica transformações na estrutura física do solo, o que pode ajudá-lo a conter a lixiviação de importantes elementos químicos que irão participar da capacidade agrícola do solo. Segundo, porque mesmo que em quantidades muito variadas, os aldeamentos arqueológicos têm capacidade de produzir lixo orgânico, cujo descarte se dá no solo, que irá decompor e incorporar estes compostos de forma diferenciada, em consonância com o ambiente edáfico.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me honrado em fazer parte deste trabalho que lança novas sementes no terreno fértil do pensar científico. Gratidão a Deus, por ter me permitido atender o chamado vocacional da Arqueologia, ciência que me fascina tanto. Meus agradecimentos também à Habilis Consultoria, pela confiança e apoio durante todas as fases do trabalho e a todos os auxiliares de campo, pesquisadores e gestores que não mediram esforços para que este trabalho se tornasse realidade.

7 REFERÊNCIAS

Costa, J.A.; Da Costa, M.L.; Kern, D.C. Analysis of the spatial distribution of geochemical signatures for the identification of prehistoric settlement patterns in ADE and TMA sites in the lower Amazon Basin. Journal of Archaeological Science, v. 40, n. 6, p. 2771-2782. 2013.

Costa, M.L. da et al. A mineralogia e composição química de fragmentos de cerâmicas arqueológicas em sítios de terra preta de índio. As Terras Pretas de Índio- caracterização e manejo para a formação de novas áreas. Embrapa, 2009.

Habilis Consultoria. Relatório de Salvamento Arqueológico e Ações de Educação Patrimonial na Área de Expansão da Estrada de Ferro Carajás – Relatório Final de Campo, 2015.

Harris, E.C. The laws of archaeological stratigraphy. World Archaeology, v. 11, n. 1, p. 111-117. 1979.

Harris, E.C. The stratigraphic sequence: a question of time. World archaeology, v. 7, n. 1, p. 109-121. 1975.

Heron, A. Fertilidade, Caracterização Química, Mineralogia e Morfologia de Cerâmicas e Solos de Terra Preta Arqueológica do Sambaqui Jacarequara (Barcarena-PA). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2015

Kämpf, N.; Kern, D.C. O solo como registro da ocupação humana pré-histórica na Amazônia. Tópicos em ciência do solo. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, v. 4, p. 277-320. 2005.

Kämpf, N. et al. Classificação das terras pretas de Índio e outros solos antrópicos antigos. Embrapa Semiárido-Capítulo em livro técnico (INFOTECA-E), 2010.

Kern, D.C. Geoquímica e pedogeoquímica de sítios arqueológicos com terra preta na floresta nacional de Caxiuanã (Potel-Pará). Belém: Universidade Federal do Pará, 1996.

Kern, D.C.; Kämpf, N. Ação antrópica e pedogênese em solos com Terra Preta em Cachoeira-Porteira, Pará. 2005.

Rebellato, L. Solos antrópicos da Amazônia: terras pretas de índio e arqueologia. Amazônica-Revista de Antropologia, v. 2, n. 2, p. 362-369. 2010.

Redman, C.L. Productive sampling strategies for archaeological sites.Sampling in archaeology, p. 147-154. 1975.

Schiffer, M.B. Formation processes of the archaeological record. 1987.

Schmidt, M.J. Reconstructing tropical nature: Prehistoric and modern anthrosols (terra preta) in the Amazon rainforest, upper Xingu River, Brazil. 2010.

Schmidt, M.J. Landscapes of movement in Amazonia: new data from ancient settlements in the Middle and Lower Amazon. In: Applied Geography Conferences. 2012. p. 355-364.

Schmidt, M.J.; Heckenberger, M.J. Amerindian anthrosols: Amazonian dark earth formation in the Upper Xingu. In: Amazonian Dark Earths: Wim Sombroek's Vision. Dordrecht: Springer, 2009. p. 163-191.



5

HISTÓRIA A PARTIR DAS COISAS: CULTURA MATERIAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO MEARIM-01, EM VITÓRIA DO MEARIM-MA

Marcelo Iury de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados analíticos da cultura material de categoria arqueológica histórica, de forma a explanar aspectos relacionados ao contexto sócio-temporal de ocupação da região. Tomaremos como base os vestígios encontrados por meio de escavação e monitoramento arqueológico no espaço de abrangência do sítio Mearim-01, localizado no município de Vitória do Mearim-MA.

O sítio arqueológico Mearim-01 foi caracterizado como sítio multicomponencial (ocupação histórica e pré-histórica), com dimensões de aproximadamente 105.000m^2 e está situado no topo de morrote franco-arenoso, com via de acesso para a comunidade de Boa Vista.

No decorrer da pesquisa, constatou-se que se trata de assentamento de uma vila denominada "Vila São João", cuja datação relativa obteve-se apenas por meio de relatos dos mais antigos moradores associados à análise do material arqueológico, permitindo situar a ocupação no final do século XIX.

A associação das fontes orais e dos dados arqueológicos direcionou a pesquisa no sentido de estabelecer discussões relacionadas a temporalidade e fenômenos sociais na área de estudo. Desta forma, a cultura material identificada durante a pesquisa arqueológica foi fundamental para corroborar com as informações sobre as contextualizações temporais (período de ocupação social).

A pesquisa arqueológica realizada na área correspondeu ao registro e contextualização espacial dos vestígios arqueológicos por meio de croquis e fotografias. Posteriormente, a cultura material coletada foi transferida para laboratório, onde passou pelos processos de curadoria e análise dos atributos presentes nas categorias do tipo cerâmicos, louças, vidros e metais.

Portanto, a problemática em torno das perspectivas temporais e dinâmicas sociais na área do sítio Mearim 01 conduziram as atividades de salvamento, bem como a etapa analítica da coleção arqueológica, onde se buscou explorar os contextos social, histórico e temporal a partir dos atributos tecnológicos e tipológicos da cultura material.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os procedimentos analíticos aplicados sobre a coleção arqueológica do sítio Mearim-01 se pautaram, sobretudo, na sistematização das informações obtidas a partir dos atributos da cultura material processualmente analisada. Todavia, conforme ponderado por Dunnel (2006, p. 88), os dados conferidos através da análise arqueológica são passíveis de interpretações variadas, pois

> os artefatos são considerados fonte de informação do comportamento de grupos

> que os utilizaram. Pela recuperação desses dados descrevemos e entendemos os comportamentos humanos no passado, já que cada atributo observado nos artefatos equivale a uma expressão fóssil de uma ação ou conjunto de ações, que acaba por expor determinada forma de comportamento.

Nesse sentido, observa-se que o processo de classificação possibilita a compreensão de atributos socioculturais conferidos a cada categoria da cultura material. Entretanto, considera-se impossível apreender a totalidade desse fenômeno, haja vista que a classificação viabiliza observar categorizações distintas entremeio a uma coleção de objetos, mas nunca compreende-se o porquê das diferenças.

Os resultados atingidos, portanto, são passíveis de inferências que são levantadas e exploradas pelos pesquisadores de forma a proporcionar uma visão sobre o contexto histórico e social do lugar de estudo. Segundo Zanettini (1986, p. 125),

> é dever dos arqueólogos ligados a pesquisas em sítios históricos explorar as possibilidades que apresentam tais artefatos encarados, por sua vez, como produtos e vetores de relações sociais desenvolvidas pela sociedade brasileira ao longo do tempo, visando à construção de uma nova história nacional.

Em suma, os procedimentos classificatórios aplicados sobre a cultura material do sítio Mearim-01 se enquadraram, portanto, às identificações, descrições, medições e comparações das especificidades arqueológicas. Com base neles pôde-se explanar o tipo de sítio arqueológico, a temporalidade de ocupação e contextos sociais e econômicos da região de estudo.

Os desdobramentos das análises atingiram ora o campo ideativo (das definições e significados atribuídos aos objetos), ora os conjuntos de fenômenos (das descrições de variáveis referentes a um ou mais casos). Enquanto o campo ideativo é composto pelas classes, que se referem a categorias fechadas de unidades de significado, o campo fenomenológico é formado por grupos de fenômenos que estão relacionados ao tempo e espaço (Dunnel, 2006).

As relações estabelecidas entre os domínios das classes (campo ideativo) e dos grupos (campo fenomenológico) nos conduziram para a construção dos caminhos da ciência, a qual se define por "estudo sistemático derivado de um sistema lógico que resulta na ordenação dos fenômenos aos quais ela se aplica de maneira a tornar os fenômenos não-históricos e suscetíveis de explanação" (Dunnell, 2006, p. 39).

Nessa concepção, destaca-se que as análises cabíveis à cultura material da coleção arqueológica do sítio Mearim-01 tiveram como objetivo identificar a distinção pertinente aos grupos e classes, sendo que os grupos são compreendidos por entidades empíricas e as classes por unidades teóricas (Dunnel, 2006).

Assim, as atividades executadas pautaram-se em identificar tanto os elementos técnicos referentes à produção dos objetos quanto os aspectos relacionados aos comportamentos sociais e temporais. Desta forma, a ordenação dos artefatos baseou-se em atributos "intrínsecos" e "extrínsecos" da cultura material analisada (Funari, 2003). No primeiro caso, destacam-se os itens de produção e sua configuração tecnológica e tipológica, enquanto o segundo correspondeu à funcionalidade e referência do artefato no tempo e espaço.

Por meio da conceituação teórica abordada, destaca-se que a metodologia de análise do material arqueológico empregada seguiu os procedimentos e conceitos que ordenaram o processo de classificação de itens materiais. Assim, os atributos da cultura material do sítio Mearim-01 contribuíram para levantar hipóteses quanto ao contexto histórico local, bem como sobre os aspectos comportamentais dos atores sociais que estiveram ocupando a região e respectiva temporalidade de ocupação (Funari, 2003; Symanski, 1997; Symanski, 1998).

Portanto, o plano analítico dos materiais arqueológicos provenientes do sítio Mearim-01 baseou-se nas propriedades e categorias da coleção, sendo que foram ordenadas a partir dos fragmentos do tipo louça, vidro, metal e cerâmica.

Em especial, cada categoria ou grupo foi analisado separadamente, por meio de fichas e guias específicos. Com isso, buscou-se identificar e classificar os atributos (aspectos empíricos), como proposto por Dunnel (2006). Este procedimento permitiu, então, coletar informações quantitativas

e qualitativas do universo estudado, de forma a atingir o plano ideativo, ou seja, dos contextos histórico e sócio-temporal da área de estudo.

Contudo, as análises da coleção arqueológica correspondente ao sítio Mearim-01 foram pautadas por estes domínios exploratórios (grupos e classes), onde buscou-se obter informações pertinentes aos aspectos tecnológicos e funcionais por meio dos processos de classificação da cultura material. Em geral, além das classificações exploratórias propostas por Dunnel (2006), utilizaram-se como base teórica as obras de Agostini (1998), Lima (1989), Hume (2001), Deetz (1977), Symanski (1997; 1998; 2008; 2009), Funari (1999) e Orser Jr. (1992).

2.1 LOUÇA

A louça, segundo Pileggi (1958), se enquadra aos produtos manufaturados de cerâmica compostos de substâncias minerais sujeitas a uma ou mais queimas. Considera-se um dos principais vestígios arqueológicos passíveis de interpretações pertinentes aos status socioeconômicos e comportamentos de consumo. Além disso, destaca-se que explanações cronológicas também podem ser realizadas através da combinação de atributos, como pasta, esmalte e técnica de decoração (Juliani, 2003a; Symanski, 1998).

Neste processo, as louças provenientes do sítio arqueológico Mearim-01 foram analisadas conforme as diretrizes tecnológicas identificadas nos atributos presentes em cada fragmento analisado, ou seja, as pastas, técnicas e padrões decorativos, cujo propósito baseou-se em coletar informações relacionadas ao conjunto e suas respectivas variações.

Para obtenção das informações sobre a temporalidade de ocupação local, utilizou-se como ferramenta de datação média a Fórmula South, produzida por Stanley South (1971), que se refere ao método utilizado para datações de sítios arqueológicos de categoria histórica desde a década de 1970, por meio de datação média das louças.

O cálculo é realizado com base na somatória das datas médias de fabricação de cada atributo identificado na louça, neste caso a faiança fina, na qual podemos destacar o esmalte e marcas de fabricação. Uma vez obtidas as datas, executa-se uma multiplicação pela frequência de peças com os atributos mencionados[1]. Assim, "o resultado será a data média de manufatura das louças, e esta teoricamente é a datação média de ocupação do sítio" (Lima, 1989, p. 91).

$$Y = \frac{\sum_{i=1}^{n} Xi * fi}{\sum_{i=1}^{n} fi}$$

Onde:

- Y é a data média das louças
- Xi é a data média de manufatura de cada tipo de louça
- fi é a frequência de cada tipo de louça;
- n é o número de tipos de louça nas amostras.

Figura 1. Modelo de aplicação da Fórmula South, de Stanley South. Fonte: Lima (1989, p. 91)

Deve-se aqui fazer referência às louças paulistanas ou louças brancas, as quais tiveram produções impulsionadas na primeira metade do século XX. Algumas das direções ocasionadas pela produção nacional foram propiciar o crescimento do consumo com aquisições através de baixos valores comerciais e propiciar o encontro da ideologia das políticas higienistas.

As louças brasileiras foram categorizadas como "Pó-de-pedra". De acordo com Souza (2013, p. 166), "a origem do termo estaria no aspecto da pasta resultante da moagem do feldspato e do quartzo a pó não muito fino, no qual as partículas a que ficam reduzidos, visíveis, dariam a impressão de um 'pó-de-pedra'".

Outras nomenclaturas também foram atribuídas às louças paulistanas durante as primeiras décadas do século XX, conforme referenciado nos jornais O Estado de S. Paulo

1 É importante destacar que a relação de frequência de fragmentos e os atributos considerados para aplicação do método proposto por South (1971) podem interferir no resultado obtido. Assim, considera-se que quanto maior a quantidade de fragmentos, maior confiabilidade ter-se-á em relação à data média de ocupação do sítio.

e Correio Paulistano, assim vê-se as seguintes terminologias: "porcelana", "meia-porcellana", "louça", "faiança", "finas de pó-de-pedra", "louças grosseiras", "louça ingleza", "fayence", "granito branco", "louça fina" (SOUZA, 2013).Quanto às atribuições técnicas, Souza (2013, p. 174) destaca que as louças brasileiras apresentam atributos que ressaltam sua originalidade:

> A louça brasileira é original no sentido que dialoga com os grupos sociais e culturas dentre as quais circula, das quais é produto e fabricante. Somam-se técnicas e motivos produzindo padrões decorativos específicos que, destarte algumas semelhanças com louças estrangeiras encontradas em sítios arqueológicos do país, guardam diferenças cuja tessitura é constituída por gestos e representações advindos dos pintores contratados, do pensamento dos produtores, das escolhas por determinados motivos e de oscilações nas dinâmicas de consumo [...] A decoração, assim, pode ser utilizada como indicador de procedência e é um dos mais fortes atributos a nos auxiliar na identificação da louça brasileira. Motivos, designs, cores e técnicas decorativas funcionam também como importantes datadores cronológicos, ajudando a situar as ocupações do século XX.

Portanto, os critérios e conceitos adotados durante procedimento de classificação e análise da coleção de louças do acervo arqueológico do sítio Mearim-01 foram:

a. Procedência: número de catálogo da peça; área, quadrícula e nível (localização horizontal e estratigráfica da peça no sítio arqueológico);
b. Tecnologia de Manufatura: faiança comum, faiança fina, ironstone, porcelana e louça brasileira;
c. Morfologia – forma da peça;
d. Dimensões: diâmetro e espessura;
e. Tipo de Esmalte (no caso da faiança fina);
f. Técnicas e padrões decorativos;
g. Marcas de fabricação;
h. Observações: dados relacionados à remontagem; colorações das decorações; e intemperismos.

2.2 VIDRO

Os utensílios em vidro, associados a louça, se configuram como importantes marcadores cronológicos para os sítios arqueológicos. As marcas expressadas nos gargalos e nos fundos das bases permitem uma leitura precisa das técnicas de manufaturas empregadas na confecção dos objetos.

Falar das técnicas de produção dos vidros é pensar em um longo processo de desenvolvimento de técnicas que tem início no 3° milênio a.C. Três etapas fundamentais individualizaram o trabalho do vidreiro ao longo da história. O primeiro momento está ainda preso à tradição cerâmica. O vidro era talhado e modelado, sendo que os fornos ainda não haviam atingido a temperatura ideal de fusão. O segundo corresponde à descoberta da aplicação do sopro e utilização da "cana" pelo vidreiro, sendo que a massa vítrea é fundida a temperaturas bem elevadas. O terceiro momento ocorre com a descoberta da soflagem mecânica que, no início do século XX, modificou profundamente o trabalho do artesão (A.P.A.I., 1989).

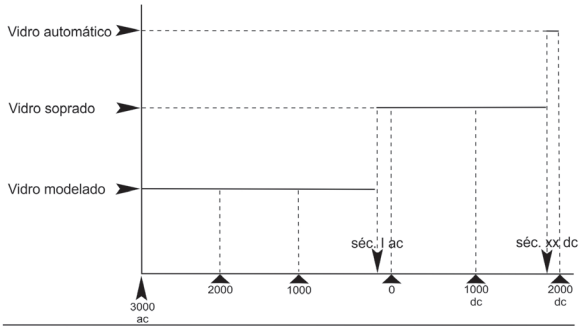


Figura 2. Cronologia de técnica de produção de artefatos vítreos. Fonte: APAI (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial), 1990

No caso do sítio em estudo, interessou identificar e compreender o funcionamento das técnicas de produção do vidro soprado e os de produção nas máquinas automáticas e/ou semi-automáticas. No material analisado, foram identificados fragmentos de utensílios que se enquadram nestes dois processos.

No Brasil, após a primeira metade do século XIX, foram introduzidos na composição do vidro outros elementos metálicos. Eles permitiram ao vidro ter uma capacidade de absorção de radiação

luminosa, dando origem à variabilidade de cores (Juliani, 2003b; Zanettini & Camargo, 1999).

O uso de material vítreo em território brasileiro torna-se acrescido após a primeira metade do século XVIII, haja vista que as arquiteturas religiosas, como as catedrais, eram ornamentadas com atributos dessa natureza. Todavia, a potencialização do uso de objetos vítreos em território brasileiro veio a ocorrer de fato no século XIX, com a chegada da família real portuguesa, que contribuiu para abertura dos portos e revogação da proibição à instalação de manufaturas no Brasil (Zanettini & Camargo, 1999).

Seguindo as orientações de Jones e Sullivan (1989), Juliani (2003b) e Zanettini e Camargo (1999), a análise dessa categoria presente na coleção arqueológica do sítio Mearim-01 baseou-se em critérios adotados que levaram em consideração a exploração das propriedades relacionadas ao modo de produção, tendo sido identificado em cada parte do fragmento (base, gargalo e parede).

2.3 METAL

No caso dos vestígios de metais, devido a ser confeccionado em material ferroso, é uma problemática com que os arqueólogos se deparam constantemente em contextos arqueológicos, sendo que o alto grau de corrosão/oxidação impossibilita, na maioria das vezes, realizar inferências cronológicas e funcionais.

Todavia, seguindo as orientações de Maximino (2003), o procedimento analítico desta categoria arqueológica consistiu no detalhamento descritivo dos fragmentos/peças, a partir dos aspectos funcionais, seguindo as seguintes categorias: tralha construtiva; tralha militar; tralha equestre; tralha agrícola; tralha doméstica; tralha indumentária; tralha decorativa; e tralha monetária.

2.4 CERÂMICA

Para a análise do material cerâmico, foram adotadas metodologias empregadas pela maioria das pesquisas cerâmicas realizadas no Brasil, baseado, entre outros, principalmente nas obras de Rye (1981), Shepard (1985), La Salvia e Brochado (1989) e Orton et al. (1997).

Dessa forma, a análise pautou-se na identificação dos seguintes atributos: classe (parede, borda, base – de vasilhames –, roda de fuso, cachimbos e etc.); técnica de manufatura (roletado, em forma de placas, modelado, torneado e etc.); natureza e dimensão do(s) antiplástico(s); queima (se oxidante ou redutora, completa ou incompleta, e suas possíveis variações); estado de conservação das peças (erodido, não erodido); tratamento de superfície (enegrecimento, engobo, alisado, polido, escovado, etc.); marcas de utilização (fuligem, desgaste, marcas de líquidos e etc.); decoração (plástica, pinturas, engobos); e dimensões da peça (espessura, largura e comprimento).

Cabe ressaltar que os procedimentos mencionados foram aplicados na análise de toda a coleção cerâmica, independentemente de suas características temporais (pré-históricas ou históricas). Todavia, para identificação e categorização da cerâmica histórica, levaram-se em consideração os aspectos tecnológicos relacionados à técnica de manufatura, processos decorativos e morfologia dos artefatos.

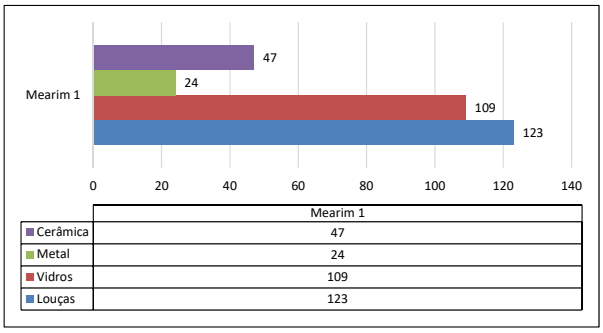
Em especial, os cachimbos foram classificados a partir do aspecto morfológico: corpo do fornilho e fornilho (cavidade onde se introduz o tabaco); porta-boquilha, chaminé e boquilha (tubo para tragar o tabaco). Sendo assim, de forma sintética, Serrano (1937, p. 29) destaca que fornilho é a cavidade em forma de funil que recebe o tabaco; chaminé, o canal por onde passa a fumaça. É conveniente distinguir sempre 'fornilho' e 'corpo do fornilho'. A boquilha é quase sempre postiça e constituída por um canudo".

Em relação à matéria-prima, o cachimbo pode ser feito de cerâmica, madeira e outras propriedades. Neste sentido, a terminologia e a tipologia empregadas na análise basearam-se em Serrano (1937), adaptada por Becker e Schmitz (1969), onde buscou-se analisar e classificar as partes constituintes dos cachimbos, conforme supracitado.

3 A COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA: ASPECTOS TECNOLÓGICOS E TIPOLÓGICOS

A coleção arqueológica proveniente do Sítio Mearim-01 foi ordenada e classificada a partir das seguintes categorias: louça, vidro, metal e cerâmica.

Foi exumado e coletado durante as etapas de resgate e monitoramento arqueológicos o total de 303 fragmentos. Eles estavam distribuídos espacialmente entre a superfície e subsuperfície. Desses, destacam-se: 123 fragmentos de louças; 109 fragmentos de vidro, 24 fragmentos de metal e 47 fragmentos cerâmicos.



	Mearim 1
Cerâmica	47
Metal	24
Vidros	109
Louças	123

Figura 3. Gráfico mostrando relação quantitativa da coleção arqueológica histórica do Sítio Mearim-01

Os atributos identificados nas louças classificadas em faiança fina (98 fragmentos) e louças paulistas (5 fragmentos) foram significativos para interpretação de comportamentos sociais e respectiva temporalidade do sítio arqueológico. Dessa forma, levaram-se em consideração as variáveis tecnológicas existentes na composição dos objetos, bem como da técnica de produção, como: tipo de esmalte; técnicas, padrões e motivos decorativos (Symanski, 1998; Tocchetto et al., 2001).

Os tipos de esmaltes do acervo de faianças finas foram classificados em creamware (1 fragmento), pearlware (18 fragmentos) e whitware (11 fragmentos). Em 69 fragmentos esse atributo não pôde ser classificado.

No que se refere à decoração, do total de 112 fragmentos de faiança fina analisados, 39 fragmentos (35%) encontram-se decorados e 73 fragmentos (65%) não possuem decoração.

Embora as faianças finas encontradas no sítio Mearim-01 apresentem grau intenso de fragmentação, com pequenas dimensões, alguns aspectos morfológicos de prato e tigela puderam



Figura 4. Tipos de decorações evidenciadas na coleção de faiança fina do sítio Mearim-01
Fonte: HABILIS, 2016

ser identificados. Neste caso, teve-se como subsídio as descrições das tipologias realizadas por Juliani (2003a, p. 118):

- Pratos: recipiente aberto, de forma típica circular com fundo e bases planos. Pertencem a este grupo prato raso, prato fundo, prato pequeno, o pires e a travessa.
- Tigelas/malgas: recipiente geralmente aberto ou vertical, de forma típica circular com fundo geralmente côncavo, base plana e suporte alto. Pertencem a este grupo a malga, a xícara e a tigela.

Outro atributo significativo para compreensão temporal e dinâmica comercial na área do sítio Mearim-01, identificado também na coleção de louças paulistas, refere-se às marcas de fabricações, representadas em pratos e tigelas, provenientes de três fabricantes distintos, situados em território brasileiro, mais precisamente no Estado de São Paulo.

As marcas correspondem, portanto, às indústrias de louças paulistas que funcionaram entre 1920-1990. Observou-se, portanto, os selos das seguintes fábricas: "ADELINAS – SÃO CAETANO" (2 peças); "I.R.F.M – S. CAETANO (1 peça)"; e "CERAMUS – S. PAULO" (2 peças).

No caso da Fábrica de Louças Adelinas, foi instalada na área abrangida pelo Complexo São Caetano, no ano de 1929, cujo fundador foi o lusitano Manoel Barros Loureiro. A fábrica teve uma ascendência econômica na década de 1930. Dentre as tipologias dos objetos produzidos, destacam-se: pratos, sopeiras, jarras, xícaras, conjuntos de jantar e vasos.

> A Fábrica de louças 'Adelinas' – nome escolhido em homenagem a pessoas da exma. família do proprietário – ocupa a enorme área de oitenta mil metros quadrados, abrangendo trinta mil metros de edificações, de imponentes proporções e harmoniosas linhas arquitetônicas (Caldeira apud Pereira, 2007, p. 96).

Não se sabe precisamente a data final do

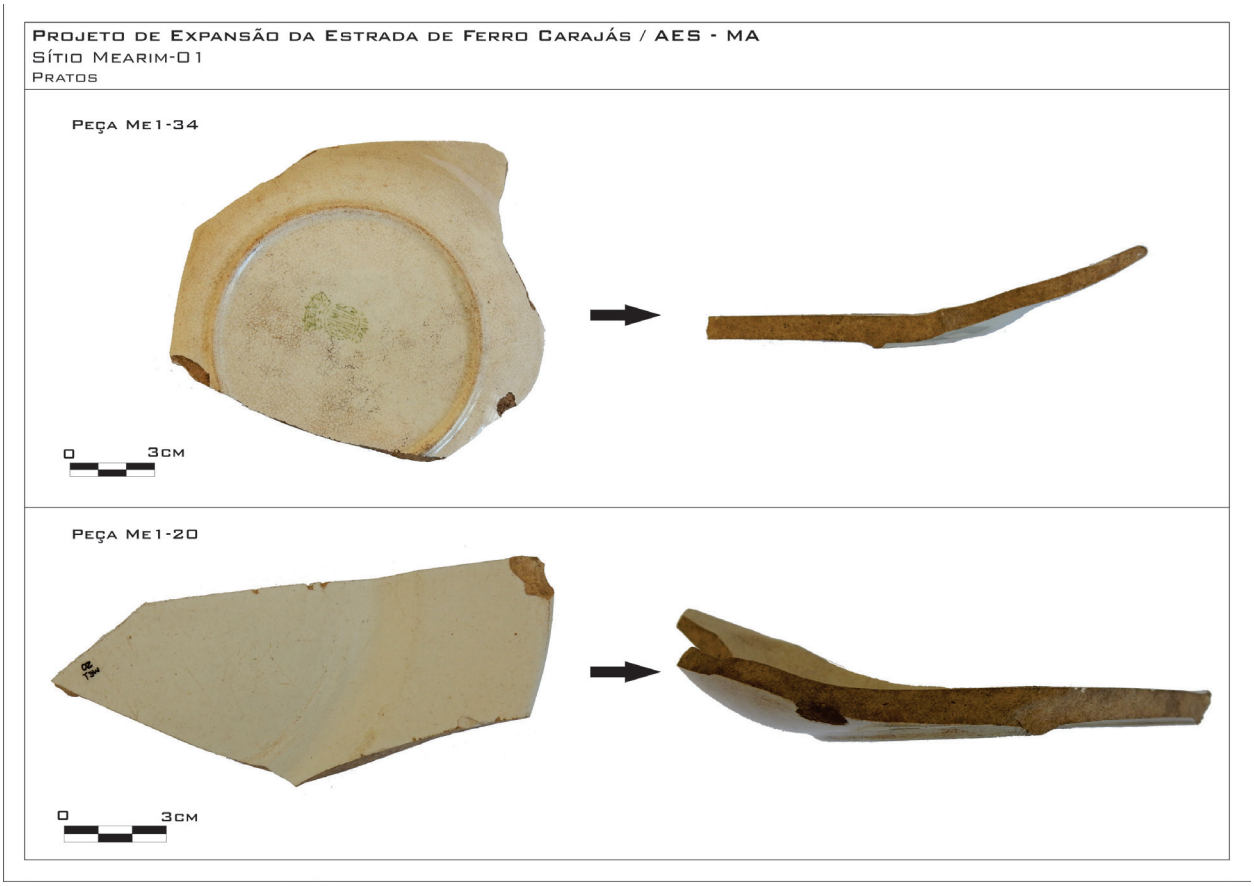


Figura 5. Modelos tipológicos de pratos. Peças da coleção de faiança fina do sítio Mearim-01
Fonte: HABILIS, 2016



Figura 6. Modelo tipológico de prato fundo reconstituído em 3D. Peça da coleção de faiança fina do sítio Mearim-01
Fonte: HABILIS, 2016

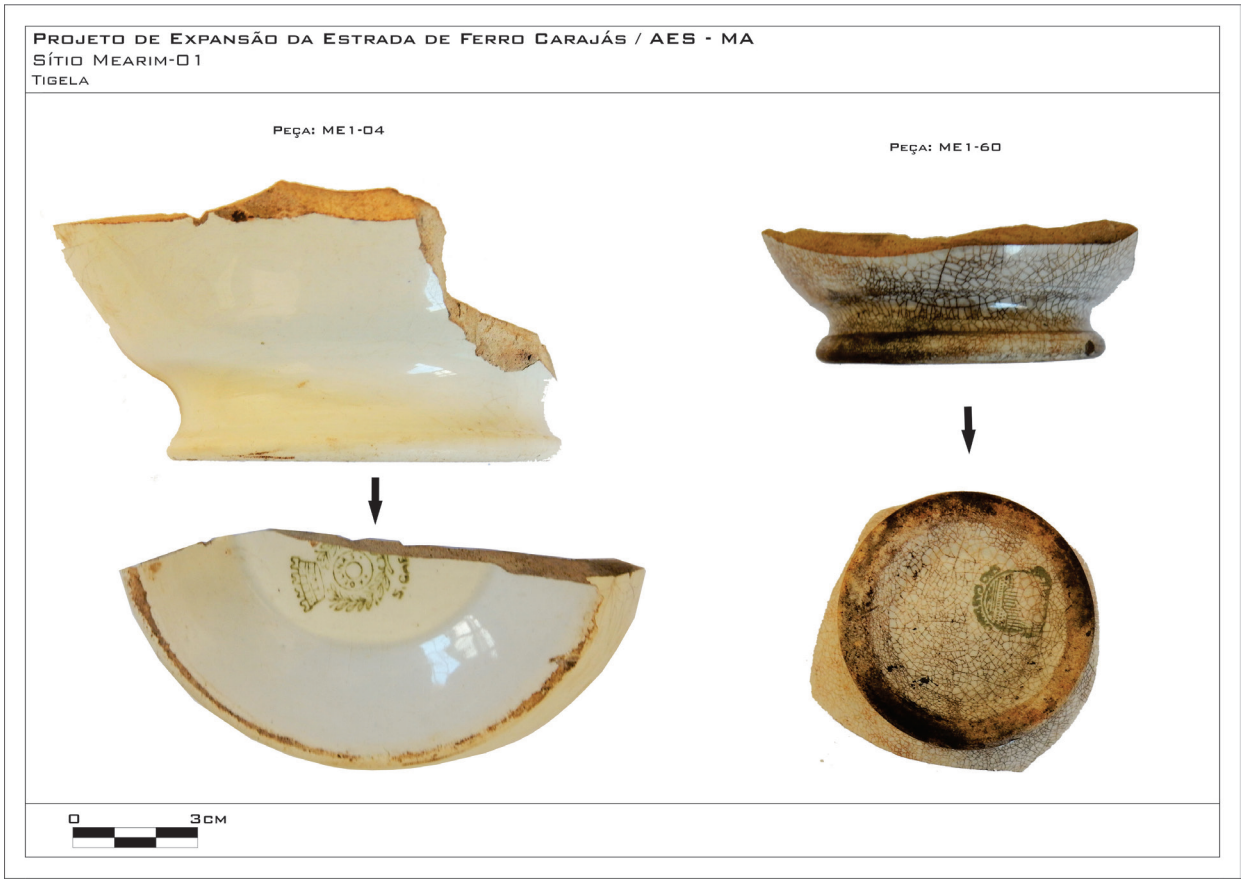


Figura 7. Tipologias de tigelas (xícara e malga). Peças da coleção de faiança fina do sítio Mearim-01
Fonte: HABILIS, 2016



Figura 8. Fragmentos de faiança fina com marcas de fabricação - Sítio Mearim-01
Fonte: HABILIS, 2016

funcionamento da *Fábrica de Louças Adelinas*, mas pensa-se que a mesma foi extinta do cenário fabril paulistano, ainda na década de 1950 (Pereira, 2007).

A fábrica I.R.F.M (Fábrica de Louças Cláudia) refere-se a uma expansão fabril da família Matarazzo, haja vista que já pertenciam ao ramo de produções de cerâmicas tipo louças desde o ano de 1927. Todavia, assim como a Adelinas, a fábrica I.R.F.M também foi inclusa às demais instalações do complexo São Caetano, como era conhecido o complexo industrial. Assim, surgiu no cenário industrial-comercial no ano de 1935. Dentre os tipos de objetos fabricados, destacam-se: louças domésticas, louças sanitárias, isoladores de porcelana e azulejos (Pereira, 2007, p. 101). As atividades promovidas pela fábrica I.R.F.M foram desenvolvidas até a década de 1990.

Por último, a fábrica Ceramus foi construída no ano de 1919, no bairro Belenzinho, também em São Paulo. Embora se tenha poucas documentações correspondentes aos seus proprietários, sabe-se que também influenciou o mercado nacional com a venda de louças domésticas, sendo algumas com decorações. Não se sabe até quando as atividades desta fábrica foram desenvolvidas. Entretanto, têm-se registros de que suas atividades se expandiram para o município de Suzano, no ano de 1958 (Pereira, 2007).

Sobre a coleção vítrea do sítio Mearim-01, é composta por 109 fragmentos, sendo 90 caracterizados por paredes, nove (9) caracterizados por gargalos, nove (9) caracterizados por base e apenas uma (1) peça inteira. Percebe-se, nesta categoria, uma maior densidade de fragmentos do tipo parede, contextualizando o alto índice de fragmentação do material arqueológico.

Em cada categoria (bases, gargalos e paredes), foram selecionados atributos para serem analisados individualmente. No caso das bases, identificou-se quatro (4) peças relacionadas a garrafas, duas (2) peças caracterizadas como copos e duas (2) peças de frascos. Entretanto, não foi possível atribuir o consumo e uso dos artefatos,

conforme proposto no plano de análise, devido à baixa quantidade de peças contidas nas coleções.

Destaca-se, neste caso, a predominância da técnica de produção industrial, a qual se potencializou após a Revolução Industrial. Iniciou-se na Europa e se disseminou por outros continentes após o século XIX, sendo que ainda continua sendo desenvolvida.

Em relação ao vidro de produção artesanal/manual, destaca-se que foi identificada uma (1) peça inteira do tipo frasco. A funcionalidade do frasco enquadra-se ao armazenamento de elemento medicinal. Esse aspecto de uso pode ser inferido devido à identificação de nomenclatura representada em relevo no corpo do objeto: "Bernardo Caldas Maranhão". Têm-se registros do uso de medicamentos com essa referência no início do século XX.

A coleção compreendida pelo material arqueológico do tipo metal foi quantificada em 24 fragmentos. Desse total, foi possível categorizar e identificar peças de tralha doméstica, tralha construtiva e tralha monetária.

No caso da tralha doméstica, foram identificados fragmentos característicos de panelas (4), ralador (1) e lampião (1). Quanto à tralha construtiva, foi possível identificar prego (1). Já na tralha monetária, destaca-se a identificação de moeda (1) proveniente do ano de 1948, com valor de 20 centavos. Segundo Maximino (2003, p.193), a moeda é uma referência significativa para sítios arqueológicos, haja vista que representa "circunstâncias políticas, econômicas, culturais e religiosas da época de sua emissão, além de funcionar como importante elemento cronológico de eventos históricos".

No acervo cerâmico de categoria histórica, evidenciou-se 47 fragmentos, sendo todos coletados em superfície. Os mesmos estão classificados em: paredes (33); bordas (3); bases (3) e cachimbos (6). Dois (2) fragmentos não tiveram suas propriedades identificadas.

Quanto à técnica de manufatura, foi identificada a predominância da técnica tipo torneada (19



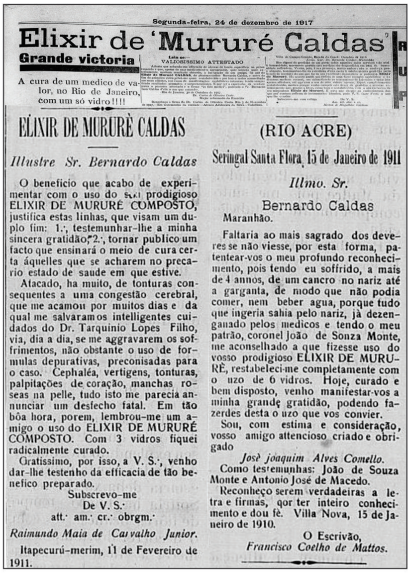
Figura 9. Tipos de bases dos materiais vítreos provenientes da coleção arqueológica do sítio Mearim-01
Fonte: HABILIS, 2016

PROJETO DE EXPANSÃO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS / AES - MA
SÍTIO MEARIM-01
VIDRO

FRASCO



PEÇA: ME1-03



Segunda-feira, 24 de dezembro de 1917

Elixir de Mururé Caldas

Grande victoria

A cura de um medico de valor, no Rio de Janeiro, com um só vidro!!!!

ELIXIR DE MURURÈ CALDAS (RIO ACRE)

Seringal Santa Flora, 15 de Janeiro de 1911

Illustre Sr. Bernardo Caldas

O beneficio que acabo de experimentar com o uso do seu prodigioso ELIXIR DE MURURÉ COMPOSTO, justifica estas linhas, que visam um duplo fim: 1.º, testemunhar-lhe a minha sincera gratidão; 2.º, tornar publico um facto que ensinará o meio de cura certa áquelles que se acharem no precario estado de saude em que estive.

Atacado, ha muito, de tonturas consequentes a uma congestão cerebral, que me acamou por muitos dias e da qual me salvaram os intelligentes cuidados do Dr. Tarquinio Lopes Filho, via, dia a dia, se me aggravarem os soffrimentos, não obstante o uso de formulas depurativas, preconisadas para o caso. Cephaléa, vertigens, tonturas, palpitações de coração, manchas roseas na pelle, tudo isto me parecia annunciar um desfecho fatal. Em tão bôa hora, porem, lembrou-me um amigo o uso do ELIXIR DE MURURÉ COMPOSTO. Com 3 vidros fiquei radicalmente curado.

Gratissimo, por isso, a V. S.ª, venho dar-lhe testenho da efficacia de tão benefico preparado.

Subscrevo-me
De V. S.ª
att.ª am.º cr.º obrgm.º
Raimundo Maia de Carvalho Junior.

Itapecurú-merim, 11 de Fevereiro de 1911.

Illmo. Sr.
Bernardo Caldas
Maranhão.

Faltaria ao mais sagrado dos deveres se não viesse, por esta forma, patentear-vos o meu profundo reconhecimento, pois tendo eu soffrido, a mais de 4 annos, de um cancro no nariz até a garganta, de modo que não podia comer, nem beber agua, porque tudo que ingeria sahia pelo nariz, já dezenganado pelos medicos e tendo o meu patrão, coronel João de Souza Monte, me aconselhado a que fizesse uso do vosso prodigioso ELIXIR DE MURURÉ, restabeleci-me completamente com o uzo de 6 vidros. Hoje, curado e bem disposto, venho manifestar-vos a minha grande gratidão, podendo fazerdes desta o uzo que vos convier.

Sou, com estima e consideração, vosso amigo attencioso criado e obrigado
José joaquim Alves Comello.

Como testemunhas: João de Souza Monte e Antonio José de Macedo.

Reconheço serem verdadeiras a letra e firmas, por ter inteiro conhecimento e dou fé. Villa Nova, 15 de Janeiro de 1910.

O Escrivão,
Francisco Coelho de Mattos.

MANCHETE DE JORNAL



Figura 10. Frasco medicinal e referências publicitárias do medicamento comercializado. Fontes: HABILIS, 2016; Jornal "Pacotilha", Edição 302, publicado no ano de 1917

fragmentos); além de ter sido evidenciada também a técnica do tipo modelada (3 fragmentos), e, no caso dos cachimbos, destaca-se, também, a técnica modelada (5 peças) e moldada (1 peça). Em 19 fragmentos, a técnica de manufatura não pôde ser identificada.

A tipologia evidenciada refere-se a uma vasilha cerâmica, tendo sido reconstituída a partir de um (1) fragmento. Trata-se de um fragmento cuja borda apresentava morfologia direta, com inclinação externa e espessamento normal (direto). O lábio possuía configuração arredondada, com diâmetro de 20mm. Além disso, destaca-se a representação de decoração plástica do tipo espatulada no contorno da borda.

O recipiente passou por processo de reconstituição em 3D, o que contribuiu para retrato interpretativo de sua tipologia. Infere-se que, pelas características, trata-se de uma vasilha para armazenamento de alimentos ou líquidos.

Além do vasilhame e demais fragmentos cerâmicos, foram exumados do sítio Mearim-01 o total de seis (6) cachimbos cerâmicos, os quais apresentam as seguintes características: confeccionados por técnica de modelagem (5 artefatos) e moldado (1 artefato), possuem morfologia angular e apresentam fuligens no interior do fornilho. As fuligens, possivelmente, correspondem a resíduos e marcas de uso, especialmente no que se remete ao fumo.

Conseguiu-se observar decorações em três (3) cachimbos, porém, em uma (1) peça, a decoração foi comprometida por processo erosivo na parte externa do objeto, o que provocou fragmentação no contexto decorativo. Nos outros dois (2) cachimbos, observou-se os seguintes atributos decorativos: motivo tipo floral (1) e motivo tipo geométrico (1), ambos com frisos nos contornos das bordas do fornilho e borda do porta-boquilha.

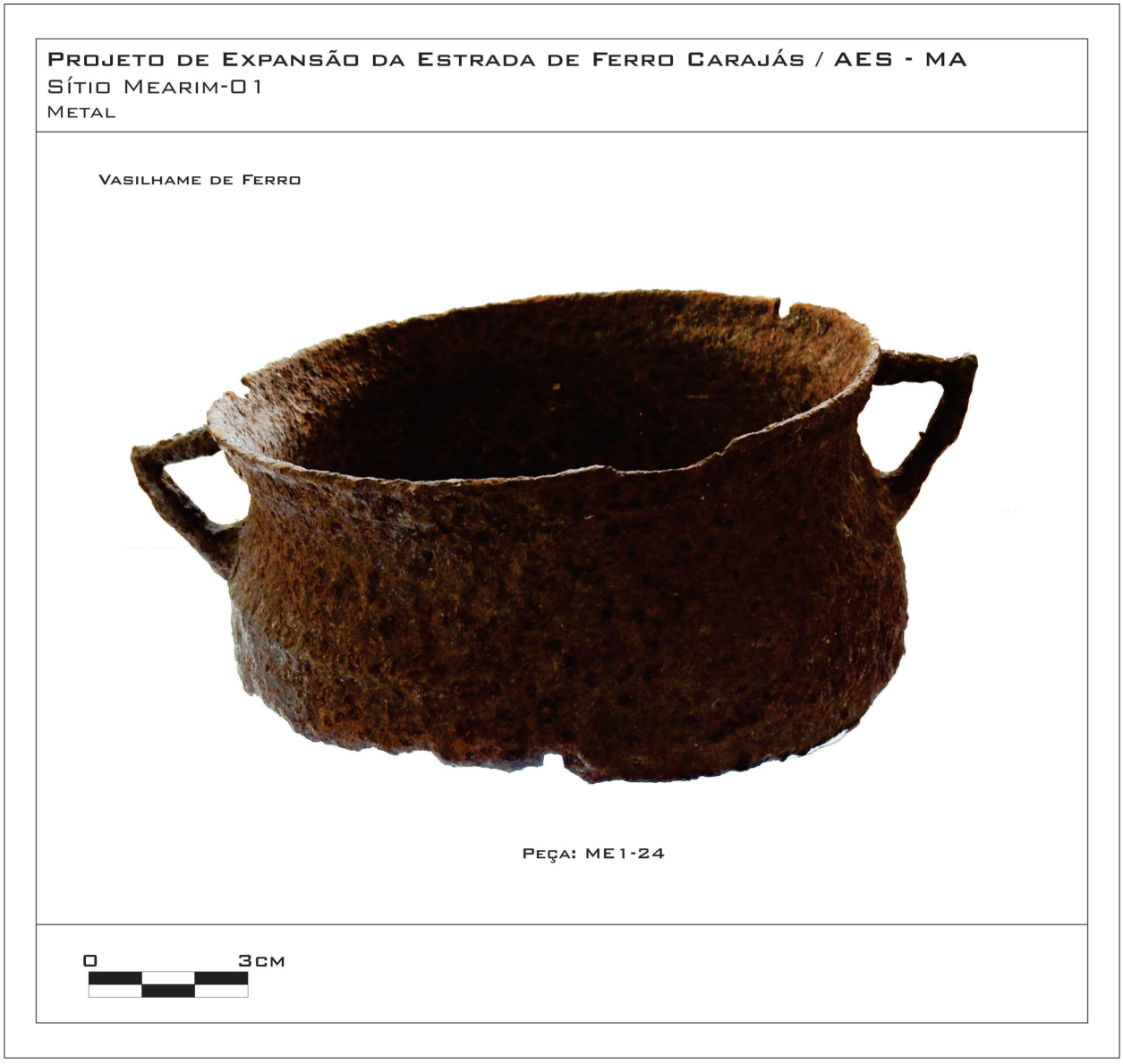


Figura 11. Tipologia de peça metálica identificadas no sítio Mearim-01. Fonte: HABILIS, 2016

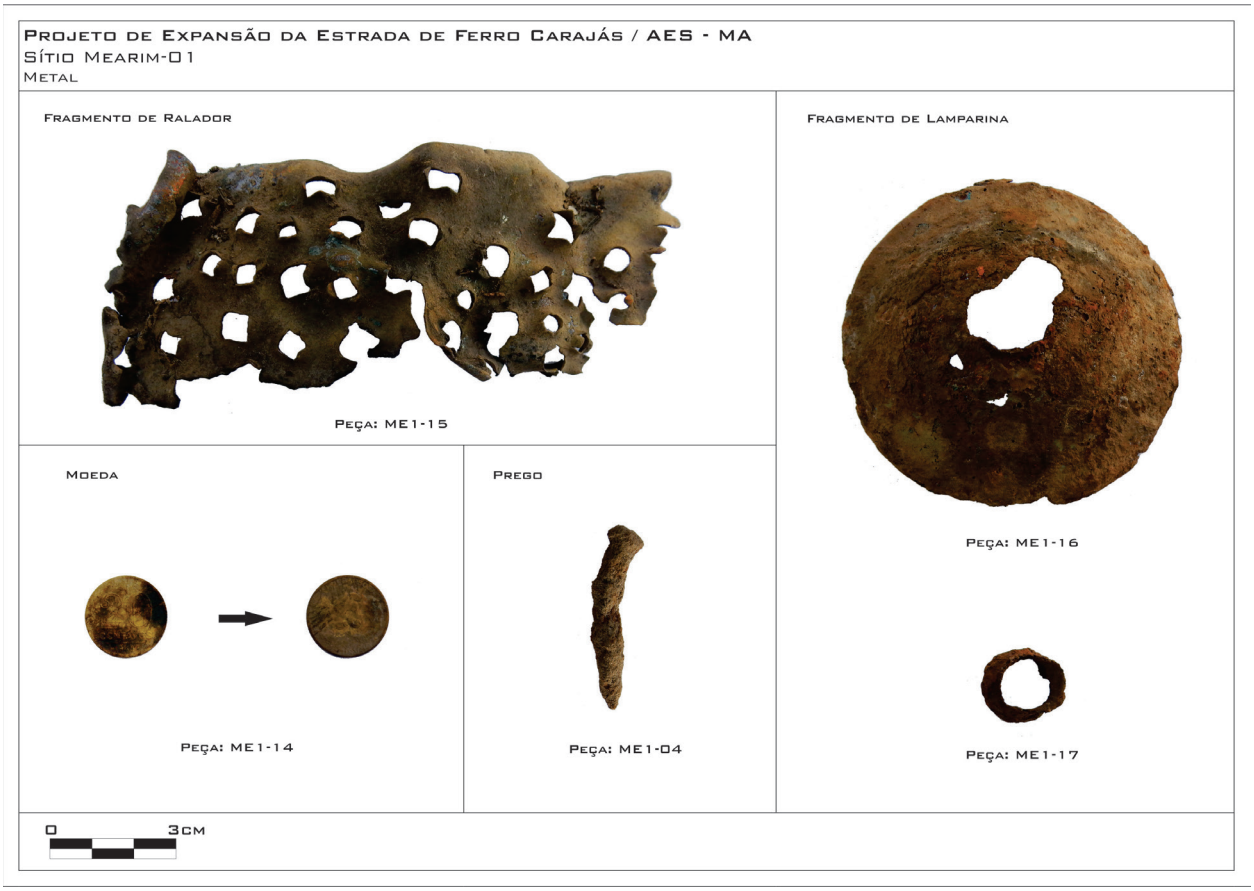


Figura 12. Tipologias de peças metálicas identificadas no sítio Mearim-01. Fonte: HABILIS, 2016

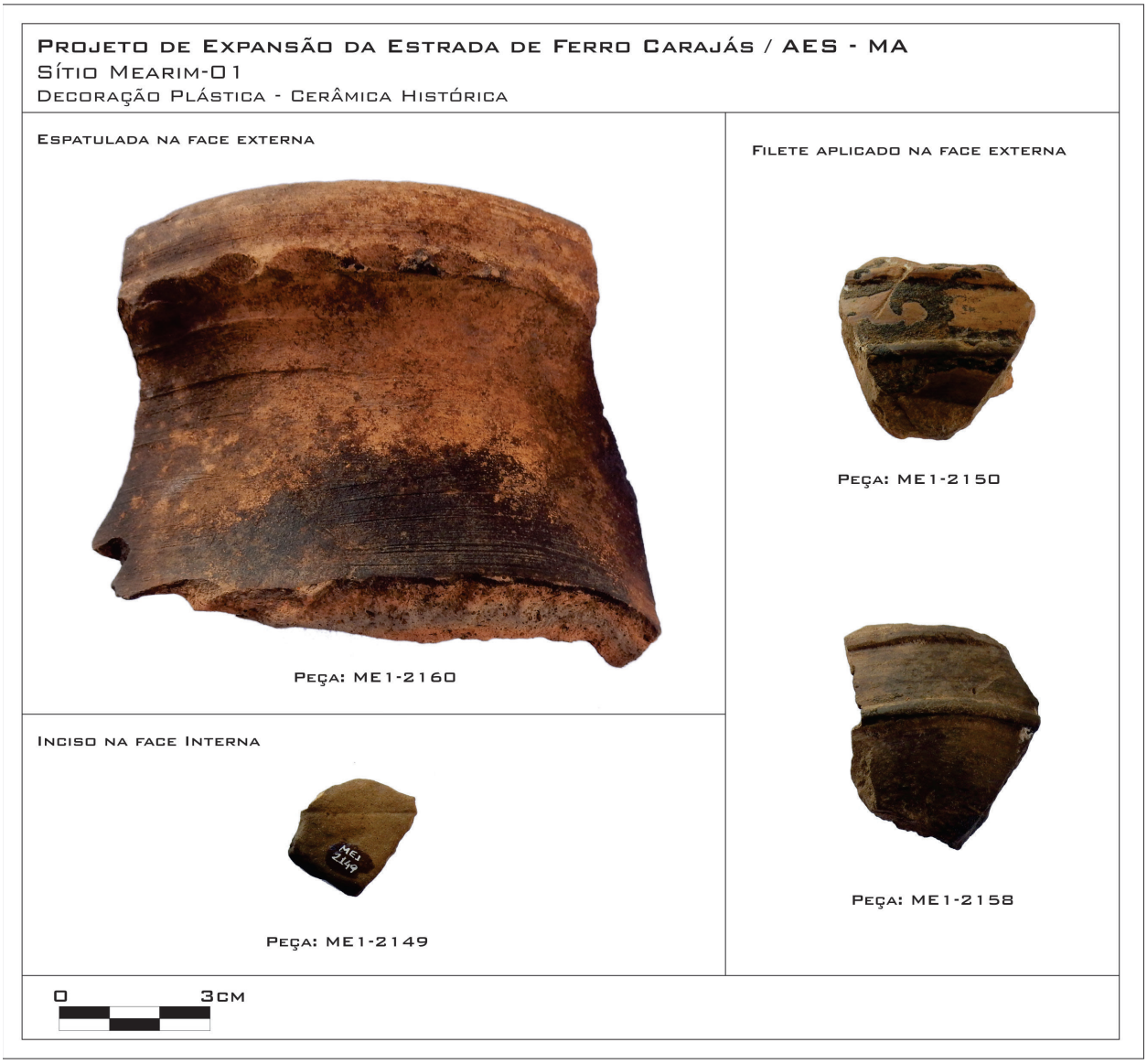


Figura 13. Tipos de decoração do material cerâmico do sítio Mearim-01. Fonte: HABILIS, 2016



Figura 14. Reconstituição em 3D de recipiente cerâmico do sítio Mearim-01. Fonte: HABILIS, 2016

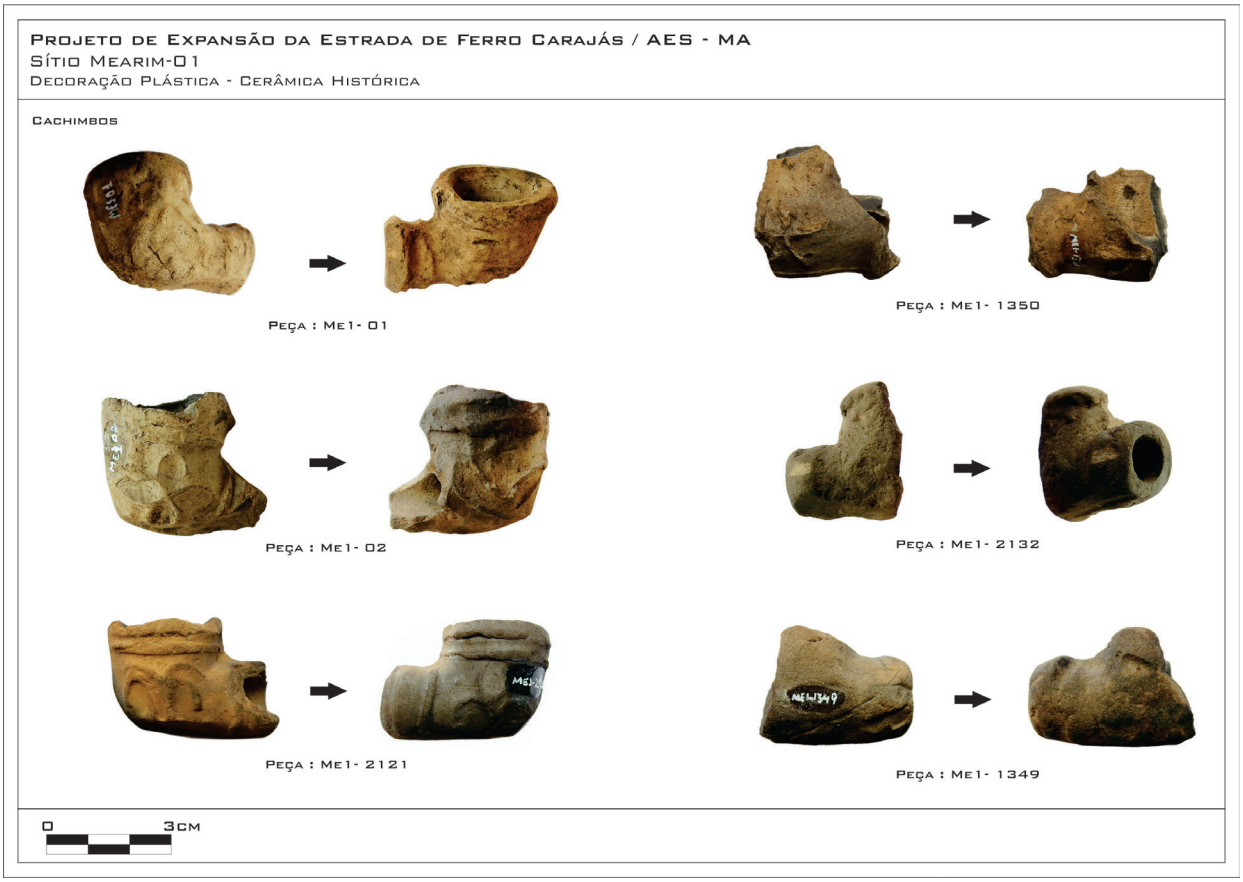


Figura 15. Cachimbos do tipo angulares confeccionados por técnica de modelagem - sítio Mearim-01
Fonte: HABILIS, 2016



Figura 16. Motivos decorativos identificados em cachimbos cerâmicos no sítio Mearim-01
Fonte: HABILIS, 2016

4 CULTURA MATERIAL E CONTEXTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E TEMPORAIS DO SÍTIO MEARIM-01

Mesmo considerando que os dados primários estejam respaldados teoricamente por interpretações condizentes à cultura material, de forma a direcionar para compreensão historiográfica dos contextos sociais, culturais, espaciais e temporais dos lugares a partir de inferências que pairam no plano subjetivo e hermenêutico do pesquisador, pondera-se que as contribuições foram abordadas no sentido de enaltecer as reflexões que alcançam o pensamento da arqueologia. Desta forma, contemplam as múltiplas interpretações do passado que envolveram a formação sócio-identitária e fenômenos ocorridos no local pesquisado (Symanski, 2009; Zarankin & Senatore, 2002).

Assim, por meio dos aportes teóricos levantados

e atributos tecnológicos e tipológicos da cultura material, tentou-se caminhar para interpretação dos contextos social, histórico e temporal da área de estudo.

Embora a coleção arqueológica do sítio Mearim-01 não apresente dados estatísticos e qualitativos consideráveis para inferir interpretações concisas sobre a temporalidade, modos e comportamentos sociais relacionados à área de ocupação, especialmente devido à baixa densidade, alta fragmentação e relativas dimensões dos vestígios, decorrentes da interferência proporcionada por processos pós-deposicionais, algumas hipóteses interpretativas puderam ser abordadas.

A informação temporal de ocupação do sítio Mearim-01 pode ser referenciada a partir da data média obtida através dos atributos identificados na faiança fina da coleção arqueológica, como esmalte e marcas de fabricação. Para isso, aplicou-se os critérios propostos por Stanley South (1971) (Tabela 1).

Portanto, neste caso, contextualiza-se que o período de ocupação da região abrangida pelo sítio Mearim-01 pode estar relacionado à segunda metade do século XIX (conforme data média atingida pelo esmalte da faiança fina) e meados do século XX (conforme datas referenciadas pelas marcas de fabricação da louças paulistas).

Mesmo tendo uma data média de 1867 para a ocupação social da área de estudo, destaca-se que as relações sociais estabelecidas no local se intensificaram no século XX, haja vista que foram identificados elementos móveis com características referentes a esta temporalidade em maior frequência. Como exemplo, citam-se as faianças finas brasileiras, produzidas especificamente no Estado de São Paulo, entre as décadas de 1920-1990, o frasco de vidro medicinal do "Bernardo Caldas Maranhão", com data de produção de 1917, e a moeda, com data de 1948.

Nesse contexto, considerando que a cultura material é indicadora "da filiação social de seus usuários" (Symanski, 1997, p. 83), observou-se a predominância de artefatos de usos e consumos domésticos.

Tendo como referência os estudos realizados por Symanski (2008) na região cearense, pôde-se observar no sítio Mearim 01 alguns aspectos sociais relacionados ao consumo por meio das tecnologias e tipologias dos artefatos identificados. A relação de consumo estabelecida na região

Tabela 1 - Datação média do sítio Mearim-01 por meio da aplicação da Fórmula South

Classificação	**Período de produção**	**Data média de manufatura**	**Quantidade (frequência)**
Creamware	1763-1810	1787	1
Pearlware	1779-1850	1815	18
Whiteware	1820-até hoje	1918	11
Louça Paulista	1920-1990	1955	5
Classificação	Frequência X Data média	Resultado da multiplicação	
Creamware	1 X 1787	1787	
Pearlware	18 X 1815	32670	
Whiteware	11 X 1918	21098	
Louça Paulista	5 X 1955	9775	
	Total	65330	
$DM = \sum (d_1.f_1) / \sum f_1$			
DM = 65330/35			
DM = 1867			

está significativamente atrelada às atividades domésticas, conforme se observa a partir da presença de pratos e tigelas (no caso da coleção das faianças finas) e panelas de ferro. De certa forma, os dados arqueológicos, concatenados com a temporalidade e comportamento social, corroboram com os dados orais coletados durante etapa de resgate arqueológico, de que havia instalada na região uma vila, denominada de "São João".

Não obstante, durante escavação arqueológica identificou-se piso de unidade habitacional, pomar, bem como área de refugo secundário (lixeira) associado à habitação e estrada histórica, onde foram identificados os testemunhos materiais, possivelmente elementos remanescentes da extinta Vila São João.

Portanto, a cultura material analisada do sítio Mearim-01 pode estar relacionada a uma ou mais unidades habitacionais e famílias que residiram na respectiva vila supracitada.

Ademais, o acervo arqueológico contribuiu, também, para intepretação econômica da(s) família(s) existente(s) na região. Conforme observado, os vestígios de categoria do tipo faiança fina apresentam aspectos brancos/lisos (sem motivos decorativos) e simples. Ou seja, eles não apresentavam muito requinte e eram carentes de decoração. Isso indica, portanto, baixa condição social-econômica.

Mesmo assim, cabe destacar que a relação comercial estabelecida na região pode ter sido intensificada com a disseminação de produtos oriundos de demais regiões do país. Isso porque alguns objetos identificados no contexto arqueológico reportam-se a artefatos originários de outras localidades, como do Estado de São Paulo, por exemplo. Este é o caso de louças paulistas identificadas a partir das marcas de fabricações carimbadas em algumas peças analisadas.

De fato, a louça paulista se disseminou pelos interiores do Brasil em meados do século XX. Ela não somente propiciou uma ascendência comercial, mas provocou mudanças de hábitos de consumo. Assim, como destacou Souza (2013, p. 168),

> levar louças brancas para o interior do Brasil também tem a ver com as percepções elitistas de um Brasil rural e da presença de modos de saber, fazer e de ser relacionados, por discursos etnocêntricos e europeizantes, ao tradicional, ao atrasado, ao primitivo, a grupos marginais, a "classes perigosas" (Chalhoub, 2001). Pensar na produção de louças nacionais também implica no significado da mudança de hábitos que a produção industrializada de diversos bens, em escala local, teve, em especial, para os planos das elites urbanas. Substituir a grosseira cerâmica pelas assépticas louças brancas, em formas diversas, tecia a trama de um comportamento que se queria moderno também a partir de hábitos de consumo. O que não quer dizer, de modo algum, que a produção de louças brasileiras não dialogou com hábitos pré-existentes. As fábricas, muitas vezes, atuaram como ponte entre dois discursos, entre identidades fluidas de uma sociedade pluriétnica e planos normativos e homogeneizadores dos projetos de modernidade da Belle Époque [...] Muitos dos gostos, padrões e formas das louças brasileiras têm a ver com a demanda: o expoente disto está na alta recorrência da produção da mais ampla variabilidade volumétrica de tigelas, formas cujo design possibilita diferentes usos.

As marcas dos fabricantes foram determinantes para obter diagnóstico arqueológico. Tal informação tornou possível reconhecer a origem da fabricação e o fabricante, além de observar os períodos de fabricação dos objetos. Sendo assim, na arqueologia histórica

> a identificação da procedência e, conseqüentemente, do período de fabricação das peças de louça exumadas em pesquisas arqueológicas, é um excelente indicador para a datação dos períodos de ocupação e do padrão social dos ocupantes pretéritos desses locais, além de nos trazer subsídios para compreender as relações comerciais ocorrentes na época (Juliani, 2003a, p. 117).

Neste caso, relata-se que algumas das rotas que proporcionaram as relações comerciais podem estar associadas às feições paisagísticas identificadas durante etapa de levantamento arqueológico, haja vista que atestam o projetado

caminho que interligava Vitória do Mearim a Santa Inês, passando pela região da Vila de São João.

Sendo assim, pode-se inferir que, durante os séculos XIX e XX, este caminho esteve associado às atividades comerciais nessa localidade, cujos objetos poderiam ter sido transportados dos principais polos industriais brasileiros: São Paulo e Rio de Janeiro.

Por outro lado, observa-se que fragmentos cerâmicos relacionados à produção artesanal poderiam ter sido produzidos na própria região de abrangência do sítio Mearim-01, especialmente para suprimento de necessidades próprias dos grupos que ali residiam. Os cachimbos, por exemplo, possivelmente foram produzidos por artesão(s) da região, cujo uso incidia sobre o hábito cotidiano de tragar o fumo, haja vista que foram observados resquícios (fuligens) nos interiores dos fornilhos e porta-boquilhas dos mesmos.

Contudo, conforme observado nas categorias da cultura material, pode-se levantar o seguinte questionamento: o sítio arqueológico Mearim-01 estaria, portanto, contextualmente relacionado a uma ou mais unidades habitacionais da Vila de São João, conforme mencionado anteriormente?

Tal questionamento poderá ser explorado e investigado em ocasiões futuras, mas as inferências levantadas a partir dos dados arqueológicos aqui apresentados atestam que a área tratava-se de unidade habitacional com características de contexto rural. Possivelmente era habitada por núcleo(s) familiar(es) de baixa condição econômica, cuja dinâmica e modo de vida estariam atrelados às atividades cotidianas de subsistência. Nela, os usos e consumos sociais dos objetos correspondiam especificamente aos afazeres domésticos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Habilis Consultoria Científica pela confiança e oportunidade de conhecer e conduzir as análises do sítio Mearim-01, bem como pelo convite para participar desta publicação. Além disso, agradeço à arqueóloga Me. Cristiane Loriza Dantas, exímia professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás(PUC Goiás), e ao arqueólogo Me. Wesley Charles de Oliveira, pelos apoios e contribuições na condução da elaboração e revisões deste artigo.

Aproveito ainda para dedicar este artigo à minha família. Sou grato pela educação, apoio e diálogo de sempre. Em especial, dedico ao meu filho, Lucca do Vale, te amo filho!!!

5 REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS

A.P.A.I.(Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial). Catálogo da Exposição "O vidro em Portugal", no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 1989.

Agostini, C. Resistência Cultural E Reconstrução De Identidades: Um Olhar Sobre A Cultura Material De Escravos Do Século XIX. Revista De História Regional, V. 3, N.2, P. 115, 1998.

Becker, I.I.; Schmitz, P.I. Cachimbos Do Rio Grande Do Sul. Pesquisas, Antropologia. São Leopoldo, Instituto Anchietano De Pesquisas, V. 20, 1969.

Chalhoub, S. Trabalho, Lar E Botequim. Campinas: UNICAMP, 2001.

Deetz, J. In Small Things Forgotten: The Archaeology Of Early American Life. Nova York: Anchor Press, 1977.

Dunnell, R. C. Classificação Em Arqueologia. EDUSP, 2006.

Funari, P.P.A. (Org.). Cultura Material E Arqueologia Histórica. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.

Funari, P.P.A. Arqueologia. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

Hume, I.N.A. Guide to Artefacts of Colonial America. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

Hume, I. N. A Guide To Artifact Of Colonial America. Vintage Books. New York, 1991.

Jones, O.; Sullivan, C. The Parks Canada Glass Glossary For The Description Of Containers, Tableware, Flat Glass, And Closures. Ottawa: Minister Of Supply And Services Canada, 1989.

Juliani, L.C.O. Material De Louça. In: CALDARELLI, S. B. (Org.). Arqueologia Do Vale Do Paraíba Paulista: SP-170 – Rodovia Carvalho Pinto. São Paulo, 2003a.

Juliani, L.C.O. Material De Vidro. In: CALDARELLI, Solange B. (Org.). Arqueologia Do Vale Do Paraíba Paulista: SP-170 – Rodovia Carvalho Pinto. São Paulo, 2003b.

La Salvia, F.; Brochado, J.P. Cerâmica Guarani. Porto Alegre, Posenato Arte E Cultura, 1989.

Lima, T.A. Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas. Clio (Série Arqueológica), V.5, Pp. 87-99, 1989.

Maximino, E.P.B. Material De Metal. In: CALDARELLI, Solange B. (Org.). Arqueologia Do Vale Do Paraíba Paulista: SP-170 – Rodovia Carvalho Pinto. São Paulo, 2003.

Orser Jr., C. Introdução À Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Oficina De Livros, 1992.

Orton, C.; Tyers, P.; Vince, A. Pottery In Archaeology. Cambridge University Press, 1997.

Pereira, J.H.M. As Fábricas Paulistas De Louça Doméstica: Estudo De Tipologias Arquitetônicas Na Área De Patrimônio Industrial Dissertação (Mestrado Em História E Fundamentos Da Arquitetura E Urbanismo) – FAUUSP, 2007.

Pileggi, A. Cerâmica No Brasil E No Mundo. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.

Rye, O.S. Pottery Technology. Principles And Reconstruction. Manuals On Archaeology 4, Washington DC, Smithsonian Inst. Press, 1981.

South, S. Evolution And Horizon As Revealed In Historical Archaeology. The Conference On Historic Site Archaeology Papers, Nº 6, Pp. 71 – 116, 1971.

Serrano, A. Subsídios Para A Arqueologia Do Brasil Meridional. Revista Do Arquivo Municipal, São Paulo, V. 36, 1937.

Shepard, A. Ceramics For The Archaeobgist. Annarbor. Washington, 1985.

Souza, R.A. Não Somos Estrangeiras! Pelas Louças Brasileiras. Cadernos Do LEPAARQ (UFPEL), V. X, P. 159-182, 2013.

Symanski, L.C. Grupos Domésticos E Comportamento De Consumo Em Porto Alegre No Século XIX: O Solar Lopo Gonçalves. Dissertação (Mestrado Em História). Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 1997.

Symanski, L.C. Espaço Privado E Vida Material Em Porto Alegre No Século XIX. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.

Symanski, L.C.. Práticas Econômicas E Sociais No Sertão Cearense No Século XIX: Um Olhar Sobre A Cultura Material De Grupos Domésticos Sertanejos. Revista De Arqueologia, Belém, V. 21, Pp. 73-96, 2008.

Symanski, L.C. Arqueologia Histórica No Brasil: Uma Revisão Dos Últimos 20 Anos. In: Walter Fagundes Morales; Flávia Prado Moi. (Org.). Cenários Regionais Em Arqueologia Brasileira. 1ed.São Paulo: Annablume, 2009.

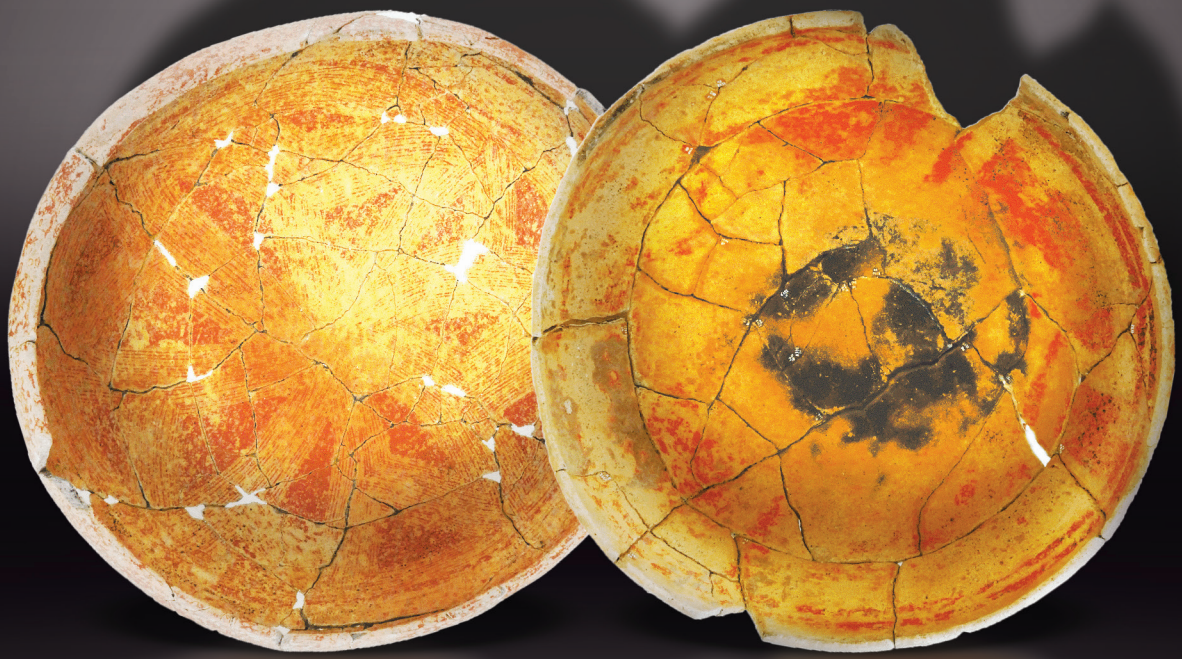
Tocchetto, F.B.; Symanski, L.C.P.; Ozório, S.R.; Oliveira, A.T D.; Cappelletti, Â.M. A Faiança Fina Em Porto Alegre: Vestígios Arqueológicos De Uma Cidade. Porto Alegre: Unidade Editoria Da Secretaria Municipal De Cultura, 2001.

Zanettini, P. Pequeno Roteiro Para Classificação De Louças Obtidas Em Pesquisas Arqueológicas De Sítios Históricos. In: Arqueologia, Nº 5, pp. 117 – 130, 1986.

Zanettini, P.E.; Camargo, P.B. Cacos e Mais Cacos de Vidro: O Que Fazer Com Eles? São Paulo: Zanettini Arqueologia, 1999.

Zarankin, A; Senatore, M. X. Arqueologia Da Sociedade Moderna Na América Do Sul: cultura material, discursos e práticas. Buenos Aires, 2002.





6

5.000 ANOS DE OCUPAÇÕES CERAMISTAS NAS MARGENS DO RIO PINDARÉ

Fernando Ozorio de Almeida I Roberto Ávila

1 INTRODUÇÃO

O interior do Maranhão começa a ser conhecido arqueologicamente a partir da primeira década do século XXI, em razão de mudanças nas leis de licenciamento ambiental relacionadas ao patrimônio arqueológico (Portaria Iphan 230/2002). Com estas alterações legislativas houve a necessidade de executar estudos arqueológicos em diversos empreendimentos. Um deles foi a Estrada de Ferro Carajás (EFC), que interliga os complexos minerários da VALE S.A. de Parauapebas/PA até o porto de São Luís/MA.

Esses estudos foram realizados entre 2007 e 2011 pela Scientia Consultoria Científica. Foram identificados 32 sítios arqueológicos, sendo 18 no estado do Maranhão (Scientia, 2009). Cinco desses sítios se encontram no município de Alto Alegre do Pindaré, incluindo os sítios Alto do Pindaré 04 e 05 (AAP4 e AAP5). A análise do material cerâmico resgatado foi realizada pela Habilis Consultoria Científica. Este artigo busca revisitar os dados de campo e de laboratório desses dois sítios para contextualizá-los junto à Arqueologia do interior maranhense.

De acordo com o primeiro artigo deste livro, seis unidades geomorfológicas regionais foram consideradas para o contexto da EFC. Uma delas é a que corresponde aos Tabuleiros dos Rios Gurupi-Grajaú, onde foram encontrados os sítios Alto Alegre do Pindaré 4 e Alto Alegre do Pindaré 5. Essa unidade é marcada por relevos tabulares com morrotes e relevos aplanados com solos lateríticos. Os terrenos são caracterizados por extensas planícies fluviais, modeladas pelo rio Pindaré, que acomodam feições lacustres representadas por meandros abandonados. A área mostra, ademais, um relevo dissecado, e encontra-se entalhada pelos vales e rios circundantes. Ambos os sítios apresentam predominância dos argilossolos.

Em razão do intenso regime pluvial por todo o ano e do relevo essencialmente plano, característico do Maranhão, a paisagem regional da EFC possui a alta densidade de redes de drenagem e os largos cursos d'água como características mais marcantes. Além do ambiente fluvial, destacam-se também os ambientes marinhos e lacustres, consolidando a ampla diversificação do conjunto hidrográfico da região (Scientia, 2011).

A paisagem ao longo da EFC teve quase totalmente suprimida a sua vegetação original, em função da implantação de pastagens. Atualmente restam poucas áreas com a cobertura vegetal genuína. Entretanto, muitas dessas pastagens estão hoje abandonadas, onde emergem, por conseguinte, as áreas de vegetação secundária e de babaçus. Não se observa ao longo do trajeto amplas áreas de lavouras, salvo aquelas restritas aos cultivos de subsistência dos habitantes das margens da ferrovia. Há ainda algumas áreas com reflorestamento de eucalipto (Scientia, 2011).

Os sítios Alto do Pindaré 4 e 5 foram selecionados para serem escavados com maior rigor científico em razão de apresentarem alto grau de preservação quando comparado com os demais, além do seu alto potencial informativo e posição favorável nas margens do rio Pindaré. Essa zona foi conhecidamente ocupada por grupos

do tronco linguístico Tupi e tem como vizinha a Reserva Indígena do Carú, hoje ocupada por índios Guajá e Guajajara. Existem relatos que atestam a presença destes grupos na região desde o século XIX (Nimuendajú, 1981).

Para os sítios Alto Alegre do Pindaré 4 e 5 (AAP4 e AAP5) foi estabelecida uma malha de sondagens de 0,50m^2 e/ou 1m^2 a depender da área de cada sítio, equidistantes 20 metros entre si. A escavação de cada sondagem foi realizada através de níveis artificiais de 10 cm de profundidade. Cada sondagem era interrompida no caso de atingir dois níveis estéreis ou um total de 50 cm de profundidade nos casos em que nenhum material arqueológico fosse encontrado nos níveis superiores. Se um vestígio arqueológico ainda estruturado fosse identificado, a unidade era ampliada para 1m^2 ou mais, se necessário, até a completa evidenciação da estrutura. Os vasos cerâmicos íntegros retirados das sondagens eram escavados internamente em laboratórios improvisados em campo (Scientia, 2011).

2 SÍTIO ARQUEOLÓGICO ALTO ALEGRE DO PINDARÉ 4

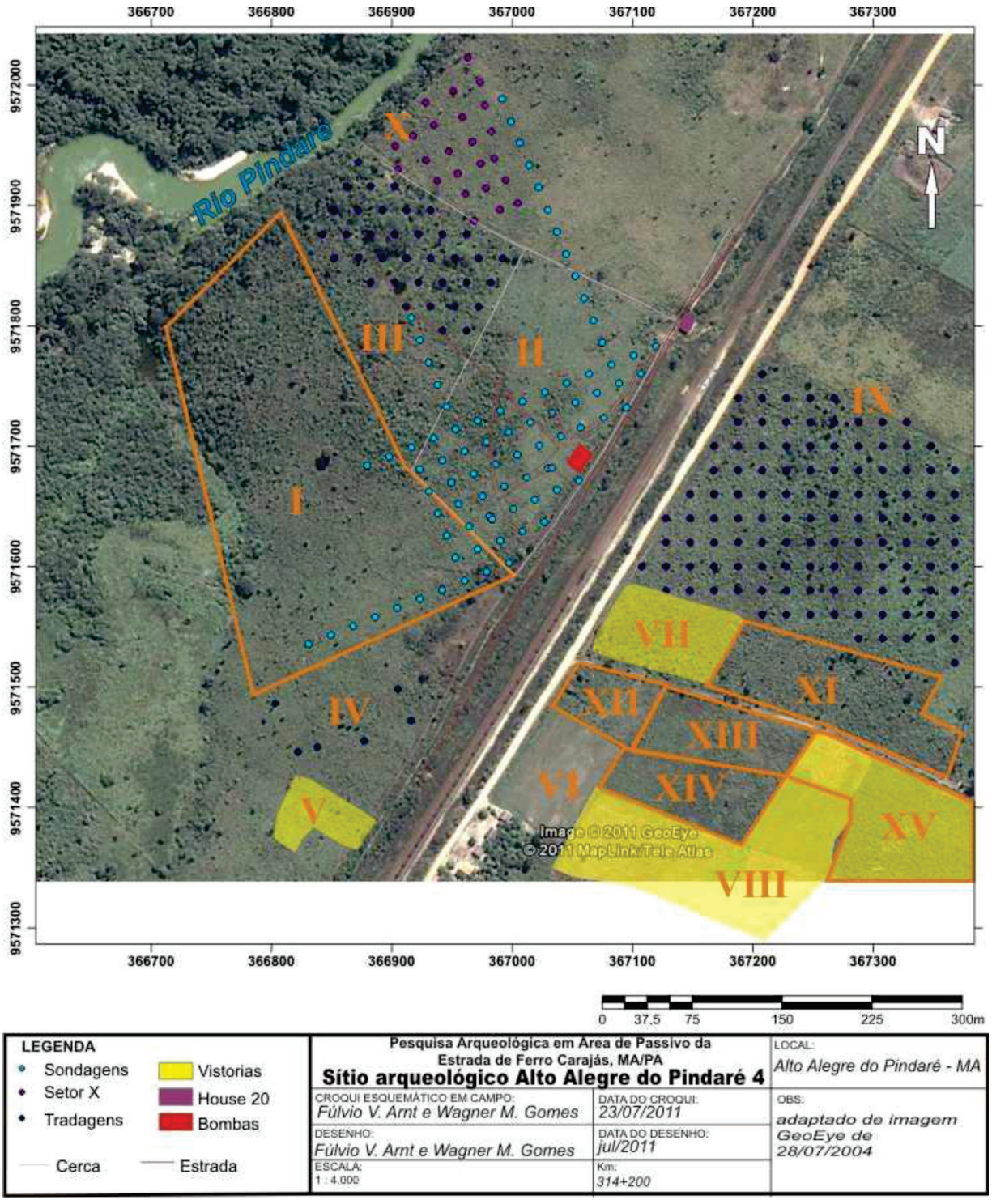
O sítio AAP4 (23M 367386/9572070) é um sítio cerâmico a céu aberto. Ele se encontra a leste do curso do rio Pindaré e está implantado sobre uma elevação suave do terreno circundante, inserido na Planície de Inundação do rio Pindaré. O sítio tem uma localização privilegiada, entre duas serras cujo acesso seria feito principalmente pelo rio. Ele possui uma área em declive suave na porção norte, levemente aguda para sudoeste, na baixada para a área de várzea do Pindaré e com declividade mais abrupta no sentido leste. Os processos morfodinâmicos recentes são representados pela acumulação fluvial, dissecação tabular em topos aplainados, e dissecação com recuos escarpados, e vertentes com erosão de encostas. A cobertura vegetal do local é composta de capoeira alta e braquiárias, mas também apresenta espécimes de palmeiras. Pressupõe-se que, em tempos pretéritos, o local era pleno de vegetação típica da mata de cocais, cujos espécimes remanescentes (principalmente Babaçu e Tucumã) podem ser ainda encontrados na margem oposta do rio, próximo à Reserva do Caru. Os dados de escavação permitiram constatar que todo o sítio possui um horizonte A heterogêneo quanto às espessuras e tons de coloração, mas sempre com abundância de matéria orgânica e de carvão, resultante da queima para cultivo (coivara) (Scientia, 2011).

Em razão das intensas perturbações antrópicas em variadas áreas do sítio, e a fim de organizar melhor as suas informações espaciais, toda a elevação foi dividida em setores. Os setores III, IV, e IX foram selecionados para a execução de tradagens pois contavam com cobertura vegetal que não possibilitava vistoria de superfície. O setor II, por sua vez, havia apresentado grande volume de vestígios em superfície na etapa de prospecção. As demais áreas estavam bastante antropizadas e foram desconsideradas do estudo sistemático. Após a delimitação e estabelecimento da malha, a equipe de topografia identificou material cerâmico em superfície de uma zona de sedimento escuro, possivelmente antropogênico, no Setor X. Ao se confirmar como parte do sítio, a malha foi estendida até este setor (Ibid.).

O pacote arqueológico se concentra nos primeiros 40cm de profundidade e apresentou duas concentrações, uma na porção sudoeste do setor II e outra a nordeste no setor X, indicando dois centros ocupacionais separados tanto espacialmente quanto temporalmente.

No Setor II foram identificados e coletados 1.039 fragmentos cerâmicos, 27 peças líticas e 582 materiais não classificados, o que pode incluir fragmentos mal queimados de argila, carvões, etc. A maior concentração nas imediações da unidade F200 estava situada no limiar da meia-encosta com o topo aplanado da elevação e sua sedimentação apresentava uma coloração mais escura, em comparação com as demais sondagens (Ibid.).

A disposição horizontal dos fragmentos, a presença de sementes queimadas e de dois fragmentos de lâmina de machado polida, bem como a variabilidade dos tipos cerâmicos, observados com base nas decorações dos fragmentos, sugerem que o Setor II tenha sido utilizado como uma área de descarte de uma antiga residência. Uma estrutura de combustão foi identificada com 25cm de profundidade. Trata-se de um conglomerado de madeira carbonizada, associada a diversos fragmentos cerâmicos, e coletada juntamente com sedimento para realização de futuras análises laboratoriais e datações.



Mapa 1. Malha de tradagens/sondagens e setorização do sítio AAP4
Fonte: Scientia, 2011

O Setor X, por outro lado, parece representar um núcleo de ocupação mais intenso do que o Setor II. Imediatamente ao lado do rio Pindaré, este setor se apresenta em um local com solo escuro, possivelmente antropogênico, implantado no topo e na meia encosta de uma pequena elevação. Aqui foram identificados e coletados aproximadamente 74% de toda a cerâmica e 95% de todo o material lítico recuperado no sítio Alto Alegre do Pindaré 4.

A maior quantidade de vestígios arqueológicos está concentrada nas proximidades das

sondagens ampliadas 01 e 15. Nestes pontos é evidente o maior adensamento e extensão do sedimento escuro característico dos solos antropogênicos amazônicos e de sítios associados a grupos Tupi-Guarani. Nesta camada, que atingiu 40 cm de profundidade, foram coletados os maiores fragmentos cerâmicos e pelo menos uma estrutura de combustão bem conservada. Além desses vestígios, foram recuperados mais de 10 fragmentos de óxido de ferro com possíveis marcas de raspagem para a confecção de pigmentos, que podem ter sido utilizados para a pintura de recipientes (Ibid.).

3 SÍTIO ARQUEOLÓGICO ALTO ALEGRE DO PINDARÉ 5

O sítio AAP5 (23M 366600/956900) foi identificado em ambos os lados da EFC, implantado em uma elevação suave em relevo levemente ondulado com inclinação descendente para Oeste em direção à margem direita do mesmo rio. A área do sítio está inserida na planície de inundação desse rio, mas chega a alcançar 15 metros de altitude em relação à sua calha. Estima-se que toda a área do sítio possa ter sido uma pequena ilha durante as épocas de cheia do rio Pindaré: ela está cercada por drenagens e áreas potencialmente alagadiças e não apresenta em seu topo aplanado a camada de cascalhos encontrada nos arredores. A cobertura vegetal é composta de capoeira alta e alguns espécimes de palmeiras, e porções de campo alto que é, frequentemente, queimado para cultivo de mandioca. Tal como o sítio AAP4, pressupõe-se que, em tempos pretéritos, o local era pleno de vegetação típica da mata de cocais e floresta úmida (Scientia, 2011). A Reserva Indígena do Caru encontra-se a oeste do sítio, na margem esquerda do Rio Pindaré.

Este sítio teve sua área dividida em três a fim de cumprir demandas do empreendedor e do Iphan. A Área 1 foi delimitada na porção central do sítio, entre a EFC e a estrada de rodagem, a Área 2 ficou entre o rio Pindaré e a EFC, e a Área 3 foi delimitada pela estrada de rodagem, semi circundada pelas drenagens do entorno (Figura 5). Igualmente ao AAP4, os dados de escavação permitiram constatar que todo o sítio possui um horizonte A diverso quanto às espessuras e tons de coloração, mas sempre com muita matéria orgânica e relativa quantidade de carvão, resultante da coivara.

Como foi seccionado, cada área do sítio AAP5 foi trabalhada separadamente como se pode consultar no Quadro 2.

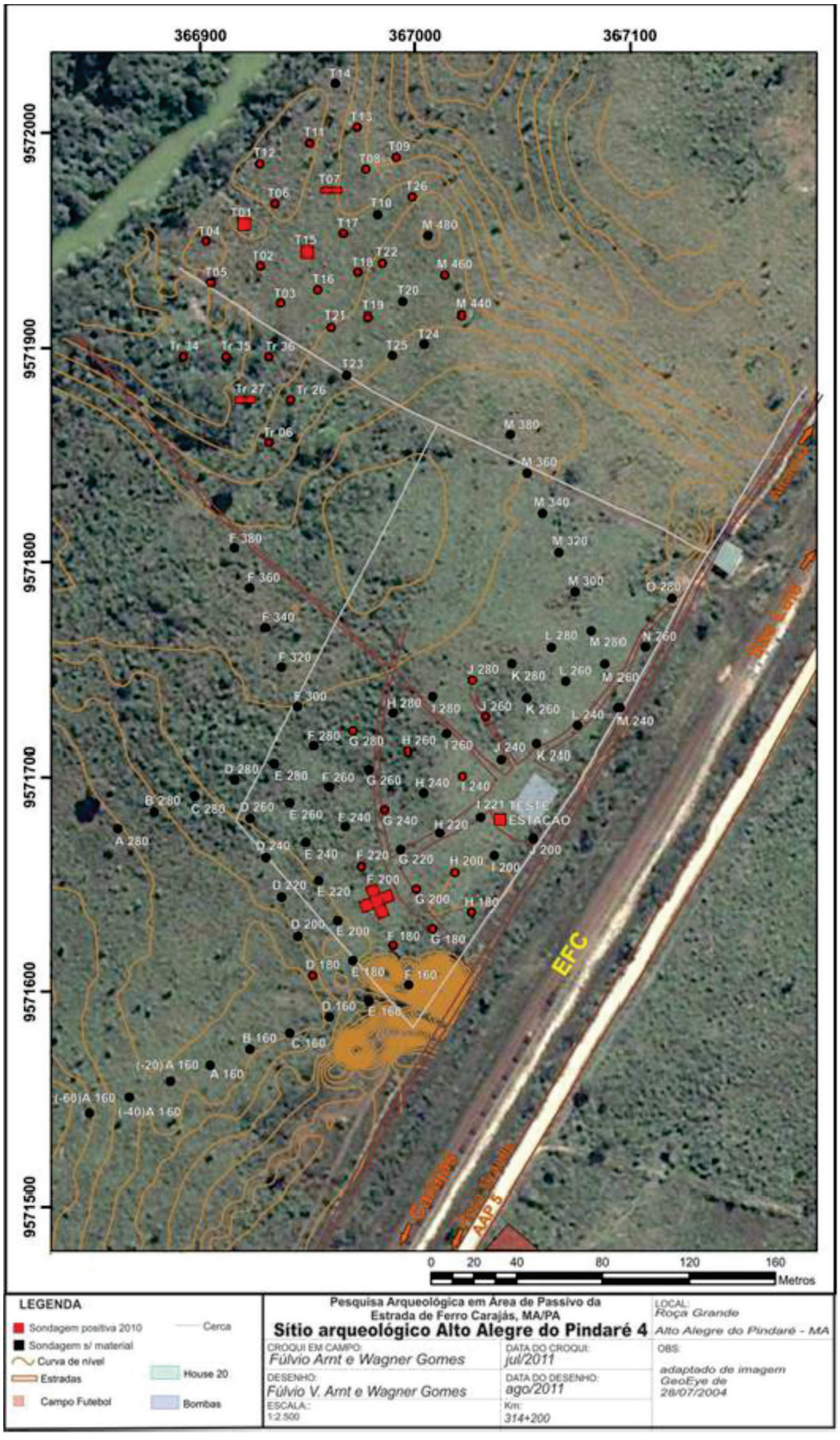
Quadro 2 - Dados do sítio separados por área

Área	Dimensão (m^2)	Sondagens (qtd)	Peças Cerâmicas
1	11.000	11	454
2	23.200	40	1235
3	36.900	71	2267
Total	**71.100**	**122**	**3956**

No total, foram recuperados 3956 fragmentos cerâmicos, dos quais nove eram recipientes semi-preservados concentrados na sondagem C118 e ampliações adjacentes, na Área 2. Apesar de fragmentados foi possível escavá-los como estrutura. Destaca-se, ainda, na Área 3, uma sondagem (L60 e ampliações adjacentes) onde foi encontrada uma estrutura de refugo de material ou lixeira. Ela foi coletada por completo, incluindo sedimento e material arqueológico. Ambas as zonas forneceram também amostras de carvões que foram coletadas para datação (Scientia, 2011).

No que concerne à distribuição espacial dos fragmentos cerâmicos recuperados, esta apresentou dois centros de maior concentração. O primeiro, mais denso, está próximo da zona onde se encontravam os cinco recipientes inteiros que serão tratados mais adiante no texto. Essa densidade estaria relacionada tanto à própria ocorrência das urnas como sendo um local mais central ou de alguma atividade mais específica, quanto à ocorrência de perturbações antrópicas recentes que teriam removido o solo original com a presença de material arqueológico, realocando-os em um espaço secundário. O segundo ponto de grande concentração se encontrava próximo à estrada de rodagem, zona bastante perturbada pelos agentes antrópicos recentes e, em razão disso, preferiu-se não levantar hipóteses a respeito desta área.

O sítio possui um pacote único de material arqueológico com 40 cm de profundidade. Os cinco recipientes cerâmicos fragmentados porém estruturados que foram identificados na Área 2 são, talvez, os vestígios mais relevantes do AAP5.



Mapa 2. Implantação do sítio AAP4 na elevação e localização das sondagens positivas (Ibid.)
Fonte: Scientia, 2011

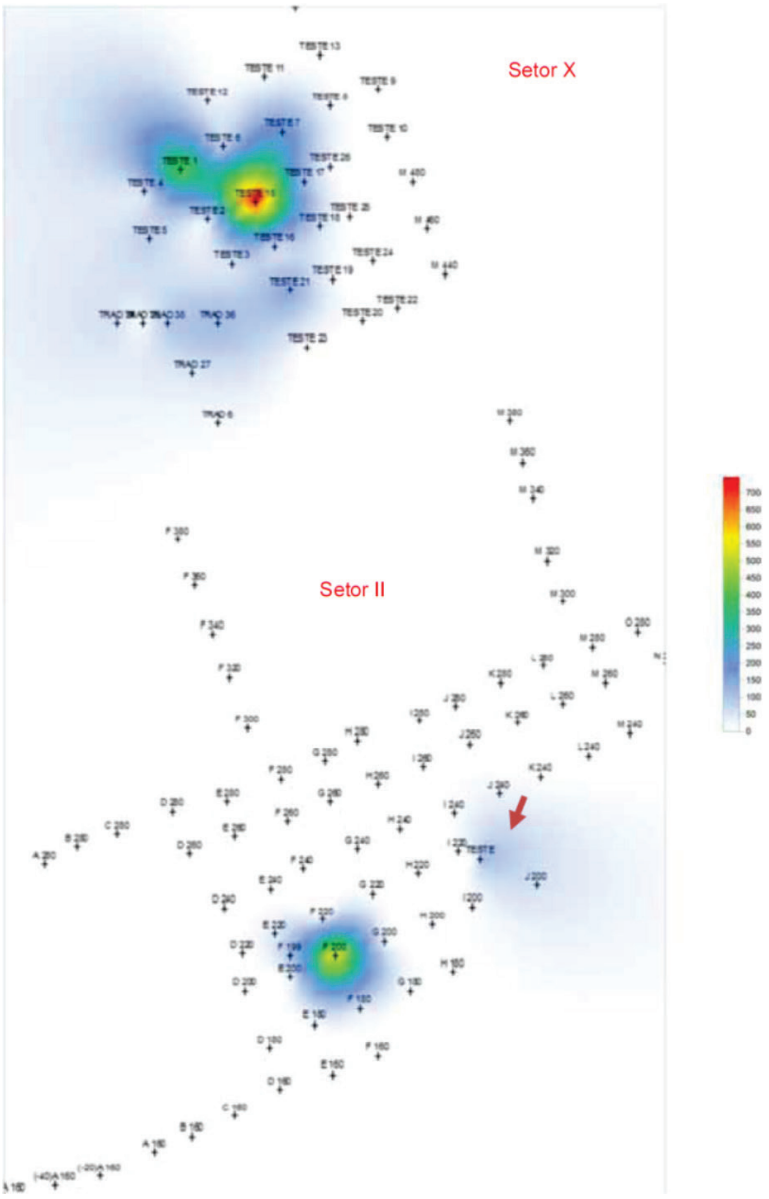
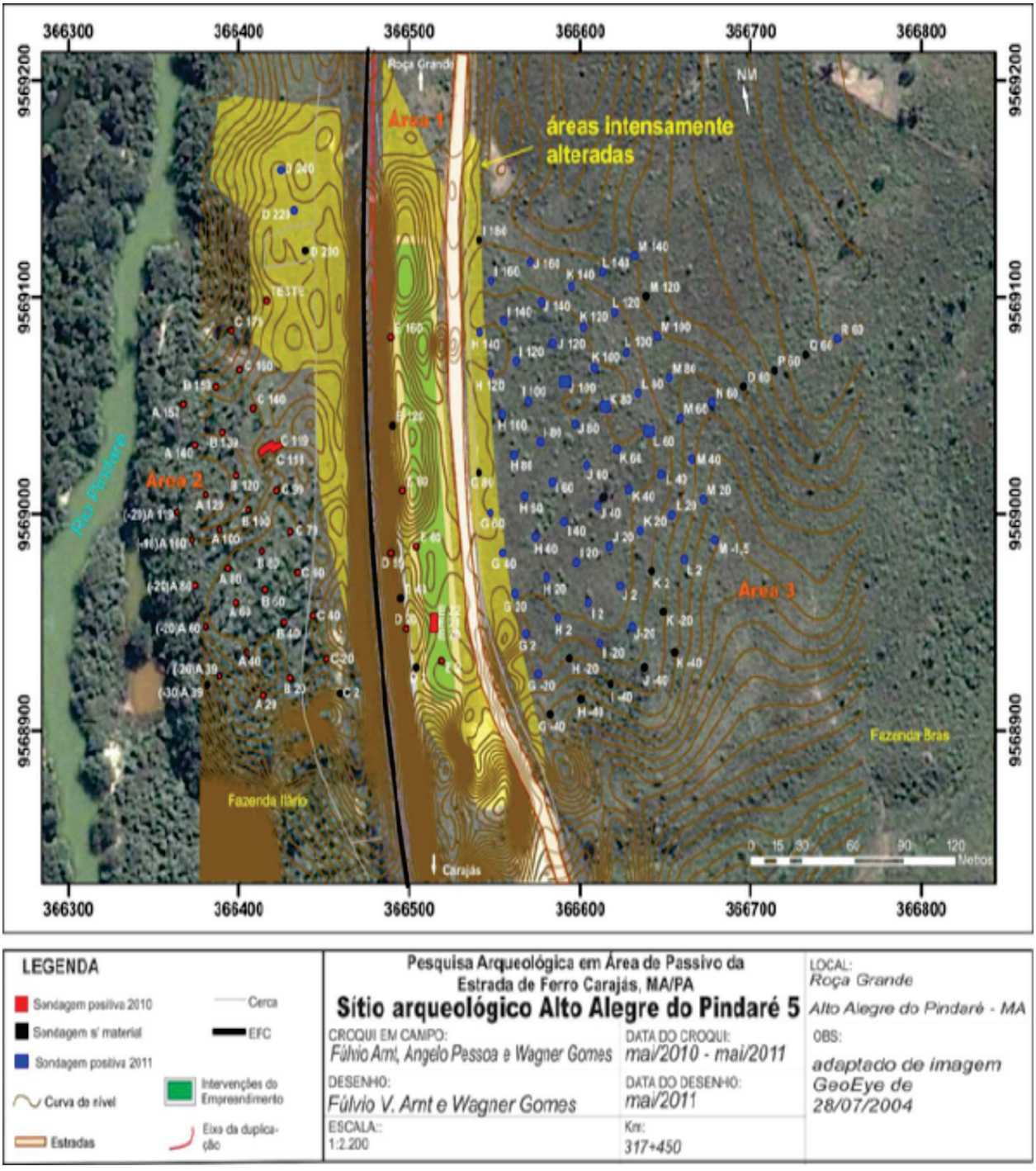


Figura 1. Distribuição espacial dos fragmentos cerâmicos do sítio AAP4. Flecha vermelha indica local onde os fragmentos de lâmina de machado foram encontrados. Fonte: Scientia, 2011

Eles foram encontrados em dois alinhamentos (Foto 1, Figura 7), sendo os três primeiros em um sentido SE/NW e aparentemente foram depositados em um mesmo evento em uma única vala. Os perfis demonstram que essa vala tinha dimensões pouco maiores que a própria largura da maior vasilha, mas tinha comprimento suficiente para que coubessem os três.

No segundo conjunto, onde se encontram os recipientes 4 e 5, não é possível afirmar que foram ali depositados ao mesmo tempo, porque há uma certa distância entre eles e, neste hiato espacial, não há nenhuma marca de transição que permita inferir uma continuação da mesma vala.

Além dos três vasilhames, fragmentos de outros recipientes menores associados a eles foram encontrados nas laterais da cova. Suas disposições sugerem que foram colocados intencionalmente. Foram recuperados, ainda, mais de 100 fragmentos de carvão, várias amostras de sedimento de locais específicos (perfil, manchas nos pisos dos níveis, deposição interna dos recipientes, refugo do material), e 159 peças líticas.



Mapa 3. Malha de sondagens, curvas de nível e intervenções nas três áreas do sítio AAP5
Fonte: Scientia, 2011

4 QUANTIFICAÇÃO LÍTICA E ANÁLISE CERÂMICA

As peças líticas estão dispersas de maneira bem mais regular que os fragmentos cerâmicos. Existem duas áreas de concentração na periferia do sítio, condição que pode estar associada à produção de ferramentas sobre matérias-primas que dispersam detritos sobre o piso. Isso explicaria sua localização em áreas menos residenciais. O material lítico identificado sugere uma indústria voltada para instrumentos expeditos. Duas possíveis causas para isso seriam que a matéria-prima de boa qualidade para lascamento era escassa na região e/ou que este simplesmente não era um local dedicado à produção ativa de ferramentas (Quadro 3).

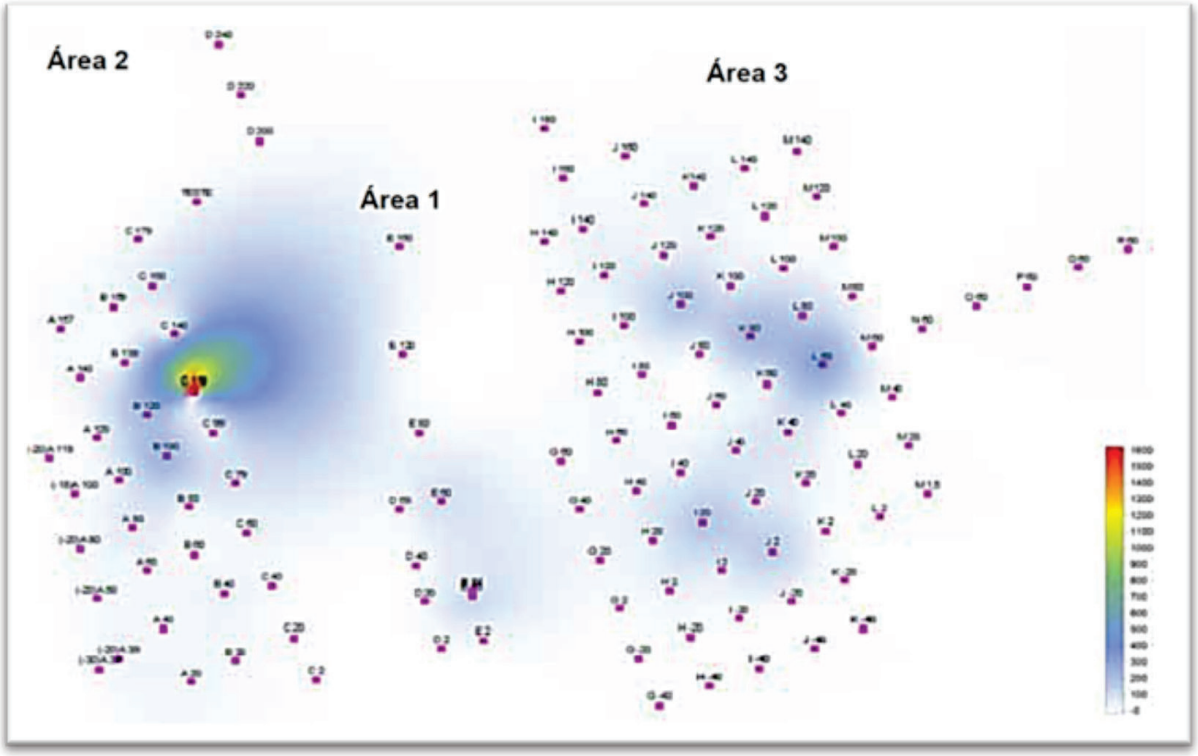


Figura 2 . Distribuição espacial dos fragmentos cerâmicos identificados em sondagens
Fonte: Scientia 2011

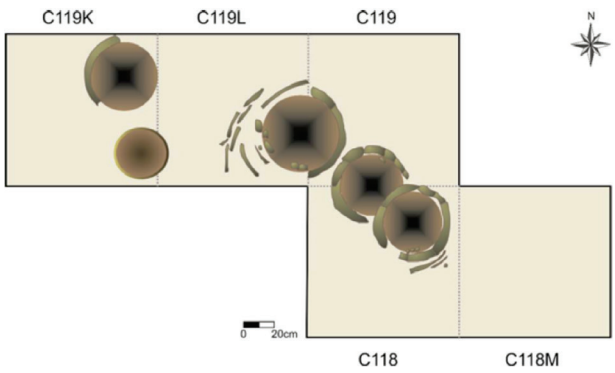


Figura 3. Estruturação dos recipientes e sua distribuição espacial



Foto 1. Os três recipientes do Conjunto 1 sendo evidenciados Fonte: Scientia 2011

Quadro 3. Coleção lítica identificada em cada sítio

Sítio	Quantidade Material Resgatado
AAP4	436
AAP5	163

As análises foram conduzidas de modo a possibilitar o reconhecimento das técnicas e/ou escolhas relacionada à produção da cerâmica oriunda dos sítios AAP4 e AAP5, bem como a variabilidade morfológica dos vasilhames. Para tal, uma análise amostral com o objetivo de contemplar ao menos 20% das peças exumadas foi proposta. Os critérios foram pensados buscando manter o controle estatístico, garantindo que todos os níveis, de todas as intervenções que apresentaram material cerâmico, fossem minimamente amostrados. Foi estabelecido que todas as peças diagnósticas (bordas e bases, elementos decorativos, modelagens etc.) seriam analisadas e, a fim de completar o mínimo de 20%, outras peças não diagnósticas seriam adicionadas.

A seleção foi pautada na busca pela variedade amostral dos fragmentos, para que a diversidade

da coleção fosse de fato contemplada. Considerando apenas as peças diagnósticas, as análises estariam sujeitas ao risco de submostrar os tipos não diagnósticos, os quais também fornecem informações valiosas acerca das escolhas técnicas promovidas pelos grupos humanos estudados.

Os procedimentos foram subdivididos em duas fases, sendo cada uma delas guiada por roteiros e fichas específicas. Em um primeiro momento, toda a amostra selecionada (diagnóstica e não diagnóstica) foi submetida a análise orientada pelo roteiro onde foram registradas as informações básicas (como número da peça, localização e nível) e verificados os seguintes atributos: categoria/classe; técnica de manufatura; antiplástico; espessura do antiplástico; queima; estado de conservação (face interna e face externa); tratamento de superfície (face interna e face externa); marcas e/ou sinais de uso (face interna e face externa); e espessura.

Posteriormente as peças diagnósticas foram submetidas a uma segunda etapa de análise, onde foram verificados os seguintes itens: espessamento da borda e morfologia do lábio (no caso dos fragmentos de borda); morfologia da base (no caso dos fragmentos de base); decoração plástica (face interna e face externa) e decoração pintada (face interna e face externa) (no caso das peças decoradas); e contorno, abertura e capacidade volumétrica dos vasilhames reconstituídos. De modo geral, os procedimentos adotados seguem essencialmente as referências utilizadas na grande maioria de análises cerâmicas realizadas no Brasil, baseadas, entre outros, nas obras de Rye (1981), Shepard (1985), La Salvia et al. (1989), Prous (1992) e Orton et al. (1997).

Como mencionado ao longo do texto, foram coletadas 3.554 peças cerâmicas no sítio AAP4. Entretanto, o preceito de triagem e de numeração foi definido em função das dimensões das peças, sendo numeradas somente aquelas maiores que 2 cm, resultando um total de 1.749 peças numeradas. Com base nos critérios apresentados anteriormente na metodologia de análise, dos 1.749 fragmentos numerados, 670 foram analisados, o que representa 38% do total, ultrapassando, portanto, a meta estabelecida (20% da coleção inventariada). A partir dos mesmos critérios, o universo amostral do sítio AAP5 foi de 495 exemplares.

4.1 ATRIBUTOS TECNOLÓGICOS DAS CERÂMICAS

A análise da espessura das peças de ambos os sítios mostrou que os fragmentos das coleções possuem maior frequência de espessura situada entre 0,5 e 1,1 centímetros e que, portanto, trata-se de indústrias com preferência por vasilhames de espessura fina a média. Entretanto, no AAP4, existem fragmentos com até 4,6 cm de espessura, indicando que havia recipientes maiores, mais comumente utilizados em processo de cocção ou possíveis assadores.

4.1.1 Manufatura

A respeito das técnicas de manufatura, enquanto apenas 2% das peças do sítio AAP5 puderam ser identificadas (acordelamento), no sítio AAP4 as técnicas são mais variadas, o que demonstra amplo domínio das técnicas ceramistas. Apesar de grande número de fragmentos sem marcas que possibilitem identificação da produção (75%), 23% do total apresentavam marcas de rolete, provenientes da técnica de acordelamento. Pode-se sugerir, portanto, que boa parte dessa indústria possuiria uma técnica de manufatura modelada.

4.1.2 Antiplástico

Na identificação dos antiplásticos utilizados não se observou uma preferência predominante por temperos exclusivamente minerais e/ou orgânicos em nenhum dos dois sítios. Mais de 80% das peças do AAP4 e 90% do AAP5 foram temperadas com mineral, cariapé B e carvão, o que mostra que o uso dos três tipos de antiplásticos juntos era muito comum. Contudo, duas situações devem ser ponderadas. A primeira é a extensiva presença de cariapé B que em combinações diferentes figura em mais de 95% da amostra analisada em ambas as coleções. A segunda é a presença de cauixi (2% do AAP4 e 1% do AAP5), que destoa completamente do padrão observado nas coleções, tanto pela própria ocorrência de cauixi quando pela não ocorrência de cariapé e/ou carvão nos exemplares nos quais o cauixi foi identificado.

4.1.3 Queima e tratamento de superfície

Em ambos os sítios houve o domínio das queimas de coloração preta e cinza, assim como as faixas, denotam processos lentos sob temperatura controlada. Em relação ao tratamento de superfície, observou-se que a principal ação de acabamento foi o alisamento, presente em quase 75% dos fragmentos no AAP4 e em aproximadamente 30% do AAP5 (neste sítio, os outros 70% não foram identificados em razão do estado de conservação dos fragmentos). O alisamento, em certa medida, é um tratamento bastante comum nas cerâmicas indígenas brasileiras. Trata-se de um procedimento quase padrão que, inclusive, precede a aplicação de outras técnicas. No AAP4 foram também identificados tratamentos com a existência de barbotina[1] (2,5% das peças), e a rara ocorrência de polimento e enegrecimento.

4.1.4 Categoria

Das 672 peças analisadas no AAP4, o maior número de peças identificáveis é proveniente de paredes dos vasilhames (447), podendo ser peças de bojos superiores, inferiores ou mesiais, mas as bordas (154) e bases (18) também estão bem representadas. No AAP5, dos 495 exemplares, 91% eram vestígios de paredes. O maior número de bordas identificadas no AAP4, diferentemente do AAP5, ofereceu maiores possibilidades de interpretação referente à morfologia das peças de sua coleção.

4.2 SOBRE AS PEÇAS DIAGNÓSTICAS

4.2.1 Morfologia

Em geral, pouco se pôde interpretar a partir da classe de fragmentos do AAP4, pois mais de 66% deles foram considerados indeterminados, e 22% eram paredes de recipientes. Ainda assim, houve 154 bordas e 18 bases que ajudaram a inferir a respeito da forma dos vasilhames. Verificou-se, por conseguinte, a existência de 14 grupos morfológicos. Em geral, não há predominância clara de cerâmicas restritivas ou irrestritas, havendo, ainda, grande diversidade de bordas (extrovertidas, diretas, contraídas, cambadas), com preponderância de contornos simples (ver Quadro 4).

Em contrapartida, a indústria do AAP5 apresentou apenas 7% de seus fragmentos classificados como borda, das quais apenas oito puderam ser projetadas. Por isso, os grupos apresentados refletem apenas estimativas das formas supostamente adotadas pela indústria ceramista. Pode-se ter noção de como é a indústria ceramista do AAP5 a partir do Quadro 5 e da Figura 8.

Com isso, aparentemente as coleções de ambos os sítios são similares, no sentido de possuírem um caráter mais funcional do que ritual, ainda que haja exemplares que sugerem uso simbólico. Contudo, é necessário relativizar, para não cair nos equívocos relacionados ao conflito funcionalidade x função, muito comuns às análises tipológicas. As marcas de uso, essenciais para definição de funções sociais da cerâmica, eram escassas, portanto, não há como determinar o uso dessas cerâmicas sem demais estudos laboratoriais

4.2.2 Decoração

A decoração plástica identificada na indústria do sítio AAP4 está presente em apenas 79 dos 670 fragmentos. As incisões simples, os entalhados e os corrugados, são os tratamentos mais comuns. Porém, também estão presentes, em menor escala, outros 17 tipos de decoração, dentre os quais estão os ungulados, roletados, escovados, digitados e digitungulados. A decoração pintada mostrou-se mais frequente que os motivos plásticos, totalizando 222 fragmentos cerâmicos, com destaque para as pinturas em tons vermelhos e alaranjados, com grande presença de engobos (Figuras 6 e 7). Não foram observadas tendências maiores para decorações nas faces internas ou externas das peças.

No sítio AAP5 a decoração plástica é quase inexistente, contando com apenas dois exemplares com incisões. Apesar de a decoração pintada também ser escassa (40 exemplares), ocorrem motivos geométricos policrômicos, com maior destaque para os tons avermelhados. Esses motivos estão bem representados nas peças remontadas em laboratório, que podem ter sido utilizadas em contexto funerário/cerimonial.

1 Aplicação de fina cama de argila sobre a superfície das peças

Quadro 4 - Formas sugeridas para o sítio para o sítio AAP4

Grupo	Tipo/Formato	Qtd	Diâmetro de Boca (cm)	Contorno	Base	Borda
1	Bacia	6	14 a 38	Meia-Calota	Arredondada a Plana	Extrovertida
2	Cuia	8	12 a 36	Elipsoide	Arredondada	Cambada ou Contraída
3	Vasilha	6	14 a 34	Cônico / Em "V"	Plana	Extrovertida
4	Vasilha	11	19 a 38	Complexo / Independente	Arredondada	Direta
5	Alguidar	10	13 a 36	Complexo / Independente	Plana	Direta
6	Vasilha	4	8 a 26	Elipsoide	Plana	Direta
7	Alguidar	8	19 a 54	Infletido	Arredondada	Extrovertida
8	Vasilha	6	13 a 46	Elipsoide	Arredondada	Contraída Internamente
9	Panela	2	40 a 42	Semicônico	Arredondada	Direta
10	Vasilha	6	20 a 50	Complexo / Independente	Arredondada	Cambada ou Contraída
11	Vasilha	6	22 a 34	Complexo / Independente	Arredondada	Contraída Cambada ou Contraída
12	Alguidar	2	58 a 60	Cônico	Cônica	Contraída
13	Panela	2	27 a 41	Elipsoide	Plana	Direta Reforçada
14	Variados	3	40 a 58	Variado	Variada	Variada

Quadro 5 - Formas sugeridas para o sítio do sítio AAP5

Grupo	Tipo/ Formato	Qtd	Diâmetro de Boca (cm)	Contorno	Base	Borda
1	Vasilha	1	28	Meia-Calota	Arredondada	Contraída
2	Vasilha	1	24	Complexo / Independente	Plana	Extrovertida
3	Cuia	3	8 a 34	Elipsoide	Arredondada	Direta
4	Vasilha	2	21 a 36	Complexo / Independente	Plana	Extrovertida
5	Vasilha	2	15 a 35	Complexo / Independente	Plana	Extrovertida

Os vasilhames remontados foram identificados com nomes próprios ainda em campo. Neles, destacam-se as pinturas em linhas paralelas e os contornos independentes e meia calota. A seguir, como exemplo, o recipiente "Maria Cecília" que tem contorno restritivo independente, tal como outros vasilhames remontados Figuras 8 e 9). As morfologias projetadas também oferecem dados que sugerem um alto índice de recipientes com o mesmo contorno, levando a crer que a indústria ceramista do grupo humano que aqui viveu era bem similar ao vasilhame a seguir.

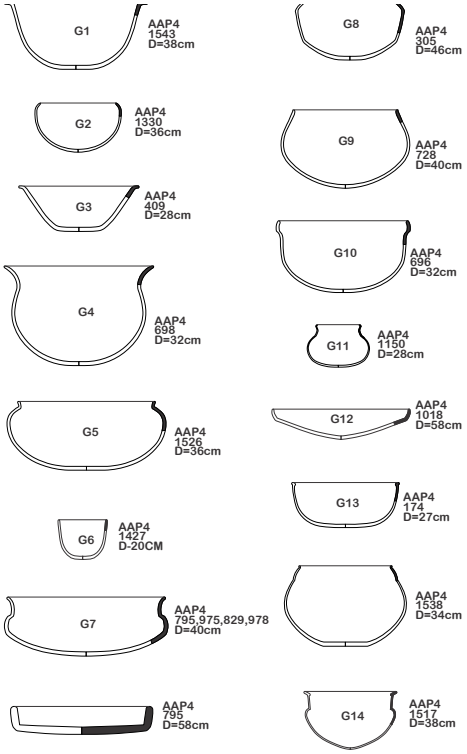


Figura 4. Formas do sítio AAP4[2]

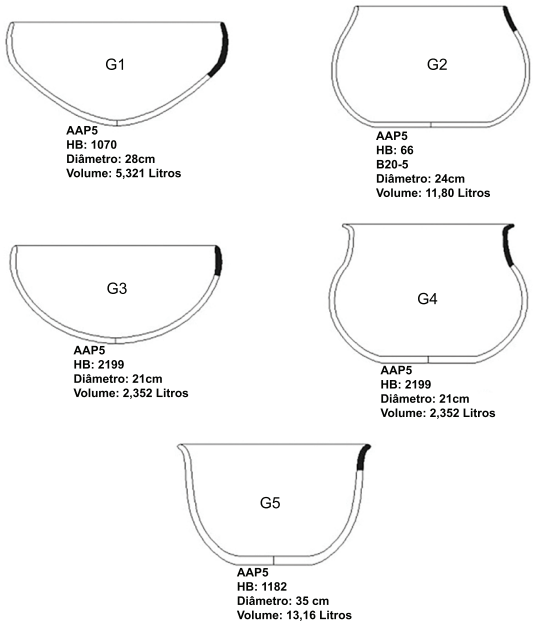


Figura 5. Formas do sítio AAP5



Figura 6. Exemplo de decorações incisas na coleção do AAP4

2 Ilustração a título de comparação das morfologias, pois as imagens estão fora de escala.

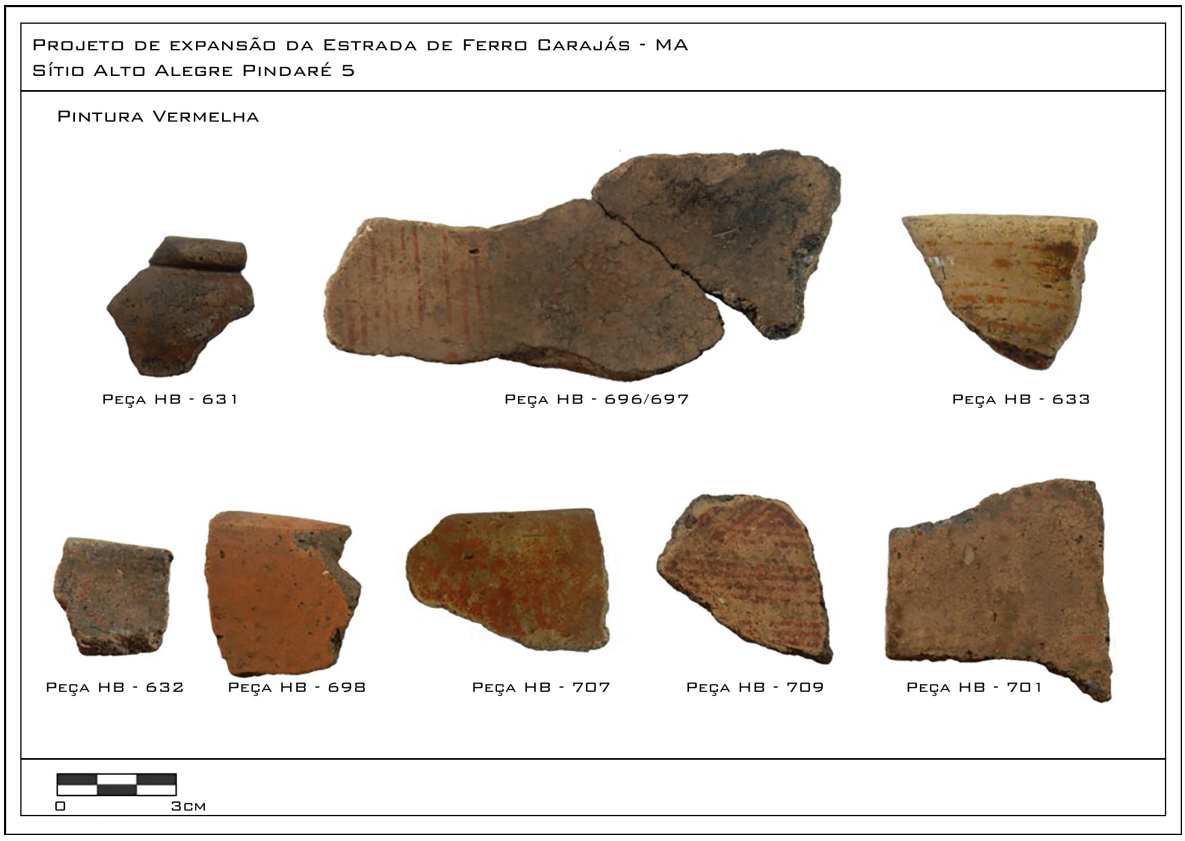


Figura 7. Exemplo de decoração pintada na coleção do sítio AAP5

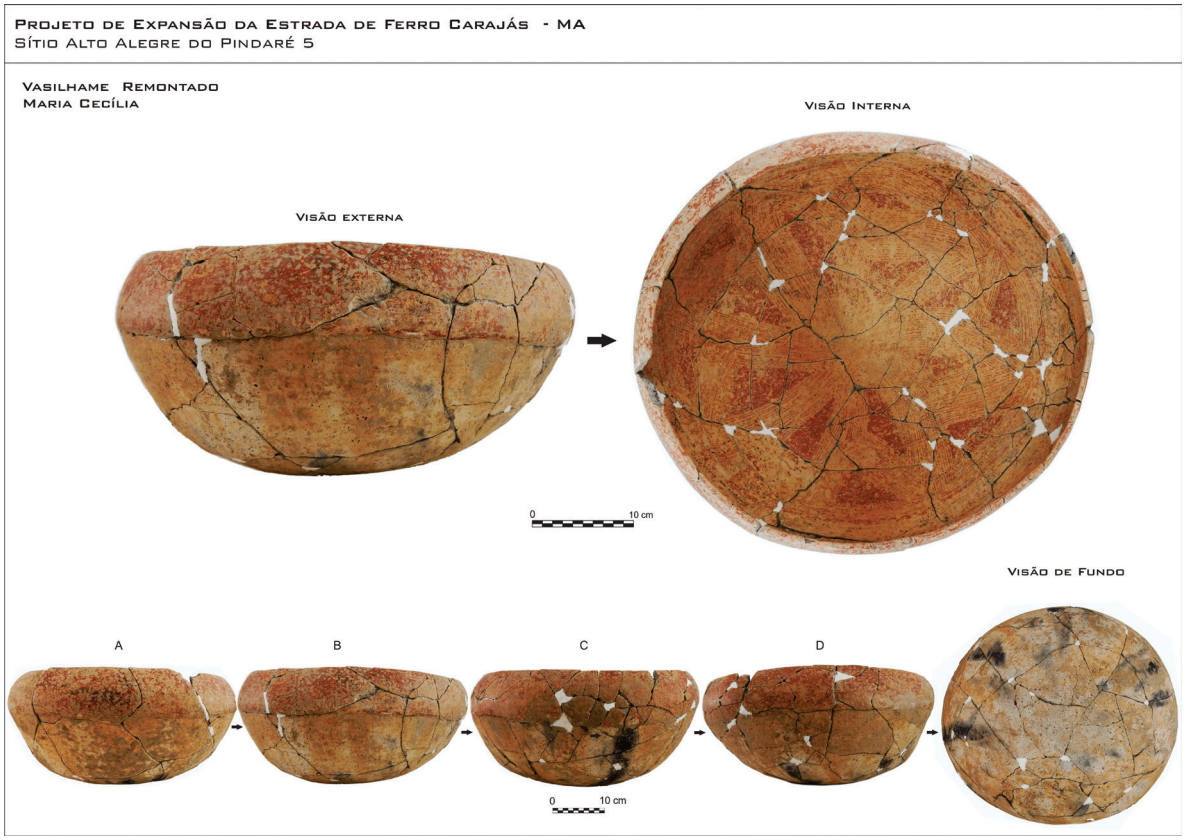


Figura 8. Recipiente "Maria Cecília" remontado quase por completo

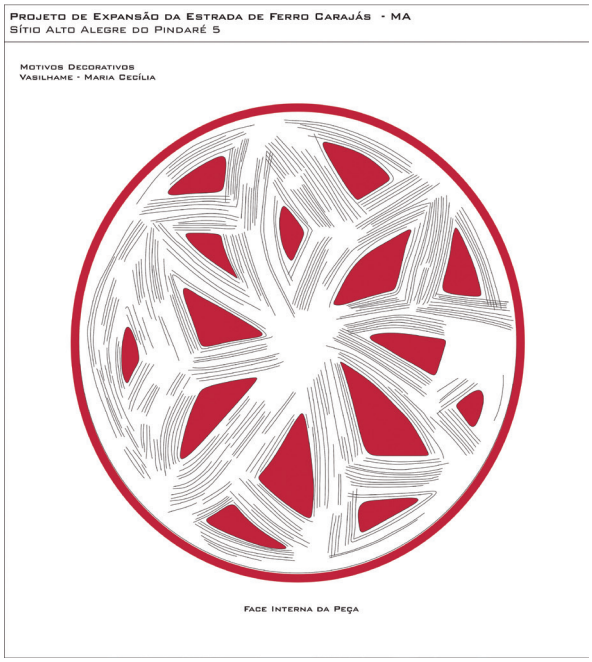


Figura 9. Motivos complexos pintados na face interna do vasilhame Maria Cecília

As três urnas pertencentes ao Conjunto 1 possuíam formas e dimensões parecidas entre si, e o seu acabamento de superfície (aplicação de pintura) poderia remeter a grupos Tupi-Guarani. Entretanto, a inexistência de vestígios ósseos em seus interiores e da falta de tampas para os vasilhames não permite inferir que se trata de urnas funerárias. Uma possibilidade levantada é que as tampas podem ter sido produzidas a partir de material orgânico (cestaria) que teriam perecido. Uma interpretação alternativa seria a utilização desses recipientes para outro fim, como a fermentação de bebidas.

5 CRONOLOGIA

Para a datação das camadas arqueológicas do sítio AAP4 foram selecionadas aquelas amostras coletadas nas duas áreas de maior concentração de material arqueológico: sondagem F200 e Setor X. Os resultados corroboram com tal conjectura já que o Setor X apresentou intervalo temporal mais antigo (abrangência de 2110 a 1600 +/- 30 BP) que a porção F200 (1090 a 650 +/- 30 BP). A relação direta entre ambos os núcleos não foi confirmada

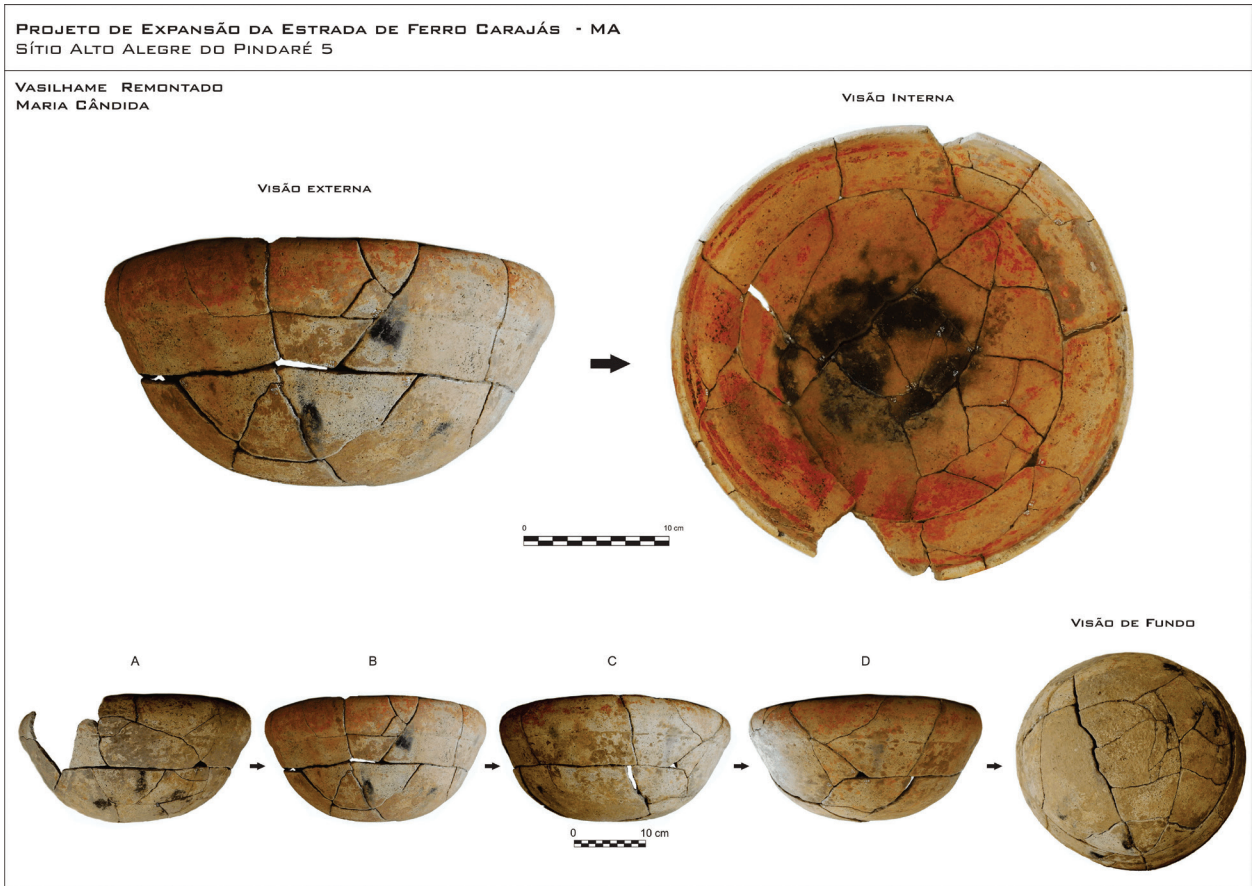


Figura 10. Motivos complexos pintados na face interna do vasilhame Maria Cândida

Quadro 6 - Datações das amostras obtidas no sítio AAP4

Quadra	Nível	Ano Resgate	Material	Método	Data Convencional	Data Calibrada
F200	30-40	2011	Carvão	C14	650+/- 30 BP	Cal AD 1300 to 1405 (Cal BP 650 to 545)
F200	40-50	2011	Carvão	C14	1090+/- 30 BP	Cal AD 970 to 1030 (Cal BP 980 to 920)
Setor X T15	30-40	2011			1600 +/- 30 BP	Cal AD 420 to 580 (Cal BP 1530 to 1370)
Setor X T15	40-50	2011			2110 +/- 30 BP	Cal BC 195 to 180 (Cal BP 2145 to 2130) and Cal BC 150 to 45 (Cal BP 2100 to 1995) and Cal BC 5 to AD 15 (Cal BP 1955 to 1935)

Quadro 7 - Datações das amostras obtidas no sítio AAP5

Quadra	Nível	Ano Resgate	Material	Método	Data Convencional	Data Calibrada
-0,5 L60	50-60	2011			5070 +/- 30 BP	Cal BC 3945 to 3710 (Cal BP 5895 to 5660)
-0,5 L60	30-40	2011			1510 +/- 30 BP	Cal AD 545 tp 645 (Cal BP 1405 to 1305)
C79	30-40	2010	Carvão	C14	5040 +/- 30 BP	Cal BC 3930 to 3875 (Cal BP 5880 to 5825) and Cal BC 3806 to 3705 (Cal BP 5755 to 5655)
C79	60-70	2010	Carvão	C14	4910 +/- 30 BP	Cal BC 3700 to 3635 (Cal BP 5650 to 5585)

pelos dados obtidos até o momento, e surge como um campo a ser explorado em futuras pesquisas, já que a relação diacrônica entre eles é possível.

As datações do sítio AAP5 apresentaram as datas radiocarbônicas mais antigas para sítios ceramistas do sudeste amazônico. As três datações de ca. 5.000 anos BP são sucedidas por um hiato de quase 2500 anos, não identificado na estratigrafia, antes da continuação da sequência cronológica, a partir de ca. 1500 BP. Calibradas, as datações mais antigas atingem quase 6.000 anos BP.

Parece haver um problema de ordem estratigráfica, uma vez que há uma incoerência de idades entre os níveis. O nível mais raso da quadra L60 (30-40 cm) apresentou data de 1510 +/- 30BP, enquanto que em outro ponto do sítio a mesma profundidade mostrou uma data de 5040 +/- 30 BP. Contudo, já que os níveis mais profundos apresentaram datas bem próximas a esta, assume-se que a idade mais recuada seja também a mais confiável, colocando a ocupação inicial do sítio em torno dos 5000 BP. Esse contexto sugere que o problema estratigráfico seja resultado das inúmeras perturbações antrópicas já relatadas ao longo do texto, o que explicaria essa idade contraditória.

6 INTERPRETANDO A CERÂMICA PINDARÉ

O primeiro exercício a ser realizado é uma comparação entre os sítios. Os sítios AAP4 e AAP5 possuem uma tecnologia cerâmica bastante semelhante. Possuem paredes finas, que raramente ultrapassam 1cm. O antiplástico também é o mesmo, com uma predominância de uma combinação de mineral, cariapé e carvão. É possível que em ambos os casos essas indústrias possuam muitos vasos modelados, ainda que o acordelamento possua significativa presença no sítio AAP4, talvez denotando uma mudança

temporal.

A maior variabilidade de formas pode significar também uma complexificação de uma mesma indústria cerâmica ao longo do tempo, mas pode também representar uma questão de amostragem uma vez que houve poucos fragmentos do sítio AAP5 que renderam reconstituições. O sítio AAP4 possui também uma maior diversidade de tratamentos plásticos, com a presença de fragmentos incisos, corrugados, digitungulados. No campo dos tratamentos de superfície, a maior semelhança entre ambos parece ser na utilização de pigmentos, especialmente os de tonalidade vermelha. Tais semelhanças, muito maiores que as diferenças, assim como uma concomitância na cronologia por volta de 1500 BP permite inferir-se que se trata de uma mesma indústria cerâmica, que vamos denominar aqui de conjunto estilístico Pindaré.

O segundo exercício é tentar relacionar o conjunto Pindaré com as Tradições conhecidas para a região (Figura 11). Almeida (2008), ao analisar um conjunto de sítios Tupi-Guarani da bacia do rio Tocantins, os descreveu como possuidores de uma indústria cerâmica acordelada, com presença predominantemente de mineral como antiplástico, paredes geralmente inferiores a 1cm, presença de bordas extrovertidas com ponto angular, cambadas e vazadas, com morfologias compostas e complexas, e rica presença de decorações plásticas (e.g. corrugados, incisos, ungulados, digitados) e policrômicas.

A cronologia apresentada indicava a presença consistente de datas para sítios Tupi-Guarani a partir do início da era cristã. Ao discutir a cronologia, foram descartadas duas datações de aproximadamente 5.000 anos identificadas no sítio Cavalo Branco, pois "trata-se de uma incongruência em relação a uma cronologia de um grupo Tupi" (Almeida, 2008: 73), e por aparentes problemas de bioturbação. Um outro sítio Tupi-Guarani, Bela Vista, também apresentou datação dissonante do restante da cronologia: 2430+-20 BP (Almeida, 2008). O surgimento de datações mais antigas para os sítios Tupi-Guarani do sudeste amazônico, ao redor das identificadas para o sítio Bela Vista seria de vital importância para fortalecer a hipótese linguística (Melo & Kneip, 2006; McMichael et al., 2015) e arqueológica (Almeida, 2008; Almeida, 2013; Almeida e Neves, 2015; Correa, 2014) de que o sudeste da Amazônia é o centro de dispersão desses grupos (Quadro 9).

A cerâmica Tupi-Guarani do sudeste da Amazônia foi definida por meio de uma comparação com a cerâmica Tupinambá do litoral e Guarani do sul (Almeida, 2008; Almeida & Neves, 2015), como também por através das diferenças entre essas cerâmicas e outras indústrias não-Tupi-Guarani da bacia do Tocantins (interior maranhense). Trata-se dos sítios Frade e Belo Horizonte (Figura 12), que possuíam uma mesma indústria cerâmica (Almeida, 2010; Scientia, 2008), denominada aqui conjunto estilístico Frade. Até o momento esse conjunto possui uma única datação



Figura 11. Sítios do baixo Tocantins utilizados na comparação com os sítios AAP4 e AAP5

aceita de 1050+-50 BP (Sítio Frade). Entretanto, duas outras datações com mais de 5.000 anos obtidas para o sítio Belo Horizonte haviam sido inicialmente descartadas, entre outros, devido a uma inversão estratigráfica (Scientia, 2008, Quadro 10). As datações do sítio AAP5 tornam necessário

Quadro 9 - Datações para sítios Tupi-Guarani na Amazônia Oriental (Almeida e Neves, 2015)

Sítios	Datação BP	Hidrografia	Fonte
Myrina	150+-30	Xingu	Silva
Typitiuu	210+-30	Xingu	Silva
NI2.1	310+-40	Tocantins	Almeida 2008
PA-AT-04	400+-70	Tocantins	Simões e Araújo Costa 1987
PA-AT-21	440+-55	Itacaiúnas	Simões 1986
PA-AL-39.5	510+-70	Xingu	Perota
PA-AT-18	530+-55	Itacaiúnas	Simões 1986
PA-AL-39.3	575+-70	Xingu	Perota
CB.3	680+-50	Tocantins	Almeida 2008
PA-BI-2.2	625+-60	Xingu	Perota
GRA	630+-80	Grajaú	Almeida 2008
PA-BI-2.1	645+-60	Xingu	Perota
PA-AL-31	690+-90	Xingu	Perota
CB.2	720+-50	Tocantins	Almeida 2008
OP3.1	750+-40	Itacaiúnas	Garcia, 2012
PA-AT-22	780+-60	Itacaiúnas	Simões 1986
CB.5	800+-60	Tocantins	Almeida 2008
PA-AT-23	925+-55	Itacaiúnas	Simões 1986
PA-BA-11	950+-70	Tocantins	Simões e Araújo Costa 1987
OP3.2	910+-40	Itacaiúnas	Garcia, 2012
Ivytirapitera	1000+-30	Xingu	Silva
OP3.3	1170+-40	Itacaiúnas	Garcia, 2012
NI2.2	1280+-40	Tocantins	Almeida 2008
CB.4	1300+-40	Tocantins	Almeida 2008
PA-AT-19	1560+-85	Itacaiúnas	Simões 1986
PA-AT-22	1670+-80	Itacaiúnas	Simões 1986
Bela Vista	2430+-20	Tocantins	Almeida 2008
Cavalo Branco	4730+-70	Tocantins	Almeida 2008
Cavalo Branco	5090+-60	Tocantins	Almeida 2008

voltarmos nossa atenção a essas datações.

A primeira diferença entre a indústria Frade e a Tradição Tupi-Guarani foi a escolha pela utilização de antiplástico de cariapé na primeira frente à predominância de mineral na segunda. Apesar de ambas as indústrias (TG e Frade) possuírem técnicas de manufatura acordelada, e paredes geralmente finas (menores que 1cm), as formas do conjunto Frade geralmente possuíam a quantidade de ângulos existentes na Tradição Tupi-Guarani, e não possuíam as bordas vazadas e cambadas dos Tupi. Foi identificada a presença de engobo vermelho no conjunto Frade e raros fragmentos com ungulado ou inciso. Algumas formas (sítio Belo Horizonte) tiveram seus volumes calculados em mais de 100 litros, maiores que dos sítios Tupi-Guarani. Por fim, uma diferença entre o conjunto Frade e os sítios da Tradição Tupi-Guarani do baixo Tocantins era que enquanto os mapas de concentração cerâmica dos sítios Tupi-Guarani geralmente mostravam uma dispersão aleatória, os sítios do conjunto Frade pareciam indicar um padrão circular, com uma área com baixa densidade de material no centro.

Se voltarmos os olhos para os sítios AAP4 e AAP5 (conjunto Pindaré) veremos que existem semelhanças com todos esses conjuntos: conjunto Frade, Tradição Tupi-Guarani e com o sítio Bela Vista, a priori classificado como Tupi-Guarani, mas com a datação que o isola. Aparentemente, as maiores semelhanças entre os sítios AAP4 e AAP5 ocorrem com o conjunto Frade: predominância de Cariapé como antiplástico, formas com rara presença de ângulos e com baixa variabilidade e quantidade de tratamentos de superfície plásticos e pintados. Além disso, um olhar cuidadoso ao padrão de dispersão dos fragmentos cerâmicos nos sítios AAP4 e AAP5 sugere que talvez estes também possuíssem uma organização circular, com uma área de baixa densidade de material ao centro (Figura 12). Conforme visto, esta é uma das características dos sítios do conjunto Frade. Por fim, se reavivadas as problemáticas datações de 5.000 anos BP do sítio Belo Horizonte, essas indústrias se aproximam mais ainda.

O conjunto Pindaré possui também claras semelhanças com a Tradição Tupi-Guarani, especialmente no campo dos tratamentos de superfície, com presença de incisos, corrugados e especialmente dos tratamentos com pigmentos. Não é só o tipo de tratamento que é semelhante como também, no caso dos vasilhames Maria Cecília e Maria Cândida, a forma com que o tratamento pintado é aplicado no interior do vaso. Trata-se de uma forma de tratamento muito semelhante à identificada no sítio Cavalo Branco, localizado na bacia do rio Tocantins (Almeida, 2008; 2016, Figura 13).

Os sítios AAP4 e AAP5 possuem também uma forma muito semelhante à do citado sítio Bela Vista. Essa semelhança é significativa por se tratar de uma forma bastante peculiar que combina uma borda extrovertida e um ângulo que marca um bojo inferior bastante pronunciado (Figura 19).

Se olharmos para a cronologia do conjunto Pindaré veremos que somente as datações mais recentes, ca. 1.500 BP, são próximas das datas da Tradição Tupi-Guarani e do conjunto Frade. Isso, se não seguirmos a sugestão de Correa (2014) e passarmos a levar em consideração datações outrora descartadas, como as datações de ca. 5.000 BP do sítio Cavalo Branco. Caso não levemos em conta essas datações antigas do Cavalo Branco o Conjunto Pindaré parece muito mais próximo da Tradição Inciso-Modelada descrita no capítulo 7 desse livro. Essas duas indústrias, Inciso-Modelada e Pindaré, possuiriam em comum também a predominância de técnica de manufatura modelada, técnica essa que nos dois casos precisaria ser confirmada a partir de análises de raio-X das cerâmicas. Entretanto, as cerâmicas da Tradição Inciso Modelada não parecem vinculadas a sítios anelares, e possuem um conjunto de tratamentos plásticos muito particular, com a

Quadro 10 - Datações das amostras obtidas no sítio Belo Horizonte (Fonte: Scientia, 2008)

Quadra	Nível	Data Convencional	Data Calibrada	Fonte
9E	25-30	5795+-135 BP	Cal BC 4911 a BC 4342	Scientia, 2008
9E	75-80	5455+-145 BP	Cal BC 4554 a BC 3943	Scientia, 2008

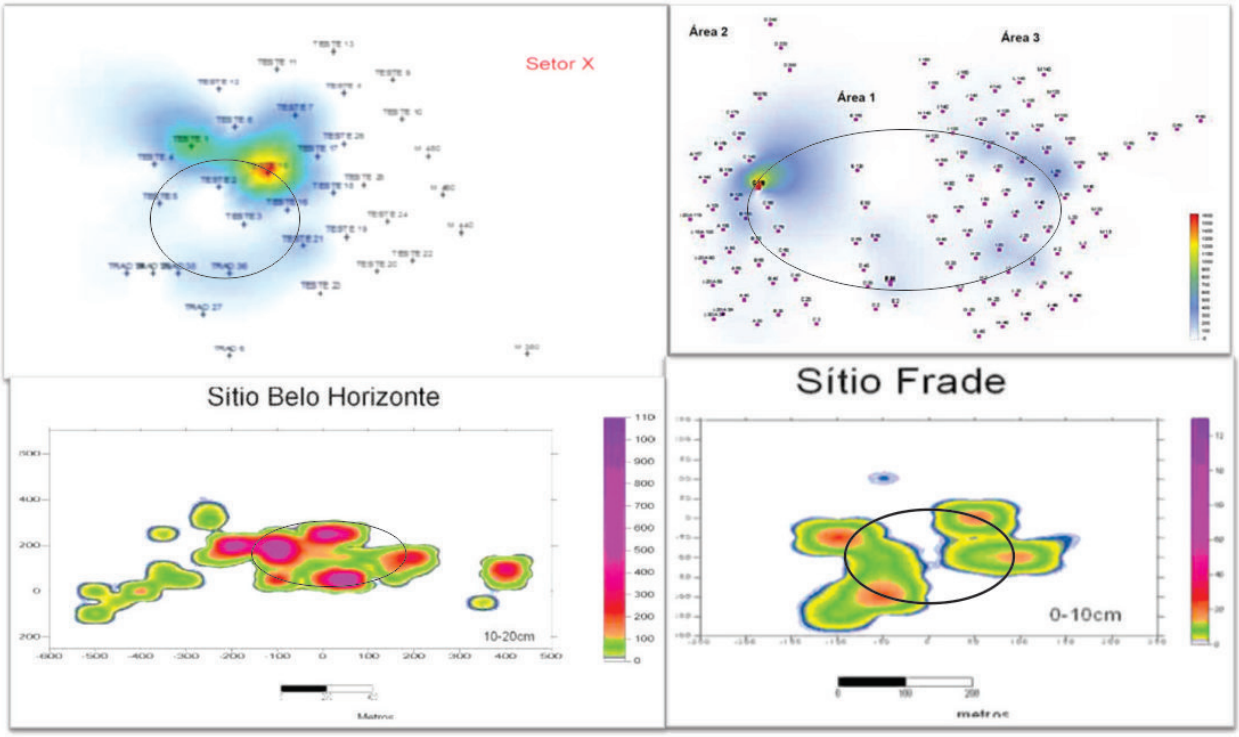


Figura 12. Possíveis padrões circulares ou semi-circulares que assemelham o conjunto Pindaré do conjunto Frade

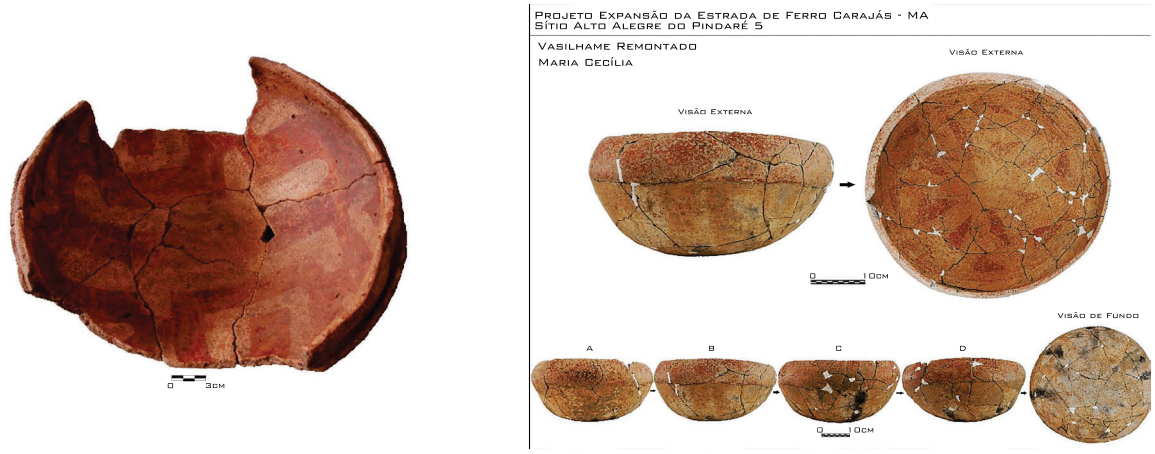


Figura 13. Motivos pintados por toda a superfície interna de vasos com a boca fechada do sítio Cavalo Branco e AAP5

ampla presença de incisões e apliques modelados zoomorfos.

7 CONCLUSÕES

A comparação entre as cerâmicas dos sítios AAP4 e AAP5 indica haver muito mais semelhanças do que diferenças entre eles, o que permite agrupá-los. As comparações com os demais conjuntos cerâmicos encontrados nas proximidades dos sítios AAP4 e AAP5 demonstram que esse conjunto possui algumas semelhanças com outras indústrias encontradas nessa região, ao mesmo tempo em que possui diferenças com todas elas. Fato que permite denominá-las como um agrupamento separado, o conjunto Pindaré.

O sítio AAP5, possui as datações radiométricas mais antigas para grupos ceramistas do Estado do Maranhão e a datação mais antiga da Amazônia para um grupo não-sambaquieiro. A presença

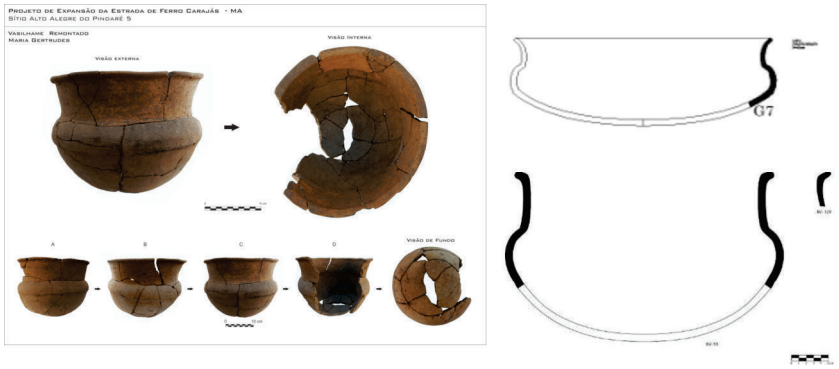


Figura 14. Formas análogas encontradas no sítio AAP5 (esquerda) AAP4 (direita superior) e o sítio Bela Vista (direita inferior)

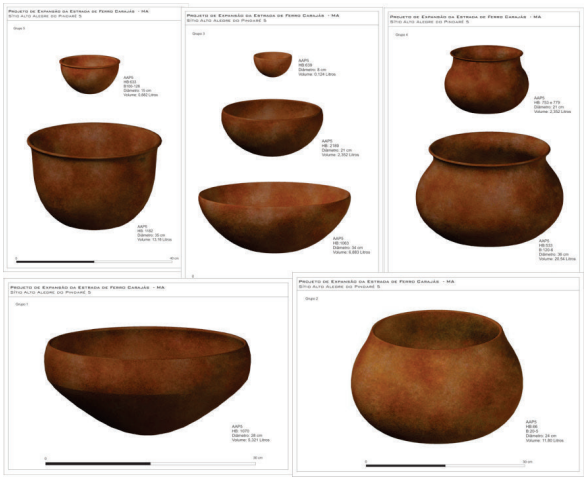


Figura 15. Reconstituições do Sítio AAP5

de três datações muito próximas a ca. 5.000 BP e que, calibradas, podem chegar a 6.000 anos BP, é uma forte evidência de que essa cronologia é consistente. A existência de duas datações do sítio Belo Horizonte, pode significar uma cronologia ainda mais antiga, com uma calibragem que chega próxima a 7.000 anos BP. Não se pode esquecer, entretanto, que essas datações do sítio Belo Horizonte são problemáticas e devem ser lidadas com ressalva.

Sabe-se também que há um hiato entre 5.000 BP e 2.000 BP para a cronologia dos sítios AAP4 e AAP5, e que esse hiato não foi identificado na forma de uma interrupção no pacote arqueológico. Uma outra hipótese é que, se confirmado que o sítio AAP5 (assim como o sítio Belo horizonte e suas datações antigas) é de fato um sítio circular, teríamos as primeiras evidências para esse tipo de assentamento nas terras baixas sul-americanas. Assentamentos estes que ficariam consagrados na etnografia brasileira com os grupos Jê (Ladeira, 1983; Levi-Strauss, 1976 [1955]; Novaes, 1983) e Aruaque (Hekenberger, 2001; Hekenberger, 2005; Sá, 1983).

Cabem ainda algumas reflexões que podem guiar o prosseguimento das pesquisas na região:

- a sequência de datações de ca. de 5.000 BP para o sítio AAP5 torna mais consistente a sugestão de Correa (2014) de que as datações para contextos cerâmicos do baixo Tocantins que possuíam essa cronologia não deveriam ser descartadas. Entretanto, falta ainda para o sudeste amazônico um sítio em que esse contexto cronológico antigo seja acompanhado por um pacote arqueológico bem definido para essas cerâmicas antigas;

- seguindo o ponto anterior, não se pode descartar a possibilidade da cerâmica mais antiga do conjunto Pindaré representar uma indústria incipiente da Tradição Tupi-Guarani. Entretanto, o hiato na cronologia e a inconsistência dessa hipótese frente aos dados linguísticos ainda torna essa hipótese improvável;

- por outro lado, não se pode descartar a possibilidade de que as estruturas cerâmicas (urnas) identificadas no sítio AAP5, os elementos que mais aproximam o conjunto Pindaré à Tradição Tupi-Guarani, sejam fruto de reocupações posteriores (para fins rituais?) por parte dos grupos Tupi-Guarani na área dos sítios. Dúvida que pode ser sanada por meio da datação direta das cerâmicas dessas estruturas;

- se, de acordo com a sugestão anterior,

as vasilhas e fragmentos policrômicos são provenientes de reocupações dos sítios por parte de grupos Tupi-Guarani, pode significar que o conjunto Pindaré está diretamente relacionado com o conjunto Frade, mais recente e que as datações de 5.000 anos do sítio Belo Horizonte, outrora descartadas, estão corretas. Tanto na sugestão que vincula o conjunto Pindaré à cerâmica Tupi-Guarani quanto nesta faltam datações no espaço entre 4500 e 2000 BP para fornecer uma ligação entre o conjunto antigo e o recente. Essa sequência longa e sem hiatos até o momento é identificada apenas na cerâmica Incisa-Modelada apresentada no próximo capítulo.

- o que parece mais provável, nesse momento das pesquisas arqueológicas, é que temos uma indústria cerâmica muito antiga, o Conjunto Pindaré, que parece ter fornecido uma série de elementos que posteriormente – depois do início da era cristã - seriam incorporados por grupos mais recentes, como os Tupi-Guarani e os portadores de cerâmica do conjunto Frade. Estes elementos variariam desde elementos tecnológicos, como pinturas policrômicas, posteriormente adotadas por grupos Tupi-Guarani, e antiplásticos, como o uso de cariapé adotado por grupos produtores da cerâmica Frade, assim como o padrão circular, adotado por esses últimos e etnograficamente observado nos grupos Timbira que até o presente vivem na região.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Habilis Consultoria Científica, pelo convite para participar deste trabalho. Minha gratidão por poder trocar informações com os outros autores e, agora, com os leitores deste livro. Reconheço também o apoio do Me. Wesley Charles de Oliveira em todos os âmbitos possíveis para a elaboração desta pesquisa. Agradeço ao colega Me. André Heron Carvalho dos Reis, pelas sugestões. Em especial, reconheço a imensa importância da participação do Dr. Fernando Ozorio de Almeida que enriqueceu sobremaneira este trabalho.

Roberto Ávila

8 REFERÊNCIAS

Abbeville, C. História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e circunvizinhanças. São Paulo: Siciliano, 2002.

Ab'Saber, A.N. Contribuição à geomorfologia do estado do Maranhão. Notícia Geomorfológica, v. 3, n. 5, p. 35-45. São Paulo, 1960.

Almeida, F.O. de. O Complexo tupi da Amazônia Oriental. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

Almeida, F.O. de. Escrevendo um Capítulo da história cultural Tupinamá através da variabilidade cerâmica. Bolem Técnico da Fundação Casa da Cultura de Marabá, 5: 41-55. 2010.

Almeida, F.O. de. A Tradição Polícroma no Alto Rio Madeira. Tese de Doutorado. São Paulo: MAE-USP, 2013.

Almeida, F.O. de. Arqueologia dos Tupi-Guarani no Baixo Amazonas. In: Barreto, C., Lima, H., Betancourt, C. (Org.). Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Belém: Iphan/Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 1, p. 171-182. 2016.

Almeida, F.O. de; Neves, E.G. Evidências Arqueológicas para a Origem dos Tupi-Guarani no Leste da Amazônia. Mana. v. 21, n. 3, p. 499-525, Dec. Rio de Janeiro, 2015.

Bandeira, A.M.A. Produção de conhecimento em Arqueologia: hipóteses sobre o povoamento pré-colonial na Ilha de São Luiz a partir das campanhas arqueológicas de Mário Ferreira Simões, Revista Outros Tempos, 3 (3): 18-36, 2006.

Bandeira, A.M.A. Os Pioneiros e seu Legado na Arqueologia do Maranhão. Cadernos do LEPAARQ, X (19): 18-36, 2013.

Bandeira, A.M.A. Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luis - MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Bandeira, A.M.A. Os sambaquis na Ilha de São Luís – MA: processo de formação, cultura material cerâmica e cronologia. Revista Memorare, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 315-360, maio 2018.

Bettendorf, J.F. Crônica da missão dos padres missionários da Companhia de Jesus em o Estado do Maranhão (1699). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1910.

Butzer, K.W. Archaeology as Human Ecology: Method and Theory for a Contextual Approach Cambridge Univ Press, Cambridge, UK, 1982.

Caldarelli, S.B. A arqueologia do interior maranhense no traçado de duas linhas de transmissão. In: Arkley Marques Bandeira e Rafael Alcantara Brandi. (Org.). Nova luz sobre a arqueologia do Maranhão. 1ed. São Luís: Brandi & Bandeira Consultoria Cultural, v. 1, p. 150-184, 2014.

Caldarelli, S.; Arnt, F. Arqueologia do Interior Maranhense Interceptada por uma Ferrovia. In: BANDEIRA & BRANDI. Nova Luz sobre a Arqueologia do Maranhão, 2014.

Corrêa, A.A. Pindorama de Mboîa e Îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi. Tese de Doutorado. São Paulo: MAE-USP, 2014.

D'Évreux, Y. de. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002.

Ferreira, A.J. de A. Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense. 2008. 269 f. Tese defendida no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

Ferreira, M.R. As bandeiras do Paraupava. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1997.

Heckenberger, M.J. Estrutura, História e Transformação: a cultura xinguano na long duree. In: Franchetto, B.; Heckenberger, M. J. (Ed.). Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. pp. 21-62.

Heckenberger, M.J. The Ecology of Power: culture, place, and personhood in the southern Amazon, A.D. 1000-2000. New York: Routledge, 2005.

Ladeira, M.E. Uma Aldeia Timbira. In: Novaes, S.C. (Org.). Habitações Indígenas. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1983.

La Salvia, F.; Brochado, J.P.; Naue, G. Programa para o salvamento do patrimônio histórico-cultural. Rio Uruguai. Área de Machadinho. Projeto Arqueológico Uruguai. Convênio ELETROSUL-CEPA/PUCRS, Porto Alegre, 1989. pp. 774- 1190.

Lathrap, D.W. The Upper Amazon. London: Thames and Hudson, 1970.

Levi-Strauss, C. Tristes Tropiques. [1955]. Great Britain: Penguin Books, 1976.

Mello, A.A.S.; Kneip, A. Evidências Lingüísticas que apontam para a Origem dos Povos Tupi-Guarani no Leste Amazônico. Estudo apresentado no 52nd International Congress of Americanists. Sevilha, 2006.

Melo, M.L. de (Coord.). O Meio Norte. Recife: SUDENE, 1983. (Série Estudos Regionais 9).

McMichael, C.; Piperno, D.; Neves, E.; Bush, M.; Almeida, F.; Mongeló, G.; Eyjolfsdottir, M. Phytolith Assemblages along a Gradient of Ancient Human Disturbance in Western Amazonia. Frontiers in Ecological Evolution, 3: 1-15. 2015.

Moraes, C.P.; Neves, E.G. Adensamento Populacional, Interação e Conflito na Amazônia Central. Amazônica - Revista de Antropologia, 4:122-148. 2012.

Neves, W.A. et al. Origem e dispersão dos Tupiguarani: o que diz a morfologia craniana?. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum, v. 6, n. 1, p. 95-122, Apr. Belém, 2011.

L a Salvia, C. Mapa Etnohistórico do Brasil e Regiões Adjacentes (1944). Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

Noelli, F.S. The Tupi expansion. In: Silverman, H.; Isbell, W. (Eds.). Handbook of South American Archaeology. New York: Springer, 2008b. p. 659-670

Novaes, S. C. As Casas na Organização Social do Espaço Bororo. In: Novaes, S.C. (Ed.). Habitações Indígenas. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1983. pp. 57-76.

Orton, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan. Pottery in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, (Cambridge Manuals in Archaeology), 1997.

Prous, A. Arqueologia Brasileira. Brasília, Editora da UnB, 1992.

Rossignol, J.: Wandsnider, L. Space, time and archaeological landscapes. New York: Plenum Press, 1992.

Rye, O. S. Pottery technology. Principles and reconstruction. Manuals on Archaeology 4, Washington DC, Smithsonian Inst. Press. 1981.

Sá, C. Observações sobre a Habitação de Três Diferentes Grupos Indígenas Brasileiros. In: Novaes, S.C. (ed.). Habitações Indígenas. São

Paulo: Nobel/EDUSP, 1983.

Scientia. Projeto de Prospecção Arqueológica em Áreas de Empréstimo, Levantamento Pericial Arqueológico e Educação Patrimonial ao longo da Estrada de Ferro Carajás, MA/PA. São Paulo, 2008.

Scientia. Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial ao longo da Estrada de Ferro Carajás, PA/MA. São Paulo, 2009.

Scientia. Projeto Pesquisa arqueológica e educação patrimonial ao longo da Estrada de Ferro Carajás, MA/PA. Relatório Parcial 2. São Paulo, 2010(b).

Scientia. Pesquisa arqueológica e Educação Patrimonial ao longo da Estrada de Ferro Carajás, PA/MA. Relatório Parcial 4. São Paulo, 2011.

Scientia. Relatório Final: Projeto de Salvamento dos Sítios Arqueológicos localizados na Área Diretamente Afetada da Linha de Transmissão Tucuruí/PA – Presidente Dutra/MA (3° Circuito). 2008. Caldarelli, S. (Org.).

Shepard, A. Ceramics for the archaeobgist. AnnArbor. Washington, 1985.

Simões, M.F. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará) - Nota preliminar. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série, Antropologia, v. 78, p. 1-26. 1981a.

Simões, M.F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). Acta Amazônica, v. 11, n. 1, p. 149-165. 1981b.

Soares-de-Souza, G. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001.

Vieira, A. Cartas do Padre Antônio Vieira. t.1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1997.



7

CERÂMICAS ANTIGAS EM CARAJÁS: A CERÂMICA ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO PARAUAPEBAS 32

Wesley Charles de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico PA 32 situa-se no município de Parauapebas, Província de Carajás, sudeste do Estado do Pará. Portanto, é o único sítio arqueológico resgatado no âmbito do projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás (EEFC) em território paraense (Figura 1).

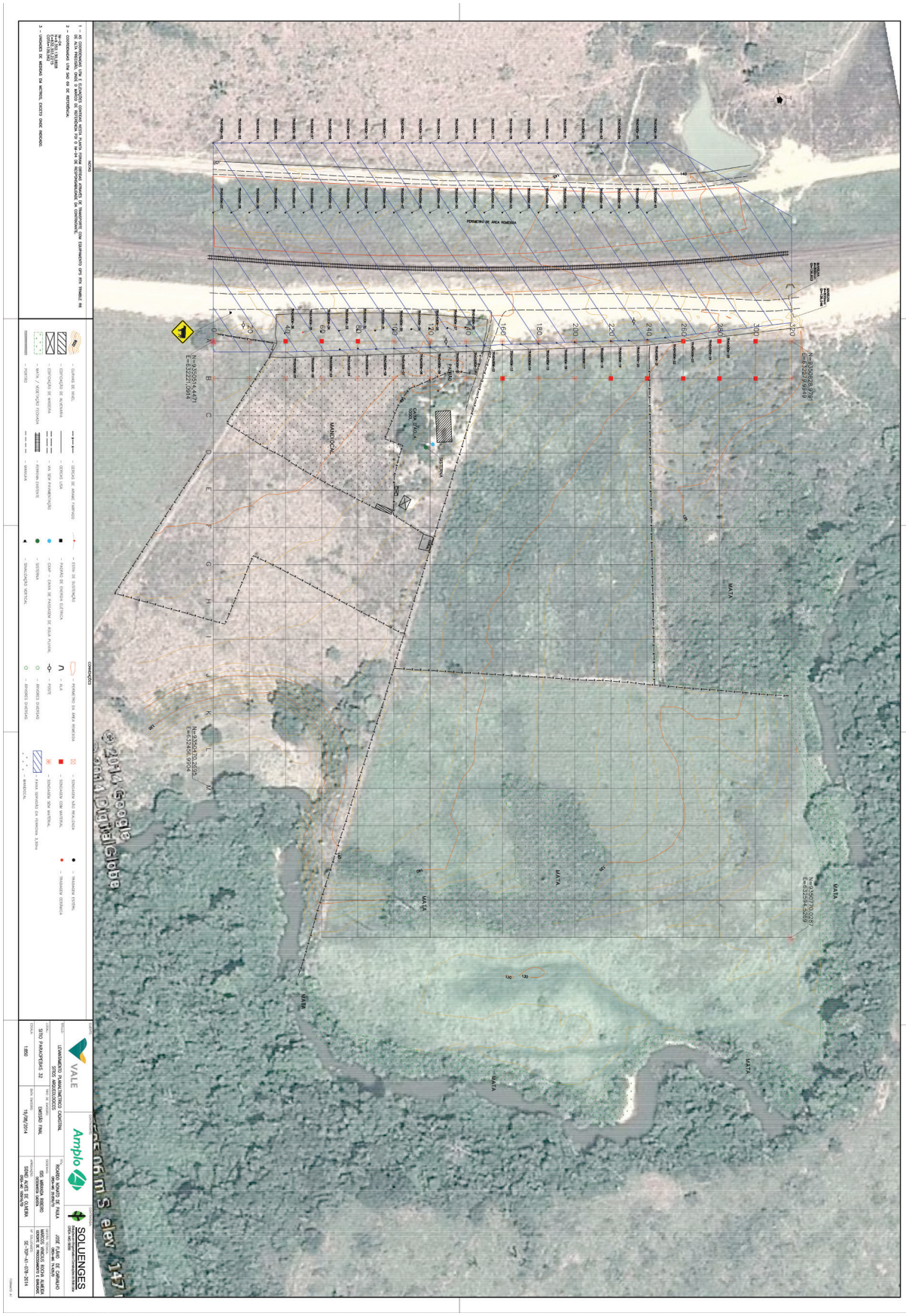
O povoamento inicial da América do Sul e, em especial, do Brasil, não ocorreu de forma homogênea. Trabalhos realizados por Lynch (1990), Meltzer et al. (1994) e Borrero (2006) abordam a antiguidade de vários sítios arqueológicos, sendo muitos com datações anteriores aos da América do Norte. Por um processo contínuo e natural de povoamento, nota-se que os sítios datados do Pleistoceno Final e da transição Pleistoceno/Holoceno possuem menor representatividade. Em contrapartida, a densidade de sítios situados no Holoceno inicial e médio aumenta exponencialmente, assim como a diversidade cultural e paisagística, demonstrando com isso uma diversificada estratégia de adaptação.

Comumente, as atenções a respeito de sítios arqueológicos no Brasil concentram-se nas regiões: nordeste, Boqueirão da Pedra Furada, no Piauí; centro-oeste, GO-JA-01, em Goiás; sudeste, Lapa do Boquete, Santana do Riacho e Lapa Vermelha IV, em Minas Gerais. (Guidón, 1986; Guidón & Delibras, 1986; Fogaça, 2001; Laming-Emperaire, 1979; Kipnis, 2002; Parenti, 1996; Prous, 1991; Prous, 1992/1993; Roosevelt et al., 1996; Schmitz et al., 1989; Schmitz et al., 1997; Schmitz et al., 2004). Vários desses sítios possuem uma mesma matriz cultural, apesar de separados por vários quilômetros de distância, como é o caso dos sítios associados à Tradição Itaparica.

Bueno e Dias (2015) sintetizam três possíveis rotas de povoamento e interiorização dos caçadores coletores no território brasileiro. A primeira, e mais antiga, seria a rota da Bacia do São Francisco - onde as ocupações estariam associadas ao Pleistoceno e ao Holoceno Inicial – que se ligaria a toda a costa norte do Atlântico ao nordeste e ao centro-oeste; a segunda seria pela bacia Amazônica, durante o Holoceno inicial. Esta seria uma rota pelo norte do Platô das Guianas, Venezuela e Colômbia, entrando no Brasil pelos rios que dão acesso norte ao país e pelo baixo Amazonas; a terceira seria a rota da bacia do Prata, também no Holoceno Inicial, e advoga sobre o povoamento da região sul do Brasil com base nos rios Paraguai, Paraná e Uruguai.

No caso amazônico, as primeiras evidências sobre a ocupação humana da bacia Amazônica no Pleistoceno final e no Holoceno inicial foram registradas no século XIX, Roosevelt et al. (1996) para o Abrigo da Pedra Pintada com datação de 11.000 AP. Outro grande marco na ocupação do Holoceno inicial foram as descobertas na serra de Carajás (PA-AT-69: Gruta do Gavião e PA-AT-70: Gruta do N1) cujas datações obtidas remontam a mais de 8000 anos AP (Lopes et al, 1988; Magalhães, 1995a). No Mato Grosso, no Vale do rio Guaporé na Chapada dos Parecis, dentro do ecossistema amazônico, Miller (1978), registra uma data de 10.600 AP para o sítio Abrigo do Sol (MT-GU-I).

Os estudos arqueológicos sistemáticos na região de Carajás remontam desde a década de 80. Foi



Mapa 1. Localização do sítio Parauapebas 32.

naquele período que se descortinou, em melhor forma, a complexidade da ocupação humana em uma região de características ambientais muito peculiares: trata-se de um conjunto de serras nas quais se inserem zonas de vale, montanhosas e extensas várzeas formadas pelos tributários de rios de grande porte, como o Xingu e o Tocantins.

Ao contrário do que acontece em outras regiões da Amazônia, é muito comum a presença de sítios arqueológicos em cavidades. Nestas, são encontradas grandes quantidades de peças líticas lascadas e polidas. Por vezes, elas estão associadas a fogueiras nas quais estudos realizados com restos alimentares indicam grupos que se valiam tanto dos recursos florestais quanto aquáticos. Outro ponto de atenção é o número crescente de datações arqueológicas recuadas que apontam para o Holoceno inicial e o Holoceno médio.

Tais datas comumente se relacionam aos grupos forrageiros da região. Oliveira (2007) assinala que a importância destas cavidades não se deve apenas às datas mais recuadas para caçadores-coletores em ambientes de floresta no Brasil, mas pela associação de vários elementos a estas datas. Para Magalhães (2006), "desde 10.000 anos atrás, a Amazônia já teria sido conquistada por grupos humanos organizados em sociedades de caçador-coletores que exploravam seus diferentes nichos e, em especial, os de floresta, interferindo nela quanto mais o clima se estabilizava, a conheciam e dependiam de seus recursos".

Longe de apresentar uma problematização a respeito das sequências cronológicas de ocupação da região, neste artigo propõe-se apresentar a cerâmica arqueológica do sítio PA 32 que, supreendentemente, apresentou uma datação de 5.000 AP.

2 O SÍTIO ARQUEOLÓGICO PARAUAPEBAS 32 (PA 32)

Trata-se de um sítio arqueológico pré-histórico de média densidade implantado num terraço fluvial, entre as coordenadas 22M 632.256E/9.350.696N. O sítio estende-se ao longo de 3 propriedades privadas, totalizando 11.600 m^2, utilizado para fins agropecuários.

A superfície encontrava-se antropizada pela atividade de aragem e preparação do solo para cultivo. Fragmentos cerâmicos foram expostos na superfície pelo revolvimento do solo. O nível de preservação do sítio é baixo dado este histórico de ocupação.

No total, foram abertos 83 pontos de escavação, posicionados em forma de malha sistemática espaçada a cada 20 metros, no intuito de verificar áreas de maior e menor concentração de vestígios. Isso garantiu o conhecimento e a compreensão da variabilidade de vestígios nas áreas centrais e periféricas do sítio.



Foto 1. Fragmento cerâmico intemperizado – sítio PA32



Foto 2. Quadra H0 em ambiente de pastagem – sítio PA32

O PA 32 situa-se sobre uma área suave ondulada formada sobre o tabuleiro a 300m de uma drenagem. A cobertura vegetal é predominantemente de pastos, na qual pastam gados e diversos animais são criados. Além da área doméstica, na área do sítio se encontram plantações de mandioca, milho e outros.

O solo caracteriza-se pela coloração vermelha a vermelho-amarelada. Sua camada antrópica encontra-se perturbada pelo arado, açudes, pisoteamento, dentre outras ações. A tabela 01 apresenta a estratigrafia do sítio.



Foto 3. Aspecto da paisagem – sítio PA32



Foto 5. Área submetida a queimada – sítio PA32



Foto 4. Atividade interventiva – sítio PA32

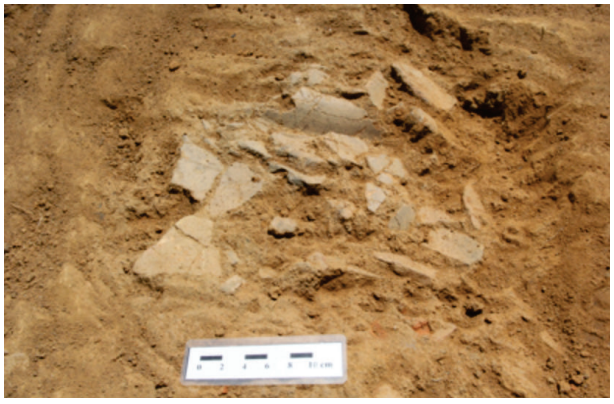


Foto 6. Concentração cerâmica – sítio PA32

Tabela 1 - Descrição estratigráfica do sítio arqueológico PA32

Nível Arqueoestratigráfico	Prof. (cm)	Coloração	Textura	Descrição
1	0-15cm	cinza escura avermelhado	areno-argilosa	Estrutura granular, compacta, rico em matéria orgânica e carvões. Transição plana e difusa.
2	15-30	vermelho amarelado	areno-argilosa	Estrutura granular, compactação alta, grande número de hematitas e carvões. Transição plana e difusa. Cerâmicas úmidas e com sinais de laterização.
3	30-40cm	amarelo avermelhado	argilosa	Estrutura forte, compactação alta, baixa densidade de cerâmicas, muito erodidas. Provavelmente percolada do nível 02.

A camada superficial do sítio, como já informado, mostra-se antropizada, de modo que muito do material aflorado na superfície encontra-se descontextualizado. As camadas subsequentes refletem uma ocupação pouco intensa, onde o pacote arqueológico possui de 0-40cm de profundidade, seguindo-se da camada estéril.

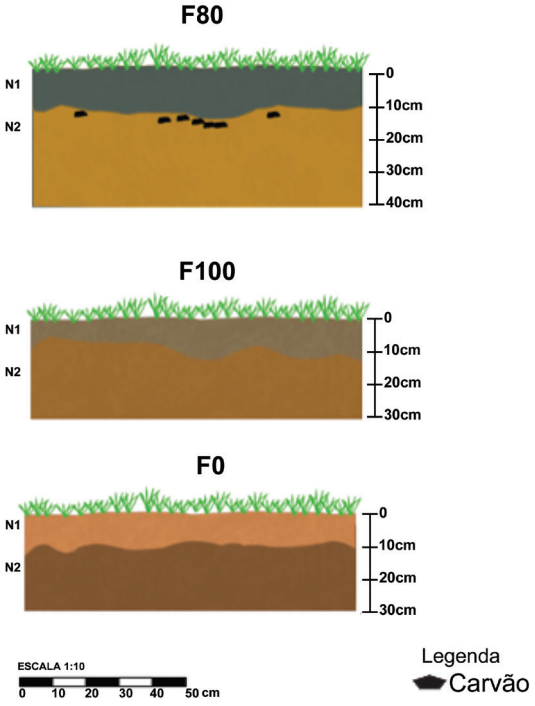
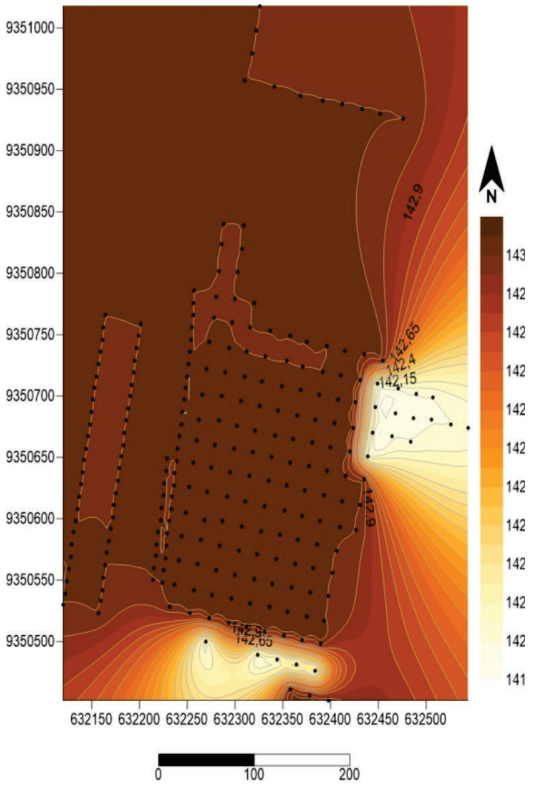


Figura 1. Perfis de solo do sítio PA 32

O mapa topográfico abaixo revela a superfície majoritariamente plana, enquanto nos bordos do terreno ocorrem quebras abruptas na topografia, em torno de 2 metros de variação. Essa feição se deve à dificuldade de refino da coleta de dados em função da negativa de acesso a certos pontos de pesquisa. Portanto, a variação entre as cotas topográficas é de menos de 1 metro.

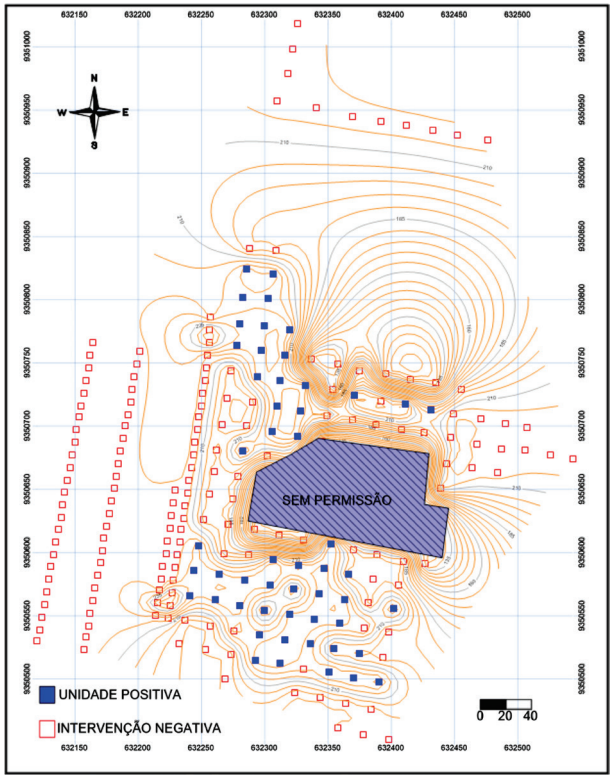


Mapa 2. Mapa planimétrico do sítio PA 32

Apesar de todo o potencial arqueológico regional, a escavação do PA32 se deu sob forte tensão, devido a razões pessoais do proprietário. Assim, este sítio não pôde ser escavado em sua totalidade e nem completamente delimitado.

3 A COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA

Para esta análise, foram consideradas as cerâmicas resgatadas nas 52 unidades de escavação (1m^2), em detrimento daquelas exumadas em tradagens e superfícies ampliadas, tal como se mostra no Mapa 3.



Mapa 3. Croqui de quadras positivas e negativas do sítio PA 32

Após triagem entre "diagnósticos[1]" e "não diagnósticos[2]" chegou-se a um total de 311 fragmentos cerâmicos passíveis de análise técnico-morfológica, sobre os quais realizou-se tais análises, além dos estudos morfológicos com os fragmentos de bordas. O total da coleção é composto por 2.180 fragmentos, de modo que estes diagnósticos representam 14,26% da coleção.

De modo geral, o nível 02, situado entre 10 e 25cm de profundidade, parece ser o mais adensado, com 175 fragmentos, seguido do nível 01, com 103 fragmentos cerâmicos. Assim, o nível 02 é o mais representativo do pacote arqueológico, no qual ocorrem concentrações cerâmicas e alguns líticos (Figura 2).

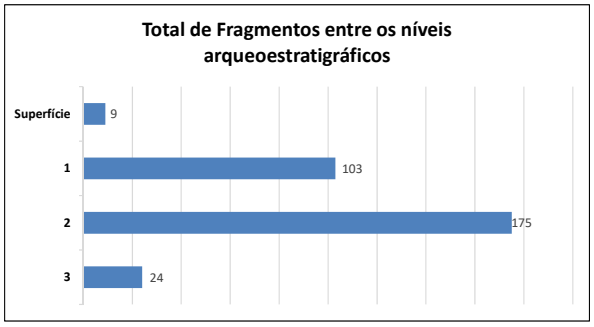
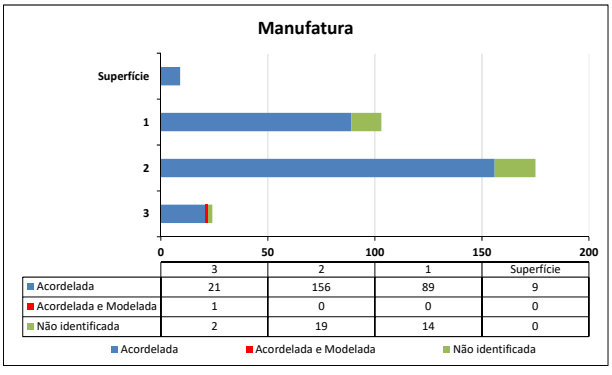


Figura 2. Distribuição dos fragmentos cerâmicos entre os níveis arqueoestratigráficos

Apesar do nível 02 ser o mais adensado, o nível 01 tem como característica a presença de carenas e bojos mesiais, as quais são menos presentes no nível 02 e 03. No nível 02, ocorrem bordas com carenas, apontando para formas mais cônicas que nos demais níveis. A notar, também, a ocorrência de uma borda com aplique no nível 03 (Figura 4).

3.1 O MODO DE FAZER CERÂMICA NO SÍTIO PA 32

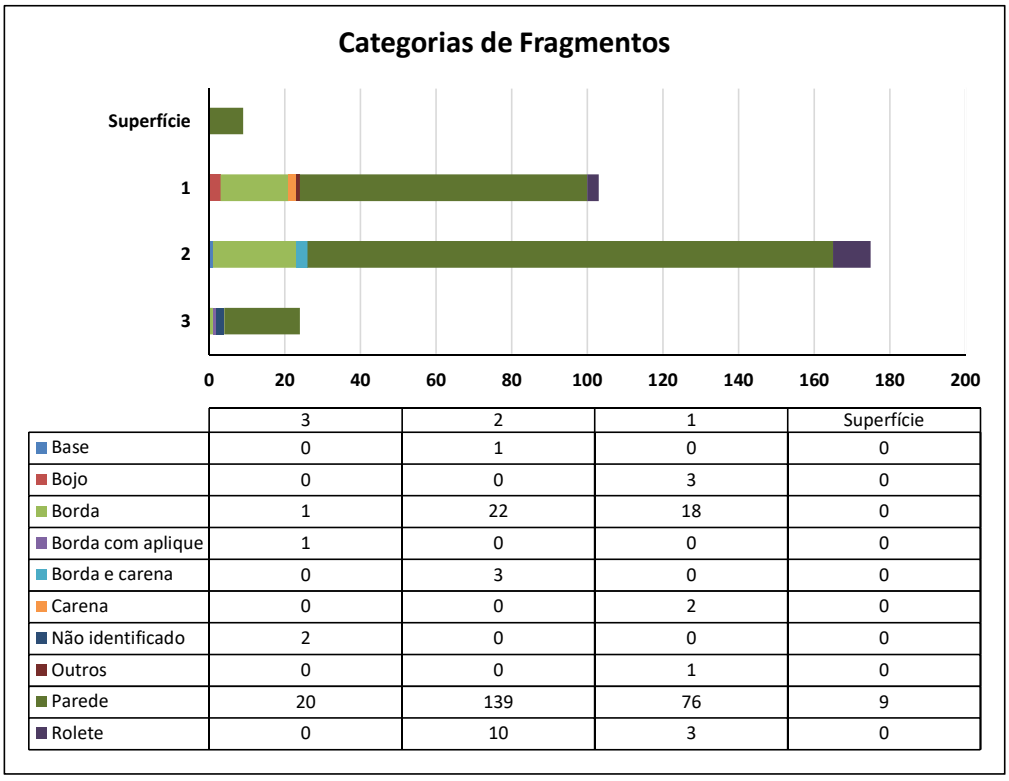
Neste sítio, observa-se a predominância de fragmentos cerâmicos confeccionados com a técnica do acordelamento. Isto pode ser denotado por marcas de rolete expostas na quebra dos fragmentos. A técnica de modelagem é aferida apenas pela presença de uma borda com aplique no nível 03 (Figura 3).



	3	2	1	Superfície
Acordelada	21	156	89	9
Acordelada e Modelada	1	0	0	0
Não identificada	2	19	14	0

Figura 3. Técnica de manufatura aplicada

1 Fragmentos com maior potencial informativo sobre os modos de produção da cerâmica, em razão da manutenção de características de confecção (manufatura, uso, marcas, dentre outros) em detrimentos de outros fragmentos sem tais características.
2 Fragmentos cerâmicos com baixo potencial informático, seja em decorrência de seu tamanho (menor que 3cm), poucos atributos técnicos de confecção ou estado de conservação muito precário.



	3	2	1	Superfície
Base	0	1	0	0
Bojo	0	0	3	0
Borda	1	22	18	0
Borda com aplique	1	0	0	0
Borda e carena	0	3	0	0
Carena	0	0	2	0
Não identificado	2	0	0	0
Outros	0	0	1	0
Parede	20	139	76	9
Rolete	0	10	3	0

Figura 4. Categoria dos fragmentos cerâmicos

A argila utilizada na confecção destas cerâmicas era temperada principalmente com antiplásticos minerais, de modo que a utilização de antiplásticos de origem vegetal, tais como o carvão e o cariapé, é ínfima. O uso intencional destes minerais se exemplifica pela granulometria arestada, dispersão regular de carga e a seleção regular destes temperos.

O quartzo e o feldspato despontam como os minerais mais populares, todavia, apenas no nível 01 observou-se a ocorrência de mica associada a estes, como se vê na Figura 7.

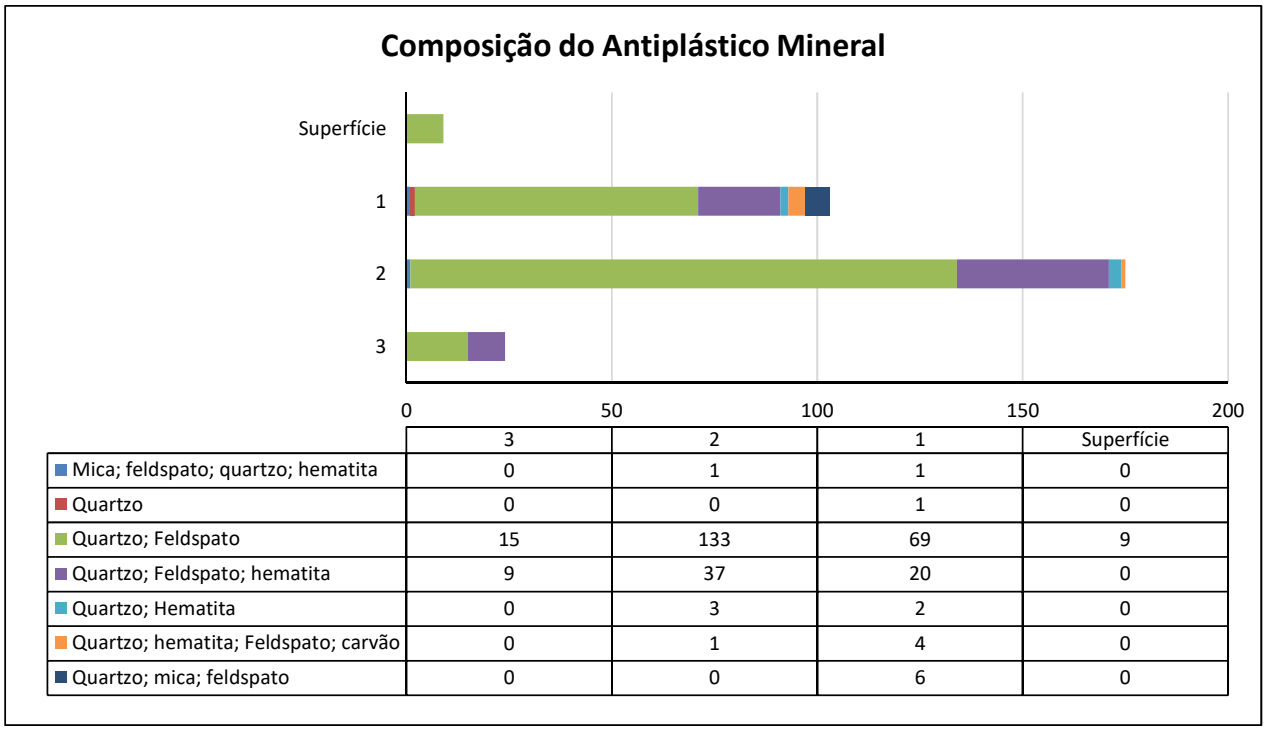
Estes antiplásticos minerais eram aplicados tanto em tamanhos grosseiros quanto finos, com predominância de tamanhos intermediários, entre 1 e 3 milímetros de espessura. Ocorre certa regularidade proporcional entre as utilizações dos diversos tamanhos entre os níveis, excetuando o fato de que no nível 03 não são utilizados fragmentos muito finos (menores que 1mm) e grosseiros (maiores que 5mm).

Após misturada a estes antiplásticos, a argila era submetida à queima. Notou-se a predominância de uma pasta de coloração ocre na coleção (Figura 10). Destarte, é de notar que no nível 01 ocorrem pastas de coloração preta e com faixas claras, o que não é observado nos demais níveis.

Sintetizando estas informações de confecção, percebe-se uma dissimilaridade entre as cerâmicas do nível 01 e as do nível 02. No primeiro nível percebe-se uma maior variedade de usos e associações de antiplásticos e de coloração de pasta, enquanto o segundo nível guarda maior similaridade com o nível 03. Cabe destacar que no nível 03 ocorreu o único fragmento com modelagem (Figura 5).

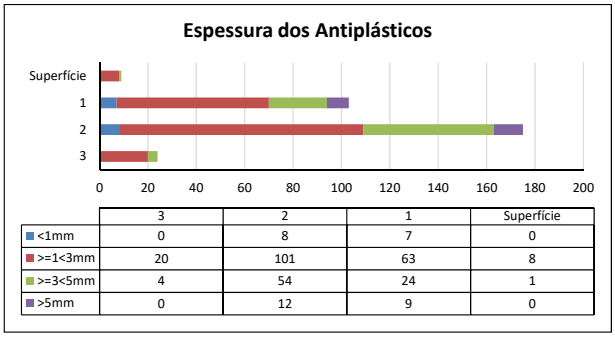
Os fragmentos mostram a possível diferenciação entre usos de antiplásticos por granulometrias diferentes. Silicatos grosseiros (>3mm) foram adicionados à pasta de argila. É possível identificá-los a olho nu, justo por não se ter aplicado acabamentos para escondê-los. Destaca-se o uso do quartzo (e).

Por outro lado, também ocorrem pastas temperadas com areia, compostas por silicatos e óxidos de Fe com granulometria de fina a média (e).



	3	2	1	Superfície
Mica; feldspato; quartzo; hematita	0	1	1	0
Quartzo	0	0	1	0
Quartzo; Feldspato	15	133	69	9
Quartzo; Feldspato; hematita	9	37	20	0
Quartzo; Hematita	0	3	2	0
Quartzo; hematita; Feldspato; carvão	0	1	4	0
Quartzo; mica; feldspato	0	0	6	0

Figura 5. Composição do antiplástico mineral utilizado na cerâmica do sítio PA 32

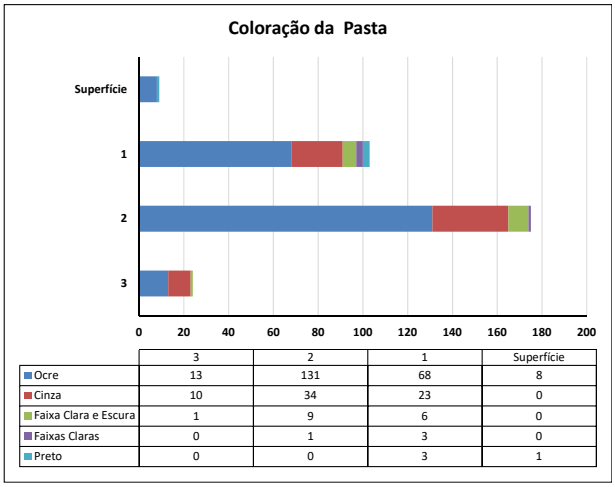


	3	2	1	Superfície
<1mm	0	8	7	0
>=1<3mm	20	101	63	8
>=3<5mm	4	54	24	1
>5mm	0	12	9	0

Figura 6. Espessura dos antiplásticos utilizados na cerâmica



Foto 7. Matriz oxidada com silicatos angulares a sub--angulares – sítio PA32



	3	2	1	Superfície
Ocre	13	131	68	8
Cinza	10	34	23	0
Faixa Clara e Escura	1	9	6	0
Faixas Claras	0	1	3	0
Preto	0	0	3	1

Figura 7. Coloração da pasta de argila

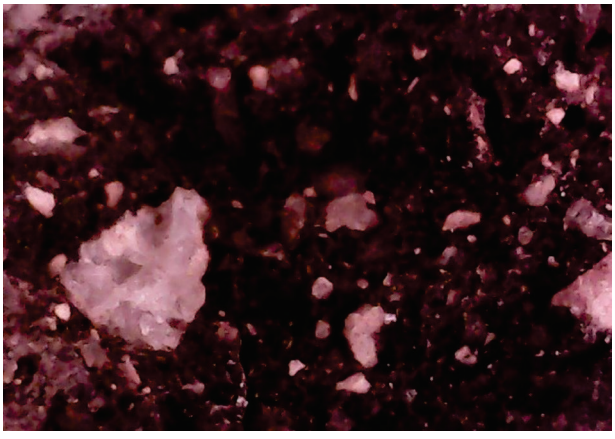


Foto 8. Silicatos grosseiros inseridos na matriz argilosa (sem iluminação) – sítio PA32

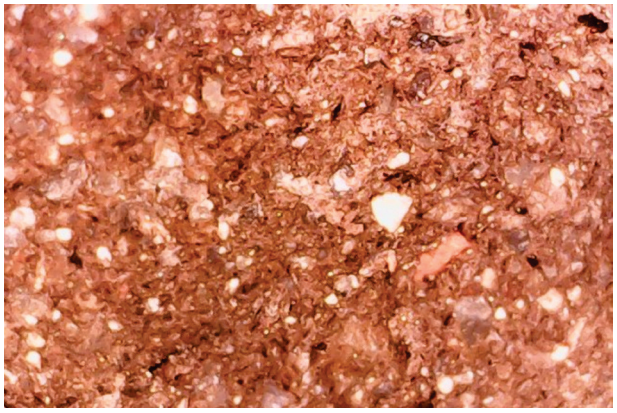


Foto 9. Matriz oxidada com areia angular a sub-angulares – sítio PA32

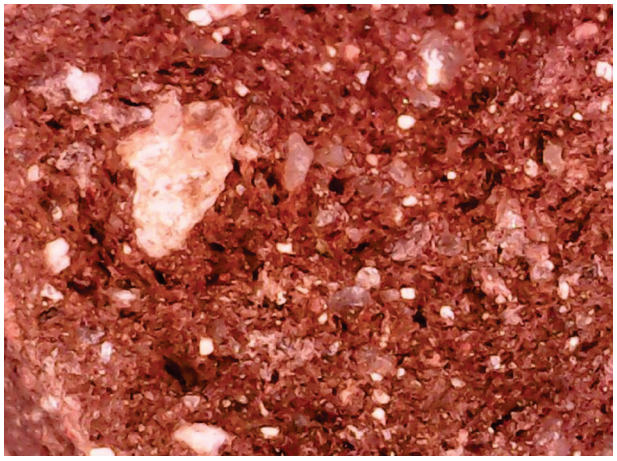
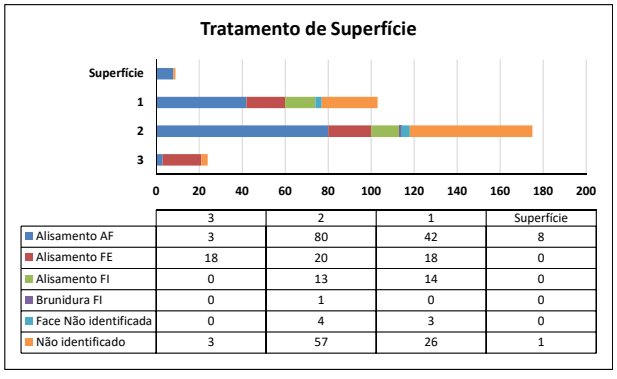


Foto 10. Matriz oxidada com silicatos de diversas texturas – sítio PA32

3.3 TÉCNICAS DE ACABAMENTO DA CERÂMICA

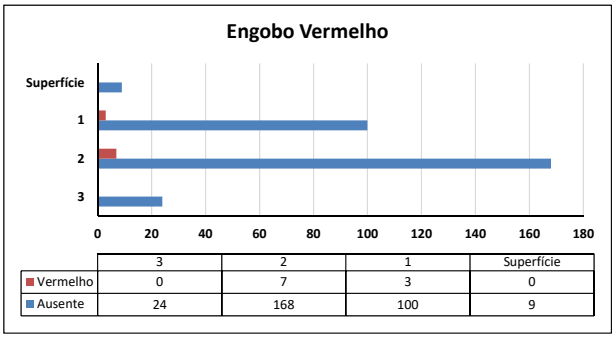
O alisamento nas faces internas e externas dos fragmentos era algo comum (Figura 8). No nível 02 ocorreu um fragmento com brunidura. No nível 03 é predominante o uso de alisamento apenas nas faces externas dos fragmentos.



	3	2	1	Superfície
Alisamento AF	3	80	42	8
Alisamento FE	18	20	18	0
Alisamento FI	0	13	14	0
Brunidura FI	0	1	0	0
Face Não identificada	0	4	3	0
Não identificado	3	57	26	1

Figura 8. Tratamentos de superfície aplicados

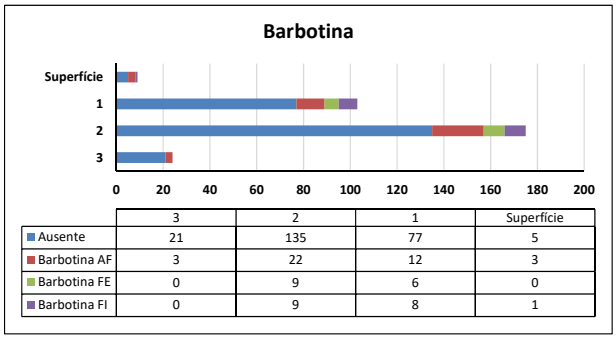
Apesar de pouco expressivo numericamente, é importante notar a ocorrência de engobo vermelho, mais presente no nível 02, com 7 fragmentos (Figura 9).



	3	2	1	Superfície
Vermelho	0	7	3	0
Ausente	24	168	100	9

Figura 9. Uso do engobo vermelho

A utilização de engobos sem pigmentos, apenas com a argila (barbotina), também era uma prática comum (Figura 10). Existe certa regularidade na aplicação dela entre os níveis, utilizada tanto em apenas uma das faces, externa ou interna, ou em ambas as faces.

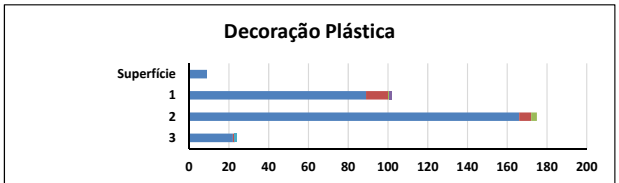


	3	2	1	Superfície
Ausente	21	135	77	5
Barbotina AF	3	22	12	3
Barbotina FE	0	9	6	0
Barbotina FI	0	9	8	1

Figura 10. Utilização de engobo de argila (barbotina)

3.4 TÉCNICAS DECORATIVAS

As técnicas decorativas mais populares na coleção são as plásticas. Ocorrem corrugados, incisões e um modelado aplicado. O comportamento desta decoração entre a estratigrafia mostra uma predominância do corrugado no nível 01 (11 fragmentos), dos incisos no nível 02 e a ocorrência isolada de um modelado aplicado no nível 03, apesar de se ter observado uma única ocorrência também de corrugado neste nível, como se vê na Figura 11.



	3	2	1	Superfície
Ausente	22	166	89	9
Corrugado	1	6	11	0
Inciso	0	3	1	0
Inciso fino	0	0	1	0
Modelado aplicado inciso	1	0	0	0

Figura 11. Frequência da decoração plástica

Foram identificados apenas 02 fragmentos com incisões. Estes apresentam incisos finos cruzados (nº192) ou com retas paralelas oblíquas divergentes (nº99), mostrados na Figura 12.

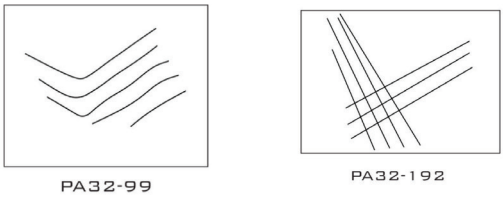
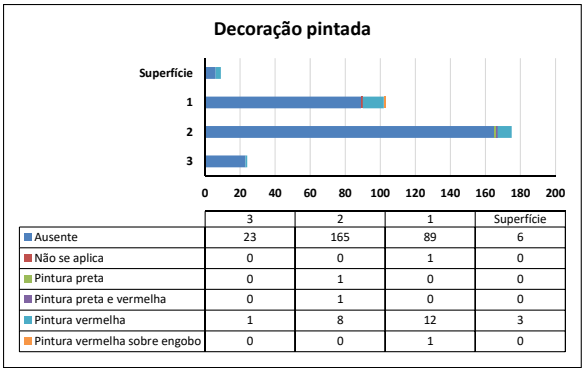


Figura 12. Motivos incisos do sítio PA32

A pintura é bastante variada, e é aplicada com colorações vermelhas e pretas e, no nível 01, a pintura vermelha foi aplicada sobre o engobo branco (Figura 13). A pintura preta ocorre apenas no nível 02.

Ao se avaliar a distribuição espacial dos fragmentos simples e decorados, não se observa qualquer padrão espacial de distribuição entre as categorias, como se nota nas Figura 15 e Figura 16.



	3	2	1	Superfície
Ausente	23	165	89	6
Não se aplica	0	0	1	0
Pintura preta	0	1	0	0
Pintura preta e vermelha	0	1	0	0
Pintura vermelha	1	8	12	3
Pintura vermelha sobre engobo	0	0	1	0

Figura 13. Frequência da decoração pintada

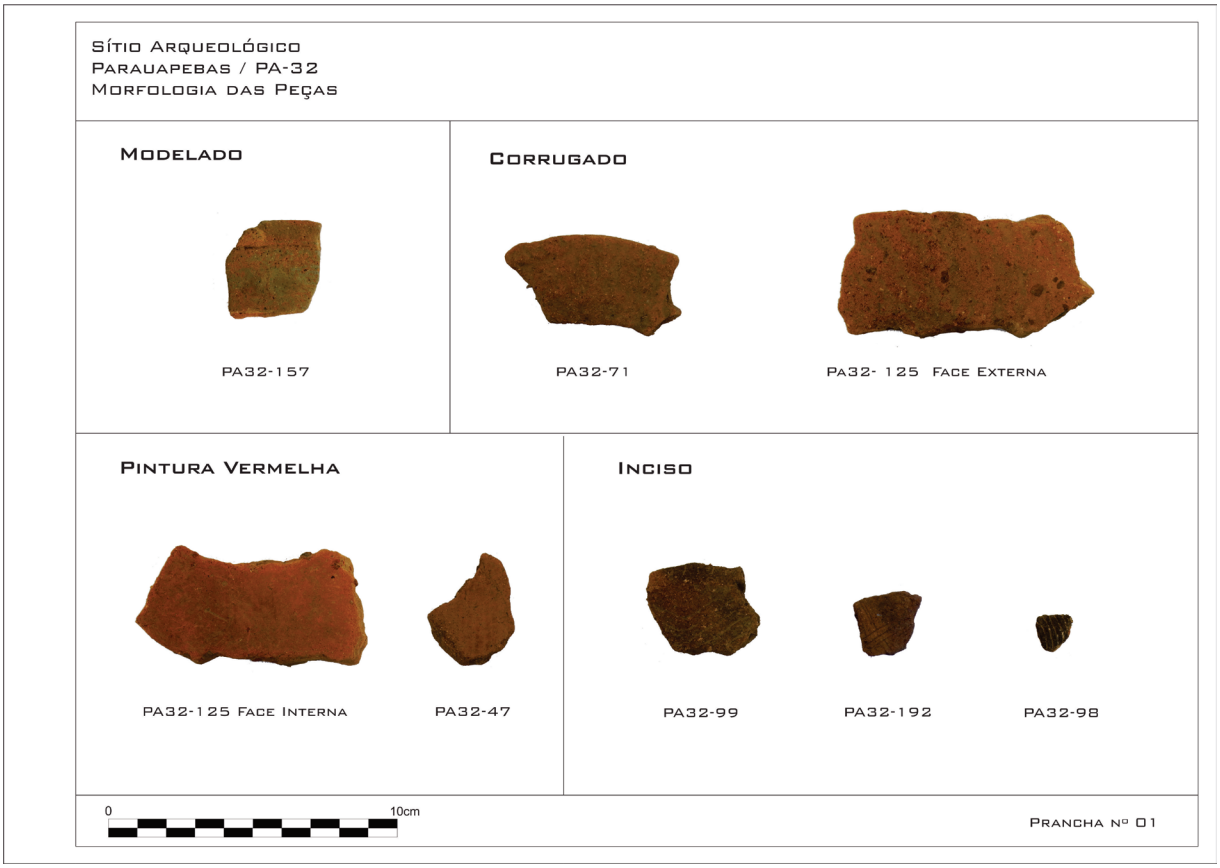


Figura 14. Prancha de decoração plástica nº1

Este fato parece resultar da perturbação do solo, ocupado historicamente através de uma série atividades que afetaram superfície e subsuperfície do sítio.

No mais, o sítio PA32 encontra-se numa propriedade privada com espaços utilizados como curral, mandiocal, residência, pasto, dentre outras atividades que tornam inferências horizontais (espaciais) e verticais (estratigráficas) pouco críveis.

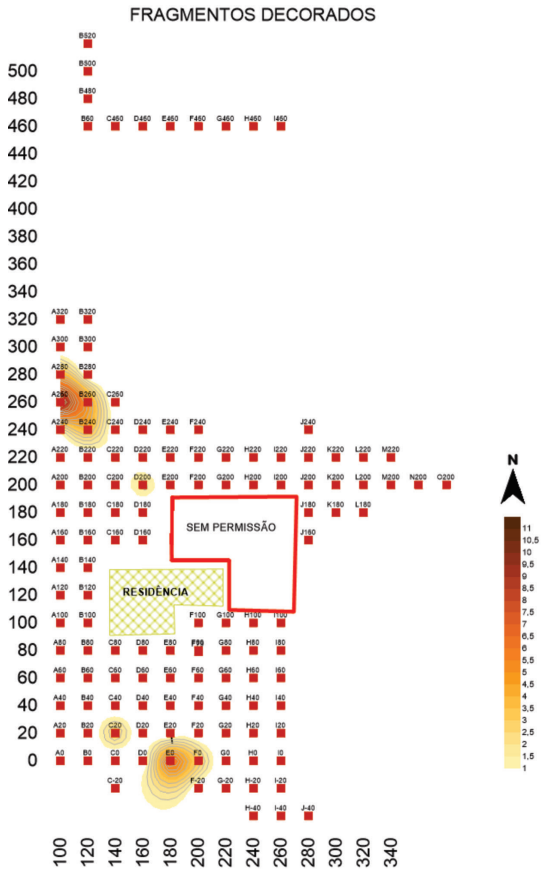


Figura 15. Dispersão de fragmentos simples – sítio PA32

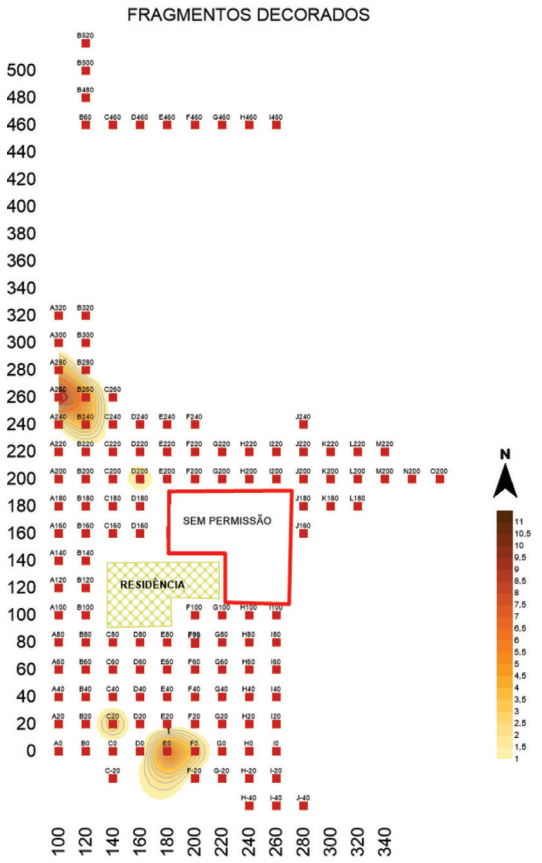


Figura 16. Dispersão de fragmentos decorados – sítio PA32

3.5 MORFOLOGIA DOS VASILHAMES

A baixa densidade de bordas amostradas não permite a identificação de grupos morfológicos no material cerâmico, porém entre as 10 peças projetadas, são notados contornos variáveis. Foram determinados 5 contornos (a-e) morfológicos com base nas projeções hipotéticas de borda, os quais:

A. Panelas restritivas - contorno composto, lábio reto, diâmetro de 32-42cm. Possível uso doméstico, como cocção e preparo de alimentos.
B. Tigelas irrestritas - contorno infletido, lábio inclinado externo, diâmetro de 36-45cm. Possível uso doméstico.
C. Panelas irrestritas - contorno simples, cilíndricas. Diâmetro de 38-42cm.
D. Panelas elipsoides - contorno simples. Diâmetro de 42-56, possível uso de armazenagem.
E. Alguidar - 62 cm de diâmetro. Uso doméstico ou cerimonial.

A Figura 17 mostra os contornos morfológicos observados no sítio PA32:

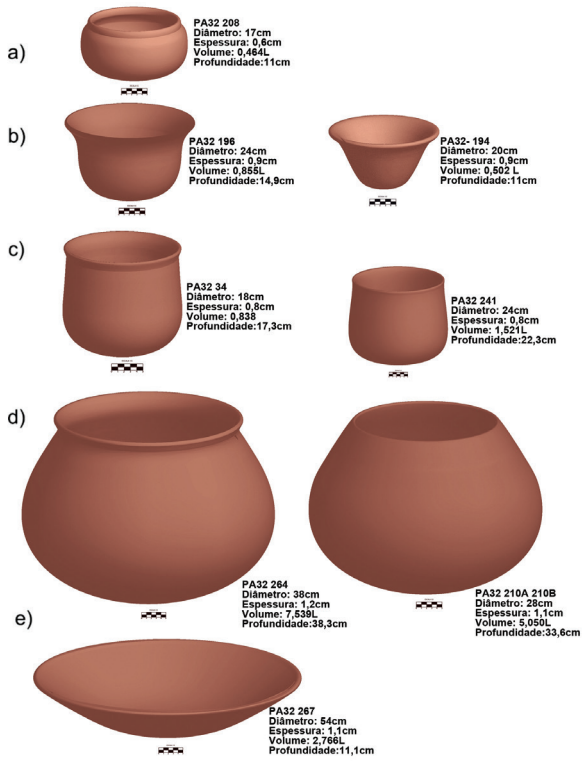


Figura 17. Formas do sítio PA32

Considerando a correlação de espessura e capacidade volumétrica, nota-se tendência de fabricação de paredes espessas (0,8-1,2cm) e, nas maiores espessuras, potes de maior capacidade volumétrica (Figura 18).

3.6 CRONOLOGIA

No caso do sítio PA32, apesar da alteração sofrida pelo substrato, as datações mostraram datas sequenciais e plausíveis. No nível 1, único datado pelo material cerâmico, apresentou uma data 740 BP. Os níveis 2 e 3, datados por carvão, apresentaram os anos de 1410 e 5460 BP, respectivamente (Tabela 2). As amostras de carvão foram coletadas na decapagem da quadra, enquanto a cerâmica foi escolhida tendo por base a quantidade vegetal contido na matriz argilosa.

Trata-se de datas relativamente antigas. Porém, tendo por base as datas do contexto de Carajás, podem ser importantes para se entender os assentamentos de transição entre o modelo forrageiro e horticultor, haja vista que a cerâmica deste sítio se mostrou incipiente e muito erodida.

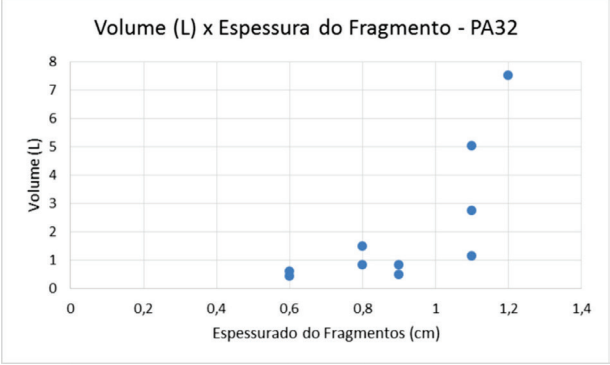


Figura 18. Correlação volume (L) espessura do fragmento – sítio PA32

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sítio PA 32 é um sítio a céu aberto, de baixa densidade de material, o qual encontra-se muito erodido e intemperizado. Como já aventado, as condições de escavação deste sítio se deram

Tabela 2 - Datações do sítio PA32

Quadra	Nível	Profundidade (cm)	BETA	Material	Método	Datação	DATA CALIBRADA
G0	N1	0-10	410300	Cerâmica	A M S	740 +/- 30 BP	
G0	N2	10-20	410299	Carvão	A M S	1410 +/- 30 BP	Cal AD 640 to 680 (Cal BP 1310 to 1270) and Cal AD 750 to 755 (Cal BP 1200 to 1195)
L80	N3	20-30	410298	Carvão	A M S	5460 +/- 30 BP	Cal BC 4335 to 4235 (Cal BP 6285 to 6185)

de forma muito peculiar, o que acabou por não cooperar com o melhor entendimento a respeito do sítio.

Todavia, mesmo em uma ocupação de baixa densidade, em uma área de várzea, encontrou-se uma sequência cronológica de grande relevância. Ela precisa ser comparada com outros resultados para melhor se compreender a antiguidade de cerâmicas que se situam no Holoceno Médio na região de Carajás.

Ao se observar a distribuição estratigráfica, nota-se que o nível 01 guarda certas diferenças em relação ao nível 02. Este, por sua vez, é muito parecido com o nível 03, provavelmente, apenas um nível criado pela percolação dos fragmentos sobrepostos. Poder-se-ia, portanto, pensar em 2 tempos ocupacionais, no qual o nível mais profundo remontaria esses fragmentos modelados, incisos e com pinturas pretas e vermelhas em linhas simples? Se positivo, o nível superior e, por isso, mais recente, seria caracterizado pelas bordas com carenas, corrugados e pinturas aplicadas sobre engobo. O refino dessas informações passaria, principalmente, pela retomada da escavação nas áreas em que a equipe não pôde entrar ou mesmo nos pontos em que foi expulsa em meio à escavação.

Por fim, o entendimento de sítios a céu aberto, com datações tão recuadas, nos faz pensar na relação entre este tipo de sítio e os sítios em cavidades, com datações tão recuadas quanto.

AGRADECIMENTOS

Nosso agradecimento aos gestores da Vale e da Amplo, pela confiança em nós depositada para a realização deste trabalho. Agradecemos ainda à nossa equipe da Habilis Consultoria. Destacamos aqui também a instituição que nos serviu de referência em pesquisas regionais: a Fundação Casa de Cultura de Marabá (FCCM).

5 REFERÊNCIAS

Borrero, L. Paleoindians without mammoths and archaeologists without projectilepoints: the archaeology of the first inhabitants of the Americas. In: MORROW, J.;GNECCO, C. (Ed.) Paleoindian Archaeology. A Hemispheric Perspective. s. l.: University Press of Florida, 2006.

Bueno, L.E.; Dias, A.S. Povoamento inicial da América do Sul contribuições do contexto brasileiro. 2015.

Fogaça, E. Mãos para o pensamento. Tese (Doutorado) – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

Guidon, N.; Delibrias, A. Carbon-14 dates point toman in the Americans 32.000 years ago. Nature, 321 (6072): 769-771. 1986.

Guidon, N. Las unidades culturales de São Raimundo Nonato, sudeste del Estado de Piauí, Brasil. In: Bryan, A. (Ed.) New evidence for the Pleistocene peopling of theAmericas. Orono: Universityof Maine, 1986. 157-172 pp.

Guidon, N. Datações pelo C14 de sítios arqueológicos em São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí, Brasil. Clio, v.4, pp.35-37.Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1981.

Kipnis, R. Foragingsocietiesofeastern Central Brazil: na evolutionary ecological study of subsistence strategies during the terminal Pleistocene andearly/middleholocene. Tese de doutorado. Ann Arbor: University of Michigan, 2002.

Laming-Emperaire, A. Missions archéologiques franco-brésiliennes de Lagos Santa, Minas Gerais, Brésil - Le grand abri de Lapa Vermelha (P.L.). Rev. Pré-Hist. 1: 53-89, 1979.

Lopes, D.; Silveira, M.I.; Magalhães, M. Levantamento Arqueológico. In: Relatório Final do Projeto Estudo e Preservação de Recursos Humanos e Naturais da Área do Projeto "Ferro Carajás" vol.1. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1988.

Lynch, T.F. Glacial-age man in South America? A critical review. American Antiquity 55(1):12-36. 1990.

Magalhães, M.P. Relatório da excursão arqueológica realizada em Carajás em agosto de 1995 (Etapa 3). Relatório de Pesquisa. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1995a.

Magalhães, M.P.; Goeldi. O Homem das cavernas de Carajás. Carajás: geologia e ocupação humana. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 91-126. 2006.

Meltzer, D.J.; Adovasio, J.; Dillehay, T.D. On a Pleistocene human occupation at Pedra Furada, Brazil. Antiquity 68: (261):695-714. 1994.

Miller, E.T. Pesquisas Arqueológicas no Sítio MT-GU-01:

Abrigo do Sol - Mato Grosso, Brasil - Relatório Preliminar. (Relatório de pesquisa, 1977. 1978.

Oliveira, W.C. Caçadores coletores na Amazônia: eles existem. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 128p.

Parenti, F. Problemática da pré-história do pleistoceno superior no nordeste do Brasil: o Abrigo da Pedra Furada em seu contexto regional. Anais da Conferência Internacional sobre Povoamento das Américas – Revista da Fundação Museu do Homem Americano, 1 (1): 15-54. 1996.

Prous, A. (Org.). Santana do Riacho – Tomo I . Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, 12: 3-382. Belo Horizonte, 1991.

Prous, A. (Org.). Santana do Riacho – Tomo II . Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, 13/14: 3-417. Belo Horizonte, 1992/1993.

Prous, A.; Guimarães, M. Recentes descobertas sobre os mais antigos caçadores/coletores de Minas Gerais e da Bahia. Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, v.6/7, pp.23-32. (Atas da 1ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira). Belo Horizonte, 1981/82.

Prous, A. O povoamento da América visto do Brasil: uma perspectiva crítica. Revista da USP. n.34, pp.8-21; ilust. 1997.

Prous, A. As primeiras populações do estado de Minas Gerais. In: Tenório, M.C. (org.). Pré-História da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. pp.101-114.

Prous, A.; Fogaça, E.; Alonso, M. As últimas indústrias líticas do vale do Peruaçu, MG. Revista de Arqueologia. São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, v.8, n.2, pp.49-64. (Anais da 7ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira). 1994.

Roosevelt, A.C. et al. Paleoindian cave dwellers in the Amazon: The peopling of the Americas. Sience [S.l.], nº 272, p. 373-384, 1996.

Schmitz, P.I. A evolução da cultura no sudoeste de Goiás. Pesquisas, série antropolo- gia, v.31, n.41-84. 1980.

Schmitz, P.I. Caçadores-coletores do Brasil Central. In Tenório, M.C. (ed.). Pré-história da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. pp. 89-100.

Schmitz, P.I.; Barbosa, A.S.; Jacobus, A.L.; Ribeiro, M.B. Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central. Serranópolis I. In: Pesquisas. Antropologia 44. Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo, 1989.

Schmitz, P.I.; Rosa, A.; Bitencourt, A. Arqueologia nos cerrados do Brasil Central: Serranópolis – Vol. 3. In: Pesquisas-Antropologia, 60: 7-286. São Leopoldo, 2004.

Schmitz, P.I.; Silva, F.; Beber, M.V. As pinturas e gravuras dos abrigos: Serranópolis – Vol. 2. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1997. 165 p.





8

LEVANTAMENTO DE DADOS ETNO-HISTÓRICOS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS

Guilherme Talarico

A compreensão das culturas originárias de cada porção do terreno cortado pela Estrada de Ferro Carajás visa consubstanciar as informações obtidas pelos estudos arqueológicos realizados ao longo da ferrovia. No bojo desta proposta, o entendimento sobre os povos que ocuparam este território é fundamental para que se entenda o processo de ocupação dos vales entre os rios Mearim, Pindaré e Araguaia/Tocantins, desde a localização dos grupos ao surgimento de núcleos urbanos a partir de missões e aldeamentos.

Assim, este texto condensa as informações sobre a História e lança olhares sobre a Etno-história e a Etnografia, dos povos do tronco linguístico Tupi, que são os Guajajara, os Awa-Guajá e os Ka'Apor (Urubu), e os povos do troco Jê, que são representados pelas nações Gavião, Canela e Kayapó Xikrin.

1 ETNO-HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS AO LONGO DA EFC

Área de transição entre o semiárido e a floresta amazônica, a porção Meio Oeste Maranhense até o Sudeste do Pará, por onde corre a Estrada de Ferro Carajás, era povoada por diversas etnias indígenas. Essa característica de transitoriedade é marcante também na construção de um entendimento baseado nos estudos etno-históricos e arqueológicos (Almeida, 2013). Com o processo de colonização, muitas culturas foram extintas ficando, para nosso entendimento, os registros nas crônicas históricas, os sincretismos com os grupos remanescentes e os seus vestígios materiais. É o caso, por exemplo, dos "Amanajó, Araioses, Gamella, Tremembé, Kreyê, Pobzé e, já no século XX, os Canela-Kenkateyê e parcela significativa dos Awá-Guajá" (CPHNAM-MA). Também os Tupinambá, que habitavam a Upaon-Açu (como era conhecida a "ilha grande" de São Luís, na língua tupi), os Barbado, os Kapiekrã, estão entre as mais de 20 etnias diferentes que desapareceram devido às guerras e expedições para a escravização de índios, doenças dos não índios, a miscigenação forçada e a imposição de novos modelos culturais, além de vários outros motivos ou a soma destes todos. Outros grupos, para não serem sobrepujados, migraram para áreas fora de suas terras tradicionais e adotaram novas identidades étnicas, como se acredita ser o caso dos Ka'apor, originalmente descendentes da grande nação Tupinambá.

A arqueóloga Lílian Panachuk, em seu artigo A Diversidade das Coisas (2016), alerta para a complexidade das trocas entre as culturas de tradição Tupi-Guarani e Jê-Tapuia, chegando a apontar uma "conexão de modos produtivos" entre os grupos do interior do Maranhão. Dentre as hipóteses prováveis, a autora recorre ao interesse dos Tupi-Guarani pelas "pedras verdes", extraídas na bacia do rio Mearim. A conhecida habilidade de se relacionar com outros povos pode ter facilitado a penetração dos tupis junto a outras etnias, que também se interessavam pelo valor de troca das pedras, e se estabelecido na região. Uma forma de representação das alianças formadas então pode ter refletido nas formas de produção da cerâmica analisada pelos estudos arqueológicos,

caracterizando as bacias dos rios Mearim e Pindaré como território Tupinambá de forma generalizada. Nos termos forjados por Carlos Fausto (1992), é preciso considerar a condição "não elementar" dos Tupinambá e sua trajetória.

Isto, dentre inúmeras outras situações, vem sendo reconsideradas à medida que se avançam as investigações sobre a ocupação do interior do Maranhão, a propósito uma das regiões menos investigadas pela Arqueologia brasileira. A despeito disso, a inquestionável importância das nações de tradição Tupi para a formação da identidade do povo e da nação brasileira é determinada por diversos fatores mas, sem dúvida, algumas características psicossociais foram fundamentais. Por serem os povos que habitavam as florestas tropicais, a região costeira, as margens de rios e igarapés, foram os que primeiro tiveram contato com o "descobridor" europeu. A isto soma-se sua habilidade em acolher bem elementos de outras culturas, de se adaptar às mudanças sociais e aceitar novas concepções de mundo e de universo. O que não significa que abandonam sua "origem". Essa maleabilidade sociocultural se deve ao fato da cultura Tupi comportar a totalidade das relações sociais, espirituais, políticas e econômicas, e não necessariamente através de seus ritos e outras formas de representação.

Pelos dados levantados por John Hemming, em seus clássicos estudos Red Gold e Amazon Frontier, chega-se à estimativa de que, na época do descobrimento, haviam cerca de 12.000 índios Tupinambá na ilha de Upaon-Açu, e outros 25.000 ao longo da costa. Os Tremembé somavam cerca de 18.000 índios, também ao longo da costa maranhense. Os Guajajara, chamados Tenetehára por esse período, seriam em torno de 12.000 indivíduos, espalhados pelo curso dos rios Pindaré

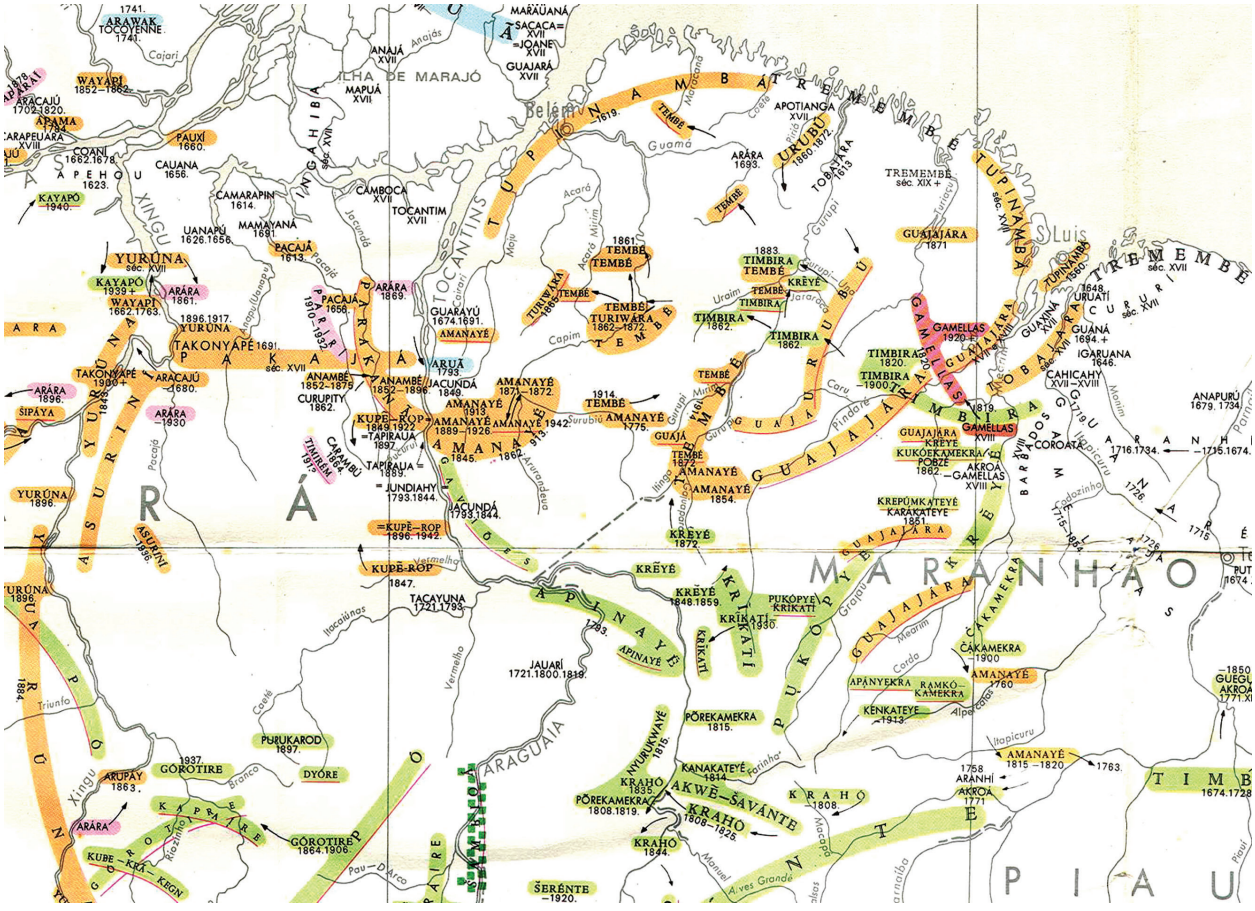


Figura 1. Recorte do Mapa Etnohistórico, de Curt Nimuendajú (1987), que aponta as ocorrências históricas das culturas indígenas autóctones da área ao longo da EEFC. As colunas amarelas representam as nações Tupi, com destaque para os Tupinambá e os Guajajara, enquanto as colunas verdes representam as nações Jê, como os Timbira, Gaviões e Apinajé, esses últimos já no estado do Pará

e Mearim, juntamente com uns 2.000 índios Guajá. Os Uburu da mesma região somariam uns 3.000 indivíduos. Da cultura Jê, Hemming estima que uns 8.000 índios Gavião habitassem as proximidades do rio Tocantins, já no Pará. As mesmas fontes consideram que, ao longo do século XVII, a estimativa da população indígena, somente no estado do Maranhão, girava em torno de 250.000 indivíduos (Hemming, 2007, pp. 731-732).

Pela perspectiva histórica de colonização do território maranhense, é relevante destacar a presença francesa pelo norte do Brasil. Mas isto não significa que não havia interesse português na região. O que alguns historiadores mais conservadores não evidenciam, por motivos óbvios, é que o retardo da ocupação portuguesa decorre de diversas tentativas frustradas de alcançar a região, como os naufrágios dos donatários João de Barros e Aires da Cunha (1535)[1] e Luis de Melo e Silva (1554 e 1573) e do fracasso de outras expedições que buscaram chegar por terra, como a de Gabriel Soares de Souza (1591), Pero Coelho de Souza (1603) e dos jesuítas Francisco Pinto e Luis Figueira (1607) (cit. in. Lacroix, p. 27).

Portanto, a dificuldade de colonização da ilha de Upaon-Açu pelos portugueses se deveu a uma série de infortúnios e a alianças entre os grupos rivais. Entre fins do século XVI e início do XVII a corte francesa empreendia esforços na implantação da "França Antártica", um empreendimento que propunha minar a afirmação hegemônica portuguesa na América do Sul, fixando marinheiros, entrepostos e até mesmo pequenos núcleos desde o Rio de Janeiro até o Caribe.

Durante os carnavais na França, em meados do século XVI, tornou-se moda a presença da figura do ameríndio em representações que enfatizavam a aventura colonizadora francesa.

> Na França de 1550, por exemplo, celebrou-se uma grande festa de Rouen, presenciada por Henrique II, Catarina de Médici e toda a corte, e nela simulou-se, como espetáculo, um combate entre índios Tupi e Tabajara. Protagonizaram a festa cinquenta índios recém capturados no Brasil e um grupo de marinheiros franceses que imitava os índios – falando bem a língua e gesticulando como os "selvagens": todos, sem exceção – e eram dezenas, no mínimo, os homens que bailavam para a corte francesa –, entraram em cena completamente nus..." (Ferdinand Denis, Une fête brésilienne célebrée à Rouen em 1550. Cit. in. Vainfas, p. 263)

Era comum na época a demonização do indígena, expressa nos tratados, debatida nas cortes e representada nas artes, movimento em contrário às primeiras cenas do descobrimento, nas quais a figura do ameríndio "ocidentalizado" evocava a dominação dos novos territórios. Em 1562, alguns índios tupinambás foram levados para Europa, com o objetivo de serem exibidos ao rei da França, Carlos IX, e sua corte. Desta experiência, o ensaio de Montaigne, Dos Canibais, é considerado uma das primeiras obras de tolerância sociocultural, pois tenta avaliar as diferenças entre as culturas e a convivência entre ambas de forma pacífica.

No início do século XVII consolida-se a aliança entre os franceses e os índios do Marañón, os Tupinambá, com os quais já vinham mantendo relações de escambo havia vários anos. A chegada da frota de Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, a 26 de julho de 1612, no golfo maranhense, não encontrou qualquer resistência dos Tupinambá. Dos primeiros relatos dos viajantes[2] recolhe-se informações de que existiam, somente na ilha de São Luís, "27 aldeias com cerca de 12 mil pessoas que viviam da horticultura, caça e pesca, orientados por um complexo universo mágico-religioso, destacando-se o mito da 'terra sem mal', o paraíso Tupinambá" (CPHNAM, 2008, p. 13).

Devido às dificuldades descritas anteriormente a região ficou praticamente esquecida pelos

1 João de Barros foi o primeiro donatário da Capitania do Maranhão. É autor da crônica do reinado de Dom João II e as Décadas da Índia, relativas às proezas dos portugueses naquela colônia. O rico mercador Aires da Cunha morreu afogado no naufrágio da sua embarcação, na costa maranhense. Os herdeiros de João de Barros organizaram nova expedição de posse do território, em 1554, mas também foram derrotados pelos tupinambás e franceses.

2 Os primeiros relatos desta empresa francesa no Maranhão são os frades Claude d'Abbeville, que fazia parte da frota de La Touche, e Yves d'Evreux, que aportou um ano depois, em 1613, além do cronista da frota Louis de Pézieux.



Figura 2. Fernandes, V. Primeira representação do ameríndio, datada entre 1501 e 1506. Adoração dos Reis Magos, retábulo da Sé de Viseu, Portugal. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-grao-vasco/

interesses coloniais portugueses. No ano de 1612, o francês Daniel La Touche e 500 homens, chegam à região para fundar a França Equinocial, como era denominada à época a linha equatorial. A própria fortificação que deu origem à cidade de São Luís foi construída com a colaboração dos tubinambás da ilha, de acordo com os relatos do frade cappuccino Claude d'Abbeville. Seus relatos em A História das Missões dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas (1614), bem como as gravuras de Léonard Gaultier e a larga divulgação da amizade com os Tupinambá tinham o claro objetivo de incentivar novos comanditários franceses a colonizar o Maranhão[3].

> Após o desembarque dos franceses na ilha de Upaon Açu, atual São Luís, foi realizada a cerimônia de posse de fundação da França Equinocial. Logo depois, uma comitiva formada por Rasilly, o Barão de Sancy e os padres Claude de Abbeville e Arséne de Paris foi incumbida de reconhecer as aldeias de toda a região. Acompanhou a comitiva um francês que já residia na ilha do Maranhão, denominado David Migan, que serviu de intérprete e guia.

Nesta empreitada, parte dos franceses espalhou-se pelas aldeias para viver conforme o costume da terra, como chetausaps, isto é, hóspedes ou compadres. A relação com os hóspedes era íntima e eram tratados como filhos, vivendo nos costumes dos indígenas, caçando e pescando. (Yves d'Évreux. Cit. in: Bandeira, 2013, p. 11)

A situação de chetausaps destacada por Arkley Bandeira será fundamental para a permanência francesa no Maranhão e para selar o destino dos Tupinambá após a expulsão dos mesmos. Quando, em 1613, missionários franceses levaram índios Tupinambá à corte de Luís XIII, que era então a representação mais perfeita do padrão de "civilização", seus súditos puderam acompanhar o discurso em tupi do morubixaba Itapuku, em pleno salão real do palácio do Louvre (Abbeville, 1975, p. 334). A imagem do "índio bom", fruto da catequese capuchinha no Maranhão, também foi de grande importância para as pretensões francesas nas Américas.

A presença francesa e, posteriormente, a holandesa (depois de 1640, especialmente no Pernambuco), na costa norte e nordeste da colônia, é marcada, portanto, por novas perspectivas de contato com os indígenas, uma vez que os não ibéricos apresentavam outro comportamento no concernente aos índios. De modo geral, havia uma aliança entre os franceses e holandeses com grupos da costa, como o exemplo da experiência com os Tubinambá, que girava em torno da troca de mercadorias e favorecimentos, principalmente

3 Uma importante análise sobre as fontes que tratam do empreendimento francês no Maranhão e a fixação da origem francesa de São Luís no imaginário maranhense, ainda que toda a cidade em torno do forte tenha sido levantada pelos portugueses, é desenvolvida por Maurice Pianzola, Os Papagaios Amarelos – Os franceses na conquista do Brasil (1992).

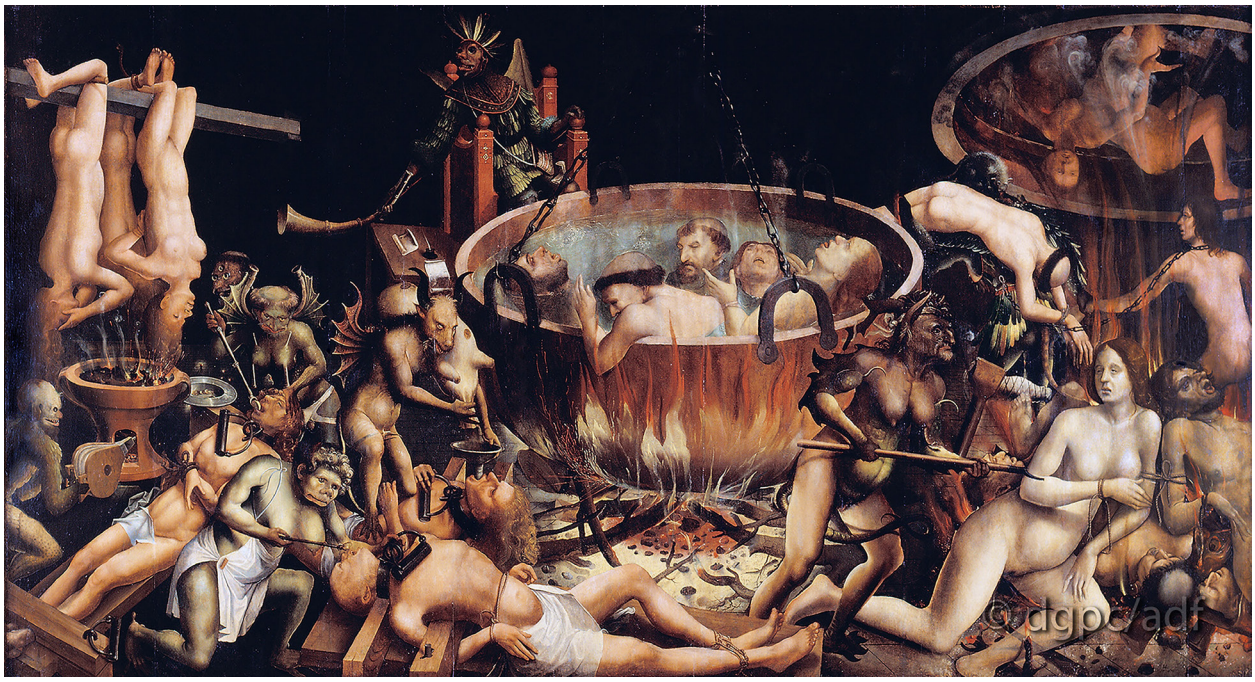
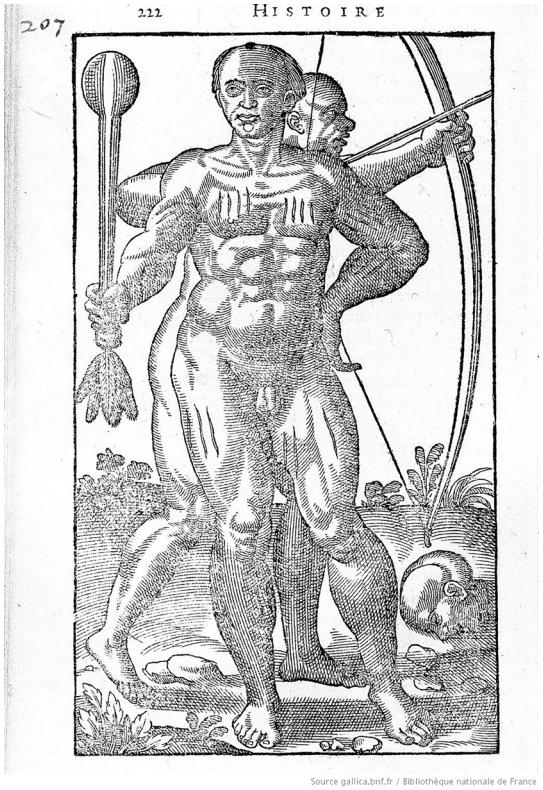


Figura 3. "O Inferno" - Detalhe de uma tela portuguesa em que o índio é associado aos demônios. Autor desconhecido, meados do século XVI. Disponível em: http://museudearteantiga.pt/

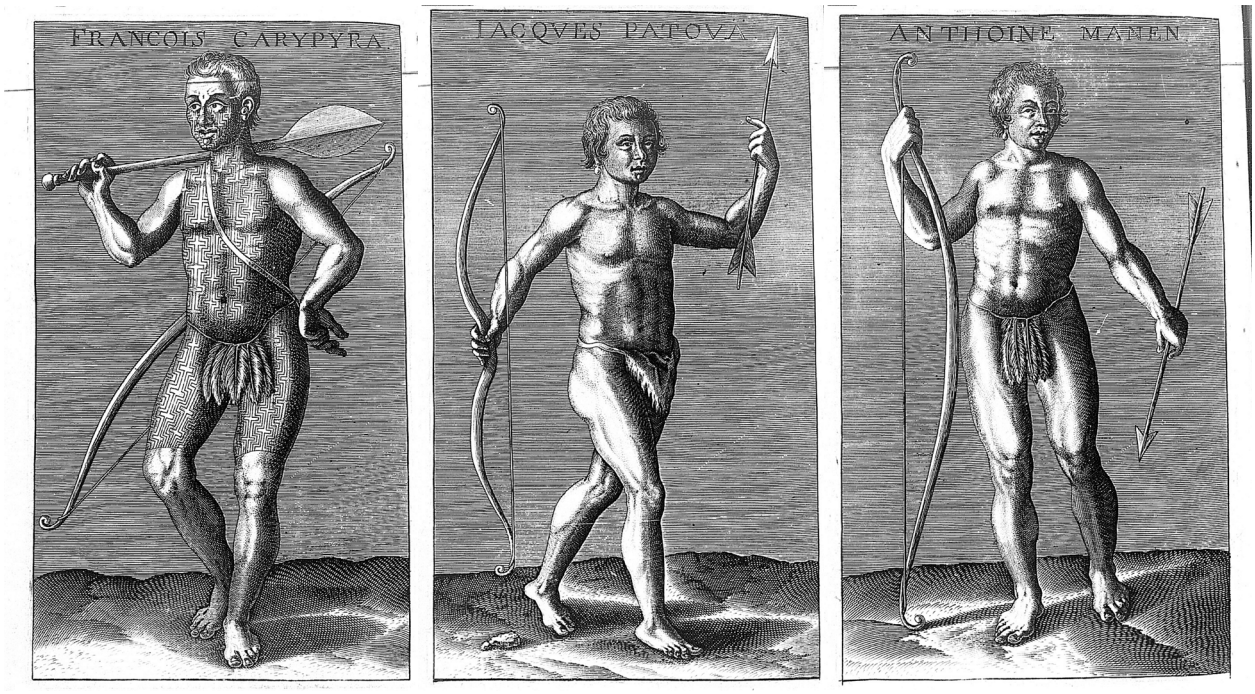




Figuras 4 e 5. Tupinambás choram seus mortos. Guerreiros tupinambá. Cenas representadas na obra de Jean de Léry, História de uma viagem à terra do Brasil, também chamada América (1580). Imagens disponíveis em: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2000031d/f9.item



Figuras 6 e 7. Detalhes do tríptico de Floriano Teixeira, exposto no saguão do Palácio dos Leões, em São Luís, sede do governo maranhense, em representação aos primeiros contatos entre os índios Tupinambá e os franceses. Floriano Teixeira, Fundação da cidade de São Luís, 1972. Óleo sobre tela, tríptico, 2,18 x 2,18 cada. Reproduzido de: Lacroix, 2008



Figuras 8, 9 e 10. Durante uma das diversas viagens em que o padre Claude d'Abbeville acompanhou lideranças Tupinambá à corte de Luís XIII alguns índios não sobreviveram ao frio do hemisfério norte e morreram antes mesmo de desembarcarem e serem batizados, recebendo nomes cristãos junto com a alcunha indígena. Gravuras de Léonard Gaultier, disponíveis em: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2000037w/f3



Figuras 11, 12 e 13. Os caciques que sobreviveram à travessia do Atlântico aparecem nas gravuras de Gaultier já trajando roupas adequadas para o frio europeu, apresentando os novos nomes cristãos e portando a flor de lótus, símbolo da corte de Luís XIII, portanto, representando a lealdade ao monarca e a aliança entre os índios. Disponíveis em: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2000037w/f3

acesso às áreas de exploração de minérios, uma relação de quase vassalagem, ao invés da escravização, catequese, aculturação e expulsão oferecida pelos portugueses.

La Touche partiu, em julho de 1613, em viagem de exploração pelos rios Tocantins e Araguaia, com uma comitiva de "40 bons soldados e 10 marinheiros, mais 20 índios da língua geral" (Barros da Silva, 2010, p. 55). Após arregimentar mais índios tupinambá no Pará, seus comandados chegam até os núcleos do que seriam hoje as cidades de Itaguatins, no médio rio Tocantins, e Araguatins, no médio rio Araguaia.

Foi enquanto os franceses empreendiam missões de reconhecimento dos grandes rios do norte que, em 1615, os portugueses reassumem a região, sob o comando do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque. O nome da ilha manteve-se São Luís, homenagem ao rei francês, mas a região voltou a ser de Portugal desde a batalha de Guaxenduba, em novembro de 1614, definitiva para a afirmação portuguesa na região norte[4]. Tendo como aliados os índios tabajaras, que acompanharam as tropas portuguesas vindas de Pernambuco e Rio Grande do Norte, o contingente português sobrepujou a aliança entre franceses e tupinambás (Carvalho, 2014). Um ano depois, em novembro de 1615, os franceses abandonam definitivamente o projeto da França Equinocial e os Tupinambás iniciam sua saga rumo à desintegração sob o jugo português.

Baseado nos relatos dos cronistas da época, quando os portugueses finalmente reconquistam a costa norte, em 1614, o interior do Maranhão está ocupado majoritariamente por grupos de fala tupi. O que fortalece a tese de Panachuk (2016) da associação entre as culturas pelo interesse comum na pedra verde, o que influiria objetivamente na organização social e nos modos produtivos, como o modo de fabricação da cerâmica, por exemplo.

Em 1620 chegam açorianos à cidade e a plantação de cana para produção de açúcar e aguardente torna-se a principal atividade econômica, utilizando-se mão de obra indígena. Os holandeses, comandados por Mauricio de

4 Nos Annaes Historicos do Estado do Maranhão (1749), de Bernardo Pereira de Berredo e Castro, que exerceu o cargo de governador da província de 1718 a 1722, encontram-se informações mais detalhadas sobre a real situação dos Tupinambá após a Batalha de Guaxenduba e da sequência dos fatos que levou ao "extermínio" dos índios, a Guerra dos Tupinambás, de 1617.

Nassau também fizeram uma tentativa de se fixar na região. Em 1641, chegaram pelo porto do Desterro, saquearam a cidade e lá ficaram até serem vencidos três anos depois. O governo colonial, objetivando firmar sua possessão ao norte, decide fundar o estado independente do Maranhão e Grão-Pará, inibindo os constantes ataques e invasões à cidade de São Luís e à costa norte[5].

Justamente pela região estar isolada do restante do Brasil, inclusive negociando diretamente com Portugal e contando com um governador próprio, nomeado pelo rei, "os jesuítas sentiram que deveriam fazer algo em relação às províncias setentrionais do Maranhão e do Pará" (Hemming, 2007, p. 460). O jesuíta Luís Figueira chegou ao Maranhão logo após a expulsão dos franceses. Impressionou-se com a precariedade em termos de colonização da região, ainda repleta de índios não convertidos e de poucos colonos. Exerceu grande influência junto ao governador Antônio Moniz Barreiros, de quem recebeu um engenho de açúcar próximo a São Luís. Figueira, porém, não teve tempo de estender a toda a região amazônica seus projetos para a catequese. Foi morto por índios Aruãs na ilha de Joanes (Ilha de Marajó no Pará), após o barco em que se dirigia a Belém naufragar, em 1643.

Fato político de grande efeito para o futuro dos grupos indígenas da região foi a expulsão dos jesuítas, que se dá definitivamente em 1759, e a implantação dos chamados Diretórios como forma de representação do Estado na administração indígena. A desastrosa experiência dos Diretórios perdurou por mais de quarenta anos entre os grupos do Maranhão e da Amazônia, e logo seria estendida às demais províncias. Dentre outras imposições, como exemplos, proibia o uso do tupi-guarani (o nheengatu, ou língua geral) difundido pelos missionários e instituía um período transitório de seis anos para conceder total liberdade aos índios e posse de suas aldeias, o que nunca ocorreu.

A expulsão da ordem jesuíta do Brasil se dá pela influência que os padres tinham junto à população e à economia colonial, dificultando a afirmação da soberania da corte portuguesa e, na ótica da administração pombalina, prejudicando o desenvolvimento econômico da Coroa. Contudo, o monopólio que a ordem religiosa detinha com relação ao fornecimento da mão de obra indígena (leia-se escravização), também foi a causa da radicalização da Coroa. A Lei das Reduções, de 1611, previa que índios mantidos escravos deveriam ser libertos após dez anos de cativeiro. Mas, ainda em 1626, a corte era conivente com subterfúgios e argumentações de colonos e religiosos que aludiam à necessidade de se manter os cativos para a sobrevivência, tanto dos próprios cativos, quanto dos empreendimentos agrícolas e de subsistência.

Existiam diferentes tipos de aldeias, identificadas pelo modelo de utilização da mão de obra indígena. Nas fazendas das ordens missionárias, tanto nos aldeamentos próximos aos centros urbanos quanto nas aldeias do sertão, os trabalhos eram direcionados para os propósitos da ordem religiosa; nos aldeamentos administrados por funcionários do Governo, a mão de obra indígena servia como reserva na construção de obras públicas e nas atividades da pesca e das salinas; e havia, ainda, as fazendas de repartição, que alocavam indígenas como mão de obra doméstica e na agricultura. Este modelo de organização dos aldeamentos, porém, não escondia a questão central da escravização indígena, defendida pelos colonos e pelos próprios governadores (Wehling & Wehling, 2012, p. 224).

Luiz Carlos Villalta (1997), em seu texto sobre a fluência das línguas nativas durante os primeiros tempos da colonização e as influências exercidas pelo tupi e outras línguas na composição de uma forma de linguagem específica da nova nação brasileira, elenca as diferenças de incorporação de elementos indígenas nas várias frentes de colonização. Para este autor, a "língua geral do sul", difundida a partir de São Paulo, originara-se no tupi dos índios do litoral e do alto rio Tietê e tinha pouca diferença em relação à língua tupinambá. O papel dos missionários foi fundamental

5 Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés (2000) faz uma análise sobre o processo de surgimento e formação da cidade de São Luís, sua importância para a consolidação da colônia e o esforço português para manter e urbanizar a Província. Neste sentido, recomenda-se consultar o inventário da cidade, editado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Senado Federal, intitulado São Luís – Inventário e Pesquisa (2007).

para a preservação dos elementos tupinambá, difundindo e transformando esses elementos para melhor aceitação entre as demais etnias. José de Anchieta, em 1595, e o padre Luís Figueira, em 1621, compuseram gramáticas do tupinambá com essa finalidade. A proibição do tupi-guarani, na fase do Diretório, também foi uma estratégia de legitimação portuguesa à posse do território, ainda que essa medida tenha se restringido às elites.

Pela amplitude de influência da nação Tupinambá na região do leste amazônico, a sua cultura material se espalhou e se difundiu entre outros grupos, culturalmente aparentadas pelo tronco linguístico tupi. Além de desenvolverem técnicas de plantio da mandioca, milho e amendoim, eram caçadores, pescadores e coletores. Para armazenar mantimentos, e outras funções rituais, se tornaram excelentes ceramistas. Os utensílios em cerâmica e os padrões dos desenhos nas peças são as referências mais conhecidas destes índios antepassados.

Para José Proenza Brochado (1984), a tradição cerâmica Tupinambá se afilia à cerâmica Marajoara, pela manutenção de algumas formas como as vasilhas abertas de bocas elípticas e quadrangulares. A pintura policromada concentrada nas bordas reforçadas também foi mantida. Mas as formas fechadas e as formas antropomórficas foram abandonadas pelos Tupinambá, bem como



Figura 14. Cena de festim tupinambá reproduzido da obra de Pero de Magalhães Gandavo, Tratado da Terra do Brasil (1573), em que se pode notar a diversidade de vasilhas cerâmicas. (GANDAVO, 1980, p. 83)

Todos os objetos rituais e ornamentais, as armas e objetos utilizados nas batalhas, apliques corporais e demais utensílios, estão descritos no clássico texto de Alfred Métraux (1948), The Tupinamba. Do mesmo modo Métraux descreve as pinturas corporais e tatuagens, usadas tanto nos homens quanto nas mulheres, como uma marca característica desses antigos índios. As peças mais majestosas, a que se refere o antropólogo, são as plumarias. Esses mantos rituais foram enviados,



Figuras 15 e 16. A exuberância da arte plumária dos Tupinambá fez com que chegassem a ser confundidos como parte do Império Astecas pelos europeus. No detalhe manto ritual feito com penas de íbis, guarás e papagaios. Imagens disponíveis em: https://museudoindio.wordpress.com

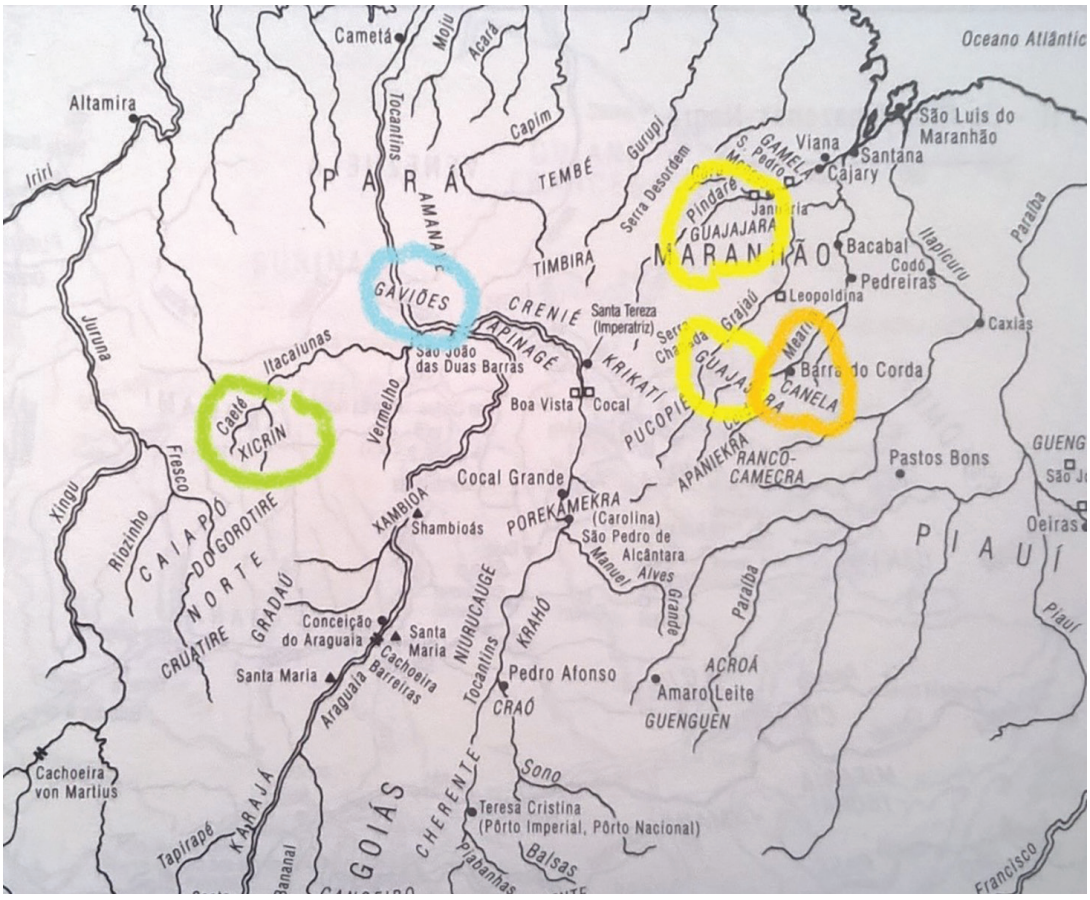


Figura 17. Configuração dos remanescentes indígenas entre Maranhão e Pará, com destaque para as grandes manchas de Guajajaras, circulados em amarelo, entre os rios Pindaré, Grajaú e Mearim; seus vizinhos Canelas, circulado em laranja; os índios Gavião, circulados em azul, já na confluência entre o Araguaia e o Tocantins; e os Kayapó Xikrin de Cateté, marcados em verde, já na serra de Carajás. Recorte do mapa disponível em HEMMING, 2009, mapa III

ainda pelos colonizadores holandeses, para os salões reais.

Os remanescentes tupi-guarani presentes no Maranhão são os Tenetehara/Guajajara, os Ka'Apor e os Awá-Guajá. Além desses povos, existem grupos exclusivamente Guarani, na área indígena Pindaré, e Tembé/Tenetehara na área indígena Alto Turiaçu. Contudo, como será detalhado à frente, os povos que estão relacionados com a região do traçado da Estrada de Ferro Carajás são os Guajajara e os Awá-Guajá.

Diferentemente dos Tupi da costa, que sempre tiveram contato direto com os colonizadores, os demais povos espalhados pelo interior do Brasil tiveram contato com os não índios desde os Descimentos. "Constantes e incentivados ao longo da colonização (desde o Regimento de Tomé de Souza de 1547 até o Diretório Pombalino de 1757), os descimentos são concebidos como deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias" (Perrone-Moisés, 1992, p. 118). Obviamente, aqueles grupos que não se submetiam aos aldeamentos estavam sujeitas às "guerras justas" e ao apresamento. Em geral, e de forma bastante abrangente, estes povos estão ligados à cultura Jê que, pelo antagonismo à proliferação das estruturas tupis, manifestam sua cultura de forma mais explicita e visível. Para a compreensão das expressões e os modos de vida desses povos é preciso entender a dualidade com que representam sua cosmogonia com parâmetros bem definidos entre o centro e a periferia, o alto e o baixo, o leste e o oeste, e assim por diante.

Os principais remanescentes do tronco linguístico Macro-Jê no Maranhão e oeste do

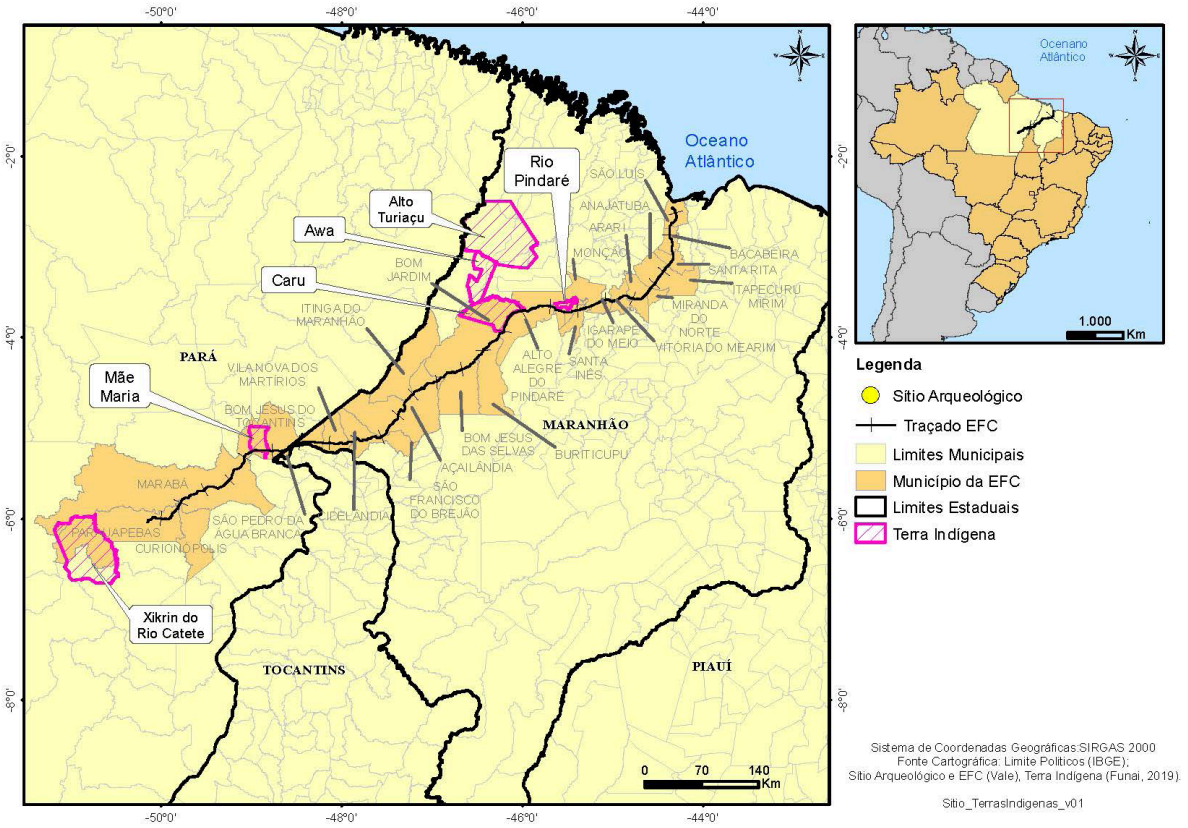
Pará são os índios Timbira: Gavião (Parkatejê e Pukobyê), os Canela (Rankokamekrá e Apaniekrá), os Krikati e os Timbira (Krepum Kateyê e Krenyê). Dentro das áreas compreendidas pela Estrada de Ferro Carajás, encontram-se a Terra Indígena de Mãe Maria, já em Bom Jesus do Tocantins, no Pará, predominantemente área dos índios Gavião (Parkatejê, Akrâtikatejê e Kyikatejê), e os Kayapó Xikrin de Cateté, na Terra Indígena desse povo na Serra dos Carajás, em Parauapebas, PA.

2 NAÇÕES DA TRADIÇÃO TUPI

2.1 GUAJAJARAS (TENETEHÁRAS)

Por serem descendentes diretos dos Tupinambá, os relatos sobre os Guajajaras se confundem com os dos seus ancestrais. De qualquer modo, os Guajajaras começam a surgir para os cronistas do século XVII com as expedições de guerra e apresamento empreendidas pelos portugueses logo após a vitória contra os franceses no Maranhão. Por volta de 1850, um grupo de Tenetehára se deslocou para o nordeste do Pará e foi sendo identificado como Tembés. John Hemming, ao longo de sua vasta obra sobre etno-história dos índios brasileiros, é enfático ao afirmar que entre todas as nações indígenas brasileiras os Guajajaras foram os únicos que sobreviveram como uma tribo coerente até os dias de hoje (2007, p. 316).

Atualmente é um dos povos indígenas mais numerosos no Brasil. Eram cerca de 24.000 indivíduos de acordo com a FUNASA em 2010, habitando 11 Terras Indígenas (TI) na Amazônia Oriental, todas elas situadas no Maranhão. As TI estão situadas na região central do estado, nas proximidades dos rios Pindaré, Grajaú, Mearim e Zutiwa. Porém, os dados cobrem apenas os



Mapa 1. Localização das Terras Indígenas do porto de São Luís à Serra dos Carajás. Destaque para as TI dos Guajajaras no Rio Pindaré, localizada nos municípios de Bom Jardim e Monção, e a TI do Caru, mais a oeste e à direita da linha férrea, também no município de Bom Jardim. Já no Estado do Pará, a EEFC corre nas proximidades da TI de Mãe Maria, terra dos índios Gavião, no município de Bom Jesus do Tocantins, próximo a Marabá, e da TI Xikrin do Cateté, terra dos Kayapó Xikrin

índios aldeados, não havendo estimativas sobre o número de Guajajaras que vivem nos maiores centros urbanos do estado, como São Luís, Santa Inês, Barra do Corda, Imperatriz ou Grajaú.

Uma das expedições de exploração empreendida pelos franceses, singrando o rio Pindaré à procura de metais, foi que primeiro contato teve com os Tenetehára, em 1615. Após esse primeiro momento, a frente de colonização portuguesa assola os Guajajaras/Tenetehára com a guerra contra os Tupinambás e a escravidão.

Em 1637, o rei Felipe IV transforma Bento Maciel Parente donatário da Capitania do Cabo do Norte e governador geral do Maranhão. Seus relatórios enviados sistematicamente ao rei indicam a localização de vários grupos, desde o interior do Maranhão até o Oiapoque (ao norte do atual Amapá), povos que vieram a ser derrotados, escravizados ou mesmo exterminados por suas expedições. "Dando prosseguimento à guerra contra os aliados índios [dos holandeses], conquistando doze províncias" (cit. in. Hemming, 2007, p. 343) entre elas as terras dos Guajajaras e Tupinambás.

Os lucrativos apresamentos se tornam prática comum, mas encontram um refreamento com a chegada das missões jesuítas, em 1653. Com a intensificação das guerras de redução dos índios após a retirada francesa, a ação dos jesuítas se torna ainda mais relevante, principalmente com a intensificação da procura por ouro e drogas do sertão, se expandindo para o interior, em fins do século XVII. As missões trazem paz para as aldeias, mas ao custo de dependência, servidão e perda da identidade cultural.

Apesar de todo o descaso com a questão indígena, ao fim do período do Diretório o contexto era mais favorável aos índios no Maranhão. A chamada "Fronteira Tocantins-Araguaia" se mantinha, entre fins do século XVIII e início do XIX, como área livre da penetração massiva dos colonizadores. No Maranhão, os poucos colonos estavam dispersos pelos latifúndios. Ainda desorganizados e sem coesão social, não constituíam ameaça para os numerosos grupos de guerreiros – os gamelas, os guajajaras e grupos de timbiras. Podia-se mapear três grandes grupos indígenas no Maranhão e na Fronteira Tocantins-Araguaia no período, os populosos grupos de fala tupi dos Guajajaras, Tembés e Amanaiés, conhecidas coletivamente como Teneteharas que ocupavam o médio rio Mearim, o Grajaú e sobretudo os rios Pindaré e Gurupi, já avançando pelo Pará; "os gamelas, que viviam no baixo Pindaré, Mearim e Grajaú, não muito distanciados de São Luís"; e, mais próximos dos Tenetehara, "havia diversas subtribos de timbiras de fala jê, índios das planícies, bem apessoados e belicosos, inimigos dos grupos de fala tupi e mais resistentes à influência da fronteira" (Hemming, 2007, p. 325).

A demanda por trabalhadores voltada para a "frente da borracha" na Amazônia, a partir de 1850, fez com que os campos do Maranhão se esvaziassem. Não tendo outra alternativa, os interesses dos fazendeiros se voltam novamente para o braço forte do índio. Empreenderam-se, então, tentativas de aliciar os Timbiras, ou seja, mais massacres, somando-se às diversas epidemias. Esse quadro foi o bastante para levar à extinção alguns grupos, como os Creniés, cujos últimos 91 indivíduos, reduzidos em 1862, estavam condenados pela febre (Hemming, 2009, p. 327).

As autoridades tinham maiores esperanças de "civilizar" os Guajajaras, mais dóceis e industriosos. Um relatório de 1855 afirmava existirem oito aldeias desses índios no alto Pindaré; eles se ocupavam de extrair bálsamo de copaíba e eram "felizmente dotados para a vida social". Outra colônia foi fundada para os guajajaras pindarés em Januária, onde o rio Caru se junta ao Pindaré, por Capuchinhos italianos. Perto de Barra do Corda, 250 quilômetros ao sul de Januária, viviam 2.600 guajajaras que protagonizaram um dos últimos confrontos entre estes e os não índios colonizadores. Esperava-se que pudessem ser facilmente convertidos ao cristianismo e encarregados de trabalho "útil". Tanto John Hemming, quanto Peter Schröeder apresentam versões semelhantes e complementares sobre a "revolta" dos Guajajara, de 1901.

> A ojeriza dos guajajaras contra o regime missionário transformou-se em desespero e fúria quando, em 1900, uma epidemia de sarampo matou trinta crianças na escola missionária. No dia 13 de março de 1901 os índios atacaram a missão, liquidaram os missionários - quatro frades, sete freiras e uma noviça - e todos os brancos que

> trabalhavam no local ou se encontravam ali para matricular os seus filhos. Em seguida puseram-se a atacar as fazendas, os viajantes e os mascates. Era a guerra aberta. Por três meses os índios defenderam seu território com trincheiras e barricadas. Estavam suficientemente aculturados para compreender as táticas de luta dos não índios e, ademais, possuíam um arsenal de velhas armas de fogo. A princípio, sua maior familiaridade com as matas deu-lhes alguma vantagem, até que os não índios aliciaram os inimigos tradicionais da tribo, os rancocamecras (canelas) de fala jê [ver o verbete sobre os canelas à frente]. O cacique major Delfino Kikaipó enviou um contingente de quarenta guerreiros canelas para apoiar uma tropa fortemente armada de 140 policiais, milicianos e colonos. Os guajajaras foram derrotados numa batalha em meados de junho. (Hemming, 2009, pp. 330-331)
>
> A maior revolta, no entanto, foi causada por um empreendimento de missão e colonização dos capuchinos, a partir de 1867, em Alto Alegre, na região atual de Cana Brava. Em 1901, o cacique Cauiré Imana conseguiu unir um grande número de aldeias para destruir a missão e expulsar todos os não índios da região entre as cidades de Barra do Corda e Grajaú. Poucos meses depois os índios foram derrotados pela milícia (composta de contingentes do Exército, da Polícia Militar, de indivíduos da população regional e de guerreiros Canelas) e perseguidos por vários anos, o que fez muito mais vítimas entre os Guajajara do que entre os brancos. A revolta de Alto Alegre representa um dos incidentes mais importantes na história deste povo.

Novos conflitos sangrentos surgiram a partir dos anos 1960 e 70, com a expansão descontrolada de latifúndios no centro do Maranhão, empurrando muitos posseiros para dentro das Terras Indígenas. O maior palco desse conflito foi de novo Cana Brava, com o povoado ilegal de São Pedro dos Cacetes, que existiu de 1952 a 1995 e contra qual os Guajajara tiveram que resistir quatro décadas. Outras ameaças surgiram a partir dos anos 1980, com o Programa Grande Carajás e com a cobiça de pequenas madeireiras. (Schröder, 2004, p. 8)

Para o antropólogo Peter Schröder, as recorrentes tentativas de desestruturação da cultura Guajajara, também decorrente do violento contato com outras etnias indígenas, como os Guajá, os Urubu-Ka'Apor e vários grupos timbira, entre eles os Canela, causou fortes ressentimentos entre as etnias.

2.2 AWÁ-GUAJÁ (OU GUAJÁ)

Ainda não é claro para os pesquisadores a origem do povo Guajá. Eles se proclamam de Awá, que significa "homem", "pessoa", "gente" na língua tupi. São considerados os últimos povos caçadores coletores do Brasil. Além dos grupos aldeados, um certo número de Guajá vive na floresta, sem contato constante com o meio urbano. A teoria mais aceita é de que se originaram de um grande grupo Tupi-Guarani, oriundo da região do baixo rio Tocantins, no Pará, juntamente com elementos Guajajara (Tenetehára), Tembé e Ka'Apor, que se dispersou a partir da expansão colonial e que tenham se deslocado para o Maranhão com a eclosão da Revolta da Cabanagem (1835-40) (Forline, 2015, p. 14).



Figura 18. Acampamento Guajá. Foto: Mércio Gomes, 1980. Imagem disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guaja/206

As informações existentes sobre os Guajá anteriores ao contato, esparsas entre relatos de missionários e exploradores, foram compiladas por Curt Nimunendajú, e publicadas no terceiro volume de seu Handbook of American Indians, em 1949. Os primeiros contatos com a sociedade

em geral datam de 1973. Até então acredita-se, por seu perfil tradicional, que viviam da caça esporádica de pequenos animais e da coleta de frutos silvestres. Especula-se que no passado os Guajá praticavam algum tipo de agricultura, mas devido à pressão dos grupos inimigos mais numerosos, como os Ka'Apor, abandonaram essa prática. Atualmente, são considerados os últimos povos caçadores-coletores das terras baixas da América do Sul (O'Dwyer, 2013).

Os Guajá contatados vivem no noroeste do estado do Maranhão, nas Terras Indígenas Alto Turiaçu e Caru. A partir de 1982, o poder público empenhou esforços para estabelecer uma nova área para os Guajá, a TI Awá. A criação desta reserva em 2005, ligou a TI Caru à TI Alto Turiaçu, estabelecendo assim um terreno contínuo, em tese menos sujeito a invasões. Além de fornecer mais segurança, esta fusão proporciona aos Guajá uma maior área para continuar as suas atividades de subsistência. Elas servem ainda como um território próprio, dado que a TI Caru e a TI Alto Turiaçu são compartilhadas com as etnias Ka´apor, Timbira e Guajajara (ISA).

2.3 KA'APOR (CAAPORE OU URUBU)

Quando, em 1911, o SPI - Serviço de Proteção ao Índio se empenhou no aldeamento dos Ka'Apor, estes foram considerados um dos povos nativos mais hostis do país. São originários do Mato Grosso, das áreas entre os rios Xingu e Tocantins, se distinguindo como grupo étnico por volta do final do século XVII e início do XVIII. Naquele momento histórico, os nativos da região eram identificados como Pacajás. Muito provavelmente devido a conflitos com colonizadores portugueses e brasileiros, iniciaram um lento processo de migração que os levou até os vales do rio Gurupi, entre Pará e Maranhão, onde foram contatados em 1870 (Peggion, 2015, p. 20).

Dos primeiros contatos com o branco este grupo de Pacajás ganhou a alcunha pejorativa de "Urubus". Por esta denominação aparecem em alguns relatos de missionários, inclusive em terras mais distantes. Por exemplo, quando o governo pombalino decide dividir as áreas de atuação das ordens missionárias pela Amazônia (1693), os Urubus constam como fazendo parte da missão dos mercedários, de monges espanhóis, no rio Uatumã e lago Saracá (Hemming, 2007, p. 658), ao norte de Manaus, onde hoje está a barragem de Balbina (AM).

A maior parte dos relatos de contato com os Ka'Apor, ao longo dos 300 anos de migração, desde os antigos Pacajás até o período de "pacificação" em 1928, são de episódios violentos. Os relatos de trabalhadores na implantação da rede telegráfica,



Figuras 19 e 20. Imagens de índios Ka'apor feitas por Darci Ribeiro (1951) pertencentes ao acervo do Museu do Índio, em Brasília. Disponíveis em: https://img.socioambiental.org/v/publico/kaapor/

garimpeiros, coletores de produtos da floresta e de outros grupos, como os Guajajara, Tembé, Guajá e Kren-Yê Timbira, criaram o estigma de perfil belicoso, empurrando os Ka'Apor ao isolamento parcial, recrudescendo a pacificação. De modo geral, os ataques pareciam almejar a obtenção de ferramentas de aço que se usava nas roças e na confecção de pontas de flechas. Finalmente, em outubro de 1928, ambos os lados tinham experimentado violência suficiente. De acordo com o saber tradicional Ka'Apor, um homem Ka'Apor denominado Pa'i ("padre"), "pacificou" (um-katu) os brasileiros no Posto Canindé, na região do Gurupi. (PEGGION, pp. 23-24)

3 NAÇÕES DA TRADIÇÃO JÊ

De modo geral, as nações que não falavam o tupi eram identificadas como tapuias, "gente de língua estranha", "inimigos contrários", identificados como de tradição Jê ou Macro-Jê. A ideia dominante, a partir da exposição de Alfred Métraux (1948), é a de que os tupis haviam migrado sentido sul-norte, fato recente na época dos primeiros contatos com os portugueses no litoral. A hegemonia tupi pela faixa litorânea, com exceção de grupos tapuia que resistiram na foz de alguns rios (FAUSTO, 1992), empurrou os tapuias para as matas do interior.

A generalização sobre os tapuias foi um processo engendrado pelos seus "interlocutores", os tupis, e os primeiros cronistas europeus, formando dicotomias que justificavam uma série de políticas de ocupação pelo interior do território, contrapondo os povos do "litoral e mata tropical" aos do "interior e caatinga", a "homogeneidade" dos tupi e a "diversidade", no sentido de desunião, dos tapuia, a "imposição de um contato direto e sistemático" à "ausência de informações seguras" (DANTAS et al, 1992, p. 432).

Espalhados por toda a faixa norte do país, a grande nação tapuia dos Timbira, mais homogênea cultural e linguisticamente, se subdivide no estado do Maranhão e no oeste do Pará em grupos indígenas que mantêm suas características linguísticas: os Gavião (Krikati e Pukobyê, no Maranhão; Parkatejê, Akrâtikatejê e Kyikatejê, no Pará), os Canela (Ramkokramekrá e Apanyekrá, no Pará) e o grupo Kayapó Xikrin do Cateté, concentrados na Serra de Carajás, também no Pará.

3.1 Gavião (Krikati, Pukobyê, Parkatejê, Akrâtikatejê, Kyikatejê)

Os primeiros contatos com os Timbira, depois diferenciados pelo termo Gavião para alguns grupos, deu-se pelas bandeiras do século XVIII. A pecuária extensiva que vinha abrindo caminhos pelo sertão, desde a Bahia, passando pelo atual Tocantins e atingir a região do Piauí, vinha empurrando grupos Timbira até chegar ao Maranhão.

Uma Carta Régia, de 5 de setembro de 1811, favorável ao incremento das roças de arroz e algodão na região norte do Maranhão, permitia a escravização "temporária" dos índios do Tocantins e Araguaia que resistissem à abertura de novas áreas de cultivo. Em decorrência, todos os Timbira entre os vales do Mearim e Tocantins foram empurrados para o Pará ou foram aniquilados. "É bastante provável que os Gaviões do Oeste, que habitam a floresta junto ao rio Tocantins, no Pará, seriam uma facção dos Pukobyê, que deles se separou no século passado, recusando-se ao contato com os colonizadores" (MELATTI, p. 51). A região foi definitivamente "pacificada" por volta de 1852, com a criação da cidade de Imperatriz – MA.

Pela denominação de Gavião são comumente reconhecidos alguns grupos Timbira: os Pukobyê (ou Pykopjê) e Krikati, presentes no oeste e sul do Maranhão, e os Parkatejê, presentes no leste do Pará. Conflitos com os não índios, como citado acima, e desentendimentos internos entre esses grupos de Timbiras levaram ao seu desmembramento. Dentre os assim chamados, Curt Nimuendajú qualificou de "ocidentais", "de oeste", ou ainda "da mata", aos que vivem na bacia do Tocantins, a fim de os distinguir assim dos Pukôbjê e Krikatí, do alto Pindaré no Estado do Maranhão, também conhecidos por aquela designação.

Na primeira metade do século XX, com a criação do Serviço Nacional dos Índios e o consequente processo de regulamentação de terras, os "Gaviões de oeste" se distribuíam em três unidades locais autodenominadas conforme a posição que ocupavam na bacia do rio Tocantins.



Figura 21. Cena dos Gavião Parkatejê já na Terra Indígena de Mãe Maria, numa nova realidade para este povo, com casas de alvenaria dispostas nas mesmas condições das aldeias, de forma circular. Foto: Saulo Peteam, 1983. Disponível em: www.socioambiental.org/gaviao-parkateje.
(Roteiro da Viagem que fez às Fronteiras da Capitania do Maranhão da de Goyaz no Anno de 1815, cit. in. HEMMING, 2009, pp. 243-244)"

Assim, os Parkatêjê (onde par é pé, jusante; katê é dono; e jê é povo), se identificaram como «o povo de jusante», enquanto os Kyikatêjê (onde kyi é cabeça), «o povo de montante». De modo semelhante, os Kyikatêjê são também designados como «grupo do Maranhão» (não confundir com os Pukôbjê e Krikatí). A terceira unidade, que ficou conhecida como "grupo da Montanha" conforme sua autodenominação Akrãtikatêjê (onde akrãti é montanha), ocupava as cabeceiras do rio Capim. De modo genérico, adotam também uma autodenominação comum a todos, como é indicado na placa de entrada da TI Mãe Maria, próximo a Marabá – PA, de "Comunidade Indígena Parkatêje", como expressão da autonomia conquistada em 1976 (ISA – GAVIÃO PARKATEJÊ).

Os Pukobyê, ou Pykopjê, se diferenciam dos demais Gavião por falarem um dialeto próprio da língua Timbira. Habitam a Terra Indígena Governador, no município de Amarante, centro-sul do Maranhão, mas existem aldeias Pukobyê também nas TI de Rubiácea e Riachinho. As primeiras informações sobre este grupo Timbira surgem no século XVIII, destacando sua resistência frente às entradas e bandeiras, e por serem entre os Timbira o grupo que mais vítimas fez entre os bandeirantes. A situação não se ameniza até por volta de 1850, quando os Pykopjê são finalmente conquistados.

Um segundo período de enfrentamento entre os Pykopjê e a frente de expansão, se deu a partir da década de 1950, desde as especulações sobre a abertura da rodovia Belém-Brasília. A especulação sobre terras produtivas levou pequenos produtores a pressionar a liberação de novas frentes em áreas indígenas, restaurando a situação de tensão fundiária entre os Timbira da região. Foi neste contexto que se homologou a Área Indígena de Governador, no município de Amarante, no sul do Maranhão, em 1982.



Figura 22. Cena dos índios Krikati desfiando fibras de palmeira. Foto: Gilberto Azenha, 1989. Disponível em www.socioambiental.org/krikati

3.2 CANELA (RAMKOKRAMEKRÁ E APANYEKRÁ)

O cerrado do Planalto Central e a confluência do Tocantins-Araguaia era, e ainda é, a terra dos índios da planície de fala Jê. Esta era a rota mais fácil de acesso às províncias do Norte, Maranhão, Pará e Rio Negro. Haviam "grupos de timbiras ao longo do Tocantins e próximo à sua junção com o Araguaia, os Craós, os Apinajés, os Gaviões, os Canelas (Rankokamekra) e outros grupos" (HEMMING, 2009, p. 103).

No Relatório do capitão Francisco de Paula Ribeiro, que participou da Guerra dos Tupinambá, no século XIX, e depois na campanha contra os Timbira, encontram-se passagens de como a inimizade entre as etnias e as epidemias de varíola (chamada por "bexiga") eram utilizadas como estratégia e subterfúgio para dizimar grupos inteiros de Timbiras, sobretudo sobre os Canela do Tocantins (Roteiro da Viagem que fez às Fronteiras da Capitania do Maranhão da de Goyaz no Anno de 1815, cit. in. HEMMING, 2009, pp. 243-244)

Atualmente, no Maranhão, são chamados de Canela os Ramkokamekrá e os Apanyekrá. Os Canela e os Krahô são falantes da mesma língua da família Jê, com algumas poucas variações. O nome Canela, muito provavelmente, foi uma referência dada pelos antigos sertanejos a esses índios por serem visivelmente mais altos, e com pernas mais finas, quando comparados a seus vizinhos os Guajajara, por exemplo. São formados por um grupo de cinco nações remanescentes dos Timbira Orientais, descendentes dos Kapiekran, como eram conhecidos até 1820. Os sertanejos também chamaram de "Canela" os Apanyekrá e os Kenkateye, que foram massacrados e dispersos em 1913. Os Kenkateye separaram-se dos Apanyekrá por volta de 1860. Nimuendajú supõe que os Apanyekrá, que significa "o povo da piranha", eram chamados por esse nome porque pintavam o maxilar inferior de vermelho, remetendo à imagem desse peixe carnívoro (CROCKER, p. 30).

3.3 KAYAPÓ XIKRIN DO CATETÉ (CAIAPÓ DO NORTE)

As estimativas de John Hemming são de que à época do descobrimento haviam cerca de 16 mil caiapós xicrim na região do médio Araguaia (HEMMING, 2007, p. 732). A formação dos diferentes grupos das quais se originaram os atuais caiapós que vivem na TI Xikrin do Cateté, na Serra dos Carajás, se deu por um complexo processo de associações entre grupos de língua Jê. Os caiapós das vizinhanças do atual estado do Tocantins autodenominavam-se Irã'amrayre ("viajantes em campo aberto"), mas eram também conhecidos como índios do Pau d'Arco, em alusão ao rio de seu território com esse nome, ou Gradaú, que é a denominação que lhes davam os Carajás. Por volta de 1815 existiam Caiapós do grupo Gorotire nas savanas e florestas a oeste do baixo Araguaia, os Xikrin (ou Putcarot) ao norte do território dos Gorotires, nos rios Cateté e Pacajá, afluentes do Tocantins, além de Cocorecres (ou Djores), que perfaziam em torno de cinco mil indivíduos desses diversos grupos de Caiapós do Norte na região (HEMMING, 2009, p. 491).

As primeiras notícias de contato com esses Caiapós do Norte dizem respeito a um grupo denominado de Nircuajes, atacados por colonos da região de Carolina (MA), em 1810, forçando os sobreviventes a migrarem para Oeste. Os guerreiros Caiapó do Norte só deixaram de combater os colonos que avançaram sobre seu território depois de 1950. Um dos fatores a seu favor era a proteção da densa cobertura florestal de seu território. Ao contrário de seus irmãos do Sul e outros grupos de fala Jê do Planalto Central brasileiro, muitos dos Caiapós do Norte viveram nas altas florestas tropicais. Outro fator foi que suas terras eram menos cobiçadas pelos pecuaristas do que o campo aberto e o cerrado plano a sudeste.

No ano de 1897, o frei dominicano Gil Vilanova conseguiu convencer chefes caiapós a fundar uma missão, no local conhecido então como Conceição do Araguaia, que chegou a aldear mais de quinhentos Caiapós do Norte. Infelizmente, para os índios, após as revoltas do Maranhão, que eclodiram após a Proclamação da República, aquela era uma área que também interessava aos colonos. Já em 1898, mais de mil não índios estavam vivendo em Conceição.

Os Kayapó Xikrin do Cateté são, portanto, descendentes diretos dos Caiapós do Norte descritos pelos cronistas do século XIX, identificados pelo nome do rio Cateté, que contorna pelo lado oeste da Serra dos Carajás, onde foram primeiramente contatados. São um dos remanescentes dos grupos falantes de língua mebêngôkre, da família Jê. "Compartilham com os Mebêngôkre (Kayapó) uma mesma origem e diversas características socioculturais conhecidas pela literatura antropológica: aldeias circulares, investimento na vida ritual, coletividade em grupos masculinos, dentre outros" (GORDON, p. 510). Atualmente somam em torno de 900 indivíduos, que vivem em duas aldeias dentro da TI, a aldeia Cateté (ou Pukatingrá) e a aldeia Djudjêkô.

4 PÓS-ESCRITO

A dualidade entre civilização e barbárie tem justificado, desde os "descobrimentos", a imposição da cultura europeia nos trópicos, sua lógica mercantilista, sua religião e seus hábitos, a exploração dos recursos naturais e humanos, abertura de frentes pioneiras e a exploração do "outro" em nome do desenvolvimento e da ordem. Ou seja, atos de barbárie foram cometidos para se combater a barbárie (TODOROV, 2003).

O processo civilizatório na nação brasileira pode ser expresso no drama da "quase-fatalidade" da experiência colonizadora portuguesa, ao modo exposto pela Dialética da Colonização, de Alfredo Bosi, entre o projeto da Corte e a efetiva ação dos donatários, entre o simbolismo e o didatismo autoritário dos missionários, entre a modernidade e o terror das missões, entre a visão demonizada e a romantizada da condição do nativo (1992, p. 93). E seguem-se novos dramas com o iluminismo combinado às ditaduras, o liberalismo associado à escravidão perpetuada, a população urbanizada enraizada nas manifestações de uma realidade agrária.

Na consolidação do projeto colonial, o imaginário sobre o nativo indômito, violento e resistente à ocupação, é suplantado pelo desafio de perseverar aos imperativos da natureza. Políticas públicas progressistas, que atendam à necessidade efetiva de desenvolvimento

sustentável e de se agregar valor às potencialidades econômicas das riquezas do solo, preconizam um caminho pela não exclusão e com a manutenção dos direitos dos povos indígenas sobre suas terras e pela sobrevivência de sua cultura tradicional. Este é o desafio dos grandes empreendimentos na contemporaneidade, para que a dicotomia civilização versus barbárie seja, definitivamente, tema exclusivo de estudos coloniais.

AGRADECIMENTOS

Ao término dos trabalhos é importante agradecer aos empreendedores a oportunidade de realizar este estudo sobre a formação histórica e Patrimônio Cultural ao longo da EFC. O trabalho não foi apenas uma importante experiência no sentido da busca por novos conhecimentos sobre a região. Antes, o contato com as comunidades do interior maranhense e a convivência com seus modos de expressão foi um aprendizado para a vida.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbeville, C. d'. A História das Missões dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas (1614). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975. (Reconquista do Brasil, v. 19).

Almeida, F.O. Cerâmica antiga na periferia leste amazônica: o Sítio Remanso/MA. In: Amazôn Revista de Antropologia. Vol. 5 n. 1, 2013. pp. 72 – 96.

Arquivo Público Do Estado Do Maranhão. Repertório de Documentação sobre a História Indígena no Maranhão. São Luís: Secretaria Estadual de Cultura, 1997.

Bandeira, A.M. Os pioneiros e seu legado na construção da arqueologia do Maranhão. In: Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. X, nº 19. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2013. pp. 7 – 58.

Barros da Silva, O. Presença da França no Tocantins. Ouricuri, PE: Editora Kelps, 2010.

Belluzzo, A.M. de M. A lógica das imagens e os habitantes do Novo Mundo. In: Donisete, L.; Grupioni, B. (Orgs.). Índios no Brasil. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000. pp. 47 – 58.

Biblioteca Nacional. A França no Brasil. França Equinocial. Disponível em: http://bndigital.bn.br/francebr/equinocial.htm. Acessado em 23 de janeiro de 2015.

Brochado, J.P. An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America. Tese de Doutorado. University of Illinois, 1984. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/138074855/BROCHADO-J-J-J-P-an-Ecological-Model-of-the-Spread-of-Pottery-and-Agriculture-Into-Eastern-South-America#scribd. Acessado em 27 de março de 2015.

Carneiro, A.J.D. Para conhecer os habitantes tradicionais dos castanhais do Médio Tocantins. In: Boletim Técnico N. 7 – Em comemoração ao Centenário de Marabá. Marabá – PA: Fundação Casa de Cultura de Marabá, 2013. Pp. 141 – 148.

Carvalho, J.R.F. Ação e Presença dos Portugueses na Costa Norte do Brasil no Século XVII. A Guerra no Maranhão: 1614-1615. Teresina, PI: Editora da UFPI / Ethos Editora, 2014.

Casa De Cultura Huguenote Daniel De La Touche. Tupinambá – Língua, povo, costumes... Disponível em: http://www.museu-huguenote-brasil.com. Acessado em 22 de janeiro de 2014.

Coelho, E.M.B. A Política Indigenista no Maranhão Provincial. São Luís: SIOGE, 1990.

Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAM-MA). Arqueologia no Maranhão. São Luís, 2008.

Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAM-MA). Conhecendo, valorizando e preservando o patrimônio cultural maranhense. São Luís: CPHNAM / Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAM-MA). Um breve olhar sobre os povos indígenas no Maranhão. Evidenciando as características multiculturais do Estado do Maranhão. São Luís: Secretaria de Estado da Cultura, s/d.

Crocker, W.H. Os Canela. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guaja. Acessado em 30 de janeiro de 2015.

Dantas, B.G., Sampaio, J.A., Carvalho, M.R.G. Os povos indígenas no nordeste brasileiro. In: Cunha, M.C. (Org.). História dos Índios no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras/

FAPESP, 1992. pp. 431 – 456.

Del Priore, M., Gomes, F. Os Senhores dos Rios. Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Évreux, Y. d'. Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 e 1614. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=1HICAAAAYAAJ&ie=ISO-8859-1&redir_esc=y. Acessado em novembro de 2014.

Fausto, C. Fragmentos de história e cultura Tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico do conhecimento etno-histórico. In: Cunha, M.C. (Org.). História dos Índios no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras/ FAPESP, 1992. pp. 381 – 396.

Fernandes, F. A Organização Social dos Tupinambá. São Paulo: HUCITEC, 1989.

Fernandes, J. O Rio. São Luís: Lithograf, 2004.

Fernandes, V. Adoração dos Reis Magos, retábulo da Sé de Viseu, Portugal. 1501 e 1506. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-grao-vasco/

Fernandes, V. Primeira representação do ameríndio, datada entre 1501 e 1506. Adoração dos Reis Magos, retábulo da Sé de Viseu, Portugal. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-grao-vasco/

Forline, L.C. Awá-Guajá. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guaja. Acessado em 30 de janeiro de 2015.

Gandavo, Pero de Magalhães. Tratado da terra do Brasil. História da Província de Santa Cruz. Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: ed. USP, 1980. Pag. 83.

Gordon, C. Xikrin do Cateté – Mal-entendidos com a Companhia Vale do Rio Doce. In: Povos Indígenas do Brasil (2001-2005). São Paulo: ISA, 2006. pp. 509 – 511.

Hemming, J. Ouro Vermelho: A conquista do índio brasileiro. Coleção Clássicos. São Paulo: EDUSP, 2007.

Hemming, J. Fronteira Amazônica: A derrota dos índios brasileiros. Coleção Clássicos São Paulo: EDUSP, 2009., 29.

Instituto Socioambiental (ISA). Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: http://pib.socioambiental.org. Acessado em: 22 de fevereiro de 2015.

Lacroix, M. de L. A fundação francesa de São Luís e seus mitos. 3 edição. São Luís: editora UEMA, 2008.

Léry, J. de. Tupinambás choram seus mortos. Guerreiros tupinambá. História de uma viagem à terra do Brasil, também chamada América (1580). Imagens disponíveis em: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2000031d/f9.item Acessado no dia 15 de fevereiro 2015.

Lima, A.S. A guerra pelas almas: alianças, recrutamentos e escravidão indígena (do Maranhão ao Cabo do Norte, 1615-1647). Dissertação de Mestrado. PPG História Social da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2006.

Martins, J.S. Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

Melatti, C. Os Timbira. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guaja. Acessado em 30 de janeiro de 2015.

Métraux, A. The Tupinamba. (1948). Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/autor:alfred-metraux. Acessado em 12 de março de 2015.

Métraux, A.; Pinto, E. A Religião dos Tupinambás e suas Relações com as Demais Tribos Tupi-Guaranis. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1950.

Monteiro, J. O escravo índio, esse desconhecido. In: Donisete, L., Grupioni, B. (Orgs.). Índios no Brasil. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2000. pp. 105 – 120.

Nimuendajú, C. Mapa Etno-Histórico. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pró Memória, 1987.

Instituto Ekos. Os Índios do Maranhão. O Maranhão dos Índios. São Luís: Associação Carlo Ubbiali, 2004.

O'Dwyer, E.C. et al. História recente e situação atual dos Awá-Guajá. In: Hernando, A.E., Coelho, E. (Orgs.). Estudos sobre os Awá: Caçadores – Coletores em Transição. São Luís: Almude/ EDUFMA/IWGIA, 2013. pp. 25 – 46.

"O inferno", de autor desconhecido, meados do século XVI. Disponível em: http://museudearteantiga.pt/

Panachuk, L. A diversidade das coisas: modos de expressão na cerâmica Tupiguarani da ilha de São Luís e arredores, Maranhão/Brasil. In: Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico, v. 25, n. 01-02, 2016. Disponível em:

https://seer.ufmg.br/index.php/mhnjb/article/view/12070. Acessado em: 23 de janeiro de 2018.

Peggion, E.A. Ka'Apor. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guaja. Acessado em 30 de janeiro de 2015.

Perrone-Moisés, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: Cunha, M.C. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1992. pp. 115-132.

Pianzola, M. Os Papagaios Amarelos. Os franceses na conquista do Brasil. São Luís: Alhambra/ Secretaria da Cultura do Estado do Maranhão, 1992.

Porro, A. O Povo das Águas. Ensaios de Etno-história Amazônica. Rio de Janeiro: Vozes, São Paulo: Edusp, 1995.

Programa Grande Carajás (PGC). Brasília: Ministério das Minas e Energia, 1981.

Ribeiro, D. Imagens de índios Ka'Apor, feitas por Darcy Ribeiro (1951). Disponíveis em: www.socioambiental.org .Acessado em 19 de fevereiro 2015.

Schröder, P. Entwicklungsethnologie in Lateinamerika: Eine andere Praxis. Entwicklungsethnologie (Trier), Saarbrücken, v. 13, n.1+2, p. 139-149, 2004.

Schröder, P. Guajajara. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guajajara. Acessado em 28 de janeiro de 2015.

Silva, C.B. et al. Projetos governamentais: impactos sociais e territoriais na comunidade Kyikatejê. In: Fundação Casa da Cultura de Marabá. Boletim Técnico nº 5. Marabá, PA: FCCM, 2010. pp. 33 – 40.

Todorov, T. A Conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Vainfas, R. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: História da Vida Privada no Brasil. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 221 – 274.

Villalta, L.C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: História da Vida Privada no Brasil. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 331 – 386.

Wehling, A.; Wehling, M.J.C.M. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.



9

NARRATIVAS SOBRE O PASSADO: NOTAS SOBRE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Guilherme Talarico

O ofício do historiador resulta da operação entre a escolha de fontes e a releitura crítica do passado. A pesquisa histórica, associada ao levantamento do Patrimônio Cultural também como categoria de análise, são tomados como modelo de entendimento das especificidades locais e regionais ao longo dos 892 quilômetros da EFC – Estrada de Ferro Carajás. O que se procura evidenciar são os processos de ocupação do território e os elementos da cultura popular e tradicional, associando a constituição do Patrimônio Cultural como modelo de narrativa, (Gonçalves, 1996) e como fato social (Meneses, 2018). Paralelamente ao conhecimento produzido pelas pesquisas arqueológicas, o patrimonialismo como narrativa histórica cumpre as funções de mediação entre ideias, valores e identidades de grupos e categorias sociais. Assim, o Patrimônio Cultural produz (ao mesmo tempo em que também afirma) identidades, e é capaz de organizar a percepção que as pessoas têm de si mesmas e de pertencimento ao lugar onde vive (Magnani, 2018).

As pequenas e médias cidades ao longo da EFC se formaram a partir de contextos históricos específicos e distintos entre si, apresentando diferentes temporalidades. Aliás, um dos problemas enfrentados para a composição de uma narrativa sobre a ocupação do espaço daquela região, foi o preconceito quanto à História Regional (Barbosa, 2012), que procura revelar os tempos históricos de quem vive às margens (Del Priore & Gomes, 2003). Tanto à margem dos grandes centros, à margem dos projetos de desenvolvimento, quanto à margem também dos caminhos fluviais, mas, sobretudo, à margem das veias abertas pelo homem, as estradas.

Este conjunto de narrativas sobre o passado toma a noção de Patrimônio Cultural como "categoria classificatória com funções de mediação entre ideias, valores e identidade de grupos e estratos sociais que, pela produção (e afirmação) de identidades, é capaz de organizar a percepção que as pessoas têm de si e de seu lugar" (Magnani, 2018, p. 311). Com esta proposta, o foco recai sobre o processo de formação de sete cidades ao longo da EFC que apresentam processos históricos bem distintos umas das outras. Seguindo a linha a partir de São Luís, a primeira parada será em Arari e Vitória do Mearim (cidades irmãs, separadas pelo rio Mearim); depois, Santa Inês (nas proximidades do rio Pindaré); Buriticupu (uma cidade planejada); São Pedro da Água Branca (próxima do rio Tocantins, na divisa entre Maranhão e Pará); a pequena Bom Jesus do Tocantins; e, Parauapebas (aglomeração urbana decorrente da mineração).

Muitas das pequenas cidades do interior do Maranhão são testemunhas do próprio avanço das frentes pioneiras e as fronteiras de expansão (Martins, 2009). A chegada da estrada de ferro[1], nesse contexto, é comumente entendida como a chegada do "progresso", do "desenvolvimento" e da "modernidade", tendo enorme peso na memória coletiva de todas as comunidades da

1 As obras de construção da EFC se estenderam entre 1982 e 1985. O transporte de passageiros passou a funcionar em março de 1986.

região. Algumas localidades onde foram feitos os resgates arqueológicos e, consequentemente, receberam ações de Educação Patrimonial, são lugares de formação recente. Em Santa Inês, Buriticupu e São Pedro da Água Branca, no estado do Maranhão, e em Bom Jesus do Tocantins e Parauapebas, no estado do Pará, ainda se pode encontrar pioneiros que chegaram com a abertura de estradas e ruas, ergueram os primeiros barracos, assentaram dormentes, navegaram pelos rios. A composição da EFC (locomotiva e vagões de carga), uma das mais extensas em atividade no mundo, com a imposição de suas regras de uso do solo, de acesso e horários, altera o cotidiano das pessoas e dos lugares, muitos deles crescendo, se "modernizando" e "progredindo" ao longo do traçado da estrada. São espaços urbanos se transformando em lugares, uma vez que passam a ser marcados pela cultura. Mas, que ainda possuem memória coletiva recente. Lugares, portanto, onde a fala das pessoas ainda não se condensou em fontes escritas.

Mas, para além do conceito de 'fronteira', as localidades impactadas pela duplicação da EFC e que foram palco das ações de Educação Patrimonial, possuem características peculiares e favoráveis para narrativas históricas que não se contentam em apurar processos específicos. Nesse sentido, a noção de 'margem' é adequada para tratar de comunidades pequenas, pouco conhecidas e pouco investigadas. Comunidades que, vistas de longe, mantêm uma coerência cultural interna, nas mais variadas linhas de análise, quais sejam, o sentido religioso e seus ritos, mitos ou crenças; os fluxos migratórios; as atividades econômicas; as técnicas de trabalho associadas aos usos do meio ambiente. Assim, mesmo à 'margem' de uma história centrada nas metrópoles, destaca-se que "nesses tempos de multiculturalismo, é imperiosa a reflexão sobre as culturas locais" (Del Priore & Gomes, 2003, p. IX).

Contudo, essa coerência cultural vista de perto não é tão homogênea. O patrimonialismo, que mesmo involuntariamente, impõe uma dicotomia entre os lugares e grupos de pessoas que possuem um patrimônio cultural digno de ser identificado (ou registrado ou tombado) e aqueles que não possuem. São culturas que se "desenvolveram" e/ou se "conservaram" às margens da estrada. Em última análise, a estrada de ferro e, concomitantemente, a abertura de rodovias pelo Maranhão, substitui a função das rotas fluviais.

É neste mesmo sentido que Aldair Carneiro, para melhor entender os processos históricos das comunidades tradicionais de castanheiros, na região do Médio Tocantins, também recorre a uma alegoria da história vista a partir das margens, pois:

> São os olhares lançados a partir do leito do rio que se encarregam de resumir o que se ver após as margens, criam pressupostos e limitam outras possibilidades de diálogo com as fontes. O espaço entre o curso do rio (onde são formados os pressupostos) e suas margens (onde se encontram os tradicionais colonos) aparentemente é curto, porém, esconde uma distância significativa que só é notada rompendo as margens. Somente a partir da margem é que são percebidas as dificuldades para se chegar ao que foi visto do leito. É do leito que partem os olhares do alto, formulando uma visão geral e aparente. Enquanto que após as margens, o que se vê é particular e detalhado. (Carneiro, 2013, P.146)

Os levantamentos realizados visando um melhor entendimento dos apontamentos feitos pelas pesquisas arqueológicas e para a elaboração de uma proposta de Educação Patrimonial ao longo da EFC proporcionaram a oportunidade de dialogar com a fontes, coletando depoimentos e revelando memórias individuais e coletivas. A validação desses relatos como fontes para o trabalho do historiador nos remete ao pressuposto de que a própria construção histórica é a elaboração de um relato. Mais do que uma relação com a verdade, o que se propõe é uma relação com o real, uma preocupação que nunca foi dispensada por nenhuma forma do conhecimento histórico (Chartier, 2004, p. 84). Por exemplo, a própria narrativa do surgimento da capital maranhense, São Luís, e do "mito" de origem do povo maranhense, está intrinsicamente relacionada com a trajetória dos Tupinambás, sua cosmogonia e sua experiência de contato com franceses e portugueses, missionários e colonos.

Assim, a dificuldade inicial de se obter as informações pertinentes para a costura da trama

histórica se transforma numa peça onde os pequenos retalhos de memórias formam o tecido do tempo. Em cada uma das localidades por onde foi feito este mapeamento sobre as culturas, as memórias e as histórias ao longo da EFC, foram detectadas situações diferentes de abertura da "fronteira", da ocupação das "margens" e de uso do solo. Na esteira dessas diferenças, mantendo-se as tradições presentes em todo o sertão brasileiro, também as manifestações culturais são multifacetadas, ainda que circulem em torno da cultura do boi. Uma das preocupações dos fazedores de cultura pelos sertões do Brasil é a diuturna luta pela vinculação da essência de suas manifestações culturais com a identidade local, já que os fluxos migratórios, o forte apelo midiático, as mudanças de consumo e outros fatores da condição pós-moderna fazem com que seus bens culturais precisem ser constantemente "relidos" e "ressignificados".

A seguir serão brevemente descritos os processos de surgimento de alguns núcleos urbanos ao longo da EFC. A seleção dessas cidades evidencia a diversidade de motivações com que foram levantadas casas e abertas estradas. Consequentemente, esses processos se refletem também em toda a diversidade que se manifesta nas expressões das culturas locais, compondo um quadro em que a história e a cultura formam as narrativas vivas de cada comunidade.

1 ARARI – MA

Pelos dados oficiais a antiga Vila de Arari, distante 162 quilômetros de São Luís, às margens do rio Mearim, foi elevada a distrito da cidade de Vitória do Mearim pela lei provincial nº 465, de 24 de maio de 1858. Pouco depois, a 27 de junho de 1864, já era reconhecido como município (IBGE).

A vila de Arari ficou tradicionalmente conhecida pela produção de cana de açúcar. Mas, como boa parte de todas as pequenas comunidades formadas na Baixada Maranhense em meados do século XVII, a navegação fluvial foi fundamental para o surgimento da comunidade. Os portugueses, segundo apurou Brandt e Silva (1985, p. 11), foram os primeiros a subir o rio Mearim, mas não marcaram sua presença. Porém, um ano após o estabelecimento da França Equinocial (1612), experiência de expansão do colonialismo francês pelo norte/nordeste do Brasil, uma comitiva organizada por Daniel de La Touche adentra pelo rio Mearim em busca de riquezas, almejando expandir sua aliança com os índios e aumentar sua área de domínio.

Com a reafirmação portuguesa, logo após a fundação da cidade de São Luís (1615) e a expulsão dos franceses, o capitão-general Alexandre de Moura enviou uma expedição oficial para reconhecimento do rio, sob o comando de Bento Maciel Parente "à testa de 36 soldados servidos por seis canhões" (Meireles, 1972, p. 34).

A partir daí o Mearim, antes somente habitado por dezenas de nações indígenas, começou de fato a ser objeto de atenção de colonizadores, sendo que, em 1662, já constituída a Capitania do Mearim, possuía três engenhos de açúcar (Fernandes, 2004, p. 38). No ano seguinte, o Pe. Manoel Nunes recebeu uma data de sesmaria de terras "com tudo que houvesse por dentro do sertão", a fim de que os jesuítas produzissem meios de subsistência para o seu Colégio do Maranhão, como informa o Pe. Serafim Leite na sua História da Companhia de Jesus do Brasil (Cit. In. Fernandes, 2004, p. 38).

Em 1684, explode a Revolta de Beckman[2], movimento nativista que eclodiu pela Província do Maranhão, que pretendia destituir o governador e extinguir a Companhia de Comércio do Maranhão, que detinha o monopólio da cana de açúcar. Os revoltosos também eram contra a ação dos jesuítas, a quem creditavam a proibição régia de 1680, que impedia a escravidão indígena. Ao serem contidos pelas forças coloniais, os irmãos Tomás (advogado e poeta) e Manoel Beckman (proprietário de engenho) que lideravam a revolta dos comerciantes locais, foram condenados a permanecerem presos em seu engenho, nas terras do Município.

Consta nos registros coloniais e relatos dos primeiros exploradores e cronistas que as instituições seculares chegaram a Arari por volta de 1723 quando o padre José da Cunha d'Eça, fidalgo da casa real portuguesa e capitão-mor da

2 Pela força da oralidade, a revolta também ficou conhecida por Revolução de Bequimão.

capitania do Maranhão, doou terras para a criação de uma paróquia à margem direita do rio Mearim, no lugar denominado Curral da Igreja. Muito provavelmente, essas terras lhe foram atribuídas pelo antigo sistema de sesmarias, o que indica o seu uso pelo padre ou pela Igreja por mais de três anos. Este antigo povoado, ainda hoje conhecido por Sítio Velho, é o primeiro povoado que se formou ao longo do rio Mearim.

Por volta de 1760 uma grande erosão provocou grande destruição no povoado de Curral da Igreja, também conhecido por Sítio, ou Sítio Velho. A situação foi tão calamitosa que por solução do próprio governador Joaquim de Mello e Póvoas (1761-1779) mudou-se a comunidade para o lugar onde hoje existe a cidade de Vitória do Mearim. A partir de então, o histórico de surgimento dos dois municípios fica entrelaçado. Os frequentes desbarrancamentos às margens do Mearim são alguns dos motivos de equívocos com relação a real formação de Arari, uma vez que até a década de 1970 eram comuns os deslocamentos dos moradores às suas margens devido às erosões causadas pela força das águas.

Em 1806, Lourenço da Cruz Bogea requereu licença ao bispo D. Luís de Brito Homem para edificar um templo. Dois anos mais tarde, concluída a igreja, criou uma irmandade para ir à vila da Vitória buscar, em solene procissão, a imagem de Nossa Senhora das Graças, padroeira da igreja e da cidade. Este parece ser o marco fundador da comunidade de Arari como hoje existe.

Até então, ao menos pelos registros da igreja, o nome de Arari ainda não era adotado para a localidade. Esse nome só começou a constar nos documentos a partir de 1812, conforme levantamento histórico empenhado por Brandt e Silva (1985, p. 13), quando foram registrados batizados e casamentos em livros da freguesia de Nossa Senhora de Nazareth da Ribeira do Mearim (Vitória do Mearim). Até então, para a atual Arari surgiam nomes como Ribeira do Mearim, Carmo, Vassoural, Barreiros, Bonfim, Tabocal, entre outras ocorrências.



Figura 1. Vista da Igreja de Nossa Senhora das Graças, cuja frente é voltada para o rio Mearim, com o Colégio Arariano ao lado. Foto disponível em: www.cidades-do-brasil.blogspot.com

Outro equívoco recorrente parece ser a origem do nome da cidade. De origem tupi-guarani, o termo Arari significa arara pequena. Mas o nome também é utilizado para designar um tipo de siri, um pequeno caranguejo comum nas áreas alagadas pelos rios da Baixada Maranhense. Ou, ainda segundo Brandt e Silva (1985, p. 8), o termo é um correlato da árvore Arariba, bastante comum às margens dos rios maranhenses que, pela oralidade, pode ter perdido a última sílaba. Sabe-se, contudo, que o nome da cidade foi escolhido por famílias de portugueses provenientes do Pará, onde já existia uma localidade por esse mesmo nome. Elas resolveram investir em melhorias na paróquia, trazendo uma imagem de Nossa Senhora da Graça como protetora e realizando a inauguração da Igreja com grande festa, em 1811.

Apenas em meados do século XIX é que se inicia a navegação regular pelo rio Mearim (FERNANDES, 2004, p. 53). O trajeto São Luís - Laje Grande chegou a ser feito por dezessete "gaiolas" da Companhia Fluvial Maranhense.

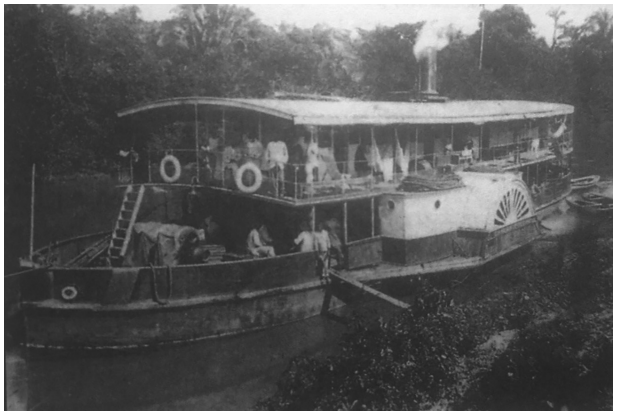


Figura 2. Vapor "Carlos Coelho", da Cia Fluvial Maranhense, 1901. Foto de Gaudência R. da Cunha (Museu Artístico do Maranhão).
In: FERNANDES, 2004, p. 53

Conforme já destacado, não se pode menosprezar a atuação da igreja na formação histórica e social de Arari. A chegada do padre Clodomir Brandt e Silva na comunidade, em 1944, marca uma mudança radical nas ações em torno da educação e das atividades culturais na cidade. Por sua iniciativa foi criado o Colégio Arariense, que logo se torna referência para a formação de crianças e adultos no médio Mearim. Foi por meio da Associação da Doutrina Cristã – ADC que o padre conseguiu levantar fundos, desenvolver, receber e apoiar projetos para ampliar a rede educacional e ações culturais no município.

As principais manifestações culturais de Arari estão relacionadas ao rio e à religiosidade católica, o que remonta ao passado de formação da comunidade em torno da igreja. As festas de Nossa Senhora das Graças e de Bom Jesus dos Aflitos, respectivamente nos meses de agosto e setembro, despertam grande interesse entre os moradores da cidade e de toda a região. Mas outros elementos também compõem a identidade cultural do lugar.

A presença de fazendas de engenho e o consecutivo emprego de mão de obra escrava foram determinantes para a introdução de elementos da cultura negra em Arari e região. Por toda a zona rural existem festeiros e tocadores que realizam a Folia de Reis, no mês de janeiro, e festejos em homenagem a São Gonçalo, que por todo o Brasil se caracteriza pelo grande baile e a dança típica. Até meados da década de 1980, existiram enfrentamentos com relação ao costume de se pagar promessa com a organização de baile em homenagem a São Gonçalo, já que não era uma prática aceita com facilidade pelos preceitos da Igreja.

Uma especificidade do sincretismo religioso em Arari é a realização do Tambor de São Benedito, um festejo em homenagem ao santo negro, realizado no mês de outubro. Principal cronista da cidade, o padre Brandt também deixou suas considerações sobre o enraizamento na comunidade desta "manifestação pagã". Dentre outros fatores, ele aponta a ausência de um representante da igreja católica na localidade por uma lacuna de mais de cinquenta anos como um dos fatores que facilitaram o fortalecimento dessa prática. O padre relata inclusive fato ocorrido no século XIX, quando da visita do Bispo do Maranhão, D. Antônio Xisto Albano. Ele teria se desentendido com autoridades locais sobre a proibição de sepultamentos no território da igreja e, em represália, teria lançado uma maldição sobre a cidade. O gesto do Bispo ficou marcado no imaginário da comunidade ao ponto dos ararianos sempre recorrerem à maldição do Bispo quando algum desastre acontece por lá, como quedas de barreiras, desabamentos de cais e de casas, enchentes por exemplo.

A cultura do vaqueiro, tão marcante em todo Nordeste pela expressividade do Bumba Meu Boi, hoje reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Maranhão, também está fortemente enraizada em Arari.

Os grupos de Boi espalhados por todo o Estado do Maranhão possuem características próprias se diversificando pela indumentária, pela coreografia, pelo enredo e pelos "sotaques", ou seja, pelos ritmos que desenvolvem. Tradicionalmente, os grupos de boi no interior do Maranhão são conhecidos pelo "sotaque de matraca", sendo os grupos da capital marcados pelo "sotaque de orquestra". Mas existem muitas variações e excepcionalidades em cada região.

Um dos mais destacados grupos de boi da cidade, o Boi Bonito de Arari, comandado pelo Mestre Maizena, é caracterizado por ser um boi de orquestra, mas com sotaque de matraca, por ser esse instrumento que marca a batida das suas apresentações. Também existem os grupos de boi formados nas escolas, como é o caso do "boizinho" da Escola Estadual Leão dos Santos Neto.

Outros dois eventos também se destacam na agenda cultural do município de Arari. Um está relacionado à produção agrícola do município, a Festa da Melancia, que ocorre no fim das colheitas, em setembro, tem atraído um grande número de turistas, motivados pelas atrações da festa promovida pela Prefeitura local, como shows de artistas populares. O outro, muito comum nas cidades ribeirinhas no Maranhão é a cultura do balneário, onde a diversão gira em torno das beiras de rio. Em Arari ocorre uma atração especial devido ao fenômeno da pororoca no rio Mearim. A força das águas tem chamado a atenção de jovens e turistas para a prática do surf no rio. São realizadas, inclusive, etapas de competições de surf de rio devido às fortes ondas que se formam, com calendário bastante amplo que se estende entre abril e novembro.

Mas a salinização do rio Mearim, causada pela diminuição do volume das águas do rio, tem sido uma preocupação para as autoridades ambientais ao longo de toda a Baixada Maranhense, causando até mesmo períodos de racionamento de água em vários municípios. O fenômeno da pororoca afeta diretamente as populações ribeirinhas da Baixada Maranhense, tendo sido tratado por diversos autores desde a colônia. A intensificação



Figura 3. Surfista na pororoca do Rio Mearim, em Arari. Disponível em: https://i.pinimg.com/736x/e0/51/3d/e0513d9b788faa947cdc831dfd6cf816.jpg

dos estudos sobre a Amazônia e a especificidade da geografia e a hidrologia maranhense apontam o fenômeno como caso único entre as terras baixas e a maré na região norte do país. O fluxo da maré retarda o represamento das águas na barreira natural da costa maranhense. Rompida esta barreira, as águas precipitam-se com uma velocidade que pode alcançar 30 km/h. Como os principais rios da Baixada têm desembocadura em forma de funil, um novo represamento faz alagar as áreas mais planas forçando uma segunda pororoca ainda mais intensa com ondas que chegam a 3 metros de altura, provocando a destruição dos barrancos, arrancando árvores e o que mais encontrar em seu caminho.

2 VITÓRIA DO MEARIM - MA

A antiga vila de Nossa Senhora de Nazareh da Ribeira do Mearim surge originalmente na localidade ainda hoje conhecida como Curral da Igreja, hoje pertencente ao município de Arari. Nos registros oficiais a vila do Mearim aparece pela primeira vez na Resolução Régia de 19 de abril de 1833, e elevada à condição de cidade pela lei municipal nº 1129, de 15 de março de 1924. Posteriormente teve seu nome alterado para Vitória do Mearim (1933), depois para Baixo Mearim (1938) e novamente para Vitória do Mearim (1948), assim permanecendo até os dias atuais. Os muitos distritos que compunham seu território, como Jejuí, Lapela, Mata Boi, Concórdia, e outros mais, foram se emancipando ou sendo anexados aos territórios de outros municípios vizinhos (IBGE).

A vila do Baixo Mearim, como todas as comunidades próximas, ficou tradicionalmente conhecida pela produção de cana de açúcar. Mas foi a navegação pelo rio que impulsionou o surgimento da comunidade, realidade de boa parte das pequenas comunidades formadas na Baixada Maranhense em meados do século XVII. Os portugueses, segundo apurou Brandt e Silva (1985, p. 11), foram os primeiros a subir o rio Mearim, mas não marcaram sua presença. Atentos a essa situação, um ano após o estabelecimento da França Equinocial, uma comitiva francesa adentra pelo Mearim em busca de expandir sua aliança com os índios e aumentar sua área de domínio.

O nome do rio tem origem na antiga designação dos tapuias e tupinambás: mbiá-r-y, que significa 'rio da gente, por onde se navega'. Por aproximação, os franceses o chamavam de Miary. Os primeiros cronistas do Maranhão, como o padre francês Claude D'Abbeville e o jesuíta frei Vicente de Salvador, não deixaram de lado o principal caminho para o interior da província.

Como a historiografia sobre a região deixa dúvidas, ainda há controvérsias quanto à localização real do "Engenho de Bequimão", onde ficaram reclusos os revoltosos de 1684. Washington Cantanhêde (1998) colheu depoimentos que atestam se encontrar no largo da Matriz de Vitória os alicerces do que parece ter sido uma Casa Grande de fazenda de engenho, e um antigo cano de tijolo que leva até o rio. Porém, atualmente, reconhece-se que o antigo engenho estava sediado onde hoje é o povoado de Santa Cruz que, após o desmembramento do município, passou a pertencer a Arari, em janeiro de 1997.

Sabe-se, por meio do mais antigo livro de registro de sacramentos da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Mearim (1744-1773) que, ao menos até a década de 1740, existiu às margens do rio Mearim uma igreja de São Lourenço, do Convento de Nossa Senhora das Mercês. Ali eram realizados batismos e crismas de índios e convertidos da região, conforme consta no referido livro (cit. in. CANTANHÊDE, p. 31).

Em 1673 iniciam-se as entradas jesuítas pelo Mearim. Ao longo do rio os jesuítas que, se por um lado sofriam a perseguição pombalina, subiam e desciam o Mearim catequisando e, ao mesmo tempo, aprisionando índios e escravos fugidos para vender aos senhores de engenho (HEMMING, 2007). Mário Meireles, em sua História da Independência do Maranhão, comenta sobre a situação indígena na província àquela época que, mesmo após ter sido libertado, "acabaria por se refugiar no mais recôndito dos nossos sertões, onde ainda hoje vive, ou subsiste em precárias condições, desconfiado propositadamente de seu gratuito inimigo – o branco" (cit. in. FERNANDES, p. 45), pois teve suas terras usurpadas e a nação dizimada. Mas a expulsão dos jesuítas não resolveu a questão indígena: "Nas aldeias indígenas 'reduzidas', o conflito era grande entre os seus diretores e os párocos, que buscavam, uns

e outros, somente o maior lucro possível à custa do suor dos índios" (CANTANHÊDE, p. 81).

O rio Mearim nasce no sertão maranhense e, após um percurso muito sinuoso de cerca de 1.057 km, desagua na Baía de São Marcos. Até meados do século passado, antes da abertura de estradas de rodagem, o Mearim era o meio exclusivo de escoamento da produção de boa parte da região. Destacava-se a extração de babaçu e tucum e a produção de algodão, produtos que eram quase que exclusivamente, destinados à exportação. Com a navegação, a Capitania do Mearim foi ganhando ainda mais importância pelo escoamento da produção de algodão, arroz e açúcar das fazendas ao longo do rio.



Figura 4. Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, construída em 1761, em registro da década de 1950. Fonte: www.cidades.ibge.gov.br



Figura 5. Praça Rio Branco, onde está localizada a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, década de 1950. Fonte: www.cidades.ibge.gov.br

A importância econômica do rio marca a vida social da população e cria um conjunto de saberes e memórias compartilhadas pela coletividade. Uma das lendas locais mais conhecidas entre os vitorienses está relacionada à igreja Matriz e tem seu fundamento num fato isolado ocorrido em 1797, que a tradição oral tratou de propagar e acondicionar os fatos de acordo com suas crenças. Naquele ano foi instaurado processo criminal contra um padre da paróquia sob a acusação de viver em concubinato com uma mulher de identidade desconhecida. Diz a lenda que a referida mulher deu à luz uma cobra que se instalou na nave frontal da Igreja Matriz. Por entre as frestas do assoalho de madeira da antiga igreja, a mulher amamentava a serpente durante a noite, o que fez com que ela crescesse. O que manteria a tal serpente adormecida é a presença da imagem da Nossa Senhora de Nazaré. A lenda diz ainda que, acaso a imagem seja removida da igreja, isso irá despertar a serpente e ela destruirá não apenas a Matriz como toda a cidade.

As grandes enchentes também deixaram marcas na memória coletiva dos vitorienses, principalmente entre os moradores mais antigos. As cheias de 1924 e 1974 foram, inclusive, eternizadas por alguns cronistas da cidade (FERNANDES, 2004, pp. 23-26). Eles registraram relatos de pessoas enfermas sendo recolhidas em canoas, barcos a vapor navegando entre as casas e de casais de namorados que, sem um local para os encontros, iam para os telhados das casas.

Como não poderia deixar de ser, pela marcante tradição pecuarista presente em todo o Estado do Maranhão, em Vitória do Mearim é marcante a presença das agremiações de Bumba Meu Boi e das Quadrilhas Juninas. Além de grupos de "Dança Indígena" e de "Dança Portuguesa", que se mobilizam durante todo o ano para as festas do mês de junho.

Algumas ações que partiram da comunidade festeira foram acatadas pela municipalidade e se mostram bastante valorizadas atualmente. Para amenizar as dificuldades que encontram para manter viva a tradição, pequenos grupos de Bumba Meu Boi com sotaque de matraca, o mais característico do interior do Estado, decidiram atuar em conjunto. Assim, somam-se os membros efetivos do folguedo, dando uma visibilidade maior à brincadeira, e dividem-se os gastos e os recursos que o município repassa aos grupos. Recentemente, a cooperação entre os grupos e a



Figura 6. Representações da Lenda da Cobra Grande feitas por artistas de Vitória do Mearim. A primeira, uma xilogravura, de autoria do renomado pintor Airton Marinho. Ao lado, óleo sobre tela do pintor Samuel Jesus. Fotos: Habilis Consultoria, 2015

realização do Encontro dos Bois de Matraca, que ocorre todos os anos durante os festejos juninos, deu novo alento à brincadeira na cidade, mas, principalmente, veio "acudir" aos Mestres de Boi de promessa que, em virtude de alguma graça alcançada, devem realizar o cortejo do boi todos os anos.

É o caso, por exemplo, do Mestre Larada, que tem uma história de mais de quatro décadas à frente do seu Boi, chamado Brilho de São João. Por causa de uma promessa a São João, ele resolveu montar o seu próprio grupo de Bumba Meu Boi, orientado pelo conhecido Mestre Nelson Brito, da capital. Sua homenagem ao Boi que começou com apenas uma dezena de pessoas à paisana, atualmente possui mais de setenta membros e, até então, mantinha registro atualizado no cadastro da Prefeitura, o que representa motivo de muito orgulho para o Mestre. Essa preocupação se justifica pelo repasse das verbas municipais e estaduais para a manutenção da "brincadeira", como alguns chamam o complexo do Boi.

Ainda existem alguns blocos tradicionais de Carnaval, que na cidade era marcado pelas folias de rua, os conhecidos "blocos de sujo". Mesmo com as tendências espontâneas e naturais da juventude para os modismos de se brincar o Carnaval, há uma preocupação geral da população com a descaracterização das festas, principalmente com relação aos "tambores". Há no município grupos de Tambor de Crioula, folguedo tradicional de matriz africana no Maranhão; Tambor de Mina, ligado às religiões africanas e aos terreiros; e Tambor de Mesa, vinculado aos grupos espíritas. Nesse sentido, portanto, existe um indicativo de valorização da cultura tradicional local, fazendo frente ao peso midiático dos grandes espetáculos.

Destaca-se, ainda, entre as manifestações culturais em Vitória do Mearim, os Festejos de Nossa Senhora de Nazaré, nos meses de agosto e setembro, que completaram 295 anos de tradição (contando-se da fundação do vilarejo, ainda no local chamado Curral da Igreja). Está entre as maiores festas da cidade e, geralmente, são

realizadas a Procissão e a Cavalgada, que atraem inúmeros fiéis.

Pela cidade, ainda podem ser encontradas, principalmente entre as residências na orla do rio Mearim, algumas casas que mantêm o estilo original da colonização portuguesa, inclusive mantendo a azulejaria original. Mas são poucas e dispersas, não constituindo um conjunto harmonioso. Como ocorre na capital São Luís, os proprietários enfrentam problemas de manutenção.



Figura 7. Fachada de uma das residências às margens do rio Mearim. Fotos: Habilis Consultoria, 2015

3 SANTA INÊS – MA

Surgida como Ponta da Linha, em fins do século XIX, Santa Inês é hoje um dos maiores municípios do interior do Maranhão, com população em torno de 85 mil habitantes (IBGE).

Por volta de 1884, o Engenho Central, localizado na vizinha Pindaré-Mirim, a menos de 10 quilômetros, estava em plena atividade quando a Companhia Progresso Agrícola implantou uma estrada de ferro para abastecer o engenho com a produção de cana-de-açúcar das fazendas da região. O Engenho Central teve seu apogeu até os anos de 1910, o que fez com que a comunidade fosse uma das primeiras a ser atendida com rede de energia elétrica em todo o Maranhão. No final dos trilhos, na Ponta da Linha, surgiu uma comunidade agrícola.



Figura 8. O Engenho Central, um dos maiores do estado do Maranhão, no município de Pindaré-Mirim. Foto Habilis Consultoria, junho de 2014

Mesmo com a linha férrea para recolher a produção de cana, a circulação de carros de bois pelo vilarejo era constante. A atual rua do Comércio, eixo central de Santa Inês, era conhecida como rua da Boiada, por ser a rota de passagem dos carros



Figura 9. O Engenho revitalizado como centro cultural para atender a população de Pindaré e região, no dia de sua reinauguração. Foto Habilis Consultoria, janeiro de 2019

de bois até o engenho em Pindaré. Com a queda da produção açucareira, início do século XX, os produtores locais se voltaram principalmente para o arroz e o algodão.

Depois de ser Ponta da Linha, a cidade chegou a denominar-se Conceição, mas, apesar de lírico, o nome não pegou. Quando uma senhora de uma família de pioneiros da comunidade fez uma promessa para Santa Inês e teve seu pedido "atendido", passaram a chamar o lugar pelo nome da santa. A Igreja Matriz da cidade foi erguida também tendo Santa Inês como padroeira.

Não diferente das demais cidades da região, a abertura da BR-222 trouxe maior facilidade de acesso e escoamento da produção local. Santa Inês é um importante entroncamento rodoviário para o interior do Maranhão, devido ao cruzamento da BR-222 (Fortaleza-Marabá) com a BR-316 (Maceió-Belém). Somado ao movimento da Estrada de Ferro Carajás e do ainda ativo porto de Pindaré-Mirim, faz com que a cidade venha sendo apontada como um intenso e diversificado centro distribuidor e comercial.

O rápido crescimento urbano de Santa Inês trouxe reflexos para as manifestações da cultura popular, associadas aos folguedos dos ciclos da colheita e do boi, com ênfase para os festejos juninos. Uma característica do espírito lúdico e festeiro do povo de Santa Inês está justamente na transposição das manifestações culturais do meio rural para o urbano. É muito comum durante os festejos juninos, grupos de amigos passarem a noite "tocando o gado", ou seja, amanhecer na brincadeira do Bumba-Meu-Boi. Neste período de festas, é comum pelas ruas se cruzar com um "cazumbá", um dos personagens mascarados do universo lúdico do Boi, que não é nem homem, nem mulher, nem animal, mas um espírito que aparece para assustar o Pai Francisco, quando este rouba o boi premiado do patrão para satisfazer a Mãe Catirina, que está grávida e com desejo de língua de boi.

Outros mascarados se misturam entre a população que brinca o Carnaval. No domingo de Carnaval, o tradicional bloco "Ponta da Linha" percorre as ruas de Santa Inês, convidando os foliões. A figura do "fofão", que corresponde ao "sujo" nos grandes centros urbanos, é sempre presente pelas ruas da cidade. Ele assusta as crianças e atira farinha de maizena nos desavisados.

4 BURITICUPU - MA

Surgido a partir de um projeto de colonização do governo maranhense aprovado em fins de 1971, o município de Buriticupu foi criado em 1994 e instalado muito recentemente, em 1997. Entretanto, se destaca pelo seu rápido



Figura 10. Grupo de fantasiados de "fofão". Foto: Marco Aurélio Deca

desenvolvimento, demonstrando a potencialidade do interior do Maranhão.

A região originalmente era habitada por índios Guajá e outros grupos que chegaram após serem impelidos para longe do litoral maranhense pela colonização portuguesa. Posteriormente, a região foi usada pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para assentamento dos Guajajara, em 1941. Data desta época a formação da aldeia Tiririca, quando chegam nas terras à beira do rio Zutiua os índios expulsos de suas terras em Barra do Corda, Grajaú, Vitória do Mearim, Arari, Santa Inês e Santa Luzia. Atualmente, a Terra Indígena Arariboia, como passou a ser chamada após a demarcação, possui em torno de quinze aldeias distribuídas pela área protegida.

No final de 1971, com o propósito de impor maior dinamismo ao processo de ocupação ordenada nas terras devolutas do Estado do Maranhão, foi criada a COMARCO - Companhia Maranhense de Colonização. Após todo o processo de implantação da COMARCO, decidiu-se que o projeto de colonização inicial seria levado a cabo em terras da região de Santa Luzia, entre os municípios de Grajaú, Imperatriz e Amarante.

Após concluir os estudos do solo da região destinada ao Projeto de Colonização, a COMARCO constatou a aptidão daquelas terras para a agricultura. Segundo os técnicos a área global era de bons ares, de terras fortes e agricultáveis, de boas águas e formada por matas virgens e com previsão de acesso através da rodovia MA-74, na época em construção (AGUIAR, 2015, p. 16).

Ainda se fazia necessário definir o nome para a nova localidade. O rio mais próximo era conhecido por alguns caçadores por Barra da Jurema. Mas, para os Guajajara, o rio era denominado de Buriticupu, pois constatavam a existência de muitas palmeiras de buriti no seu leito e a abundância de árvores de cupuaçu nas matas que o circundavam. A equipe técnica acabou adotando o nome utilizado pelos índios para denominar o projeto, que ficou conhecido como "Projeto Pioneiro de Colonização de Buriticupu", já em 1972. Inicialmente a colônia foi formada por uma agrovila (Buriticupu), dois Núcleos Administrativos Avançados (NAA) e treze povoados.

Paralelamente à implantação de Buriticupu, deu-se a pavimentação da rodovia MA-74, que foi aberta para ligar as rodovias federais BR-153 (Belém–Brasília) e BR-222 (Pará-Maranhão). Na conclusão das obras, no dia 15 de outubro de 1974, a MA-74 passou a integrar a malha rodoviária federal e a ser integrada à BR-222.

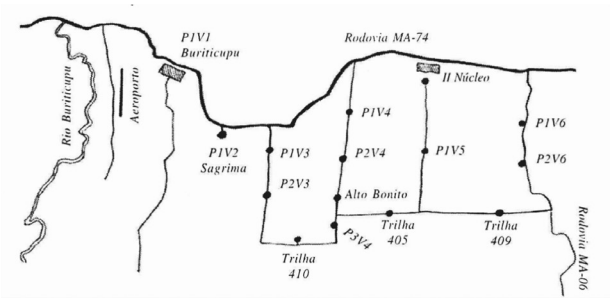
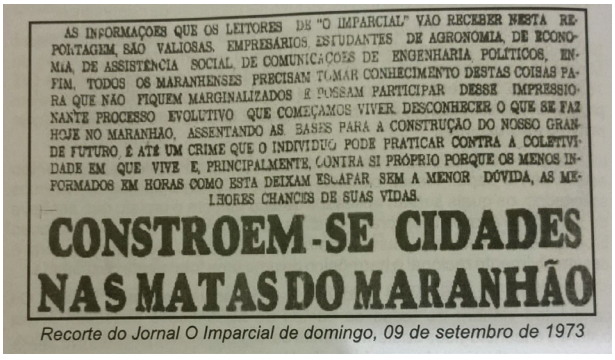


Figura 11. Croqui original do Projeto de Colonização. In: AGUIAR, 2015, p. 32


AS INFORMAÇÕES QUE OS LEITORES DE "O IMPARCIAL" VÃO RECEBER NESTA REPORTAGEM, SÃO VALIOSAS. EMPRESÁRIOS, ESTUDANTES DE AGRONOMIA, DE ECONOMIA, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE COMUNICAÇÕES DE ENGENHARIA, POLÍTICOS, ENFIM, TODOS OS MARANHENSES PRECISAM TOMAR CONHECIMENTO DESTAS COISAS PARA QUE NÃO FIQUEM MARGINALIZADOS E POSSAM PARTICIPAR DESSE IMPRESSIONANTE PROCESSO EVOLUTIVO QUE COMEÇAMOS VIVER. DESCONHECER O QUE SE FAZ HOJE NO MARANHÃO, ASSENTANDO AS BASES PARA A CONSTRUÇÃO DO NOSSO GRANDE FUTURO, É ATÉ UM CRIME QUE O INDIVÍDUO PODE PRATICAR CONTRA A COLETIVIDADE EM QUE VIVE E, PRINCIPALMENTE, CONTRA SI PRÓPRIO PORQUE OS MENOS INFORMADOS EM HORAS COMO ESTA DEIXAM ESCAPAR, SEM A MENOR DÚVIDA, AS MELHORES CHANCES DE SUAS VIDAS.

CONSTROEM-SE CIDADES NAS MATAS DO MARANHÃO

Recorte do Jornal O Imparcial de domingo, 09 de setembro de 1973

Figura 12. Manchete de jornal anunciando o surgimento da nova cidade. In: AGUIAR, 2015, p. 18

Para a formação da cidade foram utilizados todos os recursos naturais disponíveis como, por exemplo, madeiras de várias espécies e palhas de anajá. Assim surgiram as primeiras casas que eram utilizadas para abrigar a equipe técnica da COMARCO e os primeiros prédios públicos.

Com a chegada dos primeiros colonos e trabalhadores do Projeto, foram iniciadas obras urbanas. Realizou-se a abertura e a limpeza do terreno onde seria levantado o prédio da Prefeitura, denominado Palácio Maracajá, um dos marcos da cidade. Anexo à área do Paço Municipal, manteve-se um parque de mata pré-amazônica, o Bosque Maracajá, como forma de preservar um pouco da flora original da região.

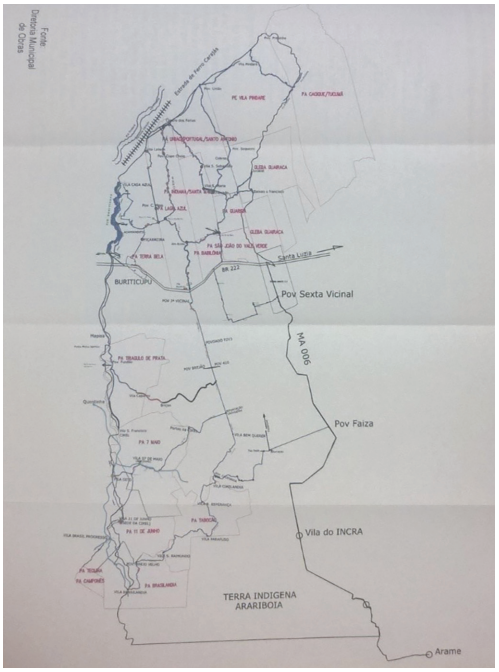
As madeiras de lei, das variedades mais valorizadas, eram encontradas em abundância na região, ao menos nas primeiras décadas da colonização. Sua exploração começou ainda no ano de 1973, a partir do início das construções das primeiras casas. A madeira era processada

na única serraria existente na sede do Projeto, de propriedade privada. No ano seguinte já era instalada a serraria da COMARCO, no povoado do II Núcleo. "A própria COMARCO realizava um controle rigoroso de extração de madeiras. No entanto, apesar dessa fiscalização, não se conseguiu evitar a extração ilegal" (AGUIAR, p. 143).



Figura 13. Limpeza da área para construção da sede do governo municipal, ao fundo a mata que originou o Bosque Maracajá, no centro de Buruticupu. Acervo Isaias Neres Aguiar

No início da década de 1980 o Projeto estava em plena expansão. "Caminhões com mudanças eram vistos com frequência chegando na comunidade. Mas, também, pudera! Produção agrícola em alta, madeira abundante e fácil, comércio em franca expansão" (AGUIAR, p. 54). O número de pequenos comerciantes já era considerável e isso foi fundamental no processo de ocupação das margens da BR-222, no sentido Santa Luzia – Açailândia. Já eram muitos e "a cada dia chega mais", como ficou famosa a colocação de um político da época, que acabou por nomear o novo bairro comercial, o Chega-mais.



Mapa 1. Mapa atual do município de Buriticupu, com o traçado da EFC margeando o rio Buriticupu, ao norte do município, e a TI Arariboia, ao sul. In: AGUIAR, 2015, (Anexo)

Devido ao processo de colonização que trouxe à cidade uma população de diferentes lugares do país, a cultura tradicional maranhense



Figura 12. O bairro Chega-mais, às margens da BR-222, em registro de início dos anos 1980. Acervo Isaias Neres Aguiar

não é evidente em Buriticupu. Alguns grupos de Bumba Meu Boi, que já se organizaram na cidade, tiveram existência curta ou inconstante. Aliás, para a região sul maranhense não se tem registrado a mesma popularidade do Bumba Meu Boi, como nas regiões mais próximas da capital.

O primeiro grupo de Bumba Meu Boi em Buriticupu foi criado em 1974, pela senhora Maria, mais conhecida como Mãe Preta, e pelo senhor Antônio Bruno Ribeiro. O Boi ficou conhecido como "Este sim", mas teve duração de apenas um ano. Somente depois de vinte e cinco anos surgem novos grupos no município que tentam sobreviver nos tempos atuais. Um exemplo disso é o "Brilho do Buriti", com sede na rua da Piçarreira, na Vila Isaias, sob a liderança do senhor Carreiro e dona Rosa. Em 2009, um novo grupo foi organizado pela Associação Cultural Encanto da Terra Bela, que já organizava manifestações folclóricas desde 2004, sob a liderança de dona Raimunda Nonata Gama, ou Dona Mundoca como é mais conhecida.

Por outro lado, a Cavalgada de Buriticupu tem se tornado uma tradição cultural da região. Após serem realizadas quinze edições do evento os organizadores apuram que a cada ano cresce muito o número de participantes. A ideia da criação desse evento surgiu em meados do mês de abril de 2001, quando um grupo de amigos reunidos numa vaquejada propôs a criação do evento para homenagear o Dia do Trabalhador. A partir de então, todo 1º de maio é marcado pela Cavalgada, sempre com a coordenação do senhor Vitor Lira. Geralmente o evento cumpre um percurso de 12 quilômetros, com a prova dos tambores, a pega do garrote, a prova do arranca rabo, entrega de troféus e grande festa. No primeiro ano o evento aconteceu com a participação de 72 cavaleiros. No ano de 2015, com a crescente presença de participantes de vários municípios, registrou-se em torno de 13 mil pessoas entre cavaleiros e público.

Outro evento que atrai um grande número de participantes é a etapa de Motocross da cidade, que conta com o maior número de "trilheiros" do Estado do Maranhão. Em 2015 participaram da trilha cerca de quatrocentos pilotos.

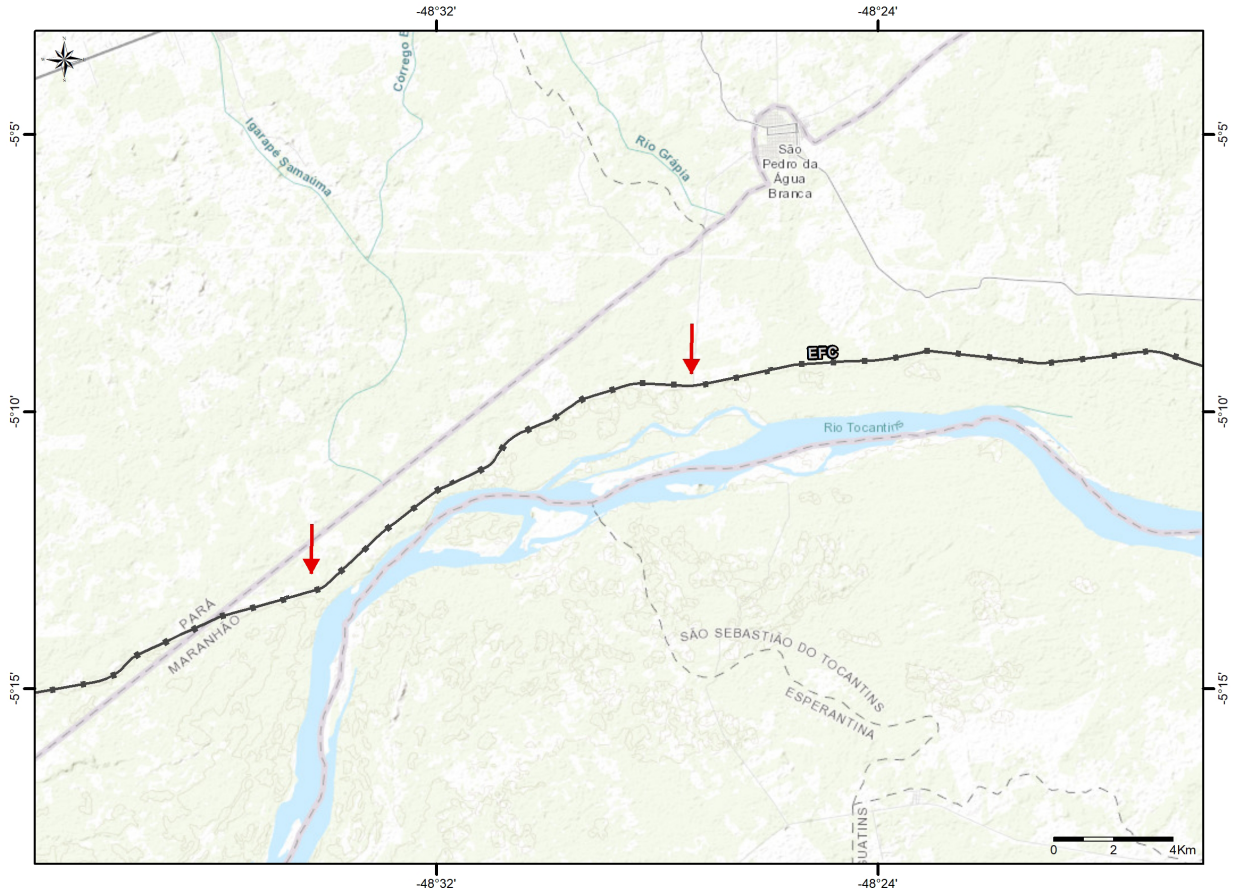
5 SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA – MA

A instalação do município de São Pedro da Água Branca, na divisa entre o Maranhão, o Pará e o Tocantins, ainda hoje desperta interesse por parte de pesquisadores e historiadores devido à controversa luta pela posse da faixa de terra que limita estes estados. Mas a história da região também está relacionada com as entradas dos exploradores do século XVII pelas vias fluviais no norte do Brasil.

Pelo mapa do município fica evidente a importância para o Maranhão em garantir as terras produtivas ao longo do rio Tocantins, acompanhando a região conhecida como Bico do Papagaio, no estado de Tocantins, e ampliar a zona de influência de Imperatriz, em rivalidade com Marabá, importante polo regional paraense.

Sálvio Dino, magistrado, político, escritor e pesquisador, que, além de estar envolvido com a questão do litígio territorial entre Maranhão e Pará durante seu mandato como parlamentar entre as décadas de 1970 e 80, apontou três momentos marcantes para a ocupação da região:

> 1º - O descobrimento do Tocantins [o rio], mercê do heroísmo dos franceses de La Ravadière, em 1613, seguindo-se às entradas paulistas pelas nascentes do majestoso rio, período de grande efervescência, marcado de lutas com índios, mineração, sobe e desce de jesuítas e forte presença da pata do boi.
> 2º - A chamada epopeia da navegação, vai-e-vem de botes e botelões carregados de riquezas naturais para a praça de Belém, criadores de gado expandindo a geografia econômica da região, barcos a motor transportando gente até o advento da rodovia Belém-Brasília, rasgando o ventre virgem das selvas amazônicas.
> 3º - O gesto heroico do presidente JK até a presente data, tendo como pano de fundo os novos bandeirantes (os empresários) vindos de todos os recantos do país a quem a antiga Santa Tereza [Imperatriz], hoje, deve o simpático título de 'capital econômica do sul maranhense'. (DINO, 1999, p. 168)



Mapa 2. Localização estratégica do município de São Pedro da Água Branca, cuja área urbana do município foi 'embutida' para o lado maranhense. As setas em vermelho indicam o traçado da E.F.C., que segue acompanhando o rio Tocantins até Marabá – PA. Fonte: GoogleMaps, setembro de 2014

Entre o segundo e o terceiro momento de ocupação das barrancas do Tocantins surgem alguns relatos sobre a chegada dos primeiros colonos em São Pedro. Contudo existem mais detalhes sobre a importância histórica da região para os anais das disputas de demarcação entre Maranhão e Pará: desde as primeiras expedições de demarcação em 1772, o Decreto Imperial de 1852 que declara o rio Gurupi como referência limítrofe até a legislação maranhense de 1938. Ela estabelece a divisa pela junção dos rios Araguaia e Tocantins, defronte a Vila de São João do Araguaia (ver Figura 13) (DINO, 1990).

"Em 1973, São Pedro era mata, município de Imperatriz. Aqui era outra vida!", assim que José Soares da Silva, 68 anos, ou Zé Cotinha, como é mais conhecido, começa seu relato sobre o surgimento da cidade. Um dos companheiros do Sr. Zé Cotinha nos tempos de ocupação das terras foi Luiz Gonzaga de Oliveira, que atualmente é fotógrafo em São Pedro. Sua narrativa sobre os tempos de abertura da mata para a ocupação é recheada de fatos e nomes ainda presentes na memória. Desde a abertura das primeiras picadas, a divisão dos lotes entre os "posseiros", as "armadilhas" entre o proprietário das terras e os "grileiros", até a escolha do nome do lugar. Todos os detalhes descrevem um interessante capítulo da formação do campesinato na região.

O conflito que se desencadeou pela posse das terras ganhou proporções jurídicas e repercutiu na questão de delimitação da divisa entre os estados do Maranhão e Pará. Em 1976, uma guarnição policial de Imperatriz, sob o comando de um certo Capitão Severo, conseguiu desarmar os dois lados do confronto. Mas, o antigo proprietário das terras ainda estava disposto a recuperar suas terras,

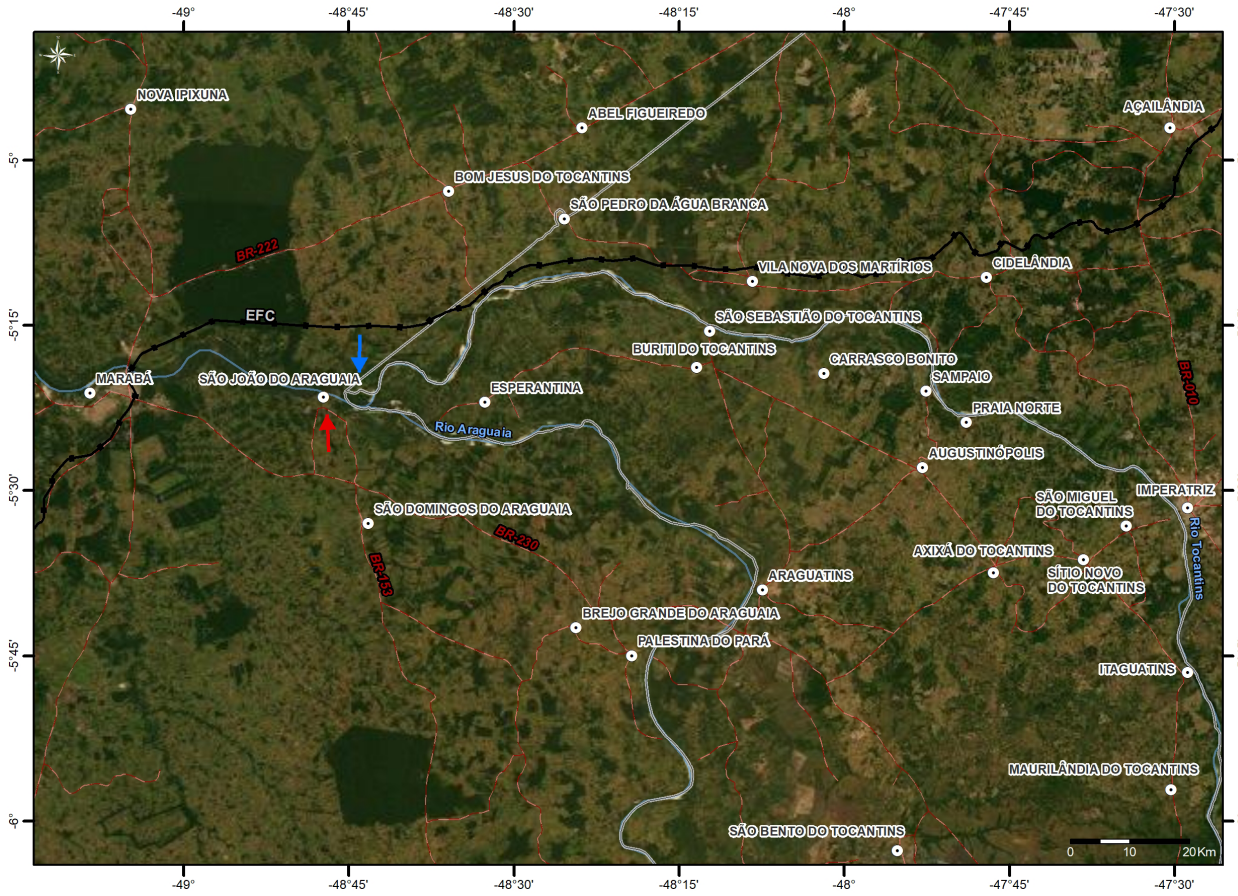


Figura 13. Região do Bico do Papagaio, zona de influência dos centros regionais de Imperatriz – MA à direita, e Marabá – PA à esquerda. A seta em vermelho indica o município de São João do Araguaia – PA, antiga colônia de pescadores que ainda é referência para a comunidade de pescadores de Primeiro Cocal, indicada pela seta em azul, pertencente a São Pedro da Água Branca – MA. Fonte GoogleMaps, setembro de 2014

ainda que por força de bandoleiros. Houve um tiroteio mas, no saldo das mortes, constatou-se que apenas uma galinha havia sido abatida. A data do confronto é incerta, mas ficou conhecida entre a população como a "Festa da Galinha".



Figura 14. Vista da Praça da Bandeira. Na placa que marca o local onde teria ocorrido o confronto entre proprietários e posseiros, lê-se "Homenagem a todos os pioneiros que fundaram São Pedro da Água Branca". Foto: Habilis Consultoria, 2014

Obviamente que o relato do Sr. Luiz Gonzaga é uma entre diversas outras narrativas que representam a memória coletiva de todo um processo judicial e político em torno da questão da posse e da demarcação de terras no sul do Pará e do Maranhão. As memórias estão recheadas de outros elementos do cotidiano dos trabalhadores rurais do lugar, como a constante chegada de novos colonos, os ecos da Guerrilha do Araguaia, a riqueza da terra e a grande produção de arroz. São mencionados ainda os violentos conflitos com grileiros e os problemas de distribuição da produção.

Hoje o município já não é um grande produtor de arroz. Em meados da década de 1980, uma indústria de celulose e papel se instalou na região, desviando grandes áreas de plantio e pastagens para o reflorestamento com eucaliptos, o que causou alterações no modo de vida da comunidade. O perfil econômico do município

está fortemente voltado para a pecuária e a indústria de laticínios. Um dos reflexos disto é evidenciado nas manifestações culturais. As festas vinculadas com o plantio estão perdendo espaço para as Cavalgadas e Vaquejadas, não apenas em São Pedro, como em outros os municípios vizinhos.

6 BOM JESUS DO TOCANTINS – PA

O surgimento do município está relacionado tanto à expansão da frente pioneira quanto à abertura de novas fronteiras agrícolas no sul do Pará. A área de Bom Jesus compreendia a parte norte do município de São João do Araguaia, na margem oposta da confluência dos dois grandes rios. Pela oralidade dos moradores mais antigos tem-se notícia de que o primeiro a abrir uma roça no lugar foi o maranhense Adão Alvino de Souza, por volta de 1962, com o auxílio de índios Gavião, nativos da região.

Não havia estradas de acesso ao lugar. A abertura da rodovia PA-70, que mais tarde se integraria ao traçado da BR-222, se deu apenas em 1969. A densidade demográfica na região era muito baixa e as distâncias eram consideráveis. Até então, toda comunicação e abastecimento se dava pela Vila de Primeiro Cocal, às margens do Tocantins, ou por São João do Araguaia, atravessando o rio, cerca de 40 quilômetros pela mata. Ainda assim, mais próximo do que o núcleo urbano de Marabá, com o dobro da distância. As frentes de trabalho da rodovia e da ferrovia foram as responsáveis pelo surgimento de Bom Jesus e, consequentemente, marcaram a memória coletiva da comunidade.

Raolino Gomes de Aguiar é conhecido pelos moradores do lugar como um dos pioneiros da cidade. Chegou em 1973, atraído pela possiblidade de conseguir um pedaço de terra, mas atuava também como dentista do vilarejo. Apesar da idade avançada e enfrentando problemas de saúde, ainda foi possível coletar algumas de suas memórias sobre aquele período. De forma incisiva, ele faz questão de afirmar que a formação de Bom Jesus não se deu pela invasão de terras.

> Aqui era uma gleba da empreiteira Javaés. Era o que tinha, umas casas e a PA-70. Desenvolveu devido a pecuária. Pouca agricultura. Deu muita banana, mas a banana aqui é fraca. Arroz também muito pouco. Babaçu tem muito. Tinha umas maranhense no Cocal que quebravam e faziam óleo. O transporte que tinha era pelo rio, era fluvial. Ainda hoje, ainda tem muito pesqueiro.
> Eu trabalhava de dentista. Fui o primeiro dentista que teve aqui, fui eu. Extraí foi muito dente aqui. Eu não tive estudo nenhum, aprendi de intruso mesmo. Aqui tinha muita fé e eu (risos).
> Teve uma malária aqui, nos princípios quando nós chegamos aqui. Malária da perigosa, e hepatite também. Morreu muita gente aqui de malária. Aqui tem um tal povoado de Égua Morta, que chegava gente só na rede por causa da malária. Não tinha posto de saúde, mas vinham pra tratar na farmácia. Teve muito farmacêutico que enricou aqui. Hoje tem a SUCAM, tem hospital, mas naquele tempo não tinha nada. Eu mesmo fiquei de malária por cinco anos seguido. Mas eu não tinha recurso pra tratar, dei sorte que ela me largou.
> Aqui, o mais antigo aqui foi Adão Alvino, que já morreu. Mas a viúva dele é viva aí. Ele que primeiro abriu as matas aqui. Veio com a família, acampou ali debaixo das mata. Lembro bem quando começou o primeiro pique da ferrovia. O movimento das máquina era grande. Depois veio a sondagem da linha, a companhia Queiroz Galvão que veio construir a estrada. Trabalhei muito pra eles. Extraí muito dente deles (risos).

Historicamente, o traçado das rodovias PA-70 e BR-222 corresponde às antigas rotas de gado que cortavam os sertões em direção aos grandes centros de distribuição. O município de Bom Jesus está localizado no centro da triangulação entre Imperatriz (MA), Marabá (PA) e Araguatins (TO). As atividades relacionadas à pecuária, como a profissão de vaqueiro, de ferreiro e a selaria, ainda estão presentes no cotidiano de Bom Jesus, mas estão em processo de desaparecer, muito em decorrência da modernização no campo e o advento do agronegócio.

O legado da cultura do boi também se enraizou nas manifestações da cultura popular. Além dos

festejos juninos, a realização da Cavalgada e as festas de vaquejada são os principais eventos culturais no município.

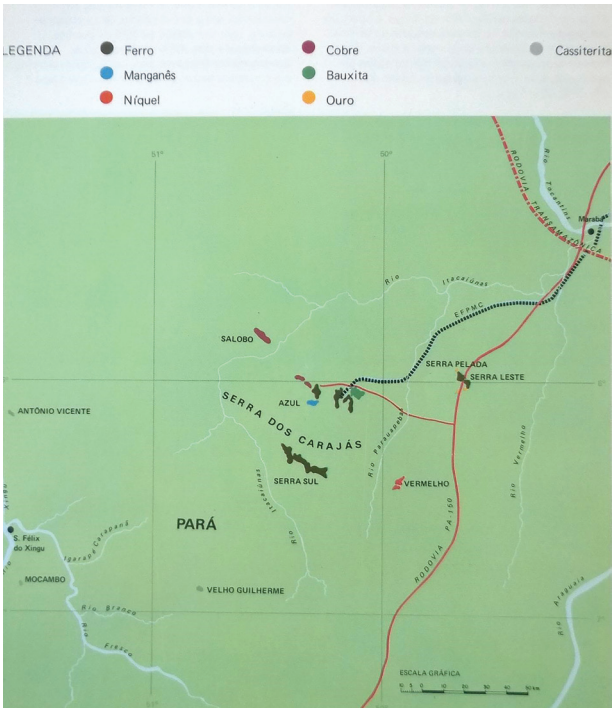


Figura 15. Produção de uma selaria em Bom Jesus do Tocantins. Foto: Habilis Consultoria, 2014

7 PARAUAPEBAS – PA

> Ouro na Serra Pelada. Onde é isso? Não existe nos mapas. É uma montanha recém-descoberta. Fica no espinhaço das Carajás. Garimpo bom. Encontrado na flor da terra. Lá, a grota milionária é cantada em versos. Os garimpeiros a respeitam. Dela se orgulham. Glória maior da Serra. Deu à luz uma pepita de quase sete quilos.
> O novo eldorado chamou gente. Atraiu multidão. Seduziu milhares de levas humanas. Pra lá, todos correm sedentos. Tresloucados. Autêntico êxodo histérico.
> Os garimpeiros vão chegando. Em massa. São jogados no sopé da serra. Parecem carradas de ferramentas humanas.
> Não é fácil a entrada. Bandido não tem vez. Mulher só em fotografia. Licença só pra gente boa. Cabra trabalhador.
> O Major "Curió" representa a ordem. A tranquilidade. A segurança. O Governo assim controla os campos d'ouro.
> A estória da famosa pepita correu léguas. Atravessou fronteiras. Chegou ao Maranhão. A boa nova aguçou espíritos. Despertou ambições. Motivou aventuras.
> Foi mais quem quis tentar a sorte na serra milionária.
> Os garimpeiros continuam chegando. Buscam com os olhos ardentes de ambição os grotões de pedras preciosas. Agora, vêm do sul maranhense. De cada dez, oito se chamam Zé. Sim. Zé Machado... Zé Pereira... Zé Ribamar...
> Não trazem medo. Só coragem. Vontade de enriquecer. Em média têm trinta anos. Vieram tangidos pelo grito do ouro. (DINO, 1981, pp. 51-52)

A crônica de Sálvio Dino, de 1981, fala da comoção nacional pela corrida do ouro, especialmente entre os maranhenses. O surgimento de Parauapebas está relacionado não apenas à corrida pelo ouro de Serra Pelada, mas também à geração de empregos na frente de mineração do Projeto Grande Carajás. O mapa a seguir, elaborado pelo Ministério das Minas e Energia em 1981, mostra o traçado da Estrada de Ferro Ponta da Madeira – Carajás – EFPMC, a localização da Serra Pelada e a disposição das jazidas minerais na região. Note-se que ainda não existia a cidade de Parauapebas, ou qualquer outra aglomeração urbana no local.



Mapa 3. Mapa de divulgação do Programa Grande Carajás. Fonte: PGC, 1981, p. 9

Na Serra de Carajás, região habitada por índios Xikrins, foi descoberto, em 1967, imenso depósito de minério de ferro. "A perspectiva de

serem encontrados novos depósitos de grande porte encorajou a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD a investir em pesquisa geológica na região, particularmente em Carajás" (PGC, p. 6). Foram, assim, identificados depósitos de manganês, níquel, cobre com ouro associado, bauxita e ouro que deram origem a todo o complexo de extração em atividade hoje em Carajás.

Após uma década de projetos, licenciamentos e prospecções foi implantado, pelo Governo Federal, o Programa Grande Carajás – PGC de implantação da infraestrutura necessária para a extração, transporte, beneficiamento e exportação do minério. O PGC compreendia a realização de grandes obras com influência direta na região da Serra, como a construção da Hidrelétrica de Tucuruí (1983), a Estrada de Ferro Ponta da Madeira – Carajás – EFPMC (1985), atualmente conhecida por Estrada de Ferro Carajás, melhorias na Rodovia Transamazônica e na Rodovia Belém-Brasília, além das melhorias nos portos de Itaqui, em São Luís, e de Barcarena, próximo a Belém, e a construção do Porto de Ponta da Madeira, com maior capacidade para atracar navios de grande porte, também em São Luís – MA.



Mapa 4. Mapa da região da Amazônia Oriental, área afetada pelo Programa Grande Carajás. A área escura seria a "Região do Programa para empreendimentos de agricultura, reflorestamento e pecuária", enquanto que a área tracejada seria a "Região com regime especial de incentivos". Fonte: PGC, 1981, p. 17

A CVRD construiu um núcleo urbano modelo para abrigar os funcionários da empresa e suas famílias, a grande maioria vinda de Minas Gerais, hoje núcleo urbano de Carajás. Em contraposição, às margens do rio Parauapebas, margeando a Serra dos Carajás, existia o povoado de Rio Verde, que passou a receber um fluxo inimaginável de migração, após a descoberta das minas de ouro de Serra Pelada (1979), passando por um processo de crescimento desordenado. No período de implantação do Projeto Carajás, o povoado já contava com uma população de 20.000 habitantes (em dados da Prefeitura Municipal).

O povoado de Rio Verde, que adotou o nome do rio que banha a comunidade, foi elevado à condição de município por meio da Lei Estadual n. 5.443, de 10 de maio de 1988, desmembrando-se de Marabá. Pela pouca idade da cidade, não é raro se encontrar pioneiros dos tempos da antiga Vila Rio Verde, como a comerciante Esmeralda M. Ribeiro, que chegou no lugar em 1985. Proprietária de uma loja de produtos agrícolas e veterinários na Praça da Cidadania, antiga Praça da Feira, ela relembra:

> Aqui nessa praça era feira livre da cidade, e as pessoas moravam nela mesmo ou aqui ao redor. Aqui em frente era uma sacaria e na esquina um bar. Abaixo eram os açougues. Do outro lado era as verduras e as roupas. Na esquina com a rua JK era uma farmácia e de cá um "secos e molhados", uma distribuidora. Depois da JK tinha a selaria e os restaurantes. Na parte de cima chegava de novo nas roupas e brinquedos. A alimentação era mesmo nas barracas. Todo o abastecimento aqui vinha de Anápolis, em Goiás. É mais fácil que de Belém.

A movimentação de dinheiro gerada pelas minas e o grande número de forasteiros em busca de riqueza fácil fizeram com que se estabelecesse um clima de violência e contravenção na nova cidade. A "rua do Meio", atual rua Fortaleza, era identificada como o reduto dos bares e de prostituição. Um antigo morador da rua Fortaleza relembra como era o cotidiano por ali: "Rua do Meio porque era rua de ambiente, rua de mulherada. Aqui os crimes de morte eram normais, a gente que convivia acabava acostumando. Mas

igual em qualquer lugar do mundo. Onde tem bebida e noitada tem muita história de morte". Recentemente, entre 2010 e 2012, a rua passou por um processo de revitalização. "Porque depois virou 'cracolândia' aqui. Ninguém podia passar por aqui mesmo não, porque era roubado. De tudo tinha pra vender roubado aqui. Que era pra comprar droga", relembra.

Mas haviam locais de diversão. Tanto Dona Esmeralda como os moradores da Rua Fortaleza relatam sobre o "Clube do Morro", onde os homens se reuniam para jogos e conversas. E também do cinema, improvisado pelo técnico em eletrônica, Sr. Pita, que funcionava à noite, com uma "matinê" nas tardes de domingo.

8 ANOTAÇÕES FINAIS

Estes são alguns recortes do que foi apurado nos levantamentos históricos (e etno-históricos) ao longo das obras de duplicação da Estrada de Ferro Carajás. A todo momento, tanto na coleta de referências bibliográficas e documentais quanto nas pesquisas em campo, procurou-se evidenciar a necessidade de um diálogo interdisciplinar. Noções de Geopolítica (DOSSE, 1992), Antropologia, Sociologia (MARTINS, 2009) e de Patrimônio Cultural (MAGALHÃES, 1997) formam a trama que costura os dados apresentados.

Parece contraditório que estudos arqueológicos lancem mão de disciplinas irmãs para melhor elucidar o que revelam os dados que desenterra. Mas, desde que iniciado o processo de colonização e ocupação do território dos Tupinambás, Timbiras e seus descendentes mais recentes, a narrativa dos modos como se deram essas ocupações e o decorrente deslocamento e extermínio de nações inteiras pode sugerir e indicar aos arqueólogos quais caminhos seguir.

Todos os grupos humanos possuem uma identidade construída e, muitas vezes, consolidadas de suas memórias tanto individuais como as tomadas pela coletividade. Essa identidade é amalgamada pela tradição, por elementos culturais e por um conjunto de regras de convivência que são fortemente induzidas pelo modelo de formação desta comunidade, sua história e os modos de transmissão de conhecimento.

A implantação de uma nova estrada, ou seja, de um novo acesso, é sinônimo de desenvolvimento e de progresso para uma pequena comunidade (GHIRARDELLO, 2011). No caso de maioria das cidades ao longo da EFC, a chegada dos trilhos do trem também correspondeu à chegada do "progresso" e da "modernidade". Novas relações de convívio são introduzidas. Mais até do que isto, surgiram novas comunidades ao longo das margens. E, com elas, novos sistemas de convivência e espaços sociais. Exemplo disso foi a necessidade de se implementar toda uma infraestrutura e postos de abastecimento para atender à ferrovia, que beneficiou também o lugar, como o abastecimento de água, por exemplo. Alguns espaços de circulação de pessoas e mercadorias rapidamente se tornaram "locais de pouso". Um dos novos e promissores empreendimentos por onde se implantaram pontos de passagem foram hotéis ou estalagens, muitas delas mantidas por antigos moradores. Em alguns casos, a implantação da estação de trem ou da rodoviária gerou uma nova estrutura urbana no seu entorno. Formou-se uma rede de serviços que variou desde praças, com boas sombras para descanso, a bons restaurantes e hotéis, para atender a todo tipo de clientela, desde trabalhadores das próprias estradas, vendedores de linha, representantes comerciais e, inclusive, interessados em adquirir terras e lotes para a especulação imobiliária. Seguindo a lógica da urbanização, esses novos espaços logo se transformam em locais privilegiados para a realização de festas populares e manifestações cívicas, tanto pela boa localização como pela rede de serviços em seu entorno.

Outro aspecto revelado por este levantamento é justamente a diversidade de realidades histórico-sociais encontradas ao longo da EFC. Partindo de São Luís, a histórica capital Patrimônio da Humanidade, encontram-se comunidades surgidas em contextos tão diversos quanto surpreendentes e riquíssimos em memórias e culturas. Existe um núcleo de cidades irmãs com origens coloniais, como Arari e Vitória do Mearim, surgidas nas margens do rio. Existem cidades grandes e pequenas que se despontaram e foram impulsionadas pela localização às margens da rodovia, como Santa Inês (que em poucos anos se tornou uma das maiores cidades maranhenses)

e a pequena Bom Jesus do Tocantins (do lado paraense). Existem comunidades surgidas pela ocupação de terras improdutivas, com histórico recente e marcante de conflitos pela posse da terra, como São Pedro da Água Branca, a ponto de causar um litígio entre Maranhão e Pará pela demarcação de fronteiras. Existem cidades surgidas pela ocupação desordenada e repentina decorrente da febre do garimpo, como no caso de Parauapebas (no Pará), mas que, com a mesma velocidade com que surgiu, passa por um processo de readequação urbana intensa. Mas, por outro lado, também existem exemplos de comunidades surgidas por meio de empreendimentos urbanos planejados e administrados em parceria público-privada, como o caso de Buriticupu.

Ainda temos, anteriormente à chegada de não-indígenas, uma dinâmica própria dos povos que ocupavam a região desde períodos recuados no tempo, as quais conhecemos, sobretudo, por meio dos estudos arqueológicos, etnológicos e linguísticos. Num segundo momento, tem-se uma lógica de ocupação que, em última instância, deriva do processo de expansão capitalista mercantil em escala global, para o qual contamos com fontes diversas de informação entre relatos escritos, orais e arqueológicos. Este segundo período é marcado pela relação conflituosa oriunda da chegada dos não índios e africanos frente às populações indígenas.

Não surpreende que toda essa diversidade também fica evidente nas manifestações culturais existentes em cada um desses lugares. Longe de qualquer tipo de associação a um ultrapassado 'determinismo cultural' que desconsidera a enorme capacidade de adaptação do povo brasileiro, decorrente de uma série de fatores históricos, sociais e econômicos, seja pela migração ou por outros motivos. Mas a percepção de toda esta diversidade de contextos históricos ao longo da EFC se deve à própria condição do território de transição entre a Serra de Carajás e o litoral maranhense. Território de transição entre a Amazônia e o agreste; entre a cultura do homem do sertão e o homem da floresta; entre a exploração das riquezas naturais e a luta pela sobrevivência no campo.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, I.N. Buriticupu – MA. Sua História, Geografia e Características Gerais. 3ª edição. Buriticupu: Gráfica Kairós, 2015.

Andrés, L.P.C. São Luís – Cidade dos azulejos. In: Revista do ICOMOS – Brasil. Monumentos Brasileiros no Patrimônio Mundial. Salvador: ICOMOS, Goiânia: AGEPEL, 2000. pp. 219 – 262.

Barbosa, A.S. A propósito de um estatuto para a História local e regional. 2012. Disponível em: http://franca.unesp.br/PROPOSITO_REGIONAL.pdf_. Acessado em: 27 jul. 2018.

Barros Da Silva, O. Presença da França no Tocantins. Ouricuri: Editora Kelps, 2010.

Berredo e Castro, B.P. Annaes Historicos do Estado do Maranhão. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1749. Disponível em: http://www.visitamazonas.com.br/bibliotecavirtual/indice.php?idLivro=5189. Acessado em novembro de 2014.

Bezerra, E. Valores Brandtianos. Um tesouro a preservar. São Luís, 2011.

Biblioteca Nacional. A França no Brasil. França Equinocial. Disponível em: http://bndigital.bn.br/francebr/equinocial.htm. Acessado em 23 de janeiro de 2015.

Brandt e Silva, Pe. C. Assuntos Ararienses. Vol. I e II. Arari: Editora Notícias de Arari, 1985; 1990.

Cantanhêde, W. Vitória do Mearim: dos Primórdios à Emancipação. São Luís: Lithograf/Prefeitura de Vitória do Mearim, 1998.

Carneiro, A.J.D. Para conhecer os habitantes tradicionais dos castanhais do Médio Tocantins. In: Boletim Técnico N. 7 – Em comemoração ao Centenário de Marabá. Marabá – PA: Fundação Casa de Cultura de Marabá, 2013. Pp. 141 – 148.

Carvalho, J.R.F. Ação e Presença dos Portugueses na Costa Norte do Brasil no Século XVII. A Guerra no Maranhão: 1614-1615. Teresina: Editora da UFPI / Ethos Editora, 2014.

Chartier, R. História Cultural. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2004.

Del Priore, M.; Gomes, F. Os Senhores dos Rios. Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Dino, S. Onde é Pará, onde é Maranhão? São Luís: Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado, 1990.

Dino, S. Verde, Sertão e Vidas. São Luís: S.E., 1999.

Dosse, F. A. História em Migalhas – dos Annales à Nova História. São Paulo: Editora Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

Fernandes, J. O Rio. São Luís: Lithograf, 2004.

Ghirardello, N. Cidades e ferrovia. In: Campos, C., Oliveira, E.R., Gitahy, M.L.C. (Orgs.). Território e Cidades: Projetos e Representações 1870-1970. São Paulo: Alameda, 2011. pp 71-92.

Godóis, A.B. História do Maranhão. São Luís: AML/ Editora da UEMA, 2008. Série Fundadores, 4.

Gonçalves, J.R.S. A Retórica da Perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 21 de agosto de 2015.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). São Luís – Inventário e Pesquisa. Cidades Históricas, vol. 85. Brasília: Iphan/Senado Federal, 2007.

Koselleck, R. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Lacroix, M. de L.L. A Fundação Francesa de São Luís e seus Mitos. 3ª ed. São Luís: Editora UEMA, 2008.

Magalhães, A.E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Magnani, J.G.C. Patrimônio cultural urbano, "de perto e de dentro": uma aproximação etnográfica. In: Revista do Patrimônio, 37. Brasília: Iphan, 2018. Pp. 307 – 329.

Martins, J.S. Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

Meireles, M. História da Independência do Maranhão. São Luís: ArteNova, 1972.

Meneses, U.B. O patrimônio cultural e a guinada da Constituição de 1988: a Casa de Chico Mendes. In: Revista do Patrimônio, 37. Brasília: Iphan, 2018. pp. 199 – 210.

Pianzola, M.. Os Papagaios Amarelos. Os franceses na conquista do Brasil. São Luís: Alhambra; Secretaria da Cultura do Estado do Maranhão, 1992.

Programa Grande Carajás (PGC). Brasília: Ministério Minas e Energia, 1981.

Rodrigues, P. Crônicas da Cidade & Outras Narrativas. São Luís: 360° Editora, 2014.

Salvador, V. de. História do Brasil (1627). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2148. Acessado em 18 de setembro de 2014.





10

NOS TRILHOS DA NOVA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Priscila Wanzeler de Oliveira I Leticia Ribeiro I Felippe Jorge Kopanakis Pacheco

1 INTRODUÇÃO

Desde os primeiros passos em direção à salvaguarda e proteção do patrimônio cultural, foi ponto pacífico o entendimento de que a educação é fator primordial para a preservação da memória e identidade de um povo. Entretanto, naqueles idos de 1937, quando da institucionalização da preservação do patrimônio cultural, o que se discutia era o papel pedagógico dos museus e instituições relacionadas à cultura.

Foi somente na década de 70 que houve uma ampliação da perspectiva acerca do tema, a partir da compreensão do caráter vivo e dinâmico da cultura. A mudança de paradigma ficou evidenciada pelas ações desenvolvidas no Projeto Interação, do então Ministério da Educação e Cultura (MEC). A iniciativa consistia em criar atividades baseadas na dinâmica cultural, pluralidade e diversidade cultural brasileira. Entendia-se, naquele momento, a cultura como algo mais vivo e fluido, muito além de um bem exclusivo e monopolizado por museus e instituições. Esta concepção surgiu para corrigir o descompasso que então existia entre a educação formal e o cotidiano dos alunos, ao mesmo tempo em que considerava o binômio "cultura-educação" algo "indissociável".

O amadurecimento desta concepção de cultura como elemento vivo, dinâmico, e, ao mesmo tempo, indissociável da educação, culminou no surgimento do conceito de Educação Patrimonial como se conhece nos dias de hoje. Porém, as bases metodológicas do tema foram estabelecidas no Brasil apenas na década de 90, com a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial. Nele foram definidas "etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais, centradas em: observação, registro, exploração e apropriação" (Florêncio et al, 2014).

Se, por um lado, o tema da Educação Patrimonial já era recorrente nas discussões sobre preservação do patrimônio cultural, por outro, no âmbito do licenciamento ambiental para grandes empreendimentos, foi na publicação da Portaria 230 de 2002 que o tema foi abordado. O documento continha as primeiras iniciativas para se destinar o material resgatado a acervos culturais locais, estabelecendo aí as bases para estruturar as avidades de Educação Patrimonial adequadas a cada fase do licenciamento arqueológico.

Assim, o documento instituiu as Estratégias de Esclarecimento e o Plano Integrado de Educação Patrimonial. Dois trabalhos distintos nos quais o primeiro configuraria ações pontuais, de caráter apenas informativo/divulgador, a ser desenvolvido nas fases iniciais da pesquisa arqueológica, e o segundo, caracterizando um programa muito bem estruturado com ações integrando patrimônio arqueológico e os demais patrimônios culturais da região. Ambas as ações são importantes ferramentas auxiliadoras no trabalho de valorização e preservação de bens culturais materiais e imateriais.

No presente capítulo, especificamente, serão apresentados os trabalhos desenvolvidos no âmbito dessas novas diretrizes. A seguir, apresenta-se de maneira detalhada como o tema "patrimônio cultural" foi trabalhado junto às comunidades e quais os resultados dessas discussões.

As atividades buscaram dialogar com a comunidade sobre a relevância do patrimônio material e imaterial enquanto ícones da história local, buscando incentivar participação popular

na preservação destes bens, estimulando formas próprias de gerenciá-los. Também buscou-se influir a noção de pertencimento a um universo maior de cultura brasileira. Ele é diversificado (na medida em se apresenta de maneira multiforme) mas pretende ser também inclusivo (compreendendo e respeitando as particularidades da cultura local) e contribuinte para a geração de renda por meio da construção de projetos nascidos "da e pela" comunidade e não apenas "para" a comunidade.

Neste contexto, o patrimônio arqueológico se insere como um recurso da comunidade que, quando em interação com outros segmentos patrimoniais, possibilita reflexões acerca do passado e problematiza o presente, de forma a pensar propostas de melhorias socioeconômicas para o futuro das localidades (Alfonso, 2012).

Como forma de aproximação do conhecimento gerado pelas pesquisas arqueológicas oriundas do Projeto de Duplicação da Estrada de Ferro Carajás – EFC junto às comunidades abrangidas, foram executadas duas ações, cada uma de acordo com as etapas da pesquisa:

I. Estratégia de Esclarecimento, objetivando uma maior aproximação com a comunidade através de oficinas explicativas acerca do trabalho arqueológico e diálogos sobre do patrimônio cultural local; e
II. Plano Integrado de Educação Patrimonial – PIEP, no qual foram realizadas ações mais específicas através de um workshop de Construção de Projetos Culturais, buscando a integração entre o patrimônio local admitido pelas comunidades e a gestão desses patrimônios visando melhorias socioeconômicas para o futuro das mesmas.

Todas estas etapas foram realizadas na transição do respaldo legal entre a Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002, e a Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015, que tratam da obrigatoriedade de Programas de Educação Patrimonial junto às pesquisas arqueológicas associadas ao licenciamento ambiental.

2 AÇÕES E REFLEXÕES

2.1 ESTRATÉGIAS DE ESCLARECIMENTO

O embasamento etno-histórico propiciado por um diagnóstico preliminar, juntamente com os resultados das prospecções arqueológicas, fizeram lançar sobre as comunidades atendidas um olhar mais abrangente. Esse entendimento mais próximo da realidade local norteou as atividades nomeadas pelo Iphan de Estratégias de Esclarecimento.

As atividades aqui apresentadas tiveram como público-alvo alunos do ensino fundamental de escolas públicas estaduais e/ou municipais do interior do Maranhão. Foram selecionadas escolas próximas ao empreendimento, frequentemente localizadas na zona rural. Tais atividades, além de se caracterizar como um direito dessas comunidades, são de suma importância para a ampla divulgação do conhecimento produzido nas pesquisas arqueológicas. Justifica-se assim o uso do termo "Estratégias de Esclarecimento".

Buscou-se estratégias metodológicas para que as ações fossem propagadas pelos membros da comunidade a partir da ação dos "multiplicadores" sociais, ou seja, pessoas que perpetuassem ideias e memórias em suas ações cotidianas. Segundo Bezerra (2002), as crianças podem ser consideradas multiplicadores, pois compartilham com familiares e amigos o aprendizado de cada dia, circulando por diversos espaços sociais. Assim elas estabelecem relações de ensino/aprendizagem a todo momento, sejam elas de natureza formal (nas escolas), não-formal (nos espaços culturais como museus) e ainda informal (no âmbito familiar) (Marandino, 2008).

Diante do exposto, o trabalho com o público escolar mostrou-se uma via efetiva para a realização das atividades. A escolha desse público possibilitou explorar o caráter interdisciplinar da ciência arqueológica a partir do diálogo com conteúdo das disciplinas de história e geografia. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), essas disciplinas buscam a construção do conhecimento a partir de fontes documentais alternativas, entre elas o registro arqueológico. Aliado às ciências da terra (geografia, por exemplo), ele pode contribuir para a consolidação de narrativas que se estabelecem a partir de uma relação espaço/tempo. Isso porque a Geografia estuda as relações entre o processo histórico que regula a formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza, por meio da leitura

do espaço geográfico e da paisagem (PCN Ensino Fundamental - História e Geografia. p.74 - grifo nosso).

Esta escolha também se justifica devido à ausência e/ou defasagem de materiais didáticos e paradidáticos que auxiliem o educador neste trabalho. A ação proposta para este público enriqueceu os conteúdos que já fazem parte do cotidiano escolar, sendo somado ao conteúdo patrimonial local, também presente no dia a dia dos alunos. Para tanto, utilizou-se a metodologia proposta por Freire (1989, 1996), que rompe com os ideais da pedagogia tradicional, em que o aluno recebe o conhecimento de forma passiva, tal como uma folha de papel em branco. Pelo contrário, buscou-se construir o conhecimento de forma coletiva, partindo das vivências dos educandos com o patrimônio envolvente.

> "Os conteúdos propostos estão constituídos, assim, a partir da história do cotidiano da criança (o seu tempo e o seu espaço), integrada a um contexto mais amplo, que inclui os contextos históricos. Os conteúdos foram escolhidos a partir do tempo presente no qual existem materialidades e mentalidades que denunciam a presença de outros tempos, outros modos de vida sobreviventes do passado, outros costumes e outras modalidades de organização social que continuam, de alguma forma, presentes na vida das pessoas e da coletividade. Os conteúdos foram escolhidos, ainda, a partir da ideia de que conhecer as muitas histórias, de outros tempos, relacionadas ao espaço em que vivem, e de outros espaços, possibilita aos alunos compreenderem a si mesmos e a vida coletiva de que fazem parte". (PCN Ensino Fundamental - História e Geografia, p. 35 – grifo nosso)

As atividades desenvolvidas contaram com uma abordagem dinâmica que associou diferentes métodos, tornando o processo mais atrativo ao público envolvido. Optou-se por trabalhar com oficinas, mesclando diálogos com atividades práticas, investindo no aspecto lúdico das atividades propostas, pois acredita-se que

> [...]o lúdico é uma estratégia insubstituível para ser usada como estímulo na construção do conhecimento humano e na progressão das diferentes habilidades operatórias [...] (Santos, 2010 p. 2)

A escolha de ações participativas parte do pressuposto de que os grupos sociais e comunidades conduzem o curso das atividades de acordo com seus conhecimentos e visões de mundo pois, como diz Paulo Freire (1989), todos somos produtores de conhecimento, e o produzimos a partir de nossas experiências; cabe ao educador provocar no indivíduo a autoconsciência, para que este possa se perceber enquanto um ser atuante na sociedade.

As oficinas foram introduzidas com uma breve exposição centrada na apresentação da Arqueologia como a ciência que busca compreender a história das sociedades a partir dos objetos. Questionamentos como: o que é Arqueologia?; qual o papel da Arqueologia na sociedade?; como trabalha o/a arqueólogo/a?; que tipos de vestígios são encontrados?, nortearam a exposição a fim de desmistificar a ideia do/a arqueólogo/a aventureiro/a, perpetuada pela mídia por meio de filmes e desenhos.

Objetivou-se, com isso, apresentar a Arqueologia enquanto ciência que estuda a história das populações do passado, tendo como elemento de estudo os objetos, entendidos aqui como a materialização de um conjunto de saberes, crenças e dinâmicas sociais. Assim intentou-se transformar a ideia da Arqueologia e de seus "tesouros", apresentados agora como os objetos, construções, saberes e hábitos do cotidiano.



Foto 1. Ação na Escola Municipal "Catarino Pinheiro", Povoado Encruzilhada, município de Santa Inês/MA



Foto 2. Apresentação da Arqueologia e dos tipos de vestígios encontrados em campo na Escola "Maria Firmina dos Reis", comunidade de Boa Vista, em Alto Alegre do Pindaré – MA

Feitos os esclarecimentos acerca da ciência arqueológica e dos trabalhos que um arqueólogo desenvolve, sempre era proposta uma roda de conversa, pois eram nesses momentos que mais se podia perceber as vivências de cada um.

Durante as rodas foi perguntado se se lembravam das músicas que eram usadas durante as brincadeiras. As canções mais citadas foram Ciranda Cirandinha e Atirei o Pau no Gato. Depois de brincar cantando essas canções foi questionado aos participantes: "Onde vocês aprenderam essas canções?" Muitos responderam ter sido em casa e na escola, mas, na verdade, pareciam não saber ao certo quando aprenderam as músicas cantadas. Então, rapidamente foi introduzido o conceito de cultura, sobre a troca de conhecimento em sociedade. Esclarecendo que essas músicas faziam parte da Cultura Popular Brasileira e, consequentemente, da nossa identidade cultural. E, assim, começou-se um breve bate-papo sobre Patrimônio.

> O Patrimônio Cultural é uma expressão contemporânea, amplifica este significado, indo além, expressa a produção de bens materiais e imateriais feitos pela humanidade em tempos pretéritos e atuais, sendo o resultado de experiências, memórias e vivências individuais e coletivas (Nascimento, 2016, p. 168).

A partir desse conceito, e da amplitude que o mesmo alcança, por meio das oficinas, deu-se continuidade à busca pelas "experiências, memórias e vivências individuais e coletivas" citadas por Nascimento.

Após cada diálogo foram desenvolvidas oficinas de modelagem de argila e de pintura, fomentando a troca de experiências dentre todos os participantes.

Durante a oficina de modelagem de argila, blocos de argila úmida foram usados com o objetivo de valorizar os saberes tradicionais a partir da confecção de vasilhames cerâmicos. Ele também serviu para que os alunos representassem elementos da cultura local que julgassem importantes para sua história, merecendo, portanto, serem preservados.

Na oportunidade, apresentou-se a técnica do "acordelamento"[1] e explicou se tratar de uma técnica muito frequente no registro arqueológico da região. A partir desta técnica, procurou-se problematizar questões como arte, senso estético, representatividade étnica, entre outras. A partir da técnica trabalhada, os alunos criavam e recriavam decorações, formas e texturas, assim as peças produzidas assumiam nuances do cotidiano de cada um. Os participantes demonstraram grande empenho para a realização desta atividade.

A argila também foi utilizada para representar cenas e lugares do dia a dia dos alunos, como a escola, a igreja, a praça, etc. Em Miranda do Norte, na escola U.E.B. "Gumercindo Paixão Fernandes", um grupo de alunos e alunas se organizou para fazer uma maquete da cidade. Nela representaram a igreja e a escola, tendo como pano de fundo a festa de São João. Outro aluno utilizou a argila para compor um desenho sobre papel, representando a si mesmo em uma festa de Bumba Meu Boi, festa típica do estado do Maranhão, reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Já a oficina de pintura foi proposta para que os alunos pudessem expressar em imagens ou palavras (músicas, poemas, textos descritivos, etc.) aspectos que consideram importantes para a cultura local. A escola foi frequentemente apresentada como espaço de sociabilidade, um lugar de trocas de saberes e vivências.

> Paralelamente, temos que repudiar a ideia de que só com palavras se pensa, pois que pensamos também com sons e imagens,

1 Esta técnica consiste na produção de vasilhames, de formas e tamanhos distintos, a partir da sobreposição de roletes de argila.

> ainda que de forma subliminar, inconsciente, profunda! Temos que repudiar a ideia de que existe uma só estética, soberana, à qual estamos submetidos – tal atitude seria nossa rendição ao Pensamento Único, à ditadura da palavra – que, como sabemos, é ambígua. (Boal, 2009, p. 16).

Pensando dessa forma, as atividades realizadas durante a oficina foram todas construídas para que se tornassem experiência afetiva. Os participantes demonstraram disponibilidade em dividir seus lugares de afetividade e suas histórias vividas nesses ambientes, realizando ora a representação dos lugares de convivência comunitária, ora os lugares de convivência familiar. A ação de pensar por meio de imagens trouxe, também, um momento de integração com o grupo.

Durante a construção dos desenhos os participantes compartilharam materiais e também suas histórias com os colegas que estavam no grupo. Perguntavam uns aos outros que lugares estavam desenhando. Alguns lugares eram reconhecidos pelos colegas como, por exemplo, o cinema em que o desenho feito por um participante fez com que emergissem muitas histórias vividas.

> A memória deve ser compreendida, também, como um fenômeno coletivo e social Halbwanchs (1990). Esse fenômeno é representado em lugares que recebem a marca de um grupo, os quais são denominados locais de memórias. Esses lugares despertam no sujeito uma identificação, lembranças e vivências. (Nascimento, 2016, p. 168).



Foto 3. Representação de aluno com argila: festa do Bumba meu boi e a si mesmo

É importante salientar que, durante as atividades da Estratégia de Esclarecimento, percebeu-se uma profunda relação da comunidade escolar com o patrimônio local. Mesmo de maneira às vezes difusa ou informal, os alunos identificaram rapidamente traços da cultura local que foram evidenciados nas narrativas ou nas atividades lúdicas.

Com facilidade os estudantes conseguiram materializar nos trabalhos manuais as práticas e os saberes da cultural local e se perceberem inseridos neles. Compreende-se, portanto, que mesmo sem ter o conhecimento do arcabouço teórico sobre cultura e patrimônio cultural, as crianças trazem dentro de si uma identidade que vem sendo transmitida dia a dia. Ela chega a eles por meio do convívio em comunidade, em família e na escola, de maneira ora mais estruturada em conteúdos escolares, ora mais lúdica e afetiva.

A desenvoltura com que as crianças aderiram às atividades propostas deixou clara a relação que elas já desenvolveram com seu patrimônio cultural e sua identidade como parte deste patrimônio.

2.2 PLANO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - PIEP

Ao longo do trabalho arqueológico, observou-se que várias associações (de Bumba Meu Boi, de pescadores, de mulheres quebradeiras de coco, etc) já haviam se organizado há algum tempo nos municípios. Percebeu-se, com isso, o empenho das comunidades visando autonomia na gestão de seus patrimônios.

Assim, pensou-se no desenvolvimento de um Workshop sobre construção de projetos culturais nos municípios de Arari e Vitória do Mearim[1], ambos no Maranhão, com o objetivo principal de valorizar ações protagonizadas por iniciativas populares, compreendendo os caminhos e fases necessárias para a elaboração, realização e gestão de um projeto sociocultural. Para tanto, buscou-se dialogar com gestores públicos e comunidade, intencionando uma troca de conhecimentos relativa a temas como: saberes, patrimônio, linguagem, símbolos, memória, identidade e sua relação com os municípios e grupos trabalhados.

As oficinas que compunham o Workshop foram desenvolvidas na comunidade de Moitas, em Arari



Foto 4. Trabalhos com argila dos alunos do Ensino Infantil e Fundamental I da escola "Gov. Luís Rocha", povoado Vila Altemar, município de Alto Alegre do Pindaré/MA



Foto 5. Trabalhos com argila dos alunos do 4° ano da Escola Municipal "Pedro Alves Matias", povoado Monte Sinai, município de São Pedro da Água Branca/MA

e na comunidade de Tirirical, em Vitória do Mearim. Ambas foram selecionadas por se tratarem das comunidades mais próximas das áreas dos sítios arqueológicos.

Esta ação buscou desenvolver um trabalho pedagógico que contribuísse para o desenvolvimento dos elementos básicos de um trabalho que visa a integração entre conhecimento técnico e os saberes populares.

Compreendendo que a combinação de temas e vivências propicia a construção de conceitos mais significativos e transformadores para os sujeitos e para a sociedade - permitindo uma relação mais direta entre teoria e prática -, e que ao atribuir sentido aos conceitos, o sujeito acrescenta novos elementos na construção de sua rede de conhecimentos - sendo possível manejar os conceitos para além dos exemplos apresentados, foram estruturadas cinco oficinas dentro do workshop:

I. Patrimônio Cultural – os achados arqueológicos do município enquanto patrimônio de todos;
II. Cultura maranhense - o "comer", o "rezar" e o "festar";
III. Identidade e memória – elementos mediadores entre indivíduo e sociedade;
IV. Saberes tradicionais - linguagem dos Mestres;
V. V. Construção de projetos culturais.

2.2.1Município de Arari - MA

As primeiras oficinas, tencionaram um diálogo inicial como estratégia de construção conjunta de concepções consideradas importantes pela comunidade. A ideia era provocar os participantes a exporem suas opiniões, impressões e desejos acerca dos seus próprios patrimônios.

Foi apresentado, então, o trabalho de arqueologia, com os achados arqueológicos do município, a fim de que os participantes entendessem o surgimento da iniciativa do workshop que lhes estava sendo disponibilizado, bem como se iniciassem as discussões sobre patrimônio.

Em seguida, aprofundou-se a discussão sobre patrimônio cultural (o que a comunidade entendia e aceitava como um), os instrumentos para sua proteção e difusão, cultura maranhense a partir da culinária típica, das manifestações religiosas e das festas tradicionais, bem como a importância dessas referências na formação da cidadania de povo.

Nesse momento, vários representantes da gestão pública citaram exemplos de referências culturais do município, mais especificamente do centro urbano da cidade. Diante do exposto, os professores e moradores da comunidade de Moitas também expuseram algumas festas que ocorrem somente no povoado.

Foi possível perceber a alegria dos participantes em redescobrirem a riqueza cultural de que dispunham. Ocorreram depoimentos emocionados sobre como se deu o povoamento da região e de como certas tradições, de festividades e da culinária, se mantém até os dias atuais.

A partir desse diálogo, foi proposta um dinâmica em grupos, no intuito de suscitar ainda mais o sentimento sobre as temáticas apresentadas por eles. A proposta era que os mesmos, divididos em 4 grupos, expressassem aquilo que lhes representava culturalmente. Propositalmente, nenhuma outra orientação lhes foi dada acerca de como procederia a dinâmica, assim todos ficavam livres para 'criarem' sobre seus patrimônios utilizando vários materiais disponibilizados na hora, a saber: Vasos de cerâmica, pincéis, tintas guache, telas, tecidos coloridos, cola, tesouras, lantejoulas, vasilhas de plástico.

Ao final da dinâmica, cada grupo construiu um texto explicando o significado de tudo que foi representado nos objetos que haviam produzido. As explicações foram todas carregadas de emoção por parte dos participantes que, segundo eles mesmos, puderam se ver representados em todos os trabalhos desenvolvidos. Os próprios participantes suscitaram um diálogo sobre apropriação do patrimônio.

Cada grupo trabalhou da seguinte maneira:

Grupo 1 - o grupo pintou um vaso de cerâmica

2 O Workshop foi uma ação integrante do Plano Integrado de Educação Patrimonial - PIEP, resultante dos estudos dos sítios arqueológicos Boca do Campo e Mearim-1, nos municípios de Arari/MA e Vitória do Mearim/MA, respectivamente.

com motivos do cotidiano de cada integrante, mas que foram considerados patrimônio para o grupo. Foram representados nos desenhos a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré – local de celebração, socialização e treinamento da comunidade de Moitas, o Festival da Jussara[3] que ocorre todos os anos em Moitas, a Piaba – peixe tradicionalmente consumido na região e o fenômeno da Pororoca[4] no rio Mearim.

Grupo 2 – o grupo pintou a mão livre uma tela com o que eles consideraram de mais representativo no município de Arari. No desenho foram representados o fenômeno da Pororoca e a Festa da Melancia.

Grupo 3 - O grupo reproduziu uma miniatura de Bumba Meu Boi enfeitando-o com tecido, lantejoulas. Os integrantes, que são professores, relataram que já realizam um trabalho de resgate e valorização do Bumba Meu Boi de Matraca[5] na escola da comunidade de Moitas. Elas afirmaram que reproduzirão essa atividade com seus alunos).



Foto 6. Representação da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, comunidade de Moitas



Foto 7. Representação de uma árvore de jussara (açaí), tradicional fonte de alimentação da região



Foto 8. Representação da Piaba, tradicional fonte de alimentação da região



Foto 9. Representação do rio Mearim, sua vegetação e o fenômeno da Pororoca

3 Jussara é o nome pelo qual é chamado o açaí no Maranhão.

4 A Pororoca é um fenômeno da natureza que ocorre todos os anos, no mês de maio, no rio Mearim, onde surgem ondas de até 4 metros de altura ao longo do curso do rio. O fenômeno atrai surfistas e turistas de todo o país, pois é possível prestigiá-lo a partir da orla do município de Arari.

5 Um dos 'sotaques' mais tradicionais e populares de Bumba Meu Boi do Maranhão, mas que tem perdido espaço para o Boi de Orquestra devido a influências dos Bois do estado do Amazonas.



Foto 10. Grupo reproduzindo o Bumba Meu Boi em miniatura



Foto 11. Grupo reproduzindo o Bumba Meu Boi em miniatura



Foto 12. Grupo confeccionando e decorando um tambor

Grupo 4 – O grupo confeccionou um tambor, instrumento musical amplamente utilizado nas manifestações culturais maranhenses, tais como, no tambor de crioula, na capoeira, no Bumba Meu Boi, Festa do Divino, etc.

O tambor continha a simbologia da cultura local. Nele foram representados: o cidadão maranhense e a bandeira do Maranhão, o Festejo Junino, a dança das fitas (dança tradicional na comunidade), o Bumba meu Boi, plumas (utilizadas nas indumentárias das dançarinas de Bumba Meu Boi), chapéu de mestre de Boi e um berimbau (instrumento musical utilizado na roda de capoeira).



Foto 13. Pintura feita pelo grupo de Arari representando o fenômeno da Pororoca e a Festa da Melancia



Foto 14. Representação da Bandeira do Maranhão e do maranhense



Foto 15. Representação do Bumba Meu Boi



Foto 16. Representação do Festejo Junino



Foto 17. Representação da dança das fitas



Foto 18. Boi Bonito de Arari

Em seguida, aconteceu um momento de troca de experiências entre os participantes do workshop (adultos), 40 alunos do ensino fundamental da escola da comunidade de Moitas e um grupo tradicional de Bumba Meu Boi, chamado "Boi Bonito de Arari".

O grupo já é bastante conhecido na região por conta de suas apresentações em vários eventos culturais, inclusive em todo o estado do Maranhão. Mas, para além de uma apresentação, essa atividade buscou proporcionar uma troca de conhecimentos relativa a temas como saberes, patrimônio, linguagem, símbolos, memória, identidade, a relação disso tudo com o dia a dia do município, bem como uma troca dos saberes tradicionais entre um mestre de boi e a

comunidade local.

O momento contou com uma oficina de Bumba Meu Boi do Maranhão, onde o mestre pôde, além de discutir sobre os temas já citados, transmitir a história oral do "Bumba Boi", como é chamado na região, e também proporcionar que todos (público e grupo de boi) pudessem participar de uma "brincadeira de boi".

"Brincar de boi", de acordo com a própria comunidade, significa participar de toda a reprodução do mito que envolve a figura do Bumba Meu Boi, desde a contação da história, passando pelos aspectos religiosos e culminado num belo espetáculo de teatro e dança, tudo celebrado com fartura de comida e bebida.

A vivência mais conexa com essa manifestação tradicional impactou positivamente os participantes, fazendo-se solicitarem à equipe de Educação Patrimonial um período a mais do que lhes foi proposto. Eles (adultos da comunidade, professores e alunos) se propuseram a organizar a apresentação de uma dança típica da comunidade de Moitas: a Dança das Fitas.

Como última atividade do Workshop no município de Arari, foi desenvolvida, com o público adulto, uma oficina de construção e gestão de projetos culturais.



Foto 19. Grupo de alunos apresentando a Dança das Fitas, dança tradicional na comunidade de Moitas

A metodologia utilizada trabalha com a concepção da cultura como uma dimensão da vida social que ocorre de forma transversal e multidisciplinar por todas as esferas da sociedade, da economia, da política e da vida social, emoldurando o fazer e o agir dos sujeitos individuais e coletivos, oportunizando o empoderamento das pessoas e conectando diferentes realidades.

Tal metodologia visa incentivar procedimentos de pesquisa-ação, conceitualmente definida como "...um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo". (Thiollent, 1988). Esta ação pressupõe uma participação planejada do processo ensino, pesquisa e ação.

Para tanto, foi adotada na referida oficina a metodologia de elaboração de projetos e captação empoderada de recursos conhecida como Dragon Dreaming (Croft, 2014), um sistema integrado e um método completo para a realização de projetos criativos, colaborativos e sustentáveis.

Com o uso desta ferramenta, os participantes puderam praticar o exercício de refletir sobre as demandas da comunidade e indicar que tipos de projetos culturais que poderiam ser visionados para o local.

Foi adotada uma abordagem de elaboração de projetos baseada na construção coletiva de projetos comunitários, onde "um projeto é definido como sendo qualquer ação planejada para se alcançar resultados específicos dentro de um dado tempo" (Croft, 2014).

O exercício de pensar sobre a gestão do patrimônio surtiu ideias voltadas à apropriação do patrimônio cultural como fonte de emprego e renda para as famílias locais.

Durante a oficina o projeto eleito pelos participantes foi a implementação de um projeto incipiente denominado "Restaurante de Moitas".



Foto 20. Banner antigo de divulgação do projeto do Restaurante de Moitas

A comunidade relatou que a idealização desse projeto é antiga e que eles já haviam conseguido alguns patrocínios junto a empresas privadas para colocá-lo em execução. Mas que a limitação técnica para gestão de um projeto dessa grandeza foi o maior impeditivo pra que se prosseguisse.

Assim, partindo-se da perspectiva comunitária de que tal empreendimento poderia contribuir para melhoria socioeconômica da comunidade, gerando renda e emprego aos moradores, através de atividades culturais e econômicas baseadas na gastronomia local, na venda de produtos alimentícios e souvenires, fomentando a atividade turística local e do município como um todo, objetivou-se proporcionar aos participantes o correto entendimento da elaboração e gestão de projetos culturais.

2.2.2 Município de Vitória do Mearim - MA

No município de Vitória do Mearim, o Workshop foi desenvolvido seguindo a mesma concepção utilizada em Arari. Buscou-se dialogar com a comunidade sobre suas perspectivas acerca de patrimônio e patrimônio local.

Após elucidação dos resultados do trabalho de Arqueologia, bem como a explicação acerca da concepção do Workshop, deu-se início à discussão sobre patrimônio cultural (o que a comunidade entendia e aceitava como um), os instrumentos para sua proteção e difusão, cultura maranhense a partir da culinária típica, das manifestações religiosas e das festas tradicionais, bem como a importância dessas referências na formação da cidadania de povo.

Nesse momento, vários professores e moradores da comunidade de Tiririca também expuseram suas referências culturais que ocorrem, inclusive, somente nos povoados da região, como por exemplo os diversos Bois de Matraca[6] que ainda existem.

Esse diálogo propiciou o início das dinâmicas de grupo. Tal qual aconteceu em Arari, os participantes foram divididos em 4 grupos que, através de um exercício com vários materiais didáticos, foram instigados a expressar suas representações culturais. Propositalmente, nenhuma outra orientação lhes foi dada acerca de como procederia a dinâmica, assim todos ficavam livres para 'criarem' sobre seus patrimônios utilizando os materiais disponibilizados na hora (vasos de cerâmica, pincéis, tintas guache, telas, tecidos coloridos, cola, tesouras, lantejoulas, vasilhas de plástico).

Ao final da dinâmica, cada grupo apresentou o seu trabalho de maneira bem particular. Depoimentos emocionados misturados a uma criatividade que surpreendeu a todos ditou a sequência das apresentações.

O primeiro grupo pintou vários vasos de cerâmica com motivos que representavam os elementos que compunham o patrimônio do município de Vitória do Mearim. Foram representados nos desenhos: Praça da Igreja Matriz da cidade e Igreja de Nossa Senhora da Graça – locais de celebração e socialização, Procissão de Nossa Senhora da Graça – celebração tradicional da cidade -, Rio Mearim, Orla de Vitória do Mearim e Festejo junino.



Foto 21. Grupo decorando vasos de cerâmica

A partir das imagens pintadas nos vasos de cerâmica, o grupo construiu uma narrativa contando a história dos patrimônios de Vitória do Mearim e apresentou a todos os participantes.

6 Diz respeito a um tipo de "sotaque" de Bumba Meu Boi mais utilizados na zona rural. Apresenta aspectos considerados mais tradicionais nas coreografias, nas vestimentas e nas canções entoadas. Nisso difere-se do Boi de orquestra, o qual apresenta características com maior apelo visual, principalmente nas roupas e músicas do grupo, assemelhando-se, em alguns aspectos, às festividades ocorridas em outras regiões do país, como o Carnaval do Rio de Janeiro/RJ e o Festival do Boi de Parintins/AM.



Foto 22. Vasos cerâmicos decorados com os motivos: (da esquerda para direita) praça da igreja matriz da cidade, Igreja de Nossa Senhora da Graça e procissão de Nossa Senhora da Graça

O segundo grupo pintou a mão livre duas telas: uma com o rio Mearim que, para o grupo, é o principal ícone da cidade de Vitória do Mearim e outra com um mapa de memória do grupo..



Foto 23. Grupo de Vitória do Mearim pintado as telas



Foto 24. Tela pintada representando o rio Mearim



Foto 25. Tela representando um mapa de memória feito pelo grupo

O grupo discorreu sobre a importância do rio Mearim e, através de um mapa de memória, falou das transformações que o mesmo vem sofrendo, mostrando um antigo local de lazer das pessoas do município que nos dias atuais não existe mais em função do desmatamento da área e do consequente processo de assoreamento ocorrido no rio.

O terceiro grupo reproduziu algumas miniaturas de Bumba Meu Boi enfeitando-os com tecido e lantejoulas.

Durante a atividade o grupo falou do sentimento de pertencimento que a população tem em relação a essa manifestação cultural maranhense. Ao final da criação, cantaram uma toada de Bumba Meu Boi criada por eles para ocasião do Workshop.



Foto 26. Grupo reproduzindo o Bumba Meu Boi em miniatura



Foto 27. Miniaturas de Bumba Meu Boi produzidas pelo grupo

O quarto grupo confeccionou um tambor, instrumento musical presente em várias referências culturais maranhenses, tais como, no tambor de crioula, na capoeira, no Bumba Meu Boi e Festa do Divino. O tambor continha simbologias da cultura local que representavam:

- Festejo de São Benedito;
- Festejos Juninos;
- Festejo de Santa Bárbara;
- Estrela do Bumba meu Boi; e
- Fitas coloridas presentes na indumentária do Festejo do Divino;

Ao final da explicação, o grupo que trabalhou as miniaturas de Bumba Meu Boi foi convidado a representar uma roda de boi.

Importante ressaltar que esse momento foi acompanhado de algumas descobertas entre os participantes. Algumas pessoas presentes nunca haviam tido contato com essa manifestação cultural, por acreditarem em um discurso de ódio propagado dentre alguns seguimentos religiosos presentes no local. Na ocasião, após ouvirem as explicações e presenciarem a representação da dança e da música, se permitiram, inclusive, participar da roda com alegria estampada nos rostos.

Em seguida, aconteceu um momento de troca de experiências entre os participantes do workshop (adultos), 40 alunos do ensino fundamental, 01 gestora escolar, 04 professores, vários moradores da comunidade Tiririca e o grupo de Bumba Meu Boi, "Boi Bonito de Arari"[7].



Foto 28. Representação do Festejo de São Benedito



Foto 29. Representação dos Festejos Juninos

7 A equipe entrou em contato com vários grupos Vitorienses, de acordo com lista de contatos fornecida pela Secretaria de Cultura do município, porém nenhum teve interesse em participar do Workshop.



Foto 30. Representação do Festejo de Santa Bábara



Foto 31. Representação da estrela do Bumba Meu Boi

Essa atividade objetivou a troca de conhecimentos tradicionais, que normalmente são restritas aos mestres e participantes dos grupos. Foram discutidos temas como saberes, patrimônio, linguagem, símbolos, memória, identidade e como essas temáticas se relacionam com a dinâmica de Vitória do Mearim.

Uma oficina de Bumba Meu Boi do Maranhão foi ministrada pelo mestre no intuito de transmitir a história oral do "Bumba Boi", como é chamado na região. Em seguida, uma "brincadeira de boi" foi desenvolvida com a participação do público presente).

Como última atividade do Workshop no município de Vitória do Mearim, foi desenvolvida, com o público adulto, uma oficina de construção e gestão de projetos culturais.

A metodologia utilizada foi a do Dragon Dreaming, a qual já foi descrita anteriormente. A mesma possibilitou o exercício de refletir sobre a gestão do patrimônio local visando ideias voltadas à apropriação do patrimônio cultural como fonte



Foto 32. Apresentação do Boi Bonito de Arari, na comunidade Tiririca



Foto 33. Comunidade brincado com o Boi Bonito de Arari, na comunidade Tiririca

de emprego e renda para as famílias locais.

Em Vitória do Mearim, os trabalhos foram executados contando com a presença de representantes da gestão pública local, moradores de comunidades próximas e lideranças representativas da sociedade local. Mais uma vez, o papel das oficinas foi de auxiliar na estruturação, em forma de projeto, de um anseio que já existia na na comunidade com relação à gestão do patrimônio cultural.

Desse exercício nasceu o projeto de implantação do "Centro de Criatividade de Mearim I" a ser executado no Projeto de Assentamento (P.A.) Mato Grosso. Abrigando uma biblioteca pública digital, o espaço se configuraria como um centro de memória e referência, de cunho educativo e cultural.

A estratégia discutida pelos participantes consiste em transformar o local em atrativo turístico, recebendo visitantes de todas as regiões do país, através de exposições e apresentações de grupos regionais de dança e música. A venda de souvenirs e produtos artesanais, incluindo comidas típicas, geraria sustentabilidade financeira ao local.

O que se conclui ao lançar um olhar distanciado sobre as oficinas realizadas em Vitória do Mearim é que, quase que intuitivamente, as comunidades já trazem uma relação dinâmica com o patrimônio cultural. Mesmo sem conhecer os conceitos teóricos e as metodologias de difusão e gestão cultural, os moradores das comunidades que receberam as atividades percebem o patrimônio como algo que resguarda sua identidade como povo.

Percebe-se isso na facilidade com que se chegou, coletivamente, ao consenso sobre que tipo de projeto atenderia aos anseios da comunidade. Ao mesmo tempo, era visível o entendimento de todos acerca da necessidade do uso sustentável deste patrimônio e, mais ainda, na transmissão destes saberes às gerações futuras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações aqui descritas se encadeiam e se complementam. Isso se dá porque a imbricação das etapas do trabalho arqueológico forneceu subsídios fundamentais para o planejamento e a execução de ações cabais de Educação Patrimonial.

É relevante ressaltar o desafio empreendido em se desenvolver um trabalho que abarcou a transição entre duas determinações legais: a Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002 - a qual orientou o início do trabalho - e a Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015 – que conduziu o término do mesmo. No mais,

considerando-se que se tratou das primeiras ações de Educação Patrimonial após a mudança de marco legal do tema, torna-se importante uma leitura mais ampla das atividades aqui descritas .

As ações de Educação Patrimonial foram planejadas baseando-se no dinamismo das relações da comunidade, tendo como tema central a valorização da cultura local. Além disso, buscou-se a habilitação da população para o correto entendimento na gestão da elaboração de projetos culturais.

Levou-se em consideração a necessidade de instrumentalização no que se refere aos aspectos da área cultural relativos a diversas etapas da produção cultural. Elas vão desde a identificação e mapeamento da realidade cultural, manutenção e fomento aos gestores e produtores culturais, passando pelo conhecimento e acesso às fontes de recursos (financeiros, humanos) e chegando ao correto funcionamento dos equipamentos culturais onde cada agente cultural e social atua.

Neste sentido, o trabalho se apoiou no propósito de, além de dialogar com a comunidade acerca de seus patrimônios e a conservação e valorização dos mesmos, discutir instrumentos para preparação de gestores públicos e privados, com visão estratégica para garantir perenidade às manifestações culturais, materiais e imateriais de suas comunidades.

Por fim, além de ter tido um caráter intrainstitucional - uma vez que procurou envolvimento de diferentes instituições -, o trabalho também foi um instrumento de descentralização de conhecimentos e de troca de saberes, por meio da participação dos guardiões da cultura popular, que conseguem resistir e (re) existir às transformações abruptas imprimidas pela indústria cultural que ao longo do tempo vem capturando em grandes proporções a "alma" destas manifestações.

Neste sentido, todas as etapas que compunham o trabalho de Educação Patrimonial não constituíram apenas um instrumento de formação tecnicista e distante da realidade social, mas a "plantação" de possibilidades de integração interinstitucional. Tal conexão vai possibilitar a proposição e o desenvolvimento de estratégias de intervenções nas expressões culturais e nos espaços das cidades que atendam às necessidades e/ou desejos de sua população. Tudo isso se dará de acordo com a trajetória de vida apresentada pelo patrimônio cultural existente nos costumes e hábitos do povo de cada comunidade, nas suas festividades culturais e artísticas e na configuração espacial de seus locais de convivência social.

AGRADECIMENTOS

Nossa gratidão às comunidades, que são a razão de ser de nosso trabalho, à Amplo e à Vale, pela confiança em nós depositada. Cabe aqui reconhecer também a contribuição dos co-autores Felippe Kopanakis e Leticia Ribeiro. Agradecemos ainda a parceria de Guilherme Talarico, Louise Prado, Salen Filho, "Pai Neto de Nanã"(Álvaro José dos Santos Souza, in memorian), Elizandra Rocha e Francisco Paulo de Almeida Junior(Chico Nô), por terem enriquecido nosso trabalho com sua participação.

Priscila Wanzeler de Oliveira

4 REFERÊNCIAS

Alfonso, L. P. Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social. Tese de Doutorado MAE/USP. São Paulo, 2012.

Andrade, R.M.F. de. Coletânea de textos sobre o Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: MinC/ Fundação Pró-Memória, 1987.

Barreto, C. Construção de um Passado Pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. Revista USP, n. 44. São Paulo, 1999/2000. pp 32-51.

Barbalho, A. O Segundo Tempo da Institucionalização: O Sistema Nacional de Cultura no Governo Dilma. In: Rubim, A. A.C., Barbalho, A., Calabre, L. (Orgs.). Políticas culturais no governo Dilma. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2015.

Barbalho, A.; Calabre, L. (Org.). Políticas culturais no governo Dilma. Salvador: EDUFBA/ Coleção Cult, 2015.

Barbalho, A (et. all.). Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas. Salvador: EDUFBA, 2011.

Bezerra, M. de. O australopiteco corcunda. As crianças e a Arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola. TESE defendida,

na Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia MAE/USP-SP. 2002.

Boal, A. A Estética do Oprimido. Editora Funarte, 2009.

Brandão, C.R. O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: Iphan, 1996.

Chauí, M. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

Costa, L.F. Profissionalização da Organização da Cultura no Brasil: Uma análise da formação em produção, gestão e políticas culturais. Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

Croft, J. Guia prático Dragon Dreaming: Uma Introdução Sobre como Tornar seus Sonhos em Realidade Através do Amor em Ação. Versão 2.0. Janeiro de 2014.

Croft, J. Gerenciando e administrando um projeto – adaptando o método Greenskills. Tradução: Áureo Gaspar. Abril de 2012.

Croft, J. Tornando os sonhos realidade. usando o dragon dreaming para construir um projeto extremamente bem sucedido: uma abordagem abrangente em estágios. Tradução: Felipe Simas (julho de 2011) - revisão e figuras: áureo gaspar. Dezembro de 2011.

Dragon Wisdoms – The Laws Of Dragon Dreaming. Abril de 2013.

Endeavor Brasil. Metodologia 5W2H. Disponível em: https://endeavor.org.br/5w2h/, 2017. Acessado dia 15 de março 2016.

Florêncio, S.R., Clerot, P., Bezerra, J., Ramassote, R. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

Freire, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1989.

Freire, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Funari, P.P.A., Carvalho, A.V. de. Arqueologia e patrimônio no século XXI: as perspectivas abertas pela arqueologia pública. III Encontro de História da Arte – IFCH/UNICAMP. Campinas, 2007.

Furtado, C. Cultura y desarrollo. Revista Cultura e Desarollo, nº2, 2033ª. In: Cassiolato, J.E. et al. Arranjos Produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento: Criatividade e Cultura. Rio de Janeiro, 2008.

Furtado, C. Pequena Introdução ao Desenvolvimento. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

Furtado, C. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Habiblis Consultoria. "Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrímônio Arqueológico em Áreas de Empréstimo (AE) ao longo do Projeot de Duplicação da Estrada de Ferro Carajas – EFC. Relatório 2015.

Horta, M.L.P. et al. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

Florêncio, S.R.; Clerot, P.; Bezerra, J.; Ramassote, R. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

Machado, C.G. et al. Cultura Material, Educação Patrimonial e Ensino de História: uma parceria possível. In: Soares, A.L.R. (Org.) Educação Patrimonial: relatos e experiências. Santa Maria: UFMS, 2003. pp 43-52.

Marandino, Marta (Org.). Educação em Museus: a mediação em foco. São Paulo, SP: Geenf/FEUSP, 2008.

Marinho, H. Cidades Criativas, Turismo e Revitalização Urbana. In: Cities Brief, nº 06, pg. 14 a 17, setembro de 2012.

Matos, M.G.P. de. Arranjos Produtivos Locais de base cultural e desenvolvimento: determinantes de competividade e sustentabilidade. Conferência Internacional LALICS 2013, Sistemas Nacionales de Innovción y Políticas de CTI para um Desarrollo Inclusivo y Sustentable. Rio de Janeiro, 2013.

Meneses, U.T.B de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos, n. 21. Rio de Janeiro, 1998.

Miguez, P. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: Nussbaumer, G. M. (Org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2007. pp. 96-97.

Miguez, P. Cultura: Enlaces Contemporâneos.

Aula inaugural do curso de Gestão de Projetos Culturais no Celacc/ECA/USP, 2015.

Ministério da Cultura. Relatório Final - Desenvolvimento do Programa Nacional de Economia da Cultura (PNEC). Secretaria de Políticas Culturais (SPC). Kopanakis Pancheco Felippe Jorg (Consultor) - Projeto 91BRZ4015 - Intersetorialidade, Descentralização e Acesso à Cultura no Brasil - Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Ministério da Cultura do Brasil 2016. Disponível em https://mega.nz/#F!lPJWwKoL!gv2HgNkBFO3npWNZOhIrhQ. Acessado em: 04 out. 2018.

Nascimento, E.R. Patrimônio Cultural: Uma Colaboração para a Construção da Cidadania de um Povo. Ed. Animal. 2016.

Santos, E.A. do Carmo. O Lúdico no Processo de Ensino-Aprendizagem. Unemat, 2010.

Sen, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

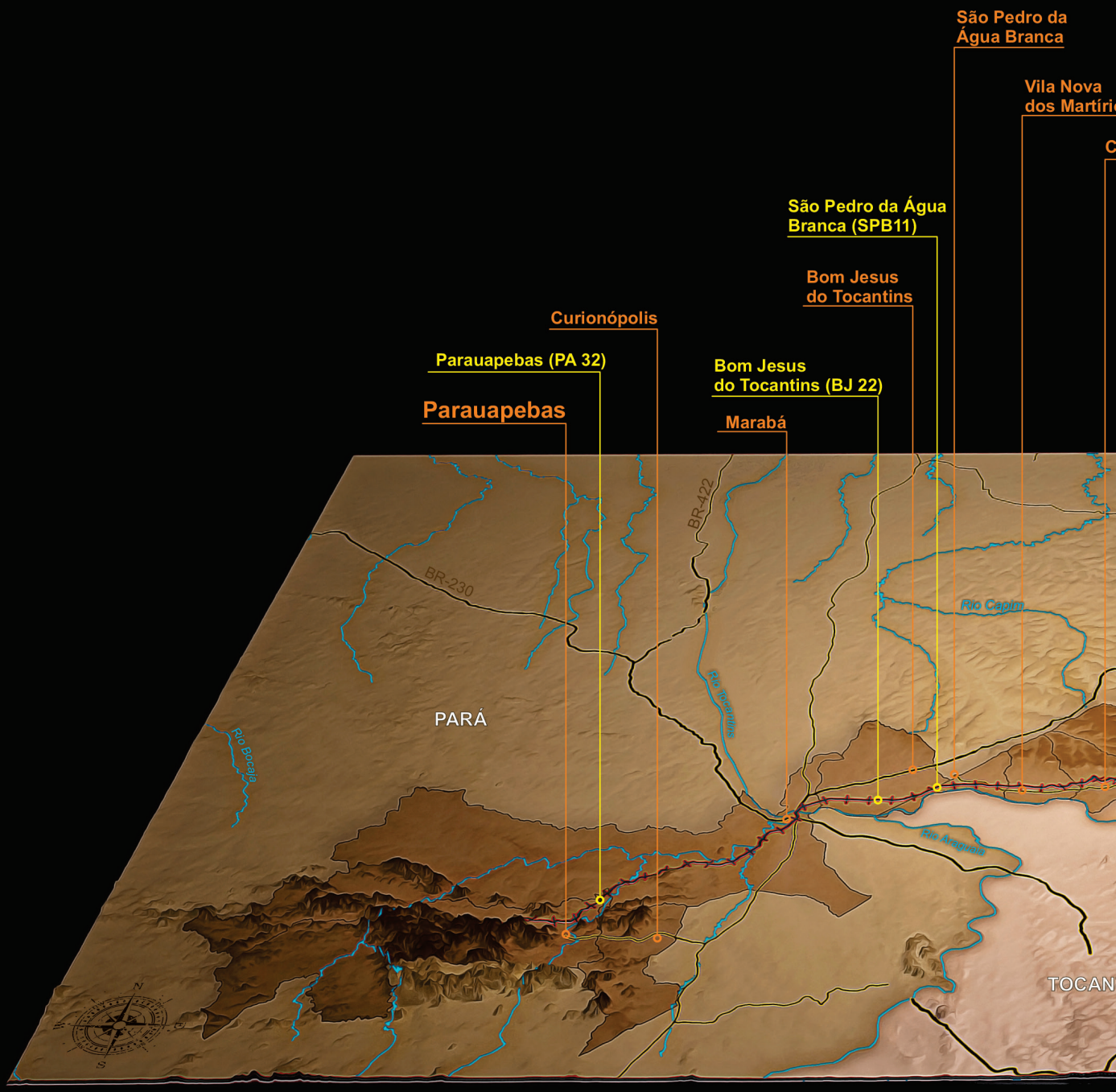
Shanks, M.; Tilley, C. Social Theory and Archaeology. Oxford: Polity Press, 1987.

Thiollent, M. Metodologia da pesquisa-ação. 4ª ed. São Paulo: Cortez:, 1988.

Tolila, P. Cultura e Economia: problemas, hipóteses, pistas. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007.

UNESCO. Cultural times: The first global map of cultural and creative industries. UNESCO, 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235710Acessado 04 de out. 2018.

Sítios Arqueológicos ao Longo da Estrada de Ferro Carajás



LEGENDA:

Sítios Arqueológicos

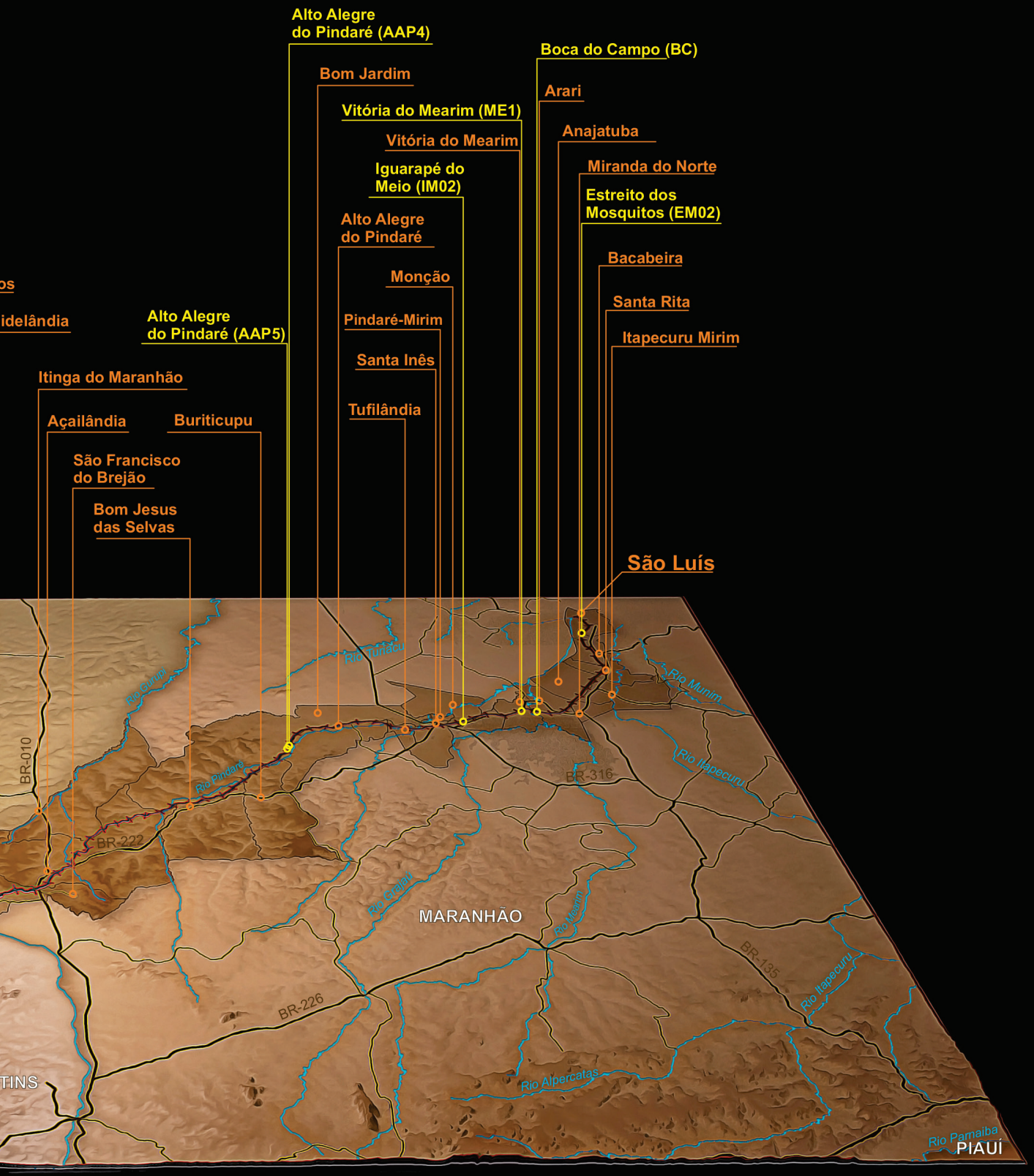
Municípios Atravessados pela Estrada de Ferro Carajás

Hidrografia

Rodovias

Ferrovia

Limites Municipais


Alto Alegre do Pindaré (AAP4)
Boca do Campo (BC)
Bom Jardim
Arari
Vitória do Mearim (ME1)
Anajatuba
Vitória do Mearim
Miranda do Norte
Iguarapé do Meio (IM02)
Estreito dos Mosquitos (EM02)
Alto Alegre do Pindaré
Bacabeira
Monção
Santa Rita
Pindaré-Mirim
Itapecuru Mirim
Alto Alegre do Pindaré (AAP5)
Santa Inês
Itinga do Maranhão
Tufilândia
Açailândia
Buriticupu
São Francisco do Brejão
Bom Jesus das Selvas
São Luís
Rio Turiaçu
Rio Munim
Rio Itapecuru
BR-316
BR-010
Rio Pindaré
BR-222
Rio Grajaú
MARANHÃO
Rio Mearim
BR-135
Rio Itapecuru
BR-226
Rio Alpercatas
Rio Parnaíba
PIAUÍ

A crescente demanda por minério de ferro impôs a necessidade de infraestrutura ferroviária, culminando no Projeto de Expansão da Estrada de Ferro Carajás (EEFC). A obra, por sua grandiosidade, nos trouxe inúmeros desafios. Um deles, sem dúvida, foi nossa grande responsabilidade de salvaguarda e de proteção do patrimônio cultural e arqueológico em uma parte dos estados do Maranhão e Pará. Afinal, compreendemos que, mais que colaboradoes, gestores e acionistas de uma das maiores empresas do Brasil, somos cidadãos brasileiros. Portanto, era inevitável que envidássemos esforços no sentido de atingir nossas metas sempre tendo em mente a preservação do bem cultural local.

Orientados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e assessorados por alguns dos melhores profissionais de arqueologia do país, conseguimos mais que simplesmente atender às exigências legais relativas à gestão do patrimônio arqueológico nas imediações da EFC. Esse logro foi possível pelo conhecimento produzido durante as etapas do licenciamento arqueológico. Ele ofereceu novos elementos às teorias ocupacionais até hoje difundidas, em especial às origens dos grupos ceramistas que habitaram essa região onde está inserida a ferrovia. Os detalhes do que as escavações e pesquisas revelaram sobre a região você confere nas páginas deste livro que, com certeza, encadeou novos trilhos para aqueles que estudam as ocupações humanas no Brasil.

Hasilis consultoria
Amplo
VALE